América Latina em foco: processos identitários e representações sociais entre latino-americanos migrantes e não migrantes

Julia Alves Brasil

Uminho | 2016

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Julia Alves Brasil

América Latina em foco: processos identitários e representações sociais entre latino-americanos migrantes e não migrantes

novembro de 2016

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Julia Alves Brasil

América Latina em foco: processos identitários e representações sociais entre latino-americanos migrantes e não migrantes

Tese de Doutoramento em Estudos Culturais
Especialidade de Comunicação e Cultura

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Rosa Cabecinhas

novembro de 2016

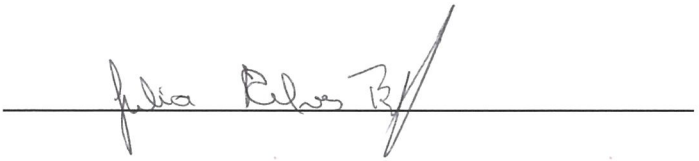
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 28 de novembro de 2016.

Julia Alves Brasil



Aos meus pais, Sandra e Gut, por serem os melhores professores que eu poderia ter.

AGRADECIMENTOS

Embora uma tese de doutoramento seja um trabalho individual, o percurso da sua construção passa pela relação com inúmeras pessoas, que contribuem de diferentes formas nessa caminhada. Ciente da impossibilidade de mencionar todas essas pessoas que atravessaram meu caminho nestes últimos anos, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos àquelas que estiveram mais presentes no processo de realização deste sonho.

A todos os indivíduos que participaram voluntariamente desta pesquisa, tanto na coleta de dados por meio do questionário *online* quanto nas entrevistas individuais. Muito obrigada por se disponibilizarem a dividir suas histórias, suas vidas, suas opiniões, crenças, impressões e o seu tempo comigo! Sem vocês, este trabalho (da forma como foi feito) não teria sido realizado. Agradeço também a todos aqueles, amigos ou mesmo desconhecidos, que me ajudaram a divulgar a pesquisa, especialmente na coleta *online* nos diferentes países considerados. Muitíssimo obrigada!

À minha orientadora, professora Rosa Cabecinhas, um agradecimento especial: obrigada pela confiança no meu trabalho e por ter apostado nesta pesquisa. Obrigada por ter me ajudado desde o primeiro *email* trocado, antes mesmo de nos conhecermos, até o momento atual de conclusão da tese. Obrigada por respeitar o meu ritmo e pela admirável capacidade de equilíbrio entre o "puxar as rédeas" e o "deixar ir". Espero ter a mesma habilidade com meus futuros orientandos, obrigada pelo exemplo. Agradeço as observações, explicações e estímulos, que foram essenciais na construção deste trabalho. Obrigada por tudo!

À CAPES, pela bolsa concedida durante o doutoramento, sem a qual não seria possível a permanência em Portugal durante estes anos e a dedicação exclusiva à pesquisa.

Aos meus pais, Sandra e Gutemberg, por me mostrarem a importância dos estudos, por sempre acreditarem em mim e me apoiarem nos "altos e baixos" desta caminhada. Amo vocês! Ao meu pai, também um agradecimento especial: obrigada por me auxiliar no tratamento dos dados e pela cuidadosa leitura que realizou da tese. Seus apontamentos e sugestões, expressos em texto e em nossas inúmeras conversas por *Skype*, foram fundamentais. Também ao meu irmão, Leandro, às minhas tias, Sheila e Vandi, e à minha avó, Zezé, obrigada pelo apoio que me deram nestes anos, mesmo com a distância física que nos separa: pude sempre sentir o amor e a torcida de vocês aqui.

A Ricardo, meu amor, obrigada por compartilhar comigo, diariamente, as alegrias e as frustrações deste último ano de realização da tese. Obrigada por comemorar comigo a cada novo capítulo escrito e a cada etapa finalizada e por me acolher, com carinho e companheirismo, a cada imprevisto

ocorrido e a cada dia na "corrida contra o relógio" para finalizar este trabalho. Você é o melhor presente que o Porto me deu!

À Mariana Bonomo, renovo aqui também os agradecimentos especiais que fiz na dissertação de mestrado: Mari, a sua importância para a concretização desta tese é imensurável. Tudo o que tenho aprendido com você ao longo destes anos de convivência, especialmente a sua ética e a sua solidariedade, tento carregar comigo sempre! Obrigada pela amizade e pelo companheirismo desde o início da iniciação científica com as comunidades ciganas até hoje.

À Maria de Fátima de Souza Santos, obrigada por me acolher tão bem desde o primeiro contato e por acreditar e torcer pelo meu sucesso e pelo sucesso deste trabalho: sem dúvida, há muito de você aqui também, Fátima! Obrigada por tudo: sempre!

Ao professor Lídio de Souza (*in memoriam*) e à professora Zeidi Araujo Trindade, meus orientadores de iniciação científica e de mestrado, respectivamente, obrigada por tudo o que me ensinaram ao longo da minha formação acadêmica. Foi um privilégio trabalhar com vocês.

Aos amigos que fiz em Vitória, "aqueles de sempre", como diz mamãe, obrigada pelas inúmeras mensagens de voz trocadas via *Whatsapp*, pela companhia, apesar da distância, pelas risadas, alegrias e tristezas compartilhadas. Com vocês tudo fica melhor (nomes em ordem alfabética e não de importância!): Aline, Amanda, André, Bruno, Carina, Daniela, Fernando, Gabriela, Gabriella, Irenia, Ivne, Jordana, Jucélia, Juliana, Karina, Luma. Aos amigos que conheci em Recife, especialmente, Roseane, Danyelle, Lívia, Élida, Renata, Flávia, Filipe e Yuri, obrigada pelo acolhimento, pelo carinho e pelo apoio: vocês fazem falta. Aos amigos que conheci em Portugal, principalmente, Guillermina e Lucy (*I love you girls*!), e Adriana, Mariana, Gislane, João, Kitty e Isabel: obrigada por dividirem comigo essa experiência maravilhosa de viver em outro país, com tudo o que ela tem de bom e de ruim.

A todos aqueles, estudantes e professores, da RedePso (Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social), em Vitória, e do Labint (Laboratório de Interação Social Humana), em Recife, com os quais tive o prazer de conviver e de trocar experiências (de pesquisa e de vida). Finalmente, aos professores e funcionários do ICS, obrigada pelos aprendizados compartilhados e pela disponibilidade em ajudar sempre que fosse necessário.

Apoio Financeiro

Para a execução deste trabalho contamos com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil, por meio de uma bolsa de doutoramento pleno no exterior.

O nosso profundo agradecimento por este apoio financeiro que nos proporcionou a permanência em Portugal durante os anos de execução da tese.



Soy um amasamiento, I am an act of kneading, of uniting and joining that not only has produced both a creature of darkness and a creature of light, but also a creature that questions the definitions of light and dark and gives them new meanings (Anzaldúa, 1987, p.81, grifos da autora).

América Latina em foco: processos identitários e representações sociais entre latino-americanos migrantes e não migrantes

Resumo

A ideia de América Latina e a dinâmica de identificação envolvida com a pertença psicológica a este grupo relacionam-se com as transformações sociais, econômicas e políticas pelas quais passaram os países que compõem a região ao longo do seu processo de construção. Numa tentativa de combinar aportes teóricos dos Estudos Culturais (principalmente a partir das contribuições dos Estudos Pós-Coloniais) e da Psicologia Social (sobretudo por meio da Teoria da Identidade Social e da Teoria das Representações Sociais), este trabalho objetivou analisar como se configuram os processos identitários de indivíduos latino-americanos a partir das representações sociais e da dinâmica de pertencimento social em contexto latino-americano e em contexto de migração. Para tanto, desenvolveu-se a pesquisa em dois eixos: Eixo 1, com 213 estudantes de graduação e pós-graduação, nascidos e residentes no Brasil, no Chile e no México, por meio de questionário *online*; e Eixo 2, por meio de entrevistas individuais com 23 latino-americanos destes três países que migraram para Portugal e Espanha. O primeiro eixo desdobrou-se em três estudos, com os objetivos de analisar representações sociais da história latino-americana (Estudo 1) e (meta)representações sociais sobre a América Latina (Estudo 2) e sobre os latino-americanos (Estudo 3). O segundo eixo deu origem ao Estudo 4, em que foram analisados os processos identitários dos participantes desta investigação que migraram para Portugal e Espanha. Os dados foram organizados com o auxílio dos *softwares EVOC* e *IBM SPSS Statistics* e por meio da análise temática. De modo geral, os resultados permitiram refletir sobre as continuidades e mudanças envolvidas na construção das representações sociais hegemônicas e polêmicas sobre a América Latina, por meio de elementos que se (re)constroem a partir de ideias antinômicas que os sustentam, contribuindo para a existência de diferentes possibilidades de identificação com essa categoria social de pertença, tanto em contexto latino-americano quanto migratório, reafirmando o caráter dinâmico, ambíguo e polifásico do processo de construção do pensamento social e de construção identitária dos indivíduos. Espera-se que os resultados encontrados possam fornecer subsídios para futuros diálogos entre os diferentes países da região e entre eles e os seus antigos colonizadores, contribuindo para a descolonização do conhecimento.

Palavras-chave: América Latina; Estudos Culturais; Identidade Social; Migração; Representação Social.

Latin America in focus: identity processes and social representations among migrant and non-migrant Latin Americans

Abstract

The idea of Latin America and the dynamics of identification involved with the psychological belonging to this group are related to the social, economic and political transformations undergone in these countries. In an attempt to combine theoretical contributions of Cultural Studies (mainly from Postcolonial Studies) and Social Psychology (mainly through Social Identity Theory and Social Representation Theory), this work aimed to analyse how the identity processes of Latin American people are constructed based on social representations and the dynamics of social belonging, both in the Latin American context and, in the context of migration. Therefore, the research was developed in two axes: Axis 1, with 213 undergraduate and graduate students, born in and residents of Brazil, Chile and Mexico, through an online questionnaire; and Axis 2, through individual interviews with 23 Latin Americans from these three countries who had migrated to Portugal and Spain. The first axis was divided into three studies, with the aims of analysing social representations of Latin American history (Study 1) and social (meta)representations about Latin America (Study 2) and Latin Americans (Study 3). The second axis gave rise to Study 4, in which the identity processes of the participants of this research who migrated to Portugal and Spain were analysed. The data was organized with the help of the software *EVOC* and IBM SPSS Statistics and through thematic analysis. In general, the results allowed us to reflect on the continuities and changes involved in the construction of hegemonic and polemical social representations of Latin America, through elements that are (re)constructed on the antinomic ideas that sustain them, contributing to the existence of different possibilities of identification with this social category of belonging. This takes place both in Latin American and migratory contexts, reaffirming the dynamic, ambiguous and polyphasic character of the process of construction of social thought and the construction of identity. We hope that these results may open up future dialogues between the different countries of the region and between them and their former colonizers, contributing to the decolonization of knowledge.

Keywords: Latin America; Cultural Studies; Social Identity; Migration; Social Representation.

América Latina en foco: procesos de identidad y representaciones sociales entre latinoamericanos migrantes y no migrantes

Resumen

La idea de América Latina y la dinámica de identificación involucrada con la pertenencia psicológica a este grupo están relacionadas con las transformaciones sociales, económicas y políticas que han sufrido los países de la región a lo largo de su proceso de construcción. En un intento de combinar los aportes teóricos de los Estudios Culturales (principalmente de las contribuciones de los Estudios Poscoloniales) y de la Psicología Social (especialmente a través de la Teoría de la Identidad Social y la Teoría de las Representaciones Sociales), este estudio tuvo como objetivo analizar cómo se configuran los procesos de identidad de individuos latinoamericanos, a partir de las representaciones sociales y de la dinámica de pertenencia social en el contexto latinoamericano y en el contexto de migración. Por lo tanto, la investigación se desarrolló en dos ejes: Eje 1, con 213 estudiantes de pregrado y posgrado, nacidos y residentes en Brasil, Chile y México, a través de un cuestionario *online*; y el Eje 2, a través de entrevistas individuales con 23 latinoamericanos de estos tres países que migraron a Portugal y España. El primer eje se dividió en tres estudios, con los objetivos de analizar las representaciones sociales de la historia latinoamericana (Estudio 1) y las (meta)representaciones sociales sobre América Latina (Estudio 2) y los latinoamericanos (Estudio 3). El segundo eje dio lugar al Estudio 4, en el que se analizaron los procesos de identidad de los participantes de esta investigación que migraron a Portugal y España. Los datos fueron organizados con la ayuda de los *softwares EVOC* y *IBM SPSS Statistics* y mediante el análisis temático. En general, los resultados nos permitieron reflexionar sobre las continuidades y los cambios que intervienen en la construcción de las representaciones sociales hegemónicas y polémicas de América Latina, a través de elementos que se (re)construyen a partir de ideas antinómicas que las sostienen, lo que contribuye a la existencia de diferentes posibilidades de identificación con esta categoría social de pertenencia, tanto en contexto latinoamericano como migratorio, reafirmando el carácter dinámico, ambiguo y polifásico del proceso de construcción del pensamiento social y de la construcción de la identidad de los individuos. Esperamos que estos resultados puedan servir de apoyo a futuros diálogos entre los diferentes países de la región y entre ellos y sus antiguos colonizadores, contribuyendo a la descolonización del conocimiento.

Palabras clave: América Latina; Estudios culturales; Identidad Social; Migración; Representación Social.

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO 27

PARTE I – INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO 31

CAPÍTULO 1 – Estudos Culturais, Psicologia Social e América Latina: onde se insere nossa investigação 33

1.1. Algumas considerações iniciais sobre os Estudos Culturais 33

1.2. Os Estudos Culturais e a América Latina 38

1.3. A Psicologia Social e os Estudos Culturais 45

CAPÍTULO 2 – Reflexões sobre a América Latina 49

2.1. (In)Definições de um conceito 49

2.2. Entre o passado e o presente: um breve olhar sobre o processo de construção da América Latina 53

2.2.1. A América Latina antes e durante o período colonial 54

2.2.2. A América Latina (in)dependente: as mudanças ocorridas a partir do século XIX 59

2.2.3. A América Latina e as tentativas de integração da região 63

2.3. Identidade(s) latino-americana(s) em construção: interculturalidade e hibridação na América Latina 67

2.3.1. A (des)construção das nações latino-americanas e da "nação latino-americana" 68

2.3.2. Identidade(s), (in)diferença(s) e processos de hibridação: a América Latina plural 73

CAPÍTULO 3 – Processos Identitários e a Teoria da Identidade Social 79

3.1. O surgimento da teoria: contexto histórico e influências teórico-conceituais 79

3.2. Os processos de categorização social e comparação social e sua relação com a identidade social 85

3.3. O conceito de grupo, sua relação com grupos nacionais e supranacionais e com processos identitários 87

3.4. Estereótipos, preconceito, racismo e discriminação social 91

3.5. Relações intergrupais e estratégias utilizadas para a manutenção da distintividade positiva 96

3.6. Principais críticas à Teoria da Identidade Social e outras abordagens no estudo da identidade 98

CAPÍTULO 4 – A Teoria das Representações Sociais 101

4.1. Elaboração do conceito e da teoria: desenvolvimento dos principais pressupostos conceituais 101

4.2. Condições de elaboração das representações sociais, suas principais funções e relações com as modalidades de comunicação 105
4.3. Processos necessários à construção das representações sociais e os tipos de representações 107
4.4. Diferentes abordagens dentro da teoria das representações sociais 110
4.5. Representações sociais, themata e polifasia cognitiva 114
4.6. Principais críticas à Teoria das Representações Sociais 116
CAPÍTULO 5 – A articulação entre identidades, representações sociais e memória social 121
5.1. (Inter)Relações entre identidades sociais e representações sociais 121
5.2. Memória social e sua relação com as representações sociais e o processo de construção identitária 124
CAPÍTULO 6 – Migrações como contexto de construção identitária 129
6.1. Considerações sobre o fenômeno migratório 129
6.2. A migração latino-americana em Portugal e na Espanha 132
6.3. Migrações, identidades sociais e relações intergrupais 134
PARTE II – INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA 139
CAPÍTULO 7 – Percursos metodológicos e escolhas da investigação 141
7.1. Contextualização da investigação: escolhas e caminhos 141
7.2. Instrumentos e procedimentos de recolha dos dados 145
7.3. Participantes 148
7.4. Procedimentos de tratamento e análise dos dados 151
7.5. Organização dos Estudos 153
CAPÍTULO 8 – Estudo 1: Memórias, identidades e representações sociais: reflexões sobre a história e o processo de construção da América Latina 155
8.1. Introdução 155
8.2. Estudo 1.1 – Representações sociais da história latino-americana: identidades, memórias e relações (pós)coloniais em três países da América Latina 155
8.3. Método 158
8.3.1. Participantes e procedimentos de recolha dos dados 158
8.3.2. Procedimentos de análise dos dados 158
8.4. Resultados e discussão 161
8.4.1. Os acontecimentos mais importantes na história da América Latina 161
8.4.2. As personalidades mais importantes na história da América Latina 168

8.4.3. Análise dos resultados sobre as personalidades e os acontecimentos: quando, onde e como? 175

8.5. Estudo 1.2. – Entre o passado e o presente, o velho e o novo: reflexões sobre identidades e representações sociais da história da América Latina 187

8.6. Método 188

8.6.1. Participantes e procedimentos de recolha dos dados 188

8.6.2. Procedimentos de análise dos dados 188

8.7. Resultados e Discussão 188

8.8. Considerações Finais 203

CAPÍTULO 9 – Estudo 2: (Meta)Representações sociais sobre a América Latina entre brasileiros, chilenos e mexicanos 207

9.1. Introdução 207

9.2. Método 208

9.2.1. Participantes e procedimentos de recolha dos dados 208

9.2.2. Procedimentos de análise dos dados 209

9.3. Resultados e Discussão 209

9.4. Considerações Finais 235

CAPÍTULO 10 – Estudo 3: Re(des)cobrindo o "Outro" latino-americano: entre representações sociais e processos identitários 237

10.1. Introdução 237

10.2. Método 238

10.2.1. Participantes e procedimentos de recolha dos dados 238

10.2.2. Procedimentos de análise dos dados 240

10.3. Resultados e Discussão 240

10.4. Considerações Finais 259

CAPÍTULO 11 – Estudo 4: Migrações, identidades e representações sociais: estudando processos identitários entre migrantes latino-americanos em Portugal e na Espanha 261

11.1. Introdução 261

11.2. Método 262

11.2.1. Participantes e procedimentos de recolha dos dados 262

11.2.2. Procedimentos de análise dos dados 264

11.3. Resultados e Discussão 265

11.4. Considerações Finais 282

DISCUSSÃO GERAL 287

REFERÊNCIAS 301
APÊNDICES 339
APÊNDICE A – Questionário *online* aplicado no Brasil 339
APÊNDICE B – Questionário *online* aplicado no Chile 349
APÊNDICE C – Questionário *online* aplicado no México 359
APÊNDICE D – Guião de entrevista com brasileiros em Portugal/Espanha 369
APÊNDICE E – Guião de entrevista com chilenos/mexicanos em Portugal/Espanha 370

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO 8 – Estudo 1: Memórias, identidades e representações sociais: reflexões sobre a história e o processo de construção da América Latina

Figura 8.1: Quadrantes das evocações relativas aos acontecimentos mais importantes na história da América Latina para Brasil, Chile e México..... 190

Figura 8.2: Quadrantes das evocações relativas às personagens mais importantes na história da América Latina para Brasil, Chile e México..... 199

CAPÍTULO 9 – Estudo 2: (Meta)Representações sociais sobre a América Latina entre brasileiros, chilenos e mexicanos

Figura 9.1: Gráfico sobre o grau de importância dos critérios de delimitação da América Latina..... 211

Figura 9.2: Quadrantes das representações sociais relacionadas ao termo indutor *América Latina* para brasileiros, chilenos e mexicanos..... 217

Figura 9.3: Quadrantes das metarrepresentações sociais relacionadas ao termo indutor *América Latina* para brasileiros, chilenos e mexicanos..... 225

CAPÍTULO 10 – Estudo 3: Re(des)cobrindo o "Outro" latino-americano: entre representações sociais e processos identitários

Figura 10.1: Quadrantes das representações sociais relacionadas ao termo indutor *latino-americano*s para brasileiros, chilenos e mexicanos..... 244

Figura 10.2: Quadrantes das metarrepresentações sociais relacionadas ao termo indutor *latino-americanos* para brasileiros, chilenos e mexicanos..... 249

DISCUSSÃO GERAL

Figura 1: Esquematização do processo de construção identitária associado à América Latina, a partir das relações entre memória social, representações sociais e processos identitários..... 290

ÍNDICE DE TABELAS

CAPÍTULO 7 – Percursos metodológicos e escolhas da investigação

Tabela 7.1: Caracterização dos participantes do Eixo 1 150

Tabela 7.2: Síntese dos objetivos e procedimentos adotados nos estudos realizados..... 154

CAPÍTULO 8 – Estudo 1: Memórias, identidades e representações sociais: reflexões sobre a história e o processo de construção da América Latina

Tabela 8.1: Acontecimentos mais importantes na história da América Latina..... 162

Tabela 8.2: Personalidades mais importantes na história da América Latina..... 169

Tabela 8.3: Períodos relativos aos acontecimentos e personalidades (em percentagens)..... 176

Tabela 8.4: Locais relativos aos acontecimentos e personalidades (em percentagens)..... 177

Tabela 8.5: Temas dos acontecimentos mais importantes na história da América Latina (em percentagens)..... 180

Tabela 8.6: Domínios de realizações das personalidades mais importantes na história da América Latina (em percentagens)..... 182

CAPÍTULO 9 – Estudo 2: (Meta)Representações sociais sobre a América Latina entre brasileiros, chilenos e mexicanos

Tabela 9.1: Importância média dos critérios de delimitação da América Latina..... 210

Tabela 9.2: Níveis de identificação de brasileiros, chilenos e mexicanos com relação a diferentes grupos..... 213

CAPÍTULO 10 – Estudo 3: Re(des)cobrindo o "Outro" latino-americano: entre representações sociais e processos identitários

Tabela 10.1: Níveis de identificação com o próprio país e com a América Latina (em percentagens)..... 242

CAPÍTULO 11 – Estudo 4: Migrações, identidades e representações sociais: estudando processos identitários entre migrantes latino-americanos em Portugal e na Espanha

Tabela 11.1: Caracterização dos entrevistados..... 263

Tabela 11.2: Níveis de identificação dos entrevistados com relação a diferentes grupos..... 264

APRESENTAÇÃO

> And home, we know, is not just the place where you happen to be born. It's the place where you become yourself [...] And home, in the end, is of course not just the place where you sleep. It's the place where you stand (Pico Iyer, 2013, *Where is home?*)[1].

"De onde você é? Onde é sua casa?" Estes são alguns dos questionamentos que Pico Iyer coloca em uma das TED Talks[2] que proferiu no ano de 2013, sob o título *Where is home?*. As reflexões propostas nessa conferência envolvem temáticas que sempre me foram muito caras, que sempre me tocaram de uma forma especial, principalmente por minhas experiências de vida. É nesse sentido que, nesta breve apresentação sobre a organização da tese, considero pertinente tecer algumas considerações. Primeiramente, tendo em vista que não há uma ciência neutra e que, como pesquisadora e psicóloga social, estou ciente de que meus valores, crenças, atitudes (e por assim dizer, as representações sociais que partilho relativas a diferentes objetos), influenciam nas escolhas teórico-metodológicas e que "o estudo em psicologia social é fundamentalmente um empreendimento histórico" (Gergen, 2008, p. 481), penso que seja necessário expor o contexto de produção desta tese, o que, acredito, facilitará a compreensão do leitor.

Entre o curso de Psicologia (e o foco da formação em Psicologia Social), viagens, cursos de idiomas, convívio com pessoas de diferentes estados brasileiros e de diferentes países, cresceu cada vez mais meu interesse por estudar relações entre diferentes culturas. Foi assim que no ano de 2007 comecei a participar de um grupo de pesquisa com/sobre grupos ciganos, a partir dos referenciais teóricos da Teoria da Identidade Social (TIS) e da Teoria das Representações Sociais (TRS). A partir daí, discutir sobre relações intergrupais e processos identitários tornou-se algo mais do que uma "área de interesse" de estudo, passou a ser também um projeto de vida, algo que fazia parte de mim, das minhas experiências e algo sobre o qual queria compreender mais. Foi neste contexto que decidi, então, realizar minha pesquisa de mestrado, em que investiguei processos identitários entre latino-americanos e europeus que migraram para o Brasil[3].

Dentre as diversas discussões realizadas durante o mestrado, algumas questões em especial me chamaram a atenção, principalmente entre os latino-americanos entrevistados: De que América

[1] Optamos por manter as citações nos idiomas originais quando estas constituem-se como epígrafes de capítulos ou seções, especialmente por muitas delas (não todas) se tratarem de obras literárias, músicas, entre outras expressões artísticas. Porém, ao longo do texto, efetuamos a tradução das citações diretas que utilizamos, a fim de contribuir para a fluidez da leitura com um mesmo idioma ao longo do corpo do trabalho.
[2] TED (Technology, Entertainment, Design) é uma organização sem fins lucrativos surgida nos EUA que organiza conferências ("talks") sobre temas diversos. Para mais informações sobre o TED, ver: https://www.ted.com/
[3] Ver: Brasil (2012).

Latina estávamos falando? O que estes indivíduos entendiam por América Latina? O que fazia com que se identificassem (e identificassem os outros) como pertencentes ou não ao grupo dos latino-americanos?

Tendo essas questões como ponto de partida, iniciei a minha tese, como parte do curso de doutoramento em Estudos Culturais, a qual teve o objetivo geral de compreender e analisar como se configuram os processos identitários de indivíduos de diferentes países da América Latina (Brasil, Chile e México) a partir da dinâmica de pertencimento social e das representações sociais associadas aos objetos *América Latina* e *latino-americano*, em contexto[4] latino-americano e em contexto de migração (em Portugal e na Espanha). Ou seja, o objeto social central dessa investigação é a chamada "identidade latino-americana" (ou melhor, "identidades latino-americanas") e, nesta tese, o seu estudo envolve a análise de dois objetos de representação (*América Latina* e *latino-americanos*), que se (inter)relacionam nessa dinâmica de construção do fenômeno investigado. Portanto, dito de outra forma, são analisados os processos psicossociais envolvidos na construção da identidade social relacionada à América Latina como uma categoria social de pertença, a partir das relações entre processos identitários, representações sociais e memória social, conforme discorremos nos próximos capítulos.

Ressalta-se de antemão que este trabalho não foi realizado com o objetivo de "encontrar" o que seria uma "identidade latino-americana", mas sim de compreender como estes latino-americanos que participaram da pesquisa representam a América Latina e como se dão as diferentes possibilidades da dinâmica identitária destes indivíduos com relação a esta(s) "identidade(s) latino-americana(s)" e em relação com suas diferentes pertenças sociais. Discutiremos melhor sobre os objetivos dos estudos realizados e sobre as escolhas dos países considerados no capítulo metodológico da tese (Capítulo 7).

Dessa forma, eu, como mulher, brasileira, estudante, latino-americana, estrangeira residente em Portugal, estou também envolvida com meu objeto de estudo, poderia me encaixar também no perfil dos participantes da minha pesquisa. E é por isso que escrevo esta apresentação em primeira pessoa do singular, pois considero necessário haver clareza e honestidade intelectual de reconhecer que, ao fazer ciência, devemos buscar uma objetividade, porém uma neutralidade absoluta é impossível. Assim, ao longo do processo de construção da tese, fizeram-se sempre presentes momentos de reflexão sobre meu papel de pesquisadora, sobre me colocar "de fora" para compreender os fenômenos investigados,

[4] Entendemos por *contexto* o conjunto formado pela ligação entre as normas, regras e valores de determinados grupos nos quais os indivíduos se inserem, as condições históricas e culturais envolvidas na construção e na participação destes grupos, bem como as situações mais imediatas, que envolvem as diferentes pessoas com as quais os indivíduos possam interagir em determinados locais, períodos e circunstâncias. Para maiores discussões sobre contexto social, ver, por exemplo, Alessio (2012) e Howarth e colaboradores (2013).

sobre minhas implicações[5] nesses temas. É um constante processo de observação e questionamento que, por mais difícil que seja, é extremamente prazeroso e necessário, e que, como diferentes aspectos de nossas vidas, porta em si pontos positivos e negativos. Por um lado, há o perigo de se envolver demais com o tema e induzir certas perguntas/respostas ou desenvolver interpretações enviesadas, porém, por outro lado, esse lugar de familiaridade, de vivência com/no tema pode permitir um olhar mais sensível a diferentes nuances que talvez para um "observador externo" não fossem possíveis (Maydell, 2010a). Os diálogos e trocas com minha orientadora (mulher, professora, portuguesa, europeia) e com diferentes amigos, colegas de profissão e de estudos são, portanto, essenciais para ajudar a balancear essa relação *in/out* com o objeto de estudo da tese e dar continuidade ao trabalho.

Outra consideração se faz necessária, por conseguinte: escrevo a apresentação em primeira pessoa do singular, para situar minha perspectiva sobre meu ponto de partida, mas, ao longo da tese, escrevo na primeira pessoa do plural[6], pois, por mais que o trabalho e a escrita sejam meus, este trabalho é fruto das vivências, estudos, discussões, reflexões com os diversos Outros com os quais direta ou indiretamente me relacionei até hoje.

Finalmente, destaco que, a fim de atingir os objetivos pretendidos na tese, a construção da mesma se deu a partir da divisão em duas grandes partes. A primeira – Introdução e enquadramento teórico – com a seguinte configuração: 1) no primeiro capítulo realizamos uma breve discussão sobre os Estudos Culturais em geral, e em contexto latino-americano, e sua relação com a Psicologia Social; 2) no segundo capítulo apresentamos uma reflexão sobre a construção das ideias de América Latina e de identidade(s) latino-americana(s), relacionando-as com alguns debates atuais, que envolvem aspectos como, globalização, (des)construção dos Estados-nação e interculturalidade; 3) no terceiro capítulo discorremos sobre processos identitários e sobre os principais conceitos, debates e divergências relacionados à Teoria da Identidade Social; 4) no quarto capítulo insere-se a discussão sobre os principais aspectos da Teoria das Representações Sociais; 5) no quinto capítulo apresentamos os principais fatores envolvidos nas relações entre os conceitos e as teorias apresentados nos capítulos 3 e 4, relacionando-os também com discussões sobre memória social; 6) finalmente, no sexto capítulo, falamos sobre os processos migratórios enquanto contexto de construção identitária, discutindo também sobre o caso específico da migração latino-americana. A segunda parte – Investigação Empírica – estará

[5] Para mais informações sobre análise de implicação, ver: Lourau (1993).

[6] Com exceção de algumas notas de rodapé e da Discussão Geral, ao final da tese, na qual também peço licença em determinado momento para falar em primeira pessoa do singular.

dividida em cinco capítulos, a saber: 7) um capítulo metodológico, contendo uma descrição e reflexão acerca do percurso metodológico realizado para a confecção da tese, seguido de quatro capítulos sobre os diferentes estudos empíricos conduzidos; 8) o oitavo capítulo é sobre o primeiro estudo da tese (Estudo 1) – dividido em dois estudos relacionados (Estudo 1.1 e Estudo 1.2), acerca das representações sociais da história da América Latina, com o seus principais eventos e personagens; 9) no nono capítulo apresenta-se o segundo estudo (Estudo 2), acerca das representações e metarrepresentações sociais sobre a América Latina, discutindo também sobre os critérios de delimitação usados pelos indivíduos para definir o que eles entendem por América Latina e os termos que usam para nomeá-la; 10) o décimo capítulo refere-se ao terceiro estudo (Estudo 3), em que analisamos as representações e metarrepresentações sociais sobre os latino-americanos e os termos que utilizam para nomeá-los; 11) e, no décimo primeiro capítulo apresentaremos o quarto estudo (Estudo 4), em que analisamos os processos identitários de latino-americanos que migraram para Portugal e Espanha. Finalmente, o último capítulo – Discussão geral – contará com uma reflexão final acerca do conjunto dos estudos conduzidos e de suas principais contribuições e limitações para atingir os objetivos propostos na tese, bem como sugestões de estudos futuros.

Ressalta-se que alguns temas discutidos são transversais à tese inteira e sua divisão em capítulos e seções é mais didática do que de fato representativa de uma diferenciação essencial e estática (por este motivo também é variada a extensão de cada capítulo). Por isso, certos tópicos e conceitos serão retomados no decorrer do texto – em um constante esforço para não se tornar repetitivo ou cansativo – e trabalhados em diálogo com outras questões no sentido de proporcionar uma melhor compreensão das imbricações existentes entre os assuntos, definições e teorias problematizadas neste trabalho, que refletem a complexidade dos fenômenos analisados. Ademais, alguns conceitos que não se configuram como os mais centrais para a tese não serão aprofundados a fim de não ultrapassar os propósitos do trabalho. Contudo, serão fornecidos, em notas de rodapé, exemplos de referências de trabalhos/autores que discutiram sobre estes aspectos, para o caso de o leitor desejar ter acesso a outras fontes que ofereçam maiores discussões acerca deles. Finalmente, é importante destacar que entendemos que não há pesquisa empírica sem teoria, portanto, a divisão que realizamos em duas partes (enquadramento teórico e investigação empírica) foi também apenas para efeitos de organização do texto. Contudo, ao longo de toda a parte empírica os resultados serão analisados e discutidos com base nas reflexões teóricas apresentadas desde a parte teórica, no início da tese, havendo um diálogo entre ambas as partes.

PARTE I –

INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 – Estudos Culturais, Psicologia Social e América Latina: onde se insere nossa investigação

Após a apresentação do contexto de desenvolvimento da tese, é pertinente também situar teoricamente o âmbito de inserção deste trabalho. Esta pesquisa se constitui como uma tentativa de unir esforços de diferentes áreas, quais sejam, os Estudos Culturais e a Psicologia Social, que possuem interesses e perspectivas que dialogam e se complementam. Entendemos que alguns aspectos comuns nas investigações em Estudos Culturais, discutidos por Baptista (2009), como a interdisciplinaridade, a complexidade atribuída ao fenômeno cultural, com seu caráter multidimensional e contextual, e o compromisso cívico e político na condução de suas pesquisas também estão presentes nas investigações em Psicologia Social. Assim, acreditamos que as diferentes possibilidades de articulação dessas perspectivas possibilitam um diálogo interessante para auxiliar na condução da nossa investigação. E é sobre essas possibilidades e as diferentes características que aproximam estes campos, bem como sobre os Estudos Culturais na América Latina que discorreremos brevemente a seguir.

1.1. Algumas considerações iniciais sobre os Estudos Culturais

> Desde sua formação, os Estudos Culturais constituíram-se num terreno problemático de disputas e contestações. Existem diferenças teóricas e políticas no modo pelo qual são definidos. Não têm mesmo um ponto de origem bem determinado, tanto em termos teóricos quanto geográficos. Além disso, têm sido vistos como uma encruzilhada entre distintas disciplinas e linhas de pensamento, abarcando discursos, metodologias e posicionamentos múltiplos (Escosteguy, 2003, p. 51).

Levando-se em consideração, portanto, essas dificuldades de delimitação dos Estudos Culturais, tentaremos aqui aventar alguns principais momentos, autores e discussões imbricados nesse campo e que nos auxiliaram no percurso da tese.

De modo geral, os Estudos Culturais, ao longo do seu processo de construção, se constituíram como um espaço que permitiu articular e redefinir os limites entre diferentes disciplinas, como Sociologia, Literatura, História, entre outras (Baptista, 2009; Castro-Gómez, 2003), possibilitando um espaço de diálogo, de "encontro entre disciplinas e projetos intelectuais, políticos e éticos que provêm de distintos momentos históricos e de distintos lugares epistemológicos" (Walsh, 2003, p.12, tradução nossa). Constituiu-se, por assim dizer, como um corpo de conhecimento caracterizado pela reflexão,

crítica e contestação de conceitos e categorias por vezes naturalizados ou pouco problematizados (Baptista, 2009). Trouxe para o foco de discussão ideias relativas a alguns conceitos, como cultura, cultura popular, identidade, poder, discurso, ideologia, hegemonia, entre outros[7], produzindo um conhecimento de cunho político, que visava também a possíveis mudanças na sociedade (Barker, 2004).

No que tange ao seu surgimento e difusão, segundo Neves (2009), os Estudos Culturais se iniciaram na década de 1950, na Inglaterra, período em que começaram a ser debatidas outras ideias que futuramente constituiriam o panorama da pós-modernidade, como o pós-estruturalismo, a partir de ideias de autores como Foucault[8], Deleuze e Derrida, e o pós-modernismo, a partir de autores como Heidegger e Nietzsche. Dessa forma, os Estudos Culturais se desenvolvem desde uma primeira abordagem, mais economicista, iniciada com os trabalhos de Sydney Reybould, na Universidade de Leeds, até outra abordagem, que envolvia também sociologia, artes e literatura, em torno das décadas de 1960 e 1970, a partir dos estudos de Stuart Hall, no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham (CCCS – *Centre for Contemporary Cultural Studies*). Os estudiosos dessa área, então, para além das perspectivas teóricas mais próximas do marxismo, das quais partiram, passaram também a trabalhar com autores como Benjamin, Althusser e depois Gramsci, adotando uma perspectiva mais dinâmica que a do estruturalismo e mais voltada para o nosso cotidiano, quando comparada ao pós-estruturalismo, o qual passará a ter mais influência nos trabalhos dos Estudos Culturais.

Os Estudos Culturais passam a englobar diferentes áreas do conhecimento no estudo de diferentes aspectos da nossa cultura, no mundo atual, de caráter múltiplo e diverso, contexto em que os Estudos Pós-Coloniais também ganham maior destaque, especialmente com a ascensão, a partir do final da década de 1970, do pós-modernismo, com abordagens de cunho desconstrucionista. Desse modo, começam a ser desenvolvidos estudos acerca das relações de subordinação e dominação, entre diferentes culturas envolvidas nos processos de descolonização, principalmente a partir de obras de autores como Edward Said, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, além de Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin, com sua obra *The Empire Writes Back*, publicada no ano de 1989, que também se constituiu como uma das obras que tiveram importante contribuição na difusão das discussões pós-coloniais.

[7] Alguns destes conceitos serão posteriormente discutidos neste ou em outros capítulos da tese. Porém, para mais informações acerca deles, ver também: Barker (2004); Szurmuk & Irwin (2009).

[8] Destacamos que, ao longo da tese, quando mencionarmos nomes de autores, com ou sem a data de suas publicações, sem referenciá-los ao final deste trabalho, significa que sua obra de forma geral foi importante para o assunto sobre o qual estamos abordando naquele momento e que ou não estamos utilizando alguma obra específica sua nessa situação, ou não tivemos acesso à determinada obra mencionada. Porém, sempre referenciaremos (no início ou no fim do parágrafo) os autores que citaram estes outros pensadores. Por exemplo, no caso deste parágrafo, Neves (2009) é a autora que faz menção em seu texto a estes outros autores que referenciamos.

Em sua obra *Orientalism*, considerada uma das pioneiras nos debates sobre o pós-colonialismo, Said (1978/2007)[9] propõe uma discussão acerca de como o Orientalismo se configura como uma forma de ver o mundo que estabelece uma divisão binária entre Ocidente (colonizador) e Oriente (colonizado), de modo que a própria ideia de Oriente é uma construção do Ocidente (Costa, 2006; Neves, 2009). Dessa forma,

> Orientalismo é um conjunto de discursos de poder Ocidentais que construiu um Oriente – Orientalizou o Oriente – de maneiras que dependem de e reproduzem a superioridade posicional e a hegemonia do Ocidente. Para Said, Orientalismo é um grupo geral de ideias impregnadas com superioridade europeia, racismo e imperialismo, que foram elaboradas e distribuídas por meio de uma variedade de textos e práticas (Barker, 2004, p.139, tradução nossa).

Esse conjunto de ideias que constitui o Orientalismo é construído e consolidado historicamente e, ainda que promova uma alusão a um espaço geográfico, se refere principalmente a "uma fronteira cultural e definidora de sentido entre um nós e um eles, no interior de uma relação que produz e reproduz o outro como inferior" (Costa, 2006, p.119). Nessa esteira de reflexão, Hall (1996a), a partir desse binarismo proposto por Edward Said e também das ideias de Michel Foucault sobre formação discursiva[10], evidencia a polaridade existente entre o Ocidente (*West*) e o restante do mundo (*Rest*). Polaridade essa que é (re)alimentada por diferentes textos, mitos, entre outros recursos, e que se constitui como um ponto a ser combatido ou desconstruído por meio do pensamento pós-colonial (Costa, 2006; Hall, 1996a).

Homi Bhabha (1994/2005), se contrapõe à visão de Edward Said, propondo, com base em algumas noções psicanalíticas, que as relações entre colonizadores e colonizados são mais ambivalentes do que ele afirmava, além de ressaltar também o aspecto híbrido das culturas, destacando diferentes "locais da cultura", que não apenas os espaços acadêmicos e institucionais (Costa, 2006). Finalmente, Spivak (1985/2010), traz para o centro do debate a condição de invisibilidade e esquecimento dos Outros não europeus, problematizando o lugar do sujeito subalterno, sobretudo o subalterno feminino, que "não pode falar", de maneira a denunciar a histórica "violência epistêmica" (p.47) a qual esses indivíduos estiveram submetidos.

---

[9] Fazemos aqui uma ressalva no que diz respeito às datas das publicações: optamos por mencionar a data da publicação original e a data da versão que utilizamos apenas em casos de algumas publicações que podem ser consideradas "clássicas" das áreas com as quais estamos trabalhando – sabendo que o conceito do que é "clássico" pode variar para diferentes autores – e nos casos em que consideramos que a não menção à data original poderia levar a confusões quanto à cronologia de determinadas ideias/conceitos quando da comparação com outras obras do mesmo autor ou de outros autores com os quais sua obra possa dialogar.

[10] O conceito de discurso nos Estudos Culturais é utilizado a partir das proposições de Foucault, segundo as quais o discurso não é entendido apenas do ponto de vista linguístico, mas também como uma prática e como um campo de disputa de possibilidades de produzir conhecimento e "verdades" sobre as coisas. Assim, o discurso, longe de ser neutro, "constrói, define e produz os objetos de conhecimento de uma forma inteligível enquanto exclui outras formas de raciocínio como não inteligíveis. Ele estrutura quais sentidos podem ou não ser implantados sob determinadas circunstâncias pelos sujeitos falantes" (Barker, 2004, p.55, tradução nossa). Para mais informações sobre as ideias de Foucault sobre discurso e formação discursiva, ver: Foucault (1970/2004, 1969/2008).

Discorremos brevemente sobre os trabalhos e principais ideias de alguns autores importantes para os Estudos Pós-Coloniais a fim de ilustrar algumas das reflexões e denúncias que o conhecimento produzido nesse campo começou a proporcionar. Cumpre ponderar, contudo, que, apesar da ruptura e da inovação que os Estudos Pós-Coloniais representaram, há ainda muitas críticas ao seu significado e às metodologias utilizadas, de forma que ainda se encontram abertas "muitas questões, como a de existirem ainda actualmente formas de colonialismo mascarado, que originam situações neocolonialistas" (Neves, 2009, p.231). Algumas dessas críticas se referem, por exemplo, ao prefixo "pós" do pós-colonial, que transmitiria uma ideia de que o colonialismo acabou (Carreira, 2003; McClintock 1995 citado por Hall, 2000; Prysthon, 2004), o que, na realidade não ocorreu, pois "o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória" (B. S. Santos, 2004, p.8). Desse modo, esse "pós", ao contrário de indicar uma superação do colonialismo, diz respeito à "tomada de consciência das continuidades e heranças coloniais mesmo em séculos posteriores às independências políticas" (Rabasa, 2009, p. 220, tradução nossa). Ademais, este "pós" não se concentra em um aspecto cronológico, de modo que "não se trata apenas de ser 'posterior' mas de 'ir além' do colonial" (Hall, 1996b, p.253, tradução nossa). Entendendo-se que o termo "colonial", significa ir "além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras e gênero, étnicas ou raciais" (Costa, 2006, p.118).

Outras críticas se concentram na argumentação de que muitos trabalhos dos Estudos Pós-Coloniais são produzidos em inglês, sendo este um aspecto limitador, além de haver uma produção de textos ainda concentrada em países que foram colonizadores (Carreira, 2003; Prysthon, 2004). Assim, discutimos que é importante que haja uma "geopolítica do conhecimento", no sentido de questionar quem o produz, para quem e em que contexto (B. S. Santos, 2004, p.9), levando-se em consideração, portanto, também outras experiências, outras perspectivas, visto que "cada experiência colonial é uma experiência colonial diferente (há diversos tipos de colonizadores, colônia e colonizados)" (Prysthon, 2004, p.5), como sabemos, por exemplo, com relação aos processos de colonização ocorridos na América Latina, conforme veremos adiante.

Apesar dessas críticas dirigidas aos Estudos Pós-Coloniais e dessa variação metodológica em seu domínio, observamos alguns fatores que unem os trabalhos conduzidos nesse campo, principalmente por meio da proposta de discutir as relações de subordinação e dominação existentes

na sociedade, além da reflexão também sobre conceitos como raça, etnia, nação, hibridação[11], entre outros (Barker, 2004; Neves, 2009). Nesse sentido, com o conjunto de discussões realizadas nesse âmbito, vemos que, dentre outros aspectos:

> Cai o conceito de estado/nação e de identidade nacional pura, deixando o lugar a uma identidade híbrida e mestiça. As «grandes narrativas» são substituídas pela história das migrações pós-coloniais e da diáspora cultural e política que caracterizam a nossa actualidade. Os «esquecidos» levantam a cabeça e começam a falar, contando as suas histórias de marginalidade e de esquecimento. A cultura vira-se para «as margens» e transforma-se numa «praxe de sobrevivência». [...] Em suma, o colonialismo aparece cada vez mais como um conceito/chave fundamental para descodificar o presente (Neves, 2009, p.235-236).

Os próprios termos *pós-colonial* e *pós-colonialismo* carregam em si possibilidades de contestação das terminologias homogeneizadoras usadas para se referir aos países de "Terceiro Mundo", "subdesenvolvidos", "periféricos", visto que se configuram como espaços outros (tanto teóricos quanto políticos) de análise do mundo, de forma a possibilitar a superação de certas dicotomias, como a própria polaridade Ocidente/Oriente (Prysthon, 2004). Isso não quer dizer, no entanto, que os Estudos Pós-Coloniais tenham sido os primeiros a questionar certas ideias e definições como as de colonização, identidade, representação, alteridade entre outras. Mas sim, significa que

> com o pós-colonialismo esses elementos são colocados num marco de referências que, ao invés de simplesmente inverter ou descartar termos e hierarquias, vai questioná-los na sua essência e na sua malha de inter-relações, vai pensar as condições de possibilidade, continuidade e de utilidade da sua construção (Prysthon, 2004, p.10).

O lugar central que a problematização desses conceitos ocupa nos Estudos Pós-Coloniais, reflete, portanto, também nos Estudos Culturais, como dissemos anteriormente, já que os primeiros se desenvolvem como uma vertente de análise, como um campo de investigações e discussões no âmbito destes últimos[12]. Os Estudos Culturais e os Estudos Pós-Coloniais se constituem, deste modo, como possibilidades de (re)construir princípios teóricos e metodológicos que nos auxiliem no estudo das diferenças e da diversidade do nosso mundo. Configuram-se como formas de contestar narrativas prévias, que legitimam relações de poder e dominação, iniciando-se os estudos nesse âmbito também com o intuito de propor novas categorias para explicar o mundo, visto que as antigas já não eram suficientes para explicar as novas configurações das relações em que vivemos (Hall, 2000). E é nessa tentativa de contestação de narrativas prévias e de busca de novas concepções para compreender o

[11] Os conceitos de nação e hibridação serão debatidos no Capítulo 2 (e também retomados em outros capítulos da tese, em especial, nos Capítulos 3 e 6). Já os conceitos de raça e etnia, apesar de abordados em diferentes capítulos, serão melhor discutidos no Capítulo 3.

[12] Reconhecemos que existem diferentes possibilidades de entendimento sobre as relações entre os Estudos Culturais e os Estudos Pós-Coloniais, e também os Estudos do Subalterno, o qual também consideramos como um campo dentro dos Estudos Culturais. Contudo, destacamos que, para fins desta tese, não nos aprofundaremos nos debates acerca de cada um destes campos e também de suas (inter)relações, focando as discussões na associação entre a Psicologia Social e alguns conceitos e ideias destes campos que sejam úteis para auxiliar na análise dos fenômenos investigados. Para mais informações acerca das relações entre Estudos Culturais, Estudos Pós-Coloniais e Estudos do Subalterno, ver: Baptista (2009); Barker (2004); Costa (2006); During (1999); Hall (2003); Neves (2009); Prysthon (2004); B. S. Santos (2004); Szurmuk & Irwin (2009).

mundo, que se destaca também a produção de conhecimentos contextualizados de acordo com as especificidades e diferenças de cada local de onde se parte, como veremos a seguir no caso latino-americano.

1.2. Os Estudos Culturais e a América Latina

O desenvolvimento dos Estudos Culturais nos países latino-americanos, assim como em diferentes regiões do mundo, também foi fruto de um processo de empréstimos, traduções, criações, (re)produções de conceitos, metodologias e focos de debate, por meio de (re)combinações entre o que estava sendo produzido em outros locais e na América Latina, considerando o seu contexto próprio. A respeito dessa necessidade de se considerar o contexto de produção do conhecimento em Estudos Culturais, Escosteguy (2003), a partir de discussões realizadas por Hall (1996c, 1996d) em trabalhos anteriores, alerta para o modo como, ao irem para diferentes lugares, os conceitos e posicionamentos desenvolvidos devem ser traduzidos de acordo com a realidade e as necessidades locais. Por conseguinte, conforme continua a autora:

> [...] a expansão do projeto dos Estudos Culturais para outros territórios é um processo de negociação cultural. Cada um desses lugares onde os Estudos Culturais estão chegando está envolvido em um processo de *re*-articulação e *re*-contextualização de suas posições teóricas. Nesse movimento, os termos vão mudando, existindo uma apropriação particular. Em qualquer processo desse gênero há elementos que permanecem, mas também existem outros que mudam sua face. Se não fosse assim, o processo estaria incompleto, pois não daria conta das particularidades da sociedade em análise (Escosteguy, 2003, p. 53, grifos da autora).

No *Diccionario de Estudios Culturales Latinoamericanos*, coordenado por Mónica Szurmuk e Robert Mckee Irwin, os autores traçam um breve percurso sobre a origem múltipla dos Estudos Culturais na América Latina, explicando que se trata se "um processo de retroalimentação constante entre diferentes grupos da sociedade civil, formas culturais populares, instituições culturais, Estados nacionais, correntes de pensamento internacionais e continentais" (Szurmuk & Irwin, 2009, p.11-12, tradução nossa). Em meio a essa multiplicidade de fatores que contribuíram para o desenvolvimento dos Estudos Culturais na região, os autores destacam quatro aspectos que julgam de grande importância, sobre os quais discorremos sucintamente a seguir.

O primeiro destes fatores foi a tradição ensaística latino-americana, entre os séculos XIX e XX, que apresentava um conjunto de textos que seguiam uma linha de debate com alguns temas em comum, como identidade, alteridade, modernidade, peculiaridades da cultura latino-americana em comparação com outras culturas, como a estadunidense ou a europeia, entre outros tópicos. Dentre alguns dos

principais representantes dessa tradição, Szurmuk e Irwin (2009), mencionam (e listamos aqui em ordem alfabética pelo primeiro nome)[13]: Aimé Césaire, Alfonso Reyes, Andrés Bello, Ángel Rama, Antonio Candido, Antonio Cornejo Polar, Darcy Ribeiro, Domingo Faustino Sarmiento, Ezequiel Martínez Estrada, Fernando Ortiz, Gilberto Freyre, José Carlos Mariátegui, José Enrique Rodó, José Martí, José Vasconcelos, Manuel González Prada, Octavio Paz, Pedro Henríquez Ureña, Roberto Fernández Retamar.

O segundo fator mencionado foi a recepção e apropriação que trabalhos de determinadas áreas e escolas de pensamento tiveram na América Latina, a saber: os trabalhos da Escola de Frankfurt, especialmente os de Theodor Adorno, Walter Benjamin e Max Horkheimer; os trabalhos do "novo marxismo", como os de Louis Althusser e Antonio Gramsci; os do pós-estruturalismo francês, nas figuras de Michel Foucault e Jacques Lacan, por exemplo. Outros pensadores franceses, contudo, também tiveram grande influência na América Latina, como Roland Barthes, Pierre Bourdieu, Michel de Certeau e Gilles Deleuze. Além dessas influências, evidente também a importância dos textos do CCCS e demais autores relacionados aos Estudos Culturais Britânicos, como Paul Gilroy, Stuart Hall, Richard Hoggart e Raymond Williams (Szurmuk & Irwin, 2009).

O terceiro aspecto é o que os autores chamam de "relação horizontal sul-sul" (p.12, tradução nossa), com o desenvolvimento de trabalhos intelectuais a partir de outras áreas do planeta, que não apenas a Europa, e com o avanço dos Estudos Pós-Coloniais e os Estudos do Subalterno. Aqui destacam-se, além de autores que já mencionamos (e.g. Said, Spivak, Bhabha), também Ranajit Guha, Gyan Prakash e, principalmente, Frantz Fanon, que, segundo Szurmuk e Irwin (2009), teve grande relevância na América Latina, ao enfatizar em suas obras (e.g. *Pele Negra, Máscaras Brancas* e *Os Condenados da Terra*) a discussão, a partir do olhar do negro e colonizado, sobre os efeitos da colonização, do racismo e de como o colonizado pode responder a isso.

Por fim, o quarto fator que auxiliou no florescimento dos Estudos Culturais em contexto latino-americano foi o desenvolvimento de uma "agenda de investigação em estudos culturais latino-americanos nos Estados Unidos" (p.17, tradução nossa), que contou (e conta) com a participação de intelectuais latino-americanos que migraram para os Estados Unidos da América (EUA) e lá trabalhavam em universidades[14]. Essa agenda de investigação envolvia um trabalho organizado em diálogo com a

[13] Ainda que não tenha tido contato com o trabalho de todos os autores listados, optei por citar todos os nomes mencionados por Szurmuk e Irwin (2009), pois acredito que é também meu compromisso, como latino-americana, doutoranda em Portugal, ajudar a divulgar um pouco do trabalho que tem sido produzido na região e que, por vezes, pode não ser de conhecimento de alguns leitores em outras partes do mundo.

[14] Destaca-se que a experiência migratória de diversos pensadores da América Latina e do Caribe para diferentes países, que não apenas os EUA, foi de grande importância no desenvolvimento dos Estudos Culturais. Vide os casos de Stuart Hall (nascido na Jamaica) e Frantz Fanon (nascido na Martinica), por exemplo.

teoria feminista, com os Estudos *Chicanos*, Afroamericanos, do Subalterno, *Queer*, entre outros movimentos, evidenciando a diversidade e transdisciplinaridade desse campo de conhecimento dos Estudos Culturais Latino-americanos, ainda que em território estadunidense (Szurmuk & Irwin, 2009).

Apesar de terem sido elencados estes momentos que tiveram influência na origem dos Estudos Culturais na América Latina, alguns autores latino-americanos, como Martín-Barbero (1996), chamam a atenção para o fato de que já se faziam Estudos Culturais naquela região muito antes desse rótulo aparecer. Ou seja, a centralidade do conceito de cultura e outros mais relevantes a este campo já se fazia presente nas discussões latino-americanas, portanto, os conhecimentos trazidos das vertentes dos Estudos Culturais dos EUA, da Inglaterra, da França, da Alemanha, entre outros, não foram tão inovadores como se poderia pensar na América Latina. Isso não quer dizer, como pontua Mato (2002) que se negue a importância dos CCCS, por exemplo, para o desenvolvimento teórico dos chamados *Estudos Culturais Latino-americanos*, mas sim de chamar a atenção para a invisibilidade e lugar subalterno por vezes relegado às histórias latino-americanas já existentes no âmbito do estudo da cultura.

No entanto, essa especificidade do contexto latino-americano justifica a nomeação de *Estudos Culturais Latino-americanos*? Esse é um questionamento que alguns autores têm debatido (e.g. Mato 2002, 2003; Mignolo, 2003; Restepro, 2015; Richard, 2005; Walsh, 2003) e em torno do qual, como na maioria dos debates conceituais/acadêmicos/epistemológicos/teóricos a que assistimos, não há um consenso. Mato (2003) propõe substituir essa denominação por "estudos e outras práticas latino-americanas em cultura e poder" (p.73, tradução nossa), atentando para os aspectos em comum existentes entre os países latino-americanos, como o seu processo histórico de colonização, depois ditaduras, redemocratização, além de outros momentos e características que os unem e influenciam também na escolha de temas em comum a serem estudados. Segundo o autor, portanto, essa denominação portaria em si uma "consciência de contexto, de diferença, de relações de poder, com atitude crítica e olhar transdisciplinar" (Mato, 2003, p.105, tradução nossa), sem entender, contudo, a América Latina como algo homogêneo, porém cheio de diferenças e em constante processo de mudança (Mato, 2003). Entretanto, Mignolo (2003) pondera que essa mudança na nomenclatura não parece ser essencial, visto que "o nome alternativo nomeia um lugar institucional e não uma agenda intelectual" (p.38, tradução nossa). Logo, mais importante do que a denominação que se dá a esse projeto, é importante sustentar a ideia de que se está produzindo um conhecimento que é contextualizado e que se constitui como um "campo de possibilidade de transformação epistemológica", que se propõe a

"pensar a partir da especificidade, heterogeneidade e colonialidade local, nacional e regional, mas sempre em diálogo global" (Walsh, 2003, p.23-24, tradução nossa).

Nesse sentido, ao refletirmos sobre a denominação *Estudos Culturais Latino-americanos*, convém a utilizarmos? Além do fato de essa designação (*Latin American Cultural Studies*) ser de origem estadunidense (Szurmuk & Irwin, 2009), remetendo à lógica de funcionamento das instituições dos EUA (Restepro, 2015), partilhamos das ideias de Mignolo (2003) e Richard (2005) de que os Estudos Culturais na América Latina não precisam se denominar de *Estudos Culturais Latino-americanos*, pois não envolvem assuntos apenas da/na América Latina, mas do/no mundo. Dessa forma, os estudos a partir da América Latina estariam muito mais voltados para o seu lugar no contexto de globalizações e modernidades do que apenas para a região latino-americana (Mignolo, 2003). Portanto, ao nos referimos aos trabalhos na área dos Estudos Culturais produzidos em contexto latino-americano, utilizaremos expressões, como *Estudos Culturais na América Latina* e *Estudos Culturais a partir da América Latina.*

Ao falarmos, então, desses Estudos Culturais produzidos em (a partir de) contexto latino-americano estamos diante de um campo de estudos que

> reflete a necessidade de articular a partir da América Latina, mas em relação com outras regiões do mundo, projetos intelectuais, políticos e éticos que põem em diálogo, debate e discussão pensamentos críticos (no plural), que têm como objetivo compreender e confrontar, entre outras, as problemáticas da colonialidade e interculturalidade, e pensar fora dos limites definidos pelo (neo)liberalismo (Walsh, 2003, p.13, tradução nossa).

Diante dessa necessidade, discussões sobre processos de hibridação, identidade, sobre modernidade, pós-modernidade, globalização, colonialismo e pós-colonialismo tornam-se centrais nos Estudos Culturais e Pós-Coloniais desenvolvidos a partir da América Latina (Prysthon, 2004). Contudo, com relação a essa denominação de *pós-colonialismo* para caracterizar alguns estudos provenientes da região latino-americana nesse campo também há alguns embates. Diferentes autores (e.g. Mignolo, 2007), preferem utilizar, por exemplo, o adjetivo *decolonial* para se referir a um projeto crítico que possibilite uma descolonização do conhecimento e que permita pensar o mundo para além do olhar europeu ou de outros lugares, mas sob um olhar contextualizado a partir da história colonial da América Latina (Mignolo, 2007).

Para compreendermos melhor um pouco das discussões acerca do processo de construção da opção decolonial na América Latina, discutiremos brevemente sobre alguns momentos e conceitos importantes para o desenvolvimento dessa perspectiva, utilizando como fio condutor a reflexão realizada por Ballestrin (2013) acerca dessa temática. Segundo a autora, influenciados pelas discussões promovidas pelos pensadores dos Estudos do Subalterno, que mencionamos anteriormente, em

especial, pelos trabalhos do Grupo Sul-Asiático, funda-se o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, na década de 1990. Época em que os países latino-americanos passam por processos de redemocratização e diversas outras mudanças sociais, políticas e econômicas, que propiciam o florescimento de debates como os propostos pelos Estudos do Subalterno, inserindo a América Latina nas discussões pós-coloniais, conforme contextualiza o Manifesto inaugural produzido pelo Grupo Latino-Americano, e citado por Ballestrin (2013).

Para alguns autores do Grupo, no entanto, como Walter Mignolo, os Estudos do Subalterno, Pós-Coloniais e os Estudos Culturais na América Latina ainda não haviam rompido com a perspectiva eurocêntrica. Dessa forma, Ballestrin (2013), explicando sobre a visão de Mignolo, diz que:

> Para ele, o grupo dos latinos subalternos não deveria se espelhar na resposta indiana ao colonialismo, já que a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ela própria oculta no debate. A história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno. Além disso, os latino-americanos migrantes possuem outras relações de colonialidade por parte do novo império estadunidense - ele mesmo tendo sido uma colônia nas Américas (p.95-96).

Diante desses desacordos, o Grupo Latino-Americano foi desintegrado no ano de 1998 e alguns dos seus ex-membros fundaram o Grupo Modernidade/Colonialidade, que teve como alguns de seus fundadores Ramón Grosfóguel e Walter Mignolo (Ballestrin, 2013). Portanto, diante da necessidade, na visão desses autores, de superar esse eurocentrismo presente na escolha dos autores, temas e textos utilizados, fez-se "evidente a necessidade de transcender epistemologicamente - ou seja, de descolonizar - a epistemologia e o cânone ocidentais" (Grosfoguel, 2008, p.116). Dentre os principais membros desse grupo, encontram-se Aníbal Quijano, Arthuro Escobar, Catherine Walsh, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Immanuel Wallerstein, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfóguel, Santiago Castro-Gómez, Walter Mignolo, entre outros[15]. Os trabalhos conduzidos no âmbito desse grupo partilham de algumas concepções, conceitos e vocabulários específicos, dentre os quais, descreveremos brevemente três conceitos principais: colonialidade do poder; modernidade/colonialidade e viragem decolonial (Ballestrin, 2013).

A colonialidade do poder foi uma ideia proposta por Quijano (2005)[16], segundo a qual, mesmo com o fim do colonialismo, as relações coloniais no âmbito econômico, político e social não acabaram. Assim, esse termo demarca "um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a

[15] Mais informações acerca do perfil dos membros do Grupo Modernidade/Colonialidade podem ser encontradas no quadro apresentado por Ballestrin (2013, p.98).
[16] Segundo Ballestrin (2013) o conceito foi inicialmente proposto por Quijano no ano de 1989.

hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais" (Grosfoguel, 2008, p.126). Esse conceito teve depois o seu uso ampliado por diferentes autores do grupo, como Maldonado-Torres (2007), passando a ideia de colonialidade a ser utilizada também como uma colonialidade do ser[17] e do saber.

Com relação ao segundo conceito, o de modernidade/colonialidade, como o próprio nome sugere, significa alertar para as imbricações existentes entre a modernidade e a colonialidade, sendo essa última parte essencial da primeira, como discutem alguns autores do grupo e não só. Assim, conforme também argumenta Porto-Gonçalves (2011), a subjugação dos povos originários da América, junto à escravidão e ao tráfico de negros africanos, que foram levados a esse continente, contribuíram para a consolidação da centralidade da Europa, fazendo com que o sistema-mundo moderno se construísse junto à colonialidade, constituindo-se, portanto, um "sistema-mundo moderno-colonial" (p.42). Desse modo, a expressão "modernidade/colonialidade", conforme discorre Castro-Gómez (2005) se constitui numa re-elaboração da ideia de sistema-mundo de Wallerstein, que traz para o centro do debate, porém, o aspecto da colonialidade, bem como evidencia o caráter patriarcal, capitalista, eurocêntrico da configuração desse sistema-mundo, como discute Grosfoguel (2008).

Finalmente, a expressão *viragem decolonial*, segundo Ballestrin (2013), foi primeiramente usada por Maldonado-Torres no ano de 2005, como uma forma de evidenciar os aspectos que discutimos há pouco, sobre a importância desse projeto intelectual e político que coloca em foco as relações modernidade/colonialidade, acrescentando a decolonialidade com um outro elemento dessa relação, que se configura como uma forma de resistência a essa lógica. Com relação ao termo "decolonial", vale uma última consideração acerca da diferenciação deste para o termo "descolonial", de modo que "a supressão da letra 's' marcaria a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria" (Ballestrin, 2013, p.108), enfatizando as diferenciações almejadas pelos integrantes do grupo, conforme exposto anteriormente.

Pontuamos aqui alguns aspectos centrais para os estudos desse grupo, que traz ideias interessantes para pensarmos a condição pós-colonial ou decolonial, a depender da perspectiva adotada. Contudo, concordamos com alguns aspectos levantados por Ballestrin (2013) de que algumas dessas ideias parecem por vezes se aproximar de uma "romantização dos oprimidos e explorados, apologia do

[17] Ressalta-se que, conforme esclarece Maldonado-Torres (2007), este conceito de colonialidade do ser já vinha sendo discutido por Walter Mignolo nos anos anteriores.

sujeito autóctone/original, desconstrutivismo paralisante e saída do próprio campo científico que está em disputa" (p.111). Ademais, focam-se nos países de colonização espanhola, ficando o caso do Brasil, por exemplo, e de outros países em segundo plano, além de darem "pouca atenção aos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente, à exceção dos Estados Unidos" (p.111). Nesse sentido, a autora elenca uma série de questões para refletirmos a partir das principais ideias do grupo:

> [...] É possível romper com a lógica da colonialidade da modernidade sem que abandonemos as contribuições do pensamento ocidental/europeu/iluminista - especialmente, liberalismo e marxismo - para a própria decolonização? Será que o êxito da sua proposta depende de sua própria condição subalterna e periférica? [...] Será que, ao enfatizar superações e ao negar as influências do pós-estruturalismo, pós-marxismo e pós-colonialismo, o grupo não estaria criando uma nova *hybris del punto cero*? (Ballestrin, 2013, p.112, grifor da autora).

Também com base nas provocações propostas por essas questões que optamos por incluir uma discussão, ainda que breve[18], sobre a produção desse grupo neste capítulo, sem, no entanto, termos qualquer intenção de responder às questões propostas de forma única ou definitiva, mas de tentar um diálogo – ainda que incipiente – com diferentes possibilidades de se entender os fenômenos que estamos estudando. Destacamos, portanto, que, para efeitos deste trabalho, utilizaremos a denominação *pós-colonialismo*, devido às ressalvas que pontuamos há pouco, além de considerarmos que, ao utilizarmos aqui o termo *pós-colonialismo* o utilizaremos sem perder de vista a centralidade da colonialidade de poder, ser e saber para pensarmos os históricos processos de dominação e as relações de poder existentes entre as diferentes regiões e países do mundo. E lembrando-se sempre da importância desses conceitos para o caso latino-americano, considerando que o conhecimento que produzimos é um conhecimento contextualizado, marcado por determinadas influências históricas, sociais, políticas, entre outras, que variam a depender do contexto que se considere. Assim, acreditamos que, independentemente da denominação que utilizemos aqui, *decolonial* ou *pós-colonial*, é importante não perdemos de vista a ideia de construção de um projeto crítico que vise à descolonização do conhecimento, contribuindo para a compreensão do mundo para além do olhar europeu.

Nessa tentativa de promover diálogos entre diferentes perspectivas e áreas do conhecimento, apresentamos a seguir uma sucinta discussão sobre os Estudos Culturais e a Psicologia Social, a fim de terminarmos de fornecer esse panorama inicial da inserção teórica do nosso estudo.

[18] Ressalto que não tive a intenção de prolongar o debate acerca das diferentes possibilidades de se entender e nomear o pós-colonialismo, decolonialismo e assim por diante, visto que fugiria aos objetivos da tese. Além disso, reconheço que eu mesma ainda estou iniciando os meus estudos nesse campo e optei por trazer aqui algumas reflexões, questões, dúvidas, no sentido de também abrir possibilidades de diálogo com diferentes perspectivas, ainda que concorde com elas ou não. Para mais informações acerca da opção decolonial, ver, por exemplo: Ballestrin (2013); Castro-Gómez (2005); Grosfoguel (2008); Mignolo (2007).

1.3. A Psicologia Social e os Estudos Culturais

Diante do que apresentamos nas seções anteriores, entendemos que os Estudos Pós-Coloniais e os Estudos Culturais se configuram como formas de interpretar o mundo, sendo importante que se reconheça a multiplicidade e a incompletude dos diferentes saberes e que estes sejam valorizados (André, 2012), de forma que, a partir da ideia de uma ecologia dos saberes[19], seja possível compreender o diálogo entre culturas plurais e a interculturalidade "em ordem a uma inteligibilidade recíproca e não a um epistemicídio ou a um canibalismo de umas culturas pelas outras" (André, 2012, p.87).

Para entender os processos envolvidos no diálogo intercultural nas sociedades plurais contemporâneas é importante, por conseguinte, conjugar diferentes saberes, diferentes interpretações de mundo, desenvolvendo-se uma

> concepção dinâmica, processual, dialógica e, de alguma forma, policêntrica de cultura que dê conta das interdependências e dos fluxos que estão por detrás das identidades socioculturais em permanente devir[20] e que interferem significativamente na génese das nossas imagens e das nossas interpretações de mundo (André, 2012, p.78).

Essas ideias vão ao encontro das ideias presentes na Psicologia Social (principalmente nas perspectivas teóricas com as quais trabalhamos, como veremos adiante) e nos Estudos Culturais, especialmente no que se refere às ideias de construção social[21], de oposição ao essencialismo, ao a-historicismo, ao pensamento dicotômico, entre outras, de modo que os conhecimentos, os saberes, as identidades se constroem em meio a interações que desenvolvemos em nosso mundo social, em diferentes contextos históricos e culturais. Dessa forma, entendemos a realidade como uma construção social[22], fruto de um processo histórico, permeado por mudanças e continuidades, sendo esta perspectiva construcionista

> [...] um convite a analisar a essencialização dos fenômenos do mundo social e natural e a entender a historicidade de nossas teorias, situando-as juntamente como produtos humanos histórica e socialmente localizados. Para a postura construcionista, a concepção que temos do mundo e dos fenômenos sociais, mesmo aquela produzida pela ciência, é específica a cada cultura e a cada momento histórico. [...] Como consequência, o conhecimento passa a ser tomado como uma construção coletiva resultante de práticas sociais culturalmente localizadas (Spink & Spink, 2007, p.578).

---

[19] Para mais informações sobre a "ecologia dos saberes", ver: B. S. Santos (2007).

[20] Apesar de concordarmos com a ideia de que as identidades são fluidas, múltiplas e em processo de transformação, cumpre lembrar que também há algo que permanece, há elementos relevantes para a dinâmica identitária dos indivíduos que se mantêm por mais tempo, de modo que nem tudo é fluido o tempo todo, como discutiremos adiante dos capítulos 3, 4 e 5.

[21] Reconhecemos que maiores discussões podem ser realizadas acerca das influências do desconstrucionismo de Derrida (1973) e dessa proposta do construcionismo social nos Estudos Culturais. Contudo, no âmbito deste trabalho, não nos aprofundaremos nessas questões, visto que acreditamos que os aspectos que aqui ressaltamos – como a oposição às dicotomias e ao determinismo, a heterogeneidade das construções culturais, o caráter processual da identidade e a importância dada à diferença, sem, no entanto, entendê-la como algo natural ou essencial, mas também em meio a um processo de (re)constituição – dialogam com as algumas das ideias desconstrucionistas, apesar das diferentes nomenclaturas.

[22] Para mais informações sobre a construção social da realidade, ver, por exemplo: Berger & Luckmann (1966/2011); Moscovici (1961/2004).

Como dissemos nas seções anteriores, os Estudos Culturais se caracterizam por uma heterogeneidade no que diz respeito a conceitos e perspectivas analíticas possíveis e por uma abertura a diferentes pontos de vista e ao desconhecido. Contudo, Hall (1996c) chama a atenção para o fato de que, apesar dessa pluralidade existente, devem-se buscar alguns aspectos em comum que caracterizem esse projeto, sem, no entanto, deixar de reconhecer as particularidades de cada contexto e as diferentes apropriações que vão existir. No sentido de buscar os aspectos que caracterizam esse campo, Spink (2003), ao escrever o prefácio do livro *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*, utiliza uma interessante analogia para explicar o que são os Estudos Culturais e quais os principais aspectos que os definem. Segundo a autora, se imaginarmos um círculo em movimento, que se constitui por três pontos que, por estarem sempre se movendo, não chegam a parar por um tempo que permita cristalizar uma imagem, mas sim produzir uma espécie de *flash* ao se moverem, estaremos diante do que seriam os Estudos Culturais, configurados por três principais pontos: perspectiva inter (ou anti) disciplinar, politização do projeto teórico e inserção de reflexões pós-modernas. O conjunto destes três pontos, portanto, por mais fluido que seja (já que está em constante transformação a partir dos diálogos com diferentes concepções e autores), estrutura um campo de interesse que, na visão da autora, se define em torno de dois conceitos centrais, identidade e cultura (Spink, 2003).

Essa importância atribuída ao fenômeno cultural e aos processos identitários são pontos centrais de convergências entre a Psicologia Social e os Estudos Culturais (Spink, 2003), para além também de outras características em comum que mencionamos anteriormente, como a compreensão antiessencialista e sócio-historicamente contextualizada do mundo, a interdisciplinaridade e o compromisso cívico e político, que aproximam estes dois campos. Além disso, ressalta-se que também o conceito de representação social, sobre o qual discorreremos no Capítulo 4, se configura como um campo dinâmico de possibilidades de estudos sobre diferentes questões, contribuindo para a articulação entre diferentes áreas do conhecimento (Cabecinhas, 2009), como a Psicologia Social, a Sociologia, os Estudos Culturais, entre outras. Com relação ao conceito de cultura este é um fator de aproximação, visto que a realização de uma pesquisa psicossocial almeja "perceber as intersecções entre as estruturas sociais, os grupos sociais, a cultura, a história e as relações que as pessoas constroem e passam a ser construídas por elas" (Guareschi, Medeiros & Bruschi, 2003, p.32). Uma das concepções de cultura que teve importante influência no processo inicial de construção do campo dos Estudos Culturais foi a definição proposta por Williams (1958/2002), segundo a qual a cultura é entendida como algo ordinário,

afastando-se de visões elitistas existentes sobre este conceito (Escosteguy, 2003). Nesse sentido, o autor argumenta, em seu trabalho *Culture is Ordinary*, que:

> A cultura é comum: esse é o primeiro fato. Toda sociedade humana tem a sua própria forma, os seus próprios fins, seus próprios significados. [...] A cultura tem dois aspectos: os significados e sentidos conhecidos, para os quais os seus membros são treinados; as novas observações e significados, que são oferecidos e testados. Estes são os processos ordinários das sociedades e mentes humanas, e nós vemos por meio deles a natureza de uma cultura: que é sempre tradicional e criativa; que é ambos, os mais ordinários significados comuns e os melhores significados individuais. Nós usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para significar todo um modo de vida - os significados comuns; para significar as artes e a aprendizagem - os processos especiais de descoberta e esforço criativo. [...] A cultura é comum, em cada sociedade e em cada mente (Williams, 1958/2002, p.93, tradução nossa).

Essa perspectiva proposta por Williams (1958/2002) contribuiu para ampliar o conceito de cultura, na medida em que passou a abranger também "as formas nas quais os rituais da vida cotidiana, instituições e práticas, ao lado das artes, são constitutivos de uma formação cultural" (Escosteguy, 2003, p.61-62). A concepção da cultura também como prática, como um processo ativo é um ponto em comum entre outros autores importantes para a fundação da corrente inglesa dos Estudos Culturais, como Hoggart e Thompson, citados pela autora.

No desenvolvimento da linha de discussão dos Estudos Culturais, notadamente a partir de trabalhos como os de Stuart Hall, a cultura pode ser compreendida "tanto como uma *forma de vida* (ideias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estruturas de poder), quanto como toda uma gama de *práticas culturais* (formas, textos, cânones, arquitetura, mercadorias produzidas em massa)" (Guareschi *et al.*, 2003, p.34, grifos dos autores). Segundo Guareschi e colaboradores (2003), citando as ideias de Hall (1980), este entendimento de cultura passa especialmente por dois movimentos: um primeiro no sentido de uma concepção antropológica de cultura, percebida como prática social; e um segundo, que de certa forma questiona essa concepção antropológica e a universalidade da cultura, adotando um olhar mais histórico da prática cultural, dialogando também com outros conceitos, como dominação, resistência, poder, hegemonia, entre outros. Dada a complexidade inerente ao conceito de cultura, portanto, é importante que diferentes áreas do conhecimento sejam conjugadas com o intuito de prover uma melhor compreensão dos fenômenos envolvidos no estudo dos processos culturais (Guareschi *et al.*, 2003).

Já sobre o conceito de identidade, não nos prolongaremos nas suas discussões neste espaço, visto que discutiremos amplamente sobre ele ao longo dos próximos capítulos da tese, sobretudo no capítulo 3, dedicado às reflexões acerca dos processos identitários e à apresentação da perspectiva teórica com a qual trabalharemos, além das discussões sobre identidade presentes também no capítulo

2. Contudo, cumpre sublinhar que o que aproxima o entendimento de identidade a partir da Psicologia Social e a partir dos Estudos Culturais é também uma visão antiessencialista deste conceito, sustentando a ideia de que a identidade é plural, fruto de processos de construção culturais e históricos e que se constrói em relação a diversos Outros, logo, para falar em identidade(s) temos que falar também em diferença(s) (e.g. Bauman, 2005; Bernardes & Hoenisch, 2003; Tajfel, 1983; Woodward, 2000).

Quisemos nesse capítulo realizar uma breve introdução sobre o enquadramento teórico do nosso trabalho, o qual será mais detalhado adiante, ao discutirmos especificamente sobre as perspectivas teórico-conceituais adotadas na pesquisa. A seguir, apresentamos algumas discussões acerca da América Latina e da(s) identidade(s) latino-americana(s), a fim de fornecer um quadro geral sobre os objetos investigados.

CAPÍTULO 2 – Reflexões sobre a América Latina

América Latina? Latinidade? Identidade latino-americana? Como se construíram essas ideias? Por que existem diferentes denominações para se referir a uma mesma região? Podemos falar em uma "identidade latino-americana"? Podemos entender a *América Latina* como um grupo psicológico[23] de referência de pertencimento para as pessoas originárias desta região?[24]

Neste capítulo apresentaremos algumas reflexões acerca dessas questões, para compreender o processo de construção do conceito de América Latina e das condições de identificação a ela. Para tanto, organizamos o capitulo da seguinte forma: 1) Inicialmente apresentaremos uma discussão sobre o surgimento do conceito de *América Latina*, suas definições/delimitações e forneceremos uma breve caracterização dos países que a compõem; 2) a segunda parte do capítulo será dividida em três subitens, em que discutiremos um pouco sobre o processo de construção dos países latino-americanos, desde antes da colonização até os dias atuais; 3) a terceira parte será dividida em duas subseções, em que discutiremos especificamente sobre a construção das identidades latino-americanas, a partir de reflexões sobre processos de globalização, interculturalidade, hibridação, entre outros. Vale ressaltar que, apesar da divisão proposta para tratar destes temas, eles são todos imbricados, de modo que, ao longo do capítulo (e da tese como um todo) faremos sempre ligações entre eles, sobrepondo-os, alternando-os, a fim de desenvolver as reflexões pretendidas.

2.1. (In)Definições de um conceito

> Mas aislados se encuentran, desunidos,
> Esos pueblos nacidos para aliarse:
> La unión es su deber, su ley amarse:
> Igual origen tienen y misión;
> La raza de la América latina,
> Al frente tiene la sajona raza,
> Enemiga mortal que ya amenaza
> Su libertad destruir y su pendón
> (Caicedo, 1856, *Las dos Americas*).

O desenvolvimento da ideia de América Latina guarda íntima relação com o processo de construção desta região, com diferentes momentos históricos, transformações políticas, econômicas e

[23] A noção de grupo psicológico faz parte do aporte teórico da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982a, 1983) e será discutida adiante na seção referente a esta teoria.

[24] Vale destacar que algumas das discussões realizadas neste capítulo e nos posteriores (sobre a Teoria das Representações Sociais, Teoria da Identidade Social e sobre as migrações) foram previamente trabalhadas em: Brasil & Cabecinhas (2014).

sociais[25], que permitiram diferentes construções acerca da definição deste conceito e também das possibilidades de identificação com essa categoria social de pertença (Farret & Pinto, 2011; Larraín, 1994; Rojas-Mix, 1991). O próprio nome *América* para se referir às novas terras alcançadas na época das grandes navegações reflete o processo histórico de dominação que permeou o desenvolvimento do continente:

> A história da construção da denominação dessa vasta faixa de terra coincide com a história das tentativas de apropriação desse imaginário – e consequentemente das riquezas materiais que o acompanhavam. Primeiro os ibéricos, depois os franceses, mais tarde os 'norte-americanos' (Farret & Pinto, 2011, p.31).

Nos anos seguintes à "descoberta" do "Novo Mundo" por Cristóvão Colombo, em 1492, ainda não havia uma noção de *América*. Inicialmente, como o navegador acreditava ter encontrado as *Índias*, o novo território ficou conhecido por esse nome e os seus habitantes nativos como índios (Ardao, 1980; Farret & Pinto, 2011; Rojas-Mix, 1991). Outra denominação utilizada na época (e por vezes até em tempos recentes) é a de "Novo Mundo", em oposição ao "Velho Mundo", a Europa. O adjetivo *novo* atrelado a esta expressão porta uma noção de algo recente, por se formar, e um formar-se em espelho ao *velho,* aprendendo com este, o que reafirma o caráter de dominação envolvido nesta nomenclatura: a criança, América, deve se desenvolver a partir dos desejos do pai, Europa (Perrone-Moisés, 2007/2011).

A partir de 1507 o nome *América* passa ser utilizado para se referir a este continente, como uma homenagem que o geógrafo Martin Waldseemüller faz a Américo Vespúcio, navegador que, assim como Colombo, também realizou viagens pela região (Ardao, 1980; Farret & Pinto, 2011). No entanto, durante o período colonial, predominavam as denominações *espanhol das Índias*, *indiano*, *criollo* para se referir aos habitantes deste território, sendo que a denominação *americano*, para os habitantes, e a própria denominação *América*, para o território, passaram a ser mais utilizadas e se consagraram a partir do final do século XVIII e início do século XIX, com o processo de independência dos países latino-americanos, em uma tentativa das elites locais de fazer frente ao Outro europeu e de desenvolver um sentimento de identidade e união entre as recém-nações do continente (Farret & Pinto, 2011; Porto-Gonçalves, 2011; Rojas-Mix, 1991). Sublinha-se que, recentemente, outro termo tem sido reivindicado por povos originários[26] do continente para nomear a América, que é *Abya Yala*, nome na língua do povo

[25] Convém ressaltar que, ao longo da tese, não pretendemos realizar uma revisão detalhada da história da América Latina, mas sim discutir sobre alguns momentos históricos relevantes para a compreensão da construção da região. Para mais informações acerca da história latino-americana, ver: Bethell (1990); Burns & Charlip (2002); Williamson (2009).

[26] Ressalta-se que o termo *povos originários* (*pueblos originarios*, em espanhol), é uma expressão afirmativa "que esses povos em luta encontraram para se autodesignar e superar a generalização eurocêntrica de 'povos indígenas'" (Porto-Gonçalves, 2011, p.40, tradução nossa). Porém, considerando-se que,

Kuna, que vive no Panamá e na Colômbia e que significa terra madura ou terra viva, sendo utilizado por grupos que defendem os direitos dos povos originários em países latino-americanos (Porto-Gonçalves, 2011).

Outra denominação bastante comum após as independências foi a de *Hispanoamérica*, utilizada notadamente entre líderes de movimentos de emancipação. Contudo, a nomenclatura que passou a se tornar predominante foi a de *América Latina*, especialmente para se contrapor à *América Anglo-Saxônica*, majoritariamente representada pelos EUA, como vimos no poema de Caicedo no início desta subseção. Este país, no século XIX, desenvolvia uma política imperialista no continente, com a Doutrina Monroe, a partir do mote *A América para os americanos*, ou seja, na realidade a América para os EUA, o que auxiliou na disseminação e consolidação do nome *América Latina* para se referir ao restante da região (Farret & Pinto, 2011; Rojas-Mix, 1991).

Com relação ao surgimento deste conceito há divergências quanto à data de "nascimento" e à "paternidade" do mesmo. Segundo discussão proposta por Ardao (1980) e retomada por Farret e Pinto (2011), no início dos processos de independência, ainda não havia o conceito de América Latina, sendo mais utilizados outros termos, como Hispanoamérica ou América do Sul. Mais tarde, entre 1830 e 1850, começa-se a desenvolver a noção de América Latina entre os franceses, em especial a partir das ideias de Chevalier, em 1853, em que se passa a distinguir entre a "raça" anglo-saxônica e a latina, mas ainda utilizando a palavra *latina* como um adjetivo, sem substantivá-la para constituir o conceito como o conhecemos. Ardao (1980) cita o historiador Phelan (1968), para discutir a proposição dele de que as ideias de Chevalier foram apropriadas por Napoleão III na sua tentativa de expandir o domínio francês entre os países latino-americanos, por meio da ideia do panlatinismo, impedindo também o aumento do domínio dos EUA na região. Porém, segundo Ardao (1980), este autor se equivoca ao atribuir a origem do conceito à Chevalier e também com relação à data de criação.

Apesar de não haver um consenso, é mais aceito entre diferentes autores (Farret & Pinto, 2011; Ramos, 2012; Rojas-Mix, 1991) que a primeira utilização da expressão *América Latina* enquanto o conceito que atualmente conhecemos pode ser atribuída ao pensador chileno, Francisco Bilbao, em junho do ano de 1856, durante uma conferência em Paris. Em seguida, em setembro do mesmo ano, a expressão se tornou mais conhecida em um poema intitulado *Las dos Americas*, do jornalista

conforme veremos adiante nos resultados dos estudos, há participantes que utilizam a denominação *indígenas* e outros *povos originários*, utilizaremos, ao longo da tese, ambas as expressões para nos referirmos às pessoas identificadas como pertencentes a estes grupos autóctones ou descendentes deles.

colombiano, José Maria Torres Caicedo, consolidando-se depois da Segunda Guerra Mundial, principalmente com a ação de órgãos políticos da região, como veremos adiante.

Além das imprecisões quanto à origem do termo *América Latina*, também a sua definição é polêmica. Quais países estão incluídos ou não nesta denominação? Trata-se de uma definição baseada na geografia e/ou na língua, na história, na política e na cultura? Farret e Pinto (2011), citando as reflexões do cientista político Alain Rouquié (1991), discutem que, a depender do critério utilizado, poder-se-ia incluir, por exemplo, a parte francesa do Canadá, porém esta opção não é geralmente considerada. Este é apenas um exemplo das diferentes possibilidades existentes de delimitação desta região; podemos pensar, ainda: nesta definição incluem-se apenas os países da porção continental da América, a partir do México? Ou também estão as regiões insulares do Mar do Caribe? Diferentes organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), utilizam ambos os nomes, *América Latina e Caribe*, para se referir a essa região, tratando-os em conjunto, ainda que façam uso dos nomes separadamente, ao invés de chamar toda a área apenas de América Latina.

Entendendo-se que toda definição é arbitrária e que, dependendo do referencial adotado, diferentes configurações são possíveis, para fins desta tese, utilizaremos a delimitação da ONU, presente na publicação *International Migration Report 2015*, segundo a qual os países ou áreas que compõem a região chamada *América Latina e Caribe* são subdivididos da seguinte forma: *países/áreas do Caribe* – Anguilla, antigas Antilhas Holandesas (referindo-se a Bonaire, Saba e Santo Eustáquio), Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Cuba, Curaçao, Dominica, Granada, Guadalupe (incluindo a Coletividade de São Bartolomeu e a Coletividade de São Martinho – parte francesa), Haiti, Ilha de São Martinho, Ilhas Caymans, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Jamaica, Martinica, Montserrat, Porto Rico, República Dominicana, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Trinidade e Tobago; *países/áreas da América do Sul* – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Ilhas Malvinas, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela; e *países/áreas da América Central* – Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá.

Contudo, cumpre fazer uma ressalva a essa inclusão do México na América Central. Tal publicação da ONU (2015a) realiza uma divisão do mundo por grandes regiões, quais sejam: África, Ásia, Europa, América Latina e Caribe, América do Norte e Oceania. Inclui na América do Norte Bermuda, Canadá, Groelândia, EUA e São Pedro e Miquelão (*Saint-Pierre* e *Miquelon*). Porém, considerando-se as

diferentes possibilidades de subdivisões existentes ao continente *América*, a partir de diferentes critérios, entendemos que, em termos de geografia e relações econômicas e políticas, o México pode ser considerado como pertencente à América Norte, não apenas devido a uma parte do seu território estar geograficamente localizada nessa sub-região, mas também devido aos acordos/tratados estabelecidos principalmente com os demais países da América do Norte. Porém, paralelamente a uma subdivisão baseada na geografia, na política e/ou na economia, se considerarmos um conjunto de diferentes outros critérios para além destes, como a história, a cultura, o idioma, entendemos que o México também faz parte da América Latina, devido às semelhanças que partilha com os demais países da região, no que diz respeito ao seu processo de construção sócio-histórico-cultural. A ausência de consenso sobre a inclusão do México na América do Norte ou Central é apenas um dos exemplos sobre as diferentes controvérsias relativas à classificação de países em diferentes categorias, segundo diferentes critérios de partida. Vale sublinhar, ainda, que utilizaremos na tese a denominação *América Latina*, incluindo tanto os países continentais quanto as ilhas do Caribe. Assim, acreditamos que a falta de consenso sobre algumas classificações/delimitações não impede a realização de discussões e investigações envolvendo essas categorias, proporcionando, na verdade, maior complexidade às reflexões realizadas, que devem, portanto, levar em consideração tais polêmicas e ambiguidades também na adoção de diferentes opções teóricas e metodológicas, como veremos ao longo deste trabalho.

Após essas discussões iniciais acerca das controvérsias e possibilidades existentes no que diz respeito ao conceito e à denominação de América Latina, passaremos, a seguir, a uma discussão sobre o percurso histórico de construção dos países da região, a partir de diferentes momentos pelos quais a região tem passado ao longo dos séculos.

2.2. Entre o passado e o presente: um breve olhar sobre o processo de construção da América Latina

> "Sólo una concepción histórica de la identidad cultural nos permite llegar a una comprensión de la identidad latinoamericana que no excluya a la mayor parte de los dos últimos siglos de la historia de América Latina, ni esconda la diversidad cultural del continente" (Larraín, 1994, p.64).

Partilhamos da visão de Larraín (1994) de que, para discutirmos sobre a(s) identidade(s) latino-americana(s)[27] é necessário refletirmos também sobre o processo de construção da própria América

[27] Apesar de alternarmos ao longo do texto entre o uso da expressão *identidade latino-americana*, no singular, e *identidades latino-americanas*, no plural, ressaltamos que o caráter plural de construção dessas identidades permeia todo o trabalho. Utilizaremos a expressão no singular em alguns momentos por

Latina, e é o que faremos nessa seção. Cumpre ressaltar, contudo, que, apesar de evidenciarmos aqui determinados momentos históricos isso não implica que todos estes momentos tiveram o mesmo grau de importância para diferentes grupos sociais no seu processo de identificação com a América Latina enquanto categoria social de pertença e muito menos que os aspectos aqui destacados foram os únicos para "formar" a identidade latino-americana e nem que essa identidade seja única, fixa e acabada (Larraín, 1994). As transformações políticas, econômicas e sociais que narraremos neste texto se (re)organizaram ao longo do tempo no processo de construção das identidades latino-americanas que, longe de se constituir como um processo acabado, ainda está em construção e transformação, conforme discutiremos mais detalhadamente nas seções seguintes.

2.2.1. A América Latina antes e durante o período colonial

> As armas e os barões assinalados
> Que, da ocidental praia lusitana,
> Por mares nunca dantes navegados
> Passaram ainda além da Taprobana,
> Em perigos e guerras esforçados,
> Mais do que prometia a força humana,
> E entre gente remota edificaram
> Novo reino, que tanto sublimaram
> (Camões, 1572, *Os Lusíadas*).

A pluralidade característica da América Latina tem seu processo de constituição iniciado há milhares de anos. Há diferentes proposições acerca da data de início da ocupação da América e da direção de dispersão da migração humana para/no território. As possíveis datas de ocupação humana na região variam entre 40.000 a.C. e 20.000 a.C. (Burns & Charlip, 2002) e a trajetória migratória mais comumente aceita é a de que a vinda se deu a partir da Ásia, por meio do Estreito de Bering e a ocupação foi se estendendo pela região, do norte ao sul, uma vez que os grupos passavam a caçar, procurar comida e, assim, ocupar o território (Bethell, 1990; Burns & Charlip, 2002). No entanto, ao longo dos anos, resultados de novas pesquisas, como o de que já havia ocupação humana na América do Sul em torno de 20.000 a.C. (Lahaye *et al.*, 2013) têm modificado as possíveis explicações sobre a datação e a direção de ocupação do continente americano.

Independente dessas delimitações, iniciamos com este percurso histórico para discutir que muito antes da chegada de Colombo à América, esta já havia sido "descoberta". E, ao longo de milhares

se tratar do objeto da pesquisa, do fenômeno investigado, ainda que esse fenômeno seja perpassado por fenômenos outros que se relacionam para constituir sua característica dinâmica e plural.

de anos, foram se relacionando diferentes grupos, com diferentes conhecimentos, diferentes idiomas, diferentes características culturais, de modo que, nos séculos XV e XVI, quando da chegada dos europeus (espanhóis, portugueses e outros) milhões de pessoas já habitavam a região (Bethell, 1990; Burns & Charlip, 2002; Canclini, 1999/2010; Larraín, 1994). Dentre os grupos existentes na época, chamados genericamente de "índios", como dissemos anteriormente, havia alguns com economias e sociedades mais estruturadas, que alcançaram maior domínio na região, e outros com menor grau de complexidade em sua organização (Bethell, 1990). Os grupos "pré-colombianos" de maior destaque foram: os Astecas, no México; os Maias, no México e em países da América Central, como Guatemala e Honduras; e os Incas, especialmente no Peru, na Bolívia e no Equador. Estes três grupos se constituíram como as sociedades mais avançadas da região, possuindo uma organização imperial e sedentária e tiveram grande domínio na América até a conquista espanhola. Outros grupos que tiveram destaque na época, porém sem o mesmo nível de organização e de expansão que estes três, foram: os Caraíbas ou Caribes, na região do Caribe; os Tupis, no Brasil; os Chibchas ou Muíscas, na Colômbia; os Guaranis, especialmente no Paraguai e em outros países da América do Sul, como Argentina e Uruguai; e os Araucanos ou Mapuche, no Chile e na Argentina (Burns & Charlip, 2002).

Em finais do século XV e início do século XVI dá-se o "encontro dos dois mundos", eufemismo muito utilizado para se referir aos "descobrimentos" e aos embates entre europeus e nativos americanos. Porém, como argumenta Canclini (1999/2010), "não foi um encontro, como se duas sociedades se reunissem no meio do Atlântico para uma amável feira de intercâmbios, e sim uma história de combates e imposições" (p.81). Da mesma forma que o "mundo americano" comportava em si já uma variedade de outros mundos, de diferentes grupos e culturas, também o "mundo europeu", e, mais especificamente Espanha e Portugal (principais colonizadores da América Latina), se constituíram a partir de diversas culturas que por ali passaram, por diferentes encontros e embates que também fizeram parte da construção desses países, como celtas, gregos, romanos, visigodos, cartagineses e muçulmanos de diferentes países. Estes últimos, usualmente chamados de mouros, porém envolvendo também outros povos muçulmanos, principalmente vindos do norte da África, dominaram a Península Ibérica durante séculos até o ano de 1492, em que teve fim o processo de reconquista da região, com a expulsão dos muçulmanos e a unificação da Espanha, a partir da retomada de Granada (Burns & Charlip, 2002).

No mesmo ano, 1492, em meio à busca por novas rotas para as Índias e por fortalecer o comércio de especiarias, sedas, entre outros bens, se deu a chegada de Colombo ao "Novo Mundo" e

marcou o início do processo de conquista da América, numa tentativa de expandir o domínio espanhol para além do Atlântico. Foi um tempo de rivalidade entre Portugal e Espanha, na busca por novas rotas marítimas e novos mercados. Dessa forma, em 1494, foi assinado o Tratado de Tordesilhas, que dividia entre estes dois reinos o mundo, ou seja, os territórios já "descobertos" e aqueles por se "descobrir". Segundo este tratado, demarcou-se um meridiano imaginário, que ficava 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde e as terras situadas a oeste desse meridiano pertenceriam à Espanha e as situadas a leste, a Portugal (Burns & Charlip, 2002).[28]

Nos anos que se seguiram houve uma grande expansão do domínio português, principalmente com as viagens de Vasco da Gama "por mares nunca dantes navegados", como escrevia Camões, em sua epopeia *Os Lusíadas*, celebrando as conquistas portuguesas. Portugal passa a monopolizar rotas marítimas ainda mais lucrativas que as da Espanha, e, em 1500, chega ao Brasil a expedição de Pedro Álvares Cabral, "descobrindo" aquela que viria a ser uma de suas colônias mais importantes (Burns & Charlip, 2002).

O processo de conquista da região por espanhóis e portugueses, apesar da resistência indígena, foi favorecido por alguns aspectos, como: a) a superioridade militar e tecnológica dos futuros colonizadores; b) os maus tratos e o trabalho forçado aos quais os índios foram submetidos; c) as doenças trazidas da Europa, contra as quais os nativos americanos ainda não tinham imunidade, o que levou à morte boa parte da população indígena; d) as diferenças e divisões entre os grupos indígenas, além do afastamento geográfico existentes entre muitos deles. Quanto a este aspecto, vale mencionar que também entre os grupos nativos, antes da chegada dos espanhóis, já havia algumas rivalidades, sendo que alguns, como os Astecas, exerceram grande domínio sobre outros, escravizando-os e explorando-os. E este fato foi muito bem utilizado pelos colonizadores em seu favor, a exemplo de Hernán Cortés, que teve ajuda de outros grupos indígenas para vencer o império Asteca (Burns & Charlip, 2002; Larraín, 1994); e) por fim, outro fator importante, conforme ponderam Galeano (1971/1996) e Larraín (1994), foi que muitos dos grupos indígenas, por meio de suas mitologias, não conseguiram compreender ao certo os espanhóis, acreditando provavelmente, no início, que os espanhóis eram deuses, que não seria possível vencê-los, e, portanto, seus destino catastrófico já estava pré-determinado.

[28] Este tratado foi, porém, modificado alguns anos mais tarde, por meio do Tratado de Saragoça, em 1529, a fim de redefinir a extensão dos domínios de Portugal e Espanha. Contudo, não nos aprofundaremos aqui nessas questões, por escaparem aos objetivos do capítulo.

Após a conquista, durante os anos da colonização na América Latina, os europeus (espanhóis, portugueses e, mais tarde também ingleses e franceses, principalmente) impuseram aos indígenas os seus modos de vida, suas instituições econômicas e políticas, sua religião, seus reis, suas línguas, como forma de consolidar a exploração e o domínio da região e dos seus povos (Burns & Charlip, 2002; Larraín, 1994). Este processo de "descobrimento" se configurou, portanto, como um "encobrimento do Outro" (Dussel, 1993), oprimindo, excluindo, encobrindo os diversos Outros habitantes da América. É desde esta época colonial que se constroem também as bases das condições de pobreza e desigualdade social em que se encontram grande parte dos atuais países latino-americanos, como argumentam Acemoglu e Robinson (2013), por exemplo, referindo-se à dominação espanhola em grande parte da América Latina ao longo dos séculos de colonização:

> Surgiram instituições e estruturas sociais semelhantes em todo o mundo colonial espanhol. Após a fase inicial de pilhagem e de ânsia de ouro e de prata, os espanhóis criaram uma rede de instituições destinadas a explorar os povos indígenas. O conjunto de instituições formado pela *encomienda, mita, repartimiento e trajin* foi concebido para obrigar os níveis de vida dos indígenas a descerem ao nível da subsistência e, assim, fazer com que todo o rendimento excedente fosse dos espanhóis. [...] converteram também a América Latina no continente mais desigual do mundo e minaram em grande medida o seu potencial econômico (p. 30, grifos dos autores).

Como todo "encontro", as transformações (por mais complicadas que sejam de serem mensuradas ou expressadas em termos de causa-efeito) dificilmente são unilaterais. O confronto entre o "Novo Mundo" e o "Velho Mundo", também influenciou alguns acontecimentos na Europa. Vários produtos foram levados da América para o continente europeu, como cacau, borracha, tabaco, além de milho e batata, que são dois tipos de plantações baratas, que forneceram abundância de comida e ajudaram no processo de ascensão do capitalismo europeu (não apenas de Portugal e Espanha). Também a quinina e o curare, usados como analgésicos, além, é claro, do ouro e da prata, produtos que ajudaram no fortalecimento do seu processo de industrialização. Mas não foram apenas os produtos levados para a Europa que representaram transformações: novos conhecimentos adquiridos sobre geografia, zoologia, botânica, entre outros, os fizeram repensar conceitos tidos como verdadeiros, levando a avanços nas ciências. A revisão de conhecimentos também no âmbito político foi necessária, para lidar com a gestão de diferentes domínios e as relações diplomáticas implicadas nesse processo. Finalmente, também outros âmbitos da cultura tiveram influência das colônias: a literatura, a arte, a música, os próprios idiomas (português, espanhol, francês, inglês) passaram a incorporar e adaptar algumas palavras/expressões indígenas. Assim, "o Novo Mundo não foi simplesmente o receptor passivo da civilização europeia; em vez disso, modificou e mudou a civilização da Europa e contribuiu para o desenvolvimento do Velho Mundo" (Burns & Charlip, 2002, p.20, tradução nossa).

Até o momento falamos apenas dos indígenas e dos europeus, porém, a presença africana na América colonial também foi essencial para a constituição da pluralidade cultural da região. Desde a metade do século XV os portugueses já transportavam negros africanos para a Europa e é estimado que estes começaram a ser trazidos para a América logo no início do período de conquista, em torno de 1502, para trabalharem como escravos, sobretudo nas plantations, sistema agrícola baseado na monocultura e que se utilizava de latifúndios e mão de obra escrava. O comércio de escravos, ou tráfico negreiro, como também ficou conhecido, durou predominantemente do século XVI ao século XIX, e se constituiu como "um dos capítulos mais desumanos da história do mundo" (Burns & Charlip, 2002, p.23, tradução nossa). Milhões de pessoas morreram durante o processo de transporte pelo Atlântico, e outros milhões durante os anos de escravidão, por meio de maus tratos, torturas, castigos e condições desumanas de trabalho forçado. Em alguns anos o trabalho dos negros escravizados passou a se tornar predominante nas colônias, geralmente, substituindo o trabalho indígena. Desse modo, a população africana podia ser encontrada em várias partes da América Latina, constituindo grande parte da população da região (Burns & Charlip, 2002).

Da mesma forma como houve influências europeias na constituição sociocultural latino-americana, também a influência africana faz-se presente até hoje, não apenas com relação às misturas em termos biológicos entre africanos, indígenas e europeus, mas em termos culturais: a música e a dança, como merengue, samba, frevo; a comida, com os hábitos de comer arroz e feijão, inhame, quiabo, entre outros alimentos; a religião, visto que realizavam um sincretismo entre a religião católica, preponderante nas colônias, e as suas religiões e crenças, que permanecem até os dias atuais em alguns lugares, como o candomblé, a santeria e o vodu; a língua, já que várias palavras de origem africana foram introduzidas no português e no espanhol (Burns & Charlip, 2002).

Dessa forma, os diferentes grupos africanos, indígenas e europeus, e, mais tarde, indivíduos vindos de diferentes lugares, por meio dos fluxos migratórios globais, contribuíram para o caráter híbrido da "identidade latino-americana", a qual tem se (re)composto ao longo dos anos, relacionando-se aos diferentes momentos históricos de construção da região (Burns & Charlip, 2002; Canclini, 1999/2010; Larraín, 1994; Ramos, 2012; Williamson, 2009).

2.2.2. A América Latina (in)dependente: as mudanças ocorridas a partir do século XIX

> Soy el desarrollo en carne viva
> Un discurso político sin saliva
> Las caras más bonitas que he conocido
> Soy la fotografía de un desaparecido
> La sangre dentro de tus venas
> Soy un pedazo de tierra que vale la pena
> Una canasta con frijoles,
> Soy Maradona contra Inglaterra
> Anotándote dos goles
> Soy lo que sostiene mi bandera
> La espina dorsal del planeta, es mi cordillera
> Soy lo que me enseñó mi padre
> El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
> Soy américa Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina
> (Calle 13, *Latinoamérica*).

Durante os séculos pelos quais se estendeu o período colonial os monarcas ibéricos desenvolveram nas colônias um sistema social hierárquico e patriarcal, baseado no poder da Coroa e da Igreja, com o poder nas mãos de alguns poucos da elite branca. A economia era baseada na exportação de bens e na produção dos latifúndios, a partir de trabalho escravo e as colônias apenas podiam produzir matérias-primas que as metrópoles não possuíam, e estas controlavam a produção e o lucro da maior parte dos produtos manufaturados (Burns & Charlip, 2002; Pikermen, 2002). Assim, como afirma Galeano (1971/1996), "a espada e a cruz caminhavam juntas na conquista e na espoliação colonial" (p.29-30, tradução nossa).

Porém, a partir da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, as elites coloniais passaram a questionar essa relação imperial e as vantagens que as metrópoles possuíam com esse sistema mercantilista, em detrimento das colônias. De tal modo, influenciados pelas ideias do Iluminismo francês, do liberalismo inglês e do positivismo, especialmente com as proposições de Augusto Comte, desdobrou-se no século XIX a maior parte dos processos de independência dos países latino-americanos[29] (Burns & Charlip, 2002; Larraín, 1994). Neste momento, então, começa a decair o poder da Igreja, e se inicia a busca por progresso nas nações recém-formadas, com base nas ideias liberais e da razão, porém um progresso ainda orientado em função do exemplo europeu e agora também dos EUA, vendo estes como "civilizados", como um projeto de identidade que se deveria ter, em contraposição à da América Latina, em que estaria a "barbárie", os "selvagens" (Canclini,

[29] Dizemos "a maior parte dos processos de independência", pois alguns territórios somente se declararam independentes no século XX, principalmente aqueles sob colonização inglesa, porém, os de colonização espanhola e portuguesa conseguiram sua independência ainda no século XIX.

1999/2010; Castro-Gómez, 2005; Larraín, 1994; Williamson, 2009). Este "binarismo maniqueísta", conforme problematiza Canclini (1999/2010, p.79), opondo civilização e barbárie, já existia desde a época da conquista da América: por um lado concebendo os colonizadores como portadores do bem e da redenção dos índios nativos e estes como brutos e passíveis de serem "civilizados" (ideia hispanista, segundo o autor – que aqui podemos considerar como referente não apenas ao caso dos colonizadores espanhóis, mas também dos portugueses); por outro lado, entendendo os nativos como harmoniosos entre si e com a natureza, e os colonizadores como violentos e destruidores (ideia indigenista ou etnicista). Binarismo este que se mantém mesmo após as independências, como vimos, ofuscando as nuances e a complexidade das possibilidades de diferenças e de relações existentes ao longo do processo de construção da América Latina e das relações desta com a Europa e com os EUA (Canclini, 1999/2010)[30].

Os processos de independência dos países latino-americanos, portanto, não significaram a total independência cultural, econômica e social destes países, conservando, ainda, a perspectiva eurocêntrica na organização de muitos deles, seguida, marcadamente, por suas elites políticas (Quijano, 2005), de modo que

> o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais (Quijano, 2005, p.123-124).

É nesse contexto que se desenvolvem políticas de incentivo à imigração europeia para os países latino-americanos, não apenas para atuarem como trabalhadores livres, em substituição aos trabalhadores escravos após a abolição da escravatura nestes países, mas em especial com o intuito de fomentar uma tentativa de "melhorar" a população, por meio do branqueamento da mesma (Larraín, 1994; Wade, 1997), como é o caso emblemático do Brasil, por exemplo (D. Ribeiro, 1995).

Nos anos que se seguiram às independências os líderes dos movimentos tiveram dificuldades para governar as novas nações e subiram ao poder líderes militares e autoritários, os chamados caudilhos (Pikermen, 2002). Passa-se a (re)produzir, então, um "círculo vicioso", para utilizar a expressão de Acemoglu e Robinson (2013), que vinha sendo construído desde o início da colonização latino-americana, por meio da organização social e política que descrevemos há pouco. A América Latina se desenvolveu a partir de instituições políticas e econômicas extrativas, ou seja, nas quais poucos indivíduos concentram o poder e desfrutam de recursos variados, não gerando incentivos para permitir

[30]Discutiremos melhor, na análise dos resultados, sobre essas ideias que opõem as populações latino-americanas e as europeias, a partir dos mitos e concepções nas quais se baseiam. A este respeito, ver, por exemplo: Jahoda (1999).

a atividade econômica e garantir os direitos de propriedade da maioria. E este contexto de possibilidade de vantagens para poucos, faz com que o poder político nos lugares em que se desenvolveram esse tipo de instituições seja bastante disputado, o que leva à instabilidade política, tão característica dos países latino-americanos durante a sua história até os dias atuais (Acemoglu & Robinson, 2013).

Ao longo do século XX a América Latina passa por inúmeras transformações e por um processo de modernização, reflexo do neoliberalismo e da globalização, ou melhor, das globalizações, em caráter plural (André, 2012; B. S. Santos, 2003). Com relação à globalização, cabem aqui algumas considerações. Apesar de existirem diferentes entendimentos sobre o que é este processo e quando ele se iniciou, adotaremos a perspectiva de Canclini (1999/2010), que propõe diferenciá-lo de outros dois processos: a internacionalização e a transnacionalização. O primeiro diz respeito à internacionalização econômica e cultural, que se iniciou no século XV, com as grandes navegações, desenvolvendo-se o comércio entre a Europa, o Oriente e a América. O segundo refere-se a um processo que se desenvolve a partir da primeira metade do século XX e que vai além da internacionalização, "ao gerar organismos, empresas e movimentos cuja sede não se encontra exclusiva nem predominantemente numa nação" (Canclini, 1999/2010, p.42).

E a globalização em si, segundo este autor, seria o processo que teve início na segunda metade do século XX e que, além de abranger os aspectos mencionados nos processos anteriores, ainda intensifica as relações econômicas e culturais de modo interdependente e em uma escala mundial (Canclini, 1999/2010). A globalização, no entanto, envolve mais do que uma "circulação mais fluida de *capitais*, *bens* e *mensagens*, mas também de *pessoas*" (Canclini, 1999/2010, p.58, grifos do autor). Sendo importante valorizar o aspecto cultural e

> reconhecer, por assim dizer, o suporte humano desse processo, sem cair na redução dos movimentos econômicos a fluxos anônimos. Registrar o global com uma visão despersonalizada pode colaborar com a doutrina neoliberal, que afirma a um só tempo a liberdade e a fatalidade dos mercados, mas com o custo de isolar a economia, impossibilitando um diálogo consistente com as teorias sociológicas e antropológicas que se negam a prescindir das pessoas ao indagar o lugar em que as decisões são tomadas e a liberdade é posta em jogo (Canclini, 1999/2010, p.58).

Reconhecer o componente humano e cultural envolvido nas globalizações nos auxilia a melhor compreender os desdobramentos desses processos no desenvolvimento latino-americano e como, por exemplo, eles facilitaram, durante o século XX, um processo de modernização socioeconômica destes países. O auge desse processo se deu entre as décadas de 1950 e 1970, devido a algumas mudanças que o impulsionaram, como: 1) crescimento urbano; 2) aumento dos níveis de escolaridade da população; 3) aumento do número de movimentos políticos; 4) alargamento dos mercados culturais; 5)

uso de novas tecnologias comunicacionais; 6) desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia; 7) aumento das importações; 8) aumento do número de empregos (Canclini, 1989/2011).

A instabilidade política nos países latino-americanos acompanha também o processo de modernização e as transformações econômicas e sociais ocorridas na região. Por conseguinte, também entre essas décadas se dá a transição dos governos populistas (predominantes entre as décadas de 1930 a 1960) para os ditatoriais, a partir dos golpes militares (entre as décadas de 1960 e 1970). Na década de 1980 (a "década perdida", período de estagnação econômica na América Latina) a maior parte destes países passa a ter regimes democráticos. Porém, essa democracia não está até hoje consolidada, ainda é necessário que haja um Estado forte, contudo, longe de ser autoritário, para que se garanta um sistema político mais pluralista (Acemoglu & Robinson, 2013; Ugarte & Ziccardi, 2009).

Após o período de estagnação, os países latino-americanos voltaram a apresentar crescimento econômico e continuaram o processo de modernização, de forma que, no fim da década de 1990, segundo Canclini (1989/2011), podemos considerar que os países latino-americanos se modernizaram, mas não exatamente como os países da Europa ou os EUA, como discute:

> o modernismo simbólico e a modernização socioeconômica já não estão tão divorciados. O problema reside em que a modernização se produziu de um modo diferente do que esperávamos em décadas anteriores. Nessa segunda metade do século [XX], a modernização não foi feita tanto pelos Estados quanto pela iniciativa privada (Canclini, 1989/2011, p. 96-97).

Essa forma peculiar de modernização da América Latina implica uma relação entre diferentes temporalidades (Canclini, 1989/2011; Gallucci, 2009), de modo que não deve ser interpretada como um atraso, mas como uma configuração plural na qual se combinam e interagem tradições, modernidade e pós-modernidade (Canclini, 1989/2011). Essa articulação entre o moderno e o tradicional, se vê, por exemplo, em alguns movimentos de vanguarda, conforme discute Franco (1986), lembrado por Canclini (1989/2011): enquanto na Europa alguns movimentos artísticos eram denominados segundo aspectos que indicassem rupturas, inovações no campo da história da arte, como impressionismo, simbolismo e cubismo, na América Latina os movimentos de vanguarda em geral recebiam denominações que envolviam aspectos não relativos à arte e mais ligados às raízes sociais, como modernismo, novomundismo e indigenismo. Assim, com o processo de modernização latino-americana, evidencia-se o fato de que "suas contradições e discrepâncias internas expressam a heterogeneidade sociocultural, a dificuldade de realizar-se em meio aos conflitos entre diferentes temporalidades históricas que convivem em um mesmo presente" (Canclini, 1989/2011, p.83).

É nesse sentido que, entre os séculos XX e XXI, influenciados por ideias pós-modernas, pelos processos de globalização, entre outros fenômenos que discutiremos adiante, assistimos a diversas mudanças nas formas de se pensar as nações, as identidades, e, no caso latino-americano, novas formas de também tentar compreender essa heterogeneidade característica de sua constituição e o modo como convivem essas temporalidades variadas. E quanto ao "círculo vicioso" agora no século XXI? Segundo Acemoglu e Robinson (2013), apesar de a maioria dos países da América Latina ainda permanecer nele, esta situação é passível de mudança. É possível que alguns países consigam fazer a transição de instituições extrativas para instituições políticas e econômicas inclusivas, quer dizer, que possuam certa centralização política, mas que permitam que o poder seja distribuído de maneira mais plural, além de incentivarem uma condição social e econômica mais equitativa para a população e também investir em novas habilidades e tecnologias. Para isso, é necessário que as conjunturas críticas[31] e as instituições presentes em determinadas sociedades se combinem para que ocorram mudanças significativas. Assim, apesar de a atual condição de pobreza e desigualdade ter sido sócio-historicamente construída ela não é historicamente pré-determinada e é possível que seja modificada (Acemoglu & Robinson, 2013).

2.2.3. A América Latina e as tentativas de integração da região

América aquí presente
con sus hermanos de clase.
Que empiece la fiesta grande
de corazones ardientes,
se abracen los continentes
por este momento cumbre,
que surja una perdidumbre
de lágrimas de alegría,
se baile y cante a porfía,
se acaben las pesadumbres.
Entremos en la coluna
humana de este desfile.
Miles y miles de miles
de voces fundida en una.
De todas partes los «hurra»,
aquí todos son Hermanos
y así estarán, de la mano,
como formando cadena
porque la sangre en las venas
fluirá de amor sobrehumano
(Violeta Parra & Luis Advis, *Canción Final*).

[31] Segundo Acemoglu e Robinson (2013), "as conjunturas críticas são acontecimentos importantes que perturbam o equilíbrio político e econômico existente numa ou em muitas sociedades" (p.514).

O processo de modernização socioeconômica latino-americana, como vimos, não eliminou as desigualdades econômicas e sociais, que são alguns dos obstáculos para a integração latino-americana ainda na atualidade (Canclini, 1989/2011; Gallucci, 2009; Kaplan, 1994). Acerca desta integração, a região passou por inúmeras tentativas, sobre as quais discorreremos brevemente[32]. Chamamos aqui de "tentativas", pois houve uma série de acordos, propostas e metas que fracassaram, enquanto alguns poucos tiveram maior êxito (Marra, 2008; N. A. Souza, 2012).

Há diferentes entendimentos sobre a cronologia e as possíveis divisões em fases dessas tentativas de integração. Por exemplo, Marra (2008), propões três principais fases: a) a primeira entre as décadas de 1950 e 1960; b) a segunda entre as décadas de 1960 e 1990; c) a terceira a partir da década de 1990. Entretanto, consideramos que as tentativas de integração da América Latina se iniciaram muito antes dessa data, desde o período das independências. De tal modo, adotaremos as fases ou "ondas" propostas por N. A. Souza (2012), que são quatro.

Inicialmente, já no século XVIII, o venezuelano Francisco Miranda propunha ideias de integração da região, que foram retomadas no século XIX por muitos dos líderes das independências, como por José de San Martín e Simon Bolívar (que teve essas ideias também como inspiração para o seu discurso no Congresso de Angostura, em 1819). Bolívar é considerado por N. A. Souza (2012), como o líder do "primeiro grande movimento integracionista" (p. 89), o Congresso do Panamá, em 1826, dando início àquela que o autor denomina a primeira onda das tentativas de integração, que vai das primeiras décadas do século XIX, com os movimentos de independência, até a "grande crise mundial da primeira metade do século XX – de 1914 a 1945" (N. A. Souza, 2012, p. 88). O congresso ocorreu com o intuito de integrar os países recém-independentes e poder fazer frente às antigas metrópoles, porém poucos países o atenderam e ele não apresentou muito sucesso. Essa e outras tentativas desdobradas nessa época fracassaram não apenas devido às distâncias entre os países da região e demais empecilhos geográficos ou aos embates entre caudilhos no poder, mas especialmente devido à disputa entre Inglaterra e EUA pela influência na região (N. A. Souza, 2012).

A segunda onda se estende desde o fim desta crise, ao longo do período do pós-guerra, até o início da década de 1970, e coincide com o período de intensa industrialização da região. Em 1941 Brasil e Argentina firmaram alguns acordos sobre livre comércio, porém não tiveram sucesso devido à intervenção dos EUA. Já que o início do processo de industrialização dos países latino-americanos se

[32] Não nos aprofundarmos no detalhamento de cada uma das tentativas de integração, visto que escaparia aos objetivos da tese.

deu principalmente por meio de iniciativas nacionais, os EUA não conseguiram, nesse momento inicial, ampliar sua influência a partir das suas empresas multinacionais. Assim, após o fim da Segunda Guerra Mundial, no período da Guerra Fria, buscaram ampliar sua hegemonia na região, por meio de propagandas anticomunistas e também de uma tentativa de voltar aos ideais do "pan-americanismo", com a criação das Conferências Interamericanas, a partir de 1944, que, em 1948, permitiram a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) (N. A. Souza, 2012).

Apesar da expansão do domínio estadunidense, as tentativas de integração latino-americana sempre ressurgiam e foram intensificadas após a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), também em 1948, pela ONU, para estudar os problemas da região, como pobreza, subdesenvolvimento e desigualdade. A partir daí outras tentativas integracionistas surgiram, como: o Comitê de Cooperação Econômica do Istmo e a Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA), em 1951, e que, em 1960, passou a ser denominado de Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e, na década de 1990, de Sistema de Integração Centro-Americano (SICA); e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960, com o Tratado de Montevidéu. Porém estes acordos tiveram suas propostas limitadas pela ação dos EUA, principalmente a partir de pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) (N. A. Souza, 2012).

É assim que tem início a terceira onda integracionista, que vai desde o fim da década de 1960 e começo da década de 1970 até o início da década de 2000. O princípio dessa nova onda coincide com o período em que a hegemonia dos EUA sofre uma ligeira diminuição, por causa de, entre outros aspectos, ter havido um aumento na produtividade de outros países, como Alemanha e Japão, competindo com os EUA. Dessa forma, em 1969, por meio do Acordo de Cartagena, cria-se o Pacto Andino, que, em 1996, passa a se chamar Comunidade Andina das Nações (CAN). Em 1975 cria-se o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), que se constitui não como um bloco econômico, mas como um foro que contribui para promover ações integradas entre os países da região e para desenvolver estratégias econômicas comuns entre eles e também em relação a outras regiões. Em 1980 realiza-se outro Tratado de Montevidéu, em que a ALALC se transforma em Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Outro acordo que merece destaque durante esta terceira onda é o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado em 1991, com o Tratado de Assunção, e que atualmente se configura como um dos acordos de maior êxito na América Latina (N. A. Souza, 2012). Nessa fase também há a fundação da Comunidade e Mercado Comum Caribenho (CARICOM), em 1973, porém este bloco não

é mencionado por N. A. Souza (2012), o que reflete de certa forma um pouco do lugar secundário que às vezes é reservado aos países do Caribe na constituição da história latino-americana.

Finalmente, a partir da década de 2000 até os dias atuais vivemos uma nova onda de movimentos em direção à integração. Em 2004 é proposta a Alternativa Bolivariana para as Américas, que em 2009 passa a se chamar Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), para fazer frente à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que desde 1994 se configurava como uma tentativa dos EUA de expandirem sua influência na região. Ressalta-se que este é também o mesmo ano de fundação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na sigla em inglês, ou TLCAN, em espanhol), entre Canadá, EUA e México (e mais recentemente Chile, como membro associado). A proposta da ALCA, entretanto, não obteve muito êxito e abriu espaço para que outras iniciativas fossem implementadas, como a ALBA e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), ambas em uma tentativa de "corrigir os problemas criados para o desenvolvimento econômico-social pela inserção subordinada da América Latina no mundo e pelo processo de integração regional baseado na competição" (N. A. Souza, 2012, p. 119). Esta última foi proposta em 2004 sob o antigo nome de Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN) e cujo tratado constitutivo foi assinado em 2008, já com a nova denominação. No ano de 2010 se deu a criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), marcando mais um avanço em termos da integração latino-americana, em oposição ao pan-americanismo sob influência hegemônica dos EUA (N. A. Souza, 2012).

Cumpre ressaltar que, nos últimos anos, diversos outros acordos têm sido discutidos e assinados envolvendo alguns países latino-americanos, mas também em conjunto com países de outras regiões, por exemplo, a Parceria Transpacífico, também conhecida como Tratado Transpacífico ou Acordo de Associação Transpacífico (na sigla em inglês, TPP – *Trans-Pacific Partnership*). Este acordo, assinado em fevereiro de 2016, depois de quase oito anos de negociações, envolve 12 países da: América (Canadá, Chile, EUA, México e Peru), Ásia (Brunei, Cingapura, Japão, Malásia e Vietnã) e Oceania (Austrália e Nova Zelândia). Dada a magnitude e a recência desse acordo ainda não se sabe os impactos que terá em termos mundiais tanto para os países que dele fazem parte quanto para os que estão fora. Além disso, sabemos que eventos "exteriores" à América Latina, como o *Brexit* (que, em inglês, é a junção das palavras *Britain* e *exit,* ou seja, a possível saída do Reino Unido da União Europeia), que foi votado em um referendo realizado no mês de junho de 2016, podem ter um impacto nas relações entre diferentes países e blocos latino-americanos e destes com a União Europeia, por exemplo, afetando sua economia, política, etc. Portanto, como reafirmaremos ao longo de toda a tese, o trabalho que

escrevemos é datado e inserido em um contexto sociocultural específico, de modo que o cenário que aqui apresentamos sobre os principais acordos de livre comércio e sobre os principais projetos integracionistas na América Latina é dinâmico e passível de transformações.

Diante dessas considerações, diferentes desafios ainda permanecem no que diz respeito à consolidação do que seria uma integração latino-americana. Como aponta Canclini (1999/2010):

> Nem sequer nos acordos mais integrais e planejados de unificação, como o europeu, resolvem-se os efeitos negativos (o desemprego), nem se conseguem acordos duradouros em questões sociais e de mercado. Mais difícil ainda é organizar zonas de livre-comércio onde se faz de conta que é desnecessário harmonizar as políticas de emprego, migração e as relações interculturais (NAFTA) ou se apressa a negociação econômica sem tempo para compatibilizar os sistemas sociais e políticos (Mercosul) (p.45).

Nesse sentido, é necessário que algumas medidas sejam tomadas com o intuito de: 1) superar a dependência econômica externa de muitos países latino-americanos; 2) lidar com as tentativas dos EUA, por exemplo, de dividirem os projetos de integração regionais ao proporem acordos bilaterais com apenas certos países; 3) ir além do funcionamento como apenas áreas de livre comércio, que estimulam a competição entre os países, ao invés de cooperação e integração; 4) promover também a integração cultural entre os diferentes países (N. A. Souza, 2012).

Quanto a esse último desafio, Canclini (1999/2010) argumenta que "a exclusão das negociações de integração de tantos aspectos das relações interculturais faz pensar que não se trata apenas de ampliar a agenda. É preciso reinventar a política" (p.116). Nessa direção, por mais utópicas que possam parecer essas observações sobre o que precisa ser feito em direção à superação dos desafios existentes, é necessário reiterar a importância da busca por uma integração que permita o convívio e diálogo entre os diversos Outros que constituem a América Latina (Marra, 2008; N. A. Souza, 2012). E que isso seja feito de uma forma em que haja uma "integração cultural sem submeter uma cultura a outra ou sem borrar a diferença, mas preservando, como elemento criativo, a rica diversidade de culturas que caracteriza os povos latino-americanos", permitindo, portanto, que se "conheça e valorize a cultura do 'outro', que simultaneamente é parte do 'nós'" (N. A. Souza, 2012, p.124). É nesse sentido que avançaremos as discussões da parte seguinte deste capítulo.

2.3. Identidade(s) latino-americana(s) em construção: interculturalidade e hibridação na América Latina

As transformações ocorridas a partir do século XIX são ampliadas no contexto contemporâneo de globalizações, visto que, como discutimos anteriormente, colocam em jogo não apenas "uma maior

circulação de bens, mas uma profunda rearticulação das relações entre culturas e países por meio de uma des-centralização que concentra o poder econômico e uma des-territorialização que hibrida as culturas" (Martín-Barbero, 2002a, p.15, tradução nossa). Estes processos, associados a outros fenômenos como, o avanço das tecnologias da informação, as situações de conflitos ou guerras, as migrações, entre outros, contribuem para a erosão do Estado-nação do século XIX (André, 2012), para a redefinição e pluralização de fronteiras nacionais (Appadurai, 1997; Beck, 2002; Cunha, 2008), e para o deslocamento das identidades nacionais, reforçando a característica plural, multicultural das sociedades e culturas (André, 2012; Hall, 2000).

Essas transformações são reflexo da "condição pós-moderna" (Lyotard, 1979/2009) em que nos encontramos, que, dentre outras características, se configura como ruptura com maneiras de ver o mundo presentes na modernidade, conduzindo também ao fim das grandes narrativas, o que significa que "os grandes sistemas de explicação do mundo não apresentam mais possibilidades de um *denominador* comum que torne o mundo Uno" (Bernardes & Hoenisch, 2003, p.97, grifo dos autores). Estamos, pois, diante de um contexto de pós-modernidade (Hall, 1992/2006), modernidade tardia (Giddens, 2002), modernidade líquida (Bauman, 2001) ou modernidade reflexiva (Beck, 1992), face ao qual é necessário discutirmos acerca de alguns aspectos relacionados ao processo de (des)construção dos Estados-nação e de (re)configuração de processos identitários, o que faremos nessa seção, especialmente para os processos relativos à América Latina.

2.3.1. A (des)construção das nações latino-americanas e da "nação latino-americana"

> Creemos, y después de este viaje más firmemente que antes, que la división de América en nacionalidades inciertas e ilusorias es completamente ficticia. Constituimos una sola raza mestiza que desde México hasta el estrecho de Magallanes presenta notables similitudes etnográficas. Por eso, tratando de quitarme toda carga de provincialismo exiguo, brindo por Perú y por América unida (Guevara, 1952/2004, sp).

No período pós-independência dos países latino-americanos assiste-se a um processo de tentar fortalecer as nações recém-formadas, buscando, contudo, um padrão europeu na construção desses novos Estados-nação e mantendo algumas estruturas coloniais, em uma constante tentativa de homogeneizar a população e a identidade nacional, especialmente a partir da noção de raça (Quijano, 2005). Porém, apesar de nesse momento as nações terem sido necessárias e ainda que se almeje a estabilidade, as nações não são atemporais, eternas e seus entendimentos são transformáveis (Renan, 1882/2011; Thiesse, 2000/2011). É assim que já nessa época Renan (1882/2011) discutia sobre a

possível fragmentação das nações europeias e de como uma "confederação europeia" (p.43) poderia vir a substituí-las. Essa "confederação europeia" no sentido em que Renan falava poderia ser o prelúdio daquilo que hoje conhecemos por União Europeia, que, apesar de não ter substituído as nações, contribui para a diluição das fronteiras entre as mesmas e se configura como um grupo supranacional que pode funcionar também como um grupo psicológico de referência, em meio às múltiplas pertenças dos indivíduos que se consideram como parte desses grupos. Este também pode ser o caso da América Latina, ainda que esta não se constitua como uma organização política e econômica nos mesmos parâmetros que a União Europeia.

Mas antes de enveredarmos por estas discussões, é importante (re)fazermos a mesma pergunta que Renan já fazia no século XIX: o que é uma nação? O próprio autor ensaia algumas respostas. Segundo ele, "a essência de uma nação consiste no facto de todos os indivíduos terem muitas coisas em comum, e também de todos terem esquecido muitas outras" (Renan, 1882/2011, p.33). Dessa forma, o que faz com que determinados territórios sejam considerados como uma nação? O que une um conjunto de pessoas sob uma mesma "nacionalidade"? Seria a "raça"? Além de o próprio conceito de raça ser controverso, sabemos que é extremamente difícil falar em algum lugar em que haja uma homogeneidade da população, seja em termos biológicos ou culturais. Seria então a língua? Sabemos também que em várias nações coexistem vários idiomas, o que também não garante a homogeneidade um dia almejada. Então, a religião? A geografia? Não negamos a importância de todos estes fatores na constituição das nações, porém, um aspecto fundamental é o sentimento de pertença das pessoas à nação. Nas palavras de Renan (1882/2011), "a existência de uma nação é (perdoem-me esta metáfora) um plebiscito de todos os dias" (p.43). Faz parte dela, portanto, as lembranças das alegrias e tristezas que se tem em comum e o desejo de continuar a fazer parte desse grupo (Renan, 1882/2011).

Porém, ainda que este texto de Renan tenha sido um dos precursores das discussões modernas sobre Estado-nação, a partir de foco na memória cultural e na vontade de pertencer (Pecora, 2001), uma série de outras perspectivas foram mais tarde desenvolvidas para se pensar a nação e os Estados. Nas últimas décadas, o debate sobre nação e Estado-nação tem se dado especialmente entre as chamadas perspectivas *primordialistas* e *modernistas*. Segundo a primeira linha de discussão, fortemente representada por autores como Anthony Smith, John Armstrong e Walker Connor, "etnicidade e história étnica desempenharam papéis significativos na formação do Estado-nação moderno" (Pecora, 2001, p.25, tradução nossa). Já de acordo com a segunda perspectiva, representada por autores como Ernest Gellner, John Breuilly, Tom Nairn e Eric Hobsbawn, os fatores mais responsáveis pela construção

do Estado-nação foram o capitalismo moderno, as comunicações e as indústrias. Vale ressaltar, no entanto, que os autores mencionados como representantes destas vertentes não compartilham uma visão consensual entre eles sobre estas discussões, de modo que cada um desenvolve diferentes ideias e argumentos acerca da construção das nações e das identidades nacionais. Conforme argumenta Pecora (2001), por exemplo, Smith, apesar de destacar o papel da etnicidade na configuração das nações,

> não acredita de fato na essência 'primordial' das comunidades nacionais advogadas por nacionalistas étnicos e raciais [...] para Smith, as nações são produzidas por pedaços e partes da história que permanecem alojados na vida coletiva, fragmentos que são entrelaçados em novas formas por nacionalistas modernos em busca de um Estado independente (página 27, tradução nossa).

Já Benedict Anderson partilha da concepção modernista de que o Estado-nação se constrói em função de condições socioeconômicas específicas, mas também se utiliza de aspectos étnicos para abordar o sentido nacional de comunidade que emerge da criação do Estado-nação. Anderson (1983/2008), então, baseia-se em algumas ideias de Gellner para propor o argumento de que as comunidades, nacionais ou não, são imaginadas. Para este autor, a nação seria "uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana" (1983/2008, p.32). O autor discute essa definição a partir de cada um dos termos: seria uma comunidade pois se configura como uma fraternidade profunda e horizontal, ainda que nelas permaneçam desigualdades; é imaginada já que não é possível conhecer e/ou ouvir falar de todos os integrantes de uma nação, mas, ainda assim, há na sua imaginação uma ideia de algo em comum que os una; é limitada porque, mesmo que suas fronteiras também sejam imaginadas e flexíveis, essas têm um limite, não coincidem com toda a humanidade, diferenciando-se as diferentes nações; e é soberana pois, em uma época em que há influências das ideias iluministas, principalmente, busca-se a liberdade, a soberania para além dos poderes da Igreja ou das dinastias monárquicas (Anderson, 1983/2008).

Especificamente com relação ao processo de construção das nações na América Latina, que se iniciou desde o período das independências, este apresenta algumas particularidades (Miller, 2006). Lomnitz (2000), citado por Miller (2006), critica as ideias de Anderson (1983/2008) no que diz respeito ao contexto latino-americano, em especial em três pontos. Primeiramente quanto à própria definição que apresentamos anteriormente da nação como comunidade imaginada, soberana e limitada. No período anterior às independências havia diferentes modos de se entender a nação ou a *nación*, principalmente na perspectiva dos *criollos* (descendentes de espanhóis nas colônias) na região em que hoje é o México, que por vezes usavam esse termo para se diferenciar

da Espanha, outras para se identificar a ela e outras, ainda, para se diferenciar das comunidades indígenas na região.

Utilizava-se nessa época o termo *pátria* para se referir à fidelidade a um lugar, mas não necessariamente às pessoas que o constituem, por isso poderia haver diferentes nações dentro de uma mesma pátria. Assim, os termos pátria e patriotismo eram mais utilizados até o século XVIII (embora sejam utilizados até hoje) e os termos nação e nacionalismo passaram a ser mais usados a partir do século XIX (Lomnitz, 2000, citado por Miller, 2006; Perrone-Moisés, 2007/2011). Com relação ao nacionalismo, apesar de o termo também poder ter conotações mais autoritárias e conservadoras, na América Latina (in)dependente ele passa a ser usado num caráter emancipatório, de ir contra à dominação que se estendia desde a colonização (Miller, 2006; Perrone-Moisés, 2007/2011).

O segundo ponto que Lomnitz (2000 *apud* Miller, 2006) discute é a ideia que as nações se constituíam como fraternidades profundas e horizontais. Apesar de a ideia de nação (e de nacionalismo) remeter a uma noção de relações horizontais e de fraternidade e união, ela é na realidade construída com base em relações hierárquicas e paternalistas, e, no caso da América Latina, ainda mantendo estruturas coloniais em sua organização, além da dependência para com a Europa (e atualmente também os EUA).

O terceiro ponto se refere à atribuição da característica de secularização à configuração das nações. A religião e, majoritariamente o catolicismo e o processo de sua expansão para a América, fez parte da construção das nações na Espanha, em Portugal e em suas colônias (Lomnitz, 2000, citado por Miller, 2006). A estes pontos, Miller (2006) acrescenta mais dois. Um deles é quanto à condição de soberania que Anderson (1983/2008) atribuía à nação. A soberania nas nações latino-americanas, especialmente no período pós-independências, como discutimos anteriormente, ficou frequentemente concentrada nas mãos de um líder ou de alguns poucos e não em um sentido que permitisse maior representação popular nas repúblicas recém-formadas. Além disso, outros fatores mais recentes, como o tráfico de drogas, o crime organizado, entre outros, também se constituem como aspectos que podem dificultar a existência da soberania dos Estado-nações da América Latina (Miller, 2006).

Outra crítica a Anderson é quanto à pouca atenção que ele deu às discussões sobre gênero, raça e outros aspectos relativos às minorias, enfatizando a atuação das elites no processo de construção das nações e das identidades nacionais. Na realidade, essa é uma crítica que pode ser

feita não apenas a Anderson, mas também à maioria dos trabalhos realizados a partir das abordagens desenvolvidas pelos modernistas e primordialistas. Por um lado, essas perspectivas têm um aspecto positivo e "promissor", conforme discute R. M. G Ribeiro (2008), de

> serem mais complementares do que opostas e de, conjugadas, nos fornecerem um quadro explicativo bastante completo acerca dos fenómenos em causa. Os modernistas não negam um proto-nacionalismo pré-moderno; os etnicistas reconhecem que a realidade da nação é substancialmente diferente antes e depois do século XIX. Apesar de se referirem à nação como uma invenção da ideologia nacionalista, os modernistas não chegam a afirmar que a nação moderna surge *ex-nihilo* na história; tão-pouco os etnicistas negam o trabalho de escavação (literal, em muitos casos) e revitalização levado a cabo pelas elites intelectuais, sem o qual o sentimento e a consciência de pertença a uma comunidade nacional poderia ter-se diluído por altura das revoluções políticas e económicas oitocentistas (p.34, grifo da autora).

Entretanto, por outro lado, tendem a se focar apenas no estudo da realidade do "Ocidente" e na construção dos Estados-nação a partir da perspectiva europeia, relegando espaço para discussões sobre a construção das nações do "Oriente". Neste contexto, diferentes discussões sobre as identidades nacionais são produzidas que contribuíram para a ascensão da perspectiva pós-colonial, como as ideias de Gandhi, na Índia, de Bolívar e Martí, na América Latina, de Gramsci, na Itália, ou Lenin, na antiga União Soviética, entre outros. Mais tarde, entre as décadas de 1960 e 1970, como dissemos anteriormente, desenvolvem-se os Estudos Culturais e Pós-Coloniais, que almejam, entre outros aspectos, colocar em discussão as relações Oriente-Ocidente e as concepções sobre raça, nação, etnia, gênero, hegemonia, poder, entre outras (a partir das obras de alguns autores já mencionados, como: Bhabha, Fanon, Hall, Said, Spivak) (Pecora, 2001). É nesta direção que Bhabha (1990) propõe pensar a nação como uma narração cultural, a partir dos seus conflitos sociais, valorizando as diferentes categorias sociais, contrapondo-se, por exemplo, à condição predominantemente masculina à qual as identidades nacionais são geralmente associadas, como criticam também outros autores (e.g. Bhabha, 1990; Hall, 1992/2006; Schacht, 2001).

Diante dessa breve discussão aqui realizada[33], podemos observar que se faz cada vez mais importante buscar compreender como se constroem as representações de si e dos outros, já que os processos de identificação a determinadas categorias identitárias, sejam elas referentes a grupos nacionais, supranacionais ou quaisquer outros, se dão em relação aos diversos Outros que fazem parte do processo histórico e social de construção dessas pertenças. Desse modo, Gros (2002), ao relembrar as ideias de Renan (1882/2011), com as quais iniciamos essa subseção, reflete que:

[33] Para maiores discussões acerca dos conceitos de nação, nacionalismo e Estado-nação, ver, por exemplo: Barbosa (2011); Barker (2004); Mavroudi (2010); R. M. G Ribeiro (2008); Sobral (2015); Szurmuk & Irwin (2009).

> Na América Latina, para que essa nação pluriétnica e multicultural sonhada nas novas constituições se torne realidade, são necessários muita memória e muito esquecimento. Só assim poderemos passar de uma comunidade imaginada a outra, da nação mestiça à nação plural (p.146, tradução nossa).

É sobre essa discussão acerca dos processos identitários envolvidos na construção híbrida da América Latina que discorremos adiante.

2.3.2. Identidade(s), (in)diferença(s) e processos de hibridação: a América Latina plural[34]

> Uma parte de mim
> é todo mundo:
> outra parte é ninguém:
> fundo sem fundo.
> Uma parte de mim
> é multidão:
> outra parte estranheza
> e solidão.
> [...]
> Uma parte de mim
> é permanente:
> outra parte
> se sabe de repente.
> [...]
> Traduzir uma parte
> na outra parte
> - que é uma questão
> de vida ou morte -
> será arte?
> (Gullar, 1980/2004, p. 335)

Desde o início do processo de construção dos países latino-americanos, como discutimos ao longo deste capítulo, já foi se desenvolvendo uma mistura entre europeus, indígenas, africanos, entre outros, que marcam essa heterogeneidade sociocultural da região e cuja conciliação se constitui em um desafio também para as tentativas de modernização e integração, de modo que, já nos "projetos de independência e desenvolvimento nacional, vimos a luta para compatibilizar o modernismo cultural com a semi-modernização econômica, e ambos com as tradições persistentes" (Canclini, 1989/2011, p.326). Essa diversidade cultural da população, das suas tradições e também dos diferentes movimentos sociais, políticos e econômicos que permeiam os países latino-americanos, faz parte do processo de hibridação[35] característico da América Latina, que por muito tempo foi considerado como fator de atraso

[34] Nessa subseção não temos a intenção de esgotar as discussões acerca dos processos envolvidos na construção da(s) identidade(s) latino-americana(s), mas sim abrir o caminho para reflexões que se seguirão ao longo da tese, tanto na parte teórica quanto na empírica.

[35] Ressalta-se que, apesar de preferirmos utilizar as denominações *hibridações* ou *processos de hibridação* para nos referirmos às misturas sociais, culturais, "raciais", etc, entre diferentes Outros, utilizaremos também, ao longo da tese, o termo *mestiçagem*, visto que foi o termo mais utilizados pelos participantes da pesquisa, como veremos posteriormente.

para o crescimento da região (Bucchioni & Ogassawara, 2009), mas que constitui a peculiaridade da sua construção.

É nessa perspectiva que Canclini (1999/2010) argumenta que a "identidade latino-americana", como uma entidade única e homogênea é algo imaginado, havendo identidades diversas que convivem neste espaço latino-americano, neste "permanente laboratório de identidades" que é a América Latina (Martín-Barbero, 2002b, sp). Além disso, Canclini (1999/2010) ressalta que, para se entender a construção da América Latina e dessa "identidade latino-americana" há que se considerar também a história que essa região compartilha com a Europa há séculos e até o momento atual e as relações que possui com os EUA.

Contudo, mesmo havendo essa diversidade de possibilidades de identificações e de construções identitárias em uma mesma região, não se exclui a possibilidade da existência de uma chamada "identidade da América Latina", considerando-se exatamente esta condição da identidade como algo plural, flexível, inacabado e portando, assim, múltiplas possibilidades de identificações (Bauman, 2005; Giddens, 2002; Maffesoli, 2007; Martín-Barbero, 2002a; Tajfel, 1983). Da mesma forma que o próprio conceito de *América Latina* comporta em si uma heterogeneidade, também os processos identificação/desidentificação com a pertença a essa região, enquanto um grupo psicológico de referência, podem variar. Por mais difíceis que possam ser os caminhos para se analisar e discutir esses processos e por mais imprecisas e complexas que sejam essas delimitações do que seriam a *América Latina* e a "*identidade latino-americana*", "não podemos negar que existe, do ponto de vista geopolítico [e, acrescentamos, histórico-cultural], uma região reconhecida mundialmente como sendo a América Latina" (Farret & Pinto, 2011, p.32). Tal hibridação, especificamente no caso da América Latina, se constitui como processos socioculturais, gerados, entre outros fatores, pelos populismos políticos, pelas indústrias culturais e pela (des)integração de Estados nacionais, em que há uma (re)combinação de práticas e estruturas que geram novas práticas, estruturas e objetos (Canclini, 1989/2011).

As mudanças provocadas pelos processos de globalização, no final do século XX, fazem com que o conceito de cultura também sofra algumas modificações de modo a incluir a noção de interculturalidade. Dessa forma, Appadurai (2001) discute o uso da cultura como um adjetivo, como o cultural, como um terreno de diferenças, contrastes e comparações, ressaltando o aspecto dimensional da cultura. Canclini (1999/2010), também fazendo uso dessa concepção proposta por Appadurai, complementa que este cultural se refere a processos por meio dos quais

> representamos e instituímos imaginariamente o social, concebemos e administramos as relações com os outros, ou seja, as diferenças, ordenamos sua dispersão e sua incomensurabilidade por meio de uma delimitação que flutua entre a ordem que possibilita o funcionamento da sociedade (local e global) e os atores que a abrem ao possível (Canclini, 1999/2010, pp.57-58).

Desse modo, observa-se uma tendência em diversas áreas, como Psicologia, Sociologia, Estudos Culturais, entre outras, a falar em culturas, no plural, distanciando-se do monoculturalismo e da epistemologia monocultural que durante muito tempo marcou a modernidade, e mudando o foco para o multiculturalismo (Veiga-Neto, 2003). Com relação a esta última expressão, trata-se de um conceito polissêmico, podendo haver, ainda, diferentes termos usados para descrever a situação das sociedades plurais atuais. Por exemplo, segundo Hall (2000), há uma diferença entre os termos *multicultural* e *multiculturalismo*, pois enquanto o primeiro é qualificativo, descrevendo as características de sociedades nas quais convivem diferentes culturas, o segundo termo, de cunho substantivo, diz respeito a políticas e/ou estratégias que possam ser utilizadas para lidar com problemas relativos à diversidade, advindos das sociedades multiculturais (Hall, 2000). Considerando-se a polissemia deste conceito, discutida por diversos autores (e.g. André, 2012; Candau, 2008; Damázio, 2008; Gandin & Hypolito, 2003; Hall, 2000; Lopes, 2012; B. S. Santos & Nunes, 2003), podem existir diferentes tipos de multiculturalismo, de acordo com a conceituação adotada. Por exemplo, segundo McLaren (1997), citado por Damázio (2008), há quatro tipos de multiculturalismo: crítico, conservador, humanista liberal e liberal de esquerda. Já Hall (2000), considerando também da visão de McLaren, lista seis tipos principais de multiculturalismo, quais sejam: crítico ou "revolucionário", liberal, conservador, pluralista, comercial e corporativo (público ou privado)[36].

Boaventura de Sousa Santos, em entrevista a Gandin e Hypolito (2003), também discute sobre a importância de se distinguir entre "as formas conservadoras ou reacionárias do multiculturalismo e as formas progressistas e inovadoras" (Gandin & Hypolito, 2003, p.11), sendo que, dentre as formas conservadoras está o multiculturalismo colonial, em que não há um reconhecimento de fato de outras culturas, desenvolvendo-se uma postura assimilacionista. Já entre as formas progressistas, encontra-se o multiculturalismo emancipatório, que se configura como uma proposta pós-colonial, de cunho antiessencialista, e segundo o qual parte-se da ideia de que "as culturas são todas elas diferenciadas internamente e, portanto, é tão importante reconhecer as culturas umas entre as outras, como reconhecer diversidade dentro de cada cultura e permitir que dentro da cultura haja resistência, haja

[36] Também para fins deste trabalho não serão aprofundados estes conceitos, visto que ultrapassariam os propósitos da tese. Para mais informações, ver, por exemplo: Damázio (2008); Hall (2000);

diferença" (Gandin & Hypolito, 2003, p.13). No entanto, conforme ressalva B. S. Santos nesta mesma entrevista, há que cuidar para que

> não caiamos na armadilha de aceitar que reconhecimento vá ao ponto de estabelecer critérios de autenticidade, o que faz com que as culturas passem a ser apenas culturas de testemunho E, portanto, sobre as mulheres, sobre o movimento das mulheres e sobre a discriminação contra as mulheres, só possam falar mulheres; pelos negros e pela discriminação contra os negros, só possam falar negros. A ideia da autenticidade de testemunho é, no meu entender, uma das formas que pode levar a um desenvolvimento de um novo apartheid cultural e que podia ser realizado por meio de um radicalismo excessivo, porque permitiria criar igualdade, mas em separação (Gandin & Hypolito, 2003, p.13).

A partir dessas considerações acerca dos diferentes usos do multiculturalismo, B. S. Santos e Nunes (2003) enumeram algumas críticas referentes a este conceito. Uma dessas críticas é a própria definição de cultura que se utiliza, visto que sobre esta também há diferentes conceitos; outra refere-se à ideia do multiculturalismo como sendo um conceito eurocêntrico, que desconsidera as diferentes formas que o mesmo pode assumir em diferentes países e regiões do mundo. Critica-se, ainda, o multiculturalismo como sendo uma "forma de racismo negada" (Zizek, 1998, p.22), ligada ao capitalismo multinacional (Zizek, 1998). Assim, este se constitui como um conceito, por vezes, "apolítico" e "descritivo", a partir do qual "o apelo à noção de 'tolerância' não exige um envolvimento ativo com os 'outros' e reforça o sentimento de superioridade de quem fala de um autodesignado lugar de universalidade" (B. S. Santos & Nunes, 2003, p.31). É levando-se em consideração essas críticas, que muitos autores propõem a substituição do termo *multiculturalismo* por *interculturalismo* ou *interculturalidade* (e.g. Bäckstrom & Castro-Pereira, 2012; Candau, 2008; Damázio, 2008; Lopes, 2012). Nesta tese utilizamos o termo interculturalidade[37], entendendo-se que, a partir desta perspectiva, há, não apenas o mero reconhecimento e tolerância de outras culturas, mas também a sua valorização, em um diálogo e interação mútuos (Canclini, 1999/2010). Contudo, para além dos termos utilizados, como multiculturalidade (André, 2012), cosmopolitanismo (Beck, 2002), interculturalidade (Canclini, 1999/2010), entre outros, acreditamos que o mais importante é que se mantenha uma visão antiessencialista das identidades e das culturas, a fim de que haja respeito, trocas e valorização das diferentes culturas.

Entramos nesses debates para problematizar o processo de construção da América Latina e da identidade latino-americana, pois consideramos que não se pode falar em identidades, sem falar em culturas, em processos de globalização, em multiculturalismo e em interculturalidade. E, para

[37] Apesar de optarmos pelo uso do termo interculturalidade, acreditamos que o conceito que aqui adotamos partilha de pressupostos similares aos propostos por B. S. Santos (Gandin & Hypolito, 2003), ao descrever sua concepção de multiculturalismo emancipatório.

parafrasear Canclini (1999/2010), que afirma que a "globalização sem a interculturalidade é um 'OCNI', um objeto cultural não identificado" (p.46), podemos dizer também que a identidade sem a diferença é um "OCNI". É desse modo que, no caso latino-americano, a partir de todas as transformações e (re)combinações pelas quais têm passado esses países ao longo do seu processo de construção, que as identidades nacionais e também a(s) identidade(s) latino-americana(s) "sempre foram multifacetadas, criadas e recriadas em um contínuo processo de negociação e renegociação com ambos os outros de fora e os de dentro" (Miller, 2006, p. 217, tradução nossa). E é em meio a essas relações entre diversos Outros que se dá a construção da América Latina no imaginário social, como uma categoria social de pertença, que vai se constituindo neste contexto político-cultural, em que "foi se desenvolvendo um processo identitário dinâmico, multifacetado e multipolar, atravessado por uma série de contradições" (Solis, 2000, p.9, tradução nossa), e que avança no sentido de alcançar um reconhecimento e aceitação do que há de comum e de diferente entre os distintos países desta região, seja em termos políticos, econômicos ou sociais (Solis, 2000).

Foi nesse sentido que introduzimos essa subseção com trechos do poema "Traduzir-se" de Ferreira Gullar, pois, conforme discute Canclini (1989/2011) ao também fazer uso deste poema para discutir sobre hibridação, seria interessante considerá-la como

> um termo de tradução entre mestiçagem, sincretismo, fusão e os outros vocábulos empregados para designar misturas particulares. Talvez a questão decisiva não seja estabelecer qual desses conceitos abrange mais e é mais fecundo, mas, sim, como continuar a construir princípios teóricos e procedimentos metodológicos que nos ajudem a tornar este mundo mais traduzível, ou seja, convivível em meio a suas diferenças, e a aceitar o que cada um ganha e está perdendo ao hibridar-se (p. XXXIX).

Por conseguinte, ainda que haja diferentes interpretações acerca do processo de construção da identidade latino-americana, ora focalizando na herança indígena, ora na herança europeia ou em outras possibilidades[38], trabalhamos aqui com a interpretação da construção híbrida e plural, entendendo que essa identidade se (re)constrói a partir de uma "síntese de civilizações e culturas diversas e um compromisso" (Ramos, 2012, p.52, tradução nossa), como explica o autor:

> Síntese de diversidades que possibilita a emergência do inédito compartilhado sem necessariamente ter que renegar ou fazer desaparecer o local, o nacional ou o específico. Nesse sentido, a identidade latino-americana não é nem 'indígena' nem 'europeia' nem 'africana' ou a soma de todas elas, é uma criação civilizacional nova que emergiu 'na' e 'da' colonização, cresceu na independência-dependência e está se renovando nas globalizações. Compromisso que, como todo compromisso, é ambivalente, muitas vezes contraditório, ora dominador, ora liberador. Não é exclusivamente burguês nem exclusivamente popular. Depende das relações de força da época para que predomine um ou o outro " (p.52, tradução nossa).

[38] Para mais informações sobre as diferentes teses sobre a identidade latino-americana, ver: Vergara, Estevez e Gundermann (2012).

Ressaltamos que, apesar de enfocarmos no aspecto plural e híbrido das identidades e culturas, ao mesmo tempo em que há estes movimentos característicos das globalizações, há também uma valorização daquilo que é local (Beck, 2002; Cunha, 2008; Hall, 1992/2006). E, ainda que a valorização do que é local e também a valorização da diversidade dentro das próprias culturas sejam positivas e se configurem como avanços no sentido de combater ideologias racistas e homogeneizadoras, devemos estar atentos também ao extremo oposto que pode acontecer. Se por um lado podemos ter os localismos e o fechamento de determinadas comunidades em si mesmas, por outro, podemos ter um relativismo absoluto ou até mesmo um racismo disfarçado, sob a "bandeira" da hibridação ou mestiçagem[39] (Gros, 2002; Perrone-Moisés, 2007/2011), conforme discutiremos na parte empírica da tese. Nesse contexto contemporâneo, como argumenta Canclini (1999/2010), os processos de globalização nos confrontam com a "possibilidade de apreender fragmentos, nunca a totalidade, de outras culturas e refazer o que imaginávamos como próprio em interações e acordos com outros, nunca com todos" (p.115).

Diante disso, ao pensarmos em políticas culturais e em cidadania é preciso compreender que "para serem democráticas, a cultura política e a política cultural devem não apenas aceitar as diferenças, mas também criar condições para que se possa vivê-las na ambiguidade" (Canclini, 1999/2010, p.116). É nesse sentido que finalizamos este capítulo com a reflexão deste autor, que pondera que, quando não mudamos nossas relações e políticas para "abarcar a escala supranacional das atuais relações sociais, não sabemos como chamar os outros" (p.116), isso porque, "saber como chamar os outros é ser capaz de nomeá-los, compreendendo-os e aceitando-os em sua diferença, na multiplicidade das suas diferenças" (p.116). Por outro lado, isso nos abre também possibilidades, já que, "acima de tudo, existe algo de radicalmente democrático no reconhecimento de que, muitas vezes, não sabemos como chamar os outros. É o ponto de partida para atentar para o modo como eles mesmos se nomeiam" (p.116).

[39] Realizaremos maiores discussões sobre o conceito de mestiçagem ao longo dos estudos empíricos da tese, especialmente no Capítulo 9 (Estudo 2).

CAPÍTULO 3 – Processos Identitários e a Teoria da Identidade Social

Neste capítulo discorreremos acerca de conceitos e processos psicossociais envolvidos na construção identitária dos indivíduos, especialmente no contexto das relações intergrupais. Focaremos a discussão nos principais pressupostos da TIS e outros aspectos relacionados às dinâmicas intergrupais, que possam contribuir para a compreensão dos fenômenos que analisaremos ao longo deste trabalho.

Para tanto, o capítulo será dividido em seis partes, organizadas da seguinte maneira: 1) apresentação de um breve contexto acerca das principais perspectivas teóricas e conceitos que influenciaram o desenvolvimento da TIS e descrição de estudos iniciais sob esse referencial; 2) discussões sobre os processos de categorização e comparação sociais e suas relações com a identidade social, perpassando também por discussões acerca da diferença e da relação com o Outro; 3) problematização do conceito de grupo e discussões acerca das relações existentes entre grupos supraordenados e seus subgrupos – especialmente entre grupos nacionais e supranacionais – e os processos de construção identitária; 4) reflexões sobre as ideias de estereótipo, discriminação social, racismo e preconceito e suas ligações com a identidade social; 5) análise das estratégias usadas pelos indivíduos em diferentes situações para manter sua distintividade positiva e como essas estratégias se inserem no contexto das relações intergrupais; 6) exposição de algumas das principais críticas relativas à TIS e outras possibilidades de compreensão dos processos identitários.

3.1. O surgimento da teoria: contexto histórico e influências teórico-conceituais

> It cannot be the purpose of any single theoretical scheme, be it in social or general psychology, in sociology or political science, to resolve (or even be able to define fully) the issues of 'identity'. The most one can hope for is a contribution which proves to be moderately useful to the endlessly continuing process of analysis and research [...] (Tajfel, 1978a, p.19).

Na virada do século XIX e início do século XX, assiste-se a uma hegemonia da Psicologia Social Psicológica (Camino & Torres, 2013; Farr, 2008), especialmente nos EUA, centrada no estudo de processos individuais, a partir de influências behavioristas. Apesar de haver outras formas de se fazer Psicologia Social nesta época, esta vertente permanece hegemônica, inclusive na Europa, por muitos anos.

Nessa época, predominava entre estudiosos de diferentes áreas[40] (e.g. Le Bon, 1896, citado por Torres & Camino, 2013), uma visão negativa com relação aos processos grupais e aos fenômenos sociais envolvidos nessas dinâmicas, sendo o grupo visto como uma instância que influenciaria e controlaria as pessoas, fazendo com que perdessem sua individualidade. Havia, portanto, nos estudos desse período, uma clara divisão entre as áreas que seriam de atuação de psicólogos sociais – os quais deveriam estudar fenômenos sociais apenas tendo como base processos de cunho individual – e de sociólogos – que estudariam a sociedade de forma mais ampla.

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA firmam com a Europa, além de outros tratados, o Plano *Fulbright*, que propiciava um intercâmbio cultural entre EUA e alguns países da região, envolvendo alunos e professores, de modo a fazer com que a influência estadunidense na Europa se fortalecesse, o que também ocorreu na Psicologia. No entanto, buscando independência econômica, cultural, política e também científica, desenvolve-se o Mercado Comum Europeu (atual União Europeia). Nesse momento, alguns psicólogos sociais europeus começaram a conduzir estudos, buscando uma "identidade própria" (Camino & Torres, 2013, p.90), sendo este o caso de Serge Moscovici, Henri Tajfel e Willem Doise. Desenvolve-se, assim, na Europa, o que Doise (1976/1984) virá depois a chamar de "articulação psicossociológica", também chamada de "Paradigma Europeu" (Jesuíno, 2000), baseada em três principais conceitos: o de Representação Social (Moscovici, 1961/2004), o de Identidade Social (Tajfel, 1982a, 1983) e o de influência das minorias ativas (Moscovici, 1976/1982); os dois primeiros que utilizaremos como fundamentos em nossas análises e o último, que usaremos como um dos possíveis recursos de interpretações dos dados, como veremos adiante. Ressalta-se que, além dessas duas grandes vertentes presentes na Psicologia Social da época, uma mais "psicológica" e outra mais "sociológica", desenvolve-se também, na América Latina, a partir da década de 1970, uma Psicologia Social, que ficou conhecida como Psicologia Social Crítica ou Psicologia Sócio-histórica. Esta se constitui como uma corrente fortemente influenciada pelo materialismo-histórico, que evidencia a importância do compromisso social do pesquisador e da intervenção associada à pesquisa e tem como um dos seus nomes mais proeminentes Silvia Lane (e.g. Lane, 1981/2004).

Moscovici e Tajfel propuseram suas teorias a partir de influências de estudiosos de diferentes áreas, conforme discutido, por exemplo, por Camino e Torres (2013). Dentre essas influências, estão os

[40] Não nos prolongaremos na discussão acerca do trabalho de alguns autores anteriores que tiveram influência na construção da TIS e da TRS (no próximo capítulo), visto que nos focaremos nos estudos desenvolvidos já no âmbito dessas teorias com as quais trabalharemos. Para mais informações, ver, por exemplo: Banchs (2011); Cabecinhas, 2007; Camino & Torres (2013); Sá (2007); Spink & Spink (2007); Torres & Camino (2013); Vala & Castro (2013).

trabalhos de Wundt (1916), citado por Camino e Torres (2013) e Durkheim (1898) para os quais as crenças construídas em determinado grupo social eram impostas às pessoas por sugestão. Já para Tarde (1898/1922, citado por Camino & Torres, 2013), não havia esse determinismo social, os indivíduos poderiam se apropriar de certos aspectos da realidade que mais os interessassem. Este autor buscava articular representações individuais e coletivas, a partir do conceito de opinião. O indivíduo era, portanto, agente de mudanças sociais. Também o interacionismo simbólico tentava associar disposições individuais e influências sociais, a partir da ideia de atitude. Há duas perspectivas, a psicológica (e.g. Mead, 1934/1982, citada por Camino & Torres, 2013), e a sociológica (e.g. Thomas & Znaniecki, 1918/1984, citados por Camino & Torres, 2013). Os autores dessa última perspectiva propõem a ideia de atitude para explicar a forma como as pessoas entendem e se apropriam das situações sociais nas quais estão envolvidas. Esse conceito de atitude virá a ter grande importância para os estudos dirigidos a entender o comportamento social (Camino & Torres, 2013).

Além dos estudos sobre atitudes, opiniões e cognição social, a Psicologia Social também estudava os processos de influência social, passando, posteriormente, a usar a ideia de grupo para entender esses fenômenos. Nesse sentido, alguns estudos (e.g. Mayo, 1933; Sherif, 1935, 1936, citados por Caminho & Torres, 2013) evidenciaram a necessidade de se estudar os grupos para se compreender o comportamento individual. No entanto, a influência do individualismo e objetivismo behaviorista da Psicologia Social estadunidense[41] fazia com que poucas pesquisas fossem realizadas no nível grupal.

Mas o estudo sobre grupos terá maior propulsão de fato especialmente após a Segunda Guerra Mundial, com Kurt Lewin. As reflexões formuladas por este autor tiveram grande importância – ainda que muitas vezes esquecida – para a construção de posteriores teorias sobre dinâmicas intergrupais. Tal importância reside, principalmente, em suas ideias sobre as relações intergrupais e a discriminação social, enfatizando o "destino comum" (Lewin 1948/1997 *apud* Cabecinhas, 2007) relativo aos indivíduos que pertencem a grupos considerados dominados[42]; e na necessidade de integração entre conhecimentos de diferentes áreas, como Psicologia, Antropologia e Sociologia para o estudo desses processos (Cabecinhas, 2007).

Outro conceito importante para o desenvolvimento dos estudos sobre relações intergrupais é o de etnocentrismo. Cabecinhas (2007), por exemplo, em discussão acerca desse tema, expõe a visão de

[41] Reconhecemos a existência de diferentes perspectivas dentro do behaviorismo, havendo abordagens que não possuem um cunho tão individualista quanto o mencionado.

[42] Ao longo do texto alternaremos o uso das expressões grupo dominante, grupo maioritário, grupo de alto *status* social, para nos referirmos a grupos considerados como de estatuto social superior na sociedade; e grupo dominado, grupo minoritário e grupo de baixo *status* social, para nos referirmos a grupos de estatuto social inferior.

Sumner (1906), segundo a qual o etnocentrismo seria um fenômeno universal, por meio do qual entende-se os outros grupos a partir do referencial do próprio grupo, o qual está no centro das relações. Alguns estudos envolvendo noções de etnocentrismo e de diferenciação intergrupal (e.g. Adorno, Frenkel-Brunswilk, Levinson & Sanford, 1950 – com o estudo sobre a Personalidade; Dollard *et al.*, 1939– com a Teoria da Frustração-Agressão, citado por Torres & Camino, 2013) analisavam a partir de atributos individuais os fenômenos sociais. Porém, estudos posteriores (e.g. Brewer, 1979, citado por Cabecinhas, 2007), além de questionarem a universalidade desse fenômeno, também ressaltam que "o favoritismo pelo grupo de pertença não se manifesta em todas as dimensões, mas apenas naquelas que são *relevantes* para o grupo em causa" (Cabecinhas, 2007, p.25, grifos da autora). Aspecto este já discutido por Tajfel (1978b) em seu texto sobre a TIS, como veremos adiante.

Na década de 1960, os experimentos conduzidos por Sherif e colaboradores (e.g. Sherif, Harvey, White, Hood & Sherif, 1961/1988) constituem uma iniciativa fundamental para a articulação de explicações de cunho psicológico e sociológico no estudo das relações intergrupais (Cabecinhas, 2007). De tal modo, a partir do seu conjunto de estudos, estes autores argumentam que as condições de conflito real entre grupos levam à hostilidade entre os mesmos e não apenas as características da personalidade dos membros dos grupos (e.g. Adorno *et al.*, 1950). Apesar da importância teórica destes trabalhos, discussões acerca dos processos de identificação dos indivíduos com o seu *ingroup*[43] não foram contempladas pelos autores (Tajfel & Turner, 1979). Portanto, os trabalhos realizados no âmbito da Teoria do Conflito Realista (TCR) não estavam focados "nem nos processos subjacentes ao desenvolvimento e manutenção da identidade grupal nem nos seus possíveis efeitos autónomos quer ao nível intragrupal quer ao nível intergrupal" (Cabecinhas, 2007, p.83).

É nesse sentido que Tajfel, Turner e demais pesquisadores da Escola de Bristol, na Inglaterra, passam a desenvolver pesquisas que virão, posteriormente, a dar origem à chamada Teoria da Identidade Social (TIS), constituindo-se esse modelo como "o primeiro a colocar a identidade no âmago das relações intergrupais, atribuindo-lhe uma posição explicativa da diferenciação e da discriminação sociais" (Cabecinhas, 2007, p.83). Também no domínio dessas investigações, Turner e colaboradores (1987) desenvolvem a Teoria da Autocategorização. Contudo, ainda que essa teoria tenha sido desenvolvida sob influência da TIS, elas são bastante diferentes, visto que a primeira privilegia o estudo das relações de identificação dos indivíduos com seus grupos de pertença, focando-se mais em aspectos

[43] Ao longo da tese utilizaremos como sinônimas as expressões *ingroup*, endogrupo e próprio grupo para nos referirmos ao grupo de pertença dos indivíduos; e as expressões *outgroup*, exogrupo e grupo de relação para nos referirmos aos outros grupos de comparação com relação ao próprio grupo.

microssociais, em especial na relação *self*-grupo, e não nas relações intergrupais, como a TIS, a qual atribui maior saliência ao polo *intergrupal* do *continuum* interpessoal-intergrupal (Cabecinhas, 2007), sobre o qual discutiremos a seguir.

O interesse de Tajfel por investigar esses temas e processos se inicia especialmente devido à sua própria história, visto que, por ser de origem judia, ele teve sua família exterminada durante a Segunda Guerra Mundial (Rubini, 2003). O autor passa a se interessar, deste modo, por estudar quais as condições que fazem com que haja conflitos e discriminações intergrupais devido à identificação de diferentes pertenças grupais. Além disso, os trabalhos de Tajfel também foram influenciados pelas ideias de Jerome Bruner, pesquisador com quem colaborou na década de 1950, e que propunha discussões acerca do papel da categorização nos processos perceptivos dos indivíduos, auxiliando na simplificação e organização do mundo (Cabecinhas, 2007).

Tendo em conta essas questões de interesse de investigação, Tajfel e colaboradores (1971) começam a realizar experiências para "determinar as condições mínimas do aparecimento do favoritismo endogrupal, cujos resultados constituíram o estímulo inicial para a formulação do modelo da identidade social" (Cabecinhas, 2002, p.143). Em um destes experimentos, pedia-se a rapazes adolescentes (entre 14 e 15 anos) de uma escola para estimarem o número de pontos projetados em uma tela. Enquanto em outro experimento, pedia-se a adolescentes com este mesmo perfil para indicarem suas preferências entre os quadros de Klee e Kandinsky. Após esta primeira etapa de cada experimento, dividia-se os rapazes em dois grupos, em que apenas lhes era informado o grupo a que pertenciam, porém não lhes eram fornecidas informações acerca dos demais participantes do seu grupo ou do outro. Estes grupos foram chamados de "grupos mínimos" porque eram meramente cognitivos (Tajfel, & Turner, 1979). A partir daí, utilizando-se de matrizes numéricas fornecidas pelos pesquisadores, solicitava-se aos adolescentes que oferecessem, de forma anônima, remunerações às pessoas do seu grupo e do outro, de modo que, quando o experimento chegasse ao fim, eles receberiam em dinheiro uma quantia relativa ao que lhes havia sido oferecido por outros participantes (Tajfel, Billig, Bundy & Flament, 1971).

Apesar de haver a possibilidade de distribuir mais dinheiro para todos os indivíduos, de modo que todos pudessem ganhar uma quantia maior, os participantes optaram por fazer uma maior diferenciação entre os grupos, distribuindo maior quantia de dinheiro para pessoas do seu grupo, em detrimento do outro grupo. Os resultados dessas experiências com os grupos mínimos permitiram demonstrar, então, uma tendência ao desenvolvimento de comportamentos de favoritismo do próprio

grupo e de comportamentos discriminatórios em relação ao exogrupo, ainda que não haja nenhum histórico de rivalidade ou algum conflito explícito entre estes grupos, ou seja, apenas pela categorização em grupos distintos (Tajfel, 1970, 1983; Tajfel & Billig, 1974; Tajfel *et al.*, 1971).

Entretanto, Tajfel (1970) destaca que:

> [...] é uma hiperssimplificação pensar que motivações em situações sociais não incluem mais do que cálculos de autointeresse ou que elas podem ser derivadas de alguns impulsos humanos supostamente universais, como a agressão dirigida ao outro, a necessidade de afiliação e assim por diante. Comportar-se socialmente é algo complexo. Envolve um longo processo de aprendizagem; é baseado na manipulação de símbolos e abstrações; implica a capacidade de modificação de conduta quando a situação muda – e situações sociais nunca permanecem estáticas (p. 102, tradução nossa).

Considerando essa complexidade do comportamento social, reafirma-se a necessidade de desenvolvimento de diferentes possibilidades de explicação dos fenômenos sociais, que envolvam diferentes dimensões para além da esfera dos processos individuais. É nesse sentido também que Tajfel (1978a) propõe quatro *continua* teóricos que se inter-relacionam na compreensão de como os indivíduos podem se comportar ora mais como indivíduos ora mais como membros de determinados grupos. Contudo, como o próprio autor ressalta, esses são prioritariamente teóricos, pois é difícil pensar em situações sociais em que as pessoas se encontrem envolvidas apenas com um destes extremos, por exemplo, situações em que não haja qualquer influência dos grupos aos quais elas se julgam pertencer. Esses *continua* seriam: a) do comportamento totalmente interpessoal ou interindividual ao comportamento puramente intergrupal; b) da variabilidade individual dentro de um grupo ao máximo de uniformidade de comportamentos e atitudes com relação a outro grupo; c) do tratamento a indivíduos do exogrupo a partir das suas características individuais ao tratamento como membros indiferenciados dentro de determinadas categorias sociais; d) da mobilidade social, ou seja, da estrutura de crenças em um sistema social em que há flexibilidade e facilidade de movimento individual de um grupo para outro, à mudança social, ou seja, à estrutura de crenças segundo as quais esse movimento é bastante difícil ou impossível.

Tendo como base esses *continua* e visando à melhor compreensão sobre os processos identitários, alguns processos psicossociais passam a ser analisados com maior profundidade no âmbito da TIS, conforme apresentaremos nas seções seguintes.

3.2. Os processos de categorização social e comparação social e sua relação com a identidade social

> The category of the *Other* is as primordial as consciousness itself. In the most primitive societies, in the most ancient mythologies, one finds the expression of a duality – that of the Self and the Other. [...] Thus it is that no group ever sets itself up as One without at once setting up the Other over against itself (Beauvoir, 1949/1956, p.16, grifo da autora).

A partir da realização dos estudos experimentais que mencionamos anteriormente, o desenvolvimento da TIS deu-se, principalmente, centralizado em três conceitos, quais sejam: identidade social, comparação social e categorização social (Cabecinhas, 2007; Hogg & Abrams, 1999; Monteiro, 2013; Tajfel, 1970, 1974, 1978b,1982a, 1982b, 1982c, 1983).

Com relação a este último conceito – categorização social, este se refere a uma atividade que permeia as relações intergrupais (Tajfel, 1972, 1982c; Tajfel *et al.*, 1971), tratando-se de um processo cognitivo necessário para que os indivíduos organizem informações e definam seu lugar na sociedade (Tajfel, 1974, 1978b, 1983). Trata-se, pois, de um processo que "tem como principal função, simplificar ou sistematizar, com vista à adaptação cognitiva e comportamental, a abundância e complexidade de informação que o organismo humano recebe do meio" (Tajfel, 1982, p.162).

As discussões sobre este processo vêm desde o trabalho de Gordon Allport (1954/1979), que discorre sobre o processo de categorização, especialmente de grupos minoritários, argumentando que a categorização implicaria também uma essencialização, a qual confere um caráter de inalterabilidade e exclusividade a essas categorias. Essa exclusividade é uma propriedade que subjaz ao efeito de acentuação discutido por Tajfel (1983), o qual é um dos processos envolvidos na categorização, consistindo em uma

> acentuação, por parte do observador, das semelhanças entre objetos ou pessoas pertencendo à mesma categoria – efeito de assimilação – e das diferenças entre objetos ou pessoas pertencendo a diferentes categorias – efeito de contraste. Esses efeitos ocorreriam simultânea e simetricamente, sendo inerentes ao processo de categorização (Cabecinhas, 2007, p.84).

O segundo processo central na TIS é o de comparação social. Inspirado nos trabalhos de Festinger (1954) sobre a comparação social – porém, especialmente ao nível interindividual – Tajfel transpõe alguns destes pressupostos para o âmbito intergrupal, a fim de entender a distintividade endogrupal (Cabecinhas, 2007; Monteiro, 2013). Dessa forma, ao realizar comparações entre *ingroup* e *outgroup*, os indivíduos tendem a atribuir mais características positivas ao seu grupo e negativas ao outro grupo, a fim de manter sua autoimagem positiva (Hogg & Abrams, 1999; Tajfel, 1978b, 1982a, 1983). No entanto, essas características atribuídas ao *outgroup* não são necessariamente sempre

negativas, mas sim, geralmente inferiores àquelas atribuídas ao *ingroup* (Lordelo & Barros, 2005), principalmente entre grupos dominantes. Vale ressaltar, contudo, que os grupos com os quais nos comparamos são aqueles relevantes para nossa construção identitária e a manutenção da nossa autoestima positiva (Tajfel, 1978b). Portanto, "as comparações relevantes são, neste caso, decisivas. Não nos comparamos com qualquer grupo, e nem sempre com os mesmos" (Monteiro, 2013, p.524).

Considerando-se a variedade de categorias e grupos sociais aos quais se pode pertencer, várias são também as identidades que um indivíduo pode ter, de forma que a importância dessas pertenças pode variar de acordo com o contexto em que se encontra e com o(s) grupo(s) de comparação em determinadas situações (Tajfel, 1982c, 1983). Essa ideia de diferentes pertenças grupais e das diferenças existentes no grau de importância relativa ocupada por cada pertença em determinados tempos e contextos já vem desde Lewin (1948, citado por Torres & Camino, 2013). Dessa forma, a identidade social, enquanto "aquela parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o seu significado emocional e de valor associado àquela pertença" (Tajfel, 1983, p. 290), se configura também como uma construção social, sendo relacional, flexível e mutável. Não se pode excluir, porém, a existência de alguma estabilidade nos processos identitários, já que "estabilidade e transformação são indissociáveis e formam uma unidade" (L. Souza, 2005, p.132).

Como discutimos no capítulo anterior, não é possível falar em identidade sem falar em diferença, sem falar sobre a relação e diferenciação para com o Outro, relação a qual faz parte da ideia mesma de pertença e que se constitui como algo presente em todas as sociedades – ainda que sob diferentes configurações – e ao longo de diversos momentos da história humana (Beauvoir, 1949/1956; Cabecinhas, 2007; Jahoda, 1999). Identidades são, desse modo, produzidas em meio a relações de poder, marcações de diferença e processos de inclusão e exclusão (Barker, 2004; Hall, 1996e), como vimos, por exemplo, na discussão de Said (1978/2007) sobre o Orientalismo.

Nessa mesma direção, Silva (2000) discute:

> A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. [...] Dividir o mundo entre 'nós' e 'eles' significa classificar (p.82).

Portanto, a classificação que realizamos entre Nós e Eles, é baseada, em grande parte também, na diferença, já que tendemos a nos esforçar mais para nos diferenciarmos de exogrupos considerados como mais parecidos com o nosso endogrupo, definindo os limites e as diferenciações entre o nosso

grupo e o(s) outro(s) (Tajfel, 1982a, 1982c). Nesse sentido, ainda que, em determinadas situações, algumas semelhanças entre diferentes grupos possam promover maior cooperação entre eles, em outros momentos essas semelhanças podem ser consideradas como ameaças à distintividade positiva dos indivíduos, a qual é fundamental para a identidade social (Vala, 2009). Como o próprio Tajfel (1983) afirma: "somos o que somos, *porque* eles não são como nós" (Tajfel, 1983, p. 388, grifo do autor).

No entanto, com as transformações ocorridas no mundo nos últimos séculos, já não se é tão simples fazer uma divisão binária entre Nós e Outros, diversas nuances estão envolvidas: os estranhos, os outros não são mais aqueles seletivamente separados, com características definidas e pré-moldadas, a definição do Outro se torna também mais fluida (Bauman, 1997). Desse modo, são necessárias diferentes formas de se entender os grupos, as relações intergrupais e o processo de construção identitária dos indivíduos, muitas das quais já começaram a ser trabalhadas por Tajfel em seus estudos iniciais no âmbito da TIS – ainda que com algumas limitações, como veremos nas próximas seções.

3.3. O conceito de grupo, sua relação com grupos nacionais e supranacionais e com processos identitários

> É impossível imaginar um encontro social entre duas pessoas que não seja afectado, pelo menos minimamente, pelas inclusões mútuas de um e outro numa variedade de categorias sociais sobre as quais existem no pensamento dos interagentes certas expectativas gerais quanto às suas características e comportamento (Tajfel, 1983, p.273).

A partir do que vimos nas seções anteriores, depreende-se que a pertença a um ou mais grupos, de acordo com o referencial teórico da TIS, implica uma pertença psicológica, que envolve três elementos: um aspecto cognitivo, um avaliativo e um emocional (Tajfel, 1982c, 1983). Estes aspectos são os mesmos envolvidos também na própria compreensão do conceito de grupo segundo Tajfel (1983), o qual inclui:

> um componente cognitivo, no sentido em que se sabe que se pertence a um grupo; um componente avaliativo no sentido em que a noção de grupo e/ou de pertença a ele *pode* ter uma conotação de valor positivo ou negativo; e um componente emocional no sentido em que os aspectos cognitivo e avaliativo do grupo e da pertença a ele *podem* ser acompanhados de emoções (tais como amor ou ódio, gostar ou não gostar) dirigidas para um grupo próprio e para outros com os quais tem certas relações (p.261, grifos do autor).

Essa noção de grupo, portanto, compreende a ideia de um grupo psicológico, ou seja, que não pressupõe relações face a face, presenciais entre os seus membros, o que difere de algumas das concepções de grupo anteriormente presentes na Psicologia Social na época do desenvolvimento inicial da TIS (Tajfel, 1974, 1983). Pondera-se, entretanto, que somente esses três componentes mencionados

não são o bastante para que se reconheça a existência de um grupo. Além deles, é necessário também que outras pessoas admitam a existência do mesmo, quer dizer, um critério "externo". Logo, o critério "interno" (os componentes aos quais nos referimos), somado ao critério "externo" (reconhecimento de outras pessoas) permitem definir as identificações grupais (Tajfel, 1982c).

Nessa perspectiva, Tajfel (1978b), baseado nas ideias de Emerson (1960), concebe o grupo nacional também como um grupo psicológico, na medida em que envolve componentes avaliativos, emocionais e cognitivos na sua pertença. Já realizamos uma discussão sobre o conceito de nação no capítulo 2 da tese, deste modo, abordaremos aqui algumas considerações acerca da construção das identidades nacionais, a partir de conceitos que se relacionam a essa construção.

Retomando as ideias de Anderson (1983/2008) sobre as nações como comunidades imaginadas, Hall (1992/2006) discute sobre cinco elementos principais que compõem a construção da narrativa da cultura nacional. Elementos estes semelhantes ao que Thiesse (2000/2011) se refere como a composição de uma "*check-list* identitária", de um "sistema *IKEA* de construção das identidades nacionais" (p.71), expressões que a autora utiliza ao referenciar as ideias do sociólogo Orvar Löfgren (1989) sobre um tipo de "*kit – do-it-yourself*" dos elementos necessários para a construção das identidades nacionais.

Segundo Hall (1992/2006), portanto, os cinco aspectos seriam: a) a narrativa da nação, que diz respeito a como os símbolos, rituais, imagens, eventos, entre outros, são representados e contados nos meios de comunicação, na literatura, entre as pessoas; b) a ênfase nas origens, que se refere ao caráter de tradição, de continuidade, de imutabilidade de alguns elementos da identidade nacional; c) a invenção da tradição, remetendo ao argumento de Hobsbawm (1983/2011), segundo o qual a tradição inventada supõe um conjunto de práticas, rituais, símbolos, que são envolvidos por valores e normas, por meio da repetição, gerando uma ideia de continuidade com um passado a ser seguido e mantido; d) o mito fundacional, que se constitui como uma história que fixa a origem de uma nação e um povo em um tempo distante, quase mítico; e) ideia de um povo puro ou original, que, no entanto, em geral, não é aquele que exerce o poder ao longo do desenvolvimento da nação.

Porém, longe de serem unificadas e homogêneas, as culturas, as identidades nacionais, logo, as nações, são constituídas por diferentes grupos sociais, com diferentes classes sociais, gênero, entre outras diferenças. Ademais, esta "unificação" das nações, se deu, em muitos casos, por meio da eliminação das diferenças culturais, ao longo de violentos processos de dominação e conquista, como

é o caso de muitas das nações ocidentais modernas, que se configuraram, por muito tempo, como impérios que exerciam grande influência na cultura dos países colonizados, a exemplo do que ocorreu em diversos países da América Latina. Dessa forma, as tentativas de usar ideias como as de etnia ou de raça como dispositivos para unificar uma nação e a identidade cultural nacional falham, visto que as nações também possuem uma constituição cultural híbrida, baseada na diferença e na alteridade[44] (Bhabha, 1990; Hall, 1992/2006). Portanto, as "identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas" (Hall, 1992/2006, p.65).

Levando-se em consideração os aspectos sobre as quais debatemos aqui, acerca dos grupos e identidades nacionais, e as discussões que apresentamos também nos capítulos anteriores, sobre o caráter intercultural e híbrido não apenas dos grupos e países em que nos encontramos, mas do mundo em que vivemos, alguns questionamentos fazem-se pertinentes: E quando esses grupos fazem parte da formação de grupos supraordenados, como se dá o processo de identificação dos membros desses grupos? Como eles negociam suas diferentes pertenças? Atribuem mais importância ao seu subgrupo do que ao grupo supraordenado? E quando esses grupos envolvidos se tratam de grupos nacionais e supranacionais (por exemplo, América Latina ou Europa), os indivíduos aceitam essas múltiplas pertenças ou veem incompatibilidades? Essas são algumas das questões necessárias quando se fala na relação entre grupos supraordenados e seus subgrupos.

Há diferentes fatores que podem influenciar nessas (des)identificações e também nas relações entre os subgrupos, que podem ser harmoniosas ou conflituosas. Primeiramente, os próprios critérios de pertencimento ao grupo supraordenado podem variar: essa pertença pode depender da pertença anterior a um outro grupo, não sendo concedida de forma individual (por exemplo, o indivíduo só será cidadão europeu se pertencer a um dos países europeus) e, mesmo que a adesão ao grupo possa ser concedida individualmente, ela, por vezes, pode ser dificultada (por exemplo, o caso de imigrantes que tentam pedir a nacionalidade do país de destino) (Chryssochoou, 2000a).

No que diz respeito à relação entre os subgrupos e destes com o grupo supraordenado, a coexistência de diferentes grupos dentro de uma categoria maior pode levar ao conflito e à competição entre os mesmos, de modo que alguns estudos têm sido desenvolvidos com a intenção de tentar produzir

[44] O conceito de alteridade não será aprofundado neste capítulo, visto que será melhor trabalhado ao longo da tese, especialmente na discussão dos resultados.

alternativas mais harmônicas para essas relações. Alguns modelos, como o da recategorização ou da identidade endogrupal comum (e.g. Gaertner, Dovidio, Anastasio, Bachman & Rust, 1993), propõem uma ênfase na pertença comum a um grupo supraordenado, ao invés de ressaltar a pertença a cada um dos subgrupos, a fim de reduzir conflitos intergrupais. Já outras perspectivas, como o modelo de projeção endogrupal (e.g. Wenzel, Mummendey & Waldzus, 2007), propõem que essa ênfase na pertença supraordenada pode, ao contrário, aumentar o conflito em situações nas quais alguns grupos queiram que o grupo supraordenado seja um reflexo do seu grupo, reivindicando sua superioridade com relação ao demais grupos. Para que essa projeção do endogrupo seja evitada, os autores sugerem que os subgrupos sejam, na medida do possível, o mais igualmente prototípicos do grupo supraordenado, havendo uma maior complexidade na configuração dessa categoria (Wenzel *et al.*, 2007).

Essa não se constitui como uma tarefa fácil, visto que uma identidade supraordenada pode ameaçar a necessidade de distintividade positiva dos indivíduos, especialmente aqueles pertencentes a subgrupos de baixo *status* social, os quais podem ser mais prejudicados, já que é provável que grupos de maior *status* social tentem dominar a identidade supraordenada (Hornsey & Hogg, 2000). Contudo, ainda que seja difícil, é algo possível de ser realizado e vai na direção da implementação de uma interculturalidade de fato, em que "os grupos não meramente coexistam dentro dos limites de um grupo comum, mas sim desenvolvam uma identidade supraordenada que lhes permita valorizar e respeitar uns aos outros com e em suas diferenças" (Wenzel *et al.*, 2007, p. 367, tradução nossa). Essas ideias vão ao encontro de trabalhos de outros autores, como Hornsey e Hogg (2000), que propõem um modelo integrativo das relações subgrupais [*Integrative Model of Subgroup Relations*], segundo o qual:

> Ao invés de tentar eliminar as diferenças intergrupais e ameaçar as necessidades das pessoas de identidades subgrupais distintas, precisamos nutrir identidades subgrupais distintas dentro do contexto de uma identidade supraordenada que elenca subgrupos em uma relação de papéis complementares ao invés de uma relação intergrupal competitiva. O objetivo deve ser uma dupla categorização em que as identidades supraordenadas e subgrupais são reconhecidas e promovidas simultaneamente (p.148, tradução nossa).

Ainda que tenhamos caminhado um pouco por essas discussões sobre grupos supraordenados e seus subgrupos, observamos que as reflexões sempre voltam às relações com o Outro, com a diferença, aspectos intrínsecos à construção identitária. Dessa forma, na seção seguinte, refletimos sobre como o processo de construção da identidade social se relaciona com os estereótipos sociais e com os processos de exclusão, preconceito e discriminação.

3.4. Estereótipos, preconceito, racismo e discriminação social

> Social identity is a double-edged sword. On the one hand, identifying with a social group is a prerequisite for the sharing of common norms and values, solidarity, and collective action. On the other hand, in-group identification often goes together with prejudice and discrimination (Licata, Sanchez-Mazas & Green, 2011, p. 895).

Nas seções anteriores nos referimos aos processos de categorização e comparação sociais, aos quais encontram-se associados os estereótipos sociais. Estes são generalizações e hiperssimplificações que os indivíduos fazem de determinadas categorias (Tajfel, 1982a, 1982b, 1982c) e que os ajudam na organização cognitiva do seu meio e na proteção dos seus valores (Tajfel, 1982a). Ressalta-se, porém, que "um estereótipo não é um estereótipo *social* até, e a não ser que, seja amplamente partilhado dentro duma entidade social" (Tajfel, 1982a, p.176, grifo do autor).

Segundo Tajfel (1982a), os estereótipos sociais possuem três funções principais: a) função de causalidade social, que implica "uma procura de compreensão de acontecimentos sociais em larga escala, complexos, e normalmente lamentáveis" (p. 174), possibilitando, assim, uma simplificação do mundo, que facilita o entendimento do mesmo; b) função de justificação, por meio da "justificação de acções, cometidas ou previstas, contra os grupos-dos-outros" (p. 174). No caso de grupos dominantes, essa função existe para justificar a superioridade destes em relação aos grupos dominados. Já no caso destes últimos, ajuda a ressignificar os atributos negativos relacionados ao seu grupo; c) função de diferenciação, a qual permite que os indivíduos diferenciem positivamente o seu grupo em relação aos outros grupos, "numa altura em que existe a percepção de que uma tal diferenciação se está a tornar insegura e falsa; ou quando ela *não* é positiva e existe uma percepção de que há condições sociais que permitem a possibilidade duma mudança na situação" (Tajfel, 1982a, p.174, grifo do autor).

Outro aspecto, segundo a TIS, relacionado aos estereótipos e às comparações intergrupais é a homogeneidade que os indivíduos tendem a atribuir ao exogrupo, percebendo-o como mais uniforme e indiferenciado que o endogrupo (Tajfel & Forgas, 1981; Tajfel, 1982b, 1982c). Essa homogeneização, segundo Tajfel (1963, 1969, 1982a) pode ocorrer principalmente em circunstâncias nas quais pouco se conhece do outro grupo, fazendo com que as pessoas tendam a atribuir certos estereótipos ao exogrupo, generalizando determinados atributos que percebam como mais típicos daquela categoria. Entretanto, conforme contrapõe Cabecinhas (2007),

> No início dos anos noventa, estudos inspirados na teoria da identidade social começaram a enfatizar a importância do contexto social e do papel mediador da identidade social na percepção da variabilidade grupal, tendo demonstrado que o efeito de homogeneidade do exogrupo não é simétrico nem universal (p. 127).

Nesse sentido, alguns estudos (e.g. Lorenzi-Cioldi, 1993; Lorenzi-Cioldi, Deaux & Dafflon, 1998, citados por Cabecinhas, 2007), demonstraram a importância do *status* social dos grupos nas variações do efeito da homogeneidade do exogrupo, o qual está presente entre indivíduos de grupos dominantes, mas não entre aqueles de grupos dominados, para os quais chega a estar presente um efeito de homogeneidade do próprio endogrupo (Cabecinhas, 2007). Ademais, ainda que o nível de contato com o exogrupo seja um fator importante no aumento da variabilidade grupal e da diminuição da atribuição de estereótipos ao outro grupo, destaca-se que essa importância deve ser relativizada em alguns casos, como aqueles em que se registram assimetrias na variabilidade percebida entre grupos sexuais (e.g. Lorenzi-Cioldi, 1993, citado por Cabecinhas, 2007).

Ainda com relação ao debate sobre estereótipos, consideramos necessário fazer uma distinção entre as ideias de estereótipos, preconceito e discriminação. Apesar de existirem diferentes possibilidades de entendimento desses conceitos, no âmbito deste trabalho, entenderemos os estereótipos (para além do que já discutimos sobre eles) como "formas específicas de organização subjectiva da realidade social, reguladas por mecanismos sociocognitivos" (Cabecinhas, 2007, p.85); o preconceito como atitudes negativas para com um grupo (Tajfel, 1963), que podem servir ou não para predizer comportamentos discriminatórios; a discriminação como os comportamentos, como a situação social objetiva em si, na qual se nega a igualdade do outro (Tajfel, 1970). Em concordância essas ideias, V. S. Castro (2006) sintetiza uma diferenciação entre estes fenômenos:

> Os estereótipos são definidos como as crenças consensuais sobre os atributos de grupos sociais e seus membros. O preconceito se refere às atitudes depreciativas para com certos indivíduos por causa de sua filiação a determinadas categorias sociais ou étnicas. A discriminação tem como alvo aqueles comportamentos por meio dos quais se nega a igualdade no tratamento a uma pessoa devido à sua filiação a uma determinada categoria social ou étnica (p.6, tradução nossa).

Outro conceito relacionado a esses que mencionamos e que também guarda íntima relação com a construção dos Estados-Nação modernos e os processos de identificação relativos às identidades nacionais, como vimos na seção anterior e no capítulo 2, é a noção de racismo. No que diz respeito a este conceito, ainda que este partilhe elementos com a noção de etnocentrismo, qual seja, a diferenciação em relação a um Outro, somada a uma inferiorização deste Outro, o racismo apresenta uma configuração diferente quanto à maneira como é (re)produzido na sociedade. Cabecinhas (2007), em seu estudo sobre a naturalização da discriminação racial, traça um percurso das discussões acerca do surgimento e das diferentes configurações do conceito de racismo ao longo do tempo. Nesse

percurso, a autora retoma as discussões de alguns estudiosos (e.g. Taguieff, 1997, citado por Cabecinhas, 2007), para problematizar que

> [...] algumas das características do racismo têm uma data e um local de nascimento: um sistema de dominação simbólica cuja emergência se deu na Europa e que é paralela ao estabelecimento do colonialismo europeu. Assim, estamos no plano do racismo, enquanto ideologia fabricada num determinado local – Europa – numa determinada época – na modernidade recente (fim do século XVIII até meados do século XX) – com um determinado objectivo – legitimar o colonialismo, a escravatura e o tráfico de escravos, invocando a sua animalidade (Cabecinhas, 2007, p.27-28).

Conforme discute a autora, portanto, especialmente entre o século XVIII e meados do século XX as diferenças e desigualdades entre grupos humanos eram primordialmente consideradas a partir de diferenças baseadas na natureza, por meio da noção de raça. Após a Segunda Guerra Mundial, em que houve o genocídio de milhões de pessoas, as noções de cultura e de grupos étnicos passam a ter um caráter mais central nas discussões, no lugar de noções de raça e grupos raciais. Desse modo, "a um processo de *racialização* seguiu-se um processo de *etnicização*: a cultura passou também ela a ser percebida como algo estático e absoluto" (Cabecinhas, 2007, p.21, grifos da autora). Este processo, porém, é mais visível no que diz respeito a grupos minoritários e não nos grupos dominantes. Assim, como vemos, essas mudanças não significaram o fim do chamado "racismo científico", e sim uma transformação nas formas como ele se manifesta em diferentes contextos, podendo-se falar em racismos, no plural, como discutem alguns autores (e.g. Cabecinhas, 2007; Vala, 2013).

Ao longo dos anos, diferentes conceitos e modelos teóricos foram desenvolvidos com o intuito de compreender as várias formas de expressão do racismo, conforme podemos observar na cuidadosa revisão[45] realizada por Cabecinhas (2007). Dentre essas diferentes perspectivas, destacamos aqui uma proposição que tem sido desenvolvida nos últimos anos, notadamente por autores como Jorge Vala (e.g. Vala, 2013), segundo a qual entende-se o racismo como uma representação social, diferenciando-o do preconceito racial. De acordo com essa abordagem, o preconceito racial diz respeito a "atitudes negativas flagrantes ou sutis e sentimentos dirigidos a grupos definidos com base em categorias raciais" (Vala, 2013, p. 2, tradução nossa) e que "é muitas vezes resultado de racismo, mas não resulta necessariamente do mesmo" (Vala, 2013, p. 4, tradução nossa). Enquanto o racismo é "um fenômeno que organiza relações entre grupos sociais" (Vala, 2013, p. 3, tradução nossa), que se constitui como:

> uma representação social da natureza da humanidade com base nos seguintes processos psicológicos e sociais fundamentais: a categorização (crença de que a humanidade está organizada de acordo com grupos raciais ou étnicos); diferenciação (existem profundas diferenças entre grupos humanos); hierarquia (certos grupos têm uma superioridade permanente para com outros); essencialização (diferenças são imutáveis, devido às essências

[45] Não apresentaremos aqui as diferentes proposições com relação ao racismo, visto que fugiriam ao escopo da tese.

> biológicas, bem como culturais) [...]; alteridade radical (nem todos os grupos têm todas as essências que o senso comum considera ser específicas dos seres humanos) (Vala, 2013, p.4, tradução nossa).

Essa perspectiva também reconhece, como dissemos anteriormente, as transformações pelas quais o racismo passou ao longo dos anos, especialmente a partir do fortalecimento das normas antirracistas. Desse modo, o que vemos hoje são expressões mais "sutis" do preconceito racial, baseadas em novas formas de racismo, que, em geral, mantiveram a essencialização e diferenciação para com os Outros, porém agora não tão assentados em aspectos raciais e sim culturais (Cabecinhas, 2007; Vala, 2013), acentuando-se as diferenças culturais, por meio de um processo chamado heteroetnização (Vala, 2013).

Nesse sentido, em nosso cotidiano, ao buscarmos uma compreensão da realidade social, demarcando limites entre o nosso grupo e o dos outros, podemos tender a nos afastarmos e a excluir aqueles grupos que consideramos desconhecidos e estranhos (Jodelet, 1989/2005), reforçando práticas discriminatórias. Em meio a essa dinâmica identitária, com a demarcação de fronteiras e de diferenças, principalmente quando em relação a grupos minoritários, podemos vir a fortalecer com ainda mais rigor os limites que dividem certos grupos, essencializando determinadas categorias (Wagner, Holtz & Kashima, 2009). Essa essencialização está na base de processos que envolvem o distanciamento de grupos (em geral minoritários) da categoria de ser humano, como a infra-humanização (e.g. Marcu & Chryssochoou, 2005) e a ontologização (e.g. Pérez, Moscovici & Chulvi, 2002).

O primeiro processo, baseado nos trabalhos de Leyens e colaboradores (2001), se refere à atribuição de diferenças entre endogrupo e exogrupo com base na habilidade de apresentar sentimentos mais complexos ou sentir emoções secundárias – mais características dos humanos (Costa-Lopes, Vala, Pereira, & Aguiar, 2008; Marcu & Chryssochoou, 2005). E o segundo, ontologização, refere-se à diferenciação entre os grupos baseada na atribuição de características mais "culturais" (mais ligadas à razão e à autonomia, por exemplo) ao endogrupo e características mais "animais" (ligadas, por exemplo, à docilidade e à dependência emocional) ao exogrupo (Costa-Lopes *et al.*, 2008; Marcu & Chryssochoou, 2005; Pérez *et al.*, 2002). A ontologização, no entanto, é mais comum em situações em que há um histórico de tentativas de assimilação que falharam, por parte do grupo dominante com relação ao grupo dominado. Já a infra-humanização é mais comum de se apresentar em diferentes situações, independente do histórico de relações entre os grupos envolvidos. Porém, ambos os conceitos denotam um "processo de negar a humanidade a grupos sociais com base na distinção entre natureza e cultura" (Marcu & Chryssochoou, 2005, p.45, tradução nossa).

Diante do que expusemos acerca das possibilidades de manifestação do preconceito, da discriminação e da exclusão de grupos sociais, citaremos brevemente algumas ideias e proposições teóricas que podem fornecer possíveis caminhos para a redução do preconceito[46]. Por exemplo, a própria hipótese do contato, de Allport (1954/1979), pode se apresentar como uma interessante possibilidade, desde que cumpridas algumas condições: "os grupos possuam *status* igual na interação; desenvolvam atividades de cooperação com objetos comuns; as relações sejam próximas e personalizadas; haja apoio das normas e autoridades para o contato" (Lima, 2013, p.637). Além desse modelo, outros foram desenvolvidos posteriormente como forma de promover diminuição do preconceito, como o modelo da descategorização (Brewer & Miller, 1984, citados por Lima, 2013), o qual sugere que a diminuição das barreiras entre os grupos pode se dar por meio de relações mais personalizadoras; ou, ainda, o modelo da mútua diferenciação intergrupal (Hewstone & Brown, 1986, citados por Monteiro, 2013), que ressalta a importância da cooperação entre os grupos para diminuir o preconceito, porém mantendo as identificações e pertenças dos indivíduos que fazem parte dos grupos. Outros modelos que também podem ser interessantes nesse sentido são aqueles que citamos anteriormente, como o modelo da projeção do endogrupo (Wenzel *et al.*, 2007); o modelo da recategorização (Gaertner *et al.*,1993); ou também o modelo da dupla identidade ou da identidade dual (Gaertner & Dovidio, 2000, citados por Monteiro, 2013), que se constitui como uma combinação entre o modelo da recategorização e o mútua diferenciação endogrupal, guardando semelhanças com o modelo integrativo das relações subgrupais (Hornsey & Hogg, 2000).

Salientamos, contudo, conforme discute Monteiro (2013), que talvez o mais importante não seja saber qual modelo é mais eficaz que o outro, mas sim, compreender em quais momentos do contato intergrupal cada modelo se sobressai, mostrando-se mais eficaz. Desse modo, como sintetiza a autora, "a questão não seria então apenas a de modelos alternativos, mas também a da sua combinatória ao longo da história de uma relação entre grupos" (p.566).

Certamente, como refletimos na seção anterior, não há uma solução fácil para tornar as relações entre diferentes grupos mais harmoniosas, porém algumas tentativas são possíveis e necessárias, especialmente quando sabemos da existência de processos psicossociais envolvidos na construção identitária dos indivíduos que podem influenciar essas relações. Este é o caso, por exemplo, das estratégias que os membros dos grupos podem utilizar para manter sua distintividade positiva, o que

[46] Para mais informações sobre essas perspectivas que podem auxiliar na redução do preconceito, ver, por exemplo: Lima (2013); Monteiro (2013).

pode trazer também transformações nas configurações das relações sociais entre os grupos, como veremos na seção a seguir.

3.5. Relações intergrupais e estratégias utilizadas para a manutenção da distintividade positiva

Conforme discutido nas seções anteriores, as pessoas almejam manter identidades sociais positivas e seguras, garantindo a distintividade positiva do seu endogrupo. Desse modo, grupos de *status* social superior ou inferior podem sentir que há ameaças à sua identidade e tentarem fazer algo para recobrar a segurança (Cabecinhas, 2007; Tajfel, 1974, 1978b, 1982b).

Acerca da ideia de *status social* no âmbito da TIS, destacamos aqui a explicação fornecida por Cabecinhas (2007):

> Por 'estatuto social' Tajfel entende uma hierarquia de prestígio percebida: o estatuto é o *resultado* de uma comparação, isto é, reflecte a posição relativa do grupo na(s) dimensão(ões) de comparação. Tajfel considera que o baixo estatuto não provoca directamente a competição intergrupal, os seus efeitos no comportamento intergrupal são mediados pelo processo de identidade social: quanto mais baixo o estatuto subjectivo do grupo em relação com grupos de comparação relevantes, menor é a sua contribuição para uma identidade social positiva (p.90).

Algumas das estratégias que os indivíduos podem utilizar para evitar possuir identidade negativa estão associadas ao *continuum* mobilidade social *versus* mudança social, o qual mencionamos anteriormente, que envolve diferentes crenças acerca do sistema social e das relações intergrupais (Tajfel, 1978a).

Sobre essas crenças, V. S. Castro (2006) discute que:

> As crenças sobre a legitimidade e a estabilidade da hierarquia social determinam o quão seguras ou inseguras as posições dos grupos são percebidas dentro da hierarquia de status social e, consequentemente, o quão seguras ou inseguras são as identidades sociais dos seus membros. [...] No entanto, são as crenças sobre a permeabilidade das barreiras entre os grupos que definem as estratégias específicas que as pessoas seguem para recuperar a diferenciação positiva em condições de instabilidade e ilegitimidade percebidas (p.17, tradução nossa).

Portanto, os sistemas de crenças basilares são: crenças com relação à estabilidade das relações entre os grupos sociais; crenças relacionadas à permeabilidade da fronteira entre estes grupos; e crenças acerca da legitimidade do estatuto destes grupos dentro da hierarquia social (Tajfel, 1974, 1982b, 1983). As diferentes possibilidades de associação dessas crenças possibilitarão o aparecimento de comportamentos intergrupais variados (Hogg, Abrams, Otten & Hinkle, 2004), que se relacionarão de acordo, também, com a combinação desse *continuum* mobilidade social-mudança social, com o *continuum* interindividual-intergrupal. Dessa forma, em alguns momentos os indivíduos poderão agir mais como indivíduos e buscar a adoção da estratégia de mobilidade social (Tajfel, 1974, 1978b), por

meio da qual tenta-se mudar para outro grupo que melhor contribua para a manutenção da sua identidade social positiva. Essa estratégia envolve crenças de que as fronteiras entre os grupos são permeáveis e flexíveis. Por conseguinte, é possível efetuar essa mudança – seja por sorte, trabalho, mérito, entre outros fatores – de forma objetiva (como nas migrações) ou psicológica (considerando-se como pertencente a outro grupo) (Tajfel, 1974, 1978b,1982b, 1983; Tajfel & Turner, 1979).

Por outro lado, há momentos em que os indivíduos poderão agir mais como membros de um grupo e optarem pela estratégia da mudança social (Tajfel, 1974, 1978b). Neste caso, por se tratar de uma estratégia adotada principalmente por grupos de *status* social inferior, tenta-se uma mudança da sua situação, de forma coletiva, como grupo. Baseia-se em crenças de que a situação é ilegítima e instável e de que a estratificação social é ampla e rígida, o que torna difícil a tentativa de mudança individual (Tajfel, 1974, 1978b, 1982b, 1983). Mudança social implica, assim, "uma mudança na natureza das relações entre os grupos" (Tajfel, 1978b, p.52, tradução nossa).

Dessa forma, segundo essa perspectiva,

> "as crenças na 'mobilidade social' não constituem ameaças para o grupo dominante, enfraquecem a solidariedade dentro do grupo dominado e mantêm o *statu quo*. Em contraste, as crenças na 'mudança social' implicam a solidariedade no seio do grupo dominado e constituem uma ameaça para o grupo dominante, pois visam a alteração de um *statu quo* que privilegia estes últimos" (Cabecinhas, 2007, p.90, grifos da autora).

Além das estratégias mencionadas, outra bastante comum é a criatividade social. É uma estratégia coletiva adotada especialmente por grupos dominados, utilizada quando deixar o grupo é percebido como difícil ou impossível. Assim, os indivíduos podem: mudar o grupo de comparação, de modo que não se utilize um grupo de maior *status* como parâmetro; transformar os valores das dimensões de comparação, ressignificando os atributos negativos ligados ao seu grupo, que passam, portanto, a serem percebidos como positivos; ou criar outras dimensões para comparar o endogrupo e o exogrupo (Basabe & Bobowik, 2011; Cabecinhas, 2007; Tajfel, 1974, 1978b, 1982b).

Ressalta-se que, ainda que grupos de baixo *status* social possam sentir com mais frequência que sua identidade social está insegura e ameaçada, grupos de alto *status* social também podem partilhar esses sentimentos e buscar recobrar essa segurança (Cabecinhas, 2002; Tajfel, 1974, 1982b). Porém, nesse caso, é menos provável que indivíduos pertencentes a grupos de *status* superior desejem sair destes grupos, logo, eles podem fazer uso de outras estratégias para garantir a manutenção da sua posição de dominação, por exemplo: criar e sustentar ideologias que expliquem e reafirmem seu *status* elevado ou reforçar as barreiras e fronteiras existentes entre o seu grupo e o(s) outro(s).

Realizamos até aqui um breve resumo sobre os principais conceitos envolvidos na perspectiva na TIS, a fim de permitir maior compreensão sobre essa teoria. Contudo, como sabemos, nenhum modelo teórico é consensual ou está isento de críticas. Por isso, apresentamos a seguir, algumas críticas com relação a essa abordagem teórica e algumas outras perspectivas/alternativas para estudar os processos identitários no contexto das relações intergrupais.

3.6. Principais críticas à Teoria da Identidade Social e outras abordagens no estudo da identidade

Discussões sobre identidades estão presentes em diversas áreas de conhecimento e a partir do trabalho de diferentes autores, para além do âmbito da TIS. Considerando-se especialmente o contexto em que vivemos, como discutimos no capítulo anterior, com a pós-modernidade, as globalizações e a desterritorialização das culturas (Martín-Barbero, 2002a), alguns autores têm preferido utilizar outros termos para se referir à identidade, formulando algumas críticas a partir de diferentes perspectivas teóricas. Por exemplo, alguns autores (e.g. Spink, 2004) propõem a utilização do termo posicionamento, já outros (e.g. Bhabha, 1990; Gilroy, 1993; Hall, 1996e; Maffesoli, 2007) sugerem o termo identificação ou identificações. A justificativa que, em geral, utilizam para a não adoção do conceito de identidade é que este último seria mais fixo e estrutural, enquanto outros conceitos, como identificação ou posicionamento teriam um sentido mais contextual e fluído. Entretanto, discordamos dessas ideias, já que, como discutimos anteriormente, o conceito de identidade (e mais especificamente o de identidade social) como aqui o adotamos denota fluidez e contextualidade. Dessa forma, em nossa opinião, apesar de partirem de diferentes bases teóricas, estes conceitos partilham a noção também presente na TIS de que devemos falar em identidades plurais, flexíveis e não em uma identidade fixa, unificada e imutável, portando, assim, múltiplas possibilidades de identificações (Bauman, 2005; Giddens, 2002; Hall, 1996e; Maffesoli, 2007; Martín-Barbero, 2002b; Tajfel, 1983).

Com relação especificamente às críticas formuladas sobre a TIS, apesar dos avanços alcançados nos estudos das relações intergrupais por meio dessa teoria, "a sua dependência face ao paradigma dos 'grupos mínimos' conduziu à relativa negligência dos aspectos de natureza ideológica" (Cabecinhas, 2007, p.92). É o que demonstram, por exemplo, estudos posteriores (e.g. Wetherel, 1982, citado por Cabecinhas, 2007), que indicaram que a distintividade positiva é algo mais ligado a uma ideologia individualista do que de fato uma necessidade universal, como se poderia depreender dos estudos de Tajfel.

Ademais, os procedimentos primordialmente experimentais realizados em laboratório, conduzidos por Tajfel e demais pesquisadores da escola de Bristol, criavam situações "vazias", que não levavam em conta diferentes aspectos sociais que podem influenciar a construção da identidade social, em contexto real (Deschamps & Doise, 1978; Howarth, 2002; Jenkins, 2008). O próprio Lewin (1952, citado por Torres & Camino, 2013) já falava sobre a importância de estudos sobre processos grupais serem realizados no campo onde estão esses grupos, ao invés de apenas estudos experimentais, em laboratórios, em condições artificiais e impessoais.

Pesquisas desenvolvidas pela Escola de Genebra possibilitaram superar certas limitações dos estudos feitos pela Escola de Bristol, sobretudo ao "demonstrar que a relação entre as diferenciações intra e intergrupais não é linear: complexos padrões de diferenciação podem acontecer dependendo da natureza das relações intergrupais" (Cabecinhas, 2007, p.97). Deschamps e Doise (1978) discutem que os resultados das experiências realizadas por Tajfel só podem ser transpostos para situações reais quando pensamos em apenas duas categorias, a do seu próprio grupo e uma outra – categorização simples. Entretanto, inúmeras situações sociais envolvem mais categorias, que se atravessam – categorização cruzada. Este processo se dá em situações em que:

> [...] existe para cada indivíduo uma dicotomia entre a sua categoria de pertença e outra categoria, de acordo com uma categorização; mas essa primeira categorização, ao invés de se sobrepor completamente com outra, atravessa a categoria de pertença do indivíduo em um segundo sistema de categorizações em que outra dicotomia é utilizada (Deschamps & Doise, 1978, p.144, tradução nossa).

O estudo dos comportamentos intergrupais envolvendo situações de categorização cruzada possibilita avanços nas discussões anteriormente apresentadas por Doise (e.g. Doise, 1976/1984), sobre o modelo da diferenciação categorial, o qual designa um lugar central ao processo de categorização "na estruturação do meio, mas integra a análise deste processo no quadro das relações intergrupais, tendo em consideração variáveis de ordem situacional e estrutural" (Cabecinhas, 2007, p.98). Nesse contexto de investigações, Deschamps (1982), discute a hipótese da covariação, segundo a qual um maior grau de diferenciação intergrupal pode se relacionar a um maior grau de diferenciação intragrupal, ao contrário da premissa presente no *continuum* interpessoal-intergrupal, proposto na TIS. Entretanto, ainda que a posição relativa de um grupo possa variar em determinadas situações, essa hipótese da covariação está mais presente entre indivíduos pertencentes a grupos considerados dominantes do que entre indivíduos de grupos dominados (Deschamps, 1982). Estudos posteriores nessa mesma direção (e.g. Amâncio, 1988, 1993; Lorenzi-Cioldi, 1988, citado por Cabecinhas, 2007), vieram reafirmar as diferenças existentes entre grupos dominantes e dominados no que diz respeito aos

processos de identificação. Por exemplo, em alguns destes estudos, realizados com homens/meninos e mulheres/meninas, observou-se maior favoritismo endogrupal e maior discriminação intergrupal entre os homens – "grupo dominante" – do que entre as mulheres – "grupo dominado", as quais foram mais flexíveis às variações dos experimentos e tenderam a ser mais equitativas nas distribuições de pontos (experimento similar ao dos grupos mínimos de Tajfel e colaboradores).

Dessa forma, os estudos conduzidos nas últimas décadas têm mostrado que, articulados aos aspectos subjetivos da identificação grupal, também os aspectos objetivos relativos às relações entre os grupos, como a legitimidade das condições sociais e as possibilidades de mudanças, permitem uma compreensão mais ampla da complexidade dos processos envolvidos nas relações intergrupais (Amâncio, 1988). Têm possibilitado, assim, realizar de fato uma integração entre aspectos de ordem societal com os aspectos ligados ao processo de identificação, superando o caráter, ainda de certa forma, individualista presente nos estudos iniciais da TIS (Howarth, 2002; Jenkins, 2008).

A despeito dessas críticas relativas à TIS, o próprio Tajfel (1978a) já reconhecia que o conceito de identidade social por ele utilizado possuía limitações, visto que não pretendia abordar toda a complexidade envolvida nas ideias que as pessoas possuem de si mesmas e das suas relações com a realidade à sua volta, mas sim focar em aspectos específicos do autoconceito que derivam da pertença dos indivíduos a diferentes categorias e grupos sociais e se relacionam com diferentes formas de comportamento social. Desse modo, apesar de termos optado pelo uso da TIS como um dos recursos analíticos para refletir sobre os resultados dos nossos estudos, reconhecemos que há nela limitações, as quais tentamos aventar nesta seção. Contudo, reafirmamos sua funcionalidade para explicar alguns aspectos da construção identitária, especialmente quando conjugada com o conceito de representações sociais, por meio da TRS, como sugerem alguns estudos (e.g. Breakwell, 1993; Deschamps & Moliner, 2009; Howarth, 2002, Vala, 1997), visto que: "[...] identidades são sempre construídas por meio de e contra representações. Uma explicação que não incorpora representações na explicação da construção da identidade, não lida, portanto, com as complexidades da identidade da vida real" (Howarth, 2002, p. 159, tradução nossa).

Com o intuito de superar essas limitações, propomos nessa tese a articulação da TIS com a TRS, além de outros conceitos e recursos presentes na Psicologia Social e nos Estudos Culturais, que nos auxiliem na análise dos resultados e permitam um entendimento mais aprofundado dos processos envolvidos nas dinâmicas identitárias relativas às identidades latino-americanas. Assim, apresentamos no capítulo seguinte os principais conceitos envolvidos na TRS.

CAPÍTULO 4 – A Teoria das Representações Sociais

Neste capítulo apresentaremos uma sucinta revisão sobre alguns dos principais conceitos e processos envolvidos na Teoria das Representações Sociais (TRS). Para este fim, dividiremos o capítulo em nove partes (com extensões variadas), de modo a facilitar a compreensão do leitor. Porém, assim como nos demais capítulos da tese, lembramos que os conteúdos trabalhados em cada subitem são interconectados e foram separados apenas para fins didáticos. Tendo em vista essas considerações, as subdivisões do capítulo serão as seguintes: 1) Iniciaremos com uma breve contextualização de como surgiu e se desenvolveu a teoria, apresentando algumas das suas bases conceituais; 2) Em um segundo momento trataremos de algumas condições para a elaboração das representações sociais, além de apresentar suas principais funções e as modalidades de comunicação envolvidas na construção de tais representações; 3) Em seguida, na terceira parte, discorreremos acerca dos processos de objetivação e ancoragem e sobre os três tipos de representações sociais: hegemônicas, polêmicas e emancipadas; 4) Na quarta parte realizaremos uma breve discussão acerca das abordagens mais importantes no âmbito da TRS; 5) Já na quinta seção o foco será nos conceitos de themata e de polifasia cognitiva e suas relações com o estudo das representações sociais; 6) Por fim, a última parte será dedicada a aventar alguns pontos da TRS que são alvo de maiores críticas por diferentes autores e diferentes perspectivas teóricas.

4.1. Elaboração do conceito e da teoria: desenvolvimento dos principais pressupostos conceituais

> [...] pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, etc. as pessoas analisam, comentam, formulam 'filosofias' espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como elas educam seus filhos, como planejam seu futuro, etc. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias apenas lhes fornecem o 'alimento para o pensamento' (Moscovici, 2000/2010a, p.45).

Os estudos sobre representações sociais constituem um campo de pesquisa sobre como os indivíduos e os grupos constroem conhecimento, sobre "como este conhecimento está ligado à sua identidade e como ele expressa os códigos e práticas culturais que definem, em diferentes momentos históricos, o seu modo de vida" (Jovchelovitch, 2008, p.268). Desse modo, conforme discutimos nos capítulos anteriores, falar em representações sociais implica falar sobre a construção social da realidade

(Berger & Luckmann, 1966/2011), que se dá de modo dinâmico e interativo, envolvendo aspectos sociais, cognitivos e psicológicos (Banchs, 2011).

O desenvolvimento da TRS deu-se, assim, em um contexto em que a Psicologia Social passava por uma "crise", por tensões envolvendo sua relevância e a definição de seu(s) objeto(s) de estudo e sua(s) metodologia(s) (Camargo, 2015; Pérez, Kalampalikis, Lahlou, Jodelet & Apostolidis, 2014), como discutimos brevemente no início do capítulo anterior[47]. Moscovici (1961/2004) sugere que o foco do estudo dessa disciplina deveria ser o senso comum. Propõe, portanto, uma valorização dessa forma de conhecimento, desse saber produzido por aquela que ele chama de "sociedade pensante", segundo explicação fornecida pelo próprio autor na citação com a qual iniciamos esta seção. Esse estudo se desenvolveria a partir de um olhar psicossocial (Camargo, 2015; Pérez *et al.*, 2014), de uma articulação psicossociológica (Doise, 1976/1984), que pressupõe uma relação triádica entre o Ego (indivíduo ou grupo), o Alter (outro – indivíduo ou grupo) e o Objeto (físico, social, real ou imaginário) (Moscovici, 1984/2011). Por conseguinte, "a unidade de análise não é o sujeito-objeto monológico, mas o Eu-Outro-Objeto dialógico" (Jovchelovitch, 2008, p.284). Essa relação triádica marca a dialogicidade presente na construção das representações sociais, a partir das relações que estabelecemos com os outros e com o meio em que nos inserimos (Marková, 2006).

É a partir dessa perspectiva de valorização do senso comum e de oposição às dicotomias fortemente presentes na época (como, sujeito/objeto, indivíduo/sociedade) (Arruda, 2009), que Moscovici inaugura o conceito de representações sociais, em 1961, em sua obra intitulada *La psychanalyse son image et son public*. Nesse trabalho, o autor estudou como a psicanálise estava sendo apropriada por diferentes segmentos da sociedade francesa, ou seja, como um conhecimento científico era apreendido e modificado pelo conhecimento do senso comum. A partir deste estudo inaugural, a TRS tem sido utilizada no estudo de diferentes objetos sociais e também em articulação com diferentes conceitos, a exemplo da identidade social e da memória social, conforme fazemos nessa tese.

Assim como Tajfel, Moscovici também obteve muita de sua inspiração para o desenvolvimento das suas reflexões a partir da sua própria história de vida, enquanto judeu, nascido na Romênia e radicado na França, após ser vítima de antissemitismo, como podemos acompanhar com mais detalhes na autobiografia do autor (Moscovici, 1997). Ademais, também teve a influência de diferentes conceitos

[47] É válido ressaltar que, apesar de a TRS ter sido proposta alguns anos antes da TIS, optamos por apresentar primeiramente (no Capítulo 3) esta última, visto que julgamos que os assuntos abordados naquele capítulo ofereciam melhor continuidade com relação aos capítulos anteriores (Capítulos 1 e 2). Dessa forma, não repetiremos, no âmbito do Capítulo 4, a mesma contextualização fornecida sobre os estudos em Psicologia Social antes do desenvolvimento de ambas as teorias.

propostos por diversos estudiosos, como Bartlett, Durkheim, Heider, Ichheiser, Lévy-Bruhl, Piaget, Vygotsky, entre outros (ver, por exemplo, Camino & Torres, 2013; Vala, 1993a; Vala & Castro, 2013). Sobre Piaget, um dos seus autores preferidos, como o próprio Moscovici (2010b) já afirmou, sua obra o inspirou a compreender melhor o senso comum e o fenômeno das representações sociais, já que, como o autor expôs em outro momento, em conversa com Marková (2000/2010), "ele [Piaget] estudou o senso comum das crianças, do mesmo modo como eu estava tentando estudar o senso comum dos adultos" (p.339). Nesse sentido, conforme explica Moscovici (2010b), "é esta visão do abstrato no concreto, do ideal no real, que me impulsionou a estudar Lévy-Bruhl e Piaget, antes de me aprofundar em Durkheim, para quem estas representações pareciam como um real 'idealizado'" (p.2.1, tradução nossa). Já com relação à influência do trabalho de Durkheim (1898) na TRS, Moscovici desenvolve um conceito de caráter dinâmico, em contraposição ao caráter mais estático atribuído às representações coletivas, segundo a acepção de Durkheim (Duveen, 2000/2010). Assim, nesse movimento "das representações coletivas às representações sociais" (Moscovici, 2001), constrói-se um conceito que se encontra na interseção entre conceitos sociológicos e psicológicos (Moscovici, 1961/2004).

Para atingirmos uma melhor compreensão dos principais pressupostos presentes na TRS, é importante lembrar que, Moscovici (2000/2010a) chama a atenção para a existência de dois universos, o universo reificado e o universo consensual, os quais, segundo suas proposições, explicam-se de diferentes maneiras, de modo que "as ciências são os meios pelos quais nós compreendemos o universo reificado, enquanto as representações sociais tratam com o universo consensual" (p.52). Contudo, segundo a perspectiva desse autor, "o conhecimento do senso comum não se contrapõe ao conhecimento científico. Ele se inscreve numa outra ordem de conhecimento da realidade, é uma forma de saber diferenciado tanto no que se refere à sua elaboração como na sua função" (M. F. S. Santos, 2005, p.20). O conhecimento científico é elaborado a partir da condução de algumas etapas formais, como formulação de hipóteses, análise do objeto de estudo, validação dos resultados, etc., e busca conhecer e controlar a natureza. Enquanto o conhecimento do senso comum se constrói a partir de processos como a objetivação e a ancoragem e apresentam diferentes funções (M. F. S. Santos, 2009), conforme veremos adiante. Dessa forma,

> A aparente fragmentação e ausência de lógica do conhecimento do senso comum só podem ser entendidas a partir do momento em que se compreende o contexto social no qual ele foi produzido. Nesse sentido, o conteúdo do conhecimento é tão importante quanto o seu processo de construção (M. F. S. Santos, 2005, p.27-28).

Logo, ao falarmos sobre representações sociais, devemos considerar a íntima relação entre conteúdos e processos, "ou seja, as representações são ao mesmo tempo forma e significado, estruturas

e processos. São, simultaneamente, icônicas e simbólicas" (Banchs, 2011, p.240). Da mesma forma como não podemos nos esquecer dessas relações, também é importante lembrar da relação existente entre representações e práticas sociais. Sabemos que uma exerce influência na outra, porém, a forma como essa influência se apresenta é diferente em uma direção e na outra, sendo importante considerar "as representações como uma *condição das práticas*, e as práticas como um *agente de transformação* das representações" (Rouquette, 1998, p.43, grifos do autor), como observaremos adiante por meio das ideias de alguns autores, como Flament (1994). Apesar de não nos aprofundarmos nessas discussões sobre conteúdo e processo e sobre representações e práticas, quisemos mencioná-las no início deste capítulo para ilustrar as diferentes possibilidades de debates em torno das representações sociais, enquanto fenômeno e conceito.

Assim, ainda que a representação social apresente até o momento uma "definição aberta" (Vala & Castro, 2013, p.585) ela pode ser entendida como uma teoria do senso comum (Moscovici, 1961/2004), constituindo-se como um

> conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou a uma situação. É determinada [a representações social] ao mesmo tempo pelo próprio sujeito (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido e pela natureza dos vínculos que ele mantém com esse sistema social (Abric, 2001, p.156).

Portanto, a representação social se configura como "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (Jodelet, 2001, p.22). Contudo, não é todo conhecimento do senso comum que pode ser considerado como representação social (M. F. S. Santos, 2005). Para isso, "o objeto deve ser polimorfo, isto é, passível de assumir formas diferentes para cada contexto social e, ao mesmo tempo, ter relevância cultural para o grupo" (M. F. S. Santos, 2005, p.22), de modo que esteja envolvido em alguma prática do grupo social em questão, sendo por isso necessária a elaboração e a partilha do seu significado (Sá, 1998). Essa relevância do objeto para determinado grupo passa, portanto, também pelos afetos mobilizados a partir do encontro com esse objeto, visto que, "não se representa socialmente aquilo que é indiferente, aquilo que não provoca o desejo de comunicação, de falar a respeito, de compreender" (Arruda, 2011, p.342).

Diante disso, passando a cada um dos termos que compõem a expressão *representação social*, vemos que o termo *representação*, no contexto desta teoria, possui um caráter processual, de forma que representar não significa reproduzir, duplicar ou copiar a realidade na mente das pessoas (Jesuíno, 2011), mas participar de forma ativa do processo de construção de si e da sociedade, reafirmando-se,

desse modo, uma concepção de sujeito como "sujeito ativo, construtor da realidade social e nela construído" (M. F. S. Santos, 2005, p.17). No que diz respeito ao termo *social* presente nessa expressão, Arruda (2009) discute que este "não é um elemento de circunstância, uma variável no processo de representar. Ele está embutido em todo o processo, porque ele é constitutivo do humano e do pensar" (p.761). O *social* refere-se, portanto, às condições de produção e circulação das representações, bem como às suas funções sociais (Banchs, 2000), como apresentaremos ao longo do capítulo. Ou, ainda, como resume Guareschi (1999) a representação social "é, por isso, um conceito: dinâmico, gerador (generativo), relacional, amplo, político-ideológico (valorativo) e, por isso tudo, *social*" (p.203, grifos do autor).

É importante lembrar que o trabalho de Moscovici não se limitou às discussões no âmbito da TRS (ainda que este seja o nosso foco aqui), ele também se estendeu por diferentes tópicos de estudos, como a inovação, a influência social, as decisões coletivas, entre outros (Camargo, 2015; Duveen, 2000/2010; Pérez *et al.*, 2014).

Dessa forma, de modo geral:

> o que marcou a contribuição de Moscovici como inovadora foi o fato de que ela não se limitou a uma crítica negativa das fraquezas e limitações das formas predominantes de psicologia social, mas sempre procurou, em vez disso, elaborar uma alternativa positiva (Duveen, 2000/2010, p.26).

Após essa introdução à TRS, teceremos, a partir da seção seguinte, discussões sobre aspectos mais específicos relacionados ao fenômeno das representações sociais e ao seu estudo no âmbito dessa teoria, começando pelas condições de elaboração de tais representações.

4.2. Condições de elaboração das representações sociais, suas principais funções e relações com as modalidades de comunicação

Além das características que mencionamos anteriormente, como a relevância cultural ou espessura social, que são necessárias a um objeto para que ele seja objeto de representação social (M. F. S. Santos, 2005; Sá, 1998), há, ainda, segundo Moscovici (1961/2004), três fatores principais que contribuem para a construção de representações sociais, quais sejam:

a) defasagem e dispersão da informação: relaciona-se à variedade de informações disponíveis sobre o objeto e às condições de exposição e acesso a essas informações, como "obstáculos de transmissão, falta de tempo, barreiras educativas e até mesmo os efeitos de especialização" (M. F. S. Santos, 2005, p.29).

b) focalização: refere-se às diferentes formas pelas quais os indivíduos se interessam, se relacionam e apreendem informações/aspectos variados da realidade, a partir de diferentes fatores, como hábitos e conhecimentos prévios que possui, seu contexto sociocultural, entre outros (Sá, 1998; Moscovici, 1961/2004; M. F. S. Santos, 2005).

c) pressão à inferência: diz respeito às pressões que os indivíduos sofrem para atender às exigências de diferentes situações sociais, buscando o consenso com o seu grupo. Tais pressões podem influenciar nos julgamentos e respostas de modo a assegurar a comunicação e garantir a validação da representação (Sá, 1998; Moscovici, 1961/2004; M. F. S. Santos, 2005).

Ainda que tais condições sejam usualmente dispostas em separado, ressalta-se que ocorrem de forma concomitante, durante o processo de construção de representações sociais.

Com relação ao papel que as representações sociais desempenham nas práticas e nas relações sociais, este se evidencia nas funções que elas possuem, dentre as quais, destacam-se: 1) função de saber – as representações sociais tornam familiar algo novo, permitindo entender, explicar e significar a realidade, facilitando a comunicação social; 2) função de orientação – funcionam como guias para a ação, criando antecipações que auxiliam a filtrar informações e definindo estratégias a serem utilizadas em diferentes situações, ou seja, orientam práticas e condutas; 3) função justificadora – efetuam avaliações das ações, atuando como parâmetros de justificação de comportamentos e práticas em relação a diferentes indivíduos e grupos e em situações diversas; 4) função identitária – auxiliam na identificação e diferenciação grupal, situando os indivíduos no campo social, visto que, ao compartilharem certas representações sociais acerca de determinados objetos, os indivíduos se sentem pertencentes a certos grupos e não outros (Almeida, 2005; M. F. S. Santos, 2005; Sá, 1998).

Como dissemos previamente, as representações sociais possuem uma estreita relação com a comunicação. Sobre tal relação, Moscovici, em diálogo com Marková (2000/2010), chama a atenção para o fato de que, segundo o autor, "uma condiciona a outra, porque nós não podemos comunicar, sem que partilhemos determinadas representações, e uma representação é compartilhada e entra na nossa herança social quando ela se torna um objeto de interesse e de comunicação" (p.372). Nesse sentido, desde sua obra seminal no contexto da TRS, Moscovici (1961/2004) diferenciou, o que ela chama de três sistemas ou modalidades de comunicação: difusão, propagação e propaganda, que diferem de acordo com a fonte da mensagem, seu objetivo e sua lógica.

Segundo P. Castro (2005), na difusão há uma variedade de públicos aos quais as mensagens se dirigem e de temas abordados, de modo que existe um "distanciamento e diversidade no tratamento

dado aos temas, com ênfase na informação, sem tomadas explícitas de posição, por parte de quem escreve, que não articula de forma explícita posições opostas, limitando-se a dar conhecimento da sua existência" (p.111). Já a propagação, dirige-se, em geral, a um público específico (Ordaz & Vala, 1997) e se desdobra com a intenção de gerar uma norma que englobe e concilie posições diferentes, articulando essas posições "em função de uma leitura hierarquizante, advogando moderação e conciliação, e procurando organizar elementos divergentes de forma a torná-los compatíveis com valores centrais e gerais dos grupos interessados nos assuntos abordados" (P. Castro, 2005, p.112). Finalmente, na propaganda, visa-se, geralmente, à persuasão (Ordaz & Vala, 1997), abordando-se os temas de forma dicotomizada, de modo a enfatizar, conforme esclarece P. Castro (2005), que:

> [...] há apenas um caminho a seguir, rejeitando a conciliação e a moderação. Esta forma comunicativa desenrola-se em torno de dicotomias simplificadoras e redutoras da complexidade das posições e ocorre quando há um conflito que ameaça a identidade do grupo. Por isso separa um *nós*, que estamos certos, de um *eles*, que estão errados" (p.112, grifos da autora).

Na conversa realizada com Marková (2000/2010), anos após a publicação de *La psychanalyse*, Moscovici explica que já preferia falar em gêneros de comunicação, sendo a conversação o primeiro deles, no qual o conhecimento do senso comum era construído. Enquanto os outros três gêneros que mencionamos anteriormente se constituiriam como gêneros secundários de comunicação.

Após essa apresentação sobre as condições de produção e funções das representações sociais e as modalidades de comunicação envolvidas no processo de compartilhamento dessas representações, passamos agora à discussão acerca dos processos de objetivação e ancoragem e aos três tipos de representações sociais.

4.3. Processos necessários à construção das representações sociais e os tipos de representações

> "*A finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade*" (Moscovici, 2000/2010a, p. 54, grifos do autor).

As representações sociais são construídas e compartilhadas para fins de comunicação e de orientação para a ação (M. F. S. Santos, 2005), além de possuírem "duas faces, que são interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica" (Moscovici, 2000/2010a, p.46). Nesse sentido, para se elaborarem as representações sociais, dois processos interdependentes se articulam, a objetivação e a ancoragem (Moscovici, 1961/2004).

A objetivação é um "processo que permite tornar real um esquema conceptual e dar a uma ideia uma contrapartida material" (Vala & Castro, 2013, p. 586). Para isso, três etapas ou processos se

associam: a) construção seletiva ou seleção e descontextualização – certas informações e crenças sobre o objeto de representação são selecionadas ao invés de outras, a partir dos conhecimentos já existentes. Assim, "este processo de selecção e reorganização dos elementos da representação não é neutro ou aleatório, dependendo das normas e dos valores grupais assim como do contexto cultural" (Cabecinhas, 2009, p.57); b) esquematização estruturante ou formação de núcleo figurativo – simplificam-se essas informações, transformam-se conceitos, por meio da formação de um núcleo figurativo. Acerca deste "núcleo figurativo", ressalta-se que nem todas as palavras são rapidamente associadas a imagens, pois não há tantas imagens que sejam de tão fácil acesso. Dessa forma, como esclarece (Moscovici, 2000/2010a), as "imagens que foram selecionadas, devido a sua capacidade de ser representadas, se mesclam, ou melhor, são integradas no que eu chamei de um padrão de núcleo figurativo, um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de ideias" (p.72); c) naturalização – naturalizam-se os elementos, identificando-os como próprios da realidade do objeto, como "naturais", ao invés de socialmente construídos (Almeida, 2005; Cabecinhas, 2009; M. F. S. Santos, 2005; Vala & Castro, 2013).

Além dessas etapas, a objetivação também pode se apresentar sob diferentes formas, envolvendo, ao menos, três subprocessos: 1) personificação: refere-se a situações nas quais "figuras públicas ou um grupo social personificam uma ideia complexa, ou um problema multidimensional, substituindo-se a estes e simplificando-os" (Vala & Castro, 2013, p.586); 2) figuração: subprocesso que consiste na substituição de ideias complexas e/ou conceitos por metáforas e imagens; 3) ontologização: diz respeito ao processo de atribuir características de seres ou coisas a conceitos, palavras, ideias, que não possuem tal concretude (Ordaz & Vala, 1997; Vala & Castro, 2013).

O outro processo, a ancoragem, apresenta duas faces: antecede a objetivação e também ocorre na sua sequência (Cabecinhas, 2009). Quando ele ocorre antes da objetivação, pressupõe a incorporação de elementos do objeto a um sistema de pensamentos, categorias e significações já existente, familiar e de fácil acesso à memória (Almeida, 2005; M. F. S. Santos, 2005). É um processo que envolve, portanto, classificação e nomeação (Moscovici, 2000/2010a), possuindo um papel essencial na construção das representações sociais, visto que "permite ao indivíduo integrar o objeto da representação em um sistema de valores que lhe é próprio, denominando-o e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com sua inserção social" (Trindade, Santos & Almeida, 2011, p.110). Quando a ancoragem se dá em seguida à objetivação, "refere-se à função social das representações, ou seja, refere-se aos processos pelos quais uma representação, uma vez constituída, se torna um

organizador das relações sociais" (Cabecinhas, 2009, p.57). Discorremos mais sobre esse processo ainda neste capítulo e no próximo, especialmente devido ao seu papel nas relações entre representações, identidades e memórias sociais.

Fazem parte das representações sociais não apenas o que há de comum, o que converge, o que vem a se tornar familiar, mas também as diferenças, as divergências de ideias, os conflitos, que são o que contribui para a mudança social (Moscovici, 2000/2010a; M. F. S. Santos, 2005). É nessa direção que, para além de propor a existência desses dois processos básicos à construção das representações sociais, Moscovici (e.g. Moscovici, 1988) também propõe a existência de três diferentes tipos de representações – hegemônicas, polêmicas e emancipadas –, segundo o seu nível de desenvolvimento e a forma como circulam na sociedade (Cabecinhas, 2009).

As representações hegemônicas são aquelas que são amplamente partilhadas dos indivíduos em um grupo e que "prevalecem de forma implícita em todas as práticas simbólicas ou afetivas. Elas parecem ser uniformes e coercivas" (Moscovici, 1988, p.221). Essas representações são as mais próximas do que Durkheim chamava de representações coletivas (Arruda, 2014). Entretanto, vale lembrar, como o próprio Moscovici (1961/2004) pondera, que o consenso é algo contingente, parcial e relativo. Desse modo, é interessante também levarmos em consideração a (co)existência de elementos que indicam a presença de representações emancipadas e polêmicas, ao lado de representações hegemônicas.

As representações emancipadas são representações que "ainda não são incompatíveis com as representações hegemônicas" (Ben-Asher, 2003, p.6.4, tradução nossa) e que são construídas por diferentes grupos na sociedade, especialmente quando alguns membros são "diferencialmente expostos a novas informações e consequentemente refletem diferenças entre indivíduos ou subgrupos dentro de um grupo identitário maior" (p.6.4). Logo, "elas emergem da cooperação e da negociação e são muito plásticas" (Vala & Castro, 2013, p.598). Já as representações polêmicas ou controversas são formadas em meio a conflitos ou disputas sociais e não são partilhadas pela sociedade como um todo, expressando relações antagônicas entre membros de um grupo (Moscovici, 1988). É por meio dessas representações, de caráter polêmico, que, em geral, encontramos processos/movimentos de resistência de diferentes grupos minoritários (e.g. Bonomo & Souza, 2013), que podem levar à mudança social.

4.4. Diferentes abordagens dentro da teoria das representações sociais

Após a breve exposição dos principais processos envolvidos na construção de representações sociais, e considerando-se a TRS como uma "grande teoria" (Doise, 1990; Sá, 1998), tecemos, a seguir, algumas considerações acerca das suas principais abordagens.

Primeiramente, a abordagem culturalista ou processual, fortemente representada por Jodelet (1989/2005), se constitui numa abordagem que se mantém mais próxima à proposta original de Moscovici, ao enfatizar o processo de construção das representações sociais, analisando com maiores detalhes, por exemplo, os processos de ancoragem e objetivação, sobre os quais discorremos anteriormente. Dessa forma, privilegia "claramente um enfoque histórico e cultural para a compreensão do simbólico" (Almeida, 2005, p. 127).

Uma segunda perspectiva é a abordagem estrutural ou do núcleo central, desenvolvida, inicialmente, por Abric (1993, 1998). Este autor (Abric, 1993) propõe suas ideias dentro do âmbito da TRS, principalmente a partir de dois pressupostos: o primeiro de que as representações sociais são, ao mesmo tempo, rígidas e flexíveis, estáveis e instáveis; o segundo de que elas são consensuais e também envolvem diferenças interindividuais. Diante disso, o autor sugere que "essas aparentes contradições se originam das características estruturais das representações sociais e do seu modo de funcionamento" (Abric, 1993, p.75, tradução nossa). Assim, segundo essa perspectiva, as representações sociais se organizam internamente a partir de um núcleo central e um sistema periférico, que são complementares e interligados (Abric, 1993, 1998).

O núcleo central é constituído dos elementos mais estáveis, consensuais e coerentes das representações sociais. É fortemente marcado pelas condições sociológicas, ideológicas e históricas, ou seja, pela memória social e pelo sistema de normas dos grupos aos quais se relaciona (Abric, 1993). Possui duas principais funções: uma função generadora, por meio da qual gera a significação da representação, fornecendo um sentido aos elementos compartilhados de uma representação em um grupo social; e uma função organizadora, a qual permite que os elementos tenham estabilidade e união, garantindo a organização da representação (Abric, 1993, Sá, 1998).

Já o sistema periférico apresenta elementos mais flexíveis, mais sensíveis a mudanças e ao contexto imediato, comportando as contradições, as experiências individuais, portanto, a heterogeneidade do grupo (Abric, 1993). Apresenta três funções primordiais: função de concretização, a qual permite concretizar o núcleo central, por meio de um plano de ação, situando-se na interface

entre a realidade e o sistema central; função de regulação, que possibilita uma adaptação à realidade, ao contexto mais próximo, permitindo variações individuais nas representações, que se organizam em torno do núcleo central; função de defesa, que, devido à flexibilidade do sistema periférico, faz com que ele se module para receber novos eventos e informações, lidando com as contradições e protegendo o núcleo central (Abric, 1993, Sá, 1998).

Em adição às discussões de Abric (1993), Flament (1994) introduz a ideia de reversibilidade da situação, ao buscar respostas para diferentes questões concernentes às relações entre representações e práticas sociais, dentre elas, sobre como os indivíduos desenvolviam práticas que contradiziam seu sistema de representações. Dessa forma, segundo o autor, quando uma situação for percebida como reversível, ocorrem mudanças nas representações sociais, porém de forma superficial, já que as práticas novas e contraditórias serão incorporadas às representações, mas apenas no sistema periférico, não atingindo o núcleo central. Contudo, se determinada situação for entendida como irreversível, essas novas práticas serão incorporadas, havendo diferentes formas possíveis de transformação nas representações, quais sejam: a) transformação resistente – diz respeito a situações em que as novas práticas contraditórias ainda são manejadas pelo sistema periférico, sem afetar o núcleo central, pelo menos por algum tempo; b) transformação progressiva – refere-se a situações em que "as novas práticas não são totalmente contraditórias com o núcleo central da representação" (Abric, 1993, p.78, tradução nossa). A mudança se dá, portanto, de forma progressiva, sem que haja uma ruptura do núcleo central. Dessa forma, "os esquemas ativados pelas novas práticas serão progressivamente integrados àqueles do núcleo central e se fundirão com eles para constituir um novo núcleo e, então, uma nova representação" (p.78); c) transformação brutal – refere-se a circunstâncias em que "as novas práticas desafiam diretamente a significação central da representação sem nenhuma ajuda possível dos mecanismos de defesa em funcionamento no sistema periférico" (Abric, 1993, p.78, tradução nossa). Assim, ocorre uma transformação completa do núcleo central e, logo, das representações (Abric, 1993; Flament, 1994). Por conseguinte, os estudos dentro dessa abordagem, ao analisarem as relações entre os sistemas central e periférico, podem contribuir para uma melhor compreensão sobre os processos de atualização e transformação das representações sociais (e.g. Abric, 1993; Abric, 1998; Flament, 1994; Sá, 1998).

Já uma terceira abordagem, é a abordagem societal ou sociodinâmica, proposta por Doise (1992, 2002) e Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi (1992). De acordo com Doise (2002), os estudos realizados dentro de uma abordagem societal possuem o objetivo de

> articular explicações de ordem individual com explicações de ordem societal; de mostrar como o indivíduo dispõe de processos que lhe permitem funcionar em sociedade e, de maneira complementar, como dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos (p.28).

Dessa forma, utilizar uma abordagem societal no estudo das representações sociais pressupõe integrar o estudo de "sistemas cognitivos (nível individual) no estudo dos sistemas relacionais e societais (níveis posicional e ideológico)" (Almeida, 2005, p.130). Nesse sentido, continua a autora, a definição de representações sociais segundo Doise seria a de "princípios geradores de tomadas de posição, ligados às inserções sociais específicas, organizando os processos simbólicos que interferem nas relações sociais" (p.130).

Segundo esta abordagem, ainda, atribui-se grande importância à articulação entre quatro níveis de análise (intraindividual, interindividual, intergrupal e societal), designada articulação psicossocial, como possível caminho para aprimorar a compreensão dos fenômenos sociais. Tais diferentes níveis se constituem da seguinte maneira: a) Nível intrapessoal – analisa processos intrapessoais, como as pessoas organizam suas experiências, percepções, avaliações e comportamentos em relação ao meio em que se encontram inseridas; b) Nível interindividual – analisa processos situacionais, interpessoais, como as pessoas interagem em determinadas situações, sem considerar as diferentes posições que elas podem ocupar em outras situações, em outros grupos de pertença; c) Nível intergrupal – analisa processos intergrupais, as diferentes posições que as pessoas podem ocupar nas relações sociais e como essas posições podem influenciar nos processos dos dois níveis anteriores; d) Nível societal – analisa como as representações, avaliações, comportamentos das pessoas podem ser modulados, em certas situações, pelos sistemas de crenças, valores, ideologias característicos de determinados grupos e contextos culturais (e.g. Doise, 2002).

Outro aspecto importante desta perspectiva são as três fases de análise que Doise propõe, fazendo com que sua abordagem seja conhecida também como "modelo tridimensional" ou "paradigma das três fases" (Palmonari, 2009). O estudo das representações a partir desta abordagem pressupõe três fases de análise: 1) campo representacional, por meio do estudo do campo semântico relacionado ao objeto da representação; 2) princípios organizadores, por meio da identificação das diferenças individuais que constituem a variação deste campo; e 3) processos de ancoragem dos princípios organizadores, que são divididos em três tipos. O primeiro é a ancoragem psicológica, orientado pelas crenças e valores individuais; o segundo é a ancoragem sociológica, a partir da pertença dos indivíduos a categorias sociais variadas; e o terceiro é a ancoragem psicossocial, que se constitui por meio do

posicionamento dos sujeitos em relação às suas diferentes inserções na sociedade (Doise, 1992; Doise *et al.*, 1992). Assim, ao partir destas ancoragens em sistemas de crenças e valores, enfatizando a análise das diferenças interindividuais nas representações sociais, "Doise articula o psicológico com o sociológico, o individual com o societal, evidenciando a confluência destas duas dimensões" (Trindade *et al.*, 2011, p.114).

Moscovici e Vignaux (2000/2010), apontam semelhanças entre essas duas últimas abordagens, na medida em que as ideias de núcleo central e sistema periférico e de princípios organizadores "tocam nos problemas de como as representações mudam e de sua generatividade", ou seja, relacionam-se "à questão da formação e evolução das representações sociais no curso da história" (p.220).

Por fim, Vala e Castro (2013) mencionam uma quarta abordagem da TRS, que é mais recente e ainda em desenvolvimento, que tem como uma das principais representantes, dentre outros autores (e.g. Gillespie, 2008; Howarth, 2006, Jovchelovitch, 2008; Liu, 2004), Ivana Marková (2006). Essa abordagem foca no aspecto dialógico da construção das representações sociais, evidenciando "a importância de colocar as 'relações triádicas' das quais emerge a representação social no centro da pesquisa empírica" (Vala & Castro, 2013, p.600). Essa perspectiva, incentiva, assim, "uma análise mais detalhada e aprofundada de como a linguagem e a comunicação respondem aos contextos" (Vala & Castro, 2013, p.601). Na seção seguinte discutiremos melhor sobre dois conceitos caros a essa abordagem: themata e polifasia cognitiva.

Realizamos essa breve apresentação das diferentes abordagens no âmbito da TRS, elucidando alguns dos seus principais pressupostos e conceitos estudados, contudo, entendemos que elas não são mutuamente excludentes e que certas ideias não são "propriedade" de apenas uma abordagem. Logo, é possível – e, diríamos até, recomendável – conduzir investigações que envolvam o uso de algumas ideias dessas diferentes abordagens, desde que essas associações de conceitos estejam de acordo com os objetivos da pesquisa a ser realizada e respeitem o(s) fenômeno(s) analisado(s), permitindo uma melhor compreensão dos mesmos. Dessa forma, à semelhança de alguns estudos recentes (e.g. Sakki, 2016), utilizaremos na tese a abordagem estrutural da TRS, a partir dos seus conceitos de núcleo central e elementos periféricos (e.g. Abric, 1993), porém, acompanhada de uma perspectiva dialógica (e.g. Marková, 2006), que leva em consideração o caráter dinâmico e multifacetado do processo de comunicação e de produção de conhecimento, a partir das relações entre Ego-Alter-Objeto, que se dão em meio a tensões, e a processos de estabilidade e mudanças. Além disso, enfatizaremos, ao longo da tese, a importância da historicidade e de se considerar os contextos socioculturais em que se inserem

indivíduos e grupos, o que não é uma exclusividade da abordagem processual das representações sociais, estando fortemente presente também, por exemplo, na abordagem dialógica. Finalmente, vale lembrar que, ainda que a abordagem sociodinâmica seja a que destine maior atenção à importância da realização de pesquisas que contemplem análises de ordem societal, entendemos que, por mais difícil que seja desenvolver uma pesquisa em que seja possível abarcar os quatro diferentes níveis de análise propostos por Doise (2002), é necessário que reconheçamos a existência dessas diversas dimensões de análise de fenômenos sociais, a fim de não perder de vista a importância das relações intergrupais e dos valores, ideologias, sistemas de crença envolvidos em contextos sócio-histórico-culturais diversos, ainda que estes não sejam nosso foco de análise.

Diante dessas considerações acerca das perspectivas presentes no domínio da TRS e sobre quais delas utilizaremos (o que será novamente abordado adiante, especialmente nos capítulos da parte empírica da tese), damos continuidade a este capítulo, a partir da discussão de outros conceitos fundamentais para a TRS, como themata e polifasia cognitiva.

4.5. Representações sociais, themata e polifasia cognitiva

> [...] a social representation is a dynamic process, operating towards both stability and change. In this sense, social representations are dynamic and socially co-constructed, rather than static and individualistic, phenomena (L. Liu, 2004, p.257).

Para além dos conceitos sobre os quais discutimos ao longo deste capítulo, mais recentemente, na década de 1990, Moscovici introduz a discussão sobre o conceito de themata, complementando as análises dos processos que contribuem para a construção das representações sociais. Este conceito se refere a "ideias-fonte" ou ideias primeiras (Moscovici & Vignaux, 2000/2010), que dizem respeito a "pressuposições historicamente incorporadas, antinomias culturalmente partilhadas e à lógica mais profunda do pensamento social" (L. Liu, 2004, p.255, tradução nossa). Constituem-se, portanto, como antinomias ou oposições dialéticas, que fazem parte da nossa socialização na cultura (Marková, 2000, 2006) e que estão ancoradas em diferentes crenças, tradições, valores, imagens, etc. Porém, a autora adverte que "nem todas as antinomias do pensamento se tornam themata" (p.252). Assim, conforme complementa:

> As antinomias no pensamento de senso comum se tornam themata se, no curso de certos eventos sociais e históricos, isto é, políticos, econômicos, religiosos, etc., elas se transformam em problemas e se tornam o foco da atenção social e a fonte de tensão e conflito. É durante tais eventos que as antinomias no pensamento são transformadas em themata: elas entram no discurso público, se tornam problematizadas e ainda mais thematizadas. Depois então, começam a gerar representações sociais em relação ao fenômeno em questão (Marková, 2006, pp.252-253).

Cabem aqui algumas considerações acerca das diferenças entre o termo *themata* (no plural, ou *thema*, em sua forma no singular) e o termo *temas*. Este último diz respeito a temas, a unidades de análise, usualmente utilizadas em pesquisas qualitativas (como também usamos na tese), que se configuram como tópicos recorrentes que emergem das falas dos participantes. Possuem um caráter mais situacional e efêmero que os *themata*, os quais possuem profundas raízes históricas e culturais e possuem um poder normativo e generativo na construção das representações sociais (L. Liu, 2004). Entretanto, "temas e themata são dialogicamente interdependentes" (L. Liu, 2004, p.255, tradução nossa), de modo que os temas são manifestações explícitas ou reconstruções parciais dos themata, apresentando-se de diferentes formas, enquanto os themata são as ideias subjacentes a estes temas, que os geram e estruturam (L. Liu, 2004).

Os themata podem se constituir como ideias que se encontram implícitas no senso comum e que podem nunca ser tornadas explícitas no pensamento social (Marková, 2000), devido ao fato de serem a "'estrutura profunda' subjacente a uma representação social" (L. Liu, 2004, p.255, tradução nossa), que, conforme esclarecem Moscovici & Vignaux (2000/2010):

> [...] nunca se revelam com clareza; nem mesmo parte deles é definitivamente atingível, tanto porque eles estão complexamente interligados com certa memória coletiva inscrita na linguagem, como também porque são combinações, iguais às representações que eles sustentam, ao mesmo tempo cognitivas (invariantes ancorados em nosso aparato neurossensor e em nossos esquemas de ação), como culturais (universais consensuais de temas objetivados pelas temporalidades e histórias do longo espaço de tempo [*longue durée*]) (p.248-249, grifos dos autores).

A partir dessas considerações, observa-se que os themata, por meio dos processos de ancoragem e objetivação, sobre os quais discutimos nas seções prévias, fornecem bases em torno das quais as representações sociais se constroem. Uma construção dinâmica, polimorfa, maleável de acordo com o jogo entre continuidade e mudança. Nesse sentido, indivíduos dentro um mesmo grupo social podem agregar diferentes significados e possuir diferentes visões sobre os mesmos themata (L. Liu, 2004). Essa convivência de diferentes ideias, de diferentes modos de pensar a partir de um mesmo thema pode se relacionar também ao outro conceito sobre o qual falaremos: polifasia cognitiva.

A polifasia cognitiva se constitui como um processo em que há uma "coexistência dinâmica entre distintas modalidades de conhecimento correspondentes a tipos específicos de inter-relações entre o sujeito e o mundo ao seu redor" (Jodelet, 2008, p.427, tradução nossa). Desse modo, Moscovici, em entrevista a Ivana Marková (2000/2010), compara: "do mesmo modo que a linguagem é polissêmica, assim também o conhecimento é polifásico" (p.328), o que faz com que a polifasia cognitiva seja "a

regra, não a exceção", conforme continua o autor, e que seja plausível que "não apenas em sociedades diferentes, mas também dentro dos mesmos indivíduos, coexistam maneiras incompatíveis de pensamento e representações" (p.329).

Outra autora que tem refletido sobre esse conceito em alguns dos seus trabalhos é Sandra Jovchelovitch (e.g. Jovchelovitch, 2011, 2012), que afirma que quando estudamos representações sociais devemos levar em conta a "variabilidade e plasticidade do senso comum, e a forma como ele se ajusta e muda por meio da dialogicidade e interação social" (p.167). Assim, a "diversidade de situações e experiências culturais que encontramos requer esforços adaptativos e uma plasticidade crescente de nossos saberes e motivações. Por isso, o modo como representamos o mundo é múltiplo" (p.168). Reafirma-se, portanto, a importância da noção de polifasia cognitiva, como o convívio entre diferentes formas de saber em um mesmo campo representacional (Moscovici, 1961/2004; Jovchelovitch, 2011), processo que pode favorecer a adaptação a inovações e mudanças, na medida em que permite conciliar, de maneira criativa, formas opostas de pensamento (Moscovici, 2000/2010a; Mouro & Castro, 2012).

Finalmente, após a breve revisão de alguns dos principais pressupostos da TRS, que realizamos ao longo deste capítulo, mencionamos, a seguir, alguns pontos que são alvo de críticas na teoria.

4.6. Principais críticas à Teoria das Representações Sociais

> [...] engaging with these criticisms may promote a more critical version of social representations theory that invites a social psychology of conflict, resistance and social change relevant to today's world (Voelklein & Howarth, 2005, p.431-432).

Desde o início do florescimento dos estudos no âmbito da TRS até os dias atuais, apesar dos avanços teóricos e metodológicos alcançados, o seu desenvolvimento, assim como acontece com diferentes teorias, foi sempre acompanhado por diversas críticas, pontos de controvérsias e debates. Alguns autores (e.g. Howarth, 2006; Voelklein & Howarth, 2005) realizaram amplas revisões sobre as principais críticas dirigidas à TRS, construindo argumentações para refutá-las e tecendo sugestões para estudos futuros também a partir dos aspectos criticados. Não nos aprofundaremos, portanto, nas discussões sobre esses aspectos, visto que escapariam ao propósito da tese, porém, levantaremos algumas das principais questões que têm demandado maiores esclarecimentos, segundo os críticos, como Jahoda (1988). Este último tece diversas críticas com relação à TRS e ao conceito de representações sociais, algumas das quais Moscovici respondeu em diferentes momentos (e.g. Moscovici, 1988).

Dentre os aspectos que mais foram alvo de críticas, não apenas por Jahoda (1988), mas também por diversos outros autores mencionados por Voelklein & Howarth (2005), destacamos os seguintes, segundo das autoras:

a) Ambiguidades na definição de representações sociais – as críticas com relação a esse aspecto se assentam nos argumentos de que este conceito teria uma definição ampla, vaga, confusa e fragmentada, porém, conforme já discutimos anteriormente e como também discutem as autoras, apesar da (necessária) abertura concedida ao conceito de representações sociais, podemos encontrar diferentes definições na literatura da área, seja em obras do próprio Moscovici, como na de Jodelet, entre outros. Também na direção dessas críticas com relação à ambiguidade conceitual das representações sociais, para mencionarmos um exemplo, encontra-se a de que há pouca diferenciação entre os conceitos de atitude e de representação social. Porém, segundo a perspectiva de Moscovici, "as atitudes são uma dimensão da representação social enquanto as representações são formas de conhecimento" (M. F. S. Santos, 2009, p.56). Além disso, para Moscovici (2000/2010a), os estudos sobre atitudes não consideram o processo de forma tão vinculada ao conteúdo, como na TRS, em que ambos estão bastante interligados;

b) Determinismo social – Críticas dentro desse ponto referem-se a uma suposta ênfase da TRS na ideia de consenso e na influência social, negando a capacidade reflexiva dos indivíduos e seu papel ativo na apreensão e transformação da realidade. Contudo, consenso não quer dizer uniformidade, e também como já dissemos, segundo ideias de alguns autores (e.g. Jesuíno, 2011; Jovchelovitch, 2008; Moscovici, 1961/2004; Voelklein & Howarth, 2005): as representações sociais não são simples cópias ou duplicações mentais da realidade, elas possuem um caráter processual e ativo. E, ao invés de se constituírem como "uma cópia de mão única", envolvem um "esforço simbólico que produz sentido e permite a significação" (Jovchelovitch, 2008, p.292). Logo, "cultura e cognição existem em uma relação simbiótica uma para com a outra" (Voelklein & Howarth, 2005, p.439, tradução nossa);

c) Reducionismo cognitivo – este aspecto, por outro lado, diz respeito a críticas segundo as quais a representação social se constituiria com um fenômeno excessivamente cognitivo, envolvendo processos estritamente cognitivos, relegando um papel pequeno à influência social. Como vimos nas seções anteriores, se considerarmos, por exemplo, os processos essenciais para a construção das representações sociais – objetivação e ancoragem – sabemos que eles não são apenas cognitivos, mas também culturais, sociais e ideológicos, como reafirmam também Voelklein & Howarth (2005), em sua discussão sobre este tópico. De forma semelhante a este ponto, alguns autores (e.g. Medrado, 1998;

Spink, 2004), ampliam essa crítica à TRS, especialmente em torno dos seguintes aspectos: falta de fluidez, flexibilidade e contextualização envolvidos no conceito de representações sociais. Contudo, conforme discutimos ao longo deste capítulo (e dos anteriores) e como também discutiremos ao longo da tese, não apenas o conceito, mas também o fenômeno da representação social (assim como o da identidade social) se constitui com um fenômeno que depende do contexto sócio-histórico-cultural, que é relacional, heterogêneo, flexível e fluido, por diferentes razões já apresentadas;

d) Falta de uma agenda crítica – a TRS tem sido criticada, ainda, por não construir uma maior agenda crítica, problematizando questões, como ideologia e poder. Com relação a esse aspecto, até certo ponto, essas críticas procedem, visto que, muitos estudos no domínio da teoria não reconhecem de fato as relações de poder envolvidas na construção e partilha de representações sociais, e as ideologias envolvidas nesse processo. Entretanto, como argumentamos há pouco, as representações sociais são relacionais, envolvem tensões, negociações, resistências, transformações. Logo, as representações podem servir para naturalizar e legitimar certas formas de exclusão de determinados indivíduos e grupos sociais, porém, também podem contribuir para contestar estereótipos e práticas discriminatórias (Voelklein & Howarth, 2005). Dessa forma, ao estarmos atentos à inserção da TRS também no âmbito das discussões acerca de relações de poder e de ideologias, contribuímos para a reafirmação do papel ativo dos indivíduos na construção social da realidade e, portanto, na crítica, problematização e transformação dessa realidade, permitindo "a possibilidade de agência e resistência na medida em que a re-presentação se torna um espaço potencial de significados para serem contestados, negados e transformados" (Howarth, 2006, p.77, tradução nossa).

Além dessas questões, gostaríamos de destacar último ponto: assistimos, nas últimas décadas, a uma proliferação de estudos na área da TRS. Contudo, esse aumento no número de investigações significou, também, um aumento no número de estudos empíricos sem maior aprofundamento teórico, utilizando-se ideia de representação social de forma indiscriminada, sem maiores reflexões, tanto com relação à teoria quanto aos procedimentos metodológicos adotados. Dessa forma, recentemente, alguns autores (e.g. Valentim, 2013) têm chamado a atenção para esses problemas, enfatizando a necessidade de maior integração e reflexão teórica, além de maior rigor metodológico (porém, sem um mero tecnicismo) nos estudos sobre representações sociais. Somado isso, ressalta-se, ainda, a necessidade de maior diálogo entre as diferentes abordagens dentro da TRS (Jodelet, 2011; Valentim, 2013) e destas com outras disciplinas e áreas do conhecimento, a fim de possibilitar não apenas um maior desenvolvimento teórico-metodológico da teoria, mas, principalmente, de permitir que os conceitos

atrelados a essa perspectiva teórica sejam utilizados para promover a mudança, a transformação social (Valentim, 2013), conforme citação com a qual iniciamos esta seção.

Diante das discussões que realizamos no presente capítulo sobre a TRS e daquelas realizadas no capítulo anterior, sobre a TIS, procedemos, no capítulo seguinte (Capítulo 5), a reflexões sobre as relações entre as duas teorias e destas com a memória social.

CAPÍTULO 5 – A articulação entre identidades, representações sociais e memória social

> Para que possamos explorar as implicações plenas das representações sociais na vida social, precisamos entender o sistema de diferenças que dão conta dos significados diferentes que elas têm na vida social. Representações expressam identidades e afetos, interesses e projetos diferenciados, referindo-se assim à complexidade das relações que definem a vida social. Entender sua conexão fundamental com modos de vida significa entender a identidade possível que um sistema de saberes assume num tempo histórico dado. Ora, é somente em relação à alteridade de outros (que permite comparações, segmentação e o estabelecimento de distinções) que nós podemos entender e explicar essa identidade (Jovchelovitch, 2002, p.81).

Nos capítulos anteriores discutimos sobre representações sociais e fenômenos identitários, especialmente a partir da Teoria das Representações Sociais e da Teoria da Identidade Social, referenciais teóricos que utilizaremos em nossos estudos. No presente capítulo, analisamos os principais pontos de articulação essas duas teorias, a partir das 1) relações entre os fenômenos e os conceitos de identidade social e representação social; e 2) da análise integrada a outro fenômeno, a memória social, por meio de discussões teóricas sobre os conceitos de memória social/coletiva e suas relações com os de identidade e representações sociais. Acreditamos que a articulação entre estas três perspectivas teóricas se configura como um interessante recurso conceitual-analítico para a reflexão sobre os processos identitários de indivíduos latino-americanos (em território latino-americano e migrantes na em Portugal e na Espanha), a partir das representações sociais que eles (re)produzem sobre a América Latina e sua história e a partir das suas diferentes pertenças grupais.

5.1. (Inter)Relações entre identidades sociais e representações sociais

No Capítulo 2 iniciamos uma das partes com a seguinte citação de Tajfel (1983):

> É impossível imaginar um encontro social entre duas pessoas que não seja afectado, pelo menos minimamente, pelas inclusões mútuas de um e outro numa variedade de categorias sociais sobre as quais existem no pensamento dos interagentes certas expectativas gerais quanto às suas características e comportamento (p.273).

Nesse trecho vemos que as "expectativas gerais" presentes "no pensamento dos interagentes" com relação "às suas características e comportamento" podem se constituir também como as representações sociais partilhadas acerca dessas categorias. Nessa mesma direção, Moscovici (2000/2010a) também argumenta que "todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações" (p.40).

Essa seção visa, portanto, discutir a importância da articulação dos conceitos de representação social e identidade social e de suas respectivas abordagens teóricas para a compreensão do pensamento social (Vala & Castro, 2013). Destacamos no capítulo anterior, a importância da realização de uma análise societal, que, segundo Vala e Castro (2013), é facilitada a partir da articulação entre a TIS e a TRS, pois tal junção seria uma "forma de fazer avançar um projecto de psicologia social ou societal – ou seja, uma psicologia social que seja capaz de abordar todos os níveis de análise e não apenas os individuais e interpessoais" (p.596).

Nesse sentido, diversos estudos (e.g. Bonomo, 2010; Breakwell, 1993; Cabecinhas, 2004; Deschamps & Moliner, 2009; Howarth, 2002, Joffe, 1999; Klein & Licata, 2003; L. Souza, 2004; Spezani & Oliveira, 2013; Vala, 1997) têm enfatizado a importância do uso articulado das representações sociais com as construções identitárias e os contextos grupais, visto que, "as representações se constroem em função das inserções sociais dos indivíduos e, ao mesmo tempo, elas modulam as relações sociais entre esses mesmos indivíduos" (Deschamps & Moliner, 2009, p.131). Assim, as diferentes funções das representações sociais, sobre as quais discutimos no capítulo anterior, relacionam-se também às construções identitárias, especialmente no contexto de relações intergrupais. Cabecinhas (2009) retoma algumas ideias de Doise (1976/1984), a partir das quais o autor distingue três funções das representações sociais nas relações entre diferentes grupos: a) função seletiva, por meio da qual são selecionados os conteúdos mais relevantes para as relações intergrupais, em detrimento dos menos importantes; b) função justificativa, a qual permite justificar posições desfavoráveis de determinados grupos ou comportamentos hostis dirigidos a eles, a partir dos conteúdos das representações partilhadas sobre os grupos em relação; c) função antecipatória, que diz respeito ao papel das representações sociais nas relações intergrupais, visto que, as representações também participam ativamente da antecipação do desenvolvimento de tais relações e não apenas o seguem. Logo, conforme sintetiza Cabecinhas (2009), "por um lado, as representações estruturam-se de acordo com as estratégias grupais e, por outro, as representações servem e justificam os comportamentos grupais, isto é, as representações sociais têm uma função de justificação antecipada e/ou retrospectiva das interacções sociais" (p.60).

Observa-se, então, que a função identitária das representações, que referimos no capítulo anterior, é fundamental nas relações intergrupais, já que as representações sociais que os indivíduos possuem acerca da sua realidade exercem um papel importante na formação de suas identidades, podendo orientar identificações/diferenciações sociais. Por outro lado, as identidades sociais também

influenciam na concordância, na exposição e no uso de representações sociais, de modo que diferentes objetos podem ser ressignificados pelos grupos a partir de seu contexto social e de suas relações intergrupais (Breakwell, 1993; Deschamps & Moliner, 2009). Logo, as representações sociais não implicam maneiras homogêneas de pensar, partindo das diferentes inserções dos indivíduos na sociedade e de suas experiências e, "enquanto fenômeno psicossocial, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos por meio dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros" (Jovchelovitch, 1999, p.65).

Destaca-se, ainda, a importância de considerar a análise do processo de ancoragem das representações sociais na efetivação dessa articulação entre relações intergrupais, identidade social e representações sociais, como discute Vala (1993b):

> [...] a teoria da identidade social oferece as bases para o entendimento da formação simbólica dos grupos sociais e para a compreensão da ancoragem social das representações sociais [...]. Falar de uma representação social implica, pois, que se identifique o sujeito social dessa representação, ou seja, o grupo social em que ancora ou as identidades sociais que lhe subjazem (pp. 911-912).

Conforme discute este mesmo autor em outra obra, esta articulação entre as representações sociais (RS) e as relações intergrupais leva em consideração dois níveis de análise do processo de ancoragem:

> Num primeiro nível de análise, a ancoragem das RS refere-se ao papel das RS enquanto âncoras que apoiam a construção de categorias identitárias, de clivagens sociais e de posições sociais. Neste sentido, as RS encontram-se a montante das identidades sociais e das relações entre grupos. [...] Num segundo nível de análise do processo de ancoragem, [...] referimo-nos às âncoras necessárias ao processo de construção das RS, entre as quais as identidades sociais (Vala, 1997, pp. 8-9).

O processo de ancoragem guarda semelhanças com o processo de categorização, visto que ambos se constituem como formas de estabilizar o meio e simplificar ou reduzir o novo, as novas aprendizagens (Cabecinhas, 2009; Vala, 1993a). O próprio Moscovici (2000/2010a) pontua essa relação entre os dois processos, evidenciando a importância da nomeação e da classificação na ancoragem, como dissemos anteriormente, o que a associa à categorização:

> Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa [objetos ou pessoas]. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas. O primeiro passo para superar essa resistência, em direção à conciliação de um objeto ou pessoa, acontece quando nós somos capazes de colocar esse objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido (pp.61-62).

Outro aspecto a ser considerado é o de que, como discutem Cruz e Arruda (2008), quando o endogrupo se configura como o "objeto social que demanda significação, a função identitária é ainda

maior: cabe a ele estabelecer os sentidos que irão delinear o pertencimento, a comunhão, a diferença e a exclusão, assim como traçar o porquê dessas delimitações" (p.791).

Dessa forma, as relações que os indivíduos e grupos estabelecem com os Outros, com a alteridade são também (re)produzidas pelas representações sociais que eles constroem e compartilham, da mesma forma como essas representações são expressões dessas relações (Jodelet, 1989/2005). Conforme afirma Jodelet (2002) em outro momento: "a alteridade é produto de duplo processo de construção e de exclusão social que, indissoluvelmente ligados como os dois lados duma mesma folha, mantêm sua unidade por meio dum sistema de representações" (pp.47-48).

Essas interações com diferentes Outros tornam-se ainda mais evidentes no contexto atual, em que os indivíduos pertencem a vários grupos e transitam entre eles, fazendo com que um mesmo indivíduo possa utilizar diversas formas de pensamento e partilhar diferentes representações sobre um mesmo objeto, variando o seu uso de acordo com os diferentes contextos de identificação em que se encontra e segundo outros fatores situacionais (Moscovici, 2000/2010a; Vala, 1993a). Isso é possível graças ao processo de polifasia cognitiva, apresentado previamente, e que se constitui como uma "habilidade da cognição humana, uma ferramenta que permite adaptação ao contexto, a expressão de múltiplas identidades" (Jovchelovitch, 2012, p.444, tradução nossa). Assim, é um processo que permite ao indivíduo realizar argumentação, comunicação e organização de comportamentos de maneira adaptativa e criativa (Vala, 1993a).

Até o momento efetuamos algumas discussões acerca das relações entre identidades e representações sociais, porém, além do caráter múltiplo e polifásico do pensamento social, é necessário destacarmos, também, a dimensão temporal que o acompanha (Jovchelovitch, 2012). Para tanto, delinearemos algumas reflexões sobre as relações entre memória social, identidade e representação social na seção seguinte.

5.2. Memória social e sua relação com as representações sociais e o processo de construção identitária

> Collective remembering is selective in carrying representations that are important for the identity of a social group, for legitimising specific arrangements and for dealing with situations in the present (Jovchelovitch, 2012, p.445).

Nos últimos anos assistimos a um aumento do número de discussões em torno da memória, em diferentes esferas, como a científica e a política. Esses debates abordam a memória sob diferentes

lentes, utilizando uma variedade de termos a ela associados, como: não oficial, popular, coletiva, entre outros (Cabecinhas & Abadia, 2013). Neste trabalho, utilizaremos a expressão memória social, pois entendemos que ela é social na medida em que é:

> um produto e processo embutido no meio social, que não pode ser compreendido sem levar em conta as relações de poder, as forças e filtros assimétricos que operam em um determinado contexto cultural, a agência individual e grupal, as experiências e trajetórias pessoais, e as "ferramentas" e "veículos" da memória, tanto em suas formas corporificadas quanto tecnológicas (Cabecinhas & Abadia, 2013, p.5, tradução nossa).

A memória, portanto, constitui-se como mais do que apenas recordações objetivas ou reproduções de fatos e eventos passados; envolve um processo ativo de interpretações, seleções e (re)construções permanentes por parte dos indivíduos e grupos, a partir de suas diferentes pertenças, de suas interações sociais, das representações que constroem e compartilham, das relações com os media, ou seja, a partir do presente, também em constante transformação, conforme discutido em diferentes estudos realizados nessa área (e.g. Cabecinhas & Abadia, 2013; Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006; Macedo & Cabecinhas, 2014; Sá, 2005, 2007b).

Este conceito, no entanto, não foi sempre entendido dessa forma. Conforme discute Sá (2012), do mesmo modo como Moscovici se inspirou na noção de representações coletivas, de Durkheim, para propor sua ideia de representações sociais, com uma perspectiva psicossocial, também no que diz respeito à memória social (a partir de um entendimento psicossocial) esse conceito é derivado da sociologia, com as ideias de Halbwachs de quadros sociais da memória (1925/1994) e de memória coletiva (1950/1968). Com relação a essa primeira ideia – quadros sociais da memória –, ela se refere aos meios, às ferramentas das quais a memória coletiva faz uso a fim de possibilitar reconstruções de imagens do passado, em certo contexto histórico, de acordo com as ideologias preponderantes nesse momento na sociedade (Cabecinhas, 2006). Apesar das contribuições do conceito de memória coletiva na perspectiva de Halbwachs – enfatizando o caráter social e não individual da memória e a importância dos processos comunicativos na construção da mesma (Cabecinhas, 2006; Cabecinhas *et al.*, 2011) – , ele apresenta algumas limitações no contexto contemporâneo. Segundo Sá (2007b), a memória coletiva, se considerada estritamente a partir dessa perspectiva original, portaria certas limitações, visto que se referia a memórias entre grupos mais bem definidos do que os que vemos na atualidade, além de haver mais influência dos media e da interação via internet, por exemplo, fatores que exigem maior flexibilização desse conceito como originalmente formulado, já que a elaboração coletiva de forma direta, presencial, face a face e em grupos mais delimitados torna-se mais difícil, devido às transformações nas

sociedades. Além de Halbwachs, a contribuição de Bartlett (1932/1995), com um caráter mais psicossocial, também foi importante para o florescimento de estudos no campo da memória. Este autor chama a atenção para a as relações entre memória e convencionalização social, de modo que aquilo que é lembrado tem que se adaptar às convenções dos grupos aos quais se refere, ou seja, ao seu sistema normativo (Sá, 2007b). Entretanto, é especialmente a partir da década de 1980 que os trabalhos desses autores são retomados no estudo da memória em diferentes áreas do conhecimento (Valencia, Momoitio & Idoyaga, 2010), dentre elas, a Sociologia, com importante contribuição, por exemplo, dos trabalhos de Jedlowski (2001), que suavizam um pouco o sociologismo das ideias originais de Halbwachs (Sá, 2007b). Na área da Psicologia Social, os trabalhos de Halbwachs e Bartlett são aprofundados principalmente em relação a discussões que interligam processos identitários, memória e representações sociais, a partir de diferentes estudos, como os que citamos anteriormente[48].

O diálogo entre esses conceitos é particularmente frutífero por meio de debates no âmbito da TRS. De Alba (2011) discute alguns pontos de confluência entre as ideias de Moscovici e de Halbwachs, dentre eles, o fato de ambas as perspectivas considerarem o homem como um sujeito social, que é ativo nas lembranças e nas representações. Desse modo, para ambos os autores, "a sociedade não representa um conjunto homogêneo, rígido e estático, mas os indivíduos e grupos imprimem nela heterogeneidade, flexibilidade e dinamismo" (p.418). Além desse aspecto, outro fator comum entre as teorias é que "as interações sociais desempenham um papel importante na construção de representações sociais e da memória coletiva" (De Alba, 2011, pp.418-419).

A relação entre memória social e representações sociais se evidencia, de modo especial, por meio da sua articulação com os processos de objetivação e ancoragem, conforme esclarece Moscovici (2000/2010a):

> Nossas representações, pois, tornam o não familiar em algo familiar. O que é uma maneira diferente de dizer que elas dependem da memória. [...] As experiências e memórias não são nem inertes, nem mortas. Elas são dinâmicas e imortais. Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas, acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (p.78).

Dessa forma, a partir do processo de ancoragem, "o passado se faz presente" (De Alba, 2011, p.421), fazendo com que os costumes, valores, tradições, a história e a cultura dos grupos continuem

[48] Para mais informações sobre o campo de estudos da memória, suas diferentes instâncias e possíveis definições, ver, por exemplo: Sá (2005) e Sá (2007b).

presentes e sejam (re)construídos entre os indivíduos e os grupos. A análise da ancoragem das representações sociais favorece, então, a compreensão da historicidade dessas representações, especialmente se associada ao conceito de themata, de modo que a articulação entre esses conceitos possibilita um melhor entendimento sobre o convívio entre diferentes temporalidades nas representações e a forma maleável e fluida como se dão as (re)apropriações dos conhecimentos preexistentes e dos conteúdos vivenciados em função do presente (Villas Bôas, 2010, 2014).

Nesse sentido, alguns autores (e.g. Bar-Tal, 2014; Licata & Klein, 2005), entendem a memória coletiva como representações sociais, porém sem perder de vista as diferentes pertenças grupais dos indivíduos, que também desempenham um papel fundamental nas relações entre esses fenômenos. Licata e Klein (2005) propõem uma definição de memória coletiva, segundo a qual ela se constitui "como um conjunto de representações do passado compartilhadas com base em uma identidade comum aos membros de um grupo" (p.243, tradução nossa). Por conseguinte, consideramos essa definição interessante para os propósitos deste trabalho, porém, como dissemos ao longo desta seção, adotaremos a expressão "memória social" no lugar de "memória coletiva", devido aos motivos já mencionados. Portanto, ao longo do texto, especialmente no Estudo 1 da tese, utilizaremos as expressões "memória social" ou "representações sociais da história", segundo perspectiva utilizada em diferentes trabalhos (e.g. Liu & Hilton, 2005; Páez, Bobowik, De Guissmé, Liu & Licata, 2016), como detalharemos melhor no primeiro estudo empírico da tese.

Tendo em vista o que foi dito até o momento sobre a memória social e sua relação com as representações e as identidades sociais, Páez e colaboradores (2016) enumeram algumas de suas principais funções, a partir da revisão que conduziram sobre estudos realizados na área. Logo, segundo os autores, a memória social: a) define o grupo e a sua continuidade, ou seja, atua na categorização de quem pertence ou não ao grupo (Valencia *et al.*, 2010), mobilizando e (re)definindo identidades sociais (Páez *et al.*, 2016); b) define normas e valores do grupo, ditando como ele deve se comportar e reagir a diferentes situações atuais; c) aumenta a sensação de coesão grupal, já que se tratam de representações compartilhadas no grupo; d) contribui para definir o valor relativo do grupo, na medida em que ele compara o seu passado com o de outros grupos, tentando manter uma imagem positiva do seu endogrupo; e) legitima comportamentos presentes, passados e futuros do grupo; f) mobiliza o sentimento de pertença ao endogrupo, fazendo com que os membros do grupo tendam a se empenhar em projetos coletivos devido à sua pertença compartilhada; g) influencia o estado psicológico atual dos

membros do grupo, já que os indivíduos podem apresentar diferentes emoções (por exemplo, culpa, vergonha) quando lembrados dos feitos passados do seu grupo (Páez *et al.*, 2016).

Finalmente, diante das discussões que tecemos ao longo deste capítulo, pudemos compreender melhor as relações entre memória, identidade e representações social, de modo que, para além das funções anteriormente mencionadas, observamos que a memória social fornece elementos que sublinham uma origem comum a um grupo, um passado comum entre os membros, constituindo-se como uma narrativa[49] compartilhada que fornece a esses indivíduos um sentido de continuidade, que é essencial para a construção das suas identidades sociais. Contudo, é importante considerar que, o fato de serem compartilhadas não pressupõe que essas representações sobre o passado sejam homogêneas e uniformes, como dissemos neste e nos capítulos anteriores. Elas são maleáveis, fluidas e dinâmicas, portanto, também podem mudar o foco, a direção, as personagens e os eventos destacados, as narrativas, a partir dos contextos sócio-histórico-culturais e dos interesses, valores e práticas dos grupos (Bar-Tal, 2014). Há, assim, um papel ativo dos indivíduos em todos o processo de produção, transformação e compartilhamento de representações, memórias, logo, no seu processo de construção identitária, conforme veremos nos próximos capítulos.

[49] Para mais informações sobre as ligações entre um pensamento narrativo (que busca coerência e organização da realidade) e as representações sociais compartilhadas por indivíduos e grupos, também em relação com suas categorias sociais de pertença, ver, por exemplo: László, 1997, 2008.

CAPÍTULO 6 – Migrações como contexto de construção identitária

> [...] not all, but an increasing number of people nowadays trade internationally, work internationally, love internationally, marry internationally, do research internationally, and their children are growing up and are being educated internationally. These children are not only bi-lingual; they move through the non-place of television and the Internet like fish through water. So why do we expect that political loyalties and identities will continue to be tied exclusively to a nation? (Beck, 2002, p.31).

O estudo do objeto "identidades latino-americanas", a partir dos referenciais teóricos apresentados, pode ser favorecido por meio da análise conjunta de outro fenômeno, as migrações, que permitem a apreensão dos processos envolvidos na construção identitária, em diferentes contextos. Assim, neste capítulo, dividido em três partes, discutiremos brevemente sobre o fenômeno migratório, de modo geral; em seguida, sobre a migração latino-americana e, especificamente, em Portugal e na Espanha; e finalizaremos o capítulo com uma discussão acerca de como as migrações podem favorecer o estudo de processos identitários e de comportamentos intergrupais.

6.1. Considerações sobre o fenômeno migratório

As migrações não são uma exclusividade do momento atual em que vivemos, elas fazem parte da história humana e da constituição de nossas culturas (e.g. Brown & Zagefka, 2011; Hasse, 2007; Sarriera, Pizzinato & Meneses, 2005). Entretanto, o cenário contemporâneo de globalizações, pode intensificar estes movimentos, especialmente ao, por um lado, facilitar o contato e interconexão entre diferentes países e regiões e, por outro, poder aumentar as desigualdades existentes entre eles, sobretudo entre os chamados "países desenvolvidos" e aqueles "subdesenvolvidos" e "em desenvolvimento" (e.g. Martine, 2005).

A migração de pessoas entre diferentes regiões do mundo, em geral, se dá devido à procura de melhores condições de vida (Froese, 2010; Martine, 2005; Patarra & Baeninger, 2006), entendendo-se que essas "melhores condições" podem ser de cunho diferente para cada pessoa, havendo indivíduos que migram na busca por emprego ou oportunidade de estudo, por relações amorosas ou familiares, ou mesmo devido a guerras, desastres ambientais, entre diversas outras razões (Araújo, Cogo & Pinto, 2015; Froese, 2010; Sarriera *et al.*, 2005; Tassara & Rabinovich, 2007). Desse modo, as migrações, entendidas como "um fenômeno e não como um problema" (Bleda, 1994, p. 42, tradução nossa), se constituem como um fenômeno social que envolve a movimentação de pessoas entre diferentes lugares,

de forma definitiva ou temporária (Avila, 2007), e que, para além de mudanças de território, pressupõe, também, possíveis mudanças de hábitos, novas relações e conexões que os indivíduos estabelecem (Sarriera *et al.*, 2005).

Com relação às diferentes denominações utilizadas para se referir aos movimentos característicos das migrações entre diferentes países, dois termos comumente utilizados são: emigração (saída de indivíduos do seu país de origem e fixação de residência em outro país) e imigração (a qual, na perspectiva do país de destino, refere-se à chegada de indivíduos provenientes do exterior, a fim de fixar residência por determinado período de tempo neste país) (e.g. Rocha-Trindade, 1995). Porém, ressalta-se que nesta tese falaremos em *migrações* e em *migrantes*, quando nos referirmos às pessoas que efetuaram esse deslocamento, sem os prefixos indicativos de entrada ou saída.

Outras distinções também são possíveis quando se discute sobre migrações são, por exemplo, com relação aos conceitos de estrangeiro e de imigrante. Segundo Oliveira e Gomes (2014), autoras do relatório *Monitorizar a integração de imigrantes em Portugal*, publicado pelo Observatório das Migrações de Portugal, no ano de 2014:

> O conceito de imigrante remete para um movimento de fronteira e/ou de entrada e fixação de um cidadão por um período superior a um ano em território português. Por sua vez o conceito de estrangeiro remete para todo o cidadão que não é nacional em Portugal, ou seja, tem inerente a nacionalidade do indivíduo. Assim, [...] um imigrante não é necessariamente um estrangeiro, uma vez que há imigrantes que podem já ter a nacionalidade portuguesa, nem um estrangeiro é necessariamente um imigrante, uma vez que há estrangeiros que já nasceram em Portugal e/ou nunca tiveram uma experiência migratória, mas herdaram uma nacionalidade estrangeira dos pais (p.21)[50].

Finalmente, a última distinção que gostaríamos de destacar é no que se refere ao conceito de diáspora. Apesar de reconhecermos a importância deste conceito para a análise de determinadas experiências migratórias, partilhamos da mesma justificativa utilizada por Abadia e colaboradores (2016) para não utilizarmos aqui este conceito, mas sim o de migração: primeiramente, conforme veremos no capítulo 11, abordaremos diferentes experiências de migração, envolvendo condições financeiras diversas, além de motivações, circunstâncias e desejos distintos; e também lidaremos com processos migratórios recentes, o que tornaria difícil afirmar tratar-se de uma diáspora, visto que, conforme argumenta Cohen (2008), um dos importantes aspectos a serem considerados ao denominarmos determinada experiência de diáspora, é a passagem do tempo[51].

[50] Ressalta-se que as próprias autoras ponderam que, ainda que estes termos não sejam sinônimos, "atendendo a que em Portugal as fontes de dados disponíveis apenas recolhem informação desagregada por nacionalidade dos indivíduos, considera-se para efeitos de aproximação ao fenómeno da imigração o universo de estrangeiros residentes" (Oliveira & Gomes, 2014, p.21).

[51] Para maiores discussões sobre o conceito de diáspora, ver, por exemplo: Barker (2004); Cohen (2008); Gilroy (1993).

No que diz respeito aos números, a ONU, na publicação *International Migration Report*, referente ao ano de 2015, estima que há cerca de 244 milhões de migrantes internacionais no mundo[52] e, destes, cerca de 76 milhões vivem na Europa e 75 milhões na Ásia. Segundo este relatório, ainda que, em termos gerais, a maior parte dos migrantes no mundo seja de homens (52%), dentre os migrantes na Europa, a maioria é de mulheres (52,4%). Com relação à região de procedência dos migrantes internacionais no mundo, a maioria (43%) provém da Ásia e, em seguida, da Europa (25%), da América Latina e do Caribe (15%), da África (14%), da América do Norte[53] (2%) e da Oceania (1%). Contudo, ao se considerar o número de migrantes vivendo fora da sua "grande região" de nascimento, vê-se que 84% dos migrantes provenientes da América Latina e do Caribe migram para fora dessa região, seguidos de 73% entre aqueles provenientes da América Norte, que também migram para outras regiões. Já, em outros locais do mundo, as migrações ocorrem, sobretudo, entre países da mesma região/área, o que é o caso da Europa (66%), da Ásia (60%), da Oceania (59%) e da África (52%).

As migrações possuem vantagens e desvantagens tanto para os indivíduos que migram e para seus países de origem, quanto para os países de destino destes migrantes, de modo que, conforme discute Martine (2005), "a maioria das consequências socioeconômicas da migração é dupla ou contraditória, dependendo da ótica, do momento e da situação" (p.11). Segundo este autor, para aqueles que migram, algumas vantagens podem ser: possibilidades de novas vivências e novos aprendizado de ideias e habilidades, além de oportunidades de ascensão social que talvez não conseguissem em seu país de origem. Enquanto, dentre as principais desvantagens, estão as possíveis dificuldades de adaptação à cultura do país de destino e situações de discriminação e xenofobia pelas quais podem passar nestes países.

Já para os países de origem, as remessas financeiras enviadas pelos migrantes às suas famílias podem ajudar a dinamizar suas economias, entretanto, estes países podem perder recursos humanos, especialmente entre aqueles considerados como mais criativos e qualificados (Martine, 2005). E, para os países de destino, a chegada destes migrantes pode revitalizar sociedades em que a maioria da população está envelhecida, além de poderem auxiliar no desenvolvimento local (ONU, 2015). No entanto, como desvantagem para os países de destino, existe, por exemplo, a possibilidade de conflitos sociais, como os mencionados acima, além de competições por empregos (Martine, 2005). Diante

[52] Sublinha-se que muitos dados, não apenas desta organização, mas de todos os órgãos internacionais, podem apresentar imprecisões, pois existem muitos migrantes que não estão presentes nestes dados oficiais (e.g. Franken, Coutinho & Ramos, 2009).

[53] Lembrando-se que, conforme dissemos no Capítulo 2, a ONU (2015) considera o México como parte da América Central e da América Latina e não da América do Norte e da América Latina, como nós consideramos.

dessas possibilidades, apesar da maior abertura e conexão entre as diferentes regiões do mundo, temos assistido também, nos últimos anos, a alguns movimentos racistas e xenófobos em diferentes países e à adoção de algumas políticas protecionistas, enfatizando posicionamentos contrários às migrações e práticas discriminatórias dirigidas aos migrantes (e.g. Martine, 2005; Patarra & Baeninger, 2006), que são continuamente retomados em momentos variados, a partir da possibilidade de contato com diferentes Outros, sejam migrantes latino-americanos, refugiados sírios, migrantes do leste europeu, entre outros, conforme discutiremos adiante.

6.2. A migração latino-americana em Portugal e na Espanha

Conforme nos lembram Durand e Massey (2010), os processos migratórios não seguem fluxos irreversíveis: países que tradicionalmente, ao longo do seu processo de construção, se configuraram como remetentes de migrantes podem se tornar importantes receptores, como o que tem acontecido com muitos países europeus (e.g. Ferin, 2008), ainda que em alguns, como em Portugal, ao menos entre os anos de 2011 e 2014, o saldo migratório tenha sido negativo, ou seja, mais pessoas saíram do país do que chegaram (Oliveira & Gomes, 2016). A mesma reversibilidade vale para a possibilidade contrária: países que usualmente se constituíram como receptores de migrantes podem passar a grandes emissores, como é o caso de muitos países latino-americanos nos últimos anos, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990 (e.g. del Castillo & Bach, 2008; Durand & Massey, 2010).

No que diz respeito aos movimentos migratórios envolvendo a América Latina atualmente, estes são bastante heterogêneos. Segundo Durand e Massey (2010), há três principais fluxos atuais abarcando a região: intrarregionais; norte-sul, para os EUA e Canadá; e também transoceânico, sobretudo, para a Europa, a Austrália e o Japão. Dentre estes, nos focaremos no fluxo para a Europa, e, especialmente, para Portugal e Espanha. De acordo com dados da ONU (2015), dos 32 milhões de latino-americanos vivendo fora da sua "grande área" de nascimento, a maioria (26 milhões) vive atualmente na América do Norte e, em seguida, na Europa (5 milhões). Apesar de a maior parte dos migrantes provenientes da região ainda se dirigirem para países como EUA e Canadá, este "corredor migratório" entre América Latina e Caribe e Europa foi um dos que cresceu mais rapidamente entre os anos de 2000 e 2015, cerca de 6,4% ao ano, ou seja, 3 milhões de pessoas a mais (ONU, 2015). Segundo este relatório da ONU, a população da Europa teria diminuído nestes 15 anos, se não houvesse esse saldo positivo de migrações (não apenas de latino-americanos).

Especificamente com relação a Portugal e Espanha (países que serão considerados nessa pesquisa como contexto de análise das migrações de latino-americanos), apresentamos alguns dados, ressaltando-se, contudo, que estes são apenas ilustrativos, visto que, conforme sublinhamos anteriormente, dados oficiais sobre migrações tendem a exibir variação a depender das agências consideradas e do que é disponibilizado ao público. Segundo dados do Censo referente ao ano de 2011 e publicado no ano de 2012, conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE Portugal, 2012), dos 10.562.178 habitantes desse país, 871.813 eram estrangeiros, e, destes, 186.165 eram provenientes da América (considerando-se todo o continente americano, não sendo explicitados os dados de cada um dos países, com exceção de alguns que se destacavam em números, como o Brasil). Dentre os países da América que enviaram imigrantes para Portugal, destacava-se o Brasil, com 139.703 indivíduos. Já com relação à Espanha, de acordo com o *Instituto Nacional de Estadística* da Espanha (INE Espanha, 2011), a partir também dos dados do Censo do ano de 2011, dos seus 46.815.916 habitantes, 6.308.277 eram estrangeiros, cerca de 13,5% da população. Destes, 2.349.502 eram provenientes dos países que estamos considerando aqui como pertencentes à América Latina, com destaque para o Equador, com 474.075 indivíduos. Relativo aos países desse estudo, 120.436 eram provenientes do Brasil; 62.626 provenientes do Chile; e 47.609 do México. Observa-se que esses números (tanto sobre Portugal quanto sobre a Espanha) incluíam aqueles estrangeiros que já possuíam nacionalidade portuguesa/espanhola.

Segundo alguns dados mais atualizados, também do INE da Espanha, a partir de dados provisórios relativos ao ano de 2015, do total da população do país (46.449.565 habitantes), 4.454.353 eram estrangeiros. Destes, 8.455 eram brasileiros (em 2014 esse número era 6.451), 4.904 mexicanos (4.278 em 2014) e 2.720 chilenos (2.298 em 2014). Já, com relação a dados mais recentes de Portugal, segundo o INE Portugal (2015), a população do país era de 10.341.330 habitantes. Porém, no que se refere a dados mais detalhados acerca da população migrante em Portugal, os encontramos no *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), referente ao ano de 2015. Segundo este documento, com relação à população estrangeira residente em *stock* no país, havia 388.731 estrangeiros, sendo 82.590 brasileiros, 183 chilenos e 433 mexicanos.

Ressalta-se que, mesmo com o contexto de crise, segundo a Organização Internacional para Migração (OIM), em relatório publicado no ano de 2011, a Europa continua a receber um grande número de imigrantes. Tal fator de atração que a Europa ainda exerce, mesmo em contexto de crise, também está relacionado com os resquícios coloniais, com uma perspectiva eurocêntrica do mundo, que

hierarquiza os diferentes grupos e países (e.g. Lander, 2007), de forma que a Europa ainda é vista como um exemplo de desenvolvimento (e.g. Cogo, 2001).

Com relação aos principais motivos que levam os latino-americanos a migrarem para a Europa, alguns fatores de destaque são: dificuldades socioeconômicas, mudanças demográficas, maior rigor no controle da entrada de migrantes nos EUA e demanda por mão de obra em serviços específicos na Europa (del Castillo & Bach, 2008). Além disso, especialmente quando falamos de países como Portugal e Espanha, que foram os maiores colonizadores de países latino-americanos, acrescentam-se a estas razões, ainda: aspectos como língua, religião e culinária, os quais podem ser similares; a migração de retorno, no caso de descendentes de europeus destes países que haviam migrado para a América Latina em décadas passadas e que agora vão para a Europa (e.g. Padilla, 2009); além de acordos para recepção de indivíduos provenientes das ex-colônias. Ou seja, conforme sintetiza Peixoto (2012): "lacunas económicas, antigas ligações históricas, afinidades culturais e linguísticas, laços familiares e canais diplomáticos sugerem que existe uma rota especial para os migrantes da América Latina [para o sul da Europa]" (p.58, tradução nossa). Assim, Portugal e Espanha, e também a Itália, se constituem como os países europeus com maior contingente de migrantes latino-americanos (e.g. del Castillo & Bach, 2008; Durand & Massey, 2010; Padilla, 2009).

Conforme dissemos previamente, especialmente quando indivíduos de países com menor estatuto social migram para países com maior estatuto, são frequentes relatos de dificuldades de inserção destes indivíduos, e, no caso dessa pesquisa, latino-americanos, nos países de destino (Celade, 2006; del Castillo & Herrera, 2007; Martes, 2004; Martine, 2005; Padilla, 2009; Peixoto, 2012; Pellegrino, 2004; Wiley, 2013), o que reafirma a importância da realização de estudos nessa área, e com destaque para aqueles direcionados à compreensão dos processos identitários destes indivíduos em contexto de migração, em meio à relação com diversos Outros.

6.3. Migrações, identidades sociais e relações intergrupais

As dificuldades de inserção dos migrantes fazem parte do processo de adaptação destes indivíduos ao país de destino, ao longo do qual é possível se observar transformações tanto nos grupos migrantes quanto no grupo dominante do país de destino (às vezes em menor intensidade), desdobrando-se processos de aculturação, que evidenciam diferentes formas de interação de indivíduos e grupos nas atuais sociedades plurais (Berry, 2001, 2011). O estudo dessas diferentes formas como

os indivíduos e os grupos podem se relacionar, sobretudo em contexto migratório, tem sido realizado a partir de diferentes modelos teóricos, por exemplo, por meio do modelo das estratégias identitárias, especialmente com os trabalhos de Camilleri (1999), e, ainda, o modelo das estratégias de aculturação, com os trabalhos de Berry (1997, 2001), modelo que em outros momentos (e.g. Berry, 2011) o autor também denomina de estratégias interculturais. Discorreremos brevemente acerca do modelo das estratégias de aculturação ou estratégias interculturais, o qual é um dos modelos mais utilizados atualmente, especialmente em áreas como a Psicologia.

De acordo com Redfield, Linton e Herskovits (1936), citados por Berry (2001), a aculturação se constitui como um processo que implica o contato entre dois ou mais grupos e que pressupõe transformações culturais em todos estes grupos envolvidos, sobretudo, naqueles considerados não-dominantes ou minoritários, como é o caso dos migrantes no país de destino (Berry, 2001). Nesse sentido, Berry (2001, 2011) propõe um modelo que abarca diferentes estratégias que os indivíduos de grupos dominantes e não-dominantes podem utilizar. Levando-se em consideração, no entanto, como sublinha o autor, que nem sempre os indivíduos estão em condições de escolher quais destas estratégias adotar. Com relação aos grupos não-dominantes e os seus membros, ele destaca quatro estratégias: separação, assimilação, marginalização e integração.

A separação se dá quando as pessoas mantêm a cultura do seu grupo, evitando relacionar-se com outros grupos. A assimilação acontece quando os indivíduos preferem não manter sua cultura de origem e buscam interagir com outras culturas, assimilando-as. Já a marginalização se refere à quando os indivíduos não querem incorporar a cultura dominante, por diferentes motivos, como a vivência de discriminação, e também não querem manter a cultura do seu país de origem, também por diferentes razões, como a não identificação com ela. E, a estratégia de integração diz respeito à quando os indivíduos decidem incorporar alguns aspectos da cultura dominante e manter aspectos da sua cultura de origem (Berry, 2001). De acordo com o autor, essa última estratégia, a integração, se constitui como a mais conveniente tanto para os grupos dominantes quanto para os não-dominantes, entretanto, para que ela seja aplicada, é necessário que todos envolvidos incorporem alguns aspectos da cultura do outro e que respeitem e valorizem as diferenças (Berry, 1997, 2001, 2011).

Já, quando analisadas da perspectiva do grupo dominante, tais estratégias recebem outras denominações. A estratégia de separação passa a ser chamada de segregação; a assimilação, *melting pot*, ou um "caldeirão", uma mistura; a marginalização passa a ser denominada exclusão; e a integração,

quando almejada pela sociedade como um todo, pode ser nomeada como multiculturalismo[54] (Berry, 1997, 2001, 2011).

Diversas críticas têm sido realizadas com relação a esse modelo (e.g. Howarth & Andreouli, 2014; Rudmin, 2006, 2010), especialmente, no sentido de que ele não leva em consideração as múltiplas possibilidades envolvidas nos processos de aculturação, de modo que os migrantes podem utilizar diferentes estratégias ao longo de diferentes períodos e, ainda, utilizá-las ao mesmo tempo, porém em diferentes contextos. Além disso, como evidenciam alguns estudos conduzidos com migrantes (e.g. Froese, 2010; Huayhua, 2007; Sarriera *et al.*, 2005), diferentes fatores podem interceder nos processos de aculturação e propiciar diferentes experiências para cada indivíduo, por exemplo: o próprio perfil dos migrantes e dos indivíduos do país de destino, como, sexo, escolaridade, faixa etária, estado civil, classe social; as razões e as condições em que ocorreram a migração; as redes sociais estabelecidas no país de destino; o grau de relação mantida com o país de origem, entre outros fatores.

Além dos processos de aculturação, o contexto migratório torna mais saliente um dos mecanismos fundamentais para a construção identitária, o processo de comparação social (Tajfel, 1974, 1982a), o que faz com que as migrações se constituam como interessantes casos para o estudo de processos identitários de forma contextualizada (e.g. Andreouli & Howarth, 2013). Portanto, como discutimos previamente, diante da comparação com outros grupos no país de destino, e, sobretudo, comparações que possam ser desfavoráveis para o seu endogrupo, os indivíduos podem fazer uso de diferentes estratégias para garantir a manutenção da sua distintividade positiva (e.g. Basabe & Bobowik, 2011; Tajfel, 1974, 1978b, 1982b).

Ademais, neste contexto de contato entre diferentes grupos, especialmente no momento atual, com a crise econômica mundial (OIM, 2011; Pizarro, Christiny & Contrucci, 2014), pode haver maior disputa por recursos e empregos entre os migrantes e a população local, o que também leva à acentuação de visões mais negativas com relação aos migrantes em diversos "países desenvolvidos". Por exemplo, segundo dados recentes do Eurobarômetro (2016), considerando-se a União Europeia, 35% dos indivíduos que participaram da pesquisa disseram que a imigração de indivíduos provenientes de outros países exteriores à União Europeia os provoca um sentimento razoavelmente negativo; para 25%, um sentimento positivo e, para 23% um sentimento muito negativo. Já, a mesma questão, porém

[54] Já realizamos uma discussão sobre multiculturalismo e interculturalidade no Capítulo 2, portanto, não a retomaremos neste capítulo.

referente a migrantes de países pertencentes à União Europeia, provoca sentimentos razoavelmente positivos para 46% dos participantes e negativos para 25%.

Face às atitudes negativas com relação à migração e aos migrantes, estes indivíduos podem tentar ressignificar os estereótipos negativos usualmente atribuídos aos seus grupos, e tal estratégia pode se dar, também, de forma coletiva, com o intuito de tentar mudar a situação desfavorável do seu grupo, ou seja, por meio da estratégia de mudança social (Tajfel, 1974, 1982b). Além dessa estratégia, o próprio movimento de migrar já pode se configurar, em alguns casos, como uma estratégia de mobilidade social (Tajfel, 1974, 1978b), baseado na ideia de que a migração para um grupo de estatuto superior possa contribuir para o aumento da sua autoestima positiva, conforme discutimos no Capítulo 3.

Por fim, ressaltamos que apresentamos aqui apenas alguns aspectos principais sobre o fenômeno das migrações, que nos servirá de contexto em um dos eixos de estudo da tese, conforme explicaremos no próximo capítulo, de forma que não tivemos a intenção de esgotar as discussões acerca dos processos migratórios, mas apenas de fornecer algumas considerações que podem nos auxiliar na compreensão deste fenômeno.

PARTE II –

INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

CAPÍTULO 7 – Percursos metodológicos e escolhas da investigação

> [...] ciência é uma prática social, isto significa dizer que a ciência é uma produção histórica e cultural que está permanentemente criando e recriando-se a ela própria. Isto também quer dizer que a ciência não é absoluta e, portanto, não possui verdades, mas está continuamente em busca da compreensão do ser humano nos diferentes contextos que envolvem suas interações sociais (Guareschi *et al.*, 2003, p.29).

7.1. Contextualização da investigação: escolhas e caminhos

Nos capítulos anteriores discutimos acerca dos referenciais teóricos que utilizamos na tese, os quais guiaram também as nossas escolhas metodológicas. Contudo, ressalta-se que tanto os Estudos Culturais quanto as perspectivas teóricas com as quais trabalhamos no âmbito da Psicologia Social não possuem um método único a ser adotado pelos pesquisadores em seus estudos. Na verdade, considerando-se o caráter interdisciplinar de ambos os campos (Estudos Culturais e Psicologia Social) e a complexidade dos fenômenos geralmente analisados por estudiosos nessas áreas, a necessidade de uma multiplicidade de métodos torna-se ainda mais evidente, de modo que a escolha das estratégias metodológicas utilizadas pode variar de acordo com os objetivos da pesquisa, com outras perspectivas teóricas adotadas, com o contexto investigado, com as preferências do pesquisador, para citar alguns fatores (e.g. Guareschi *et al.*, 2003).

Nesse sentido, é necessário retomarmos o objetivo geral da tese, explicitado na Apresentação, o qual se constituiu em analisar como se configuram os processos identitários de indivíduos de diferentes países latino-americanos a partir da dinâmica de pertencimento social e das representações sociais associadas à *América Latina* e aos *latino-americanos*, em contexto latino-americano e em contexto de migração. A fim de atingir tal objetivo, e reconhecendo a complexidade do objeto de estudo ("identidades latino-americanas") iniciamos um difícil processo de delimitações e escolhas, próprio de qualquer investigação. Em nosso caso, era necessário definir, inicialmente, em quais países iríamos coletar os dados e de que forma o faríamos.

Tal processo de escolha dos países se deu da seguinte forma: primeiramente, optamos por selecionar apenas países da parte continental da América Latina, sem considerar as regiões insulares do Caribe. Dentre estes países, selecionamos apenas aqueles que possuem como uma das línguas oficiais o português ou o espanhol, não apenas para efeitos de delimitação, mas também por se tratarem de países que foram colonizados por Portugal ou Espanha, que serviram como contexto de análise do *Eixo 2*, conforme explicaremos adiante. Nessa fase inicial, possuíamos a ambiciosa intenção de coletar

dados em ao menos seis países latino-americanos, numa tentativa de abranger as diferenças sócio-histórico-culturais constituintes da região e também diferentes possibilidades de identificação com esta categoria social de pertença. Intencionávamos, portanto, selecionar diferentes países não por serem os "mais representativos" da América Latina ou de uma possível "identidade latino-americana", mas sim por permitirem ilustrar um pouco da heterogeneidade característica do processo de construção da região latino-americana. Dessa forma, dentre eles, encontrar-se-iam países pertencentes a diferentes sub-regiões das Américas, segundo critérios geopolíticos – América Central, América do Sul e dentro da América do Sul, as divisões em América Andina e Platina; países de diferentes *status* sociais no cenário latino-americano e também mundial; países com diferentes constituições populacionais (e.g. descendentes de diferentes grupos indígenas e/ou europeus); países com diferentes processos históricos de construção, ainda que entre eles houvesse diversas semelhanças.

Entretanto, sabe-se que o processo de delimitação e de escolhas metodológicas envolve não apenas a consideração dos objetivos da pesquisa e as perspectivas teóricas utilizadas, mas também outros fatores que afetam diretamente a exequibilidade da investigação, como: o tempo máximo disponível para a realização da pesquisa (coleta e análise dos dados e escrita da tese); a quantidade de recursos financeiros de que se dispõe para aplicar nas diferentes etapas da investigação; a disponibilidade ou não de colaboradores para a realização da coleta, o que supõe também a existência de contatos de pessoas nos países selecionados, que possam facilitar o acesso aos possíveis participantes da pesquisa. Tais fatores tiveram impacto fundamental em nossas decisões, visto que dispúnhamos de menos de dois anos para a realização da maior parte da pesquisa empírica (três anos de bolsa de doutoramento, sendo o primeiro ano do curso dedicado prioritariamente ao cumprimento das disciplinas e à confecção do projeto de qualificação), e não possuíamos contatos na maior parte dos países latino-americanos, com exceção do Brasil, país de origem da doutoranda, e de alguns contatos em outros países, que nos foram sugeridos por amigos e/ou professores.

Tendo em vista esses aspectos, optamos por realizar a investigação no Brasil, no Chile e no México, três países que, apesar das crises pelas quais têm passado nos últimos anos, se constituem como três das maiores economias da região (CELAC, 2015), possuindo grande importância política, econômica e social nas decisões que concernem à América Latina. Brevemente acerca destes país, segundo a ONU, na publicação *World Population Prospects: The 2015 Revision*, referente ao ano de 2015, o Brasil possui um território de 8.514.877 km^2 , o que equivale a 47,8% de toda a América do Sul, e cerca de 207,8 milhões de habitantes, representando 49,7% da população da América do Sul; o

Chile possui um território de 756.096 km^2 e em torno de 17,9 milhões de habitantes; e o México, um território de 1.964.375 km^2 e cerca de 127 milhões de habitantes. Dentre os três países estudados, o México é o que possui a população mais jovem, com idade mediana de 27,4 anos, enquanto a do Chile é 34,4 anos, ficando o Brasil em um valor intermediário, 31,3 anos. A distribuição por sexo nos três países tem ligeira predominância do sexo feminino: 50,8% no Brasil, 50,7% no Chile e 50,3% no México (ONU, 2015b).

No que diz respeito à escolha de Portugal e Espanha como países de destino de brasileiros, chilenos e mexicanos, como discutimos anteriormente, fizemos tal opção devido à histórica relação que eles tiveram (e ainda têm) com o território latino-americano, compartilhando os idiomas português e espanhol (ainda que alguns destes países possam ter outras línguas oficiais, porém, nesta pesquisa consideramos apenas estas duas), além de se constituírem, atualmente, como dois dos principais países de destino de migrantes latino-americanos na Europa (e.g. del Castillo & Bach, 2008; Durand & Massey, 2010; Padilla, 2009).

Concomitante ao processo de escolha dos países, deu-se, também, a escolha dos procedimentos a serem utilizados para a coleta e a análise dos dados. Assim, a presente pesquisa, caracterizada a partir de um delineamento exploratório e descritivo[55], foi desenvolvida por meio da utilização de diferentes recursos teórico-metodológicos, conforme orientação da perspectiva de triangulação metodológica, multimétodo ou métodos múltiplos (e.g. Apostolidis, 2006, Denzin, 1978; Duarte, 2009; Flick, 2009; Minayo, 2005). Conforme pontua Denzin (1978), há diferentes tipos de triangulação, quais sejam: triangulação de dados (subdividida em três tipos: tempo, espaço e pessoas), triangulação de investigador, triangulação teórica e triangulação metodológica. Nesta tese realizamos: a) a triangulação de dados quanto ao espaço, posto que a recolha dos dados foi realizada em diferentes países; b) a triangulação teórica, ao usarmos diferentes perspectivas teóricas para interpretar os dados da pesquisa; c) e a triangulação metodológica, ao utilizar diferentes métodos para a coleta e a análise dos dados. Desse modo utilizamos diferentes procedimentos metodológicos, articulando abordagens qualitativas e quantitativas nos momentos de coleta e de análise de dados, contudo, sublinha-se que utilizamos, especialmente, a triangulação intramétodo, dentro da abordagem qualitativa, a partir de

[55] Entendemos que, a depender do referencial adotado, diferentes definições sobre os tipos de delineamento de pesquisas são possíveis. Porém, utilizamos aqui a concepção de Gil (2002), segundo a qual as pesquisas exploratórias objetivam "proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito" (p.41) e permitem "a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado". E as pesquisas descritivas permitem "estudar as características de um grupo", incluindo-se neste âmbito pesquisas que "têm por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população" (Gil, 2002, p. 42).

diferentes métodos de coleta dos dados, como as entrevistas e as questões de evocação livre, conforme discutiremos adiante.

Cumpre ressaltar que embora as pesquisas qualitativa e quantitativa tenham naturezas diferentes, não são necessariamente opostas (Minayo & Sanches, 1993). Desse modo, pode-se tentar superar as dicotomias usualmente referidas às duas abordagens entendendo-se, por exemplo, que não há quantificação sem qualificação, que para medir é preciso estar atento às distinções qualitativas e que ambas as abordagens podem ser úteis nas diferentes etapas da pesquisa (Bauer & Gaskell, 2002). Acreditamos, portanto, que o recurso à triangulação (especialmente teórica e metodológica) possibilitou uma melhor compreensão do objeto de estudo, o que talvez não teria sido possível com a utilização de apenas uma abordagem teórica e/ou uma forma de coleta e análise dos dados. Conforme discute Flick (2009),

> A triangulação foi primeiramente conceituada como uma estratégia para validar os resultados obtidos com os métodos individuais. O foco, entretanto, tem mudado cada vez mais para o de enriquecer e completar o conhecimento e para transgredir os (sempre limitados) potenciais epistemológicos do método individual (p.444, tradução nossa).

Dessa forma, a fim de atingir os objetivos propostos, dividimos a pesquisa em dois Eixos: *Eixo 1* – realizado com indivíduos nascidos e residentes no Brasil, no Chile e no México, e que foi composto pelos Estudos 1, 2 e 3, ou seja, pelos Capítulos 8, 9 e 10 da tese; e *Eixo 2* – envolvendo indivíduos provenientes destes três países que migraram para Portugal ou Espanha, sendo composto pelo Estudo 4, que se configurou como o Capítulo 11 da tese. Discutiremos sobre os procedimentos adotados nestes eixos nas seções seguintes.

Antes de passarmos para a apresentação dos procedimentos adotados, gostaríamos de frisar novamente, conforme o fizemos na Apresentação, a importância do reconhecimento e da discussão sobre a implicação do pesquisador no processo de construção de uma investigação, aspecto necessário para investigadores de qualquer área, sobretudo, nos Estudos Culturais. Dessa forma, como discute Jovchelovitch (2008), o pesquisador deve reconhecer suas pertenças e os limites que elas impõem, além de tentar desenvolver uma atitude dialógica com relação ao seu campo de pesquisa. Tal atitude dialógica na investigação, conforme discute a autora:

> [...] está baseada tanto no ato de ouvir o Outro e permitir a expressão máxima possível dentro do campo quanto na constante avaliação de como a realidade do campo abala e redefine a hipótese de trabalho, a teoria e os pressupostos do pesquisador (Jovchelovitch, 2008, pp.285-286).

Nesse sentido, um dos grandes desafios e preocupações é a constante tentativa de lidar com as tensões entre participação/envolvimento e distanciamento/afastamento com relação ao campo e aos objetos de pesquisa (Jovchelovitch, 2008), ou seja, com o dilema *insider/outsider*, conforme discute Maydell (2010a). Retomamos aqui essas considerações a fim de ressaltar este que foi um constante processo de autoanálise e autoquestionamento ao longo de todo o processo de desenvolvimento da tese, em uma tentativa de balancear diferentes posicionamentos e ideias, garantindo a condução da pesquisa com comprometimento e humildade e honestidade intelectuais.

7.2. Instrumentos e procedimentos de recolha dos dados

A coleta dos dados referente ao *Eixo 1* foi realizada por meio da aplicação de questionário *online*, contendo questões abertas e fechadas. Como qualquer método de pesquisa, a coleta de dados realizada *online* também apresenta vantagens e desvantagens. Segundo alguns autores (e.g. Vieira, Castro & Schuch Júnior, 2010), entre suas principais vantagens, encontram-se: alcance de maior número de pessoas em diferentes lugares, baixo custo, não há necessidade da presença do pesquisador, facilidade de tabulação dos dados. E, dentre as principais desvantagens: impessoalidade, dependência de recursos tecnológicos, baixa taxa de respostas, percepção de *spam* (Vieira *et al.*, 2010). Em nosso caso, a opção por este tipo de instrumento foi devida, especialmente, à especificidade do fenômeno a ser investigado e ao acesso aos participantes. Dada a dificuldade de contatá-los pessoalmente, a coleta de dados *online* facilitou este acesso, de forma que eles foram contatados a partir de redes sociais, como *Facebook*, *Academia.edu* e *ResearchGate* e de contatos pessoais via *e-mail*.

Construímos um questionário que foi adaptado para cada um dos três países, Brasil, Chile e México, conforme disposto nos Apêndices A, B e C, respectivamente. O processo de construção deste instrumento se deu a partir das leituras (especializadas e/ou de peças jornalísticas) realizadas sobre a América Latina e sobre as perspectivas teóricas utilizadas, além da realização de pré-testes do instrumento, conduzidos com alguns indivíduos falantes de português e espanhol de diferentes países latino-americanos, a fim de aperfeiçoar o questionário, de modo a garantir a adequação dos itens ao conteúdo almejado (e.g. Rojas-Soriano, 2004). Para a confecção dos questionários em espanhol, aplicados no Chile e no México, contratamos um serviço especializado de tradução. Sublinha-se, porém, que tanto o instrumento aplicado no Brasil quanto aqueles aplicados no Chile e no México foram elaborados por meio da utilização de formas mais "gerais" do português do Brasil e do espanhol da Espanha, visto que não seria possível levar em consideração diferentes regionalismos na construção de

tal instrumento, já que este poderia ser distribuído em diferentes cidades e regiões dos países selecionados. Os indivíduos que realizaram o pré-teste disseram ter levado entre 25 minutos e uma hora para responder ao questionário.

A divulgação do instrumento nestes meios foi feita a partir de um curto texto de explicação sobre a pesquisa e sobre a garantia de anonimato e participação voluntária na mesma, acompanhada dos contatos da pesquisadora e do link do questionário referente ao país específico sobre o qual se estava fazendo a divulgação naquele momento. O questionário permaneceu disponível *online* durante nove meses (entre agosto de 2015 e abril de 2016) e foi estruturado da seguinte forma: 1) uma página inicial, contendo uma apresentação da pesquisa, informações sobre a condição de participação voluntária e confidencial dos indivíduos e uma pergunta acerca da concordância destes em participar do estudo; 2) questões de evocação livre[56] referentes aos objetos "América Latina" e "latino-americano", questões abertas sobre o porquê de tais respostas e perguntas sobre a avaliação (positiva ou negativa) dos termos evocados; 3) questões relacionadas às representações sociais da história da América Latina, a partir da evocação de acontecimentos e personagens que os participantes consideram relevantes; 4) questões sobre os critérios utilizados para delimitar a América Latina e sobre possíveis nomes que utilizam para se referir à região e aos latino-americanos; 5) questões sobre contato com pessoas de outros países e experiências de discriminação; 6) questões sobre níveis de identificação com relação a diferentes grupos de pertencimento (país de origem, América Latina, algum grupo étnico/cultural, outras nacionalidades); 7) questões sóciodemográficas, para caracterização dos participantes, como: sexo, idade, estado civil, escolaridade, profissão, orientação política, religião. Nos capítulos seguintes da tese apresentaremos maiores detalhes sobre as questões analisadas em cada um deles.

No que diz respeito à coleta de dados relativa ao *Eixo 2*, realizamos entrevistas individuais com roteiro semiestruturado, que foram conduzidas pessoalmente ou via *Skype*, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados e o seu local de residência. Os entrevistados foram contatados por meio de grupos no *Facebook* ou de indicações de pessoas conhecidas da entrevistadora.

As entrevistas com roteiros semiestruturados, enquanto uma forma qualitativa de coleta de dados, possuem como vantagens, por exemplo: certa flexibilidade na ordem de realização das questões, visto que o contexto de realização destas entrevistas se aproxima ao de conversas informais; maior

[56] A técnica de evocação livre pressupõe que se peça aos indivíduos para associarem, de forma livre, cinco palavras, frases ou expressões que vêm à sua cabeça a partir de um termo indutor específico, o qual, em geral, diz respeito ao objeto de representação social que está sendo investigado (Wachelke & Wolter, 2011).

interação entre entrevistador e entrevistado, possibilitando o esclarecimento de dúvidas que ambos possam ter durante a realização da entrevista; além da possibilidade de melhor apreensão da dinâmica dos processos investigados e das vivências dos participantes (e.g. Boni & Quaresma, 2005; Fraser & Gondim, 2004), podendo permitir um acesso a níveis que seriam pouco explorados a partir de outros métodos, por exemplo, de questionários fechados. Por outro lado, algumas desvantagens das entrevistas são, por exemplo, o grande investimento de tempo necessário para a condução das mesmas e para a transcrição do material obtido; envolve, geralmente, amostras pequenas e particulares; necessita de boa habilidade do pesquisador para saber quando intervir, como direcionar as perguntas, como retomar o tema, caso o participante fuja do assunto, entre outras possibilidades que podem ocorrer em uma situação de entrevista (e.g. Flick, 2009).

Especificamente com relação a entrevistas realizadas com o auxílio de tecnologias de Voz sobre IP ou VoIP (*Voice over Internet Protocol*), como o *Skype*, o qual utilizamos nesta pesquisa, diversos estudos têm sido realizados (e.g. Deakin & Wakefield, 2013; Lo Iacono, Symonds & Brown, 2016), apontando as vantagens no uso dessas tecnologias, como: menor custo e tempo demandados para a coleta dos dados, visto que não envolve o deslocamento das pessoas para determinados lugares e permite a realização em horários mais flexíveis, de acordo com a disponibilidade dos participantes e do pesquisador; possibilidade de acessar indivíduos que estejam distantes do entrevistador, em qualquer lugar do mundo (como em nosso caso, em diferentes cidades de Portugal e da Espanha), possibilitando maior diversidade da amostra.

Por outro lado, este tipo de coleta de dados exige habilidade dos participantes para utilizar este tipo de tecnologia; demanda também uma boa conexão à *internet*, visto que problemas com o computador ou o telemóvel e/ou com o sinal da conexão podem causar interrupções na entrevista e comprometer a fluidez da mesma; ademais, as questões éticas, envolvendo o consentimento dos participantes, visto que estes têm que conceder o seu consentimento verbal para a participação na pesquisa e para a gravação da sua voz e/ou de vídeo, a depender dos objetivos da investigação realizada (Deakin & Wakefield, 2013; Lo Iacono *et al.*, 2016). Outra possível desvantagem sugerida por estes autores é o fato de que, em alguns casos, o *rapport* inicial pode ser dificultado, devido à não presença face a face. Porém, com relação às entrevistas que realizamos, acreditamos não ter havido este problema, de modo que foi possível estabelecer uma boa relação de confiança e abertura com os participantes, para dar seguimento às conversas.

Ressalta-se que, durante todo o processo de condução da investigação, tanto no Eixo 1 quanto no 2, foram observadas as exigências éticas relativas à pesquisa com seres humanos, de modo que os participantes foram informados acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa, além de terem seu anonimato garantido, bem como a participação voluntária, a qual poderia ser cessada quando da vontade dos participantes. Assim, enquanto no questionário *online* tais informações estavam disponíveis na primeira página do mesmo, na realização das entrevistas individuais estes esclarecimentos foram feitos oralmente antes do início das mesmas. Portanto, mediante autorização dos participantes, todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para tratamento do material obtido (Flick, 2009). Sua duração média foi de cerca de uma hora, sendo que a entrevista mais curta durou pouco mais de 30 minutos e a mais longa pouco mais de duas horas.

O guião utilizado foi adaptado de acordo com o país de origem e o país de destino dos entrevistados (ver Apêndices D e E) e conteve questões semelhantes àquelas do questionário, no que diz respeito às representações sociais que possuem sobre a América Latina e os latino-americanos, além das questões sobre sua identificação com diferentes grupos (país de origem, América Latina, algum grupo étnico/cultural, país de destino). Além destas, também foram incluídas perguntas que visavam explorar os processos migratórios vivenciados por esses indivíduos, tais como: razões para a migração, tempo de residência no país de destino e adaptação ao novo país.

7.3. Participantes

Nos dois Eixos de estudos utilizamos também a técnica conhecida como bola de neve (e.g. Biernacki & Waldorf, 1981), mediante a qual um participante da pesquisa pode indicar outro indivíduo que considere que possa participar da investigação. Assim, constituíram a amostra apenas aqueles que concordaram em participar da pesquisa, sendo esta considerada uma amostra não probabilística ou de conveniência (e.g. Marconi & Lakatos, 1996). Portanto, considerando que "todos os grupos nacionais são heterogéneos, sendo constituídos por uma grande diversidade de indivíduos, com diferentes percursos e experiências de vida e pertencendo a grupos com diferentes posicionamentos na estrutura social" (Cabecinhas & Feijó, 2013, pp.118-119), não tivemos a intenção de que as amostras fossem consideradas como representativas da população como um todo de cada um destes países e, tampouco, da América Latina.

Optamos por coletar os dados do *Eixo 1* com jovens estudantes universitários ou de pós-graduação, com idades entre 18 e 35 anos, a fim de tentar controlar estas duas variáveis, idade e

escolaridade, para facilitar as comparações entre os diferentes contextos. Dessa forma, o *Eixo 1* contou com a participação de 213 jovens estudantes universitários e de pós-graduação, de instituições públicas e privadas, sendo: 112 brasileiros (69,6% mulheres e 30,4% homens), com idades entre 18 e 35 (M=25,40, DP=3,78); 47 chilenos (53,2% homens e 46,8% mulheres), e idades entre 19 e 35 (M=25,15, DP=4,03); 54 mexicanos (68,5% mulheres e 31,5% homens), com idades variando entre 20 e 35 (M=25,74, DP=3,81). Tendo em vista que os Estudos 1, 2 e 3 foram realizados com os mesmos participantes, optamos por fornecer uma caracterização mais detalhada sobre a amostra neste capítulo e manter descrições menores nas seções metodológicas de cada um destes estudos.

Com relação às demais características dos participantes do *Eixo 1*, conforme podemos observar na Tabela 7.1, a maior parte dos respondentes brasileiros (59,8%) disse possuir alguma religião, enquanto 48,1% dos participantes mexicanos e 74,5% dos participantes chilenos disseram não possuir nenhuma. Dentre aqueles que disseram possuir alguma religião, a maior parte dos participantes dos três países mencionou a católica. Com relação à orientação política, 53,2% dos participantes chilenos disseram possuir orientação política de esquerda, enquanto no Brasil e no México estes valores foram, respectivamente, 37,5% e 35,2%. Dentre os participantes mexicanos, a maioria (42,6%) disse não possuir ou preferir não informar sua orientação política, comparados com 36,6% no Brasil e 31,9% no Chile.

No que se refere à cor da pele ou tipo de população com a qual se identificam, 57,1% dos participantes brasileiros disseram se identificar como brancos, comparados a 31,9% dos respondentes chilenos e 20,4% dos mexicanos. Entre os participantes chilenos, a maior parte (36,2%) disse não se identificar com nenhuma cor, valores que no México e no Brasil foram, respectivamente, 20,4% e 2,7%. Entre os respondentes mexicanos, houve maior distribuição entre as diferentes alternativas, porém, 25,9% se consideraram identificados com a cor/tipo de população indígena, em comparação aos 10,6% entre os participantes chilenos e 0,9% entre os brasileiros. Vale ressaltar que a opção *mestiço/mistura/todas* foi uma junção de respostas semelhantes dos participantes quando mencionavam *outras* cores/populações com as quais se identificavam.

Ademais, a maioria dos participantes brasileiros (76,8%), chilenos (87,2%) e mexicanos (75,9%) eram solteiros no momento de realização da pesquisa e não possuíam filhos (96,4%; 91,5%; 88,9%, respectivamente). Com relação ao grau de escolaridade[57], 56,3% dos participantes brasileiros disseram possuir ensino superior; 27,7% mestrado; 14,3% doutoramento e 1,8% outro tipo de pós-graduação *lato*

[57] Com relação a essa questão, os indivíduos deveriam assinalar o maior nível educativo cursado, fosse completo ou incompleto.

sensu. Entre os participantes chilenos, 70,2% disseram possuir ensino superior; 25,5% mestrado e 4,3% doutoramento, enquanto, entre os participantes mexicanos estes porcentuais foram, respectivamente: 81,5%; 16,7% e 1,9%.

Tabela 7.1 – Caracterização dos participantes do Eixo 1

		BRASIL	CHILE	MÉXICO
Sexo	**Mulheres**	69,6	46,8	68,5
	Homens	30,4	53,2	31,5
Religião	**Sim**	59,8	19,1	44,4
	Não	36,6	74,5	48,1
	Prefere não informar	3,6	6,4	7,4
Orientação Política	**Esquerda**	37,5	53,2	35,2
	Centro	8,0	10,6	14,8
	Direita	11,6	2,1	5,6
	Não tem/ Prefere não informar	36,6	31,9	42,6
	Outra	6,3	2,1	7,4
Cor/Tipo de população	**Amarela**	2,7	0,0	0,0
	Branca	57,1	31,9	20,4
	Indígena	0,9	10,6	25,9
	Negra	2,7	0,0	0,0
	Parda	25,9	4,3	5,6
	Nenhuma	2,7	36,2	20,4
	Prefere não informar	5,4	2,1	5,6
	Mestiço/mistura/todas	1,8	14,9	14,9
	Outras	0,9	2,1	7,5

Nota: Valores em percentagens. As colunas podem não somar 100% devido a arredondamentos.

No que se refere à área do curso de formação destes estudantes, realizamos uma categorização dos cursos mencionados, segundo as áreas de conhecimento utilizadas pelo diretório da CAPES[58], quais sejam: ciências exatas e da terra; ciências biológicas; engenharias; ciências da saúde; ciências agrárias; ciências sociais aplicadas; ciências humanas; linguística, letras e artes; multidisciplinares. A maioria dos participantes dos três países era da área de ciências humanas (70,2% no Chile; 41,1% no Brasil e 38,9% no México). Entre os participantes brasileiros, 30,4% eram das ciências sociais aplicadas; seguidos de 8,0% das ciências da saúde; 8,0% das engenharias; 4,5% das ciências exatas e da terra; 3,6% da linguística, letras e artes; 3,6% de áreas multidisciplinares e 0.9% ciências biológicas. Entre os participantes chilenos, 8,5% eram das ciências da saúde; 6,4% das ciências sociais aplicadas; 6,4% das ciências exatas e da terra; 4,3% das engenharias e 4,3% da linguística, letras e artes. Finalmente, entre

[58]Para mais informações sobre tal classificação e sobre os cursos que se inserem em cada área, ver: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf

os participantes mexicanos, 24,1% eram das ciências sociais aplicadas; 24,1% das ciências da saúde; 7,4% da linguística, letras e artes; 3,7% de áreas multidisciplinares e 1,9% das engenharias.

No que diz respeito aos participantes do *Eixo 2*, não estabelecemos restrições com relação à escolaridade e ao limite máximo de idade, apenas o limite mínimo, 18 anos. Assim, foram entrevistados 23 indivíduos, sendo nove brasileiros, sete chilenos e sete mexicanos. As idades variaram entre 18 e 49 anos e 16 dos participantes foram mulheres. Tendo em vista que o estudo referente a este Eixo, Estudo 4, será o último dos estudos apresentados, optamos por organizar a caracterização dos participantes de forma diferente à do Eixo anterior. Logo, apresentaremos a tabela e a descrição mais detalhada sobre os entrevistados na seção 11.2, do Estudo 4.

7.4. Procedimentos de tratamento e análise dos dados

Os dados relativos ao *Eixo 1* foram organizados e analisados com o auxílio dos *softwares EVOC 2003* (*Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Evocations*) (Vergès, 2000) e *IBM SPSS Statistics 20* (*Statistical Package for the Social Sciences*). Este último programa foi utilizado para a realização de análises de estatística descritiva. Ressalta-se que, conforme apontaremos na Discussão Geral, optamos, nesta tese, por fazer análises estatísticas mais simples em todos os estudos, deixando para estudos futuros o uso de modelos estatísticos mais sofisticados, como a análise fatorial de correspondência.

Com relação ao programa *EVOC 2003*, ele realiza um processamento dos dados (termos evocados), segundo a frequência de suas evocações e a sua ordem de aparição (ou seja, calcula a média da frequência absoluta e a média da ordem de evocação das palavras/expressões), organizando-os em quatro quadrantes, segundo sua importância para a estrutura, para a organização interna das representações sociais, conforme os pressupostos da Teoria do Núcleo Central (TNC) (e.g. Abric, 1998).

Essa análise, também chamada de análise prototípica ou análise das quatro casas (Wachelke & Wolter, 2011), gera os quadrantes com uma disposição que responde à seguinte lógica: há um eixo horizontal, que se refere à média da ordem de evocação e um eixo vertical, referente à média das frequências em que os termos foram evocados. O primeiro quadrante, localizado no lado esquerdo superior, concentra elementos que possivelmente correspondem ao núcleo central e que foram evocados de forma mais frequente e entre as primeiras evocações; o segundo quadrante, situa-se no lado direito superior, constituindo a periferia próxima ou primeira periferia, com elementos que não foram evocados tão prontamente, mas que tiveram alta frequência, ou seja, que têm relevância, porém

secundária para a representação; o terceiro quadrante, situado no lado esquerdo inferior, se configura como a zona de contraste, e inclui elementos mais prontamente evocados, porém de forma menos frequente, que podem sinalizar que há certos subgrupos que destacam elementos diferentes da maioria ou, então, se constituírem somente como um suplemento da periferia próxima; finalmente, o quarto quadrante, localizado na parte direita inferior, se refere à periferia distante ou segunda periferia, e corresponde àqueles itens que não foram evocados de forma tão imediata, ou seja, entre as últimas posições, e com menor frequência, logo, são menos relevantes para a estrutura da representação, indicando particularidades dentro dos grupos (Wachelke & Wolter, 2011). É importante sublinhar que, apesar da apresentação dos resultados em quatro diferentes quadrantes, veremos nos Estudos 1, 2 e 3 que tal estrutura é mais flexível do que a princípio aparenta ser.

No que diz respeito aos dados provenientes das entrevistas realizadas no *Eixo 2*, estes foram organizados e analisados por meio da Análise Temática, a qual, segundo Braun e Clarke (2006) se constitui como "um método para identificar, analisar e reportar padrões (temas) nos dados" (p.79, tradução nossa). Assim, conforme continuam as autoras, "um tema capta algo importante sobre os dados em relação à questão de pesquisa e representa algum nível de resposta ou significado *padronizados* dentro do conjunto de dados" (p.82, tradução nossa, grifos das autoras). Portanto, a maior relevância de um tema não é diretamente proporcional à quantidade de vezes que ele figura entre os dados, mas sim à sua importância em capturar aspectos relevantes para responder às perguntas de partida da pesquisa.

A análise temática pode ser conduzida de uma forma dedutiva ou *top down*, ou seja, guiada pelos pressupostos teóricos dos pesquisadores acerca dos dados em questão, ou de uma forma indutiva ou *bottom up*, na qual a construção dos temas é guiada pelos próprios dados obtidos (Braun & Clarke, 2006; Maydell, 2010b). Neste estudo nos propusemos a realizar uma análise temática indutiva. Entretanto, como ponderam Braun e Clarke (2006), "os pesquisadores não podem se libertar de seus compromissos teóricos e epistemológicos, e os dados não são codificados em um vácuo epistemológico" (p.84, tradução nossa). Logo, como veremos no Capítulo 11, os temas que analisamos dialogam também com as perspectivas teóricas com as quais trabalhamos.

Uma das maiores vantagens da análise temática é a sua flexibilidade, que permite que seja utilizada de diferentes formas e associada a perspectivas teóricas diversas. Porém essa característica é também a razão pela qual este método sofre maiores críticas. Nesse sentido, as autoras acima citadas propõem um guia de seis fases as quais os pesquisadores que optam pela realização da análise temática

deveriam seguir. Contudo, ressaltam que, apesar de estar dividida em fases, tal análise não se constitui como um processo unidirecional e linear, mas sim envolvendo momentos de retorno às diferentes fases, sendo um processo recursivo (Braun & Clarke, 2006).

Por conseguinte, as fases da análise temática, segundo essas autoras, são: 1) Familiarização com os dados – que envolve a transcrição do material (quando aplicável) e a (re)leitura dos dados, acompanhada de anotações sobre ideias iniciais; 2) Produção dos códigos iniciais – criação de códigos de forma sistemática ao longo do conjunto de dados, selecionando trechos pertinentes a cada código; 3) Procura por temas – agrupamento dos códigos em possíveis temas; 4) Revisão dos temas – verificação da pertinência dos temas com relação aos trechos que foram codificados e ao conjunto de dados como um todo, a fim de gerar um "mapa" dos temas analisados; 5) Definição e nomeação dos temas – revisão, delimitação e nomeação dos temas selecionados, a fim de verificar o que será incluído em cada um deles; 6) Produção do relatório/trabalho/artigo – escrita e análise dos temas selecionados, exemplificando cada tema com trechos dos dados que ilustrem o seu conteúdo e dialogando com os pressupostos teóricos adotados, de forma a indicar como estes temas auxiliam na resposta das questões de partida da investigação (Braun & Clarke, 2006).

Sublinha-se que discutiremos acerca dos temas que analisamos nas entrevistas no Capítulo 11. Ademais, destacamos que discorreremos sobre o que consideramos ser as principais contribuições, limitações e dificuldades encontradas tanto no processo de coleta quanto de análise dos dados na Discussão Geral, ao final da tese.

7.5. Organização dos Estudos

Diante do que discutimos neste capítulo, e, entendendo-se as identidades como um complexo fenômeno psicossocial, esperamos que a realização dos quatro estudos apresentados permita uma melhor apreensão da dinâmica dos processos investigados. Dessa forma, apresentamos na página a seguir uma tabela com uma síntese da organização dos estudos (Tabela 7.2), contendo informações sobre os seus objetivos, os participantes, os procedimentos de coleta e tratamento dos dados, além de informações sobre as questões do instrumento *online* que foram mais centrais para a análise de cada um dos estudos do *Eixo 1*. Discorreremos sobre os estudos a partir do próximo capítulo.

Tabela 7.2 – Síntese dos objetivos e procedimentos adotados nos estudos realizados

EIXO 1					TESE – PARTE EMPÍRICA
Estudos	**Objetivos**	**Participantes**	**Coleta dos Dados**	**Tratamento dos Dados**	
Estudo 1 (Capítulo 8) Memórias, identidades e representações sociais: reflexões sobre a história e o processo de construção da América Latina	Analisar as representações sociais da história da América Latina, a partir dos acontecimentos e pessoas evocadas e suas características (quando, onde e como) (Estudo 1.1) e dos elementos que possivelmente compõem o núcleo central e o sistema periférico destas representações (Estudo 1.2).	213 estudantes de graduação e pós-graduação nascidos e residentes em Brasil, Chile e México, entre 18 e 35 anos	Aplicação de questionário *online* (Apêndices A, B e C) Questões centrais: 5 e 6	*Software EVOC 2003* *Software IBM SPSS Statistics 20*	
Estudo 2 (Capítulo 9) (Meta)Representações sociais sobre a América Latina entre brasileiros, chilenos e mexicanos	Analisar as representações e metarrepresentações sociais sobre a América Latina; Analisar os critérios de delimitação da região e as denominações utilizadas para nomeá-la.	213 estudantes de graduação e pós-graduação nascidos e residentes em Brasil, Chile e México, entre 18 e 35 anos	Aplicação de questionário *online* (Apêndices A, B e C) Questões centrais: 1, 3, 7 e 8	*Software EVOC 2003* *Software IBM SPSS Statistics 20*	
Estudo 3 (Capítulo 10) Re(des)cobrindo o "Outro" latino-americano: entre representações sociais e processos identitários	Analisar as representações e metarrepresentações sociais sobre os latino-americanos; Analisar as denominações utilizadas para nomeá-los.	213 estudantes de graduação e pós-graduação nascidos e residentes em Brasil, Chile e México, entre 18 e 35 anos	Aplicação de questionário *online* (Apêndices A, B e C) Questões centrais: 2, 4 e 9.	*Software EVOC 2003* *Software IBM SPSS Statistics 20*	
EIXO 2					
Estudo 4 (Capítulo 11) Migrações, identidades e representações sociais: estudando processos identitários entre migrantes latino-americanos em Portugal e na Espanha	Analisar os processos identitários de migrantes latino-americanos em contexto de comparação social saliente propiciado pela experiência de migração, a partir das representações sociais e das identificações com relação a diferentes categorias sociais.	23 brasileiros, chilenos e mexicanos migrantes em Portugal ou Espanha, acima de 18 anos	Entrevistas individuais com roteiro semiestruturado (Apêndices D e E), realizadas pessoalmente ou por *Skype*	Análise Temática	

CAPÍTULO 8 – Estudo 1: Memórias, identidades e representações sociais: reflexões sobre a história e o processo de construção da América Latina

8.1. Introdução

No presente capítulo apresentaremos os resultados de um estudo (Estudo 1) que teve como objetivo geral analisar as representações sociais da história da América Latina entre latino-americanos residentes no Brasil, Chile e México. Mais especificamente, objetivamos analisar os principais elementos (eventos e personagens) que compõem essas representações (Estudo 1.1 e Estudo 1.2), considerando as avaliações do impacto destes acontecimentos e pessoas na história latino-americana, bem como o período, o local de ocorrência/atuação e os temas pelos quais esses elementos foram lembrados, comparando estes resultados aos de trabalhos anteriores na área (Estudo 1.1). Além disso, buscamos analisar o mesmo conjunto de dados de outra forma, sob um outro olhar, a partir dos elementos que compõem o núcleo central e o sistema periférico destas representações (tanto no que se refere aos eventos quanto às personagens), presentes na(s) narrativa(s) da história e do processo de construção da região (Estudo 1.2).

O capítulo, portanto, será organizado da seguinte forma: para cada um dos estudos realizaremos uma breve introdução, seguida de uma apresentação sobre os procedimentos metodológicos adotados e da descrição e discussão dos principais resultados; e, ao final do capítulo, teceremos alguns apontamentos finais, a partir das reflexões realizadas no conjunto dos estudos.

8.2. Estudo 1.1 – Representações sociais da história latino-americana: identidades, memórias e relações (pós)coloniais em três países da América Latina

> History provides us with narratives that tell us who we are, where we came from and where we should be going. It defines a trajectory which helps construct the essence of a group's identity, how it relates to other groups, and ascertains what its options are for facing present challenges. A group's representation of its history will condition its sense of what it was, can and should be, and is thus central to the construction of its identity, norms, and values. Representations of history help to define the social identity of peoples, especially in how they relate to other peoples and to current issues of international politics and internal diversity (Liu & Hilton, 2005, p.537).

O processo de construção da história dos países é um processo relacional, que se dá em meio a comparações com outros grupos. Além disso, o modo como cada grupo se apropria e (re)interpreta o seu passado tem implicações nas suas relações no presente e em seus planos para o futuro. Dessa

forma, por meio das interações interpessoais e da comunicação via diferentes meios institucionais, a história fornece elementos para a construção de representações simbólicas compartilhadas, que se configuram como imagens icônicas e narrativas coerentes, que atuam na manutenção da continuidade existente entre o passado, o presente e o futuro de um grupo, fortalecendo a sua identidade (e.g. Liu *et al.*, 2012; Liu & László, 2007). Nesse sentido, torna-se importante estudar as representações sociais da história a fim de entender como os membros dos grupos podem reagir de diferentes formas a partir de um mesmo acontecimento (Cabecinhas, 2006; Cabecinhas & Feijó, 2010). Ainda, além de contribuírem para a definição da identidade endogrupal e o fornecimento dos elementos que justificam ações passadas, presentes e futuras dos grupos, as representações sociais da história também auxiliam no alcance e manutenção da sua distintividade positiva, por meio da seleção do que é lembrado e esquecido (e.g. Cabecinhas *et al.*, 2011; Páez *et al.*, 2016). Ademais, também podem contribuir para mobilizações e resistências com relação à estabilidade e legitimidade da ordem social existente (Cabecinhas *et al.*, 2011; Licata, Klein & Gély, 2007).

Tendo em vista essas considerações, nos últimos anos muitos estudos têm sido realizados sobre representações sociais da história, dando início a uma crescente literatura nessa área de investigação (Liu, 2013), a qual, atualmente, já dispõe de algumas ideias mais consolidadas (porém não acabadas, ou seja, em constante aprimoramento). Particularmente relevantes têm sido os estudos realizados sobre representações sociais da história mundial (e.g. Liu *et al.*, 2005, 2009; Pennebaker *et al.*, 2006), que encontram alguns aspectos em comum entre essas representações, quais sejam:

a) Centralidade da guerra e da política (*Centrality of warfare and politics*) – nesses estudos, por meio de questões de evocação livre, as pessoas tenderam a considerar eventos relativos a conflitos, guerras e revoluções entre os mais importantes da história mundial (em especial, nesse caso, a Segunda Guerra Mundial), em detrimento, por exemplo, de eventos referentes a assuntos socioeconômicos ou a realizações científicas e tecnológicas. Com relação a esse aspecto, alguns autores (e.g. Liu & László, 2007; Páez *et al.*, 2016) discutem que os indivíduos tendem a enfatizar eventos relacionados a guerras ao se recordarem sobre a história mundial, visto que eventos bastante negativos e traumáticos são carregados de emoções e possuem um grande impacto na construção das narrativas da história, além de também evidenciarem a violência, o drama, os grandes heróis e os grandes vilões, fornecendo um enredo sobre o próprio grupo, em relação a outros.

b) Efeito de recência (*Recency bias*) – as pessoas tendem a se lembrar de eventos mais recentes (por exemplo, séculos XIX e XX), considerando-os mais importantes que eventos ocorridos há muito tempo;

c) Sociocentrismo (*Sociocentric bias*) – indivíduos tendem a apresentar certo etnocentrismo, ao considerarem eventos que ocorreram no ou envolveram o seu próprio país e personagens importantes para sua história nacional entre os mais relevantes para a história mundial;

d) Ocidentalismo (*Western-centric bias*) – quando questionados sobre os eventos mais importantes na história mundial, os indivíduos tendem a se lembrar mais de eventos ocorridos na Europa ou nos EUA, reproduzindo as atuais relações de poder presentes na ordem mundial. Assim, nesses estudos, os participantes que pertenciam a alguns países asiáticos, por exemplo, também mencionaram vários eventos relacionados ao "Ocidente", no caso, à Europa e aos EUA, enquanto os participantes dessas regiões/países mencionaram poucos eventos fora de suas regiões. Porém, entre os participantes desses países "não-Ocidentais", ainda que tenha havido esse efeito de ocidentalismo em suas respostas, houve também certo sociocentrismo, uma vez que também se lembraram de acontecimentos dos seus próprios países (Cabecinhas *et al.*, 2011; Liu *et al.*, 2005, 2009).

Além destes aspectos em comum que apresentamos, outras duas tendências merecem atenção ao estudarmos representações sociais da história: a existência de memórias geracionais, ou seja, diferentes gerações possuem diferentes memórias sobre o passado histórico e, além disso, as pessoas tendem a se lembrar mais de eventos que aconteceram durante a sua adolescência ou o início da sua vida adulta, pois este parece ser um período de intensa formação da identidade social dos indivíduos (Páez *et al.*, 2016). Ademais, alguns estudos (e.g. Bobowik *et al.*, 2010) demonstraram que os indivíduos tendem a avaliar mais positivamente eventos mais distantes do que eventos similares ocorridos mais recentemente, o que parece ser coerente com a tendência psicológica para minimizar os estímulos negativos a longo prazo (Páez *et al.*, 2016).

Diante deste breve panorama que traçamos sobre os principais resultados encontrados nos estudos sobre as representações sociais da história mundial, nos perguntamos: Resultados semelhantes a estes seriam encontrados com relação à história de grupos supranacionais, como a América Latina? Como jovens estudantes latino-americanos representam a sua história? Quais os principais eventos e personagens lembrados quando pensam na história da região? Lembram-se daqueles mais recentes? Daqueles que dizem respeito apenas ao seu próprio país ou à América Latina de forma geral? A narrativa dessa história também está centrada em conflitos, guerras e eventos políticos? A partir dessas e de

outras questões, e com o intuito de ouvir e conhecer diferentes versões das narrativas da região pelos próprios latino-americanos, realizamos este estudo a fim de analisar as representações sociais sobre a história da América Latina em três países da região.

8.3. Método

8.3.1. Participantes e procedimentos de recolha dos dados

Participaram neste estudo 213 jovens estudantes de graduação e de pós-graduação: 112 brasileiros (69,6% mulheres e 30,4% homens; idade – M=25,40, desvio-padrão – DP=3,78), 47 chilenos (53,2% homens e 46,8% mulheres; idade M=25,15, DP=4,03) e 54 mexicanos (68,5% mulheres e 31,5% homens; idade M=25,74, DP=3,81).

A coleta dos dados foi realizada por meio de questionário *online* (Apêndices A, B e C), contendo questões de evocação livre sobre eventos e pessoas marcantes na história da região, além de questões de identificação (nacional e supranacional) e alguns dados sociodemográficos. Seguimos o exemplo de estudos anteriores (e.g. Cabecinhas *et al.*, 2011; Liu *et al.*, 2005), em que foi pedido aos participantes que listassem os cinco eventos/acontecimentos e as cinco pessoas/personagens/personalidades que eles consideravam mais importantes na história mundial nos últimos 1000 anos. Logo, adaptando ao contexto latino-americano, foi perguntado aos respondentes deste estudo quais os cinco acontecimentos e para as cinco pessoas que eles consideravam mais importantes na história da América Latina. Em seguida, pediu-se aos participantes para que avaliassem o impacto que os eventos/pessoas mencionados tiveram na história latino-americana, a partir de uma escala que variava de 1 (muito negativo) a 7 (muito positivo).

8.3.2. Procedimentos de análise dos dados

O tratamento dos dados foi efetuado a partir de protocolos estabelecidos em pesquisas anteriores (e.g. Liu *et al.*2005). Dessa forma, procedeu-se a um agrupamento inicial dos eventos e das pessoas lembrados pelos participantes, identificando aqueles que se referiam aos mesmos acontecimentos e personalidades. Em seguida, codificamos os eventos e os indivíduos com relação a "quando", "onde" e "como", a partir de adaptações que realizamos dos códigos utilizados por Liu *et al.* (2005), em estudo realizado em doze países "ocidentais" e asiáticos, e por Cabecinhas *et al.* (2011), em uma investigação conduzida em seis países africanos. Tendo em vista que os resultados obtidos na América Latina possuíram algumas semelhanças com aqueles obtidos em contexto africano, consideramos que a associação das diferentes categorias utilizadas nesses dois estudos e a criação de

outras novas permitiram uma maior adequação do esquema de codificação ao contexto latino-americano no qual coletamos os dados da pesquisa.

Dessa forma, os acontecimentos foram categorizados como ocorridos e as pessoas como havendo realizado os seus maiores feitos durante os períodos: 1) Tempos pré-históricos (antes de 10.000 AC); 2) História antiga (de 10.000 e 1000 AC); 3) Período clássico – parte 1 (de 1000 AC a 500); 4) Período clássico – parte 2 (de 500 a 1000); 5) Segundo milênio (de 1000 a 1500); 6) Século XVI (1500s) – com relação a este período, vale ressaltar que, no estudo de Liu *et al.* (2005) o século XVI se encontra inserido no "segundo milênio", porém, optamos por separá-lo, visto que é de grande importância na história da América Latina; 7) Século XVII (1600s); 8) Século XVIII (1700s); 9) Século XIX (1800s); 10) Século XX (1900s); 11) Século XXI (2000s); 12) Nenhum período classificável – este código refere-se a eventos que transcorreram por mais de um século, a exemplo da colonização ou a eventos que não permitem uma identificação de tempo limitada a um século. Cumpre salientar que, no caso de eventos que se iniciaram no final de um século e tiveram maior destaque durante o início do século seguinte (e.g. *conquista*, entre os séculos XV e XVI) e também, no caso de pessoas que iniciaram suas atividades no fim de um século, porém se tornaram mais reconhecidas no começo do século posterior (e.g. *Lula*, entre os séculos XX e XXI), consideramos o século mais recente, ou seja, aquele em que o evento/pessoa teve maior notoriedade.

As personagens também foram categorizadas de acordo com sua região de procedência e/ou local onde foram mais ativas e os eventos agrupados segundo o local onde ocorreram. Considerando-se uma codificação que melhor se ajustasse aos objetivos da pesquisa e ao contexto latino-americano, utilizou-se o seguinte sistema: 1) Países da América do Sul; 2) Países da América Central; 3) Países da América do Norte – estamos considerando o México como situado na América do Norte, em termos de geografia e relações econômicas e políticas, como dissemos anteriormente. Ou seja, nessa classificação encontram-se México, EUA e Canadá; 4) Países do Caribe – como países do Caribe consideramos os países e regiões insulares, que fazem parte da *América Latina e Caribe*; 5) Portugal; 6) Espanha – optamos por destacar as menções a eventos e pessoas destes dois países (Portugal e Espanha), visto que se configuraram como os principais colonizadores dos países considerados nesta investigação; 7) Outros países/regiões; 8) nenhuma região específica classificável ou mais de uma região – essa categoria diz respeito a eventos que se referem à América Latina de forma geral, sem especificação de algum país, por exemplo, *colonização* ou *independências*. De forma paralela a essa categorização por locais, também assinalamos o número de menções a eventos e pessoas relacionados ao próprio país

dos respondentes. Destaca-se que, à semelhança de estudos anteriores (e.g. Liu *et al.*, 2005), adotamos uma classificação segundo a qual as personagens foram agrupadas de acordo com sua região de procedência e/ou local onde foi mais ativa. Por exemplo, o caso de Che Guevara, que, apesar de ter nascido na Argentina (país da América do Sul), é, geralmente, lembrado por sua participação na Revolução Cubana, em Cuba (país do Caribe).

No que diz respeito aos eventos, estes também foram codificados segundo os temas principais aos quais se referiam, a partir das seguintes categorias: 1) Guerras e conflitos – incluem-se aqui as revoluções; 2) Outros eventos políticos além de guerras – essa categoria inclui, especialmente, referências a formas de governo, como *ditaduras*, entre outros; 3) realizações científicas e tecnológicas; 4) desastres; 5) descobertas, exploração e colonização; 6) questões econômicas; 7) nascimentos, mortes e vidas de indivíduos; 8) arte, cultura, esporte e turismo; 9- Independências – dada a relevância dessa categoria para os participantes da pesquisa, optamos por considerar as *independências* em uma categoria própria, ao invés de incluí-las em *descobertas, exploração e colonização*; 10) Questões/problemas sociais; 11) Reivindicação de direitos/conquista sociais; 12) Questões ambientais; 13) Grupos populacionais/sociedade; 14) Outros. Entendemos que a complexidade dos acontecimentos lembrados vai além dessa classificação em apenas uma das categorias utilizadas, porém, acreditamos que essa divisão se mostrou como um interessante recurso analítico, permitindo uma boa compreensão dos resultados obtidos e a comparação dos mesmos com outros estudos já realizados.

Já as pessoas mencionadas também foram categorizadas de forma similar, de acordo com sua área principal de atuação e/ou os motivos pelos quais são mais lembradas[59]: 1) realizações em tempos de guerra e conflitos; 2) liderança política não principalmente sobre guerras; 3) realizações científicas e tecnológicas; 4) arte, literatura, música, filosofia e outros avanços teóricos; 5) descobertas, exploração e colonização; 6) trabalho humanitário; 7) liderança espiritual; 8) esporte, dança e beleza física; 9) independências; 10) Outros.

Após a realização de todas as codificações, os dados foram tratados com o auxílio do *software IBM SPSS Statistics 20*, a fim de realizar cálculos de estatística descritiva com relação aos eventos e personagens e aos impactos a eles atribuídos.

[59] Ressalta-se que, de forma semelhante à realizada em estudos anteriores (e.g. Liu *et al.*, 2005), diferentes materiais (desde livros de história da América Latina até materiais jornalísticos disponíveis *online*) foram consultados para fornecer elementos para a classificação das personalidades em diferentes categorias e tecer comentários sobre os motivos pelos quais foram lembrados e o modo como foram avaliados pelos respondentes. Ver, por exemplo: Bethell (1990); Burns & Charlip (2002); Williamson (2009).

8.4. Resultados e discussão

Os resultados obtidos serão apresentados da seguinte forma: inicialmente realizaremos a apresentação sobre os acontecimentos lembrados pelos participantes, seguida da apresentação dos resultados relativos às personalidades mencionadas, e finalizaremos com uma reflexão conjunta sobre eles.

8.4.1. Os acontecimentos mais importantes na história da América Latina

> Não há uma história, mas sim versões da história, que correspondem a reconstruções do passado, em permanente reconfiguração em função de vivências do presente (Cabecinhas & Nhaga, 2008, p.112).

Dentre os dez acontecimentos mais lembrados (em termos de frequência de aparição) pelos brasileiros, chilenos e mexicanos participantes desta pesquisa, encontramos cinco eventos comuns aos três, conforme exposto na Tabela 8.1: independências, ditaduras, Revolução Cubana, colonização e descobrimento.

O evento mais evocado nos três países foram as *independências*, com avaliações positivas no Brasil (impacto médio – IM=5,39, DP=1,86), no Chile (IM=5,18, DP=1,39) e no México (IM=5,30, DP=1,51). Em seguida, encontra-se o evento *ditaduras*, que foi negativamente avaliado nos três países, principalmente no Chile, em que foi unanimidade entre os que citaram este acontecimento (DP=0) avaliá-lo como muito negativo (valor "um" na escala), o que é, de certa forma, esperado, considerando-se o longo e duro regime ditatorial sob o qual este país viveu durante quase duas décadas. É interessante notar que, no Brasil, onde também houve um longo período ditatorial, o impacto médio deste evento foi negativo, porém próximo de quatro valores (IM=3,73) e com um desvio-padrão mais alto (DP=2,43), o que também indica a existência de opiniões variadas com relação a esta forma de regime político, a qual possivelmente está relacionada com a instabilidade política, econômica e social que o país está vivendo atualmente, conforme discutiremos melhor adiante.

Já a *Revolução Cubana* obteve uma avaliação positiva, porém mais próxima do valor "neutro" da escala (quatro valores) para brasileiros (IM=4,53, DP=2,08) e positiva para chilenos (IM=5,30, DP=1,38) e mexicanos (IM=6,07, DP=1,21), especialmente para estes últimos, que se lembraram de mais acontecimentos relacionados a revoluções.

Tabela 8.1: Acontecimentos mais importantes na história da América Latina

Brasil (N=112)	%	Impacto	Chile (N=47)	%	Impacto	México (N=54)	%	Impacto
independências	46,4	5,39 (1,86)	independências	59,6	5,18 (1,39)	independências	61,1	5,30 (1,51)
ditaduras	33,9	3,73 (2,43)	ditaduras	44,7	1,00 (0,00)	conquista	33,3	3,56 (1,92)
Guerra do Paraguai	33,9	3,66 (2,29)	revolução cubana	42,6	5,30 (1,38)	revolução cubana	25,9	6,07 (1,21)
revolução cubana	32,1	4,53 (2,08)	conquista	25,5	2,75 (1,06)	ditaduras	24,1	2,00 (1,83)
colonização	19,6	2,36 (1,73)	colonização	17,0	2,13 (1,25)	colonização	20,4	3,00 (1,79)
Tratado de Tordesilhas	19,6	4,88 (1,62)	golpes de estado	17,0	1,38 (0,74)	revoluções	18,5	5,80 (1,62)
MERCOSUL	17,0	4,56 (2,53)	descobrimento	14,9	5,86 (1,35)	revolução mexicana	16,7	5,44 (1,67)
descobrimento	14,3	5,13 (1,86)	ditadura no Chile	12,8	1,80 (1,30)	descobrimento	14,8	4,13 (1,46)
fim das ditaduras	9,7	6,50 (0,71)	revolução mexicana	12,8	5,17 (1,83)	NAFTA ou TLCAN	14,8	3,00 (2,20)
democracias	8,0	4,44 (2,01)	governo de Allende	10,6	6,20 (1,30)	expansão dos EUA/perda do Texas/Guerra México/EUA	11,1	1,67 (0,82)
			neoliberalismo	10,6	1,60 (1,34)	independência do México	11,1	5,67 (1,75)
			revoluções	10,6	5,40 (1,14)			
			extermínio dos povos originários	10,6	1,00 (0,00)			
Não respostas	9,6	-	**Não respostas**	3,3	-	**Não respostas**	3,7	-

(%)= Percentual de participantes que espontaneamente evocaram o acontecimento

Impacto = Impacto médio (e **desvio-padrão**); **Escala de Impacto:** 1=muito negativo; 7=muito positivo

Nota: No Chile e no México há mais de dez eventos, visto que mais de um evento obteve a mesma percentagem de evocações no décimo lugar.

A Revolução Cubana foi um evento ocorrido em 1959, constituindo-se como um movimento de guerrilhas contra o governo de Fulgêncio Batista e o domínio dos EUA em Cuba e teve como seus principais líderes Fidel Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos. Dentre as principais consequências dessa revolução, estão: a tomada do poder por Castro, que depois veio a governar o país sob um regime autoritário; a subsequente reforma agrária realizada; a estatização das indústrias; e as reformas sociais implementadas (e.g. Burns & Charlip, 2002).

Outro acontecimento comum aos três países foi a *colonização*, a qual foi avaliada como possuindo um impacto negativo, em particular no Chile (IM=2,13, DP=1,25). A importância dada à colonização e às independências e a diferença na percepção do seu impacto para a história latino-americana corrobora com resultados encontrados em estudos realizados em países africanos (e.g. Cabecinhas *et al.*, 2011). Com relação a estes eventos, realizamos testes de correlação entre o nível de identificação com o próprio país e como latino-americano (segundo escala que variava entre 1 – nada identificado – a 7 – muito identificado) e as avaliações do impacto destes acontecimentos na história da América Latina. Algumas correlações não se mostraram estatisticamente significativas, porém, dentre aquelas que sim, observa-se que, agregando-se os três países, há uma correlação negativa (-0,310; P=0,032 < 0,05) entre a avaliação do evento *colonização* e a identificação com a América Latina, ou seja, quanto mais os participantes se identificavam como latino-americanos mais negativamente avaliavam a colonização. Já, quanto ao acontecimento *independências*, houve uma correlação positiva (0,404; P=0,007 < 0,01) entre a avaliação deste evento e o grau de identificação com o próprio país, apenas no caso mexicano. Ou seja, quanto mais os indivíduos se identificavam como mexicanos mais positivamente avaliavam as independências. Ao agregarmos os três países a correlação reduz-se para 0,146, sendo significativa apenas a um nível de probabilidade (P=0,096 < 0,10).

Com relação ao "*descobrimento"* dos países latino-americanos, parece haver maior polêmica. Primeiramente, notamos o uso de diferentes expressões para se referir a este momento da chegada dos europeus à América e da conquista da região: alguns o nomeiam como descobrimento, outros como conquista ou invasão. E essas diferentes formas de nomear o mesmo evento parecem estar relacionadas a diferentes posicionamentos dos indivíduos e a diferentes interpretações com relação ao impacto deste acontecimento. Por essas razões, optamos por separá-lo, a fim de favorecer as discussões acerca das representações sobre as "descobertas", as quais são fundamentais para a construção da história latino-americana e para a dinâmica identitária dos indivíduos pertencentes a essa região. Nesse sentido, o evento "*descobrimento*" teve uma avaliação mais positiva no Chile (IM=5,86, DP=1,35) e Brasil

(IM=5,13, DP=1,86), mas não tanto no México (IM=4,13, DP=1,46), em que recebeu avaliação próxima do "neutro". Já, entre os participantes que utilizam a denominação *conquista*, especialmente no Chile (IM=2,75), parece haver uma ideia mais negativa sobre este evento. Contudo, no Brasil, o termo *conquista* foi mencionado apenas quatro vezes, sendo uma delas uma referência à *conquista espanhola*, não figurando entre o "Top 10". Estes resultados mostram que, apesar de haver, nas últimas décadas, mais discussões e questionamentos acerca do processo de conquista e colonização dos países latino-americanos, principalmente a partir das comemorações dos 500 anos do "descobrimento da América" e, mais tarde, no caso brasileiro, com as comemorações dos 500 anos do "descobrimento do Brasil", no ano de 2000 (e.g. Sá, Oliveira & Prado, 2005), ainda se mantém certa ideia de que a colonização portuguesa foi mais leve e humanizada, que os portugueses foram mais pacíficos, quando em comparação com os colonizadores espanhóis, por exemplo (Cardim, 2005; P. Castro, 2005). Essa ideia guarda relações com a perspectiva luso-tropicalista, derivada das ideias sobre miscigenação e democracia racial propostas por Freyre (1933/2003), sendo apropriada mais tarde pelos portugueses, para legitimar suas práticas colonizadoras, por meio da exaltação da sua habilidade colonizadora e de se relacionar de forma mais aberta e harmoniosa com a mistura racial nos "trópicos", afirmando, assim, a especificidade da colonização portuguesa (Cabecinhas & Cunha, 2003; Castelo, 1998, 2011; Martins, 2006a; Vala, Lopes & Lima, 2008, Valentim, 2011).

Além do acontecimento *conquista*, outros dois eventos foram lembrados entre o "Top 10" pelos participantes chilenos e mexicanos: as *revoluções*, de modo geral, sem especificação de qual ou onde ocorreu, que foram avaliadas como positivas em ambos, sobretudo no México (IM=5,80, DP=1,62), onde também foram mais evocadas; e a *Revolução Mexicana*, a qual também foi percebida de forma positiva, em especial no México (IM=5,44, DP=1,67). Este foi um movimento revolucionário, ocorrido no México, entre os anos de 1910 e 1920, contra a ditadura de Porfirio Díaz, reivindicando reforma agrária e valorização da cultura indígena; e teve entre os seus principais líderes, Emiliano Zapata e Pancho Villa. Interessante notar que a *Revolução Mexicana* também foi lembrada pelos brasileiros, e com avaliação positiva (IM=5,80, DP=1,30), porém não figurando em os dez eventos mais falados. Já apenas o evento *revoluções*, de forma mais genérica, não foi mencionado na amostra brasileira.

No que diz respeito às especificidades do "Top 10" de cada país, observamos que apenas entre os eventos mais falados pelos brasileiros constaram: a Guerra do Paraguai, o Tratado de Tordesilhas, o MERCOSUL, o fim das ditaduras e as democracias. O primeiro destes, a *Guerra do Paraguai*, foi o maior conflito armado entre diferentes países que teve lugar na América do Sul, ocorrido entre 1864-1870,

sendo disputado entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, constituída por Brasil, Argentina e Uruguai. Foi um conflito que resultou em expressivo número de mortes, especialmente no Paraguai, que passou por um longo período de recessão econômica. Esse acontecimento foi o terceiro mais lembrado por brasileiros e avaliado de forma negativa (IM=3,66, DP=2,29). Já no Chile não foi lembrado e no México foi mencionado uma vez (IM=4). Outra particularidade da amostra brasileira foi a lembrança do *Tratado de Tordesilhas* como o sexto evento mais importante na história da América Latina, com uma avaliação mais próxima do "neutro" da escala (IM=4,88, DP=1,62). O tratado, porém, não foi lembrado por nenhum dos chilenos e mexicanos que participaram da pesquisa. Já o a criação do *MERCOSUL* apareceu como o sétimo evento mais lembrado pelos brasileiros, com uma avaliação relativamente "neutra" (IM=4,56, DP=2,53), enquanto no Chile obteve apenas uma menção (IM=5) e nenhuma no México.

Finalmente, em nono e décimo lugares, para os respondentes brasileiros, encontraram-se o fim das ditaduras e as democracias. O *fim das ditaduras* foi um evento cujo impacto foi consensualmente percebido como muito positivo no Brasil (IM=6,50, DP=0,71) e também no Chile (4,3% das respostas; IM=7) e no México (3,7% das respostas, IM=5,5, DP=0,71), apesar de não constar entre os mais frequentemente evocados nesses dois países. Já, no tocante às *democracias*, encontramos maior polêmica com relação ao seu impacto na história latino-americana entre os brasileiros, para os quais este evento foi o décimo mais lembrado, contudo, com uma avaliação próxima do "neutro" e com um desvio-padrão consideravelmente maior (IM=4,44, DP=2,01) do que o apresentado sobre o fim das ditaduras. Nos outros países a democracia foi menos recordada e mais bem avaliada (Chile: 6,4% das respostas; IM=6,33, DP=1,15; e México: 3,7% das respostas; IM=5,00, DP=2,83). Essa avaliação mais baixa do que o esperado para a democracia entre os brasileiros pode estar relacionada à falta de confiança dos latino-americanos, em geral, em suas instituições democráticas (ver, por exemplo, relatório elaborado pela Corporação *Latinobarómetro*, 2015). Além dessa desconfiança sobre a (in)existência da democracia de fato e com qualidade nos países latino-americanos, devido às históricas desigualdades existentes na região e ao acúmulo de privilégios nas mãos daqueles no poder (Corporação *Latinobarómetro*, 2015; Oxfam, 2016), no caso do Brasil há, ainda, outros agravantes. Essa falta de credibilidade do regime democrático se evidencia na instabilidade do atual contexto político e social do país, com diferentes escândalos de corrupção envolvendo diferentes esferas do poder e políticos de diferentes partidos. Ademais, quando os participantes responderam a essa pesquisa, encontrava-se em

discussão o início do processo de *impeachment*[60] da presidente, por meio da condução de investigações acerca dos crimes de responsabilidade pelos quais era acusada. Retomaremos essa discussão sobre a democracia no Estudo 1.2 e no Estudo 2.

Relativamente às particularidades das respostas dos participantes chilenos, figuram: *golpes de estado*, que foi o segundo acontecimento com avaliação mais baixa (IM=1,38, DP=0,74) no Chile. Não houve nenhuma menção a esse evento no Brasil e apenas uma no México, também negativamente avaliado (IM=2). Novamente, essa ênfase em eventos relativos à ditadura entre os respondentes chilenos relaciona-se ao longo período de ditadura militar no país, sob o comando de Augusto Pinochet, desde o golpe de estado em 1973 até 1990. Nessa direção, outro evento presente no "Top 10" chileno foi a *ditadura no Chile*, também percebido de modo negativo (IM=1,80, DP=1,30). A ditadura chilena também foi lembrada e de forma negativa (porém, não tão negativa quanto entre os chilenos) por mexicanos (9,3% das respostas; IM=2,00, DP=2,24) e por brasileiros (4,5% das respostas; IM=3,40, DP=3,29). Vale sublinhar que quando os brasileiros se lembraram da *ditadura no Brasil* houve mais consenso quanto a uma avaliação mais negativa do seu impacto (3,6% das respostas; IM=2,25, DP=1,89). Os três últimos eventos específicos dentre aqueles mais lembrados na amostra chilena foram: o *governo de Salvador Allende* – presidente chileno na época do golpe militar no país, o qual foi muito bem avaliado (IM=6,20, DP=1,30), mas não foi mencionado nos outros países com relação aos acontecimentos; o *extermínio dos povos originários*[61], o qual foi avaliado de forma extremamente negativa pelos chilenos e também entre brasileiros (4,5% das respostas; IM=1,80, DP=1,30), mas em menor proporção. Entretanto, não foi um acontecimento mencionado por mexicanos, o que causa certa surpresa, se considerarmos que, dentre os três países considerados, no México havia o maior número de participantes que afirmaram se identificar como indígenas (25,9%). Tal relevância deste acontecimento para os chilenos e, em seguida, para brasileiros, talvez indique que se trata de um assunto polêmico no atual contexto destes países, em especialmente no chileno, e que sua lembrança seja uma forma de os participantes chamarem a atenção para a importância de se debater sobre isso. Já a sua ausência no México, pode apresentar, ao menos, dois aspectos: indicar de fato um esquecimento, um apagamento deste processo de isolamento, de exclusão ao qual diferentes grupos indígenas/povos originários têm sido submetidos ao longo dos anos em diversos países da região, inclusive no México (e.g. Barabas, 2000, 2014), mostrando que essa

[60] *Impeachment* ou impedimento, se refere um processo político e criminal, que se inicia, a partir de denúncia no Congresso, a fim de investigar a responsabilidade de um presidente por algum crime ou má conduta no exercício das suas funções. Com relação ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, este foi efetivado no dia 31 de agosto de 2016.

[61] Ressalta-se que o termo *povos originários* é uma expressão usada especialmente entre os participantes chilenos e não foi usada entre participantes brasileiros, os quais utilizaram apenas *indígenas*, porém, aqui, utilizaremos ambos os termos de forma intercambiável.

identificação como "indígena" pode se dar primordialmente com relação aos traços fenotípicos, sendo um pouco mais "superficial" ao não promover uma implicação maior destes indivíduos na luta pelos direitos destes grupos; ou também pode ter relação com o fato de que os participantes mexicanos evocaram mais o termo *grupos pré-colombianos*[62] e de forma bastante positiva (7,4% das respostas; IM=7, DP=0), demonstrando uma preferência por destacar o surgimento e a existência destes grupos, que são os antecessores da maioria dos grupos existentes atualmente na região, ao invés de enfatizarem o "lado negativo", a discriminação que sofrem.

E, por fim, o *neoliberalismo*, o qual foi percebido de forma negativa no Chile (IM=1,60, DP=1,34) e no México (5,6% das respostas; IM=1,33, DP=0,58), porém, não esteve presente entre as respostas de brasileiros. Apesar de não haver menção direta nessa categoria, pudemos observar, a partir do conjunto das respostas relacionadas ao intervencionismo dos EUA e à sua influência na América Latina, que, em geral, é provável que ao falarem sobre o neoliberalismo os participantes faziam referência, especialmente, ao papel dos EUA na região. Neste caso, é interessante notar o "esquecimento" de qualquer menção ao neoliberalismo ou mesmo aos EUA nas respostas dos participantes brasileiros a essa questão, o que pode refletir uma relação diferenciada do país (e, sobretudo, da elite branca do país) com os EUA (seja em termos econômicos, sociais, históricos ou políticos), quando em comparação, por exemplo, com Chile e México, porém não investigamos mais a fundo essas diferenças, logo, são apenas possibilidades de reflexão sobre os resultados encontrados.

Finalmente, no que diz respeito aos acontecimentos lembrados entre os "dez mais" do México apenas, estão: o *NAFTA ou TLCAN*, que foi negativamente avaliado (IM=3,0, DP=2,20); a *perda do Texas*, resultante da política expansionista das EUA e também relacionada à Guerra México-EUA, a qual teve como algumas de suas consequências a perda de boa parte do território mexicano para os EUA, que tiveram sua área territorial ampliada. Consideramos estes eventos sob uma mesma categoria, pois, a partir das respostas dos participantes, o conteúdo mais central com relação a esses acontecimentos parecia ser a perda do Texas para os EUA, a qual foi percebida de forma bastante negativa (IM=1,67, DP=0,82); e a *independência do México*, que também teve uma avaliação positiva (IM=5,67, DP=1,75). Nenhum destes três acontecimentos foi lembrado por brasileiros e chilenos.

[62] Utilizaremos aqui a denominação "pré-colombianos(as)" para nos referirmos exclusivamente aos grupos/civilizações já existentes na América antes da chegada de Colombo, especialmente aqueles que constituíram os Impérios Inca, Maia e Asteca (e.g. Bethell, 1990; Burns & Charlip, 2002), que foram os mais lembrados pelos respondentes.

8.4.2. As personalidades mais importantes na história da América Latina

> Events provide the plot, and figures supply heroes and villains central to a story about the making of an ingroup (Liu, 2013, p.13).

Dentre as dez pessoas mais lembradas (em termos de frequência de aparição) pelos brasileiros, chilenos e mexicanos participantes desta pesquisa, encontramos quatro personagens comuns a todos eles, conforme exibido na Tabela 8.2: Ernesto Guevara[63] (mais conhecido como Che Guevara), Fidel Castro, Simón Bolívar e Cristóvão Colombo.

Os dois primeiros, dentre outros papéis que ocuparam ao longo de suas vidas, foram lembrados, especialmente como líderes da Revolução Cubana, contudo, o argentino *Che Guevara* foi mais bem avaliado nos três países, enquanto o cubano *Fidel Castro* teve avaliações mais próximas do nível "neutro" da escala utilizada (quatro valores), sendo a avaliação mais baixa efetuada por brasileiros (IM=3,51, DP=1,80). Entendemos que essa discrepância na valência do impacto atribuído a estas duas personagens da história latino-americana deve-se, dentre outros, a dois aspectos em especial. Primeiramente, pelo fato de que Che Guevara, mais do que um líder importante apenas na história da América Latina, é considerado símbolo mundial no combate às injustiças sociais (Paéz *et al.*, 2016). À semelhança de alguns estudos (e.g. Larson & Lizardo, 2007), esta importância atribuída a Guevara é marcante, principalmente, entre indivíduos jovens, com elevado nível educacional e com orientação política majoritariamente de esquerda, como foi o caso de grande parte dos participantes da nossa investigação. Em segundo lugar, estas avaliações atribuídas ao impacto de Fidel Castro, podem estar relacionadas às diferentes posições que ele já ocupou. A alternância entre configurar-se como um ícone de um movimento revolucionário e que proporcionou importantes mudanças sociais no país e, por outro lado, como líder de um governo considerado repressivo, torna-o uma personagem controversa, logo, difícil de ser avaliada, o que pode refletir na sua pontuação média próxima ao nível quatro da escala utilizada, para os três países.

[63] Ressalta-se que não utilizaremos aqui os nomes completos das personalidades lembradas, mas apenas os nomes pelos quais são mais conhecidas e os quais foram evocados pelos participantes da pesquisa.

Tabela 8.2: Personalidades mais importantes na história da América Latina

Brasil (N=112)	%	Impacto	Chile (N=47)	%	Impacto	México (N=54)	%	Impacto
Che Guevara	61,6	5,12 (1,78)	Che Guevara	53,2	5,36 (1,44)	Che Guevara	63,0	5,62 (1,44)
Fidel Castro	39,3	3,51 (1,80)	Fidel Castro	51,1	4,58 (1,61)	Simón Bolívar	55,6	6,03 (1,19)
Simón Bolívar	35,7	5,75 (1,37)	Simón Bolívar	48,9	5,52 (1,38)	Fidel Castro	50,0	4,74 (1,53)
Lula	34,8	4,87 (2,12)	Augusto Pinochet	38,3	1,39 (0,98)	Cristóvão Colombo	29,6	4,13 (1,54)
Cristóvão Colombo	21,4	4,58 (2,04)	Salvador Allende	34,0	5,56 (1,93)	Hernán Cortés	24,1	3,00 (1,63)
Hugo Chávez	18,8	3,86 (2,29)	Cristóvão Colombo	25,5	4,17 (1,95)	Miguel Hidalgo	18,5	5,50 (1,32)
Getúlio Vargas	17,9	4,11 (1,79)	José de San Martín	23,4	6,18 (0,98)	Benito Juárez	16,7	5,22 (0,97)
Pedro Álvares Cabral	13,4	4,60 (2,16)	Pablo Neruda	19,1	5,56 (1,94)	José de San Martín	16,7	6,33 (1,12)
Eva Perón	10,7	5,50 (1,93)	Hugo Chávez	17,0	3,75 (2,05)	Porfirio Díaz	14,8	5,13 (1,73)
Gabriel García Márquez	8.9	6,70 (0,48)	Hernán Cortés	8,5	3,00 (2,71)	Augusto Pinochet	13,0	1,14 (0,38)
Papa Francisco	8.9	6,78 (0,44)	José Mujica	8,5	6,25 (0,96)			
D. Pedro I	8.9	4,60 (1,78)	Juan Domingo Perón	8,5	4,00 (0,00)			
Não respostas	11,4	-	**Não respostas**	2,1	-	**Não respostas**	7,7	-

(%)= Percentual de participantes que espontaneamente evocaram a personalidade

Impacto = Impacto médio (e **desvio-padrão**); **Escala de Impacto:** 1=muito negativo; 7=muito positivo

Nota: No Brasil e no Chile há mais de dez personalidades, visto que mais de uma personagem obteve a mesma percentagem de evocações no décimo lugar.

Outra pessoa comum em todos os países e que obteve uma avaliação bastante positiva, especialmente no México (IM=6,03, DP=1,19), foi o político e militar venezuelano *Simón Bolívar*. Essa alta frequência e a atribuição de um alto impacto médio ao seu papel na história latino-americana pode estar relacionada à sua atuação como um dos principais líderes de movimentos de independência de diferentes países latino-americanos (como, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Panamá e Venezuela), ao longo do século XIX.

Finalmente, o navegador genovês *Cristóvão Colombo* também se apresenta entre as dez personalidades mais lembradas pelos brasileiros, chilenos e mexicanos participantes da pesquisa, com avaliações sobre o seu impacto médio próximas a quatro (IM=4,58, DP=2,04; IM=4,17, DP=1,95 e IM=4,13, DP=1,54, respectivamente). Tais valores se devem, possivelmente, às discussões/problematizações que vêm sendo conduzidas nas últimas décadas com relação ao significado da expressão "descoberta" ao nos referirmos à chegada dos primeiros europeus na América em 1492 (Vala *et al.*, 1996; Vale de Almeida, 2004), como dissemos previamente. Logo, ainda que o seu papel como "descobridor" deste continente o coloque entre as personagens mais lembradas da história latino-americana, essa lembrança provavelmente não é acompanhada de uma boa avaliação quanto ao seu impacto no desenvolvimento dessa região, devido ao caráter de conquista e exploração que os acontecimentos que se desenrolaram nos anos posteriores à sua chegada à América tiveram.

Ainda com relação às personagens comuns entre ao menos dois dos países em foco, encontramos o chileno *Augusto Pinochet* entre o "Top 10" do México e do Chile. Está entre as cinco pessoas mais lembradas neste último, o que é esperado, considerando a sua atuação como líder do golpe militar no Chile e ditador durante muitos anos, conforme já dito, e que o rendeu a pior das avaliações entre as personagens mais lembradas destes países, inclusive no Brasil, em que ele também foi bastante lembrado, porém fora dos "dez mais", com 8,0% de evocações e impacto médio de 1,78 (DP=1,64). Além de Pinochet, também o conquistador (militar e explorador) espanhol *Hernán Cortés* e o político e militar argentino *José de San Martín* estão entre mais lembrados por chilenos e mexicanos, mas não entre brasileiros (Hernán Cortés – 3,6% de respostas; IM=3,5, DP=3,0; San Martín – 4,5% de respostas; IM=5,80, DP=0,84). A presença destas duas personagens entre as principais evocações dos participantes do Chile e do México e o não no Brasil assenta-se, provavelmente, na colonização espanhola que os primeiros tiveram, o que o faz com que a narrativa da sua história apresente mais "vilões" e heróis" em comum entre eles do que com o Brasil, de colonização portuguesa. Cortés esteve os entre cinco mais lembrados no México, o que condiz com a participação que este teve na história

desse país, visto que, os anos de conquista e dominação que exerceu na América (que o renderam uma avaliação negativa nos três países pesquisados) se deram, especialmente, em território mexicano. Já San Martín, que, ao lado de Bolívar e outros é considerado um dos libertadores da América foi muito bem avaliado em todos os países, em razão de sua grande importância e contribuição para os processos de independência de diferentes países latino-americanos (como, Argentina, Chile e Peru).

Por último, outro nome comum no "Top 10" de ao menos dois destes países – Brasil e Chile – foi o ex-presidente venezuelano *Hugo Chávez*. O governante também apareceu nas evocações dos mexicanos, contudo, com menor proeminência (com 7,4% das respostas; IM=3,25, DP=0,96). No que diz respeito ao seu impacto na história da América Latina, obteve valores ligeiramente abaixo do nível "neutro" da escala, o que indica uma avaliação negativa, porém, não tão negativa quanto àquela atribuída a outras pessoas, como Pinochet, por exemplo. Semelhante ao ocorrido no caso de Fidel Castro (porém este com pontuações mais altas), é provável que estes impactos médios entre três e quatro valores referentes a Chávez, e com altos desvios-padrão, indique uma dificuldade dos participantes, em termos gerais, para ponderar qual a valência do impacto de sua (recente) influência na região, devido ao caráter controverso do seu governo e de suas medidas e declarações durante o período em que governou a Venezuela (e que se refletem até os dias atuais, também no governo do atual presidente Nicolás Maduro): por um lado, é considerado por muitos como um líder que reprimia a oposição, promovendo a censura e limitando a liberdade de expressão; por outro lado, é tido por outros como um exemplo da luta contra o neoliberalismo e o intervencionismo estadunidense, além de batalhar pelo combate às desigualdades do país.

Atentando-nos para as pessoas que aparecem em apenas um dos países, observamos que, dentre as personalidades que aparecem exclusivamente entre as "dez mais" do Brasil, encontram-se três personalidades relativas especificamente à história brasileira: os ex-presidentes brasileiros Luiz Inácio Lula da Silva (mais conhecido como *Lula*) e *Getúlio Vargas* e o explorador[64] português *Pedro Álvares Cabral*, reconhecido como o "descobridor" do Brasil. Da mesma forma como procurarmos fornecer explicações para as avaliações próximas aos quatro valores obtidas por outras personagens, vemos que, para estas três, a polêmica em torno dos seus feitos também parece guiar o julgamento dos

[64] Apesar de Pedro Álvares Cabral também ter sido um explorador e militar e ter "descoberto" o Brasil, o que poderia qualificá-lo como um conquistador, da mesma forma como usamos essa expressão para nos referirmos a Hernán Cortés, não utilizamos o termo "conquistador" com relação a Cabral (mas sim, explorador ou navegador), visto que, apesar de, nos anos posteriores à "descoberta" ter-se levado a cabo um processo de conquista, dominação e exploração em território brasileiro, Cabral não esteve presente nestes outros momentos. Desse modo, não o chamaremos de descobridor (pois, conforme falado anteriormente, não acreditamos se tratar de uma descoberta) e nem de conquistador (já que, apesar de ter havido extermínio, conquista e exploração dos povos e recursos presentes neste território, Cabral foi uma figura atuante apenas na fase inicial da chegada ao local).

participantes acerca do seu impacto na história da América Latina. No caso de *Lula*, ele que, ao longo dos anos, foi/é por muitos admirado, devido ao seu histórico como militante sindicalista e à sua atuação na presidência do Brasil, com ações visando à diminuição da pobreza, se vê, sobretudo nos últimos anos, em meio a diversas críticas à sua atuação como governante e, atualmente, sob investigações com relação ao seu envolvimento em escândalos de corrupção. Escândalos estes envolvendo integrantes do seu governo e de diferentes partidos políticos brasileiros, inclusive o Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual ele pertence. Já *Vargas*, também divide opiniões: por um lado, admirado por alguns avanços econômicos e sociais que trouxe ao Brasil em seus diferentes governos, entretanto, criticado por governar de forma extremamente autoritária durante o período do Estado Novo brasileiro e também por suas políticas populistas (por vezes elogiadas e noutras criticadas). E, quanto a *Cabral*, entendemos que a valência da sua importância para a América Latina também é relativizada, visto que, conforme discutimos antes, há, atualmente, uma problematização maior acerca da "descoberta" do Brasil (e também da América), da intencionalidade ou não deste evento e também dos desdobramentos deste feito, com a colonização e a exploração. Resultados semelhantes a esses foram encontrados em estudos anteriores, como o realizado por Cabecinhas e colaboradores (2006), em que brasileiros demonstraram maior indiferença com relação à lembrança de Cabral na sua história, enquanto, entre portugueses, a presença do navegador na história do seu país provocou emoções de cunho positivo, como orgulho e admiração.

Ainda no "Top 10" relativo ao Brasil, temos a presença da ex-primeira-dama argentina *Eva Perón* (usualmente referida como Evita), com uma avaliação positiva, não apenas entre brasileiros, mas também entre mexicanos (11,1% das respostas; IM=5,17, DP=1,47), dentre os quais ficou bastante próxima dos "dez mais". Entre os chilenos houve menos menções ao seu nome e avaliação "neutra" (4,3% das respostas; IM=4, DP=1,41). A alta avaliação de Eva Perón entre os participantes brasileiros (e mexicanos) deve-se, provavelmente, ao seu trabalho em prol dos pobres e pessoas com diferentes necessidades, ajudando a construir escolas, hospitais, doando roupas e alimentos, além de sua influência política em importantes conquistas para as mulheres na Argentina, impulsionando a Lei do Sufrágio Feminino no país e presidindo o Partido Peronista Feminista. É um caso similar ao da princesa Diana, que apesar de não ter aparecido entre as dez personalidades mais citadas, foi uma das mulheres mais lembradas em estudos que nos quais se perguntava acerca das pessoas mais importantes na história mundial (e.g. Cabecinhas *et al.*, 2006; Liu *et al.*, 2005). A evocação de personagens femininas como Evita, no nosso estudo, e princesa Diana, em outras investigações, resulta de uma combinação

de uma atuação humanitária com efeitos políticos (Liu *et al.*, 2005), mostrando o papel dos média na organização das representações sociais da história dos diferentes grupos (Cabecinhas *et al.*, 2006).

Além destas pessoas mencionadas, observa-se também nas respostas dos brasileiros, empatados em 10º lugar, com o mesmo número de evocações (8,9% das respostas), o escritor colombiano *Gabriel García Márquez*, o Papa argentino *Papa Francisco* e o primeiro imperador do Brasil, mais conhecido em Portugal como Pedro IV e no Brasil como *Dom Pedro I*. Com relação a este último, D. *Pedro I*, ele foi lembrado apenas entre brasileiros, dada a sua importância para a história do Brasil, como o responsável por declarar a independência do país. Sua avaliação também foi próxima de quatro valores (IM=4,60, DP=1,78) por se tratar de uma personagem que desperta contradições quanto ao seu impacto: de um lado, proclamador da independência brasileira, por outro lado, imperador do país, o que indica uma continuidade da dependência do Brasil com relação a Portugal, ainda que de outra forma. Além disso, durante seu governo, houve alguns conflitos, como a Guerra da Cisplatina, com a perda do território que hoje é o Uruguai. Já, no que diz respeito a *Gabriel García Márquez*, o seu papel como importante escritor latino-americano, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura pelo conjunto de sua obra, fez com que ele fosse muito bem avaliado em todos os países, apesar de não ter aparecido entre os "dez mais" de México (11,1% das respostas; IM=6,67, DP=0,82) e Chile (6,4% das respostas; IM=6, DP=1,0). Finalmente, o *Papa Francisco* também muito bem avaliado no Brasil (IM=6,78, DP=0,44), porém não foi mencionado por mexicanos e somente uma vez entre chilenos (IM=4). Tal diferença na importância atribuída ao atual Papa entre brasileiros, em comparação com os participantes de outros países, pode estar ligada: ao nível de religiosidade dos respondentes do Brasil, entre os quais a maioria (59,8%) declarou possuir alguma religião e, quando especificavam qual, 57,5% disseram ser católicos, em comparação com os 19,1% no Chile e os 44,4% no México que afirmaram possuir alguma religião; à cobertura midiática no Brasil e no mundo em torno da nomeação do Papa, o que fez aumentar o debate acerca da América Latina no país (o qual, em geral, não é motivo de destaque), devido ao fato de proceder de um país vizinho, a Argentina, contribuindo, assim, para certo aumento de um sentimento de pertença à região e de proximidade para com os demais países latino-americanos.

Dentre as personagens mencionadas apenas entre chilenos no seu "Top 10", encontramos o ex-presidente chileno *Salvador Allende* e o poeta e diplomata chileno *Pablo Neruda*. Os dois receberam altas avaliações não apenas no Chile, mas também no México (Allende com 11,1% das respostas; IM=5,33, DP=1,86; e Neruda com 7,4% das respostas; IM=7,00, DP=0,0) e no Brasil (Allende com 4,5% das respostas; IM=6,40, DP=0,55; e Neruda com 1,8% das respostas; IM=6,00, DP=0,0), ainda que

não tenha se configurado entre as personagens mais lembradas destes países. De forma similar ao discutido acerca de García Márquez, Neruda, também premiado com Nobel de Literatura, foi muito bem avaliado em todos os países. Já Allende, além de ser admirado por muitos devido aos seus ideais socialistas como presidente do Chile (o que também é motivo de desagrado ao olhar de outros), ganhou a empatia de muitos (portanto, sua avaliação positiva) ao se tornar um "mártir", após ser deposto com o golpe militar que deu início ao regime ditatorial de Pinochet e em função da sua morte, sobre a qual há diferentes versões, desde o seu suicídio até a versão de que ele teria sido assassinado durante o processo do golpe.

Além destas personalidades, encontram-se em 10º lugar, junto de Cortés, o ex-presidente uruguaio *José Mujica* (ou Pepe Mujica, como é conhecido) e o ex-presidente argentino *Juan Domingo Perón*. Ambos com 8,5% das respostas, porém, Mujica com uma avaliação bastante positiva (IM=6,25; DP=0,96), enquanto, Perón com uma avaliação "neutra" (IM=4,00; DP=0,00). Essa diferença na avaliação de ambos é explicada, pois, além de ser uma pessoa recente no cenário político e social latino-americano, Mujica propõe ideias progressistas e possui um histórico de luta por direitos de grupos minoritários e da sociedade como um todo, que são bastante atraentes e condizentes com o que se espera de uma população como a que participou da nossa pesquisa: jovens, com alto nível educacional e maioritariamente com orientação política de esquerda. Desse modo, foi também avaliado positivamente entre brasileiros (6,3% das respostas; IM=7,00, DP=0,0) e mexicanos (7,4% das respostas; IM=5,67, DP=0,58), apesar de não ficar entre os mais lembrados nestes países. Já Perón, à semelhança do ocorrido com Getúlio Vargas, entre os participantes brasileiros, mereceu uma avaliação "neutra" em razão das controvérsias relativas ao seu governo populista e à sua vida pessoal. Assim, é alvo de críticas e elogios com relação às suas políticas e ao movimento social que veio a ser conhecido como peronismo, em busca da justiça social no seu país. Perón também foi lembrado no México (3,7% das respostas; IM=5, DP=1,41), e no Brasil (6,3% das respostas; IM=2,71, DP=1,50), porém também fora dos "dez mais".

Por fim, no México, temos três personalidades que aparecem apenas nesse país e que foram importantes para a sua história: o sacerdote e revolucionário *Miguel Hidalgo*, o ex-presidente mexicano *Benito Juárez* e o também ex-presidente do México *Porfirio Díaz*. Os três obtiveram avaliações positivas: o primeiro, pelo seu importante papel na luta pela independência mexicana; os outros dois, em função dos seus governos no México durante diferentes períodos; sendo Benito considerado personagem fundamental, dentre outros aspectos, para a consolidação do país como uma república, e, Díaz, que

apesar de ter governado durante vários anos sob um regime ditatorial militar, que ficou conhecido como "porfiriato", governou o país durante um período pelo qual ele passou por alguns avanços em termos culturais e econômicos, o que talvez explique sua avaliação ligeiramente positiva.

8.4.3. Análise dos resultados sobre as personalidades e os acontecimentos: quando, onde e como?

Nas seções anteriores apresentamos os principais resultados referentes ao "Top 10" dos eventos e personagens mais importantes na história da América Latina, segundo os jovens estudantes que participaram da nossa pesquisa. Porém, e quando consideramos o todo, o total de acontecimentos e pessoas lembradas pelos respondentes, o que vemos? Os estudantes se lembram mais de acontecimentos e pessoas relativos a quais períodos na história latino-americana? Lembram-se mais daqueles relacionados a quais países ou regiões? Há uma centralidade de guerras, conflitos e outros eventos políticos em suas evocações? Ou maior relevância de conteúdos relacionados aos processos de colonização e independência? A partir dessas e de outras questões, conforme explicado na seção metodológica deste estudo, realizamos uma categorização dos eventos e das pessoas lembradas a partir de: local, período e tema. Assim, apresentamos, abaixo, os resultados dessas classificações, seguida de uma discussão conjunta sobre os resultados.

No que diz respeito aos períodos nos quais ocorreram os eventos mencionados ou nos quais as personagens lembradas tiveram maior atuação e/ou onde nasceram, os resultados encontram-se apresentados adiante, na Tabela 8.3.

Observamos que os resultados que obtivemos corroboram com estudos anteriores (e.g. Cabecinhas *et al.*, 2011; Liu *et al.*, 2005, 2009; Pennebaker *et al.*, 2006) sobre as representações sociais da história mundial, havendo um efeito de recência nas memórias dos participantes com relação aos eventos e personalidades dos quais se recordam.

É notória a proeminência de acontecimentos e, principalmente, pessoas do século XX (Liu *et al.*2005). Ademais, há poucas menções a eventos e personagens anteriores à "descoberta" da América. Por exemplo, no Chile, em que houve um pouco mais de evocações classificadas dentro de "tempos pré-históricos", os participantes que citaram conteúdos relativos ao início da presença humana na América Latina eram estudantes de antropologia, marcando a importância dos diferentes posicionamentos, das diferentes pertenças grupais dos indivíduos na (re)construção das memórias sociais (e.g. Cabecinhas, 2006).

Tabela 8.3: Períodos relativos aos acontecimentos e personalidades (em percentagens)

ACONTECIMENTOS				PERSONALIDADES		
BRASIL	**CHILE**	**MÉXICO**	**PERÍODOS**	**BRASIL**	**CHILE**	**MÉXICO**
0,2	2,5	-	**Tempos pré-históricos (antes de 10.000 AC)**	-	-	-
-	-	-	**História antiga (de 10.000 e 1000 AC)**	-	-	-
-	-	-	**Período clássico – parte 1 (de 1000 AC a 500)**	-	-	-
-	-	-	**Período clássico – parte 2 (de 500 a 1000)**	-	-	-
5,1	3,4	2,3	**Segundo milênio (de 1000 a 1500)**	5,6	6,1	7,5
6,8	12,3	11,9	**Século XVI (1500s)**	5,2	5,2	7,5
-	-	0,4	**Século XVII (1600s)**	0,6	0,4	0,4
0,4	0,4	0,8	**Século XVIII (1700s)**	0,4	0,9	0,8
23,9	13,6	23,0	**Século XIX (1800s)**	15,7	19,5	29,6
38,2	45,3	33,0	**Século XX (1900s)**	51,6	57,6	49,0
8,2	3,4	6,1	**Século XXI (2000s)**	18,8	8,2	4,3
17,2	19,1	22,6	**Nenhum período classificável**	2,2	2,2	0,8

Nota: Estes resultados referem-se ao percentual de participantes que espontaneamente evocaram acontecimentos e personalidades dentro dos períodos analisados; as colunas podem não somar 100% devido a arredondamentos.

As grandes "civilizações pré-colombianas", os Incas, Maias e Astecas, foram evocadas pelos participantes brasileiros, chilenos e mexicanos, contudo, essa lembrança de pessoas, grupos e acontecimentos anteriores à "chegada" de Colombo à América foi marginal, se comparada ao número de evocações de elementos após a conquista. Resultados de investigações conduzidas em países africanos (e.g. Cabecinhas *et al.*, 2011) mostram semelhanças no que se refere ao "apagamento" da sua história pré-colonial, o que se deve não apenas à escassez de materiais escritos sobre essa parte da história, mas, sobretudo, ao viés ocidental imposto também na forma como uma visão "oficial" da história africana e latino-americana foi sendo construída, a partir de olhar do Ocidente (Said, 1978/2007), em especial, europeu, acompanhado, em geral, durante o período colonial, por destruições de evidências da existência e história das civilizações anteriormente presentes nestes territórios (Cabecinhas *et al.*, 2011).

Dessa forma, ao acompanharmos a Tabela 8.3, pensando na dimensão temporal da narrativa da história latino-americana, segundo os participantes da pesquisa nos três países, a história parece "começar" por volta do final do século XV e início do século XVI, quando da conquista dos países da região, entrando em cena diferentes "vilões"; passando pelos séculos de colonização ("nenhum período

classificável"), durante os quais poucos eventos ou pessoas são lembrados; seguido de um novo "ápice" no enredo da narrativa, durante o século XIX, no qual se dão a maior parte dos processos de luta por independência destes países, com o envolvimento de diferentes "heróis" nacionais e supranacionais; chegando, finalmente, aos séculos mais recentes, XX e XXI, nos quais novos acontecimentos dinamizam o enredo da história, junto de outros heróis e vilões que vão provendo a narrativa dos grupos de continuidades e transformações, que (re)constroem as representações sociais da história destes grupos e também suas identidades sociais, em função do presente e direcionados para o futuro (Liu, 2013; Liu & Hilton, 2005).

Já com relação aos locais onde ocorreram os eventos ou onde as personalidades nasceram/foram mais ativas, notamos a seguinte distribuição, conforme a Tabela 8.4. Vemos que a maior parte dos acontecimentos lembrados por brasileiros, chilenos e mexicanos foram codificados como "nenhuma região classificável", pois referem-se a eventos que ocorrem em diferentes países latino-americanos e que não nos permitem uma classificação em apenas um dos demais códigos utilizados, como *colonização*, *independências*, entre outros.

Tabela 8.4: Locais relativos aos acontecimentos e personalidades (em percentagens)

ACONTECIMENTOS				PERSONALIDADES		
BRASIL	**CHILE**	**MÉXICO**	**LOCAIS**	**BRASIL**	**CHILE**	**MÉXICO**
28,4	13,6	8,8	América do Sul	56,5	57,1	34,0
1,6	1,7	1,9	América Central	0,2	0,9	1,2
1,4	3,0	15,3	América do Norte	3,4	6,1	24,1
9,2	10,2	9,2	Caribe	22,6	22,1	24,9
-	-	-	Portugal	6,2	0,4	-
-	-	-	Espanha	2,2	4,3	8,7
1,0	0,8	1,1	Outros países/regiões	6,2	6,1	6,7
58,5	70,8	63,6	Nenhuma região classificável	2,8	3,0	0,4

Nota: Estes resultados referem-se ao percentual de participantes que espontaneamente evocaram acontecimentos e personalidades relativos aos locais analisados; as colunas podem não somar 100% devido a arredondamentos.

Nota-se, ainda, certo sociocentrismo, tanto na seleção dos acontecimentos quanto das personalidades mais importantes, corroborando com estudos anteriores (e.g. Liu *et al.*, 2005, 2009; Pennebaker *et al.*, 2006): como podemos ver, os percentuais relativos à *América do Sul* são maiores no Brasil e no Chile, porque envolvem eventos e, principalmente, pessoas dos seus próprios países; enquanto que, no México, a *América do Norte* apresenta um percentual maior que nos outros dois países, devido a evocação de elementos relativos ao seu país. Portanto, dentre todos os acontecimentos

lembrados pelos participantes brasileiros, chilenos e mexicanos, 22,9%, 7,1% e 12,6%, respectivamente, eram eventos que aconteceram em seus próprios países ou que o envolveram diretamente de alguma forma. Estes valores se acentuam mais para as personagens relacionadas aos países dos participantes: 39,2% para o Brasil, 20% no Chile e 39,3% no México.

Desse modo, há maior etnocentrismo no Brasil no sentido de considerar mais elementos relativos ao seu próprio país como mais importantes na história latino-americana (no conjunto de acontecimentos e pessoas). Isso pode estar relacionado ao estatuto social relativo do Brasil no grupo supraordenado (América Latina), visto que é uma das maiores economias da região, além do seu próprio tamanho, de dimensões continentais. O que também está ligado ao afastamento político e cultural que o país apresenta/apresentou do restante da região, que possui relações com o fato de não partilhar do mesmo colonizador que a maioria dos países latino-americanos e de ter vivido um processo independentista diferente, no qual o então regente português declarou a independência do país, ao passo que, na maioria dos países de colonização espanhola suas independências ocorreram por meio de guerras com a Coroa; além do idioma, da composição populacional e de ter se desenvolvido de forma direcionada para a Europa e de costas para a América Latina (e.g. Beneduzi, 2011; Cruz & Arruda, 2008; Mesquita, 2016; Onuki, Mouron & Urdinez, 2016; Prado, 2001).

Todos estes fatores em conjunto podem contribuir para que haja menor nível de identificação dos brasileiros para com a América Latina enquanto grupo psicológico de pertença, quando em comparação com outros países (e.g. Onuki *et al.*, 2016), como Chile e México, por exemplo, conforme observamos em nossa pesquisa (ver Capítulo 7): entre os brasileiros, 58,9% disseram sentir-se muito identificados (valores entre 5 e 7 da escala) como latino-americanos, comparados a 74,4% no Chile e 72,3% no México. É válido pontuar que este percentual de identificação como latino-americano que encontramos em nossa pesquisa com relação aos brasileiros é um valor bastante alto se comparado com o de estudos recentes realizados com amostras representativas de diferentes países latino-americanos, como o projeto *The Americas and the World: Public Opinion and Foreign Policy* (Onuki *et al.*, 2016), a partir do qual verificou-se que apenas 4% dos brasileiros se identificavam como latino-americanos, em comparação com a média de 43% entre os outros seis países participantes da investigação (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru). Essa diferença no que diz respeito aos resultados que encontramos deve-se, provavelmente, à especificidade da nossa amostra: jovens estudantes de graduação e pós-graduação, com orientação política majoritariamente de esquerda.

Parece haver, ainda, entre brasileiros, maior desconhecimento sobre acontecimentos e pessoas importantes para a história da América Latina, o que é explicitado não apenas pelo sociocentrismo que apresentam, mas também pelo maior número de não respostas a estas questões. Esse desconhecimento pode estar relacionado ao menor número de discussões sobre a América Latina e sua história no Brasil do que nestes outros países, em razão do histórico distanciamento ao qual nos referimos, o que fortalece a não identificação dos brasileiros como latino-americanos, porém maiores investigações sobre esta hipótese são necessárias, visto que não tomamos conhecimento de estudos comparativos já realizados sobre o ensino de história latino-americana nos diferentes países considerados em nossa pesquisa. Contudo, essa relação entre o que aprendem/discutem sobre a América Latina e o nível de identificação com a mesma não é unidirecional: a menor identificação com este grupo supranacional também pode fazer com tenham menor interesse em aprender e discutir sobre assuntos relativos ao processo de construção da região latino-americana e vice-versa.

Apesar do sociocentrismo observado em todos os países (e em maior grau no Brasil), é válido comentar que há maior ênfase, nos três países, com relação a personalidades da América do Sul, além de haver menor visibilidade do Caribe (que é lembrado basicamente pela Revolução Cubana e seus líderes, por isso a percentagem maior) e, sobretudo, da América Central nas representações da história latino-americana, a qual é lembrada especialmente por mexicanos, o que era de se esperar, devido à proximidade do país com a sub-região. Essa "invisibilidade" da América Central e a centralidade da América Sul parecem estar ligadas às relações de poder dentro da própria América Latina, em que vários dos países economicamente mais ricos da região e de maior *status* no cenário mundial estão localizados na América do Sul, a exemplo de Brasil e Chile.

É interessante observar também que não houve menções em nenhum dos três países a acontecimentos sucedidos em Portugal ou Espanha. Já as personagens destes países foram lembradas especialmente na condição de vilões da narrativa latino-americana: os "descobridores"/conquistadores, o que é visível na diferença existente no percentual de evocações de personalidades portuguesas entre brasileiros, de um lado, e chilenos e mexicanos, de outro. O mesmo ocorrendo com relação à evocação de personagens espanholas: brasileiros concedem menor importância às personalidades dessa nacionalidade na história da América Latina do que chilenos e, principalmente, mexicanos. Essas discrepâncias refletem os diferentes processos de colonização dos países – Brasil, colonizado por portugueses, enquanto, Chile e México, por espanhóis. Um último aspecto que gostaríamos de destacar na Tabela 4 é que, nos três países, a categoria *outros países/regiões* contou, majoritariamente, com

elementos referentes ao continente europeu. Já a categoria *América do Norte*, especialmente no Brasil e no Chile, apresentou mais referências aos EUA, com exceção das referências à Revolução Mexicana e ao Movimento Zapatista, ambos ligados ao México.

Finalmente, a partir da categorização dos acontecimentos e das personagens em função dos temas aos quais se relacionavam, obtivemos os seguintes resultados dispostos nas Tabelas 8.5 e 8.6, respectivamente.

Tabela 8.5: Temas dos acontecimentos mais importantes na história da América Latina (em percentagens)

	BRASIL	CHILE	MÉXICO	MÉDIA
Guerras e conflitos	21,3	22,5	21,5	21,7
Outros eventos políticos	20,2	25,4	11,5	19,0
Descobertas, exploração e colonização	18,6	18,2	17,6	18,1
Independências	11,9	11,9	18,8	14,2
Questões econômicas	9,0	4,2	9,2	7,5
Reivindicações e conquistas sociais	6,5	3,0	4,2	4,5
Questões/problemas sociais	3,7	5,5	5,4	4,9
Grupos populacionais/sociedade	0,6	4,2	2,7	2,5
Arte, cultura, esporte e turismo	2,7	2,1	1,5	2,1
Realizações científicas e tecnológicas	2,0	1,3	2,3	1,8
Desastres	1,2	-	2,7	1,3
Nascimentos e mortes	0,6	0,8	1,5	1,0
Questões ambientais	1,0	0,8	0,4	0,7
Outros	0,8	-	0,8	0,5

Nota: Estes resultados referem-se ao percentual de participantes que espontaneamente evocaram acontecimentos que se referem aos temas analisados; as colunas podem não somar 100% devido a arredondamentos.

Por meio da Tabela 8.5, observamos também uma centralidade de acontecimentos relacionados a *guerras, conflitos, revoluções* e *outros eventos políticos*, como em estudos prévios sobre a história mundial (e.g. Liu *et al.*, 2005, 2009; Pennebaker *et al.*, 2006). Entretanto, em nosso estudo, o percentual médio dessas duas categorias de eventos nos três países foi de 40,7%, que se constitui como um valor menor do que o encontrado nestes estudos e também em outros realizados em países africanos sobre a história mundial (e.g. Cabecinhas, 2014; Cabecinhas *et al.*, 2011). Este percentual médio mais

baixo se deve à distribuição dos eventos por outras categorias, sobretudo nas duas relacionadas à *conquista e colonização* e às *independências*, que, somadas, tiveram a média de 32,3% das evocações de todos os países. Estes resultados são similares aos encontrados por Cabecinhas e colaboradores (2011), porém, parece haver uma ênfase ainda maior em conteúdos relacionados à colonização e às independências quando o objeto da representação é a história latino-americana e não a história mundial. Vale ressaltar que essa proeminência de assuntos relativos à colonização, para além de ser uma denúncia do longo processo de violência e exploração pelo qual passou a região, também pode ser uma forma de culpar o Outro (no caso, os países que foram os colonizadores) pelas dificuldades que estes países enfrentam até hoje, servindo como uma espécie de proteção identitária para o endogrupo (latino-americanos) (Cabecinhas *et al.*, 2011).

Para além dessas quatro categorias mencionadas, que somam 73% das evocações, temos eventos relacionados a: *Questões econômicas* (7,5%) – por exemplo, menções a diferentes acordos de livre comércio assinados; *Reivindicações por direitos/conquistas sociais* (4,5%) – como a abolição da escravatura, a liderança feminina nos governos e os movimentos de resistência à ditadura; *Questões/problemas sociais* (4,9%) – como o tráfico de drogas, a pobreza e a desigualdade social; *Grupos populacionais/sociedade* (2,5%) – essa categoria refere-se a alusões à existência de diferentes grupos populacionais anteriores à "descoberta", ou seja, inclui respostas, como *presença humana na América*, *Astecas*, *Maias*, *Incas*. Optamos por criar essa categoria visto que o conjunto dessas respostas indica uma forma de os participantes marcarem uma pertença, uma reivindicação identitária, uma espécie de (re)afirmação de que "já havia pessoas de diferentes grupos aqui, ninguém nos descobriu". Portanto, ainda que a pergunta fosse sobre "acontecimentos/eventos" mais importantes na história da América Latina, para alguns respondentes não era necessário falar mais nada além da simples menção ao nome destes grupos, ou seja, a sua existência já se configura como um acontecimento de grande importância. Ressalta-se que, respostas relacionadas à conquista/extermínio destes povos pré-colombianos foram codificadas dentro de *descobertas, exploração e colonização*; *Arte, cultura, esporte e turismo* (2,1%) – inclui eventos, como festas folclóricas, prêmios/movimentos literários e Copas do Mundo; *Realizações científicas e tecnológicas* (1,8%) – eventos como a industrialização e a construção do Canal do Panamá; *Desastres* (1,3%) – por exemplo, terremotos, como o do Chile e do Haiti, e enchentes; *Nascimentos e mortes de indivíduos* (1,0) – como as mortes de Pablo Escobar, Salvador Allende e Hugo Chávez; *Questões ambientais* (0,7%) – como o desmatamento e a escassez de água;

Outros (0,5%) – com elementos que não foram muito claros, sendo, por isso, difícil inseri-los em alguma das categorias anteriores, como "atualidade" ou "tamanho da América Latina".

Já com relação aos domínios das realizações das personagens lembradas por chilenos, brasileiros e mexicanos (Tabela 8.6), houve maior número de recordações relativas a personagens que tiveram algum tipo de *liderança política*, não exatamente relacionada a conflitos, por exemplo, diferentes presidentes dos países, tanto em governos democráticos quanto ditatoriais. Essa categoria, somada a de *realizações em tempos de guerra e conflitos*, compôs 54,3%, em média, das evocações dos três países, de forma semelhante aos resultados obtidos para os acontecimentos.

Tabela 8.6: Domínios de realizações das personalidades mais importantes na história da América Latina (em percentagens)

	BRASIL	CHILE	MÉXICO	MÉDIA
Liderança política	33,7	28,1	23,7	28,5
Realizações em tempos de guerra	23,4	24,7	29,2	25,8
Independências	11,3	18,6	20,2	16,7
Descobertas, exploração e colonização	11,3	10,8	13,8	12,0
Arte, literatura, música, filosofia	8,5	13,4	8,7	10,2
Trabalho humanitário	3,4	2,2	3,2	2,9
Esporte, dança e beleza física	2,4	1,7	0,4	1,5
Liderança espiritual	2,4	0,4	-	0,9
Realizações científicas e tecnológicas	1,6	-	-	0,5
Outros	2,0	-	0,8	0,9

Nota: Estes resultados referem-se ao percentual de participantes que espontaneamente evocaram personalidades que se referem aos temas/domínios de realização considerados; as colunas podem não somar 100% devido a arredondamentos.

Em seguida, encontra-se a categoria *independências* e, depois, *descobertas, exploração e colonização*, que, somadas, representam uma média de 28,7% dos domínios de realização das personagens lembradas. Interessante notar que, nessa questão, há mais elementos relacionados às independências do que à colonização, o que indica uma valorização dos "heróis" locais (por exemplo, Miguel Hidalgo no México, San Martín no Chile e D. Pedro I no Brasil) e supranacionais (como, Simón Bolívar) em sua história, em detrimento dos "vilões" nacionais (como, Hernán Cortés para o México e o Chile e Pedro Álvares Cabral para o Brasil) e da América Latina, de forma mais geral (como, Cristóvão Colombo). Esse antagonismo entre heróis e vilões, comum a diferentes estudos sobre representações

sociais da história (e.g. Cabecinhas *et al.*, 2006; Hanke *et al.*, 2015; Liu *et al.* 2005), continua a fazer parte da narrativa da história latino-americana, porém, as personagens que ocupam esses papéis vão mudando de acordo com cada época, ainda que algumas permaneçam as mesmas. Assim, após as independências, em especial no século XX, essas comparações giram mais em torno de ditadores (vilões) *versus* líderes democráticos ou de revoluções (heróis), entre outros.

As demais categorias foram: *Arte, literatura, música, filosofia* (10,2%) – em que são lembrados diferentes escritores, cantores, atores, pintores, entre outros, com especial destaque para a literatura, objetivada sobretudo nas personagens García Márquez e Neruda; *Trabalho humanitário* (2,9%) – com pessoas, como a guatemalteca Rigoberta Menchú, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, a médica brasileira Zilda Arns, indicada ao mesmo prêmio, por seu trabalho como fundadora da Pastoral da Criança e a da Pessoa Idosa, e argentina Eva Perón, que, apesar de também poder ter sido classificada na categoria de "outro tipo de liderança política" optamos por categorizar suas realizações dentro de "trabalho humanitário", visto que entendemos que é mais lembrada por estes feitos, como já discutimos anteriormente; *Esporte, dança e beleza física* (1,5%) – com destaque para os futebolistas Pelé e Diego Maradona; *Liderança espiritual* (0,9%) – especialmente na pessoa do Papa Francisco e entre brasileiros; *Realizações científicas e tecnológicas* (0,5) – presente apenas no Brasil, com o aeronauta Santos Dumont, o arquiteto Oscar Niemeyer e o médico e neurocientista Miguel Nicolelis; *Outros* (0,9%) – categoria que se refere a personagens que tivemos dificuldade de classificar dentro das opções anteriores, como o narcotraficante Pablo Escobar, além de personagens mais "gerais" que alguns indivíduos evocaram, como "cartéis" ou "indígenas". Diante de tais resultados, nota-se um predomínio de personagens masculinas entre as consideradas mais importantes para a história da América Latina, havendo certo esquecimento de personalidades femininas, as quais, quando lembradas, o são geralmente, com relação a trabalhos humanitários ou artes/música, de forma semelhante ao verificado nas lembranças sobre a história mundial (Cabecinhas, 2006; Cabecinhas *et al.*, 2006; Liu *et al.* 2005).

Dessa forma, considerando-se o conjunto de resultados referentes aos acontecimentos e personagens mais importantes na história latino-americana, à semelhança de resultados encontrados em alguns países africanos (Cabecinhas, 2006; Cabecinhas & Feijó, 2010; Cabecinhas *et al.*, 2011), os respondentes da nossa pesquisa também mencionaram um maior número de elementos relacionados a diferentes problemas e conquistas sociais, e menor número de elementos ligados a realizações científicas e tecnológicas, quando comparado com resultados obtidos em países europeus (Liu *et al.*, 2005), por exemplo, o que também está ligado à situação socioeconômica destes países e ao seu

estatuto relativo nas relações mundiais. Além disso, há uma tentativa de valorização do endogrupo (Tajfel, 1983), a exemplo da ênfase em áreas nas quais pessoas da sua região se destacaram, como a literatura e a música.

Porém, os aspectos mais centrais da história que esses estudantes latino-americanos nos contam é uma narrativa de luta, de superação, que se dá a partir de três momentos fundamentais: a colonização, as independências e, mais tarde, com o início das ditaduras e, o seu fim e início da (re)democratização dos países latino-americanos, logo, uma narrativa que vai da exploração à independência, da repressão à liberdade. Podemos aqui fazer um paralelo com as discussões efetuadas por Cabecinhas e Feijó (2013) em sua análise com relação aos resultados que obtiveram entre moçambicanos, a respeito das representações sociais da sua história nacional. Desse modo, adaptando essa análise para o caso latino-americano, vemos que, essa narrativa da qual falamos é uma narrativa que, diante da extensão da região, de sua desintegração econômica e de sua diversidade sociocultural (Canclini, 1999/2010), fornece elementos que unem os diferentes países em torno da libertação de opressores comuns, primeiro, os colonizadores, depois, os ditadores, fortalecendo o sentimento de pertença a essas "comunidades imaginadas" (Anderson, 1983/2008), não apenas os seus próprios países, mas também a América Latina. E essas narrativas, com estes momentos cruciais em comum, contribuem para essa construção da identidade supranacional, não apenas ao apresentarem opressores em comum, mas também por valorizarem a agência dos indivíduos, o seu papel ativo nas mudanças pelas quais passou a região, especialmente a partir de momentos como estes assinalados: após um longo período de colonização – que marca um momento conflitual, negativo, que se constitui quase como o momento fundador da história da América Latina, segundo os participantes –, as independências marcam a libertação e formação dos Estados-Nação latino-americanos, e, mais recentemente, as ditaduras, que tanto no seu início quanto no seu fim se constituem como estruturantes nas memórias da história latino-americana, principalmente por marcarem "o estabelecimento ou rompimento de uma determinada ordem social dentro do grupo, um *antes* e um *depois* na história do grupo" (Cabecinhas *et al.*, 2006, p.83, grifos dos autores).

Consideramos, portanto, que estes eventos, *colonização*, *independências* e *ditaduras*, podem ser considerados como *charters* no que diz respeito às representações sociais da história da América Latina, principalmente estes dois primeiros, visto que o último (ditaduras) se configura como um evento mais recente e ainda pode ser relativamente cedo para avaliar a permanência da sua centralidade na narrativa histórica latino-americana. O conceito de *charter* tornou-se mais conhecido especialmente por

meio do trabalho de Liu e Hilton (2005), que o utilizam a partir das ideias de Malinowski, para se referir a "representações históricas que servem para justificar por que o mundo é assim, explicando como ele veio a ser dessa forma" (Liu, Wilson, McClure & Higgins, 1999, p.1023, tradução nossa). Ou seja, *charters* são partes centrais nas representações sociais da história de um grupo, dadas as propriedades constitutivas – no sentido de contribuir para as definições de posição e status de um grupo – e normativas – pois estabelecem códigos morais, normas e valores, que justificam e legitimam ações, podem servir como mitos fundacionais de uma sociedade (Hall, 1992/2006), além de funcionarem como guias a partir dos quais os indivíduos de um grupo decidem o que devem ou não fazer (Liu & Hilton, 2005), como reagir a uma situação, visto que tiram uma "moral" a partir da interpretação que fazem de um evento passado (Páez *et al.*, 2016). Portanto, segundo Liu e Hilton (2005), a existência de um charter nas representações da história de um grupo parece estar ligada a representações sociais hegemônicas (Moscovici, 1988). Contudo, conforme já afirmamos anteriormente, mesmo quando falamos em representações hegemônicas não estamos falando em representações uniformes e homogêneas.

Assim, quando falamos em memória social, os indivíduos podem se recordar de fatos diferentes e, ainda que se lembrem dos mesmos fatos, podem interpretá-los, avalia-los de diferentes formas, a partir das suas diferentes pertenças grupais, as quais podem ter relevâncias variadas a depender das diferentes condições situacionais nas quais se encontram (Cabecinhas, 2006; Kello & Wagner, 2014). O mesmo vale para os *charters*: eles podem ser (re)negociados ao longo do tempo e mudar de acordo com diferentes circunstâncias, a fim de prover o grupo com formas de lidar com novos desafios. E, contextos como o atual, em que há maior contato intercultural entre diferentes grupos fazem com que as representações sociais da história sejam ainda mais plurais, desafiando os *charters* já conhecidos dentro de um mesmo grupo (Liu & Hilton, 2005). Esse é o caso, por exemplo, de grupos supranacionais, como a União Europeia e a América Latina, visto que, ainda que os diferentes países que compõem estes grupos tenham suas especificidades e guardem entre si algumas diferenças, parece ser importante que partilhem de alguns elementos em comum em suas representações sociais da história destes grupos e que as lideranças políticas levem em consideração essas representações ao formularem políticas que sejam comumente aceitas entre os envolvidos e condizentes a uma realidade comum (Liu & Hilton, 2005).

Diante dessas reflexões, reiteramos a importância de compreendermos as diferentes versões da história, especialmente a partir de grupos que, como os latino-americanos, passaram por um longo

período de exploração e violência, durante seus processos coloniais, os quais influenciam a forma como representam a sua história e os seus próprios grupos, contribuindo para a formação de suas identidades sociais e das formas como estes indivíduos e grupos se relacionaram com outros (e.g. Cabecinhas & Nhaga, 2008; Cabecinhas *et al.*, 2011). Desse modo, o fim do colonialismo como relação política não significa o seu fim enquanto formas de relações sociais (e.g. Cabecinhas & Feijó, 2010; Licata, 2012; B. S. Santos, 2004), em âmbito político, econômico e social, que se traduzem numa colonialidade do poder (Quijano, 2005) e também do ser e do saber (Maldonado-Torres, 2007).

Acreditamos ter contribuído, por meio deste estudo, com importantes discussões nesse sentido, porém, como qualquer pesquisa, é importante destacar algumas possíveis limitações (para além das limitações gerais de todos os estudos, sobre as quais trataremos na Discussão Geral, ao fim da tese): com relação ao instrumento utilizado, conforme já ponderado por Liu e colaboradores (2005), é possível que a forma como foram propostas as evocações, em termos de acontecimentos e personalidades, possa favorecer a predominância de menções a eventos mais pontuais, como guerras, revoluções, entre outros, do que acontecimentos mais difusos, como o desenvolvimento da internet, para usar um exemplo fornecido pelos autores. Além disso, outras formas de análise dos dados seriam interessantes, a fim de apreender outros aspectos do fenômeno estudado. Diante disso, propomos, no âmbito deste capítulo, outra forma de analisar estes dados que coletamos (com o uso do *software* EVOC), a qual apresentaremos no próximo estudo (Estudo 1.2), como uma tentativa de analisar o mesmo fenômeno por meio de um outro olhar, aprofundando as reflexões sobre estes temas.

8.5. Estudo 1.2. – Entre o passado e o presente, o velho e o novo: reflexões sobre identidades e representações sociais da história da América Latina

> Stories matter. Many stories matter. Stories have been used to dispossess and to malign, but stories can also be used to empower and to humanize. Stories can break the dignity of a people, but stories can also repair that broken dignity (Adichie, 2009).

No estudo anterior analisamos o "Top 10" dos eventos e personagens mais mencionados por brasileiros, chilenos e mexicanos, a partir do percentual referente à frequência das evocações e também por meio de categorizações dos principais períodos, locais e temas aos quais se relacionavam. Porém, como estamos falando de evocações livres, em que pedíamos aos participantes para listarem os cinco principais elementos que vinham às suas cabeças, quais foram os acontecimentos e pessoas que primeiro vieram à mente? Quais os elementos foram mais centrais (em termos de frequência absoluta e ordem de evocação) para estes participantes? Será que alguns elementos que constaram entre os "dez mais" tiveram um lugar mais periférico quando consideramos também a ordem de evocação? Estas foram algumas das questões que nos instigaram a realizar este outro estudo.

Nos capítulos anteriores destacamos a importância da associação dos conceitos de memória, identidade e representações sociais para entender a forma como os grupos lidam com o seu passado, a partir do presente e como essas representações se relacionam com a (re)produção de narrativas sobre a origem e o processo de construção de um grupo e com a sua dinâmica identitária, de forma a articular permanência e mudança, reiterando a importância da consideração da dimensão temporal e da historicidade das representações sociais (Jovchelovitch, 2012). O estudo dessa articulação entre permanências e mudanças, entre o velho e o novo, entre o passado e o presente é facilitado pela TNC (Abric, 1993, 1998), segundo a qual, conforme discutido no Capítulo 4, as representações sociais se organizam em torno de um núcleo central, mais estável e ligado à memória social e às narrativas históricas de um grupo, e um sistema periférico, mais flexível e suscetível às histórias pessoais dos indivíduos e ao contexto imediato (Jovchelovitch, 2012; Pecora & Sá, 2008; Sakki, 2016; Vilas Bôas, 2010). Entretanto, mesmo as narrativas históricas constituintes do núcleo central das representações não são homogêneas e estáticas. De modo que, alguns autores, como Jovchelovitch (2012) discutem que a resistência a mudanças que as ideias históricas presentes no núcleo possuem e a sua durabilidade ao longo do tempo, estão relacionadas ao fato de que "é a sua própria flexibilidade e características imaginativas que lhe dão resiliência" (p.442, tradução nossa). Ou seja, é a partir do entendimento de que as narrativas e, por conseguinte, as representações sociais, se constroem de modo dialógico e

polifásico (Jovchelovitch, 2012), que utilizaremos aqui a abordagem estrutural da TRS, a fim de analisar as representações sociais da história da América Latina (re)construídas e partilhadas por estudantes mexicanos, chilenos e brasileiros.

8.6. Método

8.6.1. Participantes e procedimentos de recolha dos dados

Conforme dito no início do capítulo, ambos os estudos foram realizados com os mesmos participantes e seguindo o mesmo procedimento de recolha dos dados, diferenciando-se com relação à forma como os resultados foram organizados e analisados. Logo, este estudo contou com a participação de 213 jovens estudantes universitários e de pós-graduação de três países latino-americanos: 112 brasileiros, 47 chilenos e 54 mexicanos (para mais informações sobre a caracterização dos participantes, ver Tabela 7.1, apresentada no capítulo metodológico da tese).

Realizou-se a recolha dos dados por meio de questionário *online*, com questões de evocação livre, nas quais era pedido aos participantes que listassem os cinco principais acontecimentos e as cinco personagens que consideravam mais importantes na história da América Latina, seguidas de uma questão sobre a avaliação do impacto que estes eventos e estas personalidades lembradas tiveram na história latino-americana, utilizando uma escala que variava de 1 (muito negativo) a 7 (muito positivo); além de questões relativas a dados sociodemográficos.

8.6.2. Procedimentos de análise dos dados

Os dados obtidos a partir das evocações livres foram organizados com o auxílio do *software EVOC 2003* (Vergès, 2000), que organiza os dados em função da frequência das evocações e da média da ordem de evocação dos termos, dispondo os resultados em quatro quadrantes referentes à organização interna das representações sociais, conforme discutimos na seção 7.4, do capítulo metodológico.

8.7. Resultados e Discussão

De forma semelhante à realizada no estudo anterior, primeiramente serão apresentados os resultados referentes aos acontecimentos evocados pelos participantes e em seguida aqueles relativos às personagens, encerrando com uma reflexão comum sobre eles. Cumpre ressaltar que, neste estudo, não apresentaremos contextualizações mais detalhadas sobre aqueles eventos e personalidades já

discutidos no Estudo 1.1 e tampouco sobre os impactos médios referentes às avaliações sobre sua importância na história da América Latina, a fim de evitar repetições.

A partir quadro exposto a seguir (Figura 8.1) podemos verificar os elementos mais relevantes do campo representacional relativo aos acontecimentos mais importantes da história latino-americana, para brasileiros, chilenos e mexicanos. A estrutura dessa representação social para os brasileiros foi organizada a partir de uma frequência intermediária de 8, ordem média de evocações de 2,9 e frequência mínima de 4. Já para os chilenos, esses valores foram, 7 (frequência intermediária); 3,1 (ordem média de evocações) e 3 (frequência mínima). E no México foram, respectivamente: 9; 3 e 3. O campo representacional da amostra brasileira foi composto por 143 termos diferentes, enquanto o da chilena e da mexicana foram compostos por 82 e 95, respectivamente.

A análise do primeiro quadrante de cada um dos três países mostra que os elementos que, provavelmente, se constituem como os mais centrais na organização das representações sociais da história da América Latina partilhadas por estes estudantes são a *colonização* e as *independências*, o que condiz com a análise que fizemos no estudo anterior sobre estes acontecimentos se configurarem como *charters* (Liu & Hilton, 2005) com relação às narrativas da história latino-americana. Porém, esses elementos de cunho mais hegemônico (Moscovici, 1988) presentes no núcleo central podem ser acompanhados também por outros de caráter mais polêmico, o que fica mais visível, por exemplo, a partir do exame do quadrante do Chile: os termos *descobrimento* e *conquista*, avaliados de formas diferentes, encontram-se lado a lado no núcleo central. Essa polêmica parece não se fazer tão presente no Brasil, onde apenas o termo *descobrimento* figura neste primeiro quadrante, já que o termo *conquista* também não foi muito evocado por brasileiros. Entre estes últimos, a conquista é lembrada de forma específica, quando se referem à *conquista dos povos pré-colombianos* (segunda periferia), em especial destacando os impérios Asteca, Inca e Maia. Já no México ocorre o contrário do caso brasileiro, visto que o entendimento de que o que ocorreu na América Latina foi um processo de *conquista* (núcleo central) parece ser mais consensual entre mexicanos do que nos demais países, de modo que o termo *descobrimento* aparece apenas no terceiro quadrante. Além destes, também esteve presente no Brasil e no Chile o termo *encontro com europeus* (na zona de contraste para ambos), que se constitui como outra forma de nomear o evento conquista/descobrimento/encontro, recebendo uma avaliação negativa entre chilenos, porém positiva entre brasileiros (à semelhança do termo descobrimento), ainda que com alto desvio-padrão. E, ainda, no Chile, também se faz presente a lembrança mais específica da *chegada de Colombo* (avaliada de forma negativa), também na zona de contraste.

Média das Frequências									
BRASIL									
Média da Ordem de Evocação									
	< 2,9				**≥ 2,9**				
	Termo Evocado	*F*	*OE*	*IM*	*Termo Evocado*	*F*	*OE*	*IM*
≥ 8	Colonização	22	1,68	2,36	Abolição da escravatura	8	3,50	5,00
	Descobrimento	16	1,12	5,13	Democracias	9	4,00	4,44
	Fim das ditaduras	11	2,81	6,50	Ditaduras	38	3,63	3,73
	Independências	52	2,50	5,39	Guerra do Paraguai	38	2,97	3,66
	MERCOSUL	19	2,68	4,56	Revolução Cubana	36	3,00	4,53
	Tratado de Tordesilhas	22	2,73	4,88				
< 8	Canal do Panamá	7	2,57	6,29	Conquista povos pré-colombianos	7	3,14	2,43
	Ditadura no Brasil	4	2,25	2,25	Ditadura no Chile	5	4,00	3,40
	Encontro com europeus	4	2,25	5,00	Escravidão	6	3,17	3,17
	Extermínio povos originários	5	2,80	1,80	Guerra do Pacífico	4	4,00	4,75
					Guerras	4	3,00	1,00
					Independência do Brasil	6	3,17	4,67
					Proclamação das repúblicas	4	3,75	2,67
					Protestos ao governo brasileiro	4	3,25	3,00
					Revolução Mexicana	5	3,60	5,80
CHILE									
	< 3,1				**≥ 3,1**				
≥ 7	Colonização	8	2,12	2,13	Ditaduras	21	3,19	1,00
	Conquista	12	1,17	2,75	Revolução Cubana	20	3,30	5,30
	Descobrimento	7	1,00	5,86				
	Golpes de estado	8	3,00	1,38				
	Independências	28	2,89	5,18				
< 7	Chegada de Colombo	4	1,25	2,25	Democracias	3	4,33	6,33
	Encontro com europeus	5	1,80	3,00	Ditadura no Chile	6	4,17	1,80
	Extermínio povos originários	5	2,60	1,00	Guerra das Malvinas	3	3,67	4,00
	Governo de Allende	5	2,80	6,20	Guerra do Pacífico	3	4,00	3,50
	Povos pré-colombianos	3	2,33	6,67	Papel dos EUA	3	5,00	1,67
	Presença humana	4	1,00	6,25	Neoliberalismo	5	5,40	1,60
	Revolução Mexicana	6	3,00	5,17	Revoluções	5	3,20	5,40
MÉXICO									
	< 3				**≥ 3**				
≥ 9	Colonização	11	2,00	3,00	Ditaduras	13	3,61	2,00
	Conquista	18	1,56	3,56	Revolução Cubana	14	3,36	6,07
	Independências	33	2,09	5,30	Revolução Mexicana	9	3,22	5,44
					Revoluções	10	3,10	5,80
< 9	Bolívar e independências	4	2,75	7,00	Canal do Panamá	3	3,00	6,33
	Descobrimento	8	1,50	4,13	Ditadura no Chile	5	3,00	2,00
	Independência de Espanha	4	2,00	6,25	Guerras civis	3	3,33	2,33
	Perda do Texas	6	2,67	1,67	Guerra das Malvinas	3	3,67	2,33
	Povos pré-colombianos	4	1,75	7,00	Guerras mundiais	3	4,00	1,33
	Terremotos	3	1,67	3,33	Independência do México	6	3,33	5,67
					Mestiçagem	3	3,33	5,67
					NAFTA	8	3,75	3,00
					Neoliberalismo	3	5,00	1,33
					Tráfico de drogas	4	3,50	2,00

Nota: Sequência de apresentação dos resultados: termo evocado; frequência absoluta (F); média da ordem de evocação (OE); impacto médio (IM) (escala de 1 – muito negativo – a 7 – muito positivo).

Figura 8.1 – Quadrantes das evocações relativas aos acontecimentos mais importantes na história da América Latina para Brasil, Chile e México

No Brasil vemos também outros elementos compondo o núcleo central de sua representação, como o *MERCOSUL* e o *Tratado de Tordesilhas*. Sua centralidade na amostra brasileira pode se dar por diferentes motivos, como: uma forma de sociocentrismo (Liu *et al.*, 2005), de recordação seletiva de acontecimentos relativos ao seu endogrupo entre os mais importantes da história do grupo supranacional, portanto, a presença do *MERCOSUL*, visto que é um acordo que conta com a participação do Brasil, e o *Tratado de Tordesilhas*, que, por se tratar de um acordo relativo à divisão de territórios entre as Coroas portuguesa e espanhola, envolve importantes elementos para a construção Brasil como ele é atualmente. O mesmo vale também para a evocação de termos, como a *Guerra do Paraguai*, na periferia próxima. Este sociocentrismo pode estar relacionado a uma falta de conhecimento sobre os acontecimentos mais importantes para a América Latina como um todo, justificando, assim, a evocação de elementos mais próximos ao seu país entre os mais centrais, ou, ainda, a uma forma de reivindicação identitária e de justificação do *status* do seu grupo, projetando elementos mais relativos à identidade endogrupal do Brasil no grupo supraordenado (América Latina) (Wenzel *et al.*, 2007).

Como dissemos previamente, as representações sociais da história se constroem em um jogo permanente entre o passado, o presente e o que se almeja para o futuro. Nesse sentido, se considerarmos não apenas o núcleo central, mas o conjunto de todos os quadrantes dos três países, observamos esse entrelaçamento do contexto atual de Chile, Brasil e México com a recuperação de acontecimentos passados para ajudar a fazer sentido ao que estão vivendo no presente. Sabe-se que as independências dos países latino-americanos não significaram o fim da colonialidade sob a qual eles continuaram a se formar enquanto Estados-nação e permanecem até hoje (Quijano, 2005). Em muitos destes países, suas próprias independências foram feitas por uma elite, que vem, historicamente acumulando privilégios e concentrando o poder, o que faz com que o poder político seja muito disputado nesses locais nos quais se desenvolveram esse tipo de instituições políticas e econômicas extrativas. Com isso, a instabilidade política aumenta, constituindo o cenário político que vem acompanhando a América Latina ao longo de sua construção (Acemoglu & Robinson, 2013).

Porém, nos últimos anos, essa instabilidade tem passado por um novo crescimento, aumentando a histórica desconfiança dos latino-americanos em suas instituições e, em especial, na democracia (Corporação *Latinobarómetro*, 2015). Com relação aos países da nossa investigação, no momento em que os participantes responderam à pesquisa (e até hoje), estes enfrentavam crises similares, porém cada um com suas particularidades: no México, para além de problemas econômicos, o país tem passado por uma "crise de direitos humanos", como afirma a ativista Olga Guzmán, da

Comissão Mexicana de Defesa dos Direitos Humanos, em entrevista à Revista Época (Perosa, 2016), devido ao elevado número de pessoas assassinadas, torturadas e desaparecidas, a exemplo do caso do desaparecimento dos 43 estudantes em Ayotzinapa, ainda sem solução há dois anos. Além disso, há também denúncias de corrupção envolvendo diferentes atores relacionados ao atual governo, o que é um ponto fulcral também na atual condição de instabilidade chilena e brasileira. No Chile o país tem vivido uma intensa crise política, agravada por diferentes escândalos de corrupção (e.g. Montes, 2015), o que também tem ocorrido no Brasil, porém, neste caso, com o adicional de um processo de *impeachment* da presidente do país (processo que estava a ser votado quando os estudantes participaram deste estudo e que agora se efetivou, com o afastamento da líder do governo) (e.g. Brum, 2016).

Diante desse contexto, há diferentes pontos de tensão, de conflito, de ruptura, que exigem dos indivíduos outras maneiras para entender essa realidade e criar estratégias de ação, tendo em vista as diferentes funções das representações sociais, como a de saber e de orientação (M. F. S. Santos, 2005; Sá, 1998). Dessa forma,

> [...] nestes pontos de clivagem há uma falta de sentido, um ponto onde o não familiar aparece. E, do mesmo modo que a natureza detesta o vácuo, assim também a cultura detesta a ausência de sentido, colocando em ação algum tipo de trabalho representacional para familiarizar o não familiar, e assim restabelecer um sentido de estabilidade (Duveen, 2000/2010, p.16).

Essa busca por sentido, faz com que os indivíduos tentem relacionar estes acontecimentos novos, àquilo que já conhecem, que lhes é mais familiar, o que se dá por meio do processo de ancoragem (Moscovici, 1961/2004), de modo que "um grupo pode usar a sua sabedoria coletiva para gerir crises atuais por meio de sua memória de crises passadas, muitas vezes com o objetivo de prevenir que a história se repita" (Liu & Hilton, 2005, p.549, tradução nossa). Assim, por meio de analogias com experiências passadas, ancorando estes novos acontecimentos naqueles já conhecidos ao longo de sua história, brasileiros, chilenos e mexicanos selecionam um conjunto de elementos específicos como parte de suas memórias sobre a história latino-americana.

No Brasil, a atual crise política, com os debates em torno da legitimidade do processo de *impeachment*, o qual poderia ter um caráter antidemocrático, faz com que a própria *democracia* no país seja questionada, como observamos também, por meio da avaliação "neutra" deste termo, na segunda periferia. Desse modo, o *fim das ditaduras* aparece como um dos elementos principais nas representações sociais destes estudantes sobre a história latino-americana, ou seja, a evocação deste termo no núcleo central aparece como uma forma de afirmar que este tipo de regime acabou, que não

se quer voltar a isso. Porém, apesar de saberem que não querem retornar a um regime ditatorial, sabem também que querem uma *democracia* que seja diferente da existente hoje, que seja conduzida de outra forma, conforme observado pela ambiguidade na avaliação deste evento. A insatisfação com a atual situação política do país e a preocupação com uma "repetição da história" é retomada também no terceiro e quarto quadrantes, com os elementos *ditadura no Brasil* e *protestos contra o governo brasileiro*, respectivamente.

No Chile observa-se um movimento semelhante, contudo, a partir do seu próprio contexto: a lembrança dos *golpes de estado* ocupa um lugar de destaque entre os elementos mais importantes na estrutura da sua representação, também como uma forma de não se esquecer o que ocorreu e alertar para o perigo de que algo deste tipo volte a ocorrer. Associados a este termo, encontram-se, por exemplo, o *governo de Allende*, no terceiro quadrante e os elementos *democracia* e *ditadura no Chile*, na periferia distante. Este último termo aparece na segunda periferia de todos os países, constituindo-se como um exemplo de uma das ditaduras mais longas e violentas da América Latina. Também na segunda periferia das representações para os chilenos, vemos os elementos *papel dos EUA* e *neoliberalismo*, ambos negativamente avaliados, indicando a presença de críticas com relação ao modelo neoliberal, objetivado na figura dos EUA, e também críticas com relação à influência deste país na América Latina.

Críticas similares são encontradas também na periferia distante da representação dos mexicanos, a partir dos elementos *NAFTA* e *neoliberalismo*. A evocação destes termos, ainda que na periferia, indica uma atualização da memória (Sá *et al.*, 2005), a partir de críticas mais recentes (em termos históricos), denunciando as relações (neo)coloniais mantidas agora com os EUA, no lugar dos antigos colonizadores europeus (Canclini, 1999/2010). Interessante observar, contudo, que a evocação da *construção do Canal do Panamá*, outro evento que envolveu também uma tentativa de controle dos EUA, foi positivamente avaliado por brasileiros (zona de contraste) e mexicanos (segunda periferia), indicando uma valorização de uma grande realização tecnológica (a qual recentemente também passou por ampliações), que teve importante impacto econômico para diferentes países, não apenas da América Latina. A seleção deste evento entre os mais importantes da história latino-americana pode ser também uma estratégia utilizada para garantir a manutenção da distintividade positiva do grupo diante de comparações sociais desfavoráveis (Basabe & Bobowik, 2011; Cabecinhas, 2007; Tajfel, 1982b), ao ressaltar um acontecimento relativo a uma realização científica e tecnológica, aspecto pelo qual, em geral, o endogrupo (latino-americanos) não é valorizado, como uma forma de mostrar que também há

mais na sua história do que apenas exploração, sofrimento, ou necessidade de lutar por seus direitos básicos, havendo, portanto, outros âmbitos nos quais podem se destacar.

Já a evocação das *ditaduras*, de forma mais geral, encontra-se na primeira periferia dos três países, ao lado da *Revolução Cubana*. Configuram-se como dois importantes momentos na construção da narrativa da história latino-americana: o primeiro, marcando um momento de ruptura da ordem social da época, sendo um período extremamente negativo da história, com intensa repressão da população e anulação dos seus direitos; o segundo, como uma espécie de evento antagônico àquele, um momento que marca um processo de resistência, de revolução, de luta pelos seus direitos, que se constitui também como um acontecimento que simboliza uma fratura na ordem social então vigente, porém, com uma esperança, como algo positivo, um exemplo para a região.

Para além da Revolução Cubana, também a *Revolução Mexicana*, se constitui como o último dos acontecimentos em comum entre as representações de brasileiros (segunda periferia), chilenos (zona de contraste) e mexicanos (primeira periferia). Entre estes dois últimos também as *revoluções* (sem especificação de qual) aparecem, porém, com maior importância no México (periferia próxima). Entre os mexicanos, além de mais conteúdos relacionados a revoluções, há também mais lembranças de eventos relativos a independências – *Bolívar e sua atuação nas independências de diferentes países latino-americanos* (zona de contraste), *independência em relação à Espanha* (zona de contraste), *independência do México* (periferia distante) e a guerras e conflitos – *perda do Texas* (zona de contraste), *guerras civis*, *Guerra das Malvinas* e *Guerras Mundiais* (todas na segunda periferia).

Estes resultados podem indicar que há, entre os respondentes mexicanos, uma atualização da sua memória acerca da história latino-americana a partir do contexto atual do país, isto é, diante de tanta opressão e violência no momento atual, os estudantes retomam e (re)interpretam acontecimentos conflitivos do passado, quer tenham envolvido ou não o seu país, e, especialmente aqueles que se constituíram como movimentos de luta, de reivindicações por mudanças e direitos, como as diferentes independências e revoluções que destacam, em um tipo de reafirmação de que hoje também podem e vão resistir e que esta organização da sua representação a partir destes elementos é, também, uma forma de (re)existência. É possível, ainda, que haja, entre estes participantes mexicanos, maior histórico de inserção em debates sobre o processo de conquista, colonização e exploração da América Latina e as posteriores lutas por independência nos países da região, o que pode ter relação com diferentes aspectos, como algumas das seguintes possibilidades: a especificidade da amostra mexicana, constituída por maioria de participantes que se declararam identificados como indígenas ou mestiços,

além de muito identificados com o próprio o país e com a América Latina; ou a sua posição fronteiriça e suas relações conflituosas com os EUA, o que os coloca em um contexto direto de comparação social (Tajfel, 1983) com um país que possui alto *status* no cenário mundial e se configura como um dos exogrupos em relação à América Latina, demandando uma constante reafirmação identitária; ou, ainda, pode guardar relação com o seu sistema educativo, com o conteúdo ensinado, por exemplo, nas disciplinas de história, geografia, etc, porém, quanto a este aspecto, são necessários estudos comparativos sobre o conteúdo escolar acerca da história latino-americana no México e em diferentes países da região para averiguar se existe realmente essa diferença, o que não foi o propósito de nossa investigação.

Outros elementos relativos a guerras, conflitos e mudanças na ordem política dos países também foram evocados por brasileiros e chilenos. No Brasil, encontram-se: *Guerra do Pacífico*, *guerras*, *independência do Brasil* e *proclamação das Repúblicas* (todos na periferia distante). E no Chile: *Guerra das Malvinas* e *Guerra do Pacífico* (também na periferia distante).

Além dos elementos já citados, observa-se também no sistema periférico das representações dos três países elementos que indicam representações mais polêmicas (Moscovici, 1988), derivadas de críticas que se tornaram mais contundentes nos últimos anos por meio de debates que têm sido conduzidos em torno do processo de construção dos seus países e da América Latina como um todo, das formas de exploração e violação de direitos de diferentes populações e da importância da afirmação e valorização das suas origens e tradições. Nesse sentido, no Brasil, por exemplo, foram lembrados os eventos *abolição da escravatura* (primeira periferia) e *escravidão* (periferia distante), que não aparecem nos quadrantes dos outros países considerados. A saliência destes eventos entre brasileiros, porém não nos demais países, condiz com o fato de que, dentre estes, o Brasil foi aquele que teve maior histórico de escravidão de negros e foi o último país da América Latina a abolir a escravatura. Resultados semelhantes também foram encontrados por Cabecinhas *et al.* (2011). No entanto, neste estudo, os autores encontraram avaliações mais consensualmente negativas para a escravidão e mais positivas para a abolição da escravatura, o que também esperávamos encontrar em nossa investigação, porém estes valores foram ligeiramente menores e com maiores desvio-padrão, o que indica uma variedade de avaliações entre os respondentes brasileiros da nossa pesquisa. Vale ressaltar que, ainda que a maior parte daqueles que disseram possuir alguma orientação política sejam de esquerda ou centro esquerda (53,5%), a maioria da amostra brasileira identificou-se como branca (57,1%), o que pode ter relação com essas diferenças nas avaliações destes eventos. Estes resultados evidenciam que, por mais que as

críticas sobre a exploração e a escravidão decorrentes dos processos coloniais sejam críticas mais "consolidadas" (Sá *et al.*, 2005), ainda há necessidade de maiores discussões sobre as consequências desses processos nestes países, como é o caso do Brasil, em que até hoje, a população negra é a que mais sofre com a violência (e.g. Waiselfsz, 2016).

Além destas, outras críticas mais recentes a respeito do *extermínio dos povos originários/indígenas* se fazem presente no Brasil e no Chile (em ambos na zona de contraste), o que corrobora com resultados obtidos em estudos anteriores (e.g. Sá *et al.*, 2005) acerca das memórias do descobrimento do Brasil, em que elementos referentes ao processo de assimilação e ao massacre de grupos indígenas também passam a ganhar maior destaque nas representações dos indivíduos, principalmente entre aqueles mais jovens, que se identificam como latino-americanos e possuem orientação política de esquerda, como é o caso de grande parte da nossa amostra. Desse modo, conforme discutem os autores, por meio dessas críticas recentes parece ocorrer uma atualização da memória, incluindo outros elementos de caráter polêmico na representação, que passam a conviver, ainda que na periferia, com aqueles mais hegemônicos já existentes (Sá *et al.*, 2005). Essas críticas têm lugar no Chile e no Brasil, a partir dos contextos destes países: no primeiro, há um debate efervescente em torno dos direitos de diferentes grupos indígenas, especialmente os Mapuche (e.g. Pinto, 2002); e, no segundo, dentre outros fatores, as reflexões acerca dos direitos dos povos originários ganharam ainda mais destaque, a partir do ano de 2012, quando um grupo de indivíduos Guarani Kaiowá escreveu uma carta na qual pedia para que o Governo declarasse a sua morte coletiva e os enterrassem na terra de onde seriam expulsos novamente. Tal carta causou grande impacto no país ao denunciar a histórica situação de exclusão e privação de direitos nas quais se encontrava, não apenas este grupo, mas tantos outros grupos indígenas, não apenas no Brasil, mas na América Latina em geral. Nesse sentido, conforme argumenta Brum (2012):

> Há cartas, como a de Pero Vaz de Caminha, de 1° de maio de 1500, que são documentos de fundação do Brasil: fundam uma nação, ainda sequer imaginada, a partir do olhar estrangeiro do colonizador sobre a terra e sobre os habitantes que nela vivem. E há cartas, como a dos Guaranis Caiovás, escritas mais de 500 anos depois, que são documentos de falência. Não só no sentido da incapacidade do Estado-nação constituído nos últimos séculos de cumprir a lei estabelecida na Constituição hoje em vigor, mas também dos princípios mais elementares que forjaram nosso ideal de humanidade na formação do que se convencionou chamar de "o povo brasileiro". A partir da carta dos Guaranis Caiovás, tornamo-nos cúmplices de genocídio. Sempre fomos, mas tornar-se é saber que se é (sp).

Apesar de falar especificamente sobre a situação brasileira, quisemos apresentar essa discussão sobre os Guarani Kaiowá, pois consideramos emblemática para assinalar a importância do não

esquecimento desses acontecimentos, a fim de estimular mais reflexões sobre o tema, impulsionando transformações de práticas sociais, que visem mudanças na realidade social latino-americana. Portanto, ainda que estes acontecimentos tenham sido lembrados na periferia das representações de chilenos e brasileiros, eles se constituem como elementos que, enquanto parte do sistema periférico, atuam na regulação dessas representações, permitindo adaptações à realidade, de forma a proteger o núcleo central (Abric, 1993; Wachelke & Wolter, 2011). Já no México, os participantes não mencionam o extermínio dos indígenas, como discutimos no estudo anterior, porém evocam o termo *povos pré-colombianos* (zona de contraste), com avaliação positiva, como uma forma de enfatizar a importância da existência destes grupos. Este elemento também é lembrado por chilenos na zona de contraste, ao lado do termo *presença humana*. Ainda com relação a elementos referentes a diferentes grupos populacionais que fazem parte da história latino-americana, os mexicanos mencionaram o termo *mestiçagem*[65] (segunda periferia), que é uma expressão que pode ter diferentes entendimentos, seja como indicativo de mistura racial ou de uma mistura que engloba não apenas o quesito raça, mas também cultura, costumes, etc. Sua presença, apenas no México, pode indicar uma valorização da diversidade étnica latino-americana, porém, também pode conter traços de uma ideia ilusória de convívio harmonioso entre os grupos étnicos, sem preconceitos e discriminação (Amado, 2012), o que será melhor discutido no capítulo seguinte. Finalmente, dois elementos que figuram apenas nos quadrantes do México são: terremotos (zona de contraste) e tráfico de drogas (periferia distante), ambos lembrados como problemas, como eventos marcantes, o primeiro de caráter natural, na categoria de desastres, e o segundo como uma questão social muito presente não apenas no México, mas em demais países latino-americanos, como veremos também nos próximos capítulos.

Diante dessa discussão inicial sobre os resultados referentes aos acontecimentos mais importantes nas representações sociais da história da América Latina para estes estudantes, expomos, na Figura 8.2, os quadrantes com as representações relacionadas às personalidades mais importantes no Brasil, Chile e México. Cumpre sublinhar, entretanto, que, não nos prolongaremos numa discussão em separado apenas sobre as personagens, visto que estes resultados seguem interpretações similares às que apresentamos acima, portanto, após a sua apresentação, finalizaremos com uma discussão conjunta sobre os acontecimentos e personagens.

[65] Discutiremos melhor sobre este conceito no próximo capítulo, visto que ele será mais relevante para os resultados encontrados nos três países no Estudo 2.

A partir da análise dos quadrantes, observamos que a estrutura dessa representação social foi organizada da seguinte forma: para brasileiros houve frequência intermediária de 12, ordem média de evocações de 3 e frequência mínima de 5; para chilenos, a frequência intermediária foi de 8, a ordem média de evocações foi de 3 e a frequência mínima foi de 2; já no México estes valores foram: 9 (frequência intermediária), 2,9 (ordem média de evocações) e 2 (frequência mínima). O campo representacional da amostra brasileira foi composto por 98 termos diferentes, enquanto o da chilena e da mexicana foram compostos por 70 e 62, respectivamente. Ou seja, os participantes dos três países se lembraram de uma variedade maior de acontecimentos do que de personalidades.

Observamos que, dentre os elementos que mais provavelmente constituem o núcleo central dessas representações sociais entre brasileiros, chilenos e mexicanos são *Cristóvão Colombo* e *Simón Bolívar*, o que condiz com os elementos comuns ao núcleo central dos três países no que diz respeito aos acontecimentos: conquista/descobrimento, colonização e independências. Ou seja, vemos atuante o processo de objetivação (Moscovici, 1961/2004), de modo que os acontecimentos são concretizados em pessoas/personagens, por meio do subprocesso de personificação (Ordaz & Vala, 1997; Vala & Castro, 2013).

Logo, conforme já discutido em estudos prévios (e.g. Páez *et al.*, 2016), Colombo passa a representar a "descoberta", e, no caso da América Latina, sua lembrança também está ligada ao início do processo de colonização, enquanto, por outro lado, as independências dos países latino-americanos são objetivadas na pessoa de Bolívar. Esse mesmo processo se faz presente com outros elementos, compondo as narrativas sobre a memória da história latino-americana e sobre o processo de construção da América Latina enquanto grupo psicológico de referência, a partir da associação entre diferentes eventos e personagens que se organizam de forma polifásica e dinâmica, auxiliando na construção das identidades sociais dos grupos (Jovchelovitch, 2012; Liu, 2013).

Nesse sentido, além deste par herói/vilão (Hanke *et al.*, 2015) mais geral para a América Latina, outras personalidades são evocadas para lembrar os seus papéis na conquista e colonização e também nas independências dos diferentes países da região. Por exemplo, no Brasil vê-se *Pedro Álvares Cabral* (núcleo central) e *D. Pedro I* (zona de contraste), enquanto no Chile, apresentam-se *Hernán Cortés* (zona de contraste) e *José de San Martín* (núcleo central). Estes dois últimos também estão presentes no México, no núcleo central e na primeira periferia, respectivamente, além da menção, na segunda periferia, ao conquistador *Francisco Pizarro* e à Rainha *Isabel I de Castela*, a qual também apoiou as viagens de Colombo, que levaram à "descoberta" da América.

Média das Frequências		Termo Evocado	F	OE	IM	Termo Evocado	F	OE	IM
BRASIL									
Média da Ordem de Evocação									
		< 3				**≥ 3**			
	≥ 12	Pedro Álvares Cabral	15	2,20	4,60	Hugo Chávez	21	3,62	3,86
		Che Guevara	69	2,42	5,12	Eva Perón	12	3,58	5,50
		Cristóvão Colombo	24	2,04	4,58	Getúlio Vargas	20	3,75	4,11
		Fidel Castro	44	2,73	3,51	Lula	39	3,15	4,87
		Simón Bolívar	40	2,32	5,75				
	< 12	D. Pedro I	10	2,10	4,60	Salvador Allende	5	4,20	6,40
		D. Pedro II	6	2,17	5,33	Dilma Rousseff	7	3,29	2,00
		Princesa Isabel	6	2,67	6,00	Fernando Henrique Cardoso	6	4,50	6,17
						Frida Kahlo	8	3,37	6,88
						Gabriel García Márquez	10	4,10	6,70
						José Mujica	7	3,00	7,00
						Papa Francisco	10	3,50	6,78
						Pelé	8	3,75	5,25
						Juan Domingo Perón	7	3,57	2,71
						Augusto Pinochet	9	3,33	1,78
CHILE									
		< 3				**≥ 3**			
	≥ 8	Che Guevara	25	2,48	5,36	Salvador Allende	16	3,67	5,56
		Cristóvão Colombo	12	1,58	4,17	Hugo Chávez	8	3,87	3,75
		Fidel Castro	24	2,87	4,58	Augusto Pinochet	18	3,44	1,39
		Pablo Neruda	9	2,89	5,56				
		José de San Martín	11	2,00	6,18				
		Simón Bolívar	23	2,09	5,52				
	< 8	Andrés Bello	3	2,67	6,00	Bernardo O'Higgins	2	4,50	6,50
		Hernán Cortés	4	2,25	3,00	Ditadores	2	5,00	1,00
		José Mujica	4	2,50	6,25	Eva Perón	2	3,00	4,00
		Emiliano Zapata	3	2,33	6,00	Eduardo Galeano	2	4,00	6,50
						Gabriel García Márquez	3	3,67	6,00
						Jorge Luis Borges	2	5,00	7,00
						Manuel Rodríguez Erdoíza	2	4,00	5,50
						Richard Nixon	2	3,50	1,10
						Pelé	2	5,00	6,50
						Juan Domingo Perón	4	3,75	4,00
						Túpac Amaru II	2	3,50	7,00
MÉXICO									
		< 2,9				**≥ 2,9**			
	≥ 9	Cristóvão Colombo	16	1,62	4,13	Benito Juárez	9	3,00	5,22
		Hernán Cortés	13	2,15	3,00	Che Guevara	34	2,97	5,62
		Miguel Hidalgo	10	2,80	5,50	Fidel Castro	27	3,22	4,74
		Simón Bolívar	30	2,13	6,03	José de San Martín	9	3,78	6,33
	< 9	Salvador Allende	6	2,50	5,33	Abraham Lincoln	2	3,00	4,50
		Carlos Salinas de Gortari	2	2,50	1,00	Hugo Chávez	4	4,00	3,25
		Gabriel García Márquez	6	2,67	6,67	Eva Perón	6	4,50	5,17
		Pablo Neruda	4	2,00	7,00	Francisco Pizarro	4	4,75	2,50
		Juan Domingo Perón	2	2,00	5,00	Isabel I de Castela	2	3,50	2,50
						José Vasconcelos	2	3,50	6,00
						José Mujica	3	3,33	5,67
						Octavio Paz	2	4,00	7,00
						Augusto Pinochet	7	3,43	1,14
						Porfirio Díaz	8	3,37	5,13
						Rigoberta Menchú	2	3,50	7,00
						Antonio López de Santa Anna	2	3,00	3,00
						Emiliano Zapata	6	4,17	5,83

Nota: Sequência de apresentação dos resultados: termo evocado; frequência absoluta (F); média da ordem de evocação (OE); impacto médio (IM) (escala de 1 – muito negativo – a 7 – muito positivo).

Figura 8.2 – Quadrantes das evocações relativas às personagens mais importantes na história da América Latina para Brasil, Chile e México

No Chile e no México ainda são lembrados outros líderes ou indivíduos que de alguma forma estiveram envolvidos em movimentos de independência: no primeiro, aparecem *Andrés Bello* (zona de contraste) e *Bernardo O'Higgins* e *Manuel Rodríguez Erdoíza* (os dois na periferia distante); e, no segundo, *Miguel Hidalgo* (núcleo central) e *Antonio López de Santa Anna* (segunda periferia), que, apesar de ter lutado pela independência mexicana, governou depois o país sob um regime autoritário, recebendo uma avaliação negativa dos participantes mexicanos em nossa pesquisa.

Também os diferentes líderes de governo, sejam eles monarcas, ditadores ou democratas, são lembrados nos três países, em consonância com muitas das respostas obtidas com relação aos acontecimentos. Dessa forma, entre os governantes lembrados em todos os países pesquisados, encontram-se: *Hugo Chávez* (na primeira periferia no Brasil e no Chile e na periferia distante no México), *Juan Domingo Perón* (presente na segunda periferia no Chile e no Brasil e na zona de contraste no México) e *José Mujica* (na zona de contraste no Chile e na segunda periferia no México e no Brasil). Ainda que não tenha sido lembrada apenas pelo seu papel político, mas, sobretudo, por sua atuação humanitária, *Eva Perón* também foi uma personagem comum entre brasileiros (primeira periferia), chilenos e mexicanos (em ambos na periferia distante). De maneira específica para cada país, vê-se no México, os ex-presidentes *Benito Juárez* (primeira periferia), *Carlos Salinas de Gortari* (zona de contraste) e *Porfirio Díaz* (segunda periferia). E no Brasil, os membros da monarquia portuguesa que residiram no Brasil, *D. Pedro II* (filho de Pedro I) e *Princesa Isabel* (filha de Pedro II) (ambos na zona de contraste). Além de diferentes tipos de lideranças políticas tiveram grande importância personagens ligadas às diferentes revoluções ocorridas na América Latina e no Caribe, como *Che Guevara* e *Fidel Castro*, que parecem se configurar como personificações da Revolução Cubana, tanto para brasileiros e chilenos (ambos no núcleo central) quanto para mexicanos (primeira periferia). Além destes, também *Emiliano Zapata*, um dos líderes da Revolução Mexicana, foi lembrado por mexicanos (segunda periferia) e chilenos (zona de contraste).

Interessante notar, ainda, como algumas personagens parecem de fato objetivar alguns acontecimentos, havendo, inclusive, a coincidência de sua localização nos mesmos quadrantes da estrutura da representação em cada um dos países, ainda que, conforme dissemos anteriormente, essa estrutura possa ser mais fluida do que aparenta. *Augusto Pinochet*, por exemplo, está presente na primeira periferia no Chile, ao lado de *Salvador Allende*, mesmo quadrante em que, na amostra chilena, aparece o termo ditaduras. Já no Brasil, a referência a estas duas personagens encontra-se na periferia distante, mesmo quadrante onde também foi mencionada a ditadura no Chile. No México, algo similar

ocorre, com a menção a *Pinochet* e à ditadura chilena no último quadrante, porém com a presença de *Allende* na zona de contraste. Além destes termos, no Brasil, nota-se a presença da agora ex-presidente *Dilma Rousseff* (com avaliação negativa) no mesmo local em que, nos acontecimentos, foram lembrados os protestos contra o governo brasileiro (segunda periferia). Neste mesmo quadrante é lembrado também o ex-presidente brasileiro *Fernando Henrique Cardoso* (avaliação positiva), como uma forma de comparação entre os diferentes governos, entre as diferentes épocas em que se encontrava o país. É de salientar a menção aos também ex-presidentes brasileiros *Lula* e a *Getúlio Vargas*, ambos com avaliações próximas ao "neutro", na primeira periferia, onde, entre os eventos, também se encontravam as democracias (avaliação quase "neutra") e as ditaduras (negativa), o que também guarda relação com o contexto atual do país. Já no Chile, na periferia distante se fazem igualmente presentes algumas sobreposições: enquanto nos acontecimentos encontramos referências às democracias e à ditadura no seu próprio país, entre as personagens vemos a menção genérica aos *ditadores*; da mesma forma, enquanto o papel dos EUA e o neoliberalismo foram lembrados entre os eventos no último quadrante, também o ex-presidente estadunidense *Richard Nixon* figurou entre as personagens nesse espaço; e, finalmente, a menção às revoluções, de forma geral, foi acompanhada pela lembrança de um dos líderes de movimentos revolucionários latino-americanos, *Túpac Amaru II*. Finalmente, no México, para além das relações já mencionadas, vale destacar também: na segunda periferia, enquanto o termo mestiçagem foi mencionado entre os eventos, o escritor e político mexicano *José Vasconcelos*, o qual discutia sobre a ideia de uma "raça cósmica" (Vasconcelos, 1925), sobrevalorizando o mestiço, também o foi; ademais, nesse mesmo quadrante, onde houve alusão ao neoliberalismo e ao NAFTA, há menção ao ex-presidente estadunidense *Abraham Lincoln*, o qual, por mais que possa não ter relação direta com estes eventos, pode estar relacionado a uma importância da relação com os EUA na construção das memórias destes mexicanos no tocante à história da América Latina.

Por fim, também foram lembradas, de forma positiva, pessoas relacionadas à liderança religiosa – *Papa Francisco* (na periferia distante, no Brasil) –, ao futebol – *Pelé* (periferia distante de Brasil e Chile) –, à pintura – *Frida Kahlo* (também na periferia distante no Brasil) –, e, com maior ênfase, à literatura – *Octavio Paz* (segunda periferia do México), *Eduardo Galeano* e *Jorge Luis Borge*s (ambos da segunda periferia do Chile), *Pablo Neruda* (no núcleo central do Chile e na zona de contraste no México) e *Gabriel García Márquez* (na segunda periferia para chilenos e brasileiros e na zona de contraste para mexicanos), todos como uma forma de também valorizar aspectos nos quais personagens de diferentes países latino-americanos se destacaram positivamente.

Diante destes resultados encontrados no que diz respeito aos acontecimentos e às personalidades mais importantes na história da América Latina, segundo os participantes deste estudo, consideramos que a utilização dessa outra técnica para a análise dos dados se mostrou bastante interessante, pois ofereceu uma possibilidade de completar análise realizada no Estudo 1.1. No primeiro estudo pudemos verificar os elementos mais lembrados por chilenos, mexicanos e brasileiros, a partir da sua frequência relativa e também examinar quais os principais temas, períodos e locais relativos a todos os eventos e personagens evocados. Porém, quando consideramos a frequência absoluta e a média da ordem de evocação, vemos que alguns elementos perdem um pouco da sua proeminência e outros ganham maior espaço, além de ser possível, ainda, com essa outra análise, conhecer diferentes elementos que compõem os campos representacionais nos três países, o que, apenas considerando o "Top 10", não seria possível. Logo, para citar alguns exemplos: o elemento *ditaduras*, que no Estudo 1.1 foi o segundo evento mais evocado por brasileiros e chilenos e o quarto para mexicanos, quando se considera, também a ordem na qual foi lembrado, passa a figurar na primeira periferia dos três países; ou a *ditadura no Chile* que, entre chilenos, havia sido o oitavo evento mais lembrado, considerando-se apenas a frequência relativa, porém, com a análise alternativa, aparece na periferia distante. O mesmo vale para as personagens, por exemplo: *Pinochet* e *Porfirio Díaz* que, no México, estavam entre os dez mais lembrados, porém, com a análise efetuada neste estudo, aparecem na segunda periferia.

Nesse sentido, por meio das análises realizadas neste estudo, observamos a existência de diversos elementos comuns partilhados entre os três países, porém também algumas especificidades, principalmente no sistema periférico de suas representações, indicando a "heterogeneidade de uma periferia representacional viva" (Sá *et al.*, 2005, p.33), de modo que se misturam elementos descritivos, da história oficial e também outros mais críticos, a partir de elaborações mais recentes, minoritárias e polêmicas (Sá *et al.*, 2005). Foi possível, portanto, observar como os elementos do sistema periférico das representações relativas aos acontecimentos e às personalidades, por meio do seu caráter não consensual e flexível, permitem uma adaptação ao contexto social imediato dos grupos, atuando nessa interface entre a realidade mais próxima e o núcleo central das representações, lidando com a diversidade e as contradições existentes nestes grupos (Abric, 1993, Sá, 1998). Além disso, também pôde-se perceber como o núcleo central, ainda que contenha elementos mais consensuais, que permitem gerar a significação da representação e organizá-la de modo relativamente estável (Abric, 1993, 1998), pode comportar também certa flexibilidade, a partir da própria característica polifásica e dialógica da construção do pensamento social, e, por conseguinte, da forma como os membros dos

grupos constroem narrativas que contribuem para que o campo representacional tenha continuidade e também resiliência (Jovchelovitch, 2012). Assim, a memória social, ou a representação social sobre acontecimentos remotos, como propõem Vala & Saint-Maurice (2005), "se organiza de forma relativamente coerente para se poder assumir como uma narrativa, como uma descrição, e suficientemente flexível para se poder reorganizar contextualmente em função de princípios identitários" (p.132).

Desse modo, as narrativas históricas ajudam a compor a construção da narrativa de uma cultura nacional, a partir da apresentação de eventos, personagens, símbolos, entre outros aspectos que são (re)produzidos por meio da interação entre as pessoas, pelos meios de comunicação, pela literatura, além da ênfase numa origem comum em um tempo distante e na tradição, nos valores e costumes a serem mantidos, a fim de dar continuidade à identidade do grupo (Hall, 1992/2006). Entretanto, como dissemos anteriormente, nem as identidades nacionais e tampouco as supranacionais são homogêneas e unas, possuindo, na verdade, uma formação cultural híbrida, a partir das relações entre diferentes Outros (Bhabha, 1990; Hall, 1992/2006). Assim, da mesma forma como a construção das identidades nacionais e supranacionais se dá em meio a diferenças, contradições e relações de poder (Hall, 1992/2006) também a construção da memória social destes grupos se constitui como um campo de disputa dentro de um mesmo grupo e entre os diferentes grupos com os quais se relacionam (Cabecinhas *et al.*, 2006). A memória social, então, envolve sempre tentativas de mostrar determinados pontos de vista (Cabecinhas & Abadia, 2013), o que pode fazer com que sirva como instrumento utilizado para segregar e reforçar estereótipos, ao priorizar a construção de apenas uma história. E o "perigo de uma única história", conforme nos lembra Adichie (2009) é que ela dificulta o reconhecimento de nossa igualdade enquanto humanos, tirando a dignidade das pessoas. Contudo, as representações sociais da história também podem servir como mecanismos de retomada da autoestima positiva, especialmente de membros dos grupos minoritários, contribuindo para a ressignificação de estereótipos e práticas sociais e para a contestação da legitimidade da ordem social vigente (Liu & Hilton, 2005).

8.8. Considerações Finais

Diante das discussões apresentadas no conjunto dos dois estudos realizados, acreditamos ter contribuído para uma "descolonização da história" (Meneses, 2008) latino-americana, ao escutar outras e diferentes versões da história da região (Cabecinhas & Nhaga, 2008), a partir

dos próprios latino-americanos. No entanto, como ponderamos no estudo anterior, a presente investigação contou com algumas limitações, por exemplo, no que diz respeito à análise realizada neste estudo, com o auxílio do *software EVOC*. No caso específico do seu uso na pesquisa sobre as representações sociais da história, por meio da evocação de palavras tendo os acontecimentos e as personagens mais importantes como termos indutores, é possível que alguns participantes tenham seguido certa lógica cronológica para listar os eventos/personalidades, o que dificultaria a interpretação a partir da média da ordem de evocação. Esse empecilho pode ser solucionado, em trabalhos futuros, pedindo-se aos respondentes para ordenarem (de 1 – mais importante a 5 – menos importante) os elementos evocados, diminuindo-se a possibilidade de viés cronológico nas respostas. Tal, opção, porém, pode ter a desvantagem de ser menos espontânea. Assim, ainda que este estudo tenha essa limitação, acreditamos que, caso essa lógica cronológica tenha aparecido nos resultados, terá sido marginal, visto que, ao analisar o conjunto das respostas de cada um dos participantes, nota-se que, a maior parte deles citou os elementos à medida que foi se lembrando dos mesmos, não necessariamente seguindo a ordem da sua ocorrência na história. Além disso, a realização de ambos os estudos, com diferentes olhares para os mesmos dados, permitiu que um complementasse o outro, fornecendo uma melhor compreensão do fenômeno investigado. Também vale lembrar que as reconstruções e reapropriações do passado a partir do contexto atual envolvem lembranças de determinados conteúdos e esquecimentos de outros (Cabecinhas, 2006; Cabecinhas & Abadia, 2013), portanto, aponta-se a importância da realização de estudos futuros que foquem, também, naqueles conteúdos "esquecidos" das memórias sociais dos grupos.

Dessa forma, ressaltamos a necessidade de manter vivas discussões como as que realizamos neste estudo como um todo, visto que podem oferecer importantes contribuições para diálogos futuros entre os diferentes países da região latino-americana e destes com seus antigos colonizadores, escutando o que os subalternos têm para falar (Spivak, 1985/2010) sobre suas próprias histórias. Finalmente, conforme afirmam Liu e Hilton (2005), a Psicologia Social e, acrescentamos, os Estudos Culturais, podem se inserir nestes debates, junto à História, fornecendo subsídios para estes diálogos, a partir da análise integrada dos eventos históricos em si, das suas representações sociais e das identidades sociais construídas pelos grupos. Essa articulação entre diferentes conceitos e diferentes áreas do conhecimento nos auxiliará na busca

por uma melhor compreensão do passado, do presente e dos desafios para o futuro, como sintetiza Jovchelovitch (2012):

> Como um sistema de ideias, práticas e valores produzidos coletivamente, as representações sociais são a expressão psicossocial da história, uma história que se mantém firme, insistindo e se inscrevendo em nossas vidas subjetivas e sociais. O fardo de um passado que não passará continua sendo um dos aspectos psicológicos mais desafiadores de nossa condição histórica; e a luta entre lembrar e esquecer, trabalhar no passado para deixá-lo ir, para que o hoje possa ser entendido e o futuro possa ser aberto, permanece condição *sine qua non* para ir em frente, para o perdão, para renovar identidades e modos de vida. Neste espaço e neste desafio desenvolver-se-á o diálogo entre história e psicologia social (p.453, grifos da autora, tradução nossa).

CAPÍTULO 9 – Estudo 2: (Meta)Representações sociais sobre a América Latina entre brasileiros, chilenos e mexicanos

> [...] identities are about questions of using the resources of history, language and culture in the process of becoming rather than being [...], so much as what we might become, how we have been represented and how that bears on how we might represent ourselves. Identities are therefore constituted within, not outside representation. They relate to the invention of tradition as much as to tradition itself. [...] Moreover, they emerge within the play of specific modalities of power, and thus are more the product of the marking of difference and exclusion, than they are the sign of an identical, naturally-constituted unity (Hall, 1996e, p.4).

9.1. Introdução

O processo de construção identitária se dá a partir de imbricadas relações com as representações sociais, visto que estas contribuem para a identificação e a diferenciação grupal, influenciando nas relações intergrupais, da mesma forma como as identidades sociais atuam na produção e aceitação de diferentes representações sociais, em função das inserções sociais dos indivíduos (Breakwell, 1993; Deschamps & Moliner, 2009; Howarth, 2002). Nesse sentido, ao falarmos sobre a pertença psicológica (Tajfel, 1982a) de indivíduos a diferentes grupos nacionais e/ou supranacionais, devemos buscar analisar como eles os representam, visto que "as nações [e os grupos supranacionais], para além de entidades políticas e territoriais, são também coletividades representadas" (Cruz & Arruda, 2008, p. 789). Desse modo, as identidades se desenvolvem não apenas a partir de autodefinições e identificações, mas também a partir da comparação com a forma como os Outros nos representam, por meio de uma relação "dialética entre como nós nos vemos e como os outros nos veem" (Howarth, 2002, p.159, tradução nossa), em um processo que envolve demarcação de fronteiras de pertencimento e exclusão (Hall, 1996e; Ribeiro, 2008). Logo, compreender como latino-americanos constroem sua dinâmica identitária com relação à América Latina enquanto grupo psicológico de referência, envolve compreender também como estes indivíduos representam a América Latina (Estudo 2) e os latino-americanos (Estudo 3) e como pensam que os outros (que não são da América Latina) representam a região (Estudo 2) e as pessoas que dela procedem (Estudo 3).

No presente estudo, portanto, objetivamos analisar as representações e as metarrepresentações sociais partilhadas por mexicanos, chilenos e brasileiros sobre a América Latina. Sublinha-se que entendemos por metarrepresentação aquelas "representações de segunda ordem", que "estão relacionadas com as crenças pessoais acerca das crenças de outra pessoa" (Teixeira, 2006, p.8). Assim, ao se referirem à maneira como os indivíduos imaginam as representações sociais que outros grupos possuem do seu endogrupo, as metarrepresentações fornecem importantes contribuições, não apenas

para uma melhor compreensão sobre o espaço que estes indivíduos julgam possuir no imaginário social de outros grupos relacionados aos seus, mas também para o melhor entendimento dos comportamentos dos membros destes grupos nas relações intergrupais (e.g. Bonomo & Souza, 2013). Ademais, objetivamos analisar: quais os principais critérios dos quais os indivíduos fazem uso para delimitar/definir a América Latina, bem como quais outros nomes utilizam (caso o façam) para nomear a região.

9.2. Método

9.2.1. Participantes e procedimentos de recolha dos dados

Tendo em vista os objetivos apresentados, utilizou-se como instrumento de coleta dos dados um questionário, divulgado por meio de redes sociais, que continha, dentre outras perguntas que não serão analisadas no âmbito deste estudo, duas questões de evocação livre a partir do termo indutor *América Latina*. Dessa forma, a primeira questão de evocação referia-se às representações sociais que os respondentes partilhavam sobre a América Latina, a partir da pergunta: "O que você pensa, sente, imagina quando se fala em 'América Latina'? Escreva 5 palavras ou frases que vêm à sua cabeça"; já a segunda questão era relativa às metarrepresentações, às crenças de brasileiros, mexicanos e chilenos sobre como as pessoas que não são da região representam a América Latina, por meio da questão: "O que você acha que as pessoas que não são da América Latina pensam sobre a 'América Latina'? Escreva 5 palavras ou frases que vêm à sua cabeça". Após cada uma destas questões pedia-se aos respondentes para avaliarem como positivas ou negativas as expressões que haviam evocado, usando uma escala que variava de 1 (muito negativo) a 7 (muito positivo). As questões seguintes foram sobre os critérios de definição utilizados para delimitar a região latino-americana e sobre diferentes nomenclaturas para se referir a ela.

Cumpre sublinhar que, após as questões de evocação e a questão sobre os critérios de delimitação da América Latina, havia perguntas abertas sobre o porquê destas respostas ou sobre mais detalhamentos a partir de suas escolhas (como no caso dos critérios de delimitação). Porém, houve uma variedade de lógicas seguidas pelos participantes para a construção das suas explicações, por exemplo: alguns escreveram sobre o porquê da escolha dos elementos que responderam de forma geral; outros explicaram o que significava cada um dos elementos, porém não exatamente falando sobre sua opção por estes; outros apresentaram justificativas um pouco redundantes, com certa repetição dos próprios elementos presentes nas questões anteriores. Portanto, tanto neste estudo, como no Estudo 3, optamos

por não fazer uma análise pormenorizada destes "porquês", no âmbito desta tese, e sim utilizá-los como fonte de contextualização para nossa compreensão sobre as respostas dos participantes e melhor embasamento das análises. Além destas questões, o instrumento também contou com perguntas referentes a dados sociodemográficos, já mencionados anteriormente, e acerca do grau de identificação dos participantes com diferentes grupos (étnico/cultural, nacional e supranacional).

Assim, esta investigação foi realizada, com uma amostra de conveniência, composta por estudantes de cursos de graduação e pós-graduação de três países latino-americanos, sendo 54 mexicanos, 47 chilenos e 112 brasileiros, em um total de 213 indivíduos (64,32 % mulheres e 35,68 % homens; idade M=25,43, DP=3,83). Mais informações sobre a caracterização da amostra encontram-se na Tabela 7.1, do Capítulo 7 da tese.

9.2.2. Procedimentos de análise dos dados

Para o tratamento dos dados realizou-se, inicialmente, uma categorização dos elementos evocados pelos participantes dos três países, a partir de agrupamentos e distinções em função de critério semântico, segundo sugestões da Análise de Conteúdo (Bardin, 2002). Após essa "limpeza" inicial do banco de dados, eles foram processados por meio do *software* EVOC 2003 (Vergès, 2000), que os organizou de acordo com a média da ordem de evocação e da frequência das palavras mencionadas, gerando quatro quadrantes que constituem a estrutura das representações sociais destes indivíduos sobre a América Latina.

Também foi utilizado o software *IBM SPSS Statistics 20* para realizar análises de estatística descritiva com relação aos dados sociodemográficos e às avaliações dos termos evocados.

9.3. Resultados e Discussão

Tendo em vista os objetivos mencionados e com o intuito de propiciar uma melhor compreensão para o leitor, organizaremos esta seção da seguinte maneira: inicialmente apresentaremos os resultados referentes aos critérios utilizados para delimitar a América Latina e às nomenclaturas utilizadas pelos participantes para defini-la. Em seguida, passaremos à apresentação dos resultados acerca dos níveis de identificação com diferentes grupos, e, depois, daqueles relativos às representações e metarrepresentações sociais sobre a América Latina, finalizando com uma discussão integrada de ambas, ressaltando suas similaridades e diferenças com relação aos três países investigados.

Não apenas a origem do termo "América Latina", mas também a sua definição é controversa e não consensual (Farret & Pinto, 2011), de modo que diferentes critérios podem ter maior ou menor grau de

importância para a sua delimitação, de acordo com diferentes indivíduos ou grupos considerados. Logo, perguntamos aos participantes, a partir de uma lista de seis critérios, quais destes eles julgavam mais importantes para definir/delimitar essa região (América Latina). Os participantes avaliaram cada um dos critérios, segundo o seu grau de importância, a partir de uma escala que variava de 1 (nada importante) a 7 (muito importante), sendo 4 o valor "neutro" da escala. Por meio do exame da Tabela 9.1, nota-se que os critérios considerados como mais importantes pelos estudantes dos três países foram, primeiramente, a *cultura* (Média Geral dos três países = 6,30, DP=1,34) e, a seguir, a *história* (MG=6,22, DP=1,36) e a *geografia* (MG=5,68, DP=1,67). Já a *economia* foi o quarto critério na ordem de importância, para mexicanos (M=5,41, DP=1,55) e brasileiros (M=5,49, DP=1,66), porém o sexto para chilenos (M=4,83, DP=2,17). Para estes, o *idioma* ocupou o quarto lugar na ordem de relevância (M=5,43, DP=1,61), enquanto no México ficou em quinto (M=5,28, DP=1,94) e no Brasil em sexto lugar (M=5,28, DP=1,71). Finalmente, a *política* foi considerada como o quinto critério mais importante para brasileiros (M=5,48, DP=1,65) e chilenos (M=5,26, DP=1,97), e o sexto para mexicanos (M=5,24, DP=1,75).

Tabela 9.1 – Importância média dos critérios de delimitação da América Latina

	Cultura	Economia	Geografia	História	Idioma	Política
BRASIL	6,14 (1,43)	5,49 (1,66)	5,59 (1,72)	6,13 (1,42)	5,28 (1,71)	5,48 (1,65)
CHILE	6,62 (0,92)	4,83 (2,17)	5,68 (1,64)	6,49 (1,10)	5,43 (1,61)	5,26 (1,97)
MÉXICO	6,33 (1,44)	5,41 (1,55)	5,87 (1,61)	6,17 (1,45)	5,28 (1,94)	5,24 (1,75)

Nota: *Importância média* (e *desvio padrão*); Escala de Importância: 1=nada importante a 7=muito importante.

Na Figura 9.1 vemos uma apresentação gráfica da disposição dos resultados apresentados na tabela anterior. Estes resultados demonstram que, ainda que todos os critérios estejam bastante relacionados entre si, há maior ênfase dada à cultura e à história comuns, segundo os participantes, na definição de quais países fazem parte ou não da América Latina. Desse modo, ressaltam a importância de uma história compartilhada, por meio de processos coloniais, independências, seguidas, ainda, por relações de dependência para com a Europa e os EUA, além dos processos ditatoriais pelos quais passaram e a existência de democracias pouco confiáveis (cf. Estudo 1). Diferentes processos históricos que contribuíram para a construção da diversidade cultural, destacada pelos respondentes da pesquisa, corroborando com a afirmação de Ramos (2012), de acordo com a qual "a identidade latino-americana

não é nem 'indígena' nem 'europeia' nem 'africana' ou a soma de todas elas, é uma criação civilizacional nova que emergiu 'na' e 'da' colonização, cresceu na independência-dependência e está se renovando nas globalizações" (p.52, tradução nossa).

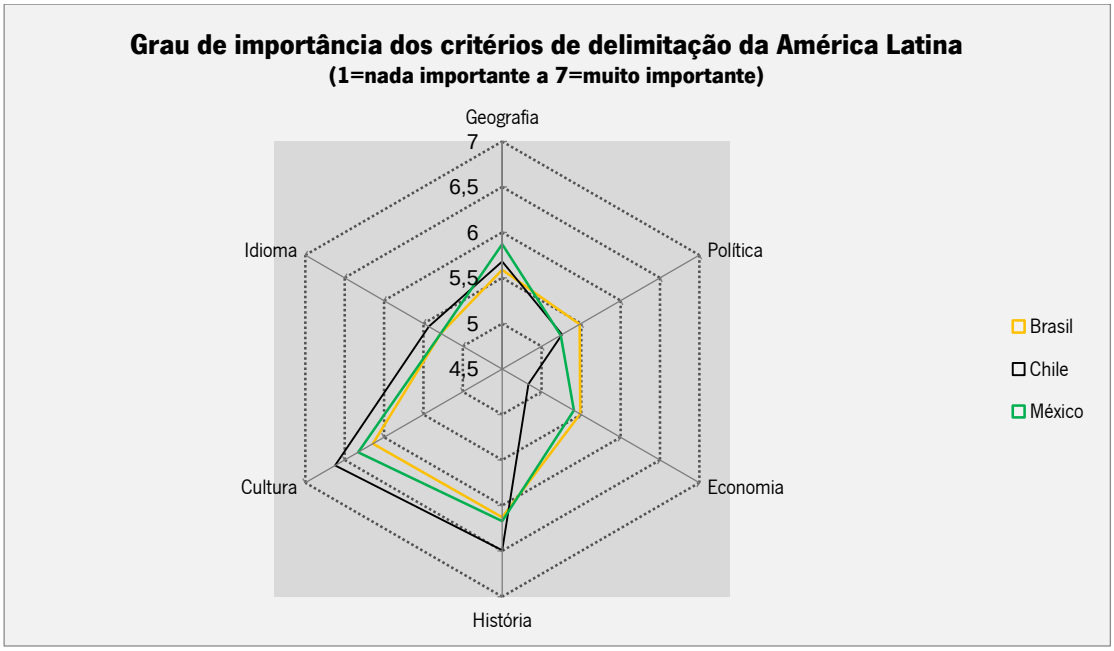


Figura 9.1. Gráfico sobre o grau de importância dos critérios de delimitação da América Latina

Assim, ao enfatizarem a cultura como o critério mais relevante para a definição da América Latina, estes estudantes, em geral, estavam se referindo à pluralidade e hibridação do processo de construção da região (Canclini, 1999/2010; Martín-Barbero, 2002b; Ramos, 2012), envolvendo diferentes grupos sociais e se concretizando em diferentes práticas, costumes, tradições, hábitos alimentares, rituais, entre outros aspectos. A importância destes critérios, resumidos na palavra "diversidade", será melhor compreendida adiante, ao discutirmos sobre as representações sociais que os participantes compartilham sobre a América Latina.

Já a geografia foi considerada o terceiro critério na ordem de importância, referindo-se à delimitação geralmente utilizada para se referir à América Latina como aqueles países "do México para baixo" na América, conforme sugerem alguns participantes, entretanto, não havendo concordância entre eles com relação à inclusão ou não das ilhas do Caribe. Porém, como mostram os resultados, para os participantes, apenas a geografia não é suficiente para compreender o que/quem constitui a região, logo, precisa ser associada aos demais critérios. Nesse sentido, insere-se também o idioma, a partir de diferentes pontos de vista: alguns consideram que apenas os países falantes de espanhol são

considerados latino-americanos (resposta mais presente entre alguns participantes mexicanos); ou que fazem parte apenas os países nos quais se fala português e espanhol, excluindo-se, assim, países como Jamaica, Suriname e Guiana Francesa; ou, ainda, destacam o idioma como critério relevante para chamar a atenção para a necessidade de não nos esquecermos dos diferentes idiomas ou dialetos dos vários povos originários existentes na região e que muitas vezes não são valorizados e/ou considerados como línguas oficiais, como foi o caso da resposta de alguns participantes chilenos, em especial, o que pode condizer com a maior relevância deste critério entre respondentes deste país. Por fim, há também aqueles que não consideram o idioma um fator tão importante quanto os demais para analisar quais países pertencem ou não à América Latina, incluindo, portanto, os diferentes idiomas presentes nos países "do México para baixo" (com ou sem os países insulares). Este é o caso de muitos participantes dos três países, em especial do Brasil, o que também condiz com a média do grau de importância atribuída a este critério entre brasileiros.

Contudo, é interessante ressaltar que, muitos respondentes dos três países, e principalmente, brasileiros, argumentam que, apesar de considerarem que há diferentes idiomas envolvidos na construção da América Latina, ainda a relacionam predominantemente ao espanhol, visto que a maior parte dos países da região foram colonizados pela Espanha e mantêm o espanhol como idioma oficial. Finalmente, a política e a economia foram fatores que se mostraram mais relacionados entre si e dependentes da história, de forma que os participantes em geral se referiram a diferentes tipos de governo ou reformas políticas pelas quais a maior parte dos países latino-americanos passam/passaram, associados, também a diferentes situações econômicas, tanto em termos de desenvolvimento quanto em termos dependência.

Desse modo, como esperado, estes resultados mostram a impossibilidade da utilização de apenas um ou dois critérios para definir quais países constituem a América Latina ou não, de forma que, mesmo com a associação de todos eles, é difícil haver um consenso com relação a uma delimitação estrita das fronteiras da América Latina (e.g. Farret & Pinto, 2012; Onuki *et al.*, 2016; Spektor, 2010), conforme discutido anteriormente. Na verdade, não apenas os limites da América Latina são difíceis de se definir, mas também o de qualquer região, na medida em que:

> [...] as regiões do mundo são construções sociais contingentes. Assim, os limites geográficos de uma região pouco têm de óbvio ou natural, e suas fronteiras resultam de um embate político que envolve as percepções, interesses, valores e identidades de jogadores-chave dentro e fora da região (Spektor, 2010, p.31).

As ideias que este autor expõe vão ao encontro da proposta de Anderson (1983/2008), de modo que não apenas as nações, mas também as regiões e grupos supranacionais se configurariam como comunidades imaginadas. Ideias que corroboram também com as perspectivas teóricas com as quais estamos trabalhando – TIS e TRS. Estamos considerando a América Latina como um *grupo psicológico* de referência de pertencimento, o que implica afirmar, segundo proposição da TIS, que essa pertença envolve um reconhecimento, por parte dos indivíduos, de que pertencem a este grupo, acompanhado por valores e emoções que associam a essa pertença (Tajfel, 1982c, 1983). Dessa forma, faz-se necessário conhecer o grau de identificação que as pessoas advindas dessa região possuem com relação a essa categoria. Por isso, pedimos aos participantes da pesquisa para que assinalassem o nível de identificação (entre 1=nada identificado e 7=muito identificado) que possuíam com relação a diferentes grupos sociais (próprio país, América Latina, algum grupo étnico/cultural, outro grupo nacional) e obtivemos os seguintes resultados, expostos na Tabela 9.2.

Tabela 9.2 – Níveis de identificação de brasileiros, chilenos e mexicanos com relação a diferentes grupos

		Identificação seu país	Identificação América Latina	Identificação grupo étnico/cultural	Identificação outro grupo nacional
BRASIL	Pouco	9,9	25,9	57,1	55,3
	Médio	3,6	15,2	8,9	12,5
	Muito	86,6	58,9	33,9	32,1
	Identificação média	6,08 (1,63)	4,09 (2,11)	3,25 (2,30)	3,09 (2,23)
CHILE	Pouco	21,3	19,2	57,5	63,9
	Médio	10,6	6,4	12,8	12,8
	Muito	68,1	74,4	29,9	23,4
	Identificação média	5,19 (2,03)	5,34 (1,74)	2,98 (2,09)	2,74 (1,98)
MÉXICO	Pouco	5,6	16,8	59,2	57,4
	Médio	3,7	11,1	9,3	14,8
	Muito	90,8	72,3	31,5	27,9
	Identificação média	6,50 (1,13)	5,52 (2,00)	3,24 (2,34)	2,87 (2,03)

Nota: Valores em porcentagens, com exceção daqueles relativos à *identificação média* (e *desvio padrão*); Escala de Identificação: 1=nada identificado a 7=muito identificado; Legenda níveis de identificação: *pouco* (1 a 3), *neutro* (4) e *muito* (5 a 7); as colunas podem não somar 100% devido a arredondamentos.

Observamos que os participantes mexicanos foram os que mais disseram se identificar como latino-americanos (M=5,52, DP=2,00) e com o seu país de origem (M=6,50, DP=1,13). Já os chilenos,

em geral, se identificaram mais como latino-americanos (M=5,34, DP=1,74) do que com o seu país (M=5,19, DP=2,03), enquanto, entre os brasileiros, se passou o contrário: possuíam maior identificação com o Brasil (M=6,08, DP=1,63) do que com a América Latina (M=4,09, DP=2,11). Os brasileiros foram os que mais se identificaram também como pertencentes a alguma outra nacionalidade (M=3,09, DP=2,23) e a algum grupo étnico/cultural (M=3,25, DP=2,30).

Interessante notar que, quando se referiam a diferentes nacionalidades, os respondentes brasileiros e chilenos, em geral, diziam identificar-se com diferentes países da América do Sul, principalmente Argentina, ou países europeus, em especial Itália e Alemanha, que tiveram importante participação da constituição populacional de ambos os países, por meio de processos migratórios principalmente a partir de meados do século XIX (e.g. Beneduzi, 2011); além de Portugal, para os brasileiros, e Espanha, para chilenos. Já os estudantes mexicanos, ao se identificarem com países da América do Sul, citaram, em especial, a Colômbia, e também mencionaram países da América Central em geral, além de menções à Espanha e ao Japão. Com relação à identificação com grupos étnicos, os participantes brasileiros geralmente fizeram referência a diferentes estados ou regiões do país, como gaúcho ou nordestino, ao passo que mexicanos e chilenos afirmaram se identificar mais com diferentes grupos indígenas/povos originários, como os Aimaras, Quechuas e, principalmente os Mapuche, no caso do Chile, e os Astecas, Maias, Otomis e Nahuas, no México. Importante lembrar que essas identificações – regional, nacional e supranacional – não precisam ser mutuamente excludentes, de maneira que podem conviver, sendo todas reconhecidas e estimuladas (e.g. Hornsey & Hogg, 2000), como observado nos resultados deste estudo.

Como dissemos anteriormente, além do grau de identificação com o grupo em questão, é necessário também compreender como os indivíduos representam este objeto, no caso deste estudo, a América Latina. Desse modo, é importante conhecer como estes indivíduos nomeiam essa categoria, visto que, tanto o processo de categorização social, fundamental na construção das identidades sociais quanto a ancoragem, necessária à construção das representações sociais, são processos que envolvem classificação e nomeação (Cabecinhas, 2009; Moscovici, 2000/2010a; Vala, 1993a). Desse modo, perguntamos aos participantes se havia outros termos/expressões que eles consideravam mais interessantes/apropriados e/ou que preferiam para se referir à América Latina. A maior parte dos estudantes dos três países, 81,7% (86,6% no Brasil; 83,0% no Chile; 70,4% no México) disseram não ter preferência por outros nomes, utilizando apenas a denominação América Latina, em português e em espanhol, refletindo a permanência da utilização deste nome, que se consolidou no século XIX,

especialmente como uma forma de comparação/oposição à América Anglo-Saxônica, sobretudo os EUA (Farret & Pinto, 2011; Oliveira, 2005; Rojas-Mix, 1991). Porém, como mostram os resultados, essa preferência não é consensual. Assim, entre os participantes brasileiros que apontaram a existência de outros termos, houve menções à América do Sul; à preferência pela utilização dos nomes de cada um dos países, ao invés de uma denominação mais geral; aos termos *América Espanhola* e *América Portuguesa*; além de referências à diversidade natural (*abundância de recursos naturais*) e cultural da região (*diversidade do povo*); e, ainda, referências a termos mais estereotipados, como *Eldorado* ou *Las calles de los amantes*, além de aspectos mais negativos, como *subdesenvolvimento* e *imitadores*, ou o termo pejorativo *América Latrina*.

Já entre os participantes chilenos que sugeriram outros nomes para além de América Latina, houve algumas referências a *Abya Yala*, denominação à qual nos referimos no Capítulo 2, que vem da língua do povo Kuna, significando terra madura ou terra viva e é utilizada para se referir à América como um todo (Porto-Gonçalves, 2011). A lembrança dessa denominação é importante, visto que reivindica "não apenas outro nome, mas também a presença de outro sujeito enunciador do discurso, até então calado e subalternizado em termos políticos: os povos originários" (Porto-Gonçalves, 2011, p.40, tradução nossa), constituindo-se, assim, conforme continua este autor, como "parte de um processo de construção político-identitária" (p.41), que possui um papel fundamental para a "descolonização do pensamento" (p.41). Além deste, outros termos mencionados foram *Iberoamérica* e outros relativamente mais variados, como *arte*, *diversidade*, *religioso*, *estilos de vida* e *desigualdade*. Finalmente, entre os mexicanos, os nomes sugeridos foram, *Latinoamérica*; *Afroindoamérica*; *América;* além de termos, como, *identidade*, *gastronomia*, *países em constante aprendizagem*, *muito diverso*, *arte*, *música*, *lugar bonito*, *lutas sociais*. O caráter mais positivo dos termos propostos pelos mexicanos pode estar relacionado ao seu maior grau de identificação como latino-americanos, levando-os a atribuir mais características positivas ao endogrupo (Tajfel, 1983). Já com os brasileiros se passa o oposto, apresentam menor nível de identificação com a América Latina e, quando sugerem nomes alternativos, são, em geral, mais descritivos e negativamente estereotipados. E, com relação aos chilenos, vê-se que fazem mais referências a diferentes grupos indígenas com os quais se identificam, o que reflete também nas nomeações que propõem, havendo algumas menções ao nome indígena da região.

Além destes resultados, apresentamos a seguir aqueles referentes às evocações livres a partir do termo indutor *América Latina*. Por meio da Figura 9.2, a seguir, observam-se os elementos mais proeminentes do campo representacional referente ao objeto social *América Latina*, para brasileiros,

chilenos e mexicanos. A estrutura dessa representação social para os brasileiros foi organizada a partir de uma frequência intermediária de 12, ordem média de evocações de 3 e frequência mínima de 4. Já para os chilenos, esses valores foram, 8 (frequência intermediária); 3,1 (ordem média de evocações) e 3 (frequência mínima). E no México foram, respectivamente: 9; 3 e 3. O campo representacional da amostra brasileira foi composto por 135 termos diferentes, enquanto o da chilena e da mexicana foram compostos por 89 e 88, respectivamente.

A análise dos quadrantes dos três países permite notar que os elementos comuns ao núcleo central das representações de chilenos, mexicanos e brasileiros são *diversidade* e *diversidade cultural*. Faz-se necessário ressaltar que optamos por manter estes termos de forma separada, visto que, quando os participantes evocavam apenas a palavra *diversidade*, tratava-se de uma forma mais geral, que poderia abarcar tanto a diversidade cultural quanto a natural.

Quando os indivíduos utilizavam expressões com referência especificamente às riquezas culturais, à diversidade ou multiplicidade cultural, as codificamos como *diversidade cultural*, já quando as respostas eram relativas às riquezas naturais, à diversidade de belezas e paisagens naturais, as agrupamos sob a categoria *natureza*. E, quando os participantes se referiam às misturas raciais, à miscigenação (termo mais usado por brasileiros) ou à mestiçagem (termo mais usado por chilenos e mexicanos), agrupamos sob a categoria *mestiçagem*. Porém, o que todas estas categorias têm em comum é a referência a diferentes faces da *diversidade*, portanto, este é um elemento que proporciona certa estabilidade, união e organização às representações (Abric, 1993; 2001) destes grupos sobre a América Latina, ramificando-se em diferentes elementos existentes no campo representacional. Discutiremos agora brevemente sobre cada um destes elementos. Sobre a *diversidade cultural*, a qual foi muito bem avaliada nos três países, partilhamos do entendimento da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por meio da *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*[66], segunda a qual a diversidade cultural

> refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também por meio dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados (UNESCO, 2005, p.4).

[66] O texto oficial desta convenção foi ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo número 485, do ano de 2006.

Média das Frequências									
BRASIL									
Média da Ordem de Evocação									
	< 3				**≥ 3**				
≥ 12	Alegria	18	2,28	6,72	Desigualdade	16	3,12	1,25
	Clima tropical	25	2,12	5,20	Natureza	26	3,19	6,54
	Dança/música	16	2,75	6,44	Pobreza	20	3,00	1,15
	Diversidade cultural	27	2,67	6,82	Simpatia	32	3,22	6,78
	Diversidade	19	2,95	6,00	Turismo	12	3,75	6,00
	Espanhol	25	2,16	4,76				
	Subdesenvolvimento	23	2,83	1,78				
< 12	Brasil	6	1,83	4,83	Argentina	4	3,25	4,75
	Casa	7	1,57	7,00	Colonialidade	5	3,60	2,20
	Colonização	8	2,37	2,38	Comida	8	3,12	6,38
	Diferenças	4	2,50	4,50	Cores	7	3,71	6,71
	Esquerda	4	2,25	3,00	Corrupção	9	3,22	1,89
	Latinos	5	1,20	4,60	Desintegração	4	3,25	2,00
	Mestiçagem	6	2,33	5,67	Ditaduras	4	4,50	1,00
					Exploração	5	3,40	1,00
					Festas	4	3,50	5,00
					Povos originários	8	3,37	6,50
					Integração	5	3,80	5,20
					Machu Picchu	4	3,00	4,75
					MERCOSUL	9	3,22	5,00
					México	5	3,20	4,00
					Política	5	4,00	4,20
					Populações tradicionais	4	4,00	6,25
					Resistências/lutas	6	4,00	6,50
					Violência	6	3,83	1,83
CHILE									
	< 3,1				**≥ 3,1**				
≥ 8	Colonialidade	8	1,75	1,70	Natureza	16	3,56	6,19
	Desigualdade	12	2,92	1,08				
	Diversidade cultural	14	2,57	6,29				
	Diversidade	14	2,57	6,71				
	Integração	9	2,44	7,00				
	Mestiçagem	8	2,75	5,50				
< 8	Alegria	6	3,00	6,33	Menosprezada/inferiorizada	3	4,00	1,67
	Cores	4	3,00	6,75	Ditaduras	5	4,80	1,20
	Corrupção	4	3,00	1,00	Futebol	3	4,00	6,33
	Espanhol	4	2,25	4,75	Indigenismo	3	3,67	4,67
	Família	5	2,00	6,60	Simpatia	7	3,14	6,00
	História	3	3,00	6,33				
	Pobreza	7	2,86	1,29				
	Povos originários	7	2,71	6,71				
	Resistências/lutas	6	3,00	5,83				
	Subdesenvolvimento	7	2,71	1,43				
	Tradições	6	2,50	6,67				
MÉXICO									
	< 3				**≥ 3**				
≥ 9	Corrupção	9	2,33	1,33	Comida	12	3,00	6,00
	Diversidade cultural	22	2,45	6,86	Natureza	13	3,00	6,69
	Diversidade	10	2,70	6,90	Pobreza	11	3,18	1,27
	Integração	9	2,78	5,89				
	Simpatia	16	2,87	6,56				
< 9	Alegria	4	1,50	6,75	Clima tropical	4	3,50	5,50
	Casa	3	2,33	5,57	Colonialidade	4	4,50	1,00
	Espanhol	5	2,00	4,60	Colonização	6	3,67	1,83
	Festas	5	2,00	4,80	Dança/música	7	3,14	5,00
	Identidade	5	2,40	5,80	Desigualdade	6	3,33	1,00
	Mestiçagem	3	2,67	5,00	Esperança de desenvolvimento	3	4,67	6,67
	Orgulho	5	2,20	6,40	Espoliação de recursos naturais	3	4,00	1,00
	Raízes	4	2,50	4,75	Família	5	3,80	6,40
	Região	3	2,33	5,00	Resistências/lutas	6	3,83	5,83
					Subdesenvolvimento	5	3,20	1,00
					Tradições	6	3,00	6,00
					Turismo	3	3,00	6,33
					Violência	4	3,00	1,50

Nota: Sequência de apresentação dos resultados: termo evocado; frequência absoluta; média da ordem de evocação; avaliação média (escala de 1 – muito negativo – a 7 – muito positivo).

Figura 9.2 – Quadrantes das representações sociais relacionadas ao termo indutor *América Latina* para brasileiros, chilenos e mexicanos

Desse modo, a diversidade cultural envolve as diferentes expressões/manifestações culturais e, ainda, as diferentes formas de transmissão e comunicação destas expressões. Nesse sentido, é importante frisar, conforme alerta Barabas (2014), que a existência de uma diversidade/pluralidade cultural de fato não significa uma pluralidade cultural de direito, garantindo não apenas o reconhecimento dessa diversidade, porém, também, o convívio de forma igualitária e respeitosa entre esses diferentes Outros dentro de um mesmo grupo nacional ou supranacional. Essa ideia vai ao encontro da noção de interculturalidade que estamos utilizando neste trabalho, à qual se refere à dinâmica das relações estabelecidas em contextos de diversidade cultural (Barabas, 2014), e, a partir da qual, há não apenas uma tolerância de diferentes culturas, mas um diálogo (intercultural) que permite a valorização e a interação dessas culturas, desses grupos (Canclini, 1999/2010). Já com relação ao elemento *mestiçagem*, o qual foi positivamente avaliado nos três países e esteve presente no núcleo central das representações dos chilenos e na zona de contraste das representações de brasileiros e mexicanos, há algumas ressalvas a serem feitas. Apesar de ser um conceito que começou a ser mais utilizado como referência a misturas raciais (e.g. Vasconcelos, 1925), como pareceu ser o caso do seu uso por grande parte dos participantes em nosso estudo, a sua utilização mais recente pode incluir, também misturas culturais (e.g. Anzaldúa, 1987). Concordamos aqui com a discussão realizada por Amado (2012) acerca dos diferentes entendimentos sobre o conceito de mestiçagem, a partir da análise das diferenças entre a concepção que a autora chama de *old mestizo*, tendo como principal expoente o escritor mexicano José Vasconcelos, com sua obra *Raça Cósmica*, e a concepção presente na obra da escritora *chicana*[67] Gloria Anzaldúa, *Borderlands, La Frontera*, com sua proposta da *new mestiza*. Em contraposição à ideia desenvolvida desde o período colonial segundo a qual a mestiçagem era fonte de degeneração e impurezas, a noção de *old mestizo* pressupõe uma sobrevalorização do mestiço, considerado como uma "raça cósmica", ocupando um lugar mais elevado que os negros e indígenas, por exemplo; envolve, portanto, uma concepção biológica da mestiçagem. Por outro lado, a noção de *new mestiza* se constitui "como resultado de um choque de culturas, línguas, consciências e subjetividades" (Amado, 2012, p.450, tradução nossa), carregando, portanto, ambiguidades derivadas do seu "entre-lugar" (Bhabha, 1994/2005); assim, a *new mestiza* "nasce e fala das margens" (Amado, 2012, p.450, tradução nossa). Voltaremos a essa discussão sobre o conceito de mestiçagem adiante

[67] *Chicana/chicano* refere-se a uma categoria social que supõe a identificação tanto como mexicano quanto como estadunidense. Além disso, *chicana* também é o nome de um movimento feminista, que teve como uma de suas grandes representantes Gloria Anzaldúa. Para mais informações, ver, por exemplo: Anzaldúa (1987).

quando discutirmos sobre as metarrepresentações. Por ora, continuaremos a análise dos elementos presentes nas representações sobre a América Latina.

O outro termo bastante associado à diversidade foi a *natureza*, que obteve uma avaliação muito positiva nos três países e figurou na segunda periferia de todos eles. Essa grande valorização das riquezas naturais, da diversidade presente na fauna, na flora, nas diferentes paisagens também foi encontrada em outros estudos, como alguns envolvendo representações sociais do Brasil (e.g. Cruz & Arruda, 2008; Villas-Bôas, 2010, 2014) e pode se configurar como uma forma de exaltação daquilo em que o endogrupo se destaca e pelo qual pode se orgulhar, a fim de manter uma distintividade positiva (Tajfel, 1983). Alguns autores (e.g. Arruda, 2002) discutem que, no caso brasileiro (mas que talvez também possa ser estendido ao Chile e ao México) essa valorização da natureza pode funcionar como uma forma de disfarçar as mazelas deste país, como as desigualdades e a pobreza, além de poder fragilizar as ações dos indivíduos, dificultando sua mobilização, visto que essa ênfase na natureza, possui um caráter contemplativo e acompanha a ideia de que o país alcançará o sucesso, o desenvolvimento, será o "país do futuro", independente das ações humanas (e.g. Villas-Bôas, 2010, 2014). Contudo, no nosso estudo, ainda que os participantes brasileiros, mexicanos e chilenos evoquem muitos elementos relativos a aspectos da natureza, eles também mencionam elementos negativos, que convivem com essas características positivas, além de alguns elementos que indicam também um olhar crítico em suas representações sobre a América Latina e em como acham que são representados. Logo, apesar de concordarmos com as discussões de autores como Villas-Bôas (2010, 2014) sobre como a exaltação da natureza pode ser também paralisante, acreditamos que, no caso dos participantes deste estudo, essa exaltação funcionou como uma estratégia para a manutenção de uma identidade social positiva (Tajfel, 1974), porém, sem imobilizar, havendo, também, lugar para (auto)críticas, que movem um desejo de mudança, ainda que de forma periférica e polêmica, como veremos a seguir.

Assim, ao lado destes elementos positivos no núcleo central das representações dos três países, convivem elementos negativos, que, apesar de diferentes em cada país, estão associados entre si e também a demais elementos presentes na periferia destas representações. Dessa forma, o *subdesenvolvimento* (núcleo central no Brasil, zona de contraste no Chile e periferia distante no México), está intimamente relacionado às *desigualdades* – social, econômica, educacional, de poder, etc – (núcleo central no Chile, primeira periferia no Brasil e segunda periferia no México), à *pobreza* (segunda periferia no Brasil e no México e zona de contraste no Chile) e à *violência* (segunda periferia no Brasil e no México) e todos estes são processos que se tornam ainda mais intensificados com a *corrupção*

(núcleo central no México, zona de contraste no Chile e periferia distante no Brasil) existente em diferentes esferas da vida social e política destes países. Por conseguinte, estes aspectos estão em constante interação, sendo que as desigualdades ocupam um lugar central nessas relações, pois fazem com que haja uma minoria de indivíduos que detêm as riquezas e o poder (de formas lícitas ou ilícitas, como por meio da corrupção), em detrimento de uma maioria de pobres, aos quais faltam direitos básicos (Corporação *Latinobarómetro*, 2015; Oxfam, 2016). Essa desigualdade gerada, em grande parte, pela manutenção de uma cultura oligárquica, conforme sugere Dornelles (2006), com acúmulo de poder e de privilégios nas mãos de poucos, contribui também para o aumento da violência, fazendo com que a região *América Latina e Caribe* seja uma das mais desiguais e também mais violentas do mundo, com exceção de regiões em guerra (Oxfam, 2016).

Esse conjunto de aspectos negativos presentes nas representações dos participantes sobre a América Latina guardam relação, também, com o histórico processo de *colonização* (zona de contraste no Brasil e segunda periferia no México) pelo qual passaram os países latino-americanos, que envolveu uma intensa *exploração* (segunda periferia do Brasil), não apenas de diferentes grupos populacionais, mas também uma *espoliação dos recursos naturais* da região (periferia distante do México). Essa exploração (dos indivíduos e da natureza) não é exclusividade do período colonial, existindo também, ainda que de outras maneiras, até os dias atuais, nos quais há, ainda, uma relação de *colonialidade* (núcleo central do Chile e segunda periferia no Brasil e no México), que se traduz, segundo os participantes que a ela se referiram (este termo foi utilizado por alguns respondentes dos três países), em relações de dependência, de subalternidade para com os países mais poderosos no cenário atual, sobretudo os EUA, fazendo com que a América Latina se configure como "uma colônia informal das potências econômicas", visto que "ainda continua tentando ser o Ocidente depois de 200 anos de grandes fracassos", segundo palavras de dois estudantes mexicanos, por exemplo. Desse modo, conforme discutimos nos capítulos anteriores, mesmo após o fim da colonização, vemos a manutenção de uma colonialidade do poder (Quijano, 2005), do ser e do saber (Maldonado-Torres, 2007), de modo que, conforme discute Galeano (1971/1996), "*a dependência não se rompe, mas muda de qualidade*" (p.401, tradução nossa, grifos do autor). Portanto, não se trata de uma mudança de "colonizador", mas sim de mudanças nas relações que se estabelecem no cenário mundial, em termos de mercados, tecnologias, deslocamentos de pessoas, produção de conhecimento, entre outros fatores, contribuindo para a permanência de alguns países e regiões em posições mais centrais, enquanto outros, como é o caso dos países latino-americanos, ocupam posições relativamente periféricas e dependentes, apesar

do processo de desenvolvimento (econômico e social) já alcançado e em curso em muitos destes países (e.g. Canclini, 1999/2010). Essa relação de colonialidade faz com que alguns participantes, ao pensarem na América Latina, também evoquem elementos relativos a como ela é *menosprezada/inferiorizada* (segunda periferia no Chile), porém, ainda que haja esse conjunto de aspectos negativos presentes nas representações sociais dos participantes dos três países, eles evocam diferentes elementos que consideram positivos.

Logo, apesar dos, ou diante dos aspectos negativos reconhecidos e denunciados pelos respondentes com relação ao contexto econômico, político, histórico e social da região, e os quais eles pensam que são centrais nas representações que os outros (que não são da América Latina) possuem sobre a região, como veremos adiante, estes participantes destacam mais aspectos positivos, relacionados ou não às formas de diversidade sobre as quais discorremos anteriormente. Assim, segundo estes estudantes, apesar das adversidades, há também na América Latina, *resistências e lutas* (zona de contraste no Chile e segunda periferia no Brasil e no México) para superar essas dificuldades, além de uma *esperança de desenvolvimento* da região (segunda periferia no México). Além disso, outros elementos positivamente avaliados que também são destacados nas representações dos estudantes são a *alegria* (núcleo central no Brasil e zona de contraste no Chile e no México), a *simpatia*, que envolve também cordialidade e receptividade (núcleo central no México, primeira periferia no Brasil e segunda periferia no Chile), os elementos relativos ao *clima tropical* presente na maior parte da região – como, sol e calor – (núcleo central no Brasil e segunda periferia no México), além de evocações referentes à presença e qualidade da sua *dança e música* (também no núcleo central no Brasil e na segunda periferia no México), ao *futebol* (periferia distante no Chile), bem como a *comida* (primeira periferia no México e periferia distante no Brasil), as *cores* (zona de contraste no Chile e segunda periferia no Brasil), e as *festas* (zona de contraste no México e periferia distante no Brasil), que, entre os mexicanos, obteve uma avaliação média um pouco mais ambigua (M=4,80), mais próxima do valor "neutro" da escala, ainda que ligeiramente positiva. O elemento *turismo* (primeira periferia no Brasil e periferia distante no México) parece estar relacionado a estes aspectos mencionados, especialmente aqueles ligados à natureza, na medida em que os participantes falam sobre como as belezas naturais e o clima tropical da região fazem com ela seja atrativa para o turismo, viagens, para as férias e o descanso. Sublinha-se que, ainda que estes elementos se constituam como estereótipos sociais (Tajfel, 1982a), que remetem à expressividade e ao lúdico, aspectos comumente relacionados a diferentes grupos minoritários (e.g. Cabecinhas, 2007), como discutiremos melhor adiante, os indivíduos recorrem a eles como uma estratégia de proteção da

sua identidade social, evidenciando a função identitária das representações sociais (e.g. Breakwell, 1993). Nesse sentido, utilizam-se da estratégia de criatividade social, para mudar as dimensões de comparação com outros grupos, selecionando aspectos nos quais o endogrupo não se encontre em desvantagem e/ou para transformar os valores atribuídos a essas dimensões de comparação, ressignificando os elementos negativos usualmente atribuídos ao seu endogrupo, considerando-os como positivos (Basabe & Bobowik, 2011; Tajfel, 1974, 1978b, 1982b), o que se torna ainda mais visível quando comparamos a avaliação obtida pelos mesmos elementos evocados nas representações e nas metarrepresentações sobre a América Latina.

Ainda com relação à evocação de elementos positivos sobre a América Latina, observamos, especialmente entre mexicanos e chilenos, a menção a expressões que denotam uma valorização do endogrupo a partir da sua cultura e da história. Desse modo, ainda que sua história apresente diversos momentos negativos, como a *colonização* e as *ditaduras* (segunda periferia do Brasil e do Chile), ela é uma *história* (zona de contraste no Chile) para ser lembrada e valorizada especialmente no diz respeito à diversidade de grupos e manifestações culturais envolvidas na construção da região, que reflete na evocação de elementos como *povos originários/indígenas* (zona de contraste no Chile e segunda periferia no Brasil), *populações tradicionais* (periferia distante no Brasil), *tradições* (zona de contraste no Chile e segunda periferia no México) e *raízes* (zona de contraste no México). Vale ressaltar que o elemento *indigenismo*, presente na periferia distante no Chile, e que obteve avaliação próxima do valor "neutro", constitui-se como um termo polêmico, visto que, se por um lado pode indicar um movimento cultural e político de reconhecimento, estudo e valorização dos povos indígenas, por outro, pode ser conduzido de forma etnocêntrica e excludente, visando à assimilação dos povos originários (Amado, 2012; Barabas, 2000).

Somam-se a esses elementos positivos que destacam da região, afetos também associados ao pertencimento a esse grupo, fazendo com que alguns participantes sintam *orgulho* (periferia distante no México) da região e construam uma identificação com a América Latina, enquanto categoria social de pertença, como se evidencia por meio de elementos, como *identidade* (zona de contraste no México), *família* (zona de contraste no Chile e segunda periferia no México) e *casa* (zona de contraste no Brasil e no México). Estes dois últimos termos, entretanto, podem indicar também uma referência afetiva às suas próprias famílias e casas, que se encontram na região, e não necessariamente indicar que os estudantes que evocaram estes termos pensam na América Latina como sua família ou casa. Associado ao reconhecimento dessa pertença, figura um elemento central para chilenos e mexicanos, que é a

integração da região, seja enquanto fato presente ou enquanto meta e desejo. Contudo, é válido notar que o mesmo elemento que se constitui como um dos que possivelmente fazem parte do núcleo central das representações dos participantes destes dois países, aparece na segunda periferia das representações dos brasileiros, ao lado do seu possível elemento contrário, a *desintegração*, que foi negativamente avaliada. Estes e outros elementos evidenciam as contradições que fazem parte da construção polifásica das representações sociais (Jovchelovitch, 2012), mas que, no caso das representações destes estudantes brasileiros sobre a América Latina se tornam proeminentes.

Apesar de evocarem diversos elementos em comum com os participantes chilenos e mexicanos, o grau de importância atribuído a eles parece variar e indicar uma menor identificação dos brasileiros com a América Latina, o que condiz com os resultados que apresentamos anteriormente sobre o seu nível de identificação com esse e outros grupos. Assim, ao contrário dos respondentes chilenos – que parecem ter um olhar mais crítico sobre a região, partilhando representações sociais mais polêmicas – e dos mexicanos – que apesar de evocarem vários elementos estereotipados, à semelhança dos brasileiros (como, festas, dança e música e clima tropical), também dão maior ênfase à sua identificação com a região – os participantes brasileiros evocam vários elementos de caráter mais descritivos, na zona de contraste e na segunda periferia, como *Argentina*, *México*, *Machu Picchu,* e *política*. Além de elementos que podem evidenciar um distanciamento com relação ao objeto da representação, ressaltando as *diferenças* (zona de contraste) entre um "Nós", do *Brasil* (zona de contraste) e "Eles" *Latinos* (zona de contraste), ainda que estes elementos também possam ser considerados como "descritivos". Enfatizam outros aspectos que também consideram negativos na América Latina, como a predominância de governos de *esquerda* (zona de contraste), e aspectos que consideram positivos, ao projetar elementos relacionados ao próprio país para o grupo supranacional (Wenzel *et al.*, 2007), como *MERCOSUL* (periferia distante), além de outros termos já mencionados, que também são lembrados em pelo menos um dos outros dois países, mas que, entre os brasileiros ganham um lugar mais central, como a alegria, o clima tropical e a dança e a música.

Finalmente, o elemento *espanhol*, referente à língua espanhola, esteve presente nas representações dos três países e com avaliações próximas de quatro valores (núcleo central no Brasil e zona de contraste no Chile e no México). Interessante observar que, apesar de concederem menor importância ao idioma como critério para a delimitação da América Latina (ver Tabela 9.1), quando estimulados a pensar de forma espontânea o que à sua cabeça quando se fala na região, os participantes dos três países parecem relacioná-la ao espanhol, ainda que de forma periférica para chilenos e

mexicanos e de forma bastante central para brasileiros. Como também verificamos nos resultados do Estudo 1, essa especificidade nas respostas dos participantes brasileiros parece estar ligada ao seu histórico afastamento com relação à América Latina, conforme discutido por diferentes autores (e.g. Cruz & Arruda, 2008; Mesquita, 2016; Onuki *et al.*, 2016).

De modo geral, apesar das particularidades nas respostas dos participantes de cada país e da evocação de diferentes elementos de cunho negativo, as representações sociais partilhadas pelos estudantes dos três países centram-se, especialmente, em elementos positivos relacionados à diversidade. Tal diversidade, relacionada à mistura, à fusão – racial, social, cultural, também pode ser entendida como fonte de algumas características negativas atribuídas à América Latina e aos latino-americanos, conforme discorreremos mais à frente. Algumas dessas características encontram-se presentes nas metarrepresentações partilhadas pelos participantes da pesquisa acerca da América Latina, como veremos a seguir.

A partir da Figura 9.3, podem-se observar os elementos mais relevantes do campo representacional relativo às metarrepresentações que os participantes chilenos, mexicanos e brasileiros possuem acerca do objeto *América Latina*, ou seja, os elementos evocados pelos participantes diante da pergunta sobre o que eles acham que quem não é da América Latina pensa acerca da região. A estrutura dessa metarrepresentação social foi organizada da seguinte forma: no Brasil com frequência intermediária (FI) de 12, ordem média de evocações (OE) de 3 e frequência mínima (FM) de 3; enquanto no Chile os valores foram, FI=9, OE=3 e FM=3 e no México, FI=7, OE=3 e FM=3. O campo representacional da amostra brasileira foi composto por 105 termos diferentes, enquanto o da chilena e da mexicana foram compostos por 74 e 73, respectivamente. Para a análise dos quadrantes, lembramos que as médias das frequências estão expostas no eixo vertical da figura e as médias da ordem de evocação estão no eixo horizontal. Além disso, a sequência de apresentação dos resultados na figura é: o termo evocado; a frequência absoluta; a média da ordem de evocação; a avaliação média (a partir de uma escala que variava entre 1–muito negativo – a 7–muito positivo).

Para os participantes da pesquisa, os elementos que mais possivelmente constituem o núcleo central das representações sociais que eles acham que quem não é da América Latina possui sobre esse objeto social são a *pobreza* e a *violência*. Tais elementos são acompanhados por outros de cunho negativo, não apenas no núcleo central, mas também no sistema periférico desses campos representacionais.

Média das Frequências		< 3				≥ 3			
BRASIL									
	≥ 12	Festas	35	2,89	4,37	Alegria	21	3,24	6,57
		Ignorância	16	2,31	1,44	Clima tropical	13	3,23	4,62
		Pobreza	60	1,70	1,52	Objetificação do corpo/conteúdo sexual	39	3,64	2,23
		Turismo	19	2,95	4,95	Corrupção	12	3,33	1,08
		Violência	26	2,88	1,54	Futebol	12	3,17	3,33
						Natureza	47	3,30	4,91
						Selvagem/não civilizada	12	3,08	1,83
						Simpatia	12	3,58	6,33
						Subdesenvolvimento	27	3,26	1,56
	< 12	Atraso	8	2,75	1,13	Beleza	5	3,00	6,00
		Desordem	10	2,70	1,60	Comida	5	4,60	5,80
		Drogas	8	2,62	1,88	Dança/música	11	3,63	5,08
		Espanhol	8	2,25	3,25	Desconhecida	4	3,25	1,25
		Indígenas	7	2,14	4,57	Desigualdades	3	4,00	1,00
		Mão de obra barata	3	2,00	1,00	Diferenças	4	4,00	4,00
						Diversidade cultural	9	4,22	5,89
						Diversidade	3	4,67	5,00
						Exótica	4	3,25	3,28
						Irresponsabilidade/falta de compromisso	6	3,33	1,33
						Preguiça	4	3,00	1,00
						Religiosidade	4	3,75	3,50
						Rural	4	3,50	3,00
						Trabalhadores	5	3,40	5,60
						Álcool	3	5,33	3,00
CHILE									
		< 3				≥ 3			
	≥ 9	Desordem	9	2,67	2,11	Dança/música	9	3,56	5,78
		Natureza	11	2,82	6,45				
		Pobreza	16	2,37	2,19				
		Simpatia	9	2,67	5,89				
		Subdesenvolvimento	17	2,18	2,35				
		Turismo	9	2,33	5,44				
		Violência	15	2,67	1,69				
	< 9	Espanhol	5	2,80	3,80	Alegria	5	4,20	6,40
		Exótica	8	1,87	4,00	Barato	3	4,00	4,67
		Festas	4	2,25	5,75	Objetificação do corpo/conteúdo sexual	3	3,33	2,00
						Corrupção	5	3,20	1,00
						Desconhecida	7	3,29	2,14
						Desigualdades	3	4,33	1,00
						Menosprezada/inferiorizada	4	4,25	1,00
						Diversidade cultural	5	3,20	5,80
						Diversidade	3	3,67	5,33
						Humildade	3	3,33	5,00
						Ignorância	3	4,00	1,00
						Indígenas	6	4,17	3,67
						Instabilidade	3	4,00	2,00
						Isolada	4	4,25	3,75
						Resistências/lutas	3	4,67	5,33
						Selvagem/não civilizada	5	3,00	2,00
MÉXICO									
		< 3				≥ 3			
	≥ 7	Diversidade cultural	8	2,87	5,88	Corrupção	10	3,10	1,20
		Festas	11	2,27	4,27	Drogas	7	3,57	1,14
		Natureza	10	2,60	5,80	Ignorância	10	3,60	1,70
		Pobreza	19	2,53	1,47	Simpatia	16	3,06	6,00
		Subdesenvolvimento	15	2,67	1,53				
		Violência	26	2,88	1,50				
	< 7	Alegria	4	2,50	4,75	Beleza	4	4,25	6,50
		Atraso	6	2,67	1,67	Clima tropical	4	5,00	4,00
		Diversidade	5	2,20	6,25	Colonialidade	3	3,00	1,67
		Fragilidade econômica	5	2,80	1,40	Comida	3	3,00	7,00
		Homogeneização	3	2,67	2,00	Objetificação do corpo/conteúdo sexual	3	3,33	2,67
		Migrações	3	2,00	3,67	Dança/música	5	4,00	6,00
		Preguiça	4	2,75	1,75	Exótica	6	3,50	2,83
						Indígenas	4	3,50	2,00
						Mão de obra barata	6	3,00	1,67
						Pouca tecnologia	3	3,00	2,67
						Sujeira	4	3,25	1,75
						Turismo	6	4,17	5,67

Figura 9.3 – Quadrantes das metarrepresentações sociais relacionadas ao termo indutor *América Latina* para brasileiros, chilenos e mexicanos

Assim, ligados à violência e à pobreza, estão presentes também referências ao *subdesenvolvimento* (núcleo central no Chile e no México e primeira periferia no Brasil), à *desigualdade* (segunda periferia no Brasil e no Chile), à *fragilidade econômica* (zona de contraste no México), à *pouca tecnologia* existente na região (periferia distante no México) e às *drogas* (periferia próxima no México e segunda periferia no Brasil). Nota-se que este último elemento se refere não apenas ao consumo e ao vício nas drogas ilícitas, mas, especialmente ao tráfico dessas substâncias e à violência que este envolve.

Ademais, segundo os respondentes, quando os outros (que não são da América Latina) pensam sobre a região, eles pensam também em *atraso* – econômico, social e cultural (zona de contraste no Brasil e no México) e em *instabilidade* – também econômica, política e social (segunda periferia no Chile). Associados a esses fatores, estão, ainda, o termo *mão de obra barata* (zona de contraste no Brasil e segunda periferia no México) e *migrações* (zona de contraste no México). Em meio a todas essas dificuldades econômicas e sociais, alguns participantes também acreditam que os outros podem perceber os latino-americanos como *trabalhadores* (periferia distante no Brasil), reconhecendo seus processos de *resistências/lutas* (segunda periferia no Chile) diárias. O conjunto de todos estes elementos negativos anteriormente mencionados (à exceção dos dois últimos) associa-se às históricas relações de subordinação e dependência envolvidas no processo de construção dos países do subcontinente, reafirmando-se a *colonialidade* (periferia distante no México) presente nas relações com outros países e regiões no cenário mundial, aumentando a sensação de que a América Latina se encontra distante, *isolada* destas outras regiões e que foi e continua sendo *menosprezada/inferiorizada* (ambos elementos na segunda periferia do Chile) por diferentes grupos dominantes ao longo da sua história.

Entretanto, também estão presentes nas metarrepresentações dos participantes dos três países alguns dos elementos positivos por eles evocados com relação às suas representações sociais sobre a América Latina. Desse modo, a *diversidade*, elemento central na questão anterior, também se faz presente nas metarrepresentações, porém com menor proeminência (zona de contraste no México e segunda periferia no Brasil e no Chile), acompanhada das suas diferentes expressões, tanto no núcleo central quanto na periferia dos campos representacionais, como a menção à *diversidade cultural* (núcleo central no México, primeira periferia no Brasil e segunda periferia no Chile) e à *natureza* (núcleo central no México e no Chile e primeira periferia no Brasil). Sublinha-se que a expressão *beleza* (periferia distante no Brasil e no México), apesar de aparentemente referir-se, principalmente, às belezas naturais, foi codificada de forma separada, à semelhança da lógica seguida com outros termos, como diversidade,

visto que não havia especificações sobre a que se referia tal beleza. Logo, poderia se tratar de belezas naturais, culturais e das pessoas (em termos físicos e/ou psicológicos).

Além destes, há também a evocação de elementos relativos à *alegria* (primeira periferia no Brasil, zona de contraste no México e segunda periferia no Chile), à *simpatia* (núcleo central no Chile e periferia próxima no Brasil e no México), à *humildade* (periferia distante no Chile), à *comida* (segunda periferia no Brasil e no México), à *dança/música* (periferia próxima no Brasil e no Chile e periferia distante no México), às *festas* (núcleo central no México e no Brasil e zona de contraste no Chile) e ao *clima tropical* (primeira periferia no Brasil e segunda periferia no México). A combinação destes fatores faz com que a região seja atrativa para o *turismo* (núcleo central no Brasil e no Chile e periferia distante no México), também devido ao custo de vida em muitos destes locais, que é *barato* (segunda periferia no Chile), quando comparado aos padrões europeus, por exemplo. Ressalta-se, que a maior parte destes elementos possuíram avaliações mais positivas quando se referiram às representações que os participantes compartilhavam sobre o objeto investigado. Contudo, ao se relacionarem ao que acham que os outros pensam sobre a América Latina alguns passam a ter avaliações mais próximas do valor "neutro" da escala – por exemplo, os elementos natureza, festas e clima tropical, especialmente no Brasil –, enquanto outros, com relação aos quais se poderia esperar uma avaliação positiva em determinadas circunstâncias, recebem uma avaliação negativa, como é o caso do elemento *futebol* (primeira periferia) no Brasil.

A diferença na avaliação destes elementos quando eles dizem respeito ao que estes latino-americanos pensam da sua região e ao que acham que os outros pensam sobre ela, deve-se ao fato de que, nessa segunda situação, esses aspectos se tornam ainda mais estereotípicos. Há uma essencialização (e.g. Wagner *et al*. 2009) das características relacionadas não apenas à região, mas aos indivíduos que dela provêm, conferindo a eles atributos mais ligados à natureza, ao lúdico, à expressividade e ao exotismo, à semelhança de estudos anteriores realizados em outros contextos (e.g. Cabecinhas, 2007), conforme evidenciado na evocação e na avaliação destes elementos e de outros, como aqueles agrupados sob a categoria *objetificação do corpo/conteúdo sexual* (primeira periferia no Brasil e segunda periferia no Chile e no México). Essa categoria engloba elementos que fazem referência a conteúdos sobre sexo, sensualidade e, especialmente sobre o corpo da mulher e da sua disponibilidade ou liberação sexual.

A objetificação, sobretudo da mulher (e.g. Fredrickson & Roberts, 1997), apresentou-se mais relevante na amostra brasileira (e se torna ainda mais central quando o objeto da metarrepresentação

são as pessoas da região, os latino-americanos, como discutiremos no próximo capítulo), o que reflete o reconhecimento por parte dos participantes dos estereótipos presentes no imaginário social relativo às mulheres latino-americanas, mas, em especial às mulheres brasileiras (DaMatta, 1979/1997; Gomes, 2013; Meihy, 2013; Piscitelli, 2008), que "são vistas como 'corpo colonial', na medida em que são definidas, essencializadas e estigmatizadas por meio de características que lhes eram atribuídas desde o colonialismo histórico" (Gomes, 2013, p.890). Tal "corpo colonial", conforme discute essa autora, envolve diferentes aspectos também presentes em alguns dos elementos evocados pelos participantes com relação às metarrepresentações sobre América Latina: aspectos associados à natureza, como o clima e o calor; aspectos culturais e comportamentais, como o interesse por festas, dança e música, a alegria, a abertura e simpatia; além de aspectos físicos, como a beleza e o corpo. Essas representações foram se construindo desde o período colonial e foram reavivadas principalmente a partir do fim do século XX, por meio de publicidades para promover o turismo europeu no Brasil, o que contribuiu para a acentuação desse imaginário social que percebe a mulher brasileira como hipersexualizada e disponível para o homem (branco europeu) (Gomes, 2013). As representações sociais acerca das mulheres brasileiras têm grande impacto nas vivências dessas mulheres em diferentes situações, como em contexto migratório (e.g. Correia & Neves, 2010; Gomes, 2013; Meihy, 2013; Piscitelli, 2008), especialmente, quando o país de destino é o antigo colonizador, Portugal, como veremos adiante, no Capítulo 11, por meio da análise das entrevistas realizadas.

Apesar de a mulher ser o principal alvo da objetificação, este processo também pode acontecer com relação aos homens (e.g. Loughnan *et al.*, 2010), como é caso, por exemplo, do estereótipo do *latin lover*, homem, em geral, moreno, atraente, sensual e conquistador (e.g. Popelková, 2015), o qual também foi evocado entre alguns participantes chilenos quando perguntados sobre o que acham que quem não é da América Latina pensa quando se fala na região. A objetificação é um processo que, geralmente, também está relacionado ao distanciamento de certos grupos do âmbito da humanidade (Heflick, Goldenberg, Cooper & Puvia, 2011; Loughnan *et al.*, 2010), por meio da distinção entre características ligadas à natureza e à cultura, excluindo esses indivíduos da categoria de seres humanos (Marcu & Chryssochoou, 2005). Essa aproximação do Outro à natureza faz-se presente nas metarrepresentações partilhadas pelos participantes acerca da América Latina e dos latino-americanos, conforme abordaremos no Estudo 3. No âmbito do presente estudo, essa aproximação foi evidenciada, por exemplo, na evocação de elementos que remetem à *ignorância* (núcleo central no Brasil, primeira periferia no México e segunda periferia no Chile) dos indivíduos da região, a qual, segundo explicações

de alguns participantes nas questões abertas, denota uma falta "natural" de intelecto somada a uma falta de instrução formal; além de elementos que envolvem uma ideia da região (e dos indivíduos dela provenientes) como *selvagem/não civilizada* (periferia próxima no Brasil e periferia distante no Chile), comportando expressões, como bárbaros, selvagens, primitivos, sobre as quais discorreremos adiante neste e no próximo capítulo.

A proximidade com a natureza, compreendendo a América Latina e os latino-americanos como selvagens e não civilizados, liga-se, ainda, à evocação de outros elementos, como *sujeira* (segunda periferia no México), *rural* (periferia distante no Brasil) e *indígenas* (zona de contraste no Brasil e segunda periferia no Chile e no México). Vale ressaltar que este último elemento obteve uma avaliação próxima do "neutro" entre brasileiros e negativa entre chilenos e mexicanos, visto que, ao utilizarem essa expressão (ao invés de povos originários, por exemplo, especialmente no caso dos participantes chilenos), os estudantes se referiam aos estereótipos negativos que circulam no imaginário social de grupos dominantes que relacionam a América Latina à selva, à natureza, ao atraso no desenvolvimento (intelectual, econômico e social) e à ingenuidade, por vezes objetivados na figura do indígena, entendido a partir do olhar do colonizador europeu (e.g. Barabas, 2000; Jahoda, 1999). A ingenuidade e o apego às emoções em detrimento da razão, também estão presentes, por exemplo, na evocação do termo *religiosidade* (segunda periferia no Brasil).

Ademais, foram evocados elementos que indicam falta de seriedade, organização e comportamentos viciosos, como: *preguiça* (zona de contraste no México e segunda periferia no Brasil), *desordem* (núcleo central no Chile e zona de contraste no Brasil), *corrupção* (primeira periferia no Brasil e no México e segunda periferia no Chile) e *álcool* e *irresponsabilidade/falta de compromisso* (ambos na segunda periferia no Brasil). Este último elemento, quando relacionado ao que os outros pensam sobre a América Latina, esteve presente apenas no campo representacional dos participantes brasileiros, porém, quando se refere aos latino-americanos, figura entre as evocações dos estudantes dos três países. Sua maior presença entre os brasileiros pode estar ligada também, aos estereótipos usualmente atribuídos a eles, que os relacionam à figura do malandro, descompromissado e oportunista (DaMatta, 1979/1997).

Finalmente, outro elemento que indica um estereótipo associado à região e que limita a compreensão sobre a heterogeneidade da mesma é a assunção de que todos os países falam *espanhol* (zona de contraste no Chile e no Brasil). Este aspecto, junto de vários elementos evocados nas metarrepresentações, denunciam um *desconhecimento* (segunda periferia no Brasil e no Chile) desse

subcontinente por parte daqueles que a ele não pertencem, de modo perceberem os seus habitantes como "todos iguais", conforme fala de um dos participantes mexicanos, havendo uma *homogeneização* (zona de contraste no México) dessa categoria e uma desconsideração das *diferenças* (segunda periferia no Brasil) existentes entre os países da região. Ressalta-se que a demarcação dessas diferenças apenas por parte de alguns participantes brasileiros pode ser entendida, também, como um distanciamento destes indivíduos para com a América Latina, como discutido anteriormente.

Assim, a partir da análise das representações e das metarrepresentações partilhadas pelos respondentes brasileiros, notam-se elementos que remetem tanto a um posicionamento como parte do endogrupo (América Latina), compartilhando elementos também evocados pelos participantes chilenos e mexicanos, quanto termos que parecem se relacionar a certo afastamento da região, e a uma projeção de características do seu subgrupo (Brasil) no grupo supranacional (América Latina) (e.g. Wenzel *et al.*, 2007), como já abordado previamente. Já entre os participantes chilenos, que pareceram partilhar mais representações sociais polêmicas (Moscovici, 1988) sobre a América Latina, as suas metarrepresentações sobre esse objeto foram constituídas por mais elementos descritivos e estereotípicos, como dança/música, festas, turismo e desordem que não haviam aparecido anteriormente, e outros, como simpatia e natureza, que ganharam maior destaque, o que pode significar também uma crítica ao que acham que quem não é da América Latina pensa sobre a região. Ademais, vale pontuar que a ausência ou menor relevância destes elementos nas suas representações pode indicar uma seleção, uma maneira de evitar elementos mais estereotipados, constituindo-se como uma forma de resistência de um grupo minoritário, produzindo, portanto, tais representações polêmicas. E, entre os respondentes mexicanos, além da maior saliência de elementos de cunho negativo nas metarrepresentações, assim como o ocorrido nos demais países, houve também evocações de termos específicos a essa amostra, como fragilidade econômica, pouca tecnologia, colonialidade, migrações e homogeneização, que, novamente, podem estar associadas às suas relações com os EUA, que envolvem um constante processo de comparação social (Tajfel, 1972, 1974).

A fim de melhor compreender os processos que sustentam as representações e as metarrepresentações verificadas sobre a América Latina, é necessário traçar um breve percurso sobre a (re)construção das ideias que as sustentam. Um trabalho de grande importância nessa direção é, por exemplo, o de Jahoda (1999), *Images of Savages: Ancient Roots of Modern Prejudice in Western Culture*, no qual o autor realiza uma apurada investigação sobre as principais imagens nas quais se basearam muitas das representações sociais relacionadas a diferentes Outros ao longo da história e aos processos

de apropriação e transformação dessas imagens em práticas discriminatórias e violentas dirigidas a diferentes grupos minoritários, como é o caso do processo de colonização ocorrido na região latino-americana.

Dessa forma, dentre as imagens que o autor analisa, ganham destaque, especialmente, aquelas relacionadas à animalidade e ao canibalismo, surgidas desde a Antiguidade, e aquelas associadas à infantilidade, que, apesar de já se fazerem presentes ao longo das "descobertas" do "Novo Mundo", tornaram-se mais difundidas de fato a partir da nova expansão colonial no final do século XIX e no início do século XX. No que diz respeito às primeiras ideias (animalidade e canibalismo), elas eram, segundo Jahoda (1999), relacionadas, principalmente, à imagem das raças plinianas – seres monstruosos, com características humanas e animais –, e à imagem do homem selvagem. Enfatizava-se, portanto, a semelhança dos Outros (não europeus) com primatas, como os símios, os quais, a partir do século XIV, com a disseminação do cristianismo na Europa, passaram a ser ligados ao diabo e, em especial, ao pecado, ao desejo carnal. Nos séculos seguintes a imagem dos símios passou a estar associada, por um lado, à sexualidade desenfreada, e, por outro, à tolice, à falta de razão, à tendência à imitação, caracterizando os Outros aos quais essa imagem se referia, como selvagens (Jahoda, 1999).

No final do século XV e no início do século XVI, quando do "encontro" entre os europeus que chegaram à América e as populações que lá já habitavam, ao se depararem com algo/alguém novo, estranho e diferente ambos tentaram dar sentido a essa alteridade, a partir da ancoragem (Moscovici, 1961/2004) em categorias mais próximas ao que já conheciam. Desse modo, "confrontados com o exótico e o incompreensível, os europeus tenderam a interpretar os Outros em termos de categorias familiares, tais como as raças plinianas ou os homens selvagens" (Jahoda, 1999, p.10, tradução nossa), enquanto muitos dos povos originários pensaram que os conquistadores fossem deuses (e.g. Galeano, 1971/1996; Jahoda, 1999; Larraín, 1994), como discutimos no Capítulo 2. Aliada à ideia de que os nativos eram selvagens, associa-se a imagem de que eram como crianças, logo, também incapazes, dependentes, ignorantes e com tendências à imitação. Há, assim, semelhanças entre as duas imagens (símios e crianças): a falta de moralidade, de uso da razão e de controle dos impulsos (que no caso da relação com os símios se referia principalmente a impulsos sexuais e agressivos), além da propensão para a imitação, aspectos que aproximam da natureza aqueles aos quais essas imagens são conferidas. Tal conjunto de características serviu como uma justificativa moral para a conversão dos povos originários ao cristianismo, por meio das missões "civilizatórias", que fortaleciam a relação paternalista que se estabeleceu entre os colonizadores europeus e essas populações nativas, contribuindo para a

consolidação do processo de conquista e colonização da região (Jahoda, 1999; Licata, 2012). Nesse sentido, conforme discute Tajfel (1982a):

> A melhoria da posição dum grupo, e a mais forte afiliação dos seus membros que daí resulta, é conseguida, muitas vezes, à custa da utilização da capacidade do grupo para pôr outro grupo em desvantagem. Esta é, evidentemente, uma história do colonialismo em poucas palavras e de formas semelhantes de expansão bem sucedida. [...] As crescentes vantagens, fruto dos lucros coloniais, tinham de ter uma explicação que não entrasse em conflito com o sistema – donde, "o fardo do homem branco" (*white man's burden*) com todas as suas concepções de superioridade e inferioridade inerentes, depressa se tornar uma realidade (p.157, grifo do autor).

A dominação foi, então, consolidada também por meio da aproximação dos povos originários e mais tarde, também dos negros escravizados, à natureza, concebendo-os como irracionais, menos humanos e inferiores, o que, segundo argumento dos colonizadores, justificava o tratamento a eles destinado. À imagem do selvagem ignóbil, soma-se, ainda, especialmente a partir do século XVIII, a imagem do nobre selvagem, porém, "o imaginário do bom selvagem sempre foi minoritário, e muitas vezes tão acrítico e arbitrário como o do selvagem 'depravado'" (Barabas, 2000, p.11, tradução nossa), de modo que, seja como degenerado ou imaturo, esteve sempre próximo à animalidade e à natureza. Ao longo dos séculos seguintes, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, a ideia da proximidade dos Outros das Américas com a imagem da criança ganhou suporte de teorias científicas (como o evolucionismo social e a teoria biogenética), da mesma forma como a comparação com os símios havia conseguido apoio científico anteriormente. Diversos intelectuais, (re)produziram diferentes imagens pejorativas sobre os nativos da América, seja como preguiçosos, ignorantes ou, até com intenções de conotações mais "positivas", como imaturos, necessitando, portanto, de cuidados dos adultos – Europeus (no caso, especialmente portugueses e espanhóis) (Jahoda, 1999). Tal imagem dos povos americanos como imaturos torna-se também parte da imagem do próprio continente, que passa a ser conhecido como o "Novo Mundo", que deve se desenvolver à luz do "Velho Mundo", a Europa (Perrone-Moisés, 2007/2011), como também abordamos previamente.

Assim, a ideia da mistura, da fusão – social, cultural, porém, sobretudo, a racial – entre europeus e indígenas (e depois com os negros africanos) portava, durante o período colonial, também uma ideia de impureza e de degeneração, funcionando como base para explicar as representações sociais compartilhadas acerca dos povos colonizados, por meio de elementos, como preguiça, corrupção, falta de aptidão intelectual, entre outros (Jahoda, 1999; Jovchelovitch, 2000, 2012). Por conseguinte, inicialmente, segundo Amado (2012), o termo *mestiço* era usado pelos colonizadores (portugueses e espanhóis) para se referir aos indivíduos que nasceram da violenta relação entre os europeus brancos

e as mulheres nativas da região que hoje se constitui como a América Latina. Dessa forma, como continua a autora, o mestiço:

> Era, assim, um símbolo da colonização e uma encruzilhada na intersecção da dominação patriarcal e colonial. [...] O/A mestiço/a era o filho ilegítimo; representou o indígena conquistado, tanto racializado quanto des-indianizado, 'alterizado' em um entre-lugar. Usando a metáfora de Anzaldúa, era a 'fronteira' – uma fronteira entre colonizadores e colonizados, que significou mais um limite do que uma ponte (Amado, 2012, pp.447-448, tradução nossa).

Desse modo, tais representações sociais, assentadas na ideia da mistura como fonte de impureza, que também encontravam suporte nas teorias europeias sobre degeneração, tornaram-se bastante presente não apenas entre discursos do senso comum, mas entre estudiosos da própria região, que buscavam compreender as particularidades dos indivíduos destes países. Entretanto, conforme discute Jovchelovitch (2012), sobretudo a partir de meados do séxulo XIX, representações alternativas (Gillespie, 2008)[68] foram articuladas, por meio de (re)apropriações de intelectuais, cientistas e artistas[69], e consequentemente da população em geral dos países que foram colonizados, de modo a enfatizar o potencial criativo e a sociabilidade que vêm da mistura, dessa fusão das diferenças (Jovchelovitch, 2012). Desenvolveram-se, assim, narrativas históricas sobre a construção dessas novas nações independentes, fazendo com que a ideia da mestiçagem (ou miscigenação, como normalmente referida no Brasil) fosse "usada como uma ideologia unificadora nas repúblicas independentes profundamente divididas, desiguais e desconexas" (Amado, 2012, p.448, tradução nossa), tornando-se o mito fundacional dessas "comunidades imaginadas" (Anderson, 1983/2008), de modo que "*mestiço* se tornou sinônimo de latino-americano" (Amado, 2012, p.448, grifos da autora).

Nesse sentido, Jovchelovitch (2012), em sua análise sobre as representações sociais acerca da esfera pública no Brasil, associa o caso brasileiro aos demais países latino-americanos, ao afirmar que tais narrativas, envolvendo tanto histórias dos colonizadores quanto dos colonizados,

> contribuíram para organizar o núcleo central das representações sobre a esfera pública por meio de um mitologia das origens que recruta themata[70] fundacionais para brasileiros e, na verdade, para a América Latina como um todo: o choque entre pureza e impureza, a mistura de eu e do outro, o desejo de fusão e o medo de mistura que marcam o desenvolvimento de identidades e sociedades no continente (p.450, tradução nossa).

---

[68] Não utilizaremos nesta tese o conceito de representações alternativas, conforme proposto por Gillespie (2008), visto que acreditamos já dispor de um interessante conjunto de ferramentas de análise, a partir da associação entre: a tipologia sugerida por Moscovici (1988), segundo a qual há representações sociais hegemônicas, polêmicas e emancipadas; os conceitos de polifasia cognitiva e de themata; a própria noção da existência de uma relação triádica (Ego-Alter-Objeto) que marca a dialogicidade presente na construção das representações sociais; e, ainda, as relações entre núcleo central e sistema periférico, presentes na TNC (e.g. Abric, 1993). Portanto, entendemos que a associação entre esses elementos permite analisar os fenômenos estudados levando em consideração a sua complexidade: a partir do jogo entre continuidades e mudanças e entre aspectos mais consensuais e outros que indicam a existência de subgrupos e de posicionamentos individuais, além da possibilidade de diferentes representações sociais sobre o mesmo objeto.

[69] Jovchelovitch (2012), por exemplo, discute sobre algumas publicações brasileiras que influenciaram nesse movimento, como a obra *Casa-Grande e Senzala*, de Freyre (1933/2003). Além disso, Williamson (2009), em sua obra acerca da história da América Latina, apresenta uma pertinente revisão sobre alguns dos principais "desenvolvimentos literários e culturais", conforme nomeia o autor, em diferentes países latino-americanos nos séculos XIX e XX, que envolvem também discussões acerca da construção das identidades nacionais.

[70] Discutiremos melhor acerca destes themata no próximo capítulo.

A coexistência (até os dias atuais, ainda que de forma mais "sutis") entre essas diferentes possibilidades de compreensão da mistura – seja como fonte de degeneração ou de potencial criativo e de sociabilidade – é possível graças à polifasia cognitiva envolvida na construção dessas representações, que permite reconhecer a diversidade de pensamentos entre diferentes indivíduos e grupos, dotando tais representações de uma flexibilidade comunicativa, que contribui para a coesão social e a proteção identitária dos grupos, e também para a solidariedade intergrupal (Jovchelovitch, 2012).

Assim, no século XX, as narrativas que comportavam representações sociais da mistura como algo positivo se tornaram mais consolidadas, promovendo a "integração" de diferentes indivíduos, por meio da valorização do que essa mistura trazia como possibilidades, como algo novo, "incompleto e inacabado, um visionário laboratório étnico para a mistura de culturas e corpos" (Jovchelovitch, 2012, p.451, tradução nossa). No entanto, tal compreensão da América Latina como um "laboratório de identidades", conforme também refere Martín-Barbero (2002b), fez com que se desenvolvesse na região uma forma de *color blindness*, ou seja, como esclarece Amado (2012), um "discurso baseado na noção de que as barreiras raciais discriminatórias já não existem e que a raça não tem qualquer influência sobre o status social de um indivíduo" (p.456, tradução nossa). Essa ideia está atrelada, por exemplo, ao mito da democracia racial no Brasil (e.g. D. Ribeiro, 1995), o qual se fez/faz presente também em diferentes países latino-americanos, sob diferentes formas (Amado, 2012). Portanto, a valorizada "mistura", muitas vezes, ao longo do processo de construção dos países latino-americanos, se referia, na realidade, a uma tentativa de "branqueamento" da população, homogeneizando-a e negando a influência indígena e afrodescendente na sua constituição, ao prezar pela herança branca e europeia (e.g. Barabas, 2000; Briones, 2008; D. Ribeiro, 1995).

Desse modo, tal ideia de pluralidade e da convivência harmônica entre diferentes Outros, pode esconder também um racismo disfarçado e um processo de exclusão social de diferentes grupos, como negros e indígenas, por meio da justificativa da hibridação ou mestiçagem (e.g. Gros, 2002; Jovchelovitch, 2012; Perrone-Moisés, 2007/2011), como mencionamos previamente. Contudo, conforme pondera Amado (2012), "os movimentos por direitos indígenas e afro-latinos, cuja visibilidade política tem aumentado nos últimos anos, estão cada vez mais desafiando esse mito [de uma sociedade harmoniosa e sem racismo]" (p.455, tradução nossa).

Assim, diferentes representações, hegemônicas e polêmicas, coexistem e competem (Arruda, 2014) no campo representacional relativo ao objeto social *América Latina*, a partir destes brasileiros, chilenos e mexicanos, o que é possível graças ao processo de polifasia cognitiva, que contribui para a

plasticidade na forma como os indivíduos representam o mundo, negociando ambiguidades, que convivem no mesmo campo representacional (Moscovici, 1961/2004; Jovchelovitch, 2011). O que corrobora com a discussão de Jovchelovitch (1999), segundo a qual "as representações sociais emergem desse modo como processo que ao mesmo tempo desafia e reproduz, repete e supera, que é formado, mas que também forma a vida social de uma comunidade" (p.82). Ademais, também há nas representações sociais dos participantes, elementos que indicam uma estratégia para a manutenção de uma identidade social positiva (Tajfel, 1974, 1983), ao valorizarem aspectos nos quais o grupo se destaca, ainda que tais elementos se configurem também como estereótipos relativos à região.

Logo, apesar da existência de elementos mais consensuais no núcleo central das representações partilhadas por estes indivíduos, observa-se, ainda, elementos que indicam a presença de representações sociais polêmicas, especialmente no sistema periférico, como elementos que indicam uma valorização dos povos originários, das tradições, da história da região, repleta de dificuldades, elementos que, associados a outros, se configuram como uma denúncia da permanência de processos de colonialidade (e.g. Grosfoguel, 2008; Quijano, 2005), e que, por vezes, se fazem presentes também de forma mais central, como no caso da amostra chilena. A variedade de elementos evocados no sistema periférico das representações e das metarrepresentações dos participantes, reflete a heterogeneidade dessa periferia representacional, que comporta elementos mais críticos e outros mais descritivos, mais polêmicos, recentes e minoritários e outros mais consensuais (Sá *et al.*, 2005), atuando na relação entre o contexto mais próximo e o núcleo central dessas representações (Abric, 1993, Sá, 1998), além de refletir as contradições, ambiguidades e a diversidade existente entre os membros destes grupos e em suas representações.

9.4. Considerações Finais

Iniciamos este capítulo relembrando a importância da relação entre como nos representamos, como os outros nos representam e como nós pensamos que os outros nos representam, para a construção identitária dos indivíduos e como tal relação envolve tanto processos de solidariedade como de exclusão (Hall, 1996e; R. Ribeiro, 2008; L. Souza, 2004). Os resultados obtidos permitiram discutir sobre esses processos e sobre como estes indivíduos (re)constroem representações sociais e identificações com relação ao grupo supranacional *América Latina,* como grupo psicológico de referência de pertencimento, a partir das representações e metarrepresentações que compartilham sobre esse objeto, dos níveis de identificação com este grupo e com outros (nacionais e étnicos), bem como por

meio da forma como nomeiam essa categoria social e como a definem por meio de diferentes critérios utilizados.

Finalmente, a construção da América Latina como uma "comunidade imaginada" (Anderson, 1983/2008) ou como uma "coletividade representada" (Cruz & Arruda, 2008), envolve relações polêmicas e ambíguas entre diferentes atores sociais, e entre diferentes categorias e conceitos, como classe social, raça, gênero, sexualidade, entre outros que se intersectam na construção dos grupos nacionais e supranacionais, em meio a relações de poder (e.g. Bhabha, 1990; Wade, 2001) e a partir de negociações entre continuidades e mudanças, entre o passado e o presente, entre consenso e dissenso, entre diferença, exclusão, identificação e solidariedade, entre o Eu e o Outro, conforme discutiremos melhor no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 10 – Estudo 3: Re(des)cobrindo o "Outro" latino-americano[71]: entre representações sociais e processos identitários

> A presença real de algo ausente, a 'exatidão relativa' de um objeto [pessoa ou grupo] é o que caracteriza a não familiaridade. Algo parece ser visível, sem o ser: ser semelhante, embora sendo diferente, ser acessível e no entanto ser inacessível. O não familiar atrai e intriga as pessoas e comunidades enquanto, ao mesmo tempo, as alarma, as obriga a tornar explícitos os pressupostos implícitos que são básicos ao consenso. [...] O medo do que é estranho (ou dos estranhos) é profundamente arraigado. [...] Isso se deve ao fato de que a ameaça de perder os marcos referenciais, de perder contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua, é uma ameaça insuportável. E quando a alteridade é jogada sobre nós na forma de algo que 'não é exatamente' como deveria ser, nós instintivamente a rejeitamos, porque ela ameaça a ordem estabelecida (Moscovici, 2000/2010a, p.56).

10.1. Introdução

A relação com o Outro, com a alteridade, com a diferença é uma questão histórica e que, atualmente, na dialética entre as realidades locais e as globalizações, apresenta diferentes contornos e convida a maiores compreensões e reflexões (Jovchelovitch, 2002). A construção da identidade social dos indivíduos e das suas representações sociais sobre diferentes objetos se dá a partir dessa relação com o Alter (indivíduos e/ou grupos), de modo que tal encontro com o Outro envolve o contato com o não familiar (Moscovici, 2000/2010a), com aqueles Outros que não se encaixam nos nossos padrões cognitivos, morais, estéticos de mundo, aqueles que obscurecem e confundem o que antes nos parecia tão claro e simples: as fronteiras, os limites, as identificações, ou seja, confundem, geram desconforto, estranhamento (Bauman, 1997), desestabilizando a ordem existente e almejada (Joffe, 2002). Porém, esse estranhamento gerado pela diferença do Outro "surpreende mais na medida em que, na verdade, o outro não é tão diferente, mas sim um semelhante que não conseguimos situar" (Arruda, 2002, pp.19-20).

A tentativa de situar os Outros envolve a compreensão da alteridade "como produto e processo psicossocial" (Jodelet, 2002), de forma que entram em cena, dentre outros processos, a ancoragem e a objetivação (Moscovici, 1961/2004), a categorização e a comparação social (Tajfel, 1974, 1983), sobre os quais discorremos previamente. Assim, a fim organizar as informações recebidas do meio e reduzir o novo, simplificando-o, os indivíduos realizam classificações, ancorando o não familiar em categorias mais familiares (e.g. Vala, 1993a), além de acentuarem as semelhanças entre indivíduos

[71] Este título é uma adaptação daquele usado por Jovchelovitch (2002) em seu trabalho intitulado *Re(des)cobrindo o outro – para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais.*

pertencentes à mesma categoria e as diferenças entre aqueles pertencentes a categorias diferentes (e.g. Tajfel, 1982a). Tais classificações supõem, também, a atribuição de estereótipos a estes Outros, considerando-os como portadores de caraterísticas usualmente atreladas a determinadas categorias (Tajfel, 1963, 1969, 1982a). Associada a este processo, na relação entre diferentes grupos em determinado contexto, ocorre a passagem das categorias sociais aos grupos de pertencimento, por meio da comparação social, envolvendo a divisão entre endogrupo e exogrupo, de maneira que, estes processos em conjunto contribuem para a construção da identidade social dos membros destes grupos (Tajfel, 1978b, 1982a, 1983).

Como dissemos anteriormente, as identidades sociais estão intimamente ligadas às representações sociais, de modo que, conforme discute Howarth (2002):

> As identidades são continuamente desenvolvidas e contestadas por meio das representações dos outros sobre nossos grupos sociais. [...] Assim, a identificação e re-presentação podem ser vistas como diferentes lados da mesma moeda. Elas são os processos delicadamente entrelaçados da luta colaborativa de um indivíduo para entender, e assim construir, o mundo e a sua posição dentro dele (p. 159, tradução nossa).

Por conseguinte, são importantes não apenas as representações sociais que os indivíduos partilham sobre seus grupos de pertencimento e aquelas que os Outros partilham sobre estes mesmos grupos, mas também as que estes indivíduos acreditam que os Outros compartilham sobre eles, sobre os seus grupos, ou seja, as metarrepresentações (Teixeira, 2006). Nesse sentido, realizamos este estudo com o objetivo de identificar e analisar as representações e as metarrepresentações sociais partilhadas por chilenos, mexicanos e brasileiros sobre o objeto social *latino-americanos*, a partir dos elementos que integram estes campos representacionais e que permitem a integração dos grupos sociais às categorias de pertença. Objetivamos, ainda, verificar a utilização de possíveis outros nomes por parte dos participantes para nomear essa categoria social (latino-americanos).

10.2. Método

10.2.1. Participantes e procedimentos de recolha dos dados

Este estudo contou com a participação de 213 jovens estudantes de graduação e de pós-graduação: 112 brasileiros (69,6% mulheres; idade – M=25,40, DP=3,78), 47 chilenos (53,2% homens; idade M=25,15, DP=4,03) e 54 mexicanos (68,5% mulheres; idade M=25,74, DP=3,81). Para mais informações sobre a caracterização da amostra, ver a Tabela 7.1.

Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário *online*, contendo, dentre outras questões que foram analisadas nos estudos anteriores, duas perguntas sobre as representações e

metarrepresentações dos respondentes a partir do termo indutor *latino-americanos*, por meio da técnica de evocação livre de palavras (e.g. Wachelke & Wolter, 2011). Após essas questões foi pedido aos participantes para avaliarem como positivas ou negativas as expressões evocadas, por meio de uma escala que variava de 1 (muito negativo) a 7 (muito positivo). Ademais, em seguida à questão sobre as representações sociais dos participantes sobre os latino-americanos, perguntou-se se eles consideravam que possuíam algumas dessas características que eles haviam mencionado e, em caso de resposta afirmativa, solicitou-se que indicassem quais. Conforme esclarecemos no Estudo 2, após as questões de evocação livre havia perguntas abertas sobre o porquê destas respostas, porém, optamos por não fazer uma análise pormenorizada destes "porquês" e utilizá-los como fonte de contextualização para melhor compreensão sobre as respostas dos participantes e embasamento das análises. Além destas perguntas, o instrumento também continha uma questão sobre a preferência pela utilização de outros termos para se referir aos latino-americanos, bem como questões relativas a dados sociodemográficos, mencionados previamente, e acerca da identificação dos respondentes com o seu grupo nacional (Brasil, Chile ou México) e com o grupo supranacional (América Latina).

Com relação à questão sobre a identificação dos participantes, realizamos uma adaptação da chamada *Moreno question*, que na realidade, segundo alguns autores (e.g. Deschouwer, De Winter, Dodeigne, Reuchamps & Sinardet, 2015), deveria ser chamada de *Linz-Moreno question*, devido à contribuição dos dois pesquisadores para o desenvolvimento desse tipo de questão. Esse formato de pergunta tem sido comumente utilizado em levantamentos, como o Eurobarômetro, para investigar identidades duais, envolvendo a identificação com grupos nacionais e supranacionais e/ou nacionais e subnacionais, como em estudos conduzidos na Espanha e na Escócia (e.g. Moreno, 2006). Desse modo, tal questão consistiu em perguntar aos participantes "Das frases a seguir qual melhor se aplica a você"? Oferecíamos, então, seis alternativas: "Sou ou me sinto como brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a)[72], mas não latino-americano(a)"; "Sou ou me sinto como mais brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a) do que latino-americano(a)"; "Sou ou me sinto como igualmente brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a) e latino-americano(a)"; "Sou ou me sinto como mais latino-americano(a) do que brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a)"; "Sou ou me sinto como latino-americano(a), mas não

[72] Conforme esclarecemos no capítulo metodológico, foram utilizados três questionários, com adaptações para cada um dos países. Portanto, foram apresentadas aos participantes apenas alternativas envolvendo o seu próprio país, por exemplo, no caso de respondentes brasileiros, uma opção seria "sou ou me sinto como brasileiro(a), mas não latino-americano(a)", e assim para cada país.

brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a)"; "Não me sinto nem como brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a) nem latino-americano(a)". Os resultados referentes a essa questão serão apresentados adiante.

10.2.2. Procedimentos de análise dos dados

O tratamento dos dados foi realizado de forma similar à descrita no capítulo anterior. Logo, os dados foram organizados por meio do *software EVOC* 2003 (Vergès, 2000), segundo a média da ordem de evocação e a frequência dos termos evocados, o que gerou quatro quadrantes que constituem a estrutura das (meta)representações sociais destes brasileiros, chilenos e mexicanos sobre os latino-americanos. Utilizou-se, ainda o software *IBM SPSS Statistics 20* para realizar análises de estatística descritiva com relação aos dados sociodemográficos e às avaliações dos termos evocados.

10.3. Resultados e Discussão

Esta seção será organizada da seguinte forma: inicialmente apresentaremos os resultados referentes aos termos utilizados pelos participantes como alternativa de nomeação para os latino-americanos. A seguir, realizaremos a apresentação dos resultados relativos às identificações dos estudantes com seu grupo nacional e a América Latina. Após essas exposições iniciais, passaremos à apresentação dos resultados sobre as representações sociais relativas aos latino-americanos, seguida das metarrepresentações acerca deste mesmo objeto. Sublinha-se que, como muitos dos resultados encontrados neste estudo são complementares àqueles verificados no estudo anterior, realizaremos uma exposição menos detalhada dos mesmos, a fim de proceder à discussão conjunta destes resultados, e em comparação com aqueles do Estudo 2, destacando diferenças e semelhanças entre as respostas dos participantes dos três países.

Ao pensarmos em relações interculturais, também no que diz respeito a grupos supranacionais como a América Latina, reafirma-se a importância de compreender como os diferentes Outros nomeiam a si mesmos (Canclini, 1999/2010). Tal processo de nomeação, conforme discutimos anteriormente, passa também pela classificação e categorização (e.g. Moscovici, 2000/2010a) dos objetos sociais segundo suas semelhanças e diferenças percebidas. Nesse sentido, buscamos conhecer como os participantes da pesquisa nomeiam as pessoas nascidas na América Latina. No estudo anterior vimos que a maior parte dos participantes (81,7%) não tem preferência pela utilização de outro nome para se referir à América Latina. Com relação aos latino-americanos, obtivemos resultados similares: 83,6% dos respondentes (84,8% no Brasil; 87,2% no Chile; 77,8% no México) consideram não haver outros termos/expressões que eles pensem ser mais interessantes ou que prefiram para se referir aos latino-

americanos. Dentre aqueles que consideram haver outros termos para se referir a essa categoria, houve uma pluralidade de expressões sugeridas. Entre os estudantes brasileiros, a maior parte daqueles que sugeriram outros termos, disseram preferir que os indivíduos fossem nomeados de acordo com a sua nacionalidade, por exemplo, como brasileiros, mexicanos, e assim por diante. Outros termos sugeridos foram: relativos à luta e superação das pessoas provenientes da região, como *povo de luta*, *trabalhadores*, *gente batalhadora*; outros relacionados à sua abertura e simpatia e à heterogeneidade, como *gente amorosa*, *povos alegres*, *festivos*, *flexibilidade*, *plural*. Além de *ibero-americanos* e *hispano-americanos*, ambos os termos que remetem à ligação da pertença latino-americana àqueles falantes de espanhol como discutimos anteriormente. Houve, ainda, menção a termos mais abrangentes, como *americanos* e *pessoas*, *indivíduos*, além do termo *latinos*.

Entre os participantes chilenos que sugeriram outros termos para nomear os latino-americanos, também foram citados os termos *latinos*, *ibero-americanos*, além de expressões como *fusão e amálgama histórico-cultural*, *múltiplas etnias* e *orgulho*. Houve, ainda, menções à expressão *sudaca*, "*mas a partir de uma perspectiva reivindicativa e não pejorativa*", como esclarece um dos respondentes chilenos. Tal expressão, apesar de se referir às pessoas provenientes da América do Sul, é também utilizada de forma pejorativa, especialmente na Espanha, para se referir aos latino-americanos, realçando as fronteiras entre os primeiros e estes últimos, os Outros, marcando uma relação desigual entre eles (e.g. Casaús Arzú, 2002; Paredes, 2014), como veremos nas entrevistas realizadas, no Estudo 4. Contudo, especialmente nos últimos anos, essa expressão tem sido utilizada por indivíduos e grupos da região latino-americana como forma reivindicatória das suas múltiplas identidades e de valorização e orgulho da sua pertença, combatendo o preconceito dirigido a este grupo, por meio da ressignificação do termo utilizado (e.g. Casaús Arzú, 2002; Paredes, 2014), como sugerem alguns dos participantes da pesquisa. Finalmente, entre os respondentes mexicanos que citaram outras expressões, também foi indicada por alguns participantes a preferência pela utilização apenas dos nomes referentes ao país de origem dos indivíduos, além de denominações, como *latinos*, *humanos*, *americanos*, *sudaca*, *irmandade*, *gente interessante* e *a eterna colônia*.

Essa classificação em diferentes categorias de pertencimento, com nomes específicos, torna-se ainda mais complexa em contexto migratório, no qual também passam a coexistir outras possibilidades de identificação com diferentes grupos, como veremos no próximo estudo e como é o caso, por exemplo, dos latino-americanos que migram para os EUA e das gerações posteriores, descendentes destes que para lá migraram. Em pesquisa conduzida pelo *Pew Research Center*, no ano de 2011 (Taylor, Lopez,

Martínez & Velasco, 2012), verificou-se, dentre outros aspectos, que, ao descrever suas pertenças, a maior parte dos latino-americanos entrevistados (51%) disse preferir utilizar a denominação relativa ao país de origem da sua família, enquanto 33% disse preferir o termo *hispânico* (o qual também pode incluir a Espanha) e 14% o termo *latino*. Contudo, tal pesquisa se refere a um contexto específico, os EUA, e não objetivou investigar as preferências entre estes diferentes termos também para indivíduos provenientes de países latino-americanos que possuem outro idioma principal, que não o espanhol, como o Brasil. Logo, citamos aqui essa investigação apenas para ilustrar algumas das possibilidades de configurações das nomeações realizadas pelos indivíduos em meio ao seu processo de construção identitária.

No que diz respeito à dinâmica identitária dos participantes da pesquisa, podemos observar, a partir da análise dos resultados dispostos na Tabela 10.1, que os respondentes mexicanos foram os que mais se consideraram como igualmente identificados com o próprio país e como latino-americanos (70,4%), enquanto no Chile e no Brasil estes valores foram, respectivamente, 42,6% e 39,3%. Os respondentes brasileiros foram os que disseram se sentir mais identificados com o próprio país do que como latino-americanos (43,8%), comparados a 17% dos participantes chilenos e 16,7% dos mexicanos. Finalmente, entre os chilenos, houve maior número de respondentes (27,7%) que disseram se sentir mais como latino-americanos do que do país de origem, em comparação aos 2,7% dos participantes brasileiros e 1,9% dos mexicanos.

Tabela 10.1. – Níveis de identificação com o próprio país e com a América Latina (em percentagens)

	BRASIL	CHILE	MÉXICO
Sou ou me sinto como brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a), mas não latino-americano(a)	9,8	0,0	3,7
Sou ou me sinto como mais brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a) do que latino-americano(a)	43,8	17,0	16,7
Sou ou me sinto como igualmente brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a) e latino-americano(a)	39,3	42,6	70,4
Sou ou me sinto como mais latino-americano(a) do que brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a)	2,7	27,7	1,9
Sou ou me sinto como latino-americano(a), mas não brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a)	0,9	4,3	0,0
Não me sinto nem como brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a) nem latino-americano(a)	3,6	8,5	7,4

Nota: Valores em percentagens. As colunas podem não somar 100% devido a arredondamentos.

Ainda que este tipo de questões comporte diversas limitações e seja alvo de diferentes críticas (e.g. Bruter, 2008), consideramos que, associada às demais questões presentes no instrumento utilizado sobre graus de identificação com diferentes grupos (ver Tabela 9.2) possibilitou uma melhor compreensão sobre a dinâmica identitária destes indivíduos. Entretanto, é importante ressaltar que as identidades não são apenas duais e que essas diferentes pertenças não precisam ser conflitivas e excludentes (e.g. Grad & Sanz, 2008), de modo que os processos identitários envolvem multiplicidade e hibridação (e.g. Canclini, 1989/2011), sendo difícil captar a complexidade de tais processos apenas por meio de questões métricas e daquelas como a de Linz-Moreno. São, portanto, necessárias outras formas, mais qualitativas, com questões abertas, a fim de buscar um entendimento mais aprofundado sobre a dinâmica identitária dos indivíduos e sobre o conteúdo dessas identidades, não apenas sua saliência ou intensidade (Deschouwer *et al.*, 2015), conforme tentamos realizar no Estudo 4. Sabendo-se, contudo, que nenhum instrumento de medida das identidades, seja ele quali ou quantitativo, dará conta de explicar todas as possibilidades envolvidas na construção das identificações.

Com relação às representações sociais partilhadas pelos participantes dos três países com relação ao objeto social *latino-americanos*, pode-se observar, por meio do quadro a seguir (Figura 10.1) os elementos mais relevantes do campo representacional, para brasileiros, chilenos e mexicanos. A estrutura dessa representação social para os brasileiros foi organizada a partir de uma frequência intermediária de 10, ordem média de evocações de 3 e frequência mínima de 4. Já para os chilenos, esses valores foram, 9 (frequência intermediária); 3,1 (ordem média de evocações) e 4 (frequência mínima). E no México foram, respectivamente: 9; 3 e 4. O campo representacional da amostra brasileira foi constituído por 155 termos diferentes, enquanto o da chilena e da mexicana foram compostos por 97 e 95, respectivamente. Vê-se que, apesar de haver maior variedade de termos evocados pelos participantes dos três países com relação aos latino-americanos do que com a América Latina, há menos elementos presentes entre os mais relevantes nestes campos representacionais, visto que muitos foram evocados com menor frequência (por exemplo, uma ou duas vezes), não figurando nos quadrantes analisados.

Média das Frequências									
BRASIL									
Média da Ordem de Evocação									
	< 3				**≥ 3**				
	Termo Evocado	*F*	*OE*	*AM*	*Termo Evocado*	*F*	*OE*	*AM*
≥ 10	Alegres	45	2,55	6,53	Atraentes/sensuais	10	3,60	5,40
	Falam espanhol	14	2,14	4,57	Dança/música	11	3,54	5,55
	Mestiços	13	2,46	6,00	Diversidade cultural	20	3,60	6,00
	Pobres	24	2,87	1,21	Lutadores	30	3,33	5,77
	Simpáticos	57	2,79	6,28				
	Trabalhadores	18	2,34	6,39				
< 10	Belchior	4	2,75	3,25	Colonização	5	3,40	4,00
	Criativos	5	2,80	5,20	Corruptos	4	3,75	1,00
	Diversidade	8	2,75	6,13	Discriminados	6	3,33	1,17
	Identidade	4	2,25	6,25	Emotivos/sensíveis	6	3,83	5,33
	Indígenas	9	2,11	4,33	Espertos	4	3,25	3,50
	Intelectuais	5	2,00	7,00	Explorados	9	3,00	1,11
	Morenos	6	1,67	4,33	Festeiros	6	3,00	5,33
	México	4	1,25	3,75	Ignorantes	8	3,12	1,50
	Subdesenvolvidos	4	2,50	2,00	Irresponsáveis/descompromissados	6	3,33	2,00
	Subemprego	4	2,50	1,00	Migrantes	4	3,00	3,25
					Religiosos	6	3,83	4,83
					Sofridos	6	3,00	1,17
CHILE									
	< 3,1				**≥ 3,1**				
≥ 9	Alegres	19	2,53	6,21	Lutadores	9	3,22	6,44
	Simpáticos	25	2,96	6,28				
< 9	Diversidade	7	2,29	5,86	Dança/música	4	3,75	6,00
	Identidade	5	2,80	6,20	Desigualdade	4	4,25	3,00
	Indígenas	6	2,17	5,67	Diversidade cultural	6	3,17	6,20
	Mestiços	7	2,00	6,14	Divertidos	4	3,25	5,25
	Morenos	5	1,60	4,20	Família	6	3,50	6,17
	Pobres	4	2,50	2,00	Irresponsáveis/descompromissados	4	4,00	1,50
	Trabalhadores	5	2,40	5,60				
	Violentos/delinquentes	4	2,75	2,75				
MÉXICO									
	< 3				**≥ 3**				
≥ 9	Alegres	18	2,94	6,17	Diversidade cultural	9	3,11	6,67
	Família	9	2,67	6,44	Lutadores	9	3,67	6,67
	Festeiros	9	2,78	5,22				
	Simpáticos	36	2,72	6,28				
	Trabalhadores	14	2,50	5,79				
< 9	Dança/música	7	2,57	5,43	Discriminados	5	3,00	1,20
	Diversidade	4	2,50	7,00	Irresponsáveis/descompromissados	4	3,75	1,75
	Falam espanhol	8	2,00	4,75	Orgulho	6	3,33	6,33
	Identidade	8	1,87	6,25	Pobres	4	3,00	1,50

Nota: Sequência de apresentação dos resultados: termo evocado; frequência absoluta; média da ordem de evocação; avaliação média (escala de 1 – muito negativo – a 7 – muito positivo).

Figura 10.1 – Quadrantes das representações sociais relacionadas ao termo indutor *latino-americanos* para brasileiros, chilenos e mexicanos

Os elementos que mais possivelmente constituem o núcleo central das representações sociais dos participantes brasileiros, chilenos e mexicanos sobre os latino-americanos são aqueles que os consideram como *alegres* e a *simpáticos*, ambos com avaliações bastante positivas. Associados a eles, outro elemento, positivamente avaliado, que também possivelmente compõe o núcleo central das representações de brasileiros e mexicanos é *trabalhadores*, o qual aparece na zona de contraste no Chile.

Além destes elementos positivos em comum nas representações dos participantes três países, outros também se fazem presentes tanto no núcleo central quanto no sistema periférico, como a *diversidade* (zona de contraste nos três países) e a *diversidade cultural* (primeira periferia no Brasil e no México e segunda periferia no Chile), ambos elementos que se constituíram como os mais centrais nas representações sociais dos participantes sobre a América Latina e que perdem um pouco da sua centralidade nas representações sobre os latino-americanos, cedendo lugar aos elementos ligados à alegria e simpatia.

Ademais, dentre os elementos e características positivas associadas aos latino-americanos, estão: a sua capacidade para resistir às dificuldades, tornando-os *lutadores*, elemento bastante evocado pelos participantes dos três países e que esteve próximo ao núcleo central, na primeira periferia; a habilidade para a *dança/música* (primeira periferia no Brasil, zona de contraste no México e segunda periferia no Chile); além de serem considerados como *festeiros*, especialmente entre os participantes mexicanos (núcleo central no México e periferia distante no Brasil), *divertidos* (segunda periferia no Chile), *criativos* (zona de contraste no Brasil), *intelectuais* (zona de contraste no Brasil), *mestiços* (núcleo central no Brasil e zona de contraste no Chile) e *emotivos/sensíveis* (segunda periferia no Brasil). Interessante notar que esse último elemento, quando mencionado entre as metarrepresentações (porém não ausente dos quadrantes), foi considerado de forma negativa, como uma falta de razão e apego às emoções, o que faria dos latino-americanos muito *passionais*, segundo o que alguns participantes disseram considerar que quem não é da América Latina pensa sobre eles. Contudo, tais elementos foram pouco evocados e não figuraram entre os termos mais relevantes no campo representacional de nenhum dos três países. Outro elemento que teve avaliação discrepante quando evocado nas representações e nas metarrepresentações foi *atraentes/sensuais* (primeira periferia no Brasil), o qual nesse caso teve o sentido de valorização da beleza e sensualidade atribuída aos latino-americanos. Porém, quando mencionado, nos três países, com relação às metarrepresentações, envolve, geralmente, um sentido negativo, que supõe uma objetificação do corpo (especialmente da mulher), e como

dissemos no estudo anterior, sobretudo da mulher brasileira (e.g. Gomes, 2013). Ainda com relação aos elementos positivamente avaliados, houve aqueles que indicam uma identificação e valorização dessa categoria de pertença, como *identidade* (zona de contraste nos três países), *família* (núcleo central no México e periferia distante no Chile) e *orgulho* (segunda periferia no México).

Apesar da predominância de elementos positivos, vários termos negativamente avaliados foram evocados pelos participantes, principalmente entre os brasileiros. Assim, entre os elementos negativos que compõem as representações dos participantes sobre os latino-americanos estão presentes, à semelhança do estudo anterior, expressões que remetem às condições de *desigualdade* (periferia distante no Chile) e pobreza na região, que também guardam relação com o processo de *colonização* (periferia distante no Brasil) pelo qual estes países passaram, e que fazem com que os indivíduos de lá provenientes sejam também considerados como *pobres* (núcleo central no Brasil, zona de contraste no Chile e segunda periferia no México), *subdesenvolvidos* (zona de contraste no Brasil), *sofridos* (segunda periferia no Brasil), *explorados* (segunda periferia no Brasil), *discriminados* (segunda periferia no Brasil e no México), atuando em *subempregos* (zona de contraste no Brasil). Tais características mencionadas por alguns participantes brasileiros podem remeter também aos estereótipos de latino-americanos *migrantes* (periferia distante no Brasil), que passam dificuldades em outros países, conforme destacam alguns dos respondentes. Os latino-americanos são, também, representados, ainda que de forma periférica, como *irresponsáveis/sem compromisso* (segunda periferia nos três países), e, em alguns casos, *corruptos* (periferia distante no Brasil) e *violentos/delinquentes* (zona de contraste no Chile). Ressalta-se que essa violência, mencionada por alguns participantes, nessa situação de estar entre as representações sociais que eles compartilham sobre os latino-americanos, foi, geralmente, contextualizada a partir de explicações que a referem como uma das consequências da desigualdade. O que, quando se refere às metarrepresentações, passa a ser relacionado ao conteúdo exibido nos meios de comunicação sobre a América Latina, porém sem uma consideração do contexto mais amplo que (re)produz tal violência, ou seja, de forma mais naturalizada, essencializada.

Na periferia distante do campo representacional da amostra brasileira houve, ainda, a evocação dos traços *espertos* e *ignorantes*, que, apesar de poderem parecer contraditórios à primeira vista, não o são, visto que, segundo explicações de alguns participantes, o primeiro possui um sentido de aproximação da esperteza à malandragem, à desonestidade, sendo, por isso, avaliada por alguns deles de forma negativa. Enquanto o segundo, foi no mesmo sentido do Estudo 2, como falta de intelecto somada a uma falta de instrução formal, de acordo com alguns respondentes. Houve também, entre os

brasileiros, a evocação de termos mais descritivos e estereotipados, e que, possivelmente tiveram uma avaliação negativa pelo reconhecimento por parte dos próprios participantes sobre tais estereótipos, como a referência ao cantor *Belchior* (zona de contraste no Brasil), o qual, segundo aqueles que o mencionaram, o fizeram devido à sua música *Apenas um rapaz latino-americano*, a qual teve bastante sucesso no Brasil, e a referência aos *mexicanos* (também na zona de contraste).

Ademais, na zona de contraste do Brasil e do Chile encontra-se o elemento *morenos*, com avaliações próximas ao valor "neutro" da escala (quatro valores), o qual, apesar de remeter à descrição da aparência dos indivíduos, também pode estar relacionado à mistura, presente no termo mestiçagem, evocado pelos participantes; e o elemento *indígenas*[73], com avaliação positiva no Chile e próxima do "neutro" no Brasil. De modo similar ao estudo anterior, vemos que, a evocação deste termo nas representações dos participantes tem um caráter de lembrança e valorização, especialmente entre os chilenos. Contudo, nas metarrepresentações, possui uma conotação negativa, compreendendo os indivíduos da região como *selvagens*, *bárbaros* e *primitivos*. Finalmente, vale destacar que os participantes brasileiros também representam os latino-americanos como indivíduos que *falam espanhol*, da mesma forma como relacionam a América Latina a esse idioma, conforme discutimos no capítulo anterior. Tal elemento esteve presente no núcleo central das representações compartilhadas pelos participantes brasileiros tanto sobre a América Latina quanto sobre os latino-americanos, já para os respondentes mexicanos, este elemento figurou na zona de contraste em ambas as representações e, para os chilenos, esteve na zona de contraste nas representações sociais sobre a América Latina, porém não se fez presente no campo representacional relativo aos latino-americanos. Como vimos a partir dos resultados relativos às questões de identificação, é possível que tal associação dos latino-americanos a pessoas que falem espanhol esteja relacionada ao menor nível de identificação dos participantes brasileiros com esse grupo social.

É interessante observar, entretanto, que, quando perguntados sobre se possuíam algumas dessas características que haviam evocado sobre os latino-americanos, 89,3% dos participantes brasileiros disseram que sim, enquanto esse percentual foi de 87,2% para os chilenos e 92,6% para os respondentes mexicanos. A maior parte dos participantes dos três países ressaltou elementos que avaliaram como positivos dentre aqueles que consideram possuir em comum com o grupo *latino-americanos*, como a alegria, a simpatia, a receptividade, a dança, a resiliência, entre outros, assim,

[73] Ressalta-se que os participantes chilenos, que haviam utilizado mais o termo *povos originários* em suas evocações nos estudos anteriores, utilizaram a expressão *indígenas* com relação ao termo indutor *latino-americanos*, e também a avaliaram de forma positiva.

como afirma um participante brasileiro, ele possui "tudo o que há de bom". Tal movimento de considerar possuir sobretudo as características que considera positivas geralmente atribuídas a um grupo, condiz com uma tentativa de manutenção de uma distintividade positiva, necessária à construção da identidade social dos indivíduos (Tajfel, 1974, 1982a, 1982b). As características negativas que, em geral, consideram possuir dizem respeito a aspectos sócio-históricos e estruturais presentes no contexto da região, como a pobreza, a desigualdade, a dominação, a exploração do trabalho, a discriminação por eles sofrida, ainda que alguns participantes reconheçam fazer parte de "um estrato socioeconômico privilegiado", como explica este participante brasileiro, e, portanto, não sofrerem de forma tão acentuada as consequências dessas mazelas. Alguns participantes dos três países enfatizaram como esse histórico de exploração e de dificuldades os une como latino-americanos, conforme fala destes respondentes: "temos um histórico de exploração comum" (brasileiro); "a resistência face aos problemas sociais nos une" (mexicano); "fomos historicamente maltratados e continuamos de pé" (chileno). Assim, observamos um processo similar àquele discutido no Estudo 1 e ao que veremos também no Estudo 4, acerca das narrativas em comum aos países analisados sobre a história da América Latina, envolvendo opressores em comum e valorizando o papel ativo dos indivíduos nas mudanças da região, fatores que contribuem para a construção da identidade supranacional (e.g. Cabecinhas & Feijó, 2013). Tal resistência e luta com relação às dificuldades em comum também assume essa função de possibilitar a identificação e união dos indivíduos, como membros deste grupo supranacional comum (América Latina).

No que diz respeito ao que os respondentes acreditam que quem não é da América Latina pensa sobre os indivíduos da região, podemos observar, por meio da Figura 10.2, os elementos mais salientes no campo representacional relativo às metarrepresentações que os participantes mexicanos, chilenos e brasileiros partilham acerca do objeto *latino-americanos*. A estrutura dessa metarrepresentação social foi organizada do seguinte modo: no Brasil com frequência intermediária (FI) de 8, ordem média de evocações (OE) de 2,9 e frequência mínima (FM) de 4; enquanto no Chile os valores foram, FI=9, OE=3 e FM=3 e no México, FI=7, OE=3 e FM=4. O campo representacional da amostra brasileira foi constituído por 122 termos diferentes, enquanto o da chilena e da mexicana foram compostos por 73 e 76, respectivamente. Do mesmo modo como no Estudo 2, houve menor variedade de termos evocados pelos participantes com relação às metarrepresentações do que nas representações sobre latino-americanos, o que pode estar ligado à característica mais hegemônica dessas metarrepresentações, compostas por elementos mais consensuais.

Média das Frequências									
BRASIL									
Média da Ordem de Evocação									
	< 2,9				**≥ 2,9**				
	Termo Evocado	*F*	*OE*	*AM*	*Termo Evocado*	*F*	*OE*	*AM*
≥ 8	Alegres	49	2,75	6,00	Dança/música	12	3,36	4,36
	Atraentes/sensuais	35	2,87	3,09	Futebol	8	3,62	2,25
	Festeiros	20	2,80	4,05	Menosprezados/inferiorizados	9	3,00	1,00
	Pobres	49	2,37	1,35	Ignorantes	27	2,96	1,37
	Preguiçosos	13	1,77	1,69	Selvagens/não civilizados	8	3,37	1,88
	Simpáticos	55	2,89	6,16				
	Violentos/delinquentes	18	2,89	1,00				
< 8	Drogas	5	2,80	1,40	Atrasados	7	3,50	1,29
	Migrantes	6	2,67	2,50	Clima tropical	4	3,00	5,50
	Morenos	4	2,50	4,00	Criativos	5	3,00	6,00
	Natureza	5	2,80	5,80	Desonestos	5	3,20	1,80
	Irresponsáveis/descompromissados	5	2,80	1,60	Desordeiros	7	4,43	2,43
	Sujos	4	2,75	1,00	Divertidos	6	3,33	5,17
	Trabalhadores	6	2,67	5,83	Falam espanhol	6	3,33	3,83
					Exóticos	6	3,60	2,83
					Indígenas	6	3,83	3,43
					Ingênuos	5	4,60	1,80
					Negros	6	3,00	1,83
					Lutadores	6	3,83	5,00
					Sofridos	4	3,50	1,00
CHILE									
	< 3				**≥ 3**				
≥ 9	Alegres	19	2,11	6,21	Ignorantes	9	4,00	1,22
	Pobres	13	2,38	1,77				
	Simpáticos	24	2,33	6,21				
	Violentos/delinquentes	23	2,96	1,61				
< 9	Exóticos	6	2,50	3,83	Atraentes/sensuais	4	3,50	3,50
	Lutadores	4	2,67	6,75	Dança/música	6	3,00	5,33
	Preguiçosos	7	2,43	1,86	Desordeiros	6	3,50	2,17
	Religiosos	4	2,75	1,75	Menosprezados/inferiorizados	4	3,00	3,60
	Subdesenvolvidos	7	2,86	2,14	Divertidos	3	3,00	5,75
	Alcoólatras	3	2,00	2,67	Festeiros	6	3,17	4,83
					Futebol	4	4,25	5,50
					Indígenas	4	3,25	3,50
					Irresponsáveis/descompromissados	6	3,50	1,17
MÉXICO									
	< 3				**≥ 3**				
≥ 7	Alegres	24	2,42	5,71	Trabalhadores	7	3,14	5,71
	Festeiros	17	2,71	4,35	Violentos/delinquentes	16	3,56	1,00
	Ignorantes	17	2,59	1,06				
	Pobres	13	2,69	2,08				
	Preguiçosos	15	2,67	1,13				
	Simpáticos	33	2,94	5,88				
< 7	Atraentes/sensuais	6	2,83	4,50	Corruptos	6	3,83	1,17
	Exóticos	4	1,50	2,75	Dança/música	5	3,00	5,20
	Migrantes	5	2,20	2,00	Menosprezados/inferiorizados	4	3,75	1,25
					Irresponsáveis/descompromissados	4	3,75	1,75
					Religiosos	6	3,83	2,83

Nota: Sequência de apresentação dos resultados: termo evocado; frequência absoluta; média da ordem de evocação; avaliação média (escala de 1 – muito negativo – a 7 – muito positivo).

Figura 10.2 – Quadrantes das metarrepresentações sociais relacionadas ao termo indutor *latino-americanos* para brasileiros, chilenos e mexicanos

Os brasileiros, chilenos e mexicanos que participaram da pesquisa pensam que quem não é da América Latina também considera os latino-americanos como *alegres* e *simpáticos*. Contudo, acompanhando esses elementos positivos no núcleo central dessas metarrepresentações, encontra-se, também, nos três países, a ideia de que são *pobres*. Os participantes também acreditam que os latino-americanos são representados como *violentos, delinquentes e perigosos* (núcleo central no Brasil e no Chile e primeira periferia no México), *ignorantes* (núcleo central no México e primeira periferia no Brasil e no Chile) e *preguiçosos* (núcleo central no Brasil e no México e zona de contraste no Chile), todos elementos negativamente avaliados.

Ademais, acreditam ser representados como *festeiros* (núcleo central no Brasil e no México e segunda periferia no Chile), elemento com avaliações próximas aos quatro valores na escala utilizada; e *atraentes/sensuais* (núcleo central no Brasil e zona de contraste no México e segunda periferia no Chile), categoria que contém respostas dos participantes que se referem à aparência dos indivíduos, a conteúdos sexuais, à sensualidade e, sobretudo ao corpo da mulher e à sua disponibilidade sexual, e que teve avaliação média negativa entre brasileiros e chilenos, porém um pouco acima dos quatro valores entre os participantes mexicanos.

Os participantes também pensam que os outros veem os latino-americanos como *exóticos* (zona de contraste no Chile e no México e segunda periferia no Brasil); *irresponsáveis/descompromissados* (zona de contraste no Brasil e periferia distante no Chile e no México); inferiores, sendo, portanto, *menosprezados/inferiorizados* (primeira periferia no Brasil e segunda periferia no Chile e no México); *migrantes* (zona de contraste no Brasil e no México); *religiosos* (zona de contraste no Chile e segunda periferia no México); *desordeiros* (segunda periferia no Brasil e no Chile); *corruptos* (segunda periferia no México); *subdesenvolvidos* (zona de contraste no Chile); *alcoólatras* (zona de contraste no Chile); usuários e/ou envolvidos no tráfico de *drogas* (zona de contraste no Brasil); *selvagens/não civilizados* (primeira periferia no Brasil); *sujos* (zona de contraste no Brasil); além dos termos *atrasados*, *desonestos*, *ingênuos, falam espanhol* e *sofridos*, na periferia distante no Brasil. Todos estes elementos receberam avaliações negativas.

Além destes, fizeram-se presentes, sobretudo na amostra brasileira, elementos relativos à cor/raça/etnia, como *morenos* (zona de contraste no Brasil), com avaliação média "neutra", *indígenas* (segunda periferia no Brasil e no Chile) e *negros* (periferia distante no Brasil), ambos com avaliações negativas, especialmente este último. Tais avaliações podem se relacionar a uma crítica aos estereótipos e generalizações que quem não é da América Latina faz sobre as pessoas da região, assim como o

ocorrido com relação a diferentes elementos, mas também pode revelar um racismo disfarçado, ao atribuírem uma avaliação mais negativa ao elemento *negros* quando são comparados, aproximados a essa categoria social da qual poderiam desejar distanciar-se. Nota-se, ainda, como nas metarrepresentações não houve elementos relativos à mestiçagem ou hibridação, ou seja, elementos que indicassem a mistura, a diversidade étnica da região. Outro estereótipo comumente associado a alguns países da região, como o Brasil, é a habilidade e o gosto pelo *futebol*, o qual obteve avaliação média negativa nas metarrepresentações dos brasileiros (periferia distante) e positiva nas dos chilenos (periferia distante).

Dentre os estereótipos "positivos" que os participantes consideram que quem não é da região geralmente associa às pessoas de lá, estão: a habilidade e o gosto pela *dança e música* (primeira periferia no Brasil e periferia distante no Chile e no México), elemento que recebeu avaliação positiva no México e no Chile e próxima ao "neutro" no Brasil; a *natureza* (zona de contraste no Brasil); o modo como são *criativos* (periferia distante no Brasil) e *divertidos* (segunda periferia no Chile e no Brasil); além de *trabalhadores* (primeira periferia no México e zona de contraste no Brasil) e *lutadores* (zona de contraste no Chile e segunda periferia no Brasil), todos esses últimos elementos com avaliações positivas.

Diante dos resultados referentes às representações e metarrepresentações dos participantes chilenos, brasileiros e mexicanos sobre os latino-americanos, observa-se como os estereótipos sociais (e.g. Tajfel, 1982a) assumem um papel central na construção de tais (meta)representações. A presença e a permanência dos estereótipos ("positivos" ou "negativos") estão atreladas às suas funções sociais e individuais que atuam no processo de formação das identidades sociais dos indivíduos, as quais retomamos aqui, a fim de elucidar as discussões sobre os resultados encontrados.

Assim, as suas funções individuais envolvem a organização cognitiva do meio e a preservação do sistema de valores dos indivíduos, que refletem nas dimensões cognitiva (reconhecimento da pertença a determinado grupo social e não a outro), avaliativa (atribuição de valores mais positivos ao seu próprio grupo) e afetiva (atribuição de mais sentimentos positivos ao seu grupo) da identidade social. E suas funções sociais são: a justificação social (ou função justificadora), da qual os grupos de *status* social privilegiado se utilizam para justificar sua superioridade em relação a outro grupo, e que, no caso de grupos minoritários, auxilia os indivíduos na ressignificação dos estereótipos negativos a eles atribuídos; a causalidade social (ou função de explicação causal), a qual provê os indivíduos de explicações simplificadas que facilitam a sua compreensão do mundo em que vivem; e a diferenciação

social (ou função de diferenciação positiva do endogrupo), a partir da qual os indivíduos conferem valores positivos ao seu próprio grupo em relação aos grupos de relação, com o intuito de alcançar e manter uma distintividade positiva (Tajfel, 1982a, 1982b).

Nesse sentido, similarmente ao estudo anterior, verificou-se a presença de elementos relativos a representações hegemônicas (Moscovici, 1988) compartilhadas sobre o objeto social *latino-americanos*, constituídas principalmente por estereótipos de cunho negativo, sobretudo no que diz respeito às metarrepresentações. Já, nas representações partilhadas pelos respondentes, apesar da presença de elementos de caráter hegemônico, observou-se como a função identitária das representações sociais (e.g. Breakwell, 1993; Sá, 1998) encontra-se destacada, de modo a guiar a evocação de determinados elementos no campo representacional associados ao objeto social investigado, que também se configura como um dos grupos de pertença dos participantes (latino-americanos).

Dessa forma, tais (meta)representações são compostas por estereótipos negativos e positivos relacionados a este grupo, havendo, contudo, mais elementos positivamente avaliados nas representações dos participantes sobre o seu próprio grupo supranacional do que com relação às representações que eles pensam que quem não é da América Latina compartilha sobre o seu grupo. Há, portanto, por parte destes indivíduos, um reconhecimento dos estereótipos negativos usualmente direcionados ao seu grupo de pertencimento (os quais são evidenciados nas metarrepresentações que compartilham) e da condição minoritária do mesmo no cenário mundial. Porém, face ao reconhecimento do seu pertencimento a um grupo ao qual são dirigidas representações sociais historicamente negativas, os indivíduos se utilizam da estratégia de ressignificação dos estereótipos negativos usualmente atribuídos ao seu grupo (função justificadora), a fim de garantir a distintividade positiva do seu endogrupo em relação aos grupos de relação (função de diferenciação social) (Tajfel, 1982a, 1982b).

Estes resultados se assemelham àqueles encontrados em outros estudos envolvendo diferentes grupos minoritários, em contextos variados (e.g. Bonomo, 2010; Cabecinhas & Amâncio, 2004, Cabecinhas, 2007). Desse modo, tanto nas representações quanto nas metarrepresentações, há elementos que associam os latino-americanos à expressividade e à sociabilidade positiva (sintetizada, por exemplo, nas categorias *alegres*, *divertidos*, *festeiros*, *emotivos/sensíveis, simpáticos*) e ao exotismo (expresso em categorias, como *dança/música*, e *exóticos,* nas metarrepresentações). Há, ainda, em ambos os casos, a evocação de termos relativos às dificuldades sociais e econômicas presentes na região e que contribuem para a sua condição desfavorável (como, *pobres*, *sofridos*, *subdesenvolvidos*,

discriminados, *explorados*, *menosprezados/inferiorizados*). Ademais, especialmente nas metarrepresentações, há elementos que se referem à instrumentalidade negativa, além de degeneração e vícios (como, *ignorantes*, *desordeiros*, *irresponsáveis/descompromissados*, *preguiçosos*, *corruptos*, *alcoólatras*, usuário e/ou traficante de *drogas*, *violentos/delinquentes*).

No entanto, entre as representações que os participantes compartilham sobre os latino-americanos, destacam-se, também, elementos que remetem à luta social, à força, resistência e persistência para lutar contra as adversidades, como, *trabalhadores* e *lutadores*; e elementos que remetem à solidariedade grupal e se encontram presentes, por exemplo, na categoria *simpáticos*, que inclui, também, termos relativos à receptividade, à cordialidade e à solidariedade, bem como nos elementos *identidade*, *família* e *diversidade*, termo que, conforme discutimos no estudo anterior, também pode ser compreendido como uma característica que une os latino-americanos, a partir de sua heterogeneidade (e.g. Canclini, 1999/2010). Assim, conforme discutem Cabecinhas e Amâncio (2004), tais evocações relativas à "luta social, por um lado, e à solidariedade e coesão dentro do grupo, por outro, remetem claramente para a representação de um grupo dominado que, sentindo-se em posição desfavorável e ameaçado pelo exterior, reforça a solidariedade e coesão internas" (p.12). A presença de tais elementos e a ressignificação de outros, buscando a coesão grupal e a manutenção da distintividade positiva do seu grupo (Tajfel, 1982a), fazem com que, ao lado de elementos mais hegemônicos, existam, também, outros de caráter mais polêmico, porém com menor proeminência do que nas representações acerca da América Latina, como vimos no capítulo anterior.

Apesar das estratégias utilizadas pelos indivíduos para lidar com a pertença a um grupo considerado minoritário e com os estereótipos negativos a ele direcionados, sabe-se que tais estereótipos podem ter efeitos perniciosos nas relações intergrupais (e.g. Cabecinhas, 2002), de modo que a (re)produção e a permanência de representações hegemônicas carregadas de elementos negativos, acaba por, entre outros aspectos, contribuir para a "profusão de estereótipos estigmatizantes e a manutenção de práticas excludentes em direção aos grupos sociais minoritários, cujo modo de existência se organiza à margem das sociabilidades hegemônicas" (Bonomo, 2010, p.76). Este é o caso, por exemplo, de grupos como os ciganos (e.g. Souza, Bonomo, Livramento, Brasil & Canal, 2009), migrantes (e.g. Cabecinhas, 2007), grupos rurais (e.g. Bonomo, 2010), entre outras possibilidades, como parece ser o caso também dos latino-americanos, especialmente em relação aos Outros da Europa e dos EUA. Sublinha-se, também, o perigo da interiorização da inferioridade por parte dos membros destes grupos

minoritários, como consequência da constante difusão destes estereótipos negativos e de práticas discriminatórias a eles direcionadas (e.g. Cabecinhas, 2007; Joffe, 2002).

Tendo em vista essas considerações, perguntamos, ainda, aos participantes da pesquisa sobre suas experiências de preconceito e discriminação[74]. Tal questão consistiu em uma pergunta de múltipla escolha, em que os indivíduos poderiam assinalar quaisquer das seguintes opções de resposta (de acordo com cada país): "Sim, por ser brasileiro(a)/chileno(a)/mexicano(a)"; "Sim, por ser latino-americano(a)"; "Sim, por outros motivos"; "Não, nunca sofri discriminação".

Com relação aos participantes brasileiros, 53,6% disseram nunca ter sofrido nenhum tipo de discriminação; enquanto 15,2% disseram ter sofrido discriminação por serem brasileiros e latino-americanos; 10,7% apenas por serem brasileiros; 5,4% apenas por serem latino-americanos; 12,5% por outros motivos; e 2,7% por serem brasileiros e por outros motivos. Dentre estes outros motivos, foram citados: a classe social; a orientação sexual; o fato de ser negro; ser nordestino; e, especialmente, o ser mulher, e, com maior ênfase, *mulher brasileira*. Interessante notar que nessa questão aberta sobre "quais outros motivos", alguns participantes relataram diferentes situações nas quais sentiram que sofreram algum tipo de discriminação/preconceito, especialmente no contato com indivíduos de outros países, como EUA e alguns países europeus, como Portugal. Nessas situações relatadas eles mencionaram alguns dos estereótipos usualmente associados aos seus diferentes grupos de pertença: a mulher brasileira é vista como *fácil* e *prostituta*; os brasileiros em geral como *folgados*, *preguiçosos* e *não civilizados*; e os latino-americanos como *barulhentos*, *desordeiros* e *todos índios*.

Já entre os participantes chilenos, 42,6% disseram nunca ter sofrido discriminação; 14,9% disseram ter sofrido discriminação por serem chilenos; 12,8% por serem latino-americanos; 8,5% por serem chilenos e latino-americanos; e 21,3% por outros motivos. Tais motivos incluíram: orientação sexual; classe social; estatura; ser mulher; ser de algum grupo ou ter feições indígenas; ser de regiões específicas do Chile. Dentre aqueles que relataram situações, alguns mencionaram que, no contato com pessoas de fora da América Latina, sentiram-se discriminados devido à imagem de perigo, violência e ignorância difundida sobre o Chile e sobre a América Latina em geral. Ademais, alguns participantes disseram que se sentiram discriminados em outros países latino-americanos, como Bolívia, Peru e

[74] Ressalta-se que, apesar de entendermos o preconceito como as atitudes negativas direcionadas a um grupo e a discriminação como as práticas, os comportamentos derrogatórios com relação a tal grupo, conforme discutimos no Capítulo 3, utilizamos os dois termos como sinônimos na pergunta formulada, a fim de facilitar a compreensão dos respondentes, visto que estes podem utilizar ambos os conceitos de forma intercambiável.

Argentina, por serem chilenos, visto que, segundo eles, os conflitos históricos entre estes países continuam a ser reforçados pelos media, o que faz com que as tensões e os estereótipos se mantenham.

Finalmente, entre os respondentes mexicanos, 27,8% disseram nunca ter sofrido discriminação; 24,1% disseram ter passado por situações em que foram discriminados por serem mexicanos; 7,4% por serem latino-americanos; 9,3% por serem mexicanos e latino-americanos; 3,7% por serem mexicanos e por outros motivos; e 27,8% por outros motivos. Dentre os outros motivos, estão: classe social; orientação sexual; cor (*morena*); ser de algum grupo ou ter feições indígenas; ser de regiões específicas do México; ser mulher (e *universitária* ou *feminista*); roupas, forma como se veste; estatura; peso; ser visto como migrante; ser visto como narcotraficante. Como é possível observar, entre os mexicanos, houve elementos em comum com aqueles mencionados entre os participantes dos outros dois países, porém, houve uma diversidade ainda maior de motivos pelos quais já se sentiram discriminados, especialmente no contato com pessoas de outros países, e, conforme mencionaram alguns participantes, sobretudo nos EUA.

Apesar de não nos aprofundarmos na análise destes resultados sobre as experiências de preconceito vividas pelos participantes, optamos por inclui-los aqui devido ao reconhecimento da importância que as relações cotidianas e os contatos intergrupais possuem na (re)produção destes estereótipos e de como tais situações propiciam a intensificação do uso de estratégias proteção do endogrupo, a partir do fortalecimento da coesão e da solidariedade grupais e da diferenciação com relação aos exogrupos (e.g. Bonomo, 2010; Cabecinhas & Amâncio, 2004).

Estes processos de defesa endogrupal e de diferenciação intergrupal fazem parte do processo de compreensão da realidade social e de construção identitária dos indivíduos, envolvendo categorizações e comparações, a partir da demarcação de fronteiras entre os grupos, as quais, sobretudo no caso de grupos minoritários, podem levar a uma disseminação de representações e práticas estigmatizantes (Howarth, 2006) e a uma essencialização destas categorias sociais (Wagner *et al.*, 2009), que pode chegar ao ponto do afastamento destes grupos da categoria *humanos*, aproximando os seus membros dos outros animais e da natureza (Costa-Lopes *et al.*, 2008; Marcu & Chryssochoou, 2005; Pérez *et al.*, 2002). Tal diferenciação extrema entre os grupos (ainda que por vezes feita de formas "sutis" e por meio de estereótipos "positivos") pode se dar, principalmente, pelo processo de ontologização (e.g. Pérez *et al.*, 2002), por meio da associação de atributos mais ligados à cultura (como, razão e autonomia) ao endogrupo, geralmente, um grupo dominante, e de atributos mais associados à

natureza (como, docilidade e dependência emocional) ao exogrupo, em geral, um grupo minoritário (e.g. Deschamps, Vala, Marinho, Lopes & Cabecinhas, 2005).

Essa aproximação do Outro à animalidade e à natureza, como discutimos no Capítulo 9 e como podemos também perceber nos resultados do presente estudo, sobretudo nas metarrepresentações, é um processo que fez parte da construção da América Latina, desde o "primeiro encontro" com os europeus que chegaram a este território, de forma que "a questão do Outro" (Todorov, 1983) ocupa um lugar fundamental nessa construção e remonta a formas mais antigas de se relacionar com este Outro, conforme discute Barabas (2000), ao afirmar que "a alteridade dos indígenas da América foi se construindo muito antes da Conquista se considerarmos que as imagens da diferença, produzidas pelos europeus a partir de outros povos considerados bárbaros, foram projetadas, mais tarde, nos habitantes do novo mundo" (p.9, tradução nossa). Sobre o conceito de bárbaro, cumpre ressaltar que, antes do século XVI utilizava-se mais este termo para se referir aos Outros, entendidos como diferentes, a partir de um olhar etnocêntrico (Barabas, 2000; Jahoda, 1999). Já o termo selvagem, se referia a uma alteridade radical (Jodelet, 2002), a um extremo em que o Outro não era apenas diferente, mas inferior, de modo que "a transposição de *bárbaro a selvagem*, ou a *selvagização do bárbaro*, foi um processo muito comum na história, toda vez que o Outro ameaçava o *status quo* e devia ser radicalmente desacreditado" (Barabas, 2000, p.10, tradução nossa, grifos da autora). Neste trabalho utilizamos o termo *selvagem*, visto que este é o mais utilizado pelos participantes da pesquisa.

Nesse sentido, como dissemos anteriormente, seja como degenerados ou como imaturos, a aproximação dos povos nativos da América à infantilidade e à animalidade (Jahoda, 1999), envolve um processo de formação da alteridade, assentada, também, na dimensão imaginária das representações sociais (Jodelet, 2014). Tal processo envolve a continuidade e transformação no uso de algumas imagens, como as analisadas por Jahoda (1999), que, inicialmente, serviram para formar uma identidade ocidental, depois para justificar a superioridade do Ocidente, o seu estatuto dominante, orientalizando o Oriente (Said, 1978/2007), além de justificar os processos de colonização, e mudaram de função, especialmente a partir do século XIX, passando a ser utilizadas para justificar a superioridade de alguns setores sobre outros nas sociedades ocidentais. Ou seja, os Outros "selvagens", vistos "a partir do pedestal do homem educado de classe média" (Jahoda, 1999, p.237), passam a ser também as mulheres, os criminosos, as pessoas com algum tipo de deficiência mental ou as pessoas de classes sociais inferiores.

A fim de melhor compreender os processos subjacentes à continuidade destas imagens, que até os dias atuais fazem parte da constituição das (meta)representações relativas a diferentes grupos minoritários, como os latino-americanos, é necessário levar em consideração a importância da memória social dos grupos (e.g. Sá, 2005), a qual, associada, principalmente, aos processos de objetivação e ancoragem (Moscovici, 1961/2004), contribui para que o passado se faça presente (De Alba, 2011), havendo uma (re)construção de costumes, valores, tradições, história e cultura destes grupos, que se mantêm e/ou se modificam a partir de interações com o presente (Villas Bôas, 2014). Conforme discute (Moscovici, 2000/2010a), "quanto mais sua origem [de uma representação social] é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais *fossilizada* ela se torna", transforma-se em algo que "cessa de ser efêmero, mutável e mortal e torna-se, em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal" (p.41, grifos do autor). Nesse sentido, é importante elucidarmos alguns dos thematas (Moscovici & Vignaux, 2000/2010) nos quais tais (meta)representações estão ancoradas, ou seja, algumas das antinomias presentes na construção do pensamento social que são profundamente arraigadas na cultura dos grupos e que são transmitidas por meio das gerações por meio da linguagem, das interações cotidianas e dos meios de comunicação social (Marková, 2006).

Alguns destes thematas são discutidos, por exemplo, por Moscovici (2009) acerca das relações entre grupos dominantes e minoritários, a exemplo dos ciganos, de modo que tais antinomias parecem sustentar, também, algumas das (meta)representações compartilhadas pelos participantes sobre a América Latina e sobre os latino-americanos. Uma dessas oposições é a de *puro/impuro*, a qual é objetivada não apenas na evocação de elementos ligados à falta de higiene, como *sujos*, mas, especialmente, em elementos que remetem à impureza e à degeneração advindas da mistura, relacionando-se tanto à corrupção, quanto à depravação sexual, por exemplo. Outro themata citado por Moscovici (2009) e que também parece sustentar as (meta)representações encontradas é o *estigma positivo/estima negativo*. O estigma positivo, por um lado, se faz presente nos resultados, a partir da associação dos latino-americanos com a dança, a música, o gosto para festas, alegria, simpatia e diversão. Enquanto o estigma negativo relaciona-os à violência, ao perigo, à delinquência, que estão ligados, também às condições de pobreza e desigualdade a eles associadas.

Além destes, outro themata que possivelmente subjaz a essas representações é *selvagem/civilizado*, o qual, na verdade, parece se configurar como um desdobramento de outro themata mais fundamental *natureza/cultura*, que envolve a antinomia *ser humano/animal* (Pérez *et al.*, 2002). Ademais, o reconhecimento social se configura como um dos thematas básicos, que, segundo

Marková (2006), "surgem diretamente da dialogicidade do *Alter-Ego*" e, como tais, "parecem ser concebidos no pensamento social como essenciais para a sobrevivência e otimização da humanidade" (p.258, grifos da autora). Assim, como continua a autora:

> [...] independente de ser uma luta por reconhecimento social ou uma tentativa de negar o reconhecimento social de outros, se esconde por trás de muitas representações sociais. Isso não deveria ser surpreendente, pois a dialogicidade do *Alter-Ego* envolve julgamentos, avaliações e paixões, e estes estão conectados com o desejo e a negativa do reconhecimento social (p.258, grifos da autora).

Assim, de acordo com autora, a busca por reconhecimento social se faz presente ao longo da história da humanidade, de modo que tal reconhecimento tem sido tematizado em relação a outros thematas, que se transformam de acordo com cada época, como *justiça/injustiça*, *liberdade/opressão*, *nós/eles*, *igualdade/desigualdade*, entre outros (Marková, 2006).

A maior parte das antinomias anteriormente mencionadas, portanto, diz respeito à alteridade, à relação entre o Eu e o Outro. Relação que envolve desejo e repulsa (Joffe, 2002), temor e fascínio (Bonomo, Faria, Souza & Brasil, 2012), na medida em que a diferenciação entre Nós e Eles não se dá apenas com base na diferença, mas também por meio da possibilidade de identificação, de modo que, em determinadas situações, os indivíduos podem afastar aqueles que ameacem a distintividade positiva do endogrupo (Tajfel, 1982a, 1982c). Ademais, segundo alguns autores, como Joffe (2002), essa maneira de se relacionar com o Outro, envolvendo depreciação e desejo, é mais universal do que outros autores, como Said (1978/2007) sugeriam, estando presente nas chamadas sociedades ocidentais e não-ocidentais. Contudo, a própria autora reconhece que não se pode negar o lugar hegemônico da cultura e do pensamento ocidentais em termos mundiais, o que faz com que determinadas representações sociais ocidentais sobre diferentes objetos sejam mais amplamente divulgadas e (re)conhecidas do que as não-ocidentais.

Tal modo de se relacionar com o Outro, especialmente com um Outro pertencente a um grupo considerado minoritário, por vezes, levando a exclusão deste Outro-diferente-inferior, é percebida mesmo no âmbito de grupos nacionais ou supranacionais que são eles próprios tidos como minoritários em diferentes contextos de comparação. Isso ocorre, por exemplo, com os indígenas, os negros, os ciganos, entre outros grupos, em muitos países latino-americanos. No caso dos indígenas, é interessante notar que, especialmente a partir do século XX, a imagem do indígena como cruel e canibal tem dado lugar a uma ideia dos mesmos como exemplos de modo de vida igualitário, democrático e de preservação do meio ambiente. Porém, como alertam alguns autores (e.g. Barabas, 2000; Jahoda, 1999), o fato de que estes novos estereótipos sejam bastante difundidos e explorados comercialmente, não indica que haja

maior compreensão e respeito pelas culturas destes grupos, de maneira que sua exclusão econômica e social se mantém, ainda, "acompanhada pela exclusão cultural e simbólica" (Lima, Faro & Santos, 2016, p.221).

Vemos, assim, como as identidades são construídas em meio a processos de inclusão e exclusão e de relações de poder (Barker, 2004; Hall, 1996e), havendo divisões entre quem pertence e quem não pertence a determinados grupos (Silva, 2000). Porém, são divisões que envolvem não uma simples dicotomia, uma divisão binária entre Nós e os Outros, visto que as próprias definições de quem são estes Outros se tornam cada vez mais fluidas (Bauman, 1997), já que estamos falando de identidades híbridas (Bhabha, 1994/2005; Canclini, 1989/2011), de forma que os indivíduos podem se identificar ao mesmo tempo com diferentes grupos e sem que essas pertenças entrem em conflito em determinadas situações (Tajfel, 1982a), conforme veremos melhor no Estudo 4.

10.4. Considerações Finais

Os resultados obtidos nesse estudo permitiram complementar as discussões realizadas no estudo anterior, a partir da análise das representações e metarrepresentações sociais dos participantes chilenos, brasileiros e mexicanos acerca dos latino-americanos. Vimos que as metarrepresentações se constituíram como representações sociais hegemônicas (Moscovici, 1988) relacionadas aos latino-americanos. Tais representações são similares àquelas geralmente partilhadas por grupos dominantes e compostas por estereótipos majoritariamente negativos relacionados a diferentes grupos minoritários, a diferentes Outros, ao longo da história (e.g. Jahoda, 1999), conforme discorremos previamente. Assim, diversos elementos presentes nas representações que estes estudantes pensam que quem não é da América Latina possui com relação a esse objeto, remetem a aspectos que foram historicamente atribuídos às populações nativas dessas regiões (e.g. Jahoda, 1999) e também a estereótipos mais recentes e mais "positivos" que remetem a novas formas de racismos, mais "sutis", que envolvem uma essencialização e diferenciação sobretudo em termos culturais, uma heteroetnização (e.g. Vala, 2013), por exemplo, associando a região e as pessoas que a ela pertencem a aspectos ligados à expressividade, à sociabilidade positiva e à instrumentalidade negativa (e.g. Cabecinhas, 2007), como discutimos há pouco.

Já as representações sociais compartilhadas pelos participantes, apesar de ancoradas em alguns dos mesmos themata que as metarrepresentações, envolvem diferentes atribuições de significados a partir destes mesmos themata, ou seja, diferentes representações. Dessa forma, as

ambiguidades e contradições presentes em tais representações, compostas por elementos hegemônicos e outros um pouco mais polêmicos e por elementos negativos e positivos, coexistem a partir da flexibilidade proporcionada pelo mecanismo de polifasia cognitiva, o qual possibilita a convivência entre diferentes formas de saber em um mesmo campo representacional (Moscovici, 1961/2004; Jovchelovitch, 2011).

Finalmente, ressalta-se que, ainda que tenha havido transformações nos estereótipos negativos atribuídos a diferentes grupos minoritários, e, especificamente, aos latino-americanos, muitos dos significados relacionados a eles ainda se mantêm, ainda que de formas mais "sutis", relacionando-os à expressividade e ao exotismo, enquanto aos grupos dominantes, relacionam-se traços referentes à instrumentalidade e à competência (e.g. Cabecinhas & Amâncio, 2004).

De tal modo, considerando-se que "o problema com os estereótipos não é que eles não são verdadeiros, mas que eles são incompletos, eles fazem uma história ser a única história" (Adichie, 2009, tradução nossa), faz-se necessário conhecer os Outros por eles mesmos, compreendendo as suas visões de mundo, as representações sociais que compartilham sobre os seus próprios grupos e sobre os grupos de relação, a fim de possibilitar maior empatia e entendimento sobre a perspectiva do Outro (Sammut, 2010). Assim, será possível desenvolver novas práticas sociais, que eventualmente possam transformar as representações sociais (Rouquette, 1998) sobre estes grupos, de forma a não implicarem um encobrimento do Outro (Dussel, 1993), mas sim a possibilidade de redescobri-lo (Jovchelovitch, 2002), por meio do respeito e do diálogo intercultural. Esperamos que este estudo tenha contribuído nesse sentido de ouvir o que estes latino-americanos pensam sobre eles mesmos e de discutir sobre as permanências e transformações envolvidas nessas representações, que também influenciam nas vivências, adaptações e identificações dos indivíduos quando migram para outros países, conforme abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 11 – Estudo 4: Migrações, identidades e representações sociais: estudando processos identitários entre migrantes latino-americanos em Portugal e na Espanha

> [...] today we are dealing with non-homogeneous societies where the term 'Us' does not always refer to a group of people differentiated from 'Them' by the political boundaries of the Nation-State. The social psychological challenges presented by contemporary, fast changing societies, emanate from the fact that new memberships are available and old memberships are bound to change functions and meaning. (Chryssochoou, 2000b, pp.344-345)

11.1. Introdução

O contexto atual de globalizações (André, 2012; B. S. Santos, 2003) provoca mudanças não apenas com relação a aspectos econômicos, como o aumento da movimentação de bens, mas também profundas transformações em termos socioculturais. Dessa forma, como debatemos anteriormente, tais processos de globalização, quando acompanhados por outros fenômenos, por exemplo, as migrações, fazem com que as fronteiras nacionais se tornem mais plurais e que sejam redefinidas (Appadurai, 1997; Beck, 2002; Cunha, 2008), havendo uma desterritorialização das culturas (Martín-Barbero, 2002a), de modo que o mesmo ocorre com as identidades sociais, com as identificações dos indivíduos, seja com relação a grupos culturais, nacionais e/ou supranacionais, intensificando a pluralização das sociedades e, por conseguinte, das identidades (Hall, 2000).

Nesse sentido, conforme discutido no Capítulo 6, as migrações possibilitam o contato entre pessoas de diferentes culturas e tornam saliente o processo de comparação social, mecanismo basilar à construção da identidade social (Tajfel, 1974, 1983), possibilitando o surgimento de novas e diferentes classificações e comparações que os indivíduos possam estabelecer entre os variados grupos com os quais se relacionam e aos quais podem se considerar pertencentes. Complexificam-se, portanto, as distinções entre "Nós" e "Eles", entre o endogrupo (por exemplo, país de origem e/ou América Latina) e exogrupo (país de destino e/ou Europa), o que faz com que as migrações funcionem como um interessante contexto de estudo dos processos de construção identitária, e, em nosso caso, das identidades sociais relacionadas à América Latina.

Tendo em vista essas considerações, são pertinentes algumas questões: para indivíduos que migraram para Portugal/Espanha, o objeto social *América Latina* possuirá maior espessura e relevância (Moscovici, 1961/2004) depois da sua migração do que quando viviam em seus países de origem? Quais as representações sociais que eles compartilham sobre a América Latina, os latino-americanos, o

seu país de origem e sobre as pessoas e o país para onde migraram? Há semelhanças entre essas representações e aquelas encontradas nos estudos anteriores (Estudos 2 e 3) sobre a América Latina e os latino-americanos, respectivamente? Estes indivíduos se identificarão mais como latino-americanos no contexto migratório do que antes de migrarem? Aqueles indivíduos que migraram para os países que foram seus antigos colonizadores sentirão mais preconceito do que aqueles que migraram para outro país (Portugal ou Espanha, a depender do caso)? Como eles negociam suas variadas pertenças neste contexto de comparação social saliente? Suas identificações e agrupamentos dão-se predominante em função da pertença ao grupo *latino-americanos*, ao *país de origem* e/ou a outro grupo supraordenado, como *migrantes*?

Com essas questões como ponto de partida, conduzimos este estudo com o objetivo de analisar os processos de identificação social de migrantes latino-americanos em contexto de comparação social propiciado pela experiência de migração, de modo a entender como eles produzem sentidos sobre suas múltiplas categorias sociais de pertença e como as negociam e estabelecem distinções entre os seus diferentes grupos de pertencimento, especialmente com relação às suas identificações com a América Latina.

11.2. Método

11.2.1. Participantes e procedimentos de recolha dos dados

A fim de atingir o objetivo acima exposto, conduziu-se este estudo, de caráter exploratório, no qual foram realizadas entrevistas individuais com roteiro semiestruturado (Apêndices D e E) com 23 indivíduos (16 mulheres e sete homens) provenientes do Brasil (N=9; sete mulheres), do Chile (N=7; seis mulheres) e do México (N=7; três mulheres), que migraram há pelo menos um ano para Portugal ou Espanha, conforme explicitado no Capítulo 7. Na Tabela 11.1, a seguir, encontram-se as principais informações sobre a caraterização dos participantes deste estudo. Os entrevistados foram contatados por meio de grupos no *Facebook*, de brasileiros, chilenos e mexicanos em Portugal e na Espanha e também por meio de indicações de participantes destes grupos ou de pessoas conhecidas da entrevistadora, constituindo-se, portanto, como uma amostra de conveniência.

A coleta de dados foi realizada presencialmente ou por *Skype*, segundo disponibilidade dos participantes, e foi feita por meio de um instrumento que continha o seguinte bloco de questões: (meta)representações e identificações sobre diferentes grupos e definições de América Latina; motivos

da migração e processo de adaptação ao país de destino; ser latino-americano em contexto migratório: dificuldades, mudanças e perspectivas futuras; dados sociodemográficos.

Tabela 11.1. Caracterização dos entrevistados

	Brasileiros (N=9)		**Chilenos (N=7)**		**Mexicanos (N=7)**	
	Portugal (N=4)	**Espanha (N=5)**	**Portugal (N=4)**	**Espanha (N=3)**	**Portugal (N=4)**	**Espanha (N=3)**
Sexo	4 mulheres	3 mulheres 2 homens	4 mulheres	2 mulheres 1 homem	2 mulheres 2 homens	1 mulher 2 homens
Idade	28 a 47 anos	18 a 49 anos	34 a 43 anos	40 a 42 anos	27 a 47 anos	27 a 35 anos
Escolaridade	1 Secundário Completo 1 Mestrado Incompleto 1 Mestrado 1 Doutoramento	1 Secundário Incompleto 1 Superior Incompleto 3 Superior Completo	3 Superior Completo 1 Doutoramento	1 Técnico 1 Superior Completo 1 Mestrado	2 Superior Completo 1 Superior Incompleto 1 Mestrado Incompleto	2 Superior Completo 1 Superior Incompleto
Profissão	1 cabelereira (desempregada) 1 educadora infantil 1 historiadora e museóloga 1 professora e *personal trainer*	1 cozinha e decoradora 1 comissário de bordo de comboio 1 *community manager* 1 cuidadora de idosos 1 estudante	1 artista plástica (desempregada) 1 astrônoma 1 confeccionista de bijuteria 1 turismóloga	1 dona de casa 1 psicóloga 1 teleoperador	1 administrador 1 babá 1 comércio exterior (desempregada) 1 músico	1 analista de negócios 1 estudante 1 médico cirurgião, DJ e treinador de futebol americano
Estado Civil	2 casadas 2 solteiras	2 divorciadas 2 solteiros 1 casada	3 casadas 1 solteira	2 casados 1 solteira	2 separados 1 casada 1 solteiro	2 solteiros 1 casado
Filhos	3 têm filhos	2 têm filhos	Nenhuma possui	2 têm filhos	2 têm filhos	1 tem filho
Religião	2 não possuem 1 católica 1 evangélica	2 não possuem 1 evangélica 1 católica 1 acredita em Deus	2 católicas 1 não possui 1 testemunha de jeová	1 católica 1 não possui 1 testemunha de jeová	3 católicos 1 não possui	2 católicos 1 não possui
Orientação política	2 não possuem 1 esquerda 1 direita	3 não possuem 2 esquerda	3 esquerda 1 não possui	2 não possuem 1 esquerda	3 não possuem 1 centro-esquerda	2 não possuem 1 esquerda
Nacionalidade do país de destino	2 não possuem 2 possuem	2 não possuem 2 possuem 1 em andamento	2 não possuem 1 possui 1 em andamento	2 não possuem 1 possui	3 não possuem 1 em andamento	2 não possuem 1 possui
Tempo que reside no país de destino	Entre 1 a 13 anos	Entre 3 anos a 12 anos	Entre 2 a 13 anos	Entre 7 a 17 anos	Entre 1 a 7 anos	Entre 7 a 13 anos

Nota: Total de entrevistados = 23.

Ressalta-se que, dentre os entrevistados residentes em Portugal, dois já haviam morado na Espanha anteriormente. Ademais, uma participante chilena já havia morado em Moçambique, outra, nos EUA, e um participante mexicano havia morado nos EUA e na Austrália. Com exceção destes, para os demais entrevistados, essa foi a primeira experiência de migração.

Considerando-se que a análise de todas as questões presentes no roteiro de entrevista demandaria reflexões mais aprofundadas sobre os diferentes aspectos nelas presentes e que fugiriam ao escopo da tese, optamos por analisar neste estudo, especialmente, algumas das questões contidas no primeiro e no terceiro blocos e que possibilitaram atingir o objetivo proposto. As entrevistas foram realizadas em português ou espanhol, de acordo com a preferência dos indivíduos, e, mediante sua autorização, todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para tratamento do material obtido (Flick, 2009). Desde o momento de divulgação da pesquisa, até o primeiro contato com os participantes e a realização da entrevista de fato foi explicado aos entrevistados que sua participação era voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento e que o seu anonimato estava garantido.

Com relação aos níveis de identificação dos participantes com diferentes grupos, os resultados estão dispostos na Tabela 11.2, a seguir. Maiores discussões sobre a dinâmica identitária dos indivíduos serão realizadas na seção seguinte.

Tabela 11.2 – Níveis de identificação dos entrevistados com relação a diferentes grupos

	Brasileiros (N=9)		**Chilenos (N=7)**		**Mexicanos (N=7)**	
	Portugal (N=4)	**Espanha (N=5)**	**Portugal (N=4)**	**Espanha (N=3)**	**Portugal (N=4)**	**Espanha (N=3)**
Identificação país de origem	3 muito 1 nada	4 muito 1 nada**	4 muito	2 muito 1 pouco	3 muito 1 pouco	3 muito
Identificação América Latina	3 pouco 1 muito	2 pouco 2 muito 1 nada	3 muito 1 médio	3 muito	2 muito 2 pouco	1 muito 1 pouco 1 nada
Identificação país de destino	2 nada 1 pouco 1 muito	3 nada 1 pouco 1 muito	3 nada 1 muito	3 nada	4 nada	3 nada
Identificação grupo étnico/cultural*	2 nenhum 2 Gaúcho (muito)	4 nenhum 1 Gaúcho (muito) e América do Sul (médio)	2 nenhum 1 Mapuche (muito) 1 grupos indígenas em geral (muito)	3 nenhum	3 nenhum 1 Mexica, Maia, Purépecha (muito)	1 Huasteca (pouco) 1 Durango (muito) 1 Sinaloa (médio)

Nota: Total de entrevistados = 23. Níveis de identificação: "nada/nenhum", "pouco", "médio", "muito".
*Tais respostas referem-se a grupos étnicos/culturais e/ou a diferentes (sub)regiões com os quais os participantes se sentem identificados.
**Participante disse não se identificar com nenhum destes grupos, visto que se considera como "cidadão do mundo".

11.2.2. Procedimentos de análise dos dados

O tratamento dos dados foi realizado por meio da Análise Temática (Braun & Clarke, 2006), sobre a qual discorremos no Capítulo 7, a partir da identificação de temas recorrentes nos dados e que nos auxiliaram na compreensão dos processos que buscamos investigar.

11.3. Resultados e Discussão

A partir da análise temática das entrevistas realizadas com estes 23 brasileiros, chilenos e mexicanos que migraram para Portugal e Espanha, observamos diferentes temas que parecem organizar suas narrativas sobre suas múltiplas pertenças, sobre o que pensam acerca desses diferentes grupos e sobre sua experiência migratória. Dentre eles, como dissemos previamente, não analisaremos todos no âmbito da tese, visto que se referem mais especificamente a tópicos relativos aos motivos da migração e ao processo de adaptação a diferentes aspectos do país de destino, os quais escapariam aos nossos propósitos. Assim, identificamos oito grandes temas que foram recorrentes ao longo da maioria das entrevistas realizadas tanto com participantes que vivem em Portugal quanto na Espanha (ainda que com diferentes prevalências em um contexto ou em outro, conforme discutiremos) e que nos auxiliaram a responder às nossas questões de partida. Os temas foram nomeados como: (Des)Integração da América Latina; Sociabilidade; Qualidade de Vida; Resistências/Lutas; Dificuldades Históricas; Racismos; Distanciar-se do(s) seu(s) e contatar-se com o(s) Outros(s); Identidades Múltiplas.

Apesar de alguns destes temas estarem bastante interligados e possuírem amplitudes diversas, optamos por separá-los devido a algumas especificidades no conteúdo dos mesmos, como veremos adiante. Ademais, sublinha-se que dentro de cada um destes temas discutiremos sobre diferentes aspectos que os compõem, mas decidimos não os dividir como subtemas, visto que alguns são deveras associados, logo, os apresentaremos de forma conjunta dentro de cada tema. Ressalta-se, ainda, que há uma diversidade de sentidos produzidos pelos diferentes participantes a partir dos mesmos temas analisados e que, com relação a todos estes temas, os entrevistados construíram suas respostas por meio de comparações em diferentes níveis, como: entre os países latino-americanos; entre a América Latina e a Europa; entre o país de destino e o país de origem; entre Portugal e Espanha e os demais países europeus; entre os migrantes latino-americanos e aqueles procedentes de outras regiões, entre outras comparações. Após a apresentação de cada um destes temas, incluindo a exposição de exemplos de falas dos entrevistados que ilustrem alguns dos elementos analisados, procederemos a uma reflexão final sobre o conjunto dos resultados obtidos.

(Des)Integração da América Latina

O primeiro tema sobre o qual discutiremos comporta elementos que se referem às diferentes formas como os entrevistados compreendem a América Latina e as relações entre os diferentes países que a compõem, com suas aproximações e distanciamentos.

Assim, a delimitação da América Latina foi compreendida, especialmente, sob três diferentes formas: aqueles que a consideram a partir do idioma, portanto, a América Latina seria composta pelos países do continente que falam espanhol; aqueles que a definem sobretudo pela geografia e consideram que os países latino-americanos são aqueles "do México para baixo"; e aqueles que a relacionam especialmente aos países da América do Sul. Vemos, a seguir, um exemplo de cada uma dessas opções:

> Por conta do espanhol. A primeira coisa que eu considero assim para definir é por causa da língua. [Considera que o Brasil faz parte da América Latina?] Olha, eu acho que o Brasil sim, penso que sim, embora não se fale a língua, não sei, eu nunca tive essa certeza, mas acho que sim. Eu acho que sim, o Brasil sim. (*Brasileira residente em Portugal há um ano*)

> Considero pela geografia, do México para baixo, conheço vários países, já tenho estado em vários países, México, também no Caribe, também no Brasil...também lugares pequeninos, não excluo pela língua, eu penso em tudo. (*Chilena residente em Portugal há quatro anos*)

> Na mente vem um mapa, um mapa típico da escola, de cores, de cada país, mas, basicamente, penso em América do Sul, sabe. Sei que a América Latina é muito mais, mas, em geral, sempre penso em América do Sul. (*Chilena residente na Espanha há 17 anos*)

Por meio dessas falas, observamos que essas fronteiras (físicas e simbólicas) de delimitação da América Latina são fluidas: por exemplo, a participante brasileira, que, apesar de relacionar a categoria aos países que falam espanhol, também acha que o Brasil pode pertencer à região; e a participante chilena que, apesar de reconhecer a inclusão de diferentes países do continente na categoria *América Latina*, a associa, sobretudo, à América do Sul. Tal fluidez na delimitação dos países que fazem ou não parte da América Latina condiz com a variedade de possibilidades de entendimentos sobre a região e corrobora com os resultados encontrados no Estudo 2, indicando que há diferentes critérios utilizados para realizar tal classificação (e.g. Farret & Pinto, 2012; Onuki *et al.*, 2016) e que definições de fronteiras de quaisquer regiões do mundo são difíceis de serem realizadas, especialmente nos dias atuais (Spektor, 2010).

Incluímos essas discussões sobre a composição da América Latina neste tema, visto que, ao falarem sobre os países que eles consideram fazer parte ou não da região, os entrevistados discorrem mais sobre as relações entre estes países, de modo que alguns consideram que há bastante união e integração na região e outros, sublinham uma desintegração. Tal desunião, para alguns participantes, está relacionada às diferenças sócio-histórico-culturais no processo de construção dos países e que se mantêm atualmente, a exemplo do Brasil; às relações que alguns estabelecem com outros países e regiões, como EUA e Europa; e ao tamanho dos países da região e a distância entre eles.

> Eu creio que a América Latina está muito dividida, muito, muito dividida. Primeiro pelos Estados Unidos lá, e pelo Brasil, porque são idiomas diferentes. [...] muito dividida, não é como uma bola e todos estão assim, como os

> países aqui. Lá são países muito grandes, com muita distância entre eles, então eles convivem com os países que estão perto um do outro. [...] tem um ditado muito antigo que diz que os peruanos vêm dos Incas, os mexicanos, ou seja, do centro do México, vêm dos Astecas, os yucatecos descendem dos Maias e os argentinos descendem dos barcos, são comunidades que vieram, europeias, que ficaram aí. (*Mexicana residente em Portugal há um ano*)

> E eu era um pouco ignorante, como mexicanos, nós somos um pouco ignorantes acerca da América do Sul, temos uma fronteira muito grande com os Estados Unidos e uma muito pequena com a América Central. [...] Há um ditado em inglês que é, onde se senta um gorila de 500 quilos? É onde ele queira. Então, temos uma relação muito complexa com os Estados Unidos, o país com uma força militar mais poderosa que já existiu, o temos de vizinho. (*Mexicano residente na Espanha há oito anos*)

Apesar de alguns participantes apontarem essa *desintegração*, muitos deles reafirmam também considerarem importante que haja maior aproximação entre estes países, como vemos adiante:

> [...] me sinto como uma latino-americana, acredito que a gente perdeu muito na época da ditadura, e a gente perdeu as pessoas. Eu vejo, por exemplo, eu moro no interior do Brasil, e muita gente não tem nenhuma ligação, está muito mais ligada com os Estados Unidos, com a cultura norte-americana, europeia do que com a relação e a identificação latina e eu acho que a gente perde muito com isso. Não se vê como um bloco, como um continente. [...] a gente teria muito que aprender, se a gente se visse como um continente. (*Brasileira residente em Portugal há um ano*)

E, no caso de algumas brasileiras entrevistadas, provenientes do Rio Grande do Sul (duas em Portugal e uma na Espanha), a identificação com a cultura gaúcha (as roupas, as músicas e, especialmente, o hábito de tomar chimarrão), segundo elas, as aproxima dos países vizinhos da região.

> [...]Olha, eu me sinto latino-americana eu me sinto um pouco, porque o latino-americano me remete muito ao Rio Grande do Sul, e o Rio Grande do Sul me identifica mais do que o Brasil em si. [...] Então, eu diria que eu sou mais latino-americana pela relação com o Rio Grande do Sul, o Uruguai, a Argentina, a cultura semelhante. Então, eu diria que eu sou mais latino-americana do que brasileira propriamente dita. (*Brasileira residente em Portugal há 13 anos*)

Finalmente, especialmente entre os respondentes chilenos e mexicanos, pensar em América Latina é pensar na união entre os países da região, na história, na cultura, nos hábitos que compartilham, naquilo que têm em comum e que os *une*, como uma *família*, uma *irmandade*, como afirmam estes participantes:

> Vida comunitária, quando penso em América Latina. Vale também vizinhança, partilha. (*Chilena residente em Portugal há quatro anos*)

> Quando escuto sobre América Latina? Uma das primeiras coisas que me vem à cabeça é um sentido de calor, de abraço, de nós, latino-americanos, com certeza por todas as coisas que temos em comum, pelo menos de alguma maneira, como continente, ainda que seja um continente enorme e que estejamos longe, muito longe uns dos outros, mas, eu tenho essa sensação, como se no fundo fôssemos irmãos, como uma essência. Eu creio que essa é a palavra: irmandade. (*Mexicano residente em Portugal há três anos*)

> O que me vem à cabeça quando falam de América Latina? A primeira coisa que me vem é que somos como uma família, somos uma comunidade, porque sempre estivemos muito associados, então todos os latinos somos uma comunidade. (*Mexicana residente na Espanha há sete anos*)

> [...] somos todos irmãos na América Latina, o sangue, a história, as raízes, muitas coisas. (*Mexicano residente na Espanha há oito anos*)

Sociabilidade

Este tema, o qual denominamos sociabilidade, refere-se àquilo que, em geral, os entrevistados consideram como mais positivo com relação às pessoas da América Latina e que se configura como um dos aspectos que consideram mais negativos nas pessoas da Europa. Dessa forma, ainda que com exceções, veem os latino-americanos geralmente como *alegres*, *abertos*, *calorosos*, *expressivos*, *solidários*, *ligados à música e à dança* e *apegados à família*, enquanto os europeus como mais *tristes*, *mal-humorados*, *fechados*, *individualistas*, *frios*, *queixosos* e *conservadores*. Estes dois últimos adjetivos se fizeram presentes especialmente com relação aos portugueses.

> Quando penso em América Latina é a riqueza das pessoas, a gente, as pessoas se mantêm contentes, alegres, felizes, hospitaleiras, generosas. (*Mexicano residente na Espanha há oito anos*)

> O primeiro que me vem com América latina, não sei, eu gosto das pessoas, são mais abertas, amigáveis, não são tão fechadas, te sente mais à vontade. (*Chilena residente em Portugal há sete anos*)

> [...] as pessoas da América Latina são mais abertas e os europeus mais fechados, considero. [...] E é verdadeiro, não é um estereotipo, não é um rótulo. E dentro, depois disso existe uma diversidade, lógico, mas acho que, de forma geral, se pode dizer sim. (*Brasileira residente na Espanha há oito anos*)

Nesse sentido, mesmo comparações mais negativas, que relacionam a América Latina à juventude, o "Novo Mundo", e a Europa à adultez, o "Velho Mundo" (e.g. Jahoda, 1999), são ressignificadas por alguns entrevistados, de modo a conceber tal suposta imaturidade como uma característica positiva, visto que abre espaço para mudanças, ao passo que, a maturidade europeia pode indicar também menor abertura para o novo e para as transformações:

> [...] a Europa é o velho continente, então as pessoas se comportam como já estão mais velhas, já estão centradas, inclusive é mais difícil de mudar, existe umas mentalidades mais fechadas, eu sou assim e ninguém me muda. Por outro lado, eu acho que na América Latina não, é mais uma mentalidade mais adolescente, tipo, tudo bem, eu faço aqui como eu acho que está certo e se não der tudo bem, a gente arruma, é um pouco assim a mentalidade geral, eu acho que é por isso. (*Brasileira residente na Espanha há oito anos*)

Ademais, a América Latina em geral e, sobretudo, o país de origem dos entrevistados, são relacionados a um espaço de afeto, à família, à sua casa, enquanto, o país de destino relaciona-se principalmente com as melhores condições de vida, como veremos no próximo tema.

> [...] quando eu escuto México, para mim é lar, é família. (*Mexicano residente na Espanha há 13 anos*)

> Se tem uma frase para definir o Brasil para mim é casa. (*Brasileiro residente na Espanha há três anos*)

Qualidade de Vida

À semelhança dos resultados encontrados nos Estudos 2 e 3, os entrevistados, em geral, associam os latino-americanos à expressividade e à sociabilidade positiva, como vimos no tema anterior, e destacam condições sociais e econômicas desfavoráveis existentes na América Latina, em comparação àquelas na Europa, o que contribui para justificar sua migração para outro país. Assim, segundo os respondentes, enquanto na América Latina há muita violência, pobreza, desigualdades e corrupção, na Europa há mais tranquilidade, liberdade, segurança, além de melhores condições de saúde, educação e transporte, as quais, em conjunto, proporcionam uma melhor qualidade de vida[75] que eles julgam não ser possível possuir nos países latino-americanos. Ressalta-se que a palavra *tranquilidade* foi a mais falada pela maioria dos participantes para caracterizar o que pensam sobre o país de destino (Portugal ou Espanha) e para justificar a permanência nestes países e não em seus países de origem. Tal tranquilidade refere-se não apenas à maior segurança e aos menores índices de violência, mas também às facilidades encontradas em outros quesitos acima mencionados, como educação, saúde, transportes, que tornam a vida mais tranquila, mais fácil, em comparação com as dificuldades que enfrentam em seu país de origem, como veremos no tema seguinte.

> Olha, em alguns sentidos, acho que é mais corrupção, mais delinquência, mais pobreza [na América Latina]. (*Mexicana residente em Portugal há três anos*)

> Então aqui [Espanha], mesmo que não temos tudo, não somos ricos, mas temos uma tranquilidade que dificilmente seria possível ter lá [Chile]. (*Chileno residente na Espanha há oito anos*)

> [O que vem à cabeça quando pensa na América Latina?] Nunca mais voltar, nunca (risos). Violência, medo, muito medo. (*Brasileira residente na Espanha há 11 anos*)

A violência e a insegurança são aspectos enfatizados especialmente pelos entrevistados brasileiros, como os principais motivos que os levaram a deixar o país e a não querer mais voltar, conforme observado também em outros estudos recentes realizados com migrantes brasileiros em Portugal (e.g. Abdo, 2016). Nessa comparação entre o que há de bom e de ruim em cada lugar, a violência contra as mulheres nos países latino-americanos também foi citada por algumas participantes, como uma das consequências de sociedades que se construíram sob referenciais patriarcais e machistas (e.g. Fuller, 2012), ainda que atualmente haja algumas mudanças na situação, conforme observamos na fala desta entrevistada:

[75] Apesar de existirem diferentes possibilidades de entendimento do conceito de qualidade de vida, o concebemos aqui de forma ampla, como também sugerem os entrevistados, de modo a englobar um conjunto de características econômicas e sociais, como aquelas que mencionamos (saúde, educação, segurança, transporte, padrões de renda *per capita*, entre outros), que contribuem para o bem-estar dos indivíduos. Para mais discussões sobre diferentes compreensões acerca deste conceito, ver, por exemplo: Pereira, Teixeira e Santos (2012).

> [...] me incomoda um pouco a cultura machista, muito machista, em todos os países da América Latina, quando leio muitas coisas de ataques à mulher, muitos assassinatos, a violência intrafamiliar [...] mas as mulheres estão se empoderando hoje em dia [...]. (*Chilena residente em Portugal há sete anos*)

Como dissemos no início dessa seção, o conteúdo e os sentidos destes temas são relativos, variam de acordo com os diferentes indivíduos e segundo as comparações que realizam. Logo, como explica este entrevistado, a melhor qualidade de vida existente em Portugal e na Espanha em comparação com os da América Latina, torna-se inferior quando comparada às condições de vida em outros países europeus:

> [...] depende da referência. Nós estamos falando de comparações, vai depender de que ponto de referência a gente tem. Por exemplo, se eu for comparar a Espanha e a situação espanhola com a maioria dos países da América Latina, eu acho que a Espanha é mais séria, tem corrupção, mas é muito menos corrupção, é muito mais segura, é um transporte público muito de boa qualidade. Mas, também, claro, se eu comparar a Espanha com a Suécia, com a Finlândia, com a Dinamarca, a Espanha deixa muito o que desejar e ainda tem muito o que melhorar. (*Brasileiro residente na Espanha há 12 anos*)

Resistências/Lutas

Este tema está bastante relacionado ao próximo, como veremos, e, assim como nos Estudos 2 e 3, refere-se, segundo os entrevistados, à força, à resiliência e à capacidade dos latino-americanos para lutar, para resistir às dificuldades e às opressões e também para se dedicar ao trabalho. Optamos por considerar este tema de maneira separada do seguinte, visto que este se foca, sobretudo, na capacidade laboral e para lutar e protestar, reivindicando os seus direitos, enquanto o próximo se concentra nas dificuldades em si.

> Somos pessoas muito trabalhadoras, muito lutadoras, entendeu, claro que sempre tem um ou outro que são desviados, mas no geral acho que somos trabalhadores, sempre corremos atrás dos nossos sonhos, eu acho que é isso, que a América Latina, em geral, é assim. (*Brasileira residente na Espanha há sete anos*)

> E minha ética laboral como mexicano é valorizada, porque vem de um entorno onde não existe o papai Estado, tem que trabalhar para seguir adiante e isso se nota. (*Mexicano residente na Espanha há oito anos*)

> Não baixamos a bola, deve ser pela situação que nós temos no nosso país e tudo isso, ou nos países latinos, mas temos uma força do caramba, de lutar e que ninguém nos derruba. (*Brasileira residente na Espanha há 11 anos*)

> Uma coisa que eu gosto na América Latina é que as pessoas saem a protestar, ainda que que a polícia os pegue. [...] não sei, latino-americanos temos mais caráter também, somos pessoas lutadoras, frente às dificuldades, não sei. As mulheres na América Latina creio que são bastante lutadoras, lutamos, se temos que, bom, passar por maus momentos, passamos. (*Chilena residente em Portugal há sete anos*)

Dificuldades Históricas

Este tema, na realidade, se configura como um tema subjacente aos anteriores e também a alguns aspectos presentes no tema seguinte. Ele foi nomeado como *dificuldades históricas*, pois inclui

os diferentes processos de opressão e exploração, as desigualdades e mazelas pelas quais a região passou e continua passando ao longo do seu processo de construção. Tais dificuldades, segundo os entrevistados, incluem o processo de colonização, as ditaduras, a pobreza e as desigualdades sociais presentes nos países latino-americanos, as quais, segundo eles, estimularam/estimulam a capacidade de força e luta destes indivíduos, que, devido às condições desfavoráveis em que viviam/vivem deveriam se dedicar ao trabalho e continuar resistindo às dificuldades.

Além disso, para os entrevistados, tais dificuldades também proporcionaram maior união dos indivíduos da região, que se aproximaram contra opressores e adversidades em comum, além de terem sido um fator central no desenvolvimento da maior expressividade e sociabilidade positiva dos latino-americanos, os quais utilizaram/utilizam a alegria, o bom-humor e mesmo a espiritualidade e o apego às relações familiares como estratégias para resistir às dificuldades e viver da melhor maneira possível dentro de tais condições. Essas seriam, para eles, as principais razões das diferenças existentes entre os latino-americanos e os europeus; estes últimos, de acordo com os participantes, não passaram por essas mesmas dificuldades, especialmente, o nível de pobreza e as desigualdades sociais existentes na América Latina.

> [...] e não ficamos chorando pelos quatro ventos, como faz a maioria dos europeus, esperando que as coisas caiam do céu, como fazem a maioria dos europeus aqui, porque estão acostumados a serem mantidos, a esperar. (*Brasileira residente na Espanha há 11 anos*)

> Somos guerreiros, porque talvez estivemos tanto tempo submetidos que depois buscamos a melhor forma de viver a vida, feliz. (*Mexicana residente na Espanha há sete anos*)

> Eu acho que esperança, porque isso é uma coisa que temos os latino-americanos, porque já sofremos muita coisa, por exemplo, as ditaduras militares, a desigualdade social, o abuso do primeiro mundo, mas sempre há esperança. (*Chilena residente em Portugal há quatro anos*)

> [...] penso que tem a ver com dinheiro, porque quando as pessoas estão em sentido de precariedade, bom, o Chile foi um país, uma colônia da Espanha, onde os beneficiadores eram os espanholes e os autóctones não tinham muito. Eu acho que nessas situações de dificuldade as pessoas se unem e, obviamente, não tem, não pode ter a necessidade do seu próprio espaço, se vivem em uma casa com sete pessoas e têm que viver dentro de um quarto, não. Então, veja, eu creio que Chile e América Latina têm pontos de precariedade que a Europa não tem e acho que a proximidade se torna uma coisa mais tolerável. E, de fato, é uma coisa muito positiva, né, porque há muito mais expressão emocional. (*Chilena residente na Espanha há 17 anos*)

> Então, acho que essa abertura também, acho que é uma coisa, inclusive, que os latino-americanos compartilham com os africanos, que é assim, quando você não tem os bens materiais que você gostaria de ter, o excesso de bens materiais, você acaba recorrendo a outros recursos e esses outros recursos são buscar a espiritualidade em outras coisas, penso eu. (*Brasileira residente na Espanha há oito anos*)

Ressalta-se, contudo, que alguns participantes mencionam também outras razões para essas diferenças entre as pessoas da América Latina e da Europa, como a diferença climática, de modo que

aqueles que vivem em clima mais quente seriam mais abertos e calorosos, e, aqueles que vivem em clima frio, seriam mais fechados e frios. Outro fator, ainda, seria a criação e o processo de socialização e como tais formas de ser e se comportar são transmitidas por meio das gerações. Porém, o fator mais fundamental para a maioria dos participantes foram as dificuldades presentes na América Latina e supostamente ausentes na Europa. Vale destacar que, alguns participantes reconhecem também outros tipos de dificuldades pelas quais muitos países europeus passaram, como as Guerras Mundiais, mas que, de acordo com eles, fizeram com que os europeus se desunissem e se tornassem mais fechados e desconfiados com relação aos Outros.

> [...] estes países na Europa, todos tão juntos uns dos outros, todos convivendo tão perto uns dos outros, e, na sua época, eram os mais avançados, tecnologicamente falando, e em pensamento também, então tiveram muita dificuldade de conviver e estiveram sempre imersos em guerras. E creio que isso muda muitíssimo sua forma de ser, sua personalidade, suas características, fazendo-os justamente um pouco mais desconfiados, talvez, um pouco mais frios. E creio que os mais importantes seriam as duas Guerras Mundiais, que tiveram praticamente aqui tudo[...] (*Mexicano residente em Portugal há três anos*)

Racismos

Este tema é o mais amplo dos que analisamos, visto que inclui discussões referentes ao etnocentrismo, à homogeneização dos exogrupos e a situações de discriminação. Decidimos abordar tais discussões em um tema conjunto, sob a denominação de *racismos*, pois, além de ter sido uma expressão muito utilizada por todos os participantes dos três países (mesmo que não figurasse entre as perguntas realizadas), diz respeito a um fenômeno que envolve uma essencialização e uma diferenciação hierarquizada com relação aos Outros, seja baseada em aspectos raciais e/ou culturais (e.g. Cabecinhas, 2007; Vala, 2013), e que se faz presente nas falas dos entrevistados sobre suas vivências em contexto migratório, influenciando nas relações que estabelecem no país de destino e no seu processo de construção identitária.

Destaca-se que as referências ao racismo entre os participantes foram mais presentes com relação aos seus antigos colonizadores, ou seja, entre os respondentes brasileiros houve mais menções ao racismo que sentiram em Portugal do que na Espanha; já entre os entrevistados chilenos e mexicanos (residentes na Espanha e em Portugal), houve mais referências ao racismo por parte dos espanhóis, sobre o qual tinham conhecimento tanto por vivências próprias em território espanhol quanto por relatos de experiências de amigos e familiares.

> [...] aqui [Portugal] te digo que sinto como que em casa, mas na Espanha sim, na Espanha são muito racistas, o espanhol é racista antes. (*Mexicana residente em Portugal há um ano*)

Neste tema, portanto, incluem-se aspectos referentes à relação com o Outro, sobre os quais discutimos no capítulo anterior, um Outro que provoca estranhamento e instabilidade na ordem existente (Bauman, 1997; Joffe, 2002).

> Sim, é como, está invadindo o que é meu, está descontrolando o que eu tenho controlado. (*Brasileira residente na Espanha há 11 anos*)

> Eu não creio que vá tanto por de onde eu sou, mas sim por de onde são eles, não é português, não importa de onde seja, sabe. (*Mexicana residente em Portugal há um ano*)

Uma relação que envolve a homogeneização do Outro e a atribuição de estereótipos negativos a ele, como mostram essas falas:

> No sentido de que pensam que desde o México para baixo somos todos exatamente iguais, que somos exatamente a mesma gente, que nos comportamos todos identicamente. Então, é muito ruim, há uma concepção muito errônea e muito ignorante acerca do que é América Latina. (*Mexicano residente na Espanha há oito anos*)

> Ah, eles têm uma opinião pejorativa contra os latino-americanos, eles acham que é tudo puta ou ladrão, sem vergonha, que vem aqui só para roubar, em geral, pensam isso. (*Brasileira residente na Espanha há sete anos*)

> E as pessoas achavam que toda a América Latina é pobre, que todos nós vivíamos em cima de árvores e faziam perguntas que a princípio me magoavam. (*Chilena residente em Portugal há quatro anos*)

> Eu, particularmente, tipo assim, não sofri, é, nenhum tipo de rótulo. Mas, pessoalmente não, mas sim, já escutei alguma, individualmente algum, algumas pessoas rotularem os latinos de, ah, bom, é, pejorativamente. Eles falam, ah, o *sudaca*, o *panchito*. (*Brasileiro residente na Espanha há 12 anos*)

Vale notar que as representações sociais que os entrevistados acreditam que portugueses e espanhóis compartilham sobre os latino-americanos assemelham-se às metarrepresentações partilhadas pelos participantes que responderam ao questionário, conforme discutimos no Estudo 3. Tal diferenciação que inferioriza o Outro, e, em especial, o Outro latino-americano, de acordo com os entrevistados, está relacionada às relações coloniais, que ainda se fazem presentes na forma como portugueses e espanhóis representam os latino-americanos, que reforçam estereótipos negativos e práticas discriminatórias dirigidas a esse grupo.

> Eu acho pelo fato de sermos o povo conquistado por eles, por isso. Os portugueses conquistaram o Brasil e os espanhóis nos conquistaram, então como que se sentem superiores a nós. [...] Acho que seria mais difícil, pelo o que tenho falado com minhas amigas, seria mais difícil na Espanha, porque os espanhóis são muito preconceituosos, há muitos extremistas, que nos chamam de *sudacas*, não saiam daí [da América Latina]. (*Chilena residente em Portugal há 13 anos*)

> [...] isso é gente que se sente ainda conquistador, isso é gente que tem um certo racismo. (*Mexicana residente em Portugal há um ano*)

Enquanto no caso da Espanha os participantes enfatizam o racismo existente, sobretudo, por ainda se sentirem como colonizadores, no caso de Portugal, alguns entrevistados relatam que parece

haver uma nostalgia imperial (e.g. Martins, 2006b), que se traduz, também, em um nacionalismo, como uma tentativa de valorização do país.

> Eu não sei se é o fato de Portugal ter sido uma nação grande, de território e ter perdido tudo e ter ficado na beira da Península, que é nacionalismo extremo.[...] não sei, é sempre essa comparação, acho que são comparações para reforçar a autoestima nacional, de certa maneira. (*Mexicano residente em Portugal há sete anos*)

Para alguns dos entrevistados, o racismo está associado com desconhecimento sobre a realidade do Outro, conforme argumentam estes participantes:

> E pensam que toda a América Latina é assim, a coisa da má informação, é o que eu digo, as pessoas que pensam assim é porque não sabem ou não conhecem, não ligam, não viajaram, têm essa ideia dos filmes, porque os filmes mostram sempre a latino-americana como a empregada, a prostituta. (*Chilena residente em Portugal há sete anos*)

> Não necessariamente discriminação, mas umas generalizações que fazem por ignorância, mas também de preconceito. (*Chilena residente na Espanha há 17 anos*)

> [...]E ver que o tema do racismo é sobretudo por desconhecimento, não percebem que fisicamente somos diferentes, mas internamente as pessoas somos todas parecidas em todo o mundo. (*Chilena residente em Portugal há quatro anos*)

Contudo, as situações de contato entre os grupos, as quais poderiam proporcionar maior conhecimento e respeito com relação ao Outro, não são uma garantia de que a homogeneização do exogrupo e as práticas discriminatórias vão diminuir (e.g. Lima *et al.*, 2016). Para tentar promover a redução do preconceito, por meio do contato intergrupal, seria necessário, como discutimos no Capítulo 3, que os indivíduos tivessem relações mais personalizadas, que desenvolvessem atividades cooperativas em comum e que os grupos em relação tivessem um estatuto similar nessa interação, havendo, ainda, autoridades ou normas que apoiassem o contato (Lima, 2013). Porém, é bastante difícil que todas essas condições sejam alcançadas, principalmente em relações envolvendo grupos minoritários e maioritários, como no caso dos latino-americanos migrantes em contexto europeu, e, ainda que sejam alcançadas, não garantem também a ausência de preconceito e de discriminação.

Assim, dentre as situações de discriminação relatadas pelos entrevistados, muitas envolvem discriminação por causa do idioma, do sotaque: os entrevistados brasileiros se sentem mais discriminados em Portugal e os entrevistados chilenos e mexicanos dizem vivenciar maior discriminação na Espanha. Há, portanto, uma (des)união a partir do idioma (Abadia, Cabecinhas, Macedo & Cunha, 2016), ou seja, o idioma em comum, que, por um lado, funciona como um fator de aproximação e facilitador da adaptação ao país de destino, por outro lado, se configura como um dos aspectos que mais provoca práticas discriminatórias. O que reflete, também, a manutenção dessas inferiorizações

dirigidas aos antigos colonizados por parte dos ex-colonizadores, destacando "o uso da língua enquanto instrumento de dominação" (Macedo, Martins & Cabecinhas, 2011, p.125).

> [...] a questão do sotaque, porque, por mais que a gente faça um esforço, a gente não consegue perder por completo, então, abrindo a boca a gente confessa que é brasileira, né, [...] abriu a boca, estragou tudo, é brasileira da gema. (*Brasileira residente em Portugal há oito anos*)

> [...] É ridículo, mas aqui me sinto mais em casa, ainda que não fale português, aqui te entendem, se esforçam para te vender algo. [...] lá tem muito racismo, notei muito na Espanha, aqui não, aqui pelo contrário. (*Mexicana residente em Portugal há um ano*)

> Mesmo você estando numa cidadezinha no interior, se você fala que é brasileiro, falando espanhol, acho que eles vão te ver com melhores olhos. (*Brasileiro residente em Portugal há 12 anos*)

Outra questão bastante recorrente nas falas das participantes mulheres, em especial, das mulheres brasileiras, é a dos estereótipos negativos com relação às mulheres brasileiras, que se traduzem em discriminação e assédio, sobretudo em Portugal, conforme discutido em estudos anteriores (e.g. Abdo, 2016; Gomes, 2013; Meihy, 2013; Piscitelli, 2008), e como também abordamos previamente nesta tese.

> Em Portugal, são muito preconceituosos em relação ao Brasil, muito. Para eles, todas as brasileiras são putas. (*Brasileira residente na Espanha há sete anos*)

> [...] a mulher brasileira aqui é muito queimada, muito. [...] você abre a boca para falar, ainda percebe que você é brasileira, pronto, já nem, já te olha de cima abaixo, é complicado, é complicado. Homens já te olham com um ar de, de menina da noite, é muito difícil. (*Brasileira residente em Portugal há um ano*)

Para alguns entrevistados, houve um aumento da discriminação, de forma geral, com relação aos estrangeiros e migrantes, por causa da crise que acompanha muitos países europeus nos últimos anos (e.g. Padilla & Ortiz, 2012; Pizarro *et al.*, 2014; Sánchez-Montijano & Ayuso, 2012), o que faz com que haja maior competição por empregos.

> Penso que essa discriminação veio mais com a crise. Com a crise eles pensaram, não tem que deixar o país aos estrangeiros. [...] entre eles mesmos estão sempre brigando e não tinham tempo de brigar com estrangeiros, até agora com a crise. (*Chileno residente na Espanha há oito anos*)

> Em geral, [os espanhóis] nos veem como uma praga, uma praga, que viemos tirar seus trabalhos. (*Mexicana residente em Portugal há um ano*)

Dentre deste tema também observamos os diferentes níveis de comparação que os participantes realizam, que mostram uma face interessante sobre as relações com a alteridade, envolvidas na dinâmica identitária dos indivíduos: na busca pela defesa do seu grupo e pela manutenção da sua distintividade positiva (Tajfel, 1982a, 1983), os indivíduos tendem a possuir outros grupos depositários, sobre os quais projetam sentimentos e valores negativos, e a culpa por diferentes problemas (Joffe,

1999), sendo, em geral, dirigidas práticas de discriminação com relação a estes grupos. As comparações realizadas pelos entrevistados denunciam assimetrias de poder existentes em diferentes contextos, a depender das referências utilizadas. Assim, Portugal e Espanha podem se assemelhar mais à América Latina do que aos países mais ricos da Europa, por exemplo.

> E agora está acontecendo isso com os portugueses, os espanhóis, com a crise, é como se todas as coisas se devolvem, agora estão sofrendo preconceito dos alemães, dos países de cima, dos países ricos da Europa, Alemanha, França, Inglaterra, porque dizem na televisão, estamos mal, a crise europeia é por causa dos preguiçosos de baixo, dos portugueses, como se estivessem o dia todo na praia, não trabalhando, a crise afetou quem vivia bem e agora estão sofrendo um pouco com a discriminação. (*Chilena residente em Portugal há sete anos*)

> [...] se fazemos a comparação entre América Latina e Europa, digamos que Espanha faz sua comparação interna, seriam os latinos, seriam os sul-americanos de toda a Europa. (*Chilena residente na Espanha há 17 anos*)

> [...] eu acho que os espanhóis caíram no conto de que eles eram europeus, eu acho que eles caíram nesse conto, entraram no euro, na União Europeia, e não são europeus, são latinos, ainda que tenham mais coisas, o que queira, é o mesmo que Portugal, culturalmente são muito mais parecidos com a gente do que com os alemães, são bastante mais latinos, até os italianos são bastante mais latinos. Também tem a ver com a história do colonialismo. (*Chilena residente em Portugal há dois anos*)

No contexto latino-americano também se observam essas assimetrias de poder, bem como uma homogeneização dos Outros, às vezes inclusive por parte dos próprios entrevistados, e a denúncia da discriminação existente com relação a diferentes grupos minoritários em países da região, como vemos nestas falas:

> [...] esses países que são ao norte da América do Sul, entre as várias partes tem vários países ali que aí sim parecem que são a mesma coisa, que eu não consigo diferenciar, Guatemala, Panamá, República Dominicana, isso aí para mim é um pouco tudo assim, não consigo diferenciar. (*Brasileira residente na Espanha há oito anos*)

> [...] para mim a forma como os espanhóis tratam os romani é a mesma forma que os chilenos tratavam os peruanos, como mão de obra barata, como imigrantes que vieram nos tomar os trabalhos. (*Chilena residente em Portugal há dois anos*)

Essa tendência a afastar o Outro, o estranho, o diferente, e a buscar grupos depositários para auxiliar na explicação de diferentes acontecimentos, atribuindo-lhes o perigo, a ameaça, se (re)produz sob formas variadas em diferentes momentos e contextos (e.g. Joffe, 1999), conforme evidencia essa entrevistada acerca da situação atual na Europa:

> Agora, isso eu acho importante falar, que o perigoso agora não são os latino-americanos, são os países árabes, porque as pessoas da América Latina estão indo. [...] o europeu tem essa coisa da superioridade, de que, 'eu, por ser norte-americano ou europeu, eu tenho a superioridade frente a um índio, um negro ou qualquer outro, um árabe', isso eu não gosto. [...] 'Europa é para o europeu, não queremos gente de fora, a Europa para os europeus, a Espanha para os espanhóis, Portugal para os portugueses', esse tipo de coisa, muito perigoso. (*Chilena residente em Portugal há sete anos*)

Assim como nos Estudos 2 e 3, diante dos estereótipos negativos usualmente dirigidos aos latino-americanos e que podem ameaçar a distintividade positiva dos indivíduos, eles podem utilizar

diferentes estratégias para a manutenção da sua autoestima positiva, como a criatividade social, por exemplo, por meio da mudança dos valores das dimensões de comparação, ao ressignificar os elementos negativos associados ao seu grupo, percebidos, assim, como positivos; ou, ainda, por meio da criação de outras dimensões de comparação entre o endogrupo e o exogrupo, nas quais o endogrupo possua maior vantagem (Basabe & Bobowik, 2011; Tajfel, 1974, 1982b), por exemplo, no caso dos latino-americanos, focar na sociabilidade positiva, ao invés das condições econômicas, ao se compararem com os europeus.

> Sim, sim, tenho [alguma característica que considera latino-americana], *sudaca*, como se chama aqui, com desprezo, mas sim, sou *sudaca* das boas, dessas que você vê a quilômetros e diz essa é uma *sudaca*, é uma latina. (*Brasileira residente na Espanha há 11 anos*)

> Fez diferença [ser latino-americana] porque a gente tem traços culturais diferentes e isso facilita a nossa adaptação, eu acho que a gente é muito flexível, e a gente é muito aberto. (*Brasileira residente em Portugal há um ano*)

Ainda que se utilizem de diferentes estratégias para a manutenção da distintividade positiva e também para a adaptação ao país de destino[76], muitos dos entrevistados dizem continuar a se sentirem e a serem percebidos como estrangeiros, eternos estrangeiros (e.g. Maydell, 2010b):

> Podemos querer muito bem um lugar, gostar das pessoas, gostar da comida, mas sempre somos nós, somos estrangeiros e os outros nos continuam a ver, pessoas...nos continuam a ver como estrangeiros sempre. (*Chilena residente em Portugal há quatro anos*)

> [...] não dá para explicar, só quem mora fora que sabe o que é, é muito difícil, não me sinto na minha casa, eu me sinto como uma convidada, uma visita. (*Brasileira residente na Espanha há sete anos*)

Distanciar-se do(s) seu(s) e contatar-se com o(s) Outros(s)

Este tema diz respeito, primeiramente, à discussão que os entrevistados fazem sobre a importância de se distanciar do seu país de origem e da América Latina, uma vez que tal distanciamento propicia *olhar o seu de fora*, que, segundo eles, permite analisar o que consideram como positivo e negativo em cada um dos lugares e pessoas (no país de origem e de destino) e também, no caso de muitos dos entrevistados, sentir-se mais como latino-americano.

> [...] quando você sai, você vê tudo diferente. (*Mexicana residente na Espanha há sete anos*)

> [...] acho que antes eu não me perguntava, eu não tinha o conceito de latino-americano, [...] uma vez que estive fora sim, porque me senti parte, eu sou latino-americana. [...] Quando eu estava no Chile era diferente também, eu vivia outra realidade, [...] a consciência como América Latina só assumi quando eu saí, quando saí da América Latina. [...] Eu me sinto latino-americana, muito. Eu acho que vivendo fora eu senti um orgulho pela América Latina que eu antes não tinha. (*Chilena residente em Portugal há dois anos*)

[76] Não discutiremos acerca das estratégias interculturais ou estratégias de aculturação utilizadas por estes indivíduos no seu processo de adaptação ao país de destino (e.g. Berry, 2001, 2011).

> Ao ser mais internacionais, nos afastarmos, faz com que a gente seja mais nacional, mais latino-americano. [...] o fato de ser internacional, fez com que as características nacionais ficassem mais enaltecidas, quando fica mais internacional os termos de identidade nacional sobem. [...] O fato de estar longe me fez apreciar melhor, gostar mais do meu país. [...] São pequenas coisas que, já não pode ser outra, estou longe e é a única terra que tenho. Quando você perde alguma coisa é que você realmente começa a se importar. [...] Eu tenho um poncho mexicano, eu uso em casa e quando saio as pessoas 'ah, é tão mexicano, que bonito, é tradicional?' Eu digo 'é, é a minha terra', antes não, 'ah, eu quero parecer europeu', não, agora não, mudou completamente, é o inverso, agora eu sinto muito orgulho de ser mexicano e coloco piriri na sopa, como assim, eu sou mexicano, não sou europeu. (*Mexicano residente em Portugal há sete anos*)

> A primeira coisa que me vem à cabeça é riqueza e eu não sei se eu pensava isso antes, talvez sim, mas, por um lado, bah, a minha concepção, digamos, da América Latina mudou bastante desde que eu estou aqui. Principalmente porque é como que tu toma perspectiva, né, então tu vê as coisas de uma maneira diferente: não pensava muito assim nos latino-americanos, fora do Brasil, digamos, eu estava muito centrada naquilo que eu vivia ali no Brasil, [...] eu tinha um pouco de preconceito, contra mim mesma, porque no final eu fazia parte daquilo ali. [...] Mas é que eu também projetava de que aqui as coisas eram perfeitas, como eu te falei antes, que aqui todo mundo era educado. (*Brasileira residente na Espanha há oito anos*)

> [...] porque não é a mesma coisa ver as coisas dentro e vê-las de fora, então, sim, mudou muito, mas para melhor, no sentido de valorizar mais tudo o que vê, já valorizar mais o seu. (*Mexicana residente na Espanha há sete anos*)

Observa-se, assim, como também ressaltado por um dos entrevistados, que, ao mesmo tempo em que há maiores conexões entre as diferentes regiões do mundo e uma pluralização das culturas, propiciadas pelos processos de globalização, há, também, um movimento de valorização do que é local (Beck, 2002; Burity, 2001; Cunha, 2008; Hall, 1992/2006), que, neste caso, diz respeito ao país de origem dos entrevistados e à América Latina.

O reconhecimento da pertença dos indivíduos ao grupo *latino-americanos*, não passa apenas por critérios "internos" (componentes cognitivo, avaliativo e afetivo), como discutimos previamente, envolve, ainda, um critério "externo", que é o reconhecimento que os Outros fazem sobre a existência de tal grupo e da sua pertença a ele (Tajfel, 1982c). Tal aspecto é destacado por alguns entrevistados, ao discorrerem acerca da importância do olhar do Outro, da identificação que o Outro faz sobre a sua pertença, no momento do contato e da comparação social, estimulados pelo contexto migratório.

> Na verdade, quando você deixa o México e te metem dentro desse mesmo rótulo, talvez você reconheça um pouco mais como parte da sua identidade, você é latino, e vive na América Latina. Normalmente, eu como mexicano, eu pensava, eu sou mexicano, eu nunca me considerei latino até que cheguei à Espanha. (*Mexicano residente na Espanha há 13 anos*)

> A identificação é pelos outros mais assim. (*Brasileira residente em Portugal há um ano*)

Outro aspecto presente neste tema, e complementar aos anteriores (distanciamento do lugar de origem e identificação pelos outros), refere-se à importância do contato com outros latino-americanos no país de destino. De acordo com os entrevistados, tal contato, proporcionado pela migração, permite

conhecer aquele que antes (na América Latina) era um Outro distante, e que, ao perceberem suas semelhanças e suas diferenças em relação às pessoas do país de destino, tornam-se um Nós.

> Eu acho que porque você visualiza, antes eu sabia que existia América Latina, América Central, mas não os havia visto. Talvez você ponha uma cara, eu tenho amigos da Venezuela, eu tenho amigos do Peru, da Colômbia, do Paraguai, do Equador, do Brasil tenho amigos também. (*Mexicano residente na Espanha há 13 anos*)

Identidades Múltiplas

Finalmente, a partir do que discutimos nos temas anteriores, vemos como os indivíduos constroem suas identidades a partir categorizações e comparações, que também se constituem como processos fluidos, múltiplos e contestados, de modo que os indivíduos passam a ter também identidades múltiplas (Howarth & Andreouli, 2014). Entretanto, múltiplas não apenas no sentido de pertencer a diferentes categorias sociais, mas também de transitar entre estas categorias, em diferentes momentos e contextos (Gillespie, Howarth & Cornish, 2012). Por exemplo, a própria categoria de *migrantes*, que utilizamos neste trabalho, é bastante fluida, visto que, conforme discutem as autoras mencionadas, estes indivíduos provavelmente não eram considerados e não se consideravam como migrantes antes de saírem dos seus respectivos países de origem.

Dessa forma, os processos identitários não se (re)produzem da mesma forma para todos os indivíduos e um mesmo indivíduo pode possuir tantas pertenças quantas sejam os grupos aos quais ele considera pertencer (Tajfel, 1982a), ainda que tais pertenças possam, a princípio, parecer contraditórias. Assim, por lado, à semelhança do que vimos no tema anterior, alguns entrevistados dizem se orgulhar mais do seu país de origem e da América Latina e se identificarem mais como latino-americanos após migrarem:

> [...] continuo sendo mexicana até que eu morra. [...] porque respeito muito minha cultura e admiro muito, com toda a história que carrega, então sou tão orgulhosa da minha cultura que a levo sempre presente. (*Mexicana residente na Espanha há sete anos*)

> Eu me sinto mais latino-americano aqui. E não sou o único, muita gente já me disse. (*Mexicano residente em Portugal há sete anos*)

Enquanto outros participantes consideram que, apesar de ainda se identificarem como pertencentes ao país de origem, tal identificação diminui à medida que se adaptam e integram ao país de destino, ainda que, no plano afetivo, especialmente referente à família, o país de origem continue funcionando como referência de pertencimento.

> Quanto mais tempo eu estou aqui na verdade essa identificação vai se reduzindo, né. Quanto mais adaptado aqui, menos vínculo, digamos, eu tenho com o Brasil, terra, né, Brasil. Com a família continua a mesma coisa, você não muda, mas em termos de identificação cultural e tal, realmente vai se reduzindo, né. A gente vai absorvendo as coisas que a gente tem ao entorno. (*Brasileiro residente na Espanha há 12 anos*)

No país de destino, o contato ocorre não apenas com pessoas deste país e/ou da sua região de origem, mas também indivíduos de diferentes países e regiões do mundo, que possuem em comum o fato de serem migrantes. Desse modo, como relatam alguns entrevistados, ao buscarem apoio social (Basabe & Bobowik, 2011) no novo país, os indivíduos passam a se aproximar de outros que vivem situações similares às suas, passando a se considerarem como pertencentes também a este outro grupo supraordenado: *migrantes*.

Portanto, o contato, somado à empatia gerada por vivenciarem situações de discriminação, além de outras dificuldades diárias envolvidas no processo de migração e adaptação a um novo país (como, emissão de documentação, procura por moradia e emprego, adaptação ao clima, comida, idioma, entre outros fatores), fazem com que estes indivíduos se identifiquem a partir dessa pertença comum. Novamente observamos o papel central que os entrevistados concedem às dificuldades como fator de união entre diferentes indivíduos, agora em outro contexto. Contudo, tal aproximação, nessa situação de migração, para estes participantes, não se dá apenas como uma tentativa de procurar ajuda para resolver e superar tais dificuldades, mas, especialmente, como uma oportunidade de ter por perto alguém que tenha empatia, que compreenda de fato a situação pela qual se está passando:

> [...]E a gente se identifica com essas pessoas nesse sentido mesmo, porque as dificuldades, os preconceitos, a questão da língua, a questão da cultura, da alimentação totalmente diferente, pronto, vem à tona quando os imigrantes se encontram para conversar ou trocar algumas ideias, nesse sentido. [...] uma coisa é a gente se colocar no lugar do outro como sofrendo preconceito, se colocar no lugar do outro, e outra coisa é tu estar na situação de ser o preconceito vivido, então isso me ajudou em muitas coisas. (*Brasileira residente em Portugal há oito anos*)

> Eu acho, no meu caso, foi estar participando, estar vivendo ali uma situação. É, é basicamente por isso, não era só pela afinidade, por vir do mesmo continente ou mesma região geográfica. Para falar um português claro, por estar passando os mesmos perrengues. Quer dizer, estar tentando dividir quarto, está acabando de chegar e está tentando aprender como se mexer na cidade, como se mover, como procurar emprego. Então, basicamente, por estar nessa mesma situação. (*Brasileiro residente na Espanha há 12 anos*)

Outra possibilidade de construção identitária é por meio da utilização da estratégia de recategorização supraordenada (e.g. Basabe & Bosowik, 2011), como mostra este participante, o mais jovem deste estudo, que diz não se identificar com países ou regiões específicas, mas como cidadão do mundo:

> [...] eu não me sinto de ninguém, eu me sinto do mundo, sabe. Porque eu gosto muito de viajar, amo viajar e eu não me sinto de nenhum lugar, eu me sinto do mundo. (*Brasileiro residente na Espanha há três anos*)

Apesar do movimento de valorização do país e da região de origem, a maioria dos entrevistados diz se sentir como uma mistura das diferentes culturas com quais se relaciona e se identifica, dividindo-se entre elas e adicionando diferentes possibilidades de identificação:

> Eu sou, eu sou brasileira, mas eu acho eu vou ficar mesmo com essa divisão, se eu levar mesmo a vida para cá, vou mesmo, vou ter sempre uma divisão, vou ficar dividida sempre, porque a gente aprende a amar o lugar, né. [...] Então a gente fica com a alma dividida. (*Brasileira residente em Portugal há um ano*)

> Então eu sou mesmo mista, mista. (*Chilena residente em Portugal há quatro anos*)

> Me sinto super chilena, mas meu coração está partido como em dois. (*Chilena residente em Portugal há sete anos*)

> Então, essa parte sim que mudou, mas, mudou para melhor, porque não é que eu deixei de ser brasileiro ou latino, pelo contrário, eu só somei o me sentir espanhol também. (*Brasileiro residente na Espanha há 12 anos*)

> Eu me sinto chilena, mas o que acontece é que, quando vou ao Chile, não me sinto totalmente integrada, principalmente porque, quando você muda de um lugar é como uma mistura, de aprendizagens, de estilo. De fato o que acontece comigo é que quando vou ao Chile e digo 'hola' e tenho sotaque da Espanha, me dizem, 'hola espanhola'. Quando venho aqui, quando eu falo, como não é meu sotaque o daqui, 'você não é daqui, né?' Então, basicamente, tenho a mesma sensação, que tenho uma mistura dos dois lados [...]. Minha identificação vai com o meu país, agora, como eu sou, tem a ver com a minha mistura. (*Chilena residente na Espanha há 17 anos*)

Contudo, como observamos a partir desta última fala, o sentimento de pertença e identificação com diferentes grupos envolve uma complexidade que dificilmente conseguiremos captar com apenas algumas questões. Por exemplo, essa entrevistada, assim como outros, diz sentir-se como uma mistura entre o país de destino e o de origem, porém, diante da pergunta "Você se sente, se identifica como espanhola?", diz não se sentir nada identificada como espanhola. Ou seja, ainda que os indivíduos passem a partilhar também de hábitos do país de destino e *aprendam a amar o lugar*, como diz uma das participantes, possuindo carinho e gratidão pelo país que os acolheu, como relatam outros entrevistados, isso não conduz automaticamente a um sentimento de pertença ao grupo *portugueses* ou *espanhóis*. Inúmeros são os fatores que podem influenciar no sentimento de pertença e identificação com relação a diferentes grupos, sobretudo, em situação de migração, como o tempo de residência no país de destino, o grau de envolvimento e estabilização no novo país (por exemplo, emprego, amigos no local, ter filhos neste país, entre outros aspectos), a relação que mantém com o país de origem (e.g. família, amigos, acompanhamento das notícias por meio dos media, cozinhar comida do país de origem, entre diversos outros fatores).

Todavia, um fator que escolhemos pontuar, antes de finalizar este estudo, é a importância das regulamentações institucionais de diferentes países, que controlam a inserção dos indivíduos na sociedade (Andreouli & Howarth, 2013), por exemplo, os documentos aos estrangeiros, como o título de residência (temporária ou permanente) e a nacionalidade, por meio da emissão de um passaporte deste

país. Nesse sentido, como discutem Andreouli e Howarth (2013), "a qualidade das relações sociais, sobre as quais as identidades são construídas, não é apenas uma questão de interações leigas cotidianas, mas também uma questão que é formalmente regulada de cima para baixo" (p.18, tradução nossa).

Elegemos tal fator devido à sua presença nas respostas de alguns entrevistados, como notamos nas falas seguintes, que retratam duas situações diferentes: a primeira, de uma brasileira que, apesar de se dizer com a *alma dividida* e ter *aprendido a amar* Portugal, como vimos anteriormente, diz não se sentir como portuguesa por não estar com sua documentação regularizada no país. A segunda situação, refere-se a um brasileiro (o qual disse previamente identificar-se menos com o Brasil à medida que se integra na Espanha), que relata sua emoção ao conseguir a nacionalidade espanhola e sentir-se como parte deste grupo:

> [Sente-se, identifica-se como portuguesa?] Ainda não, devido ao fato dessa pressão de estar, de estar ilegal. Isso, automaticamente, cobra muito de mim, então isso me chateia, porque eu vou para os lugares e fico sempre olhando para os quatro cantos para ver se o SEF não vai aparecer. [...] Quando eu fiz meu passe único mensal, vem a carteirinha com a foto, tudo, eu mostrei para o meu ex, 'olha, já sou quase uma portuguesa', brinquei com ele. [...] Mas assim, eu acho que só mesmo na hora que vier a residência que eu vou sentir, nossa, ai, aquele alívio, 'agora vocês podem falar o que vocês quiserem', sabe, esfregar na cara. Enquanto isso parece que você fica sempre apreensiva, então não me sinto ainda. (*Brasileira residente em Portugal há um ano*)

> Po, para mim foi uma emoção incrível quando, quando eu, é um reconhecimento social, quando você, caramba, pega o passaporte assim, caraca, como você não vai se sentir um mais, entendeu? (*Brasileiro residente na Espanha há 12 anos*)

Vemos, portanto, a necessidade de se considerar, também, as "interconexões entre acordos reificados/institucionalizados e representações leigas/cotidianas" (Andreouli & Howarth, 2013, p.18, tradução nossa), no processo de construção identitária dos indivíduos, visto que, conforme continuam as autoras, "não reconhecer o impacto das práticas institucionalizadas nos processos identitários pode despolitizar o estudo da identidade num momento em que o reconhecimento da identidade se tornou uma reivindicação política fundamental" (p.18, tradução nossa).

11.4. Considerações Finais

Iniciamos este estudo com algumas questões de partida as quais nos propusemos a investigar, a fim de analisar o processo de construção identitária destes brasileiros, chilenos e mexicanos migrantes em Portugal e na Espanha. Considerando-se tais questões, verificamos que, para estes entrevistados, o objeto social *América Latina* possuiu de fato maior espessura e relevância depois da sua migração do que quando viviam em seus países de origem, ainda que essa maior relevância do objeto, para alguns

participantes, não seja acompanhada por uma maior identificação com a categoria social *latino-americanos*. Além disso, observamos representações sociais semelhantes às encontradas nos Estudos 2 e 3 acerca dos latino-americanos e da América Latina.

Desse modo, no contexto de comparação social saliente, proporcionado pela migração, evidencia-se a relevância do conflito (seja ele real ou imaginário) para a construção identitária dos indivíduos (e.g. Bonomo, 2010). Sublinha-se, contudo, que estamos falando de um contexto de migração específico, para Portugal e Espanha, países que, no caso de alguns entrevistados, se constituíram como os antigos colonizadores do seu país de origem, ou seja, tal contexto migratório pode contribuir para a (re)produção de diferentes dinâmicas identitárias das que estariam presentes, por exemplo, se estivéssemos realizando uma investigação com latino-americanos nos EUA ou em outras regiões do mundo, de modo que cada contexto possui suas particularidades. Logo, neste contexto que estamos analisando, os entrevistados, reconhecendo-se como pertencentes a um grupo minoritário (latino-americanos e, ainda, migrantes latino-americanos) e se sentindo em situação desfavorável, tendem a partilhar representações sociais mais polêmicas em resposta às representações hegemônicas majoritariamente negativas relacionadas ao seu endogrupo (e.g. Bonomo, 2010; Cabecinhas & Lázaro, 1997), enfatizando, por exemplo, elementos que se referem à capacidade de luta e resistência dos membros do seu grupo e à solidariedade e união entre eles, a fim de manter a coesão interna, diante da ameaça causada pelo exogrupo dominante (e.g. Cabecinhas & Amâncio, 2004).

Ademais, neste estudo foi possível observar o uso das estratégias de mobilidade social e mudança social, segundo propostas da TIS (Tajfel, 1974, 1978b). Por um lado, o movimento de migrar, para alguns destes indivíduos, como uma busca por uma condição melhor, e também a identificação com outro grupo de maior estatuto social, podem se configurar como formas mais individuais de tentar manter a autoestima positiva, constituindo-se como estratégias de mobilidade social. E, por outro, ao reconhecerem a existência de estereótipos negativos usualmente direcionados ao seu grupo (como vimos nas metarrepresentações compartilhadas pelos indivíduos neste estudo e nos Estudos 2 e 3), eles buscam também outras estratégias para manter a distintividade positiva, como a ressignificação destes estereótipos (Tajfel, 1974, 1982b), como discutimos previamente, podendo-se constituir como uma estratégia de mudança social, a partir da busca pela mudança da situação desfavorável do grupo minoritário.

Logo, à semelhança de investigações anteriores, como a de Batista e Bonomo (2016), realizada com brasileiros migrantes em diferentes países europeus, os entrevistados tenderam a atribuir mais

características positivas às *pessoas* dos seus países de origem e da América Latina, relacionadas à sociabilidade positiva e à expressividade. E relacionaram aspectos positivos ao *território* da Europa e os países de destino, justificando sua migração, por meio do destaque de elementos relativos à qualidade de vida, que envolvem maior tranquilidade e segurança, qualidade na saúde e educação e oportunidades de emprego, mesmo com a crise, ou seja, a Europa, para os participantes, ainda se configura como um exemplo de desenvolvimento econômico e social (e.g. Cogo, 2001).

Verificamos, ainda, conforme também discutido nos estudos anteriores da tese, resquícios da presença do colonialismo como forma de relação social (e.g. Licata, 2012; B. S. Santos, 2004), que pode se objetivar em práticas discriminatórias contra os indivíduos pertencentes às antigas colônias quando estes migram para os países que foram seus colonizadores, como observamos nos relatos dos entrevistados. É também em resposta a essa colonialidade do ser, do saber e do poder (e.g. Maldonado-Torres, 2007), que os entrevistados constroem suas representações de caráter polêmico e suas identidades sociais, havendo um movimento de maior valorização e identificação com a América Latina, após a migração.

Contudo, como sabemos, o processo de construção dessas representações sociais não se dá simplesmente a partir de oposições entre representações hegemônicas de um grupo e representações polêmicas de outro, mas sim por meio da coexistência de diferentes formas de pensamento dentro de um mesmo grupo e em um mesmo indivíduo, que se organizam e convivem, devido ao caráter polifásico e dialógico da construção do pensamento social (e.g. Jovchelovitch, 2011). Da mesma forma como a construção de representações sociais comporta essa fluidez, também a construção das identidades sociais dos indivíduos se dá forma plural, especialmente no mundo atual, com a intensificação dos processos de globalização, e com fenômenos como as migrações, como discorremos no início deste capítulo. Ressaltando-se, contudo, que tal pluralidade não se constrói de forma harmônica e simples, visto que, como sabemos, as identidades se constroem a partir da diferença e das (re)negociações com os Outros, sendo, portanto, múltiplas e também contestadas (Woodward, 2000).

Nesse sentido, ainda que os indivíduos passem a valorizar mais a sua pertença à América Latina após a migração e que se utilizem de estratégias de defesa do seu grupo, não podemos falar em divisões binárias e estáticas entre "Nós" e "Eles", visto que essas relações se tornam cada vez mais complexas (Chryssochoou, 2000b), envolvendo diferentes Outros, conforme pudemos verificar nos resultados deste estudo e também dos anteriores. Assim, é importante considerarmos também as especificidades de cada indivíduo e a forma como eles podem se mover entre diferentes categorias (seja em contexto de

migração ou não), de modo a compreender que "as pessoas não são simplesmente exemplos de um tipo social, elas são únicas acumulações de experiências produzidas por suas próprias trajetórias únicas por meio de uma série de posições sociais, papéis e categorias sociais" (Gillespie *et al.*, 2012, p.395, tradução nossa).

Reafirmamos a relevância deste estudo para a compreensão das diferentes possibilidades de construção identitária de indivíduos latino-americanos que migram para Portugal e Espanha, enfatizando a importância da consideração da multiplicidade envolvida na dinâmica identiária dos indivíduos:

> As identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso (B. S. Santos, 2003, p.31).

DISCUSSÃO GERAL

> Reconhecer a diferença implica renunciar à fantasia de ser o único e de usar os pressupostos próprios para avaliar a experiência de outros. [...] Relações dialógicas entre saberes pressupõem o reconhecimento da diversidade e a rejeição efetiva da representação hierárquica do conhecimento. [...] O estudo da diversidade e da comunicação entre saberes convoca-nos à construção de uma psicologia social da esperança, comprometida com a construção de futuros (Jovchelovitch, 2008, pp.295-296).

Iniciamos esta tese com o objetivo de analisar como se configuram os processos identitários de indivíduos latino-americanos a partir das representações sociais e da dinâmica de pertencimento social em contexto latino-americano e em contexto de migração. Tendo em vista a complexidade dos fenômenos em análise, reunimos contributos dos Estudos Culturais e da Psicologia Social, a fim de apreender os processos psicossociais envolvidos na construção da identidade social relacionada à América Latina, a partir das relações entre processos identitários, representações sociais e memória social. Para atingir os objetivos propostos, conduzimos esta pesquisa em dois eixos: o *Eixo 1*, composto pelos Estudos 1 (1.1 e 1.2), 2 e 3, o qual foi realizado por meio de um questionário *online* e teve a participação de 213 estudantes de graduação e pós-graduação, nascidos e residentes no Brasil, no Chile e no México; e o *Eixo 2*, composto pelo Estudo 4, que foi conduzido por meio de entrevistas individuais com roteiro semiestruturado com 23 latino-americanos destes três países que migraram para Portugal e Espanha.

Apresentamos, adiante, uma síntese dos principais resultados obtidos em cada um dos estudos, seguida de uma discussão conjunta acerca de como tais resultados se relacionam, contribuindo para alcançar os objetivos propostos. Posteriormente, discutiremos sobre as principais limitações dos estudos realizados, apresentando sugestões de investigações futuras e finalizando com um resumo das principais contribuições desta tese.

O *Estudo 1*, que teve o objetivo de analisar as representações sociais da história da América Latina para estes estudantes brasileiros, chilenos e mexicanos, foi subdividido em dois estudos, em que analisamos o "Top 10" dos acontecimentos e personalidades evocadas, bem como os principais temas, locais e períodos relativos a todos os eventos/pessoas mencionados (Estudo 1.1) e os elementos que possivelmente compõem o núcleo central e o sistema periférico destas representações (Estudo 1.2). Dentre os principais resultados destes estudos, vimos que, apesar das especificidades nacionais e da heterogeneidade das evocações relacionadas a diferentes momentos históricos, especialmente no sistema periférico das representações destes participantes (Estudo 1.2), houve vários aspectos em

comum, como: a centralidade de eventos relacionados a questões políticas, conflitos e revoluções, além de um efeito de recência e um sociocentrismo com relação aos acontecimentos e pessoas evocadas, replicando alguns dos resultados de estudos anteriores sobre representações sociais da história mundial (e.g. Liu *et al.*, 2005, 2009; Pennebaker *et al.*, 2006). Além disso, houve também uma ênfase em questões relacionadas aos processos de colonização e de independências pelos quais passaram os países da região, à semelhança de estudos conduzidos em alguns países africanos (e.g. Cabecinhas *et al.*, 2011).

Com relação ao *Estudo 2*, o qual objetivou analisar as (meta)representações sociais sobre a América Latina, os critérios de delimitação da região e as denominações utilizadas para nomeá-la, observou-se que, apesar de envolverem elementos de cunho positivo e negativo, as representações sociais destes brasileiros, chilenos e mexicanos acerca da América Latina, foram mais centradas na diversidade (*cultural*, *racial*, *natural*) da região, considerada por eles como positiva. Enquanto as metarrepresentações, ou seja, o que eles acham que quem não é da América Latina pensa sobre a região, foram constituídas, sobretudo, por estereótipos negativos, focando, por exemplo, na pobreza e na violência, e em aspectos que remetem à expressividade e à falta de instrumentalidade dos latino-americanos. No que diz respeito aos principais critérios que utilizam para delimitar essa categoria, aqueles considerados mais importantes pelos participantes dos três países foram a cultura e, em seguida, a história e a geografia. Ao destacarem a cultura, estes estudantes enfatizavam, em geral, o processo plural e híbrido de construção da região (e.g. Canclini, 1999/2010; Martín-Barbero, 2002b), reafirmando a importância que concedem à diversidade na compreensão sobre a América Latina.

No *Estudo 3*, que teve o objetivo de analisar as representações e metarrepresentações sociais sobre os latino-americanos e as denominações utilizadas para nomeá-los, também foi possível identificar tanto elementos positivos quanto negativos nas representações que estes estudantes possuem sobre os latino-americanos, porém, estas tiveram como elementos mais centrais a alegria, a simpatia e a capacidade de resistência e luta. Já as metarrepresentações ligadas a este objeto envolveram traços similares àqueles presentes nas metarrepresentações sobre a América Latina, a partir de elementos relativos ao exotismo, à expressividade, à falta de instrumentalidade, responsabilidade e autonomia dos latino-americanos, além de aspectos ligados à sua condição socioeconômica desfavorável. E, com relação às denominações que os participantes disseram preferir

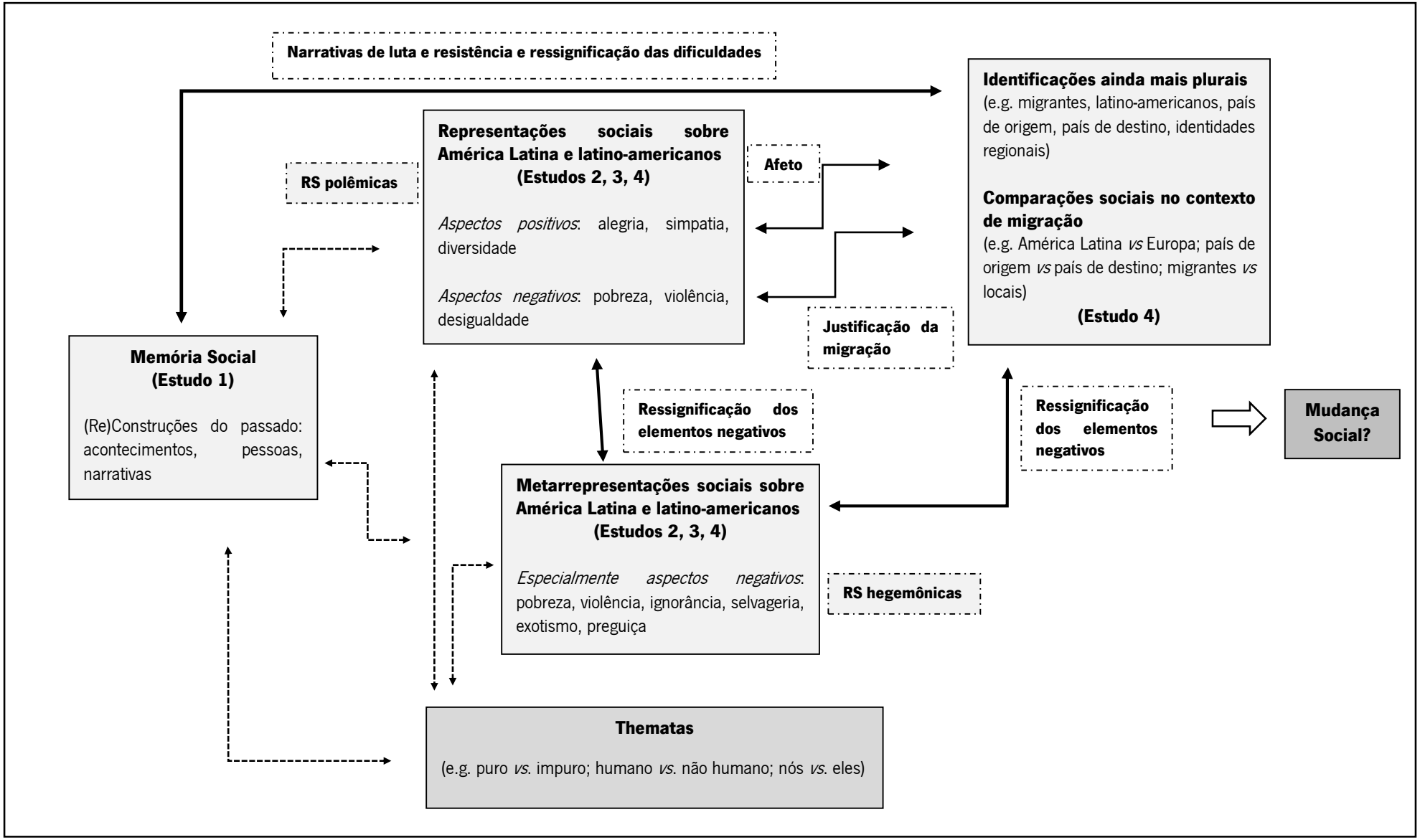
utilizar para se referir à região e às pessoas dela provenientes, a maioria disse preferir usar América Latina (Estudo 2) e latino-americanos (Estudo 3).

No que diz respeito às identificações com diferentes grupos para estes participantes dos estudos do Eixo 1, os estudantes mexicanos foram os mais disseram se sentir como latino-americanos e como do seu país de origem, enquanto os respondentes brasileiros foram os que disseram se sentir mais identificados com o próprio país do que como latino-americanos, ao passo que, entre os participantes chilenos, houve maior número de indivíduos que disseram se sentir mais identificados como latino-americanos do que com o país de origem.

Finalmente, no *Estudo 4*, que objetivou analisar os processos identitários de migrantes latino-americanos em Portugal e na Espanha, foi possível identificar, além dos aspectos já mencionados, uma intensificação do processo de comparação social a partir dos diferentes grupos aos quais os indivíduos julgam pertencer, fazendo com que transitem entre eles, utilizando diferentes estratégias a fim de manter sua distintividade positiva, as quais retomaremos adiante. Ademais, há, segundo a maior parte dos entrevistados, maior nível de identificação como latino-americano após a sua migração, além de haver uma identificação com outro grupo supraordenado, o de migrantes, envolvendo pessoas de diferentes nacionalidades que se encontram em situações similares nestes países de destino.

Diante deste resumo de alguns dos principais resultados encontrados nos estudos que realizamos, apresentamos, a seguir, um esquema (Figura 1) sobre os principais processos que concorrem para a construção identitária destes indivíduos no que se refere à América Latina, a partir das relações entre memória social, representações sociais e processos identitários. Sublinhamos, contudo, que a produção desta esquematização não pretende esgotar a complexidade dos diferentes fatores que podem contribuir para a construção de tais dinâmicas identitárias e dos referidos campos representacionais, constituindo-se apenas como uma tentativa de fornecer uma síntese-ilustrativa acerca do conjunto dos principais resultados desta tese.

Como é possível observar na Figura 1, a (re)construção da memória social e também das (meta)representações sociais destes indivíduos sobre diferentes objetos (no caso, *América Latina* e *latino-americanos*) se dá a partir de alguns themata (Moscovici & Vignaux, 2000/2010), ou seja, de antinomias existentes no pensamento social (Ocidental), que são profundamente arraigadas na cultura dos grupos e transmitidas ao longo de gerações (Marková, 2006).



Nota: As setas pontilhadas referem-se aos processos de objetivação e ancoragem.

Figura 1 – Esquematização do processo de construção identitária associado à América Latina, a partir das relações entre memória social, representações sociais e processos identitários.

Assim, como discutimos anteriormente, por meio dos processos de objetivação e ancoragem, os indivíduos se (re)apropriam do passado, construindo narrativas compartilhadas, que proporcionam um sentido de continuidade, que é essencial para a construção das suas identidades sociais. Ademais, também por meio destes processos, (re)produzem suas representações sociais sobre a América Latina e os latino-americanos, a partir dessas antinomias e também das imagens que historicamente associaram os diferentes Outros minoritários, especialmente o Outro do "Novo Mundo", à animalidade e à infantilidade (Jahoda, 1999). Frente às representações sociais hegemônicas referentes à região e às pessoas dela provenientes, compostas, em geral, por elementos de cunho negativo, estes indivíduos (tanto em contexto latino-americano quanto no de migração) (re)elaboram representações sociais que, para além de alguns elementos mais hegemônicos, contêm também outros de tipologia polêmica (Moscovici, 1988), de modo que ressignificam os estereótipos negativos usualmente atribuídos ao seu grupo, através da criatividade social (Tajfel, 1978b, 1982b), entendendo-os como algo positivo e/ou mudando as dimensões de comparação com outros grupos, valorizando aquelas nas quais o endogrupo se destaca, por exemplo, a literatura (Estudo 1), a diversidade *natural*, *racial* e *cultural* e a sociabilidade (Estudos 2, 3 e 4). Ou seja, como discutimos especialmente nos Estudos 2 e 3, por exemplo, a mistura (*racial* e *cultural*), que, por um lado, pode ser (e foi) entendida como algo negativo e fonte de degeneração e impurezas, levando a representações negativas acerca dos latino-americanos, sobretudo por parte de grupos dominantes, pode, por outro lado, ser ressignificada e valorizada, levando à construção de representações sociais polêmicas, que valorizam o endogrupo, a partir do potencial criativo e da diversidade que vêm da mistura (e.g. Jovchelovitch, 2012).

Além disso, os indivíduos enfatizam também elementos que indicam a existência de narrativas de luta e superação, que envolvem a união dos diferentes países da região em torno da libertação frente a opressores comuns (Estudo 1), de forma que tais elementos são recuperados tanto na construção das representações sociais polêmicas em contexto latino-americano (Estudos 2 e 3), quanto, principalmente, no contexto migratório em Portugal e na Espanha (Estudo 4), quando da comparação direta com diferentes grupos e diante da ameaça causada pelo exogrupo dominante (e.g. Cabecinhas & Amâncio, 2004). Ressaltam, portanto, a capacidade de luta e resistência dos latino-americanos diante das dificuldades, o que contribui para o aumento da coesão grupal e da construção dessa identidade supranacional relacionada à América Latina, além de possibilitar a valorização da agência dos indivíduos nos processos de mudança passados e futuros da região.

Os elementos negativos que compõem as representações sociais que os participantes desta pesquisa possuem acerca da América Latina (como, violência e pobreza), se constituem como fatores que justificam sua migração para Portugal ou Espanha, em busca de melhor qualidade de vida. Porém, os aspectos positivos dessas representações (como, alegria, simpatia; além da presença da família e dos amigos, elementos mais ressaltados no contexto migratório) fazem do país de origem e da América Latina um lugar de afeto para a maior parte dos participantes que migraram, contribuindo para a manutenção da sua autoestima positiva (Estudo 4).

Diante de tais considerações, vimos que, apesar de haver, em todos os estudos, maiores especificidades entre os resultados referentes aos participantes brasileiros, o que está relacionado às diferenças históricas no processo de construção desse país e ao menor nível de identificação com a América Latina entre os brasileiros (e.g. Mesquita, 2016; Onuki *et al.*, 2016), houve diversos aspectos em comum entre os resultados dos três países. Logo, de modo geral, os estudos realizados permitiram refletir sobre as continuidades e mudanças envolvidas na construção das representações sociais hegemônicas e polêmicas sobre a América Latina, por meio de elementos que se (re)constroem a partir de ideias antinômicas que os sustentam, contribuindo para a existência de diferentes possibilidades de identificação com essa categoria social de pertença, tanto em contexto latino-americano quanto migratório, reafirmando o caráter dinâmico, ambíguo e polifásico dos processos de construção do pensamento social e de construção identitária dos indivíduos.

Dessa forma, como discute Jovchelovitch (2008), "a variabilidade dos processos representacionais [e identitários] impede a clausura dos saberes humanos e convoca novos referenciais que possam se relacionar com a diversidade de suas formas" (p.293). Foi nessa direção que tentamos estabelecer diálogos entre os Estudos Culturais e a Psicologia Social, a fim de melhor apreender os fenômenos analisados. Contudo, sabemos que nenhum conhecimento e nenhuma investigação se constituem como únicos e verdadeiros, de forma que nossa capacidade de crítica, de corrigir e aprender com erros, de se comunicar e refletir sobre nosso conhecimento funcionam como aspectos que promovem o desenvolvimento e crescimento de diferentes saberes (Jovchelovitch, 2008). Nesse sentido, consideramos necessário destacar adiante algumas limitações deste trabalho.

Primeiramente, com relação aos estudos realizados no âmbito da tese, não tivemos a intenção de que as amostras fossem representativas da população destes países e da América Latina, apresentando, portanto, um caráter ilustrativo, com o intuito de possibilitar algumas análises e discussões acerca dos processos identitários e das representações sociais relacionadas aos objetos de

estudo. Portanto, os resultados aqui obtidos não podem ser generalizados a toda a população. No Eixo 1, por exemplo, contamos com uma amostra específica, formada por indivíduos com alto nível educacional, entre 18 e 35 anos, com orientação política majoritariamente de esquerda (dentre aqueles que disseram possuir alguma preferência) e, em sua maioria, que se identificam como latino-americanos. Assim, conforme nos lembra Tajfel (1983), "as generalizações em psicologia social são limitadas (felizmente) pela criativa e infinita diversidade e flexibilidade do comportamento social humano" (p. 359).

No que diz respeito aos instrumentos utilizados em ambos os eixos, é possível que as respostas dos participantes tenham sido afetadas pelos conteúdos já formulados nas questões anteriores ou, no caso do questionário *online*, pelo cansaço provocado ao responder a diversas perguntas, entre outros fatores. Logo, são importantes novos estudos que tentem controlar a influência que a ordem de realização das perguntas pode ter nas respostas dos indivíduos, ou ainda, que investiguem as relações entre possíveis influências de experiências passadas destes indivíduos em suas respostas sobre os objetos estudados e que podem gerar grandes variações entre os participantes. Ademais, sublinhamos que, no caso da nossa pesquisa, a utilização do questionário *online* não se mostrou vantajosa no quesito de economia de tempo, já que o processo de coleta de dados foi muito mais longo do que o previsto, devido ao acesso aos participantes, que foi dificultado pela ausência de contatos nestes países e também pela extensão do instrumento e, possivelmente o tema abordado, que se constituíram como aspectos que desencorajavam as pessoas a participar.

Outra limitação diz respeito à análise realizada nos estudos do Eixo 1, com o auxílio do *software EVOC*, a qual não permite examinar de forma mais ampla a variabilidade de todo o campo representacional (Wachelke & Wolter, 2011), inclusive daqueles elementos pouco evocados, o que seria melhor alcançado, por exemplo, por meio de análises de correspondência, a fim de estudar os diferentes posicionamentos dos indivíduos com relação aos objetos representacionais (Doise *et al.*, 1992). E, finalmente, destacamos a limitação própria de qualquer estudo comparativo, que se refere aos limites existentes na comparação entre contextos diferentes, visto que, ainda que, no nosso caso, tenhamos tentado delimitar a idade e a escolaridade dos participantes no Eixo 1, por exemplo, diversos fatores podem intervir nas respostas dos indivíduos, além disso, sempre é possível que se perca algo no momento da tradução das respostas das pessoas para qualquer outro idioma.

Considerando-se estas limitações mencionadas, ressaltamos a importância da realização de outros estudos que envolvam amostras mais amplas e com pessoas de diferentes idades, níveis de

escolaridade, condições socioeconômicas e também de outros países latino-americanos, com diferentes estatutos sociais; e que utilizem diferentes instrumentos para a recolha (e.g. livros didáticos de história no caso de estudos sobre memória social) e análise dos dados (e.g. softwares como o *ALCESTE*, para trabalhar com dados textuais mais amplos, como no caso das entrevistas). Além de pesquisas que investiguem aqueles conteúdos "esquecidos" das memórias sociais dos grupos e também a zona muda dessas representações (Abric, 2003), ou seja, o não dito, o ausente, aquilo que se opta por não falar explicitamente, visto que pode provocar alguma ameaça ao grupo ou colidir com as normas sociais do mesmo (Cruz & Arruda, 2008). Para tanto, são necessárias investigações que envolvam técnicas mais qualitativas de coleta e análise de dados, que permitam acessar esses conteúdos (Menin, 2006).

Também são necessárias mais pesquisas que estudem o papel dos valores e dos afetos, não apenas dos estereótipos, na dinâmica identitária dos indivíduos (Tajfel, 1983) e na construção das suas representações sociais no que se refere à América Latina e também que analisem as relações entre estes aspectos e as diferentes identificações dos indivíduos em níveis variados, como regional, nacional e supranacional, como tem sido realizado de forma mais expressiva em contexto europeu (e.g. Grad, 2008; Grad & Sanz, 2008). Sugere-se, ainda, a condução de pesquisas que utilizem diferentes perspectivas teóricas na análise dos fenômenos identitários e representacionais relacionados à América Latina, por exemplo: investigações que empreguem o Modelo do Conteúdo dos Estereótipos (*Stereotype-Content Model*) (e.g. Cuddy *et al.*, 2009; Fiske, Cuddy & Glick, 2007), o qual discute sobre as dimensões "universais" da cognição social, quais sejam, simpatia e competência, e que podem dialogar com as discussões que realizamos a partir dos aportes teórico-conceituais da TIS e da TRS; bem como pesquisas que, assim como a de Kay e Jost (2003), discutam sobre as relações entre estereótipos como "pobre, mas feliz" e a Teoria de Justificação do Sistema (*System Justification Theory*).

Apesar das limitações previamente destacadas, acreditamos que, conforme discutimos ao longo deste trabalho, o conjunto de estudos realizados nesta tese teve importantes contribuições científicas e sociais, como:

1) integração entre diferentes aportes teórico-conceituais dentro da Psicologia Social (e.g. representação social, identidade social e memória social) e destes com a área dos Estudos Culturais, combinação de recursos que se mostrou bastante profícua para a compreensão dos processos investigados nesta pesquisa;

2) produção de conhecimento científico acerca da construção identitária latino-americana no campo teórico dos Estudos Culturais e da Psicologia Social, áreas que dispõem de ferramentas teórico-

metodológicas interessantes para o estudo deste fenômeno, mas que, sobretudo no caso da Psicologia Social, ainda têm um envolvimento incipiente nesse campo de estudos relacionados à América Latina, especialmente em países latino-americanos como o Brasil;

3) além da triangulação entre diferentes recursos teóricos, acreditamos que também a triangulação metodológica possibilitou uma melhor compreensão dos objetos estudados, o que talvez não teria sido possível com a utilização de apenas uma forma de coleta e análise dos dados;

4) associação entre perspectivas, autores e discussões provenientes da América Latina com aqueles provenientes de outras regiões, ainda que reconheçamos que nos concentramos, majoritariamente, em perspectivas/obras ocidentais e, muitas vezes, europeias e que, ao citarmos autores e trabalhos latino-americanos nos referimos predominantemente àqueles brasileiros, visto que ainda é o domínio com qual temos mais familiaridade. Porém, mesmo com essas ressalvas, acreditamos ter contribuído para a maior visibilidade da produção científica latino-americana, tanto nos Estudos Culturais quanto na Psicologia Social, propiciando, ainda que timidamente, uma tentativa de descolonização do conhecimento, por meio de um olhar contextualizado a partir da América Latina (e.g. Mignolo, 2007). Tal tentativa de descolonização, a nosso ver, foi conduzida nesta tese não apenas no que diz respeito à visibilidade da produção científica da América Latina, mas também pela possibilidade de ouvir latino-americanos falando sobre eles próprios, sobre sua história e suas experiências, indo ao encontro de perspectivas como a das Epistemologias do Sul (e.g. Santos & Meneses, 2009), os Estudos do Subalterno (e.g. Spivak, 1985/2010) e o Pensamento de Fronteira (e.g. Anzaldúa, 1987; Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2000)[77]. Com relação a este aspecto, é válido pontuar o interesse destes indivíduos que participaram da pesquisa (tanto no Eixo 1 quanto no Eixo 2) em falar acerca do que pensam sobre a América Latina e sobre sua dinâmica de identificação com a região, a partir das suas diferentes pertenças grupais, o que demonstra, também, a necessidade de realização de mais investigações como esta, que possibilitem um espaço de escuta para estas falas, às vezes silenciadas ou apagadas.

5) finalmente, partilhamos da visão de Valentim (2013), segundo a qual "qualquer que seja a escala de um projecto de mudança, sem a compreensão dos sistemas de significação em jogo, o trabalho de transformação social está condenado ao fracasso" (p.164). Assim, consideramos que, para pensarmos em intervenções que promovam transformações sociais na América Latina como um todo,

[77] Reconhecemos as particularidades de cada perspectiva, mas consideramos que elas dialogam em vários pontos, ao questionarem o projeto de modernidade eurocentrado, chamando a atenção para as dimensões ideológicas presentes nas relações de poder em termos mundiais, e valorizando outras formas de conhecimento, a partir dos subalternos, a partir do Sul, além de reafirmarem a pluralidade e incompletude dos saberes. Ressaltamos, porém, que mesmo no Sul há muitos Nortes, da mesma forma, que no Norte é possível haver Sul, ou seja, reconhecemos a existência de relações desiguais de poder também no Sul e a possibilidade de relações que valorizem outras formas de saber e de ser também no Norte.

é necessário, primeiramente, compreendermos o que os latino-americanos pensam sobre eles mesmos e sobre a região. Nesse sentido, acreditamos que essa tese pode servir de estímulo a reflexões sobre a América Latina e às possibilidades de identificação dos indivíduos com este grupo, e também servir como disponibilização de subsídios à construção de políticas públicas mais coerentes com a realidade latino-americana, considerando-se as especificidades de cada país e também os aspectos comuns que integram a América Latina; além de também poder contribuir para futuros diálogos entre os diferentes países da região e entre eles e os seus antigos colonizadores, auxiliando, eventualmente, na redução de conflitos intergrupais entre os grupos em questão.

A partir deste último ponto, reafirmamos a importância do diálogo intercultural, como um desafio a ser cumprido (Cabecinhas & Cunha, 2008), o qual é favorecido quando ouvimos e conhecemos os Outros por eles mesmos, compreendendo as suas visões de mundo, como fizemos nesta pesquisa. Tal compreensão pode auxiliar a desenvolver a competência comunicativa intercultural, possibilitando maior abertura à pluralidade de culturas e saberes, e possivelmente também maior empatia e entendimento sobre a perspectiva do Outro (Sammut, 2010), havendo reconhecimento, valorização e trocas recíprocas (André, 2012).

Considerando-se as discussões que conduzimos até o momento, e antes de nos encaminharmos para a finalização desta tese, julgamos ser pertinente tecermos algumas breves reflexões acerca dos processos de resistência e contestação realizados em direção à mudança social, que se constitui como um dos processos fundamentais para as diferentes perspectivas que utilizamos neste trabalho. Em nosso esquema apresentado anteriormente (Figura 1), incluímos um ponto de interrogação junto à menção à mudança social, visto que, a partir dos resultados que obtivemos nos quatro estudos realizados, foi possível observar a presença de elementos que parecem indicar a existência de representações sociais polêmicas sobre a América Latina e os latino-americanos por parte dos participantes da pesquisa, junto também de elementos mais hegemônicos. Tais representações polêmicas, produzidas também em resposta às representações hegemônicas predominantemente negativas com relação a estes grupos, podem se configurar como formas de resistência destes grupos, em busca de uma mudança social. Contudo, essas representações polêmicas se fizeram presentes de forma mais periférica em nossos estudos e, devido às análises que realizamos e às condições da amostra, como dissemos anteriormente, não foi possível nos aprofundarmos nos diferentes posicionamentos individuais e também nessas análises, a fim de verificarmos a possibilidade destes

indivíduos que compartilham essas representações se constituírem, por exemplo, como uma minoria ativa (Moscovici, 1976/1982).

Entretanto, consideramos importante ensaiarmos algumas discussões nesse sentido, a fim de pensarmos acerca dos movimentos de resistência e contestação que parecem estar se desenvolvendo ao menos entre subgrupos dentro do conjunto dos participantes da pesquisa e que podem levar a possíveis transformações (que já possam estar ocorrendo) nas representações sociais que investigamos e nas práticas sociais relacionadas aos latino-americanos. Desse modo, como vimos ao longo dos estudos da tese, e no esquema-síntese apresentado há pouco, tanto nas representações sociais sobre a história latino-americana, quanto sobre a própria América Latina e os latino-americanos, em contexto latino-americano e migratório, os participantes (ou ao menos alguns deles) parecem possuir representações que visam à contestação da legitimidade da ordem social vigente (Liu & Hilton, 2005), servindo como uma tentativa de retomada e manutenção da autoestima positiva. Este movimento de resistência dos participantes, condiz com discussões no âmbito da TIS (e.g. Tajfel, 1982a, 1983) e da psicologia das minorias ativas (Moscovici, 1976/1982), de acordo com as quais, a necessidade de reconhecimento social funciona como um grande motivador para a mudança social, visto que os indivíduos, especialmente quando pertencentes a grupos minoritários, podem buscar mudar sua situação desfavorável, a partir de estratégias para manter sua identidade social positiva e que podem levar à mudança social.

Dessa forma, segundo Moscovici (1976/1982), para se tornar ativa e conseguir criar um movimento que permita a mudança da sua posição na sociedade, uma minoria tem que propor representações diferentes daquelas hegemônicas, como vimos nos nossos resultados. Além disso, em conversa com Marková (2000/2010), o autor acrescenta que, mais importante do que poder ou prestígio, é a consistência nos comportamentos dessa minoria, ou seja, o seu "estilo comportamental, que leva a outras pessoas a intenção do ator, a influência, seu grau de firmeza de convicção, determinação, consistência, coragem, etc" (p.359). Assim, para que uma minoria se torne ativa e consiga influenciar e promover mudanças nas normas e crenças maioritárias, é importante que ela, primeiramente, se reconheça como parte de um grupo minoritário, que deseje uma mudança, que esteja preparada para o conflito e que reconheça a possibilidade da diferença (Glaveanu, 2009), além de que mantenha algumas condições, como autonomia, consistência, equidade e investimento (Moscovici,1976/1982). Apesar de reconhecermos que nem sempre o subalterno pode falar (Spivak, 1985/2010), e que há diferentes aspectos ideológicos imbricados nas relações de poder, que por vezes

dificultam e/ou impedem a agência dos indivíduos e grupos, quisemos trazer essas breves discussões finais sobre as possibilidades de resistência e mudança social, visto que acreditamos que foi possível observar sinais destes movimentos nos nossos resultados e porque partilhamos das ideias de autores como Moscovici (1976/1982), acerca da possibilidade de influência que as minorias podem ter nas maiorias e das transformações que podem promover na sociedade.

Diante dessas reflexões, considerando-se que toda produção de conhecimento científico é realizada em contextos espaciais e temporais específicos (B. S. Santos, 1988) e que, ao investigar em Estudos Culturais, temos, ainda, um compromisso cívico e político, peço licença novamente, ao final desta tese, para falar em primeira pessoa do singular. Finalizo a escrita da presente tese, em novembro de 2016, um momento em que, por exemplo, aguardam-se os próximos passos do *Brexit*, após o referendo realizado neste ano; um momento em que muitos esperam apreensivos os "próximos capítulos" da história, após os resultados das últimas eleições presidenciais nos EUA; um momento em que, no Brasil (não poderia deixar de falar sobre Brasil, já que além de ser um dos países com maior número de participantes nesta pesquisa, é o meu país de origem e para onde voltarei em breve), encontra-se em processo de votação no Senado Federal uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que propõe congelar os gastos públicos em saúde, educação e outras áreas (corrigindo-os apenas segundo a inflação), durante 20 anos. Em momentos como o atual (e a humanidade já passou por tantos outros similares e piores), acredito ser de extrema importância as discussões que realizamos ao longo desta tese, sobre relações intergrupais, processos identitários, representações sociais, racismos, migrações, América Latina, continuidades, resistências e mudanças. Em momentos como o atual, acredito ser muito importante recuperarmos discussões como as dos Estudos Pós-Coloniais (e.g. Bhabha, 1994/2005; Said, 1978/2007); dos Estudos do Subalterno (e.g. Spivak, 1985/2010), das Epistemologias do Sul (e.g. Santos & Meneses, 2009), do Pensamento de Fronteira (e.g. Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2000), das Minorias Ativas (Moscovici, 1976/1982), da Pedagogia do Oprimido (Freire, 1968/1987).

Nessa direção, gostaria de finalizar essa discussão com a recuperação de uma metáfora proposta por Glaveanu (2009), ao discutir sobre processos de resistência e as relações entre estabilidade e mudança na construção das representações sociais, a qual ele chama de *geografia do pensamento*. A partir de uma analogia aos movimentos das placas tectônicas, o autor compara, por exemplo, o choque entre elas com momentos de tensão e conflito que fazem com que determinados thematas se tornem ativos. Contudo, o autor pondera que, mesmo sem estes "choques" que podem promover mudanças

mais bruscas nas representações sociais, também é possível que elas sejam transformadas aos poucos, da periferia para o centro, referindo-se aos propósitos da Teoria do Núcleo Central (e.g. Abric, 1993), a qual utilizou-se neste trabalho, associando a esta transformação mais lenta os constantes processos climáticos e de erosão (Glaveanu, 2009).

Assim, sem o receio se soar utópica, espero que essa tese possa servir como um modesto incentivo à profusão das, tão necessárias, pequenas-grandes resistências cotidianas.

> [...] mesmo como pequenos pingos de chuva, atos de resistência constante podem mover as 'montanhas' de séculos de opressão (Glaveanu, 2009, 2.17, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

Abadia, L., Cabecinhas, R., Macedo, I., & Cunha, L. (2016). Interwoven migration narratives: identity and social representations in the Lusophone world. *Identities*, 1-19. doi: http://dx.doi.org/10.1080/1070289X.2016.1244062

Abdo, C. (2016). *Migrações e comunicação: brasileiros que escolheram Portugal como destino*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Braga (125f).

Abric, J. C. (1993). Central System, Peripheral System: Their functions and roles in the dynamics of Social Representations. *Papers on Social Representations, 2*(2), 75-78. Recuperado de http://www.psych.lse.ac.uk/Psr/PSR1993/2_1993Abric.pdf

Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB.

Abric, J. C. (2001). O estudo experimental das representações sociais. In D. Jodelet (Org.), *As Representações sociais* (pp.155-171). Rio de Janeiro: Eduerj.

Abric, J. C. (2003). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In J. C. Abric (Org.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 59-80) Saint-Agne: ÉRÈS.

Acemoglu, D., & Robinson, J. (2013). *Por que falham as nações – as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Lisboa: Temas e Debates – Círculos de Leitores.

Adichie, C. N. (2009). *The danger of a single story*. [Vídeo]. Oxford: TED. Recuperado de https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt

Adorno, T. W., Frenkel- Brunswilk, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1950). *The Authoritarian Personality*. Nova Iorque: Harper and Row.

Alessio, R. L. S. (2012). *Représentations sociales et embryon humain: une approche psychosociale comparative Brésil/France*. Tese de Doutoramento, Laboratoire de Psychologie Sociale, Aix-Marseille Université, Aix-en-Provence (325 f).

Allport, G. W. (1979). *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley. (Obra originalmente publicada em 1954).

Almeida, A M. O. (2005). A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas. In M. F. S. Santos, & L. M. Almeida (Orgs.), *Diálogos com a teoria das representações sociais* (pp.119-159). Recife: Ed. Universitária da UFPE/Ed. Universitária da UFAL.

Almeida, A. M. O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado, 24*(3), 713-737. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922009000300005

Amado, M. L. (2012). The "New Mestiza," the Old Mestizos: Contrasting discourses on Mestizaje. *Sociological Inquiry, 82*(3), 446-459. doi:10.1111/j.1475-682X.2012.00411.x

Amâncio, L. (1988). Dimensões de comparação e discriminação intergrupos: Uma abordagem psicossociológica das relações entre grupos "dominantes" e "dominados". *Análise Psicológica*, *3-4* (VI), 307-319. Recuperado de http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2212/1/1988_34_307.pdf

Amâncio, L. (1993). Níveis de análise no estudo da identidade social. *Análise Psicológica*, *2* (XI), 213-221. Recuperado de http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3010/1/1993_2_213.pdf

Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo: Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1983).

André, J. M. (2012). Interpretações do mundo e multiculturalidade: incomensurabilidade e diálogo entre culturas. In J. M. André (Org.), *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião* (pp.73-104). Coimbra: Palimage.

Andreouli, E., & Howarth, C. (2013). National identity, citizenship and immigration: Putting identity in context. *Journal for the theory of social behaviour, 43*(3), 361-382. doi:10.1111/j.1468-5914.2012.00501.x

Anzaldúa, G. (1987). *Borderlands. La Frontera – The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Book.

Apostolidis, T. (2006). Representations sociales et triangulation: une application en psychologie sociale de la sante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 22*(2), 211-226. doi: 10.1590/S0102-37722006000200011

Appadurai, A. (1997). Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional, *Novos Estudos Cebrap*, *49*, 33-46. Recuperado de https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/236363/mod_resource/content/1/Appadurai-notas_para_uma_geografia.pdf

Appadurai, A. (2001). *La modernidad desbordada: dimensiones culturales de la globalización*. Buenos Aires: Ediciones Trilce.

Araújo, E. R., Cogo, D., & Pinto, M. (2015). Mobilidades, media(ções) e cultura. Nota Introdutória. *Comunicação e sociedade, 28*, 7-14. doi: 10.17231/comsoc.28(2015).2267

Ardao, A. (1980). *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latino-americanos Romulo Gallegos.

Arruda, A. (2002). O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp.17-46). Petrópolis: Vozes.

Arruda, A. (2009). Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos. *Sociedade e Estado, 24*(3), 739-766. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922009000300006

Arruda, A. (2011). Representações sociais: dinâmicas e redes. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp.335-369). Brasília: Technopolitik.

Arruda, A. (2014). Social Imaginary and Social Representations of Brazil. *Papers on Social Representations, 23*(2), 13.1-13.22. Recuperado de http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2014/2014_1_13.pdf

Avila, C. F. D. (2007). O Brasil diante da dinâmica migratória intra-regional vigente na América Latina e Caribe: tendências, perspectivas e oportunidades em uma nova era. *Revista Brasileira de Política Internacional, 50* (2), 118-128. doi: 10.1590/S0034-73292007000200008

Bäckstrom, B., & Castro-Pereira, S. (2012). A questão migratória e as estratégias de convivência entre culturas diferentes em Portugal. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, *38*, 83-100. Recuperado de http://repositorioaberto.uab.pt//handle/10400.2/2194

Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, *11*, 89-117. doi: 10.1590/S0103-33522013000200004

Banchs, M. A. (2000). Aproximaciones Procesuales y estructurales al estudio de las Representaciones Sociales. *Papers on Social Representations, 9*, 3.1-3.15. Recuperado de http://www.psr.jku.at/PSR2000/9_3Banch.pdf

Banchs, M. A. (2011). Leitura epistemológica da teoria das Representações Sociais. Reflexões rumo a um sentido comum menos comum e com mais sentido. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp.225-258). Brasília: Technopolitik.

Baptista, M. M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. *Carnets – Cultures littéraires: nouvelles performances et développement, nº spécial*, 451-461. Recuperado de http://revistas.ua.pt/index.php/Carnets/article/view/466/422

Barabas, A. M. (2000). La construcción del indio como bárbaro: de la etnografía al indigenismo. *Alteridades, 10*(19), 9-20. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74701902

Barabas, A. M. (2014). Multiculturalismo, pluralismo cultural y interculturalidad en el contexto de América Latina: la presencia de los pueblos originarios. *Configurações – Revista de sociologia, 14*, 11-24. doi: 10.4000/configuracoes.2219

Barbosa, M. F. (2011). Nação: um discurso simbólico da modernidade. *Crítica Cultural*, *6*(1), 203-216. doi: 10.19177/rcc.v6e12011203-216

Bardin, L. (1977/2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Obra originalmente publicada em 2000).

Barker, C. (2004). *The SAGE dictionary of cultural studies*. London: SAGE Publications.

Bar-Tal, D. (2014). Collective memory as social representations. *Papers on Social Representations, 23(1)*, 5.1-5.26. Recuperado de http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2014/2014_1_5.pdf

Bartlett, F. C. (1995). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge, MA: Cambridge University Press. (Obra originalmente publicada em 1932).

Basabe, N., & Bobowik, M. (2011). Aculturación, identidad étnica y afrontamiento de la inmigración: el caso de España. In: E. M. Techio, & M. E. O. Lima (Orgs.), *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal* (pp.311-360). Brasília: Technopolitik.

Batista, R. R., & Bonomo, M. (2016). Representações sociais de Brasil e Europa para brasileiros migrantes na Europa. *Argumentum, 8*(1), 191-208. doi: 10.18315/argumentum.v8i1.11416

Bauer, M., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Bauman, Z. (1997). The making and unmaking of strangers. In P. Werbner & T. Modood (Orgs.), *Debating cultural hybridity: multi-cultural identities and the politics of anti-racism* (pp.46-57). Londres e Nova Jersei: Zed Books.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Beauvoir, S. (1956). *The second sex*. Trad. H. M. Parshley. Londres: Jonathan Cape. (Obra originalmente publicada em 1949).

Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. Londres: SAGE Publications.

Beck, U. (2002). The cosmopolitan society and its enemies. *Theory, Culture & Society, 19*(1-2), 17-44. doi: 10.1177/026327640201900101

Ben-Asher, S. (2003). Hegemonic, emancipated and polemic social representations: Parental dialogue regarding Israeli naval commandos training in polluted water. *Papers on Social Representations, 12*, 6.1-6.12. Recuperado de http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2003/12_06Ben.pdf

Beneduzi, L. F. (2011). Por um branqueamento mais rápido: identidade e racismo nas narrativas do álbum do cinquentenário da imigração italiana no sul do Brasil. *Antíteses, 4* (7), 1-19. doi: 10.5433/1984-3356.2011v4n7p13

Berger, P., & Luckmann, T. A. (2011). *Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Vozes. (Obra originalmente publicada em 1966).

Bernardes, A. G., & Hoenisch, J. C. D. (2003). Subjetividade e identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In N. M. F. Guareschi, & M. E. Bruschi (Orgs.), *Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social* (pp.95-126). Petrópolis: Vozes.

Berry, J. W. (1997). Immigration, acculturation and adaptation. *Applied Psychology: An International Review, 46*(1), 5-68. doi: 10.1111/j.1464-0597.1997.tb01087.x

Berry, J. W. (2001). A psychology of immigration. *Journal of Social Issues, 57*(3), 615-631. doi: 10.1111/0022-4537.00231

Berry, J. W. (2011). Integration and Multiculturalism: Ways towards Social Solidarity. *Papers on Social Representations, 20*, 2.1-2.21. Recuperado de http://psych.lse.ac.uk/psr/PSR2011/20_02.pdf

Bethell, L. (1990). *Historia de América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica.

Bhabha, H. K. (1990). *Nation and narration*. Londres: Routledge.

Bhabha, H. K. (2005). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG. (Obra originalmente publicada em 1994).

Biernacki, P., & Waldorf, D. (1981). Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research, 10*(2), 141-163. doi: 10.1177/004912418101000205

Bleda, C. P. (1994). La situación de los inmigrantes magrebíes en Murcia: un análisis psicosocial. *Anales de Psicologia, 10* (1), 41-49. Recuperado de https://digitum.um.es/xmlui/handle/10201/10064

Bobowik, M., Páez, D., Liu, J. H., Espinosa, A., Techio, E., Zubieta, E., & Cabecinhas, R. (2010). Beliefs about history, the meaning of historical events and culture of war. *Revista de psicología, 28*(1), 111-146. Recuperado de http://hdl.handle.net/1822/29599

Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese, 2*(1), 68-80. Recuperado de https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976

Bonomo, M. & Souza, L. de (2013). Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural. *Avances en Psicología Latinoamericana, 31*(2), 402-418. Recuperado de http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v31n2/v31n2a08.pdf

Bonomo, M. (2010). *Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo (468 f).

Bonomo, M., Faria, J. M. G. D., Souza, L. D., & Brasil, J. A. (2012). Temor e fascínio: dimensão afetiva e representações sociais de ciganos entre população não cigana. *Psicologia e Saber Social, 1*(2), 245-264. Recuperado de http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/4903/3626

Brasil, J. A. (2012). *Latino-americanos e europeus no Brasil: analisando processos migratórios e identitários no estado do Espírito Santo.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo (153 f).

Brasil, J. A., & Cabecinhas, R. (2014). Processos identitários, representações sociais e migrações: reflexões sobre a identidade latino-americana. In Z. Pinto-Coelho, & N. Zagalo (Orgs), *Comunicação e Cultura. III Jornadas Doutorais: Ciências da Comunicação e Estudos Culturais* (pp.123-138), Braga: CECS.

Braun, V, & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, *3*, 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa

Breakwell, G. M. (1993). Social representations and social identity. *Papers on Social Representations, 2*(3), 198-217. Recuperado de http://www.psych.lse.ac.uk/Psr/PSR1993/2_1993Brea2.pdf

Briones, C. (2008). Formaciones de alteridad: contextos globales, processos nacionales y provinciales. In C. Briones (Org.), *Cartografías argentinas: políticas indigenistas y formaciones provinciales de alteridade* (pp.9-36). Buenos Aires: Antropofagia.

Brown, R. J. (1984). The role of similarity in intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.), *The social dimension* (pp.603-623). Londres: Cambridge University Press.

Brown, R., & Zagefka, H. (2011). The Dynamics of acculturation: an intergroup perspective. *Advances in Experimental Social Psychology, 44*, 129-184. doi: 10.1016/B978-0-12-385522-0.00003-2

Brum, E. (2012, 22 de outubro). "Decretem nossa extinção e nos enterrem aqui". *Revista Época*. Recuperado de http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/10/decretem-nossa-extincao-e-nos-enterrem-aqui.html.

Brum, E. (2016, 26 de março). Acima dos muros. *El País*. Recuperado de http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340_306339.html

Bruschi, M. E. (2003). Estudos Culturais e pós-modernismo: psicologia, mídia e identidades. In N. M. F. Guareschi, & M. E. Bruschi (Orgs.), *Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social* (pp.75-94). Petrópolis: Vozes.

Bruter, M. (2008). Legitimacy, Euroscepticism & identity in the European Union–problems of measurement, modelling & paradoxical patterns of influence. *Journal of Contemporary European Research, 4*(4), 273-285. Recuperado de http://www.jcer.net/index.php/jcer/article/view/153/120

Bucchioni, X. A., & Ogassawara, J. S. (2009). VERSUS: a busca por uma identidade cultural latino-americana. *Revista Contracampo, 20*, 94-106. Recuperado de http://dialogosfelafacs.net/wp-content/uploads/2015/79/79-revista-dialogos-una-identidad-cultural-latino-americana.pdf

Burity, J. (2001). Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. *Trabalhos para discussão*, 107. Recuperado de https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/923/644.

Burns, E. P., & Charlip, J. A. (2002). *Latin America: a concise interpretative history*. 7 ed. Nova Jérsia: Pearson Education.

Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal*: *uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Tese de doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Braga (917 f).

Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, *14*(28), 125-137. doi: 10.1590/S0103-863X2004000200003

Cabecinhas, R. (2006). Identidade e memória social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In M. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp.183-214). Porto: CECS e Campo das Letras.

Cabecinhas, R. (2007). *Preto e branco. A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.

Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In M.M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e Investigação* (pp.51-66). Lisboa: Ver o Verso Edições.

Cabecinhas, R. (2014). "Quem quer ser apagado?": Representações da história e a descolonização do pensamento. In *IV Congresso Internacional em Estudos Culturais-Colonialismos, Pós-Colonialismos e Lusofonias* (pp.506-513). Programa Doutoral em Estudos Culturais (Universidades de Aveiro e do Minho).

Cabecinhas, R., & Abadia, L. (2013). Preamble – Narratives and Social Memory: Dialogic Challenges. In R. Cabecinhas, & L. Abadia (Eds.), *Narratives and Social Memory: theoretical and methodological approaches* (pp.5-9). Braga: CECS.

Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (2004) Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. In *V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Universidade do Minho, Braga.

Cabecinhas, R., & Cunha, L. (2003). Colonialismo, identidade nacional e representações do "negro". *Estudos do Século XX, 3*, 157-184. Recuperado de http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1791

Cabecinhas, R., & Cunha, L. (2008). Introdução: da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: perspectivas, dilemas e desafios* (pp.7-12). Porto: Campo das letras.

Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2010). Collective memories of Portuguese colonial action in Africa: Representations of the colonial past among Mozambicans and Portuguese youths. *International Journal of Conflict and Violence, 4*, 28–44. Recuperado de urn:nbn:de:0070-ijcv-2010111

Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2013). Representações sociais do processo colonial – perspetivas cruzadas entre estudantes moçambicanos e portugueses. *Configurações. Revista de sociologia, 12,* 117-139. Recuperado de https://configuracoes.revues.org/2053

Cabecinhas, R., & Lázaro, A. (1997). Identidade social e estereótipos sociais de grupos em conflito: um estudo numa Organização Universitária. *Cadernos do Noroeste, (Braga)*, *10*(1), 411-426. Recuperado de http://hdl.handle.net/1822/4504

Cabecinhas, R., & Nhaga, N. (2008). Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais: Guiné-Bissau e Portugal. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: perspectivas, dilemas e desafios* (pp.109-132). Porto: Campo das letras.

Cabecinhas, R., Lima, M. E. O., & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. Miranda, & M. I. João, (Eds.), *Identidades Nacionais em Debate* (pp.67-92). Oeiras: Celta.

Cabecinhas, R., Liu, J. H., Licata, L., Klein, O., Mendes, J., Feijó, J., & Niyubahwe, A. (2011). Hope in Africa? Social representations of world history and the future in six African countries. *International journal of psychology, 46*(5), 354-367. doi: 10.1080/00207594.2011.560268

Caicedo, J. M. T. (1856). Las dos Americas. *El Correo de Ultramar*, 16. Recuperado de http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm

Calle 13 (2011). Latinoamérica. In *Entren los que quieran* [CD]. San Juan: Sony.

Camargo, B. V. (2015). Serge Moscovici (14/06/1925 - 16/11/2014): um percussor inovador na Psicologia Social. *Memorandum*, *28*, 240-245. Recuperado de http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a28/camargo01/

Camilleri, C. (1999). Stratégies identitaires: les voies de la complexification. In M.-A. Hily, & M.-L. Lefebvre (Orgs.), *Identité collective et altérité Diversité des espaces, espécificité des pratiques* (pp.195-211). Paris: L'Harmattan.

Camino, L., & Torres, A. R. R. (2013). Origens e desenvolvimento da Psicologia Social. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia Social: temas e teorias* (pp.31-107), Brasília: Technopolitik.

Camões, L. (1572). *Os Lusíadas*. Recuperado de http://www.citi.pt/ciberforma/ana_paulos/ficheiros/lusiadas.pdf

Canclini, N. G. (2010). *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras. (Obra originalmente publicada em 1999).

Canclini, N. G. (2011). *Culturas híbridas*. São Paulo: EdUSP. (Obra originalmente publicada em 1989).

Candau, V. M. (2008). Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, *13*(37), 45-56. doi: 10.1590/S1413-24782008000100005

Cardim, P. (2005). O ensino da história nos tempos pós-coloniais: comentário às análises dos manuais de história portugueses e brasileiros. In C. P. Sá, & P. Castro (Orgs.), *Memórias do descobrimento do Brasil* (pp.87-96). Rio de Janeiro: Museu da República.

Carreira, S. S. G. (2003). A representação do outro em tempos de pós-colonialismo: uma poética de descolonização literária. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, *2*(6) sp. Recuperado de http://publicacoes.unigranrio.com.br/index.php/reihm/article/view/425/417

Casaús Arzú, M. E. (2002). Reflexiones sobre los americanos en España. *Cuadernos de trabajo social, 15*, 185-202. Recuperado de http://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/CUTS0202110185A/7896

Castelo, C. (1998). *'O modo português de estar no Mundo', o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.

Castelo, C. (2011). Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. *Blogue de História Lusófona, 6*(1), 261-280. Recuperado de http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=17451

Castro, P. (2005). Hegemonia e polêmica na memória social do descobrimento do Brasil. In C. P. Sá, & P. Castro (Orgs.), *Memórias do descobrimento do Brasil* (pp.11-25). Rio de Janeiro: Museu da República.

Castro, V. S. (2006). La psicología social de las relaciones intergrupales: modelos e hipótesis. *Actualidades en Psicología*, *20*, 45-71. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133212642003

Castro-Gómez, S. (2003). Apogeo y decadencia de la teoría tradicional: uma visión desde los intersticios. In: C. Walsh (Org.), *Estudios culturales latinoamericanos: retos desde y sobre la región Andina* (pp.59-72). Quito: Universidad Simón Bolívar/Abya-Yala.

Castro-Gómez, S. (2005). Ciencias sociais, violencia epistêmica e o problema da "invencao do outro". In: E. Lander (Org), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp.80-87). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO.

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. (2015). *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe*. Santiago, Chile: Naciones Unidas.

CELADE – Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (2006), *Migración Internacional de Latinoamericanos y Caribeños en Iberoamérica: Características, Retos y Oportunidades*, *Documento de Referência*. Santiago do Chile: CEPAL.

Chryssochoou, X. (2000a). Memberships in a Superordinate Level: Re-thinking European Union as a Multi-national society. *Journal of community & Applied Social Psychology, 10(5)*, 403-420. doi: 10.1002/1099-1298(200009/10)10:5<403::AID-CASP597>3.0.CO;2-4

Chryssochoou, X. (2000b). Multicultural societies: Making sense of new environments and identities. *Journal of community & applied social psychology, 10*(5), 343-354. doi: 10.1002/1099-1298(200009/10)10:5<343::AID-CASP593>3.0.CO;2-5

Cogo, D. (2001). Mídia, imigração e interculturalidade: mapeando as estratégias de midiatização dos processos migratórios e das falas imigrantes no contexto brasileiro. *Revista eletrônica de comunicação e informação, 4*(1/2), 11-32. Recuperado de http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/13281

Cohen, R. 2008. *Global Diasporas: An Introduction*. London: Routledge.

Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais, Paris, 20 de outubro de 2005. UNESCO. Recuperado de http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf

Corporação Latinobarómetro (2015). *La confianza en América Latina 1995-2015: 20 años de opinión pública latinoamericana*. Santiago do Chile: *Latinobarómetro*.

Correia, C., & Neves, S. (2010). Ser brasileira em Portugal: uma abordagem às representações, preconceitos e estereótipos sociais. In *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 378-392). Universidade do Minho, Portugal.

Costa, S. (2006). Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *21*(60), 117-134. doi: 10.1590/S0102-69092006000100007

Costa-Lopes, R., Vala, J., Pereira, C., & Aguiar, P. (2008). A Construção Social das Diferenças nas Relações entre Grupos Sociais. In M. Villaverde, K. Wall, S. Aboim, & F. C. Silva (Eds.) *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS* (pp.769-790). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Cruz, A. C. D., & Arruda, A. (2008). Por um estudo do ausente: a ausência como objetivação da alteridade em mapas mentais do Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *8*(3), 789-806. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844627016

Cuddy, A. J., Fiske, S. T., Kwan, V. S., Glick, P., Demoulin, S., Leyens, J. P., ... & Htun, T. T. (2009). Stereotype content model across cultures: Towards universal similarities and some differences. *British Journal of Social Psychology, 48*(1), 1-33. doi: 10.1348/014466608X314935

Cunha, L. (2008). Configurações espaciais e regimes de pertença. In R. Cabecinhas, & L. Cunha (Orgs.), *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios* (pp.147-167). Porto: Campo das Letras.

DaMatta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco. (Obra originalmente publicada em 1979).

Damázio, E. S. P. (2008). Multiculturalismo versus interculturalismo: por uma proposta intercultural do Direito. *Desenvolvimento em Questão*, *6*(12), 63-86. doi: 10.21527/2237-6453.2008.12.63-86

De Alba, M. (2011). Representações sociais e memória coletiva: uma releitura. Arruda, A. (2011). Representações sociais: dinâmicas e redes. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp.393-430). Brasília: Technopolitik.

Deakin, H., & Wakefield, K. (2013). Skype interviewing: Reflections of two PhD researchers. *Qualitative Research*, 1-14. doi: 10.1177/1468794113488126

Decreto n. 485. (2006, 7 de dezembro). Aprova o texto da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, a partir da Conferência Geral da UNESCO, celebrada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Brasília, DF: Presidência da República.

del Castillo, I. Y. & Herrera, G. (2007). *Nuevas Migraciones Latinoamericanas a Europa: Balances y Desafíos*. Quito: Flacso.

del Castillo, I. Y., & Bach, A. (2008). La migración latinoamericana en Europa: reflexiones sobre género y ciudadanía. In G. Herrera, & J. Ramírez (Eds.), *América Latina migrante: estado, familias, identidades* (pp. 25-48). Quito: FLACSO.

Denzin, N. K. (1978). *The research act: A theoretical orientation to sociological methods*. 2 ed. Nova Iorque: McGraw-Hill.

Derrida, J. (1973). *Gramatologia*. São Paulo: São Paulo Perspectiva.

Deschamps, J. C. (1982). Social identity and relations of power between groups. In H. Tajfel (Ed.), *Social identity and intergroup relations* (pp.85-98). Cambridge: Cambridge University Press.

Deschamps, J. C., & Doise, W. (1978). Crossed category memberships in intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups - studies in the social psychology of intergroup relations* (pp.141-158). London: European Association of Experimental Social Psychology by Academic Press.

Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais.* Rio de Janeiro: Vozes.

Deschamps, J. C., Vala, J., Marinho, C., Lopes, R. C., & Cabecinhas, R. (2005). Intergroup relations, racism and attribution of natural and cultural traits. *Psicología Política, 30*, 27-39. Recuperado de http://hdl.handle.net/1822/2710

Deschouwer, K., De Winter, L., Dodeigne, D., Reuchamps, M., & Sinardet, D. (2015). Measuring (sub)national identities in surveys: some lessons from Belgium. Artigo apresentado na conferência *The State of the Federation*. Liège: Université de Liège.

Doise, W. (1984). *A Articulação Psicossociológica e as Relações entre Grupos*. Lisboa: Moraes Editores. (Obra originalmente publicada em 1976).

Doise, W. (1990). Les representations sociales. In R. Ghiglione, C. Bonet, & J. F. Richard (Orgs.), *Traité de psychologie cognitive* (pp.111-114). Paris: Dunod.

Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations socials. *Bulletin de Psychologie, 45*, 189-195.

Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa, 18*(1), 27-35. doi: 10.1590/S0102-37722002000100004

Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). Représentations *sociales et analyses des données.* Grenoble: Presses Uiversitaires de Grenoble.

Dornelles, J. R. W. (2006). O desafio da violência, a questão democrática e os direitos humanos no Brasil. *Revista Direito, Estado e Sociedade, 9*(29), 213-221. doi: http://dx.doi.org/10.17808/des.29.293

Duarte, T. (2009). A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). *CIES e-Working Papers, 60*, 1-24. Recuperado de htp://hdl.handle.net/10071/1319

Durand, J., & Massey, D. S. (2010). New world orders: Continuities and changes in Latin American migration. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 630*(1), 20-52. doi: 10.1177/0002716210368102

During, S. (1999). *The cultural studies reader*. 2 Ed. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Durkheim, É. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale, 6*(3), 273-302. Recuperado de http://sbisrvntweb.uqac.ca/archivage/13894689.pdf

Dussel, H. (1993). *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

Duveen, G. (2010). Introdução – o poder das ideias. In G. Duveen (Ed.), *Representações sociais: investigações em Psicologia Social* (pp.7-28). Petrópolis: Vozes. (Obra originalmente publicada em 2000).

Escosteguy, A. C. D. (2003). Os Estudos Culturais e a constituição de sua identidade. In N. M. F. Guareschi, & M. E. Bruschi (Orgs.), *Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social* (pp. 51-74). Petrópolis: Vozes.

Eurobarômetro (2016). *Standard Eurobarometer 85 – Spring 2016 - Public opinion in the European Union, First results*. Bruxelas: European Commission. doi:10.2775/476

Fanon, F. (1968). On national culture. In F. Fanon (Org.) *The wretched of the Earth* (pp.222-248). Nova Iorque: Grove Press. (Obra originalmente publicada em 1959).

Farr, R. (2008). *As raízes da psicologia social moderna*. 8 Ed. Petrópolis: Vozes.

Farret, R. L., & Pinto, S. R. (2011). América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi, 12* (23), 30-42. doi: 10.1590/2237-101X012023002

Ferin, I. (2008). Capítulo 1. In I. Ferin, & C. A. Santos (Orgs.), *Media, imigração e minorias étnicas 2005-2006* (pp.19-46). Lisboa: ACIDI.

Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, *7*, 117-140. doi: 10.1177/001872675400700202

Fiske, S. T., Cuddy, A. J., & Glick, P. (2007). Universal dimensions of social cognition: Warmth and competence. *Trends in cognitive sciences, 11*(2), 77-83. doi: 10.1016/j.tics.2006.11.005

Flament, C. (1994). Aspects périphériques des représentations sociales. In C. Guimelli (Org.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp.85-118). Lausanne: Delachaux et Niestlé.

Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research*. 4 ed. Londres: SAGE Publications.

Foucault, M. (2004). *A ordem do discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. (Trad. L. F. A. Sampaio). 11ed. São Paulo: Edições Loyola.

Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Obra originalmente publicada em 1969).

Franken, I., Coutinho, M. P. L., & Ramos, N. (2009). Migração e qualidade de vida: um estudo psicossocial com brasileiros migrantes. *Estudos de Psicologia (Campinas), 26*(4), 419-427. doi: 10.1590/S0103-166X2009000400002

Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia, 14*(28), 139-152. doi: 10.1590/S0103-863X2004000200004

Fredrickson, B., & Roberts, T. A. (1997). Objectification theory: Toward understanding women's lived experiences and mental health risks. *Psychology of Women Quarterly, 21*, 173–206. doi: 10.1111/j.1471-6402.1997.tb00108.x

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Obra originalmente publicada em 1968).

Freyre, G. (2003). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global. (Obra originalmente publicada em 1933).

Froese, F. J. (2010). Acculturation Experiences in Korea and Japan. *Sage Publications, 16* (3), 333-348. doi: 10.1177/1354067X10371138

Fuller, N. (2012). Repensando el machismo latinoamericano. *Masculinities and Social Change, 1*(2), 114-133. doi: 10.4471/MCS.2012.08

Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Anastasio, P. A., Bachman, B. A., & Rust, M. C. (1993). The common intergroup identity model: recategorization and the reduction of intergroup bias. *European Review of Social Psychology, 4*, 5-26. doi: 10.1080/14792779343000004

Galeano, E. (1996). *Las venas abiertas de América Latina*. Madrid: Siglo Veintiuno. (Obra originalmente publicada em 1971).

Gallucci, L. (2009). De la era de la revolución al imperio de la identidad: interpretando la modernidad en América Latina. *Perfiles Latinoamericanos, 4*, 141-178. Recuperado de http://perfilesla.flacso.edu.mx/index.php/perfilesla/article/view/163

Gandin, L. A., & Hypolito, Á. M. (2003). Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento (entrevista com Boaventura de Sousa Santos). *Currículo sem Fronteiras*, *3*(2), 5-23. Recuperado de http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/boaventura.pdf

Geertz, C. (1973/2008). *A interpretação das culturas*. 1. ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos.

Gergen, K. (2008). A psicologia social como história. *Psicologia & Sociedade*, *20*(3), 475-484. doi: 10.1590/S0102-71822008000300018

Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas.

Gillespie, A. (2008). Social representations, alternative representations and semantic barriers. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, *38*(4), 375-391. doi: 10.1111/j.1468-5914.2008.00376.x

Gillespie, A., Howarth, C. S., & Cornish, F. (2012). Four problems for researchers using social categories. *Culture & Psychology, 18*(3), 391-402. doi: 10.1177/1354067X12446236

Gilroy, P. (1993). *The black atlantic: modernity and double consciousness*. Cambridge: Harvard.

Glăveanu, V. P. (2009). What differences make a difference?: a discussion of hegemony, resistance and representation. *Papers on social representations, 18*(2), 1-2.22. Recuperado de http://eprints.lse.ac.uk/39033/

Gomes, M. S. (2013). O imaginário social< Mulher Brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *Dados, 56*(4), 867-900. doi: 10.1590/S0011-52582013000400005

Grad, H. M. (2008). The discursive building of European identity: Diverse articulations of compatibility between European and national identities in Spain and the UK. In R. Dolón, & J. Todolí (Eds.), *Analysing identities in discourse* (pp. 111-130). Amsterdam: John Benjamins.

Grad, H., & Sanz, A. (2008). La contribución de valores, nacionalismo étnico e identidad comparativa a la xenofobia: Un estudio intercultural. *Revista de Psicología Social, 23*(3), 315-327. doi: 10.1174/021347408785843033

Gros, C. (2002). América Latina: identidade o mestizaje? La nación em juego. *Desacatos*,*10*, 127-147. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13901009

Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia politica e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *80*, 115-147. Recuperado de https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2763903

Guareschi, N. M. F., Medeiros, P. F., & Bruschi, M. E. (2003). Psicologia Social e Estudos Culturais: rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In N. M. F. Guareschi, & M. E. Bruschi (Orgs.), *Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social* (pp.23-49). Petrópolis: Vozes.

Guareschi, P.A. (1999). "Sem dinheiro não há salvação": ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In P. Guareschi, & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp.191-225). 5 ed. Petrópolis: Vozes.

Guevara, E. (1952). *Diário de motocicleta: notas de viaje por America Latina*. Santa Maria: Ocean Press.

Gullar, F. (2004). Traduzir-se. In: F. Gullar (Org.), *Toda poesia* (pp.335-335). 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. (Obra originalmente publicada em 1980).

Halbwachs, M. (1968). *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France. (Obra originalmente publicada em 1950).

Halbwachs, M. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel. (Obra originalmente publicada em 1925).

Hall, S. (1996a). The West and the Rest. Discourse and Power. In Hall *et. al.* (Orgs.), *Modernity. Introduction to the Modern Societies* (pp.275-331). Oxford: Blackwell.

Hall, S. (1996b). When Was "The Post-colonial"? Thinking at the Limit. In I. Chambers, & L. Curti (Orgs.), *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons* (pp.242-259). Londres: Routledge.

Hall, S. (1996c). Cultural studies and the politics of internationalization: an interview with Stuart Hall by Kuan-Hsing Chen. In D. Morley, & K-H Chen (Orgs.), *Stuart Hall – Critical dialogues in cultural studies* (pp.261-274). Nova Iorque/Londres: Routledge.

Hall, S. (1996d). Cultural studies and its theoretical legacies. In D. Morley, & K-H Chen (Orgs.), *Stuart Hall – Critical dialogues in Cultural Studies* (pp.393-409). Nova Iorque/Londres: Routledge.

Hall, S. (1996e). Introduction: who needs 'identity'? In S. Hall, & P. du Gay (Eds.), *Questions of cultural identity* (pp. 1-17). Londres: SAGE Publications.

Hall, S. (2000). Conclusion: The multi-cultural question. In B. Hesse (Ed.), *Un/settled Multiculturalisms: Diasporas, Entanglements, 'Transruptions'* (pp.209-241). Londres: Zed Books.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A. (Obra originalmente publicada em 1992).

Hanke, K., Liu, J. H., Sibley, C. G., Paez, D., Gaines Jr, S. O., Moloney, G. *et al.* (2015). "Heroes" and "villains" of world history across cultures. *PloS one, 10*(2),1-21. doi: 10.1371/journal.pone.0115641

Hasse, G (2007). "Meus caros pais": uma trajetória migrante. In M. J. C. Cunha *et al*. (Orgs.). *Migração e identidade: olhares sobre o tema* (pp. 75-90). São Paulo: Centauro.

Heflick, N. A., Goldenberg, J. L., Cooper, D. P., & Puvia, E. (2011). From women to objects: Appearance focus, target gender, and perceptions of warmth, morality and competence. *Journal of Experimental Social Psychology, 47*(3), 572-581. doi: 10.1016/j.jesp.2010.12.020

Hobsbawm, E. (2011). Tradições inventadas. In C. M. F. Cunha (Org.), *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)* (pp. 53-68). Guimarães: Opera Omnia. (Obra originalmente publicada em 1983).

Hogg, D., & Abrams, M. A. (1999). *Social identifications – a social psychology of intergroup relations and group processes*. Nova Iorque: Routledge.

Hogg, M. A., Abrams, D., Otten, S., & Hinkle, S. (2004). The social identity perspective: intergroup relations, self-conception, and small groups. *Small Group Research, 35* (3), 246-276. doi: 10.1177/1046496404263424

Hornsey, M. J., & Hogg, M. A. (2000). Assimilation and Diversity: An Integrative Model of Subgroup Relations. *Personality and Social Psychology Review, 4*(2),143-156. doi: 10.1207/S15327957PSPR0402_03

Howarth, C. (2002). Identity in Whose Eyes? The Role of Representations in Identity Construction. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 32*(2), 145-162. doi: 10.1111/1468-5914.00181

Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British journal of social psychology*, *45*(1), 65-86. doi: 10.1348/014466605X43777

Howarth, C., & Andreouli, E. (2014). Has multiculturalism failed? The importance of lay knowledge and everyday practice. Londres: The London School of Economics and Political Science Publications.

Howarth, C., Campbell, C., Cornish, F., Franks, B., Garcia-Lorenzo, L., Gillespie, A. *et al*. (2013). Insights from Societal Psychology: The contextual politics of change. *Journal of Social and Political Psychology, 1*(1), 364-384. doi: 10.5964/jspp.v1i1.64

Huayhua, G. L. (2007). *Primeira e segunda geração de jovens imigrantes argentinos, bolivianos e peruanos em São Paulo: um estudo psicossocial da identidade e aculturação*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (331 f.).

INE Espanha – Instituto Nacional de Estadística (2011). *Censo de población e vivienda 2011*. Madrid: INE. Recuperado de http://www.ine.es/CDINEbase/consultar.do?mes=&operacion=Censos+de+Poblaci%F3n+y+Viviendas&id_oper=Ir

INE Espanha – Instituto Nacional de Estadística (2015). *Migraciones Exteriores desde 2008*. Madrid: INE. Recuperado de http://www.ine.es/dynt3/inebase/index.htm?type=pcaxis&path=/t20/p277/prov/e01/&file=pcaxis

INE Portugal – Instituto Nacional de Estatística (2012). C*ensos – Resultados definitivos: Portugal 2011*. Lisboa: INE. Recuperado de http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

INE Portugal – Instituto Nacional de Estatística (2015). *Estimativas anuais da população residente*. Lisboa: INE. Recuperado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008273&selTab=tab0

Iyer, P. (2013). *Where is home?* [Vídeo]. Edimburgo: TED. Recuperado de https://www.ted.com/talks/pico_iyer_where_is_home

Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on "social representations". *European Journal of Social Psychology, 18*(3), 195–209. doi: 10.1002/ejsp.2420180302

Jahoda, Gustav. (1999). *Images of savages: ancient roots of modern prejudice in Western culture*. Nova Iorque e Londres: Routledge.

Jedlowski, P. (2001). Memory and Sociology Themes and Issues. *Time & society, 10*(1), 29-44. doi: 10.1177/0961463X01010001002

Jenkins, M. (2008). *Social identity.* 3 Ed. Nova Iorque: Routledge.

Jesuíno, J. C. (2000). Estruturas e processos grupais. In J. Vala, & B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp.293-332). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Jesuíno, J. C. (2011). Um conceito reencontrado. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp.33-57). Brasília: Technopolitik.

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As Representações sociais* (pp.17-44). Rio de Janeiro: Eduerj.

Jodelet, D. (2002). A alteridade como produto e processo psicossocial. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp.47-67). Petrópolis: Vozes.

Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes. (Obra originalmente publicada em 1989).

Jodelet, D. (2008). Social representations: The beautiful invention. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 38*(4), 411-430. doi: 10.1111/j.1468-5914.2008.00383.x

Jodelet, D. (2011). Returning to past features of Serge Moscovici's theory to feed the future. *Papers on social representations, 20*(2), 39.1-39.11. Recuperado de http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2011/20_19.pdf

Jodelet, D. (2014). The Imaginary Formation of Cultural Otherness. *Papers on Social Representations, 23*(2), 19.1-19.12. Recuperado de http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2014/2014_1_18.pdf

Joffe, H. (1999). Eu não, o meu grupo não – representações sociais transculturais da aids. In P. Guareschi, & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp.297-322). 5 ed. Petrópolis: Vozes.

Joffe, H. (2002). Degradação, desejo e "o outro". In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp.109-128). Petrópolis: Vozes.

Jovchelovitch, S. (1999). Vivendo a vida com os outros: espaço público, intersubjetividade e representações sociais. In P. Guareschi, & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp.63-85). 5 ed. Petrópolis: Vozes.

Jovchelovitch, S. (2000). Corruption flows in our blood: Mixture and impurity in representations of public life in Brazil. In M. Chaib & B. Irfali (Eds.), *Social representations and communicative processes* (pp.139–155). Jönköping: Jönköping University Press.

Jovchelovitch, S. (2002). Re(des)cobrindo o outro – para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp.69-82). Petrópolis: Vozes.

Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes.

Jovchelovitch, S. (2011). Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em Psicanálise, sua Imagem e seu Público. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp.159-176). Brasília: Technopolitik.

Jovchelovitch, S. (2012). Narrative, memory and social representations: a conversation between history and social psychology. *Integrative psychological and behavioral science, 46*(4), 440-456. doi: 10.1007/s12124-012-9217-8

Kaplan, M. (1994). Integración internacional de América Latina: aspectos sociopolíticos. *Perfiles Latinoamericanos, 4*, 87-108. Recuperado de http://www.redalyc.org/pdf/115/11500405.pdf

Kay, A. C., & Jost, J. T. (2003). Complementary justice: effects of" poor but happy" and" poor but honest" stereotype exemplars on system justification and implicit activation of the justice motive. *Journal of personality and social psychology, 85*(5), 823. doi: 10.1037/0022-3514.85.5.823

Kello, K., & Wagner, W. (2014). Intrinsic and extrinsic patriotism in school: Teaching history after Estonia's critical juncture. *International Journal of Intercultural Relations, 43*, 48-59. doi: 10.1016/j.ijintrel.2014.08.016

Klein, O., & Licata, L. (2003). When group representations serve social change: The speeches of Patrice Lumumba during the Congolese decolonization. *British Journal of Social Psychology, 42*(4), 571-593. doi: 10.1348/014466603322595284

Lahaye, C., Hernandez, M., Boëda, E., Felice, G. D., Guidon, N., Hoeltz, S. *et al*. (2013). Human occupation in South America by 20,000 BC: the Toca da Tira Peia site, Piauí, Brazil. *Journal of Archaeological Science, 40*(6), 2840-2847. doi: 10.1016/j.jas.2013.02.019

Lander, E. (2007). Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In A. Boron et al. (Orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas* (pp. 222-260). São Paulo: Clacso Livros/Expressão Popular.

Lane, S. (2004). *O que é psicologia social?*. São Paulo: Brasiliense. (Obra originalmente publicada em 1981).

Larraín, J. (1994). Identidad latino-americana – teoria e historia. *Estudios Públicos*, *55*, 31-64. Recuperado de http://www.insumisos.com/lecturasinsumisas/Identidad%20latinoamericana.pdf

Larson, J. A., & Lizardo, O. (2007). Generations, Identities, and the Collective Memory of Che Guevara. *Sociological Forum, 22*(4), 425-451. doi: 10.1111/j.1573-7861.2007.00045.x

László, J. (1997). Narrative organisation of social representations. *Papers on social representations, 6*(2), 155-172. Recuperado de http://europhd.it/html/_onda02/04/ss7/pdf/laszlo.pdf

László, J. (2008). *The science of stories: An introduction to narrative psychology*. Londres: Routledge.

Leyens, J. P., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, M. P., Vaes, J., & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology, 31*(4), 395-411.

Licata, L. (2012). Colonialism and postcolonialism: psychological dimensions. In D. J. Christie (Ed.), *The Encyclopedia of Peace Psychology* (pp.1-5). Hoboken: Blackwell

Licata, L., & Klein, O. (2005). Regards croisés sur un passé commun: anciens colonisés et anciens coloniaux face à l'action belge au Congo. In M. Sanchez-Mazas, & L. Licata (2005). *L'Autre: Regards psychosociaux* (pp.241-277). Saint-Martin d'Hères: Presses Universitaires de Grenoble.

Licata, L., Klein, O., & Gély, R. (2007). Mémoire des conflits, conflits de mémoires: Une approche psychosociale et philosophique du rôle de la mémoire collective dans les processus de réconciliation intergroupe. *Social Science Information, 46*(4), 563–589. doi: 10.1177/0539018407082593

Licata, L., Sanchez-Mazas, M, & Green, E. G. T. (2011). Identity, immigration and prejudice in Europe: a recognition approach. In S. J. Schwartz, K Luyckx, & V. L. Vignoles (Eds.), *Handbook of identity theory and research* (pp.895-916). Nova Iorque: Springer.

Lima, M. E. O. (2013). Preconceito. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia Social: temas e teorias* (pp.589-640), Brasília: Technopolitik.

Lima, M. E. O., Faro, A., & Santos, M. R. D. (2016). A desumanização presente nos estereótipos de Índios e Ciganos no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 32*(1). doi: 10.1590/0102-37722016012053219228

Liu, J. H. (2013). Narratives and Social Memory from the perspective of Social Representations of History. In R. Cabecinhas, & L. Abadia (Eds.), *Narratives and Social Memory: theoretical and methodological approaches* (pp.11-24). Braga: CECS.

Liu, J. H., & Hilton, D. (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. *British Journal of Social Psychology, 44*, 537–556. doi: 10.1348/014466605X27162

Liu, J. H., Goldstein-Hawes, R., Hilton, D. J., Huang, L. L., Gastardo-Conaco, C., Dresler-Hawke, E., *et al.* (2005). Social representations of events and people in world history across twelve cultures. *Journal of Cross Cultural Psychology, 36*, 171–191. doi: 10.1177/0022022104272900

Liu, J. H., Páez, D., Hanke, K., Rosa, A., Hilton, D. J., Sibley, C. G. *et al.* (2012). Cross-cultural dimensions of meaning in the evaluation of events in world history? Perceptions of historical calamities and progress in cross-cultural data from thirty societies. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 43*(2), 251-272. doi: 10.1177/0022022110390926

Liu, J. H., Páez, D., Slawuta, P., Cabecinhas, R., Techio, E., Kokdemir, D. *et al.* (2009). Representing world history in the 21st Century: The impact of 9-11, the Iraq War, and the nation-state on dynamics of collective remembering. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 40*(4), 667–692. doi: 10.1177/0022022109335557

Liu, J. H., Wilson, M. S., McClure, J., & Higgins, T. R. (1999). Social identity and the perception of history: Cultural representations of Aotearoa/New Zealand. *European Journal of Social Psychology, 29*(8), 1021-1047. doi: 10.1002/(SICI)1099-0992(199912)29:8<1021::AID-EJSP975>3.0.CO;2-4

Liu, L. (2004). Sensitising concept, themata and shareness: A dialogical perspective of social representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 34*(3), 249-264. doi: 10.1111/j.0021-8308.2004.00247.x

Lo Iacono, V., Symonds, P., & Brown, D. H. K. (2016). Skype as a Tool for Qualitative Research Interviews. *Sociological Research Online, 21*(2). doi: 10.5153/sro.3952

Lopes, A. M. D. (2012). Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, *38*, 67-81. doi: 10.1590/S1980-85852012000100005

Lordelo, E, R., & Barros, M. N. F. (2005). Identidade Social de Paulistas e Nordestinos. *Mental, 3*(5), 115-127. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42000509

Loughnan, S., Haslam, N., Murnane, T., Vaes, J., Reynolds, C., & Suitner, C. (2010). Objectification leads to depersonalization: The denial of mind and moral concern to objectified others. *European Journal of Social Psychology, 40*, 709–717. doi: 10.1002/ejsp.755

Lourau, R. (1993). *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ.

Lyotard, J-F. (2009). *A condição pós-moderna*. 12 Ed. Rio de Janeiro: José Olympio. (Obra originalmente oublicada em 1979).

Macedo, I., & Cabecinhas, R. (2014). Diasporic identity (ies) and the meaning of home in autobiographical documentary films. *Revista Lusófona de Estudos Culturais, 2*(1), 54-71. Recuperado de http://hdl.handle.net/1822/29894

Macedo, L., Martins, M. L., & Cabecinhas, R. (2011). Blogando a lusofonia: experiências em três países de língua oficial portuguesa. In Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds) *Lusofonia e Cultura-Mundo, Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 121-142). Coimbra: Grácio Editor.

Maffesoli, M. (2007). Tribalismo pós-moderno: da identidade às identificações. *Ciências Sociais Unisinos*, *43*(1), 97-102. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93843110

Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoquel (Orgs.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp.127-167). Bogotá: Siglo del Hombre.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (1996). *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados*. 3 ed. São Paulo: Atlas.

Marcu, A, & Chryssochoou, X. (2005). Exclusion od ethnic groups from the realm of humanity : prejudice against the Gypsies in Britain and in Romania. *Psicología Política*, *30*, 41-56. Recuperado de http://eprints.soton.ac.uk/359384/

Marková, I. (2000). Amédée or how to get rid of it: Social representations from a dialogical perspective. *Culture & Psychology, 6*(4), 419-460. doi: 10.1177/1354067X0064002

Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Vozes.

Marková, I. (2010). Ideias e seu desenvolvimento – um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In G. Duveen (Ed.), *Representações sociais: investigações em Psicologia Social* (pp.305-388). Petrópolis: Vozes. (Obra originalmente publicada em 2000).

Marra, T. A. M. (2008). Integração latino-americana e sua inserção no mundo globalizado. *Revista Mosaico, 1*(2), 245-260. Recuperado de http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/view/584

Martes, A. C. B. (2004). Nos EUA, O que Somos Nós? Latinos, Hispanics, Brancos ou "Others"? In S. D. DeDiaggi, & G. J. Paiva (Eds.), *Psicologia, E/Imigração e Cultura* (pp. 97-110). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Martín-Barbero, J. (1996). Nosotros habíamos hecho estudios culturales mucho antes de que esta etiqueta apareciera. Entrevista a Jesús Martín-Barbero. *Dissens*, *3,* 47-53. Recuperado de http://www.javeriana.edu.co/pensar/Rev33.html

Martín-Barbero, J. (2002a). Tecnicidades, identidades, alteridades: des-ubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo. *Diálogos de la Comunicación*, *64*, 9-24. Recuperado de http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/martin_barbero1.pdf

Martín-Barbero, J. (2002b). *La globalización en clave cultural: una mirada latinoamericana*. In Globalisme et pluralisme. Colloque Internacional, Montreal, 22-27 de abril. Recuperado de http://www.er.uqam.ca/nobel/gricis/actes/bogues/Barbero.pdf

Martine, G. (2005). A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva, 19*(3), 3-22. doi: 10.1590/S0102-88392005000300001

Martins, M. L. (2006a). Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper identitários. In N. Bastos (Ed.), *Língua Portuguesa. Reflexões lusófonas* (pp.49-62). São Paulo: EPUC.

Martins, M. L. (2006b). A Lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In M. L. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 79-87). Porto: CECS e Campo das Letras.

Mato, D. (2002). Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder. In D. Mato (Org.), *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder* (pp. 21-46). Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela.

Mato, D. (2003). Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder: crítica de la ideia de 'estudios culturales latinoamericanos' y propuestas para la visibilización de un campo

más amplio, transdisciplinario, crítico y contextualmente referido. In C. Walsh (Org.), *Estudios culturales latinoamericanos: retos desde y sobre la región Andina* (pp.73-111). Quito: Universidad Simón Bolívar/Abya-Yala.

Mavroudi, E. (2010). Nationalism, the nation and migration: searching for purity and diversity. *Space and Polity*, *14*(3), 219-233. doi: 10.1080/13562576.2010.532951

Maydell, E. (2010a). Methodological and analytical dilemmas in autoethnographic research. *Journal of Research Practice,* *6*(1), 1-11. Recuperado de http://jrp.icaap.org/index.php/jrp/article/view/223/190

Maydell, E. (2010b). *The making of cosmopolitan selves: The construction of identity of Russian-speaking immigrants in New Zealand*. Tese de Doutoramento, Victoria University, Wellington (260 f).

Medrado, B. (1998). Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista. *Psicologia & Sociedade, 10*(1), 86-103.

Meihy, J. C. S. B. (2013). Vidas putas: globalização e prostituição de mulheres brasileiras na Europa. *Revista Diversitas,* *1*(1), 90-100. Recuperado de http://www.revistas.usp.br/diversitas/article/view/58375

Meneses, M. P. (2008). Mundos locais, mundos globais: a diferença da história. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: perspectivas, dilemas e desafios* (pp.75-93). Porto: Campo das letras.

Menin, M. S. D. S. (2006). Representação social e estereótipo: a zona muda das representações sociais. *Psicologia: teoria e Pesquisa, 22*(1), 43-51. doi: 10.1590/S0102-37722006000100006

Mesquita, R. (2016). The hegemonic hermano: South American collective identity and Brazilian regional strategy. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes*, *41*(2), 1-24. doi: 10.1080/08263663.2016.1182691

Mignolo, W. (2000). *Local Histories/Global Designs: Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press.

Mignolo, W. D. (2003). Las humanidades y los estudios culturales: proyectos intelectuales y exigencias institucionales. In C. Walsh (Org.), *Estudios culturales latinoamericanos: retos desde y sobre la región Andina* (pp.31-59). Quito: Universidad Simón Bolívar/Abya-Yala.

Mignolo, W. D. (2007). *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa.

Miller, N. (2006). The historiography of nationalism and national identity in Latin America. *Nations and Nationalism, 12*(2), 201-221. doi: 10.1111/j.1469-8129.2006.00237.x

Minayo, M. & Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: Oposição ou complementaridade?. *Cadernos de Saúde Pública, 9*, 239-262. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf

Minayo, M. C. S. (2005). Introdução: conceito de avaliação por triangulação de métodos. In M. C. S. Minayo, S. G. Assis, & E. R. Souza. (Orgs.), *Avaliação por triangulação de método - abordagem de programas sociais* (pp.19-52). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Monteiro, M. B. (2013). Relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs), *Psicologia Social* (pp.493-568). 9 ed. Revista e Actualizada, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Montes, R. (2015, 6 de abril). Um novo escândalo de corrupção aprofunda a crise política no Chile. *El País*. Recuperado de http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/05/internacional/1428256900_831734.html

Moreno, L. (2006). Scotland, Catalonia, Europeanization and the 'Moreno Question'. *Scottish Affairs, 54*(1), 1-21. doi: 10.3366/scot.2006.0002

Moscovici, S. (1982). *Psychologie des minorités actives*. Paris: Presses Universitaires de France. (Obra originalmente publicada em 1976).

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European journal of social psychology, 18*(3), 211-250. doi: 10.1002/ejsp.2420180303

Moscovici, S. (1997). *Chronique des années égarées*. Paris: Stock.

Moscovici, S. (2001). Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In D. Jodelet (Org.), *As Representações sociais* (pp.45-66). Rio de Janeiro: Eduerj.

Moscovici, S. (2004). *La psychanalyse son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France. (Obra originalmente publicada em 1961).

Moscovici, S. (2009). Preconceito e representações sociais. In A. M. O. Almeida, & D. Jodelet (Orgs.), *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas* (pp.17-34). Brasília: Thesaurus.

Moscovici, S. (2010a). O fenômeno das representações sociais. In G. Duveen (Ed.), *Representações sociais: investigações em Psicologia Social* (pp.29-109). Petrópolis: Vozes. (Obra originalmente publicada em 2000).

Moscovici, S. (2010b). Let us not forget to think, nor the thinkers! *Papers on Social Representations, 19,* 1.1-2.4. Recuperado de http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2010/19_02Moscovici.pdf

Moscovici, S. (2011). Introduction: Le domaine de la psychologie sociale. In S. Moscovici (Ed.), Psychologie sociale (pp.5-22). Paris: Presses Universitaires de France. (Obra originalmente publicada em 1984).

Moscovici, S., & Vignaux, G. (2010). O conceito de themata. In G. Duveen (Ed.), *Representações sociais: investigações em Psicologia Social* (pp.215-250). Petrópolis: Vozes. (Obra originalmente publicada em 2000).

Mouro, C., & Castro, P. (2012). Cognitive polyphasia in the reception of legal innovations for biodiversity conservation. *Papers on Social Representations, 21*(1), 3.1-3.21. Recuperado de http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2012/2012_1_3.pdf

Neves, R. C. (2009). Os Estudos Pós-Coloniais: um Paradigma de Globalização. *Babilónia – Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução*, *6/7*, 231-239. Recuperado de http://hdl.handle.net/10437/2111

OIM – Organização Internacional para Migração. (2011). *Migration and the economic crisis in the European Union: Implications for Policy*. Regional Mission to Belgium, Luxembourg. Recuperado de http://publications.iom.int/bookstore/free/Migration_and_the_Economic_Crisis.pdf

Oliveira, C., & Gomes, N. (2014). *Monitorizar a integração de imigrantes em Portugal: Relatório estatístico decenal*. Lisboa: Observatório das Migrações.

Oliveira, C., & Gomes, N. (2016). *Indicadores de integração de imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2016*. Lisboa: Observatório das Migrações.

Oliveira, L. L. (2005). Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. *Sociologias, 7* (14), 110-129. doi: 10.1590/S1517-45222005000200006

ONU – Organização das Nações Unidas (2015a). Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *International Migration Report 2015.* Recuperado de http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015.pdf

ONU – Organização das Nações Unidas (2015b). Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *World Population Prospects: The 2015 Revision*. Recuperado de https://esa.un.org/unpd/wpp/

Onuki, J., Mouron, F., & Urdinez, F. (2016). Latin American Perceptions of Regional Identity and Leadership in Comparative Perspective. *Contexto Internacional, 38*(1),45-77. doi: 10.1590/S0102-8529.2016380100012

Ordaz, O, & Vala, G. (1997). Objetivação e ancoragem das representações sociais de suicídio na imprensa escrita. *Análise Social, 32*(143-144), 847-874. Recuperado de http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793753B7iWA0wj8Pl84HM9.pdf

Oxfam. (2016). *Privilegios que niegan derechos: desigualdad extrema y secuestro de la democracia en América Latina y el Caribe*. Madrid: Búho.

Padilla, B. (2009). As Migrações Latino-Americanas para a Europa: Uma Análise Retrospectiva para Entender a Mobilidade Actual. *Revista Migrações, 5*, 19-35. Recuperado de http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/Migr5_Sec1_Art1.pdf/055361e9-47be-4a94-afa1-6cebac57899c

Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 20*(39), 159-184. doi: 10.1590/S1980-85852012000200009

Páez, D., Bobowik, M., De Guissmé, L., Liu, J. H., & Licata, L. (2016). Collective Memory and Social Representations of History. Draft – expanded English version of a short chapter that will appear in French In G. Lo Monaco, S. Delouvée, & P. Rateu. (Eds.), *Les repréntations sociales*. Brussels, Belgium: De Boeck.

Palmonari, A. (2009). A importância da Teoria das Representações Sociais para a Psicologia Social. In A. M. O. Almeida, & D. Jodelet (Orgs.), *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas* (pp.35-50). Brasília: Thesaurus.

Parra, V., & Advis, L. (1972). Canción final [Gravada por Inti-Illimani]. In *Canto para una Semilla* [LP]. Santiago do Chile: Inti-Illimani

Paredes, R. I. (2014, 01 de janeiro). *El término «sudaca» y sus mutaciones: apócope, insulto y reivindicación*. Recuperado de: http://www.pliegosuelto.com/?p=10392.

Patarra, N. L., & Baeninger, R. (2006). Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 21*(60), 83-102. doi: 10.1590/S0102-69092006000100005

Pecora, A. R., & Sá, C. P. D. (2008). Memórias e representações sociais da cidade de Cuiabá, ao longo de três gerações. *Psicologia reflexão e crítica, 21*(2), 319-325. doi: 10.1590/S0102-79722008000200018

Pecora, V. P. (2001). Introduction. In V. P. Pecora (Org.), *Nations and identities: classic readings* (pp. 1-42). Oxford: Blackwell Publishers.

Peixoto, J. (2012). Back to the south: Social and political aspects of Latin American migration to Southern Europe. *International Migration, 50*(6), 58-82. doi: 10.1111/j.1468-2435.2009.00537.x

Pellegrino, A. (2004). *Migration from Latin America to Europe: Trends and Policy Challenges*, IOM Migration Research Series 16. Genebra: IOM.

Pennebaker, J. W., Páez, D., Deschamps, J. C., Rentfrow, J., Davis, M., Techio, E. M. *et al.* (2006). The social psychology of history: Defining the most important events of world history. *Psicología Política, 32*, 15-32. Recuperado de http://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N32-2.pdf

Pereira, É. F., Teixeira, C. S., & Santos, A. (2012). Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Revista brasileira de educação física e esporte, 26*(2), 241-250. doi: 10.1590/S1807-55092012000200007

Pérez, J. A., Kalampalikis, N., Lahlou, S., Jodelet, D., & Apostolidis, T. (2014). In memoriam: Serge Moscovici (1925-2014). *Psicologia e Saber Social, 3*(2),182-190. Recuperado de http://eprints.lse.ac.uk/62645/

Pérez, J. A., Moscovici, S., & Chulvi, B. (2002). Natura y cultura como principio de clasificación social - Anclaje de representaciones sociales sobre minorías étnicas. *Revista de Psicología Social*, *17* (1), 51-67. doi: 10.1174/021347402753408668

Perosa, T. (2015, 30 de maio). México vive crise de direitos humanos, diz ativista. *Revista Época*. Recuperado de: http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/05/mexico-vive-crise-de-direitos-humanos-diz-ativista.html

Perrone-Moisés, L. (2011). Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina. In C. M. F. Cunha (Org.), *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)* (pp.165-182). Guimarães: Opera Omnia. (Obra originalmente publicada em 2007).

Pikermen, A. (2002). *Latin America: establishment of Latin American states*. Recuperado de http://history-world.org/latin_america_europe_transplante.htm

Pinto, J. (2002). Las heridas no cicatrizadas. La exclusión del mapuche en Chile en la segunda mitad del siglo XIX. In G. Boccara (Ed.), *Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Americas Siglos XVI–XX* (pp.329-357). Quito: Ediciones Abya-Yala.

Piscitelli, A. (2008). Transits: Brazilian women migration in the context of the transnationalization of the sex and marriage markets. *Horizontes Antropológicos, 4*, 101-136. Recuperado de http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832008000100011

Pizarro, J. M., Christiny, V. C., & Contrucci, M. S. (2014). *Tendencias y patrones de la migración latinoamericana y caribeña hacia 2010 y desafíos para una agenda regional*. Serie Población y Desarrollo, 109. Santiago do Chile: CEPAL.

Popelková, A. (2015). *Racial Stereotypes about Latin Americans in the US Movies*. Bachelor's Diploma Thesis, Department of English and American Studies, Masaryk University, Brno.

Porto-Gonçalves, C. W. (2011). Abya Yala, el descubrimiento de América. In N. Giarraca *et al*. (Orgs.), *Bicentenarios (otros), trasiciones y resistencias* (pp.39-46). Buenos Aires: Uma Ventana.

Prado, M. L. C. (2001). O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História, 145*, 127-149. doi: 10.11606/issn.2316-9141.v0i145p127-149

Prysthon, A. (2004). Interseções da teoria crítica contemporânea: estudos culturais, pós-colonialismo e comunicação. *Revista e-Compós*, *1*, 1-19. Recuperado de https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1119

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp.227-278). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO.

Rabasa, J. (2009). Poscolonialismo. In M. Szurmuk, & R. M. Irwin (Orgs.), *Diccionario de estudios culturales latino-americanos* (pp.219-223). México D.F.: Siglo XXI Edirores y Instituto Mora.

Ramos, V. H. (2012). La identidad latinoamericana: proceso contradictorio de su construcción-desconstrucción-reconfiguración dentro de contextos globales. *Inter-cultures*, 15-58. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79125015001

Renan, E (2011). O que é uma nação? In C. M. F. Cunha (Org.), *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)* (pp. 29-44). Guimarães: Opera Omnia. (Obra originalmente publicada em 1882).

Restepro, E. (2015). Sobre os Estudos Culturais na América Latina. *Educação*, *38*(1), 21-31. Recuperado de http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/20325

Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras.

Ribeiro, R. M. G. (2008). *A Europa na identidade nacional*. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Braga (353 f).

Richard, N. (2005). Globalización académica, estudios culturales y crítica latinoamericana. In D. Mato (Org.), *Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas* (pp.455-470). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Rocha-Trindade, M. B. (1995). *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

Rojas-Mix, M. (1991). *Los cien nombres de América*. Barcelona: Editorial Lumen.

Rojas-Soriano, R. (2004). Manual de pesquisa social. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Rouquette, M. L. (1998). Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In A. S. P. Moreira, & D. C. D. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp.39-46). Goiânia: AB.

Rubini, M. (2003). Henry Tajfel: Dai processi di categorizzazione al pregiudizio sociale. In A. Palmonari, & N. Cavazza (Orgs.), *Ricerche e protagonisti della psicologia sociale* (pp.187-223). Bologna: Il Mulino.

Rudmin, F. W. (2006). Debate in science: The case of acculturation. *AnthroGlobe Journal*, 1-99. Recuperado de http://www.anthroglobe.info/docs/rudminf_acculturation_061204.pdf

Rudmin, F. W. (2010). Steps towards the renovation of acculturation research paradigms: what scientists' personal experiences of migration might tell science. *Sage Publications, 16*(3), 299–312. doi: 10.1177/1354067X10371140

Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj.

Sá, C. P. (2005). As memórias da memória social. In C. P. Sá (Ed.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 63-86). Rio de Janeiro: Museu da República.

Sá, C. P. (2007a). As representações sociais na história recente e na atualidade da Psicologia Social. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), *História da Psicologia - rumos e percursos* (pp.587-602). Rio de Janeiro: Nau.

Sá, C. P. (2007b). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: reflexão e crítica, 20*(2), 290-295. doi: 10.1590/S0102-79722007000200015

Sá, C. P. (2012). Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In A. M. Jacó- Vilela, & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp.46-57). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Sá, C. P., Oliveira, D. C., & Prado, L. A. (2005). As memórias coletivas do descobrimento do Brasil: imagem comum e juízos diferenciados nas populações portuguesa e brasileira. In C. P. Sá, & P. Castro (Orgs.), *Memórias do descobrimento do Brasil* (pp.27-44). Rio de Janeiro: Museu da República.

Said, E. W. (1993). *Culture and imperialism*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.

Said, E. W. (2007). *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso. (Obra originalmente publicada em 1978).

Sakki, I. (2016). Raising European Citizens: Constructing European Identities in French and English Textbooks. *Journal of Social and Political Psychology, 4*(1), 444-472. doi: 10.5964/jspp.v4i1.350

Sammut, G. (2010). Points of view and the reconciliation of identity oppositions: examples from the Maltese in Britain. *Papers on Social Representations, 19*(1), 9.1-9.22. Recuperado de http://www.psych.lse.ac.uk/psr/PSR2010/19_09Sammut.pdf

Sánchez-Montijano, E., & Ayuso, A. (2012). Migrações entre Brasil e Europa. Oportunidades para uma agenda renovada. In O. Jacob (Ed.), *Economia, parlamentos, desenvolvimento e migrações* (pp.151-174). Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung.

Santos, B. S. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos avançados, 2*(2), 46-71. doi: 10.1590/S0103-40141988000200007

Santos, B. S. (2003). Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. In B. S. Santos (Org.), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural* (pp.427-461). Rio de janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, B. S. (2004). Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro, Coimbra, *Conferência de abertura ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 1-45.

Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *78*, 3-46. doi: 10.1590/S0101-33002007000300004

Santos, B. S., & Meneses, M. P. (2009). Introdução. In B. S. Santos, & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp.9-19). Coimbra: Almedina.

Santos, B. S., & Nunes, J. A. (2003). Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In B. S. Santos (Org.), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural* (pp.25-68). Rio de janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, M. F. S. (2005). A teoria das representações sociais. In M. F. S. Santos, & L. M. Almeida (Orgs.), *Diálogos com a teoria das representações sociais* (pp.15-38). Recife: Ed. Universitária da UFPE/Ed. Universitária da UFAL.

Santos, M. F. S. (2009). Representações sociais e psicologia social. In A. M. O. Almeida, & D. Jodelet (Orgs.), *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas* (pp.51-61). Brasília: Thesaurus.

Sarriera, J. C., Pizzinato, A., & Meneses, M. P. R. (2005). Aspectos psicossociais da imigração familiar na Grande Porto Alegre. *Estudos de Psicologia (Natal), 10* (1), 5-13. doi: 10.1590/S1413-294X2005000100002

Schacht, M. (2001). Imagined communities on the pitch: nationalism, soccer, and the question of gender. *The Feuilleton*, *20*, sp. Recuperado de http://www.noaura.com/soccerpaper.html

SEF – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (2015). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo*. Barcarena: SEF. Recuperado de https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2015.pdf

Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, C. W. (1961). *The robbers cave experiment: Intergroup conflict and cooperation.* Middletown, CO: Wesleyan University Press. (Obra originalmente publicada em 1988).

Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.73-102). Petrópolis: Vozes.

Smith, A. (2000). *The Nation in History. Historiographical Debates about Ethnicity and Nacionalism*. United Kingdom: Polity Press.

Sobral, J. M. (2015). Heróis do mar: a nação, o império e a participação de Portugal na Primeira Guerra. In M. B. Jerónimo (Org.), *Portugal e a Grande Guerra: contextos e protagonistas* (pp.37-43). Lisboa: Edições 70.

Solis, L. R. (2000). Identidad Latinoamericana: bases epistemológicas y proyecciones éticas. *Revista de Psicología, 9*, 1-11. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26409111

Souza, L. (2004). Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In L. Souza, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp.57-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Souza, L. (2005). Processos de identidade social: da intolerância e violência à utopia solidária. In L. Souza, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento. Violência e desenvolvimento humano: textos completos* (pp.131-138). Vitória: UFES.

Souza, L., Bonomo, M., Livramento, A. M., Brasil, J. A., & Canal, F. D. (2009). Processos identitários entre ciganos: da exclusão a uma cultura de liberdade. *Liberabit, 15*(1), 29-37. Recuperado de http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S172948272009000100004&lng=es&nrm=iso

Souza, N. A. (2012). América Latina: as ondas da integração. *Revista Oikos, 11*(1), 87-126. Recuperado de http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/296

Spektor, M. (2010). Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região. *Revista Brasileira de Política Internacional, 53*(1), 25-44. doi: 10.1590/S0034-73292010000100002

Spezani, R. S., & Oliveira, D. C. (2013). O perfil da produção científica sobre identidade no campo da teoria das representações sociais. *Psicologia: teoria e prática, 15*(2), 104-118. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193828216008

Spink, M. J. P. (2003). Prefácio. In N. M. F. Guareschi, & M. E. Bruschi (Orgs.), *Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social* (pp.9-19). Petrópolis: Vozes.

Spink, M. J. P. (2004). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Spink, M. J. P., & Spink, P. K. (2007). A psicologia social na atualidade. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), *História da Psicologia - rumos e percursos* (pp.565-585). Rio de Janeiro, Nau.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar*? Belo Horizonte: Editora da UFMG. (Obra originalmente publicada em 1985).

Szurmuk, M., & Irwin, R. M. (2009). *Diccionario de estudios culturales latinoamericanos*. México D.F.: Siglo XXI Edirores y Instituto Mora.

Tajfel, H. (1963). Stereotypes. *Race & Class*, *5* (3), 1-14. doi: 10.1177/030639686300500201

Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues*, *25* (4), 79-97. doi: 10.1111/j.1540-4560.1969.tb00620.x

Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, 96-102. Recuperado de http://www.lucs.lu.se/wp-content/uploads/2015/02/tajfel-experiments-in-intergroup-discrimination-1970.pdf

Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In: S. Moscovici (Org.), *Introduction à la Psychologie Sociale* (pp.272-302). Paris: Larousse Université.

Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behavior. *Social Science Information*, 65-93. doi: 10.1177/053901847401300204

Tajfel, H. (1978a). Introduction. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups - studies in the social psychology of intergroup relations* (pp.1-23). London: European Association of Experimental Social Psychology by Academic Press.

Tajfel, H. (1978b). Interindividual behaviour and intergroup behaviour. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups - studies in the social psychology of intergroup relations* (pp.27-60). London: European Association of Experimental Social Psychology by Academic Press.

Tajfel, H. (1982a). *Grupos humanos e categorias sociais I.* Lisboa: Livros Horizonte.

Tajfel, H. (1982b). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In: A. F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Orgs.), *Mudança social e psicologia social* (pp.13-24). Lisboa: Livros horizonte.

Tajfel, H. (1982c). Social psychology of inter-group relations. *Annual Review of Psychology*, 01-39. doi: 10.1146/annurev.ps.33.020182.000245

Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II.* Lisboa: Livros Horizonte.

Tajfel, H., & Billig, M. (1974). Familiarity and categorization in intergroup behavior. *Journal of experimental social psychology*, *10*, 159-170. doi: 10.1016/0022-1031(74)90064-X

Tajfel, H., & Forgas, J. P. (1981). Social categorization: cognitions, values and groups. In J. P. Forgas (Org.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp.113-140). London: Academic Press.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin, & S. Worchel (Eds.) *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp.33-48). Monterey, California: Brooks/cole.

Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and inter-group behavior. *European Journal of Social Psychology*, 149-177. doi: 10.1002/ejsp.2420010202

Tassara, E. T. O., & Rabinovich, E. P. (2007). Movimentos migratórios na metrópole de São Paulo no século XXI: um estudo quali-quantitativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, (UERJ, RJ)*, 7 (3), 502-520. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844615012

Taylor, P., Lopez, M. H., Martínez, J. H., & Velasco, G. (2012). *When labels don't fit: Hispanics and their views of identity*. Washington, DC: Pew Hispanic Center. Recuperado de http://www.pewhispanic.org/2012/04/04/when-labels-dont-fit-hispanics-and-their-views-of-identity/

Teixeira, J. M. (2006). Teoria da mente – uma controvérsia. *Saúde Mental, 8*(3), 7-10. Recuperado de http://www.saude-mental.net/pdf/vol8_rev3_editorial.pdf

Thiesse, A-M. (2011). A Europa das nações. In C. M. F. Cunha (Org.), *Escrever a nação: literatura e nacionalidade (uma antologia)* (pp.53-68). Guimarães: Opera Omnia. (Obra originalmente publicada em 2000).

Todorov, T. (1983). *A conquista da América: a questão do Outro*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.

Torres, A. R. R., & Camino, L. (2013). Grupos sociais, relações intergrupais e identidade social. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia Social: temas e teorias* (pp. 515-539). Brasília: Technopolitik.

Trindade, Z. A., Santos, M. F. S., & Almeida, A. M. O. (2011). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In Z. A. Trindade, M. F. S. Santos, & A. M. O. Almeida (Orgs.), *Teoria das Representações Sociais 50 anos* (pp.101-121). Brasília: Thechnopolitik.

Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. (1987). *Rediscovering the Social Group: A self-categorization Theory*. Oxford: Blackwell.

Ugarte, P. S., & Ziccardi, N. S. (2009). *New challenges for democratic consolidation in Latin America: the role of the State*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance.

Vala, J. & Castro, P. (2013). Pensamento Social e representações sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs), *Psicologia Social* (pp.569-602). 9 ed. Revista e Actualizada, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vala, J. (1993a). Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs), *Psicologia Social* (pp.353-384), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vala, J. (1993b). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, *28* (123-124), 887-919. Recuperado de http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1259335829F5uFP1vy1Ty09KR2.pdf

Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, *32* (140), 7-29. Recuperado de http://www.jstor.org/stable/41011254

Vala, J. (2009). Diferença e semelhança: o peso da identidade. In A. Appadurai *et al.* (Orgs.), *Podemos viver sem o outro? As possibilidades e os limites da interculturalidade* (pp.99-111). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vala, J. (2013). Racisms: social representations, racial prejudice and normative pressures. *Papers on Social Representations*, *22*, 6.1-6.29. Recuperado de http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/ICS_JVala_Racisms_ARI2.pdf

Vala, J., & Saint-Maurice, A. (2005). Representações sociais sobre o descobrimento do Brasil: os atores e a colonização. In C. P. Sá, & P. Castro (Orgs.), *Memórias do descobrimento do Brasil* (pp.131-150). Rio de Janeiro: Museu da República.

Vala, J., Lopes, D., & Lima, M. (2008). Black immigrants in Portugal: Luso-tropicalism and prejudice. *Journal of Social Issues, 64*(2), 287-302. doi: 10.1111/j.1540-4560.2008.00562.x

Vale de Almeida, M. (2004). Comemoração, nostalgia, imperial e tensão social – o desenvolvimento Portugal-Brasil: comentário às análises de imprensa. *Psicologia, 17*(2), 381-384. Recuperado de http://193.137.135.181/Opac/Pages/Document/DocumentCitation.aspx?UID=243dafc7-fd1b-4fc1-9724-049b8a52023c&DataBase=10037_GERAL

Valencia, J. F., Momoitio, J., & Idoyaga, N. (2010). Social representations and memory: The psychosocial impact of the Spanish "Law of Memory", related to the Spanish Civil War. *Revista de Psicología Social, 25*(1), 73-86. doi: 10.1174/021347410790193496

Valentim, J. P. (2011). Social psychology and colonialism. In J. P. Valentim (Ed.), *Societal approaches in social psychology* (pp. 180-194). Berne: Peter Lang.

Valentim, J. P. (2013). Que futuro para as representações sociais? *Psicologia e Saber Social, 2*(2), 158-166. Recuperado de http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/8790

Vasconcelos, J. (1925). *La raza cósmica: misión de la raza iberoamericana. Notas de viajes a la América del Sur.* Madrid: Agencia Mundial de libreria.

Veiga-Neto, Alfredo. (2003). Cultura, culturas e educação. *Revista Brasileira de Educação, 23*, 5-15. doi: 10.1590/S1413-24782003000200002

Vergara, J. I., Estevez, J. V., & Gundermann, H. (2012). Tramas y laberintos: sociología e identidade cultural latinoamericana. *Atenea, 506*, 13-27. doi: 10.4067/S0718-04622012000200002

Vergès, P. (2000). *EVOC – Ensemble de Programmes permettant l'analyse des évocations: manual version 2*. Aix-en-Provence: LAMES.

Vieira, H. C., Castro, A. E., & Schuch Júnior, V. F. (2010). O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes. *XIII SEMEAD Seminários em administração*, 01-13. Recuperado de http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/612.pdf

Villas Bôas, L. P. S. (2010). *Brasil: ideia de diversidade e representações sociais*. São Paulo: Annablume.

Villas Bôas, L. P. S. (2014). Representações sociais: a historicidade do psicossocial. *Revista Diálogo Educacional, 14*(42), 585-603. Recuperado de http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=12761&dd99=view&dd98=pb

Voelklein, C., & Howarth, C. (2005). A review of controversies about social representations theory: A British debate. *Culture & Psychology, 11*(4), 431-454. doi: 10.1177/1354067X05058586

Volpato, C., & Licata, L. (2010). Collective Memories of Colonial Violence. *International Journal of Conflict and Violence, 4*(1), 4-10. Recuperado de http://www.ijcv.org/index.php/ijcv/article/view/61

Wachelke, J., & Wolter, R. (2011). Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 27*(4), 521-526. doi: 10.1590/S0102-37722011000400017

Wade, P. (1997). *Race and ethnicity in Latin America*. Londres: Pluto Press.

Wade, P. (2001). Racial identity and nationalism: a theoretical view from Latin America. *Ethnic and Racial Studies, 24*(5), 845-865. doi: 10.1080/01419870120064007

Wagner, W, Holtz, P, & Kashima, Y. (2009). Construction and decronstruction of essence in representating social groups: identity projects, stereotyping and racism. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 39*(3), 363-383. doi: 10.1111/j.1468-5914.2009.00408.x

Waiselfsz, J. J. (2016). *Mapa da violência 2016 – homicídios por arma de fogo no Brasil*. Flacso Brasil. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/

Walsh, C. (2003). ¿Qué saber, qué hacer y cómo ver? Los desafíos y predicamentos disciplinares, políticos y éticos de los estudios (inter)culturales desde América andina. In C. Walsh (Org.), *Estudios culturales latinoamericanos: retos desde y sobre la región Andina* (pp.11-28). Quito: Universidad Simón Bolívar/Abya-Yala.

Wenzel, M., Mummendey, A., & Waldzus, S. (2007). Superordinate identities and intergroup conflict: The ingroup projection model. *European Review of Social Psychology, 18*(1), 331-372. doi: 10.1080/10463280701728302

Wiley, S. (2013). Rejection-identification among Latino Immigrants in the United States. *International Journal of Intercultural Relations, 37*(3), 375-384. doi: 10.1016/j.ijintrel.2012.08.018

Williams, R. (2002). Culture is ordinary. In B. Highmore (Org.), *The everyday life reader* (pp.91-100). Londres: Routledge.

Williamson, E. (2009). *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp.7-72). Petrópolis: Vozes.

Zizek, S. (1998). Multiculturalismo o la lógica cultural del capitalismo multinacional. In F. Jameson, & S. Zizek (Orgs.), *Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo* (pp. 137-188). Buenos Aires: Paidós.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário *online* aplicado no Brasil

Prezado(a) estudante,
Primeiramente muito obrigada por sua disponibilidade para participar de nosso estudo. Este questionário é uma contribuição para uma pesquisa de Doutorado em Estudos Culturais vinculada ao Instituto de Ciências Sociais da UMinho – Braga, Portugal.
Suas respostas serão confidenciais e utilizadas, garantindo o anonimato, apenas para fins científicos e acadêmicos.
Após responder a cada questão, clique em "continuar" para avançar para a próxima página.
Sua participação será efetivada e as respostas serão salvas apenas quando, ao fim do questionário, clicar em "enviar".
Por favor, responda apenas em caso de ter nascido no Brasil (e viver atualmente neste país), ter entre 18 e 35 anos de idade e ser estudante universitário (graduação e/ou qualquer tipo de pós-graduação, em instituição pública ou privada).
Agradecemos a contribuição!

>>>

UNIVERSIDADE DO MINHO E UNIVERSIDADE DE AVEIRO
DOUTORAMENTO EM ESTUDOS CULTURAIS

Termo de Consentimento

A presente pesquisa objetiva compreender o que pensam as pessoas nascidas em países latino-americanos sobre a América Latina. Sua participação é voluntária, não apresenta riscos e poderá ser interrompida a qualquer momento, caso assim o deseje. Não há custos ou pagamentos por aceitar participar. Os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa científica e serão divulgados de forma a garantir o anonimato de todos os participantes. Não existem respostas corretas ou erradas, apenas sua opinião nos interessa. O tempo médio de resposta ao questionário é de 30 a 40 minutos.

Em caso de dúvidas, entre em contato pelo e-mail: juliaalvesbrasil@gmail.com.

Agradecemos a disponibilidade.

Deseja participar da pesquisa?[78]*

- o Sim
- o Não

>>>

1. O que *<u>você pensa, sente, imagina</u>* quando se fala em '**América Latina**'? (Escreva 05 palavras ou frases que lhe vêm à cabeça)*.

   _____

[78] Todas as questões com asterisco eram de resposta obrigatória a fim de continuar o preenchimento do questionário.

1.1. Indique a seguir, para cada expressão que você mencionou na questão anterior, em que medida a considera como algo positivo ou negativo, assinalando a opção que corresponde à sua opinião (1 = muito negativo; 7 = muito positivo). Os números (de 1 a 5) dispostos na vertical correspondem à ordem das expressões/palavras/frases referidas anteriormente.

	muito negativo			**neutro**			**muito positivo**
1. Expressão 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expressão 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expressão 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expressão 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expressão 5	1	2	3	4	5	6	7

1.2. Por que você acha que a América Latina é assim?*

_____

>>>

2. O que *<u>você pensa, sente, imagina</u>* quando se fala em '**latino-americano**'? (Escreva 05 palavras ou frases que lhe vêm à cabeça).*

_____

2.1. Indique a seguir, para cada expressão que você mencionou na questão anterior, em que medida a considera como algo positivo ou negativo, assinalando a opção que corresponde à sua opinião (1 = muito negativo; 7 = muito positivo). Os números (de 1 a 5) dispostos na vertical correspondem à ordem das expressões/palavras/frases referidas anteriormente.

	muito negativo			**neutro**			**muito positivo**
1. Expressão 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expressão 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expressão 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expressão 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expressão 5	1	2	3	4	5	6	7

2.2. Por que você acha que os latino-americanos são assim?*

_____

2.3. Você considera que possui alguma dessas características que mencionou para os latino-americanos?*

- o Sim
- o Não

2.4. Caso a resposta tenha sido afirmativa, quais características dos latino-americanos você considera possuir?

_____

>>>

3. O que você acha que *as pessoas que não são da América Latina* pensam sobre a '**América Latina**'? (Escreva 05 palavras ou frases que lhe vêm à cabeça).*

_____

3.1. Indique a seguir, para cada expressão que você mencionou na questão anterior, em que medida a considera como algo positivo ou negativo, assinalando a opção que corresponde à sua opinião (1 = muito negativo; 7 = muito positivo). Os números (de 1 a 5) dispostos na vertical correspondem à ordem das expressões/palavras/frases referidas anteriormente.

	muito negativo			**neutro**			**muito positivo**
1. Expressão 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expressão 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expressão 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expressão 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expressão 5	1	2	3	4	5	6	7

3.2. Por que você acha que a América Latina é vista/percebida assim?*

_____

>>>

4. O que você acha que *as pessoas que não são da América Latina* pensam sobre os '**latino-americanos**'? (Escreva 05 palavras ou frases que lhe vêm à cabeça).*

_____

4.1. Indique a seguir, para cada expressão que você mencionou na questão anterior, em que medida a considera como algo positivo ou negativo, assinalando a opção que corresponde à sua opinião (1 = muito negativo; 7 = muito positivo). Os números (de 1 a 5) dispostos na vertical correspondem à ordem das expressões/palavras/frases referidas anteriormente.

	muito negativo			**neutro**			**muito positivo**
1. Expressão 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expressão 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expressão 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expressão 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expressão 5	1	2	3	4	5	6	7

4.2. Por que você acha que os latino-americanos são vistos/percebidos assim?*

_____

>>>

5. Em sua opinião, quais os **<u>05 acontecimentos</u>** mais relevantes na história da América Latina? (Escreva os 05 principais eventos que lhe vêm à cabeça).*

_____

5.1. Indique a seguir, para cada acontecimento que você mencionou na questão anterior, em que medida o considera como positivo ou negativo, assinalando a opção que corresponde à sua opinião (1 = muito negativo; 7 = muito positivo). Os números (de 1 a 5) dispostos na vertical correspondem à ordem dos acontecimentos referidos anteriormente.

	muito negativo			**neutro**			**muito positivo**
1. Acontecimento 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Acontecimento 2	1	2	3	4	5	6	7

3. Acontecimento 3	1	2	3	4	5	6	7
4 Acontecimento 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Acontecimento 5	1	2	3	4	5	6	7

6. Em sua opinião, quais as **<u>05 pessoas</u>** que tiveram mais impacto na história da América Latina? (Escreva as 05 principais pessoas/figuras que lhe vêm à cabeça).*

_____

6.1. Indique a seguir, para cada pessoa que você mencionou na questão anterior, em que medida considera que ela teve um impacto positivo ou negativo, assinalando a opção que corresponde à sua opinião (1 = muito negativo; 7 = muito positivo). Os números (de 1 a 5) dispostos na vertical correspondem à ordem das pessoas referidas anteriormente.

	muito negativo			**neutro**			**muito positivo**
1. Pessoa 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Pessoa 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Pessoa 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Pessoa 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Pessoa 5	1	2	3	4	5	6	7

>>>

7. Quando você pensa em América Latina, quão importantes você considera os seguintes critérios para definir/delimitar essa região/categoria? Assinale a opção que mais corresponde ao grau de importância que você atribui a esses aspectos (1 = pouco importante; 7 = muito importante).*

	Pouco Importante						**Muito Importante**
1. Cultura	1	2	3	4	5	6	7
2. Economia	1	2	3	4	5	6	7
3. Geografia	1	2	3	4	5	6	7
4. História	1	2	3	4	5	6	7
5. Idioma	1	2	3	4	5	6	7
6. Política	1	2	3	4	5	6	7

7.1. A partir destes e de outros critérios/aspectos que você considere mais importantes para definir o que é a América Latina, como você delimitaria esta região/categoria? (Por exemplo, caso a geografia seja um critério importante para você, quais áreas, regiões e/ou países você considera que pertencem ou não à América Latina; ou quais fatores culturais/políticos/econômicos/históricos/linguísticos são relevantes para o seu entendimento sobre América Latina).

_____

8. Há outros termos ou expressões que você considera mais interessantes/prefere para se referir à **América Latina**?*

o Sim.
o Não.

8.1. Caso a resposta tenha sido afirmativa, quais outros termos você prefere?

_____

9. Há outros termos ou expressões que você considera interessantes para se referir aos **latino-americanos**?*

o Sim.
o Não.

9.1. Caso a resposta tenha sido afirmativa, quais outros termos você prefere?

_____

>>>

10. Identificação com diferentes grupos:

10.1. Em que medida você se sente identificado com os seguintes grupos? Assinale a opção que mais corresponde ao seu grau de identificação com os grupos em questão (1 = nada identificado; 7 = muito identificado)*

	Nada Identificado						**Muito Identificado**
1. Brasileiros	1	2	3	4	5	6	7
2. Outro(s) grupo(s) nacional (ais)/ Outra(s) nacionalidade(s)	1	2	3	4	5	6	7
3. Algum grupo étnico/cultural específico	1	2	3	4	5	6	7

4. Latino-americanos 1 2 3 4 5 6 7

10.1.1. Caso se identifique com outra(s) nacionalidade(s), indique, por favor, qual(quais).

_____

10.1.2. Caso se identifique com algum grupo étnico/cultural específico, indique, por favor, qual(quais).

_____

10.1.3. Por que você acha que tem esse grau de identificação com os "latino-americanos"?

_____

10.2. Das frase a seguir, qual melhor se aplica a você?*

- o Sou ou me sinto como brasileiro(a), mas não latino-americano(a).
- o Sou ou me sinto como mais brasileiro(a) do que latino-americano(a).
- o Sou ou me sinto como igualmente brasileiro(a) e latino-americano(a).
- o Sou ou me sinto como mais latino-americano(a) do que brasileiro(a).
- o Sou ou me sinto como latino-americano(a), mas não brasileiro(a).
- o Não me sinto nem como brasileiro(a) nem latino-americano(a).

>>>

11. Possuiu alguma outra nacionalidade/cidadania além da brasileira?*

- o Sim.
- o Não.

11.1. Caso a resposta tenha sido afirmativa, qual(quais) outra(s) nacionalidade(s)/cidadania(s) possui?

_____

12. Já morou em outro país além do Brasil?*

- o Sim.
- o Não.

12.1. Caso a resposta tenha sido afirmativa, em qual(quais) país(es) já morou? [direcionar para questão 13.1]

_____

13. Você tem/já teve contato com pessoas de outras nacionalidades?*

- o Sim
- o Não

>>>

13.1. [Caso a resposta seja afirmativa, direcionar para a questão]: No contato com essas pessoas de outra(s) nacionalidade(s), elas te identificam/identificaram como: (Assinale quantas opções desejar)

- o Como brasileiro(a).
- o Como latino-americano(a).
- o Como de outro país latino-americano(a).
- o Como de outro país fora da América Latina.
- o Como de algum grupo étnico/cultural específico.

13.2. Em caso de (também) ser identificado como de algum grupo étnico/cultural e/ou de outro país que não onde você nasceu, indique, por favor, qual (quais):

_____-

>>>

14. Você já passou por alguma situação em que sentiu que sofreu discriminação/preconceito devido a alguma das seguintes razões?* (Assinale quantas opções desejar)

- o Sim, por ser brasileiro(a).
- o Sim, por ser latino-americano(a).
- o Sim, por outros motivos.
- o Não, nunca sofri discriminação.

>>>

14.1. Caso tenha sofrido discriminação/preconceito por outro(s) motivo(s), por qual(quais) foram?

_____

>>>

Informações sobre o respondente:

15. Sexo:*

- o Feminino
- o Masculino

16. Idade:* _____

17. Estado civil:*

- o Solteiro(a)
- o Casado(a) ou em união estável
- o Divorciado(a) ou separado(a)
- o Viúvo(a)

- Outros: _____-

18. Possui filho(s)?*
- Sim
- Não

19. Escolaridade:*
19.1. Máximo nível educativo cursado (completo ou incompleto):
- Ensino superior
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado
- Outro:_____

19.2. Que curso faz/fez?

_____

20. Estado profissional: Para além dos estudos, exerce algum trabalho remunerado?*
- Sim
- Não

21. Possui religião?*
- Sim
- Não
- Prefiro não informar

21.1. Caso a resposta tenha sido afirmativa, qual é a sua religião?

_____

22. Qual é sua orientação política?*
- Esquerda
- Centro
- Direita
- Outra: _____
- Não tenho/Prefiro não informar

23. Com qual tipo de população você se identifica?*
- Amarela
- Branca
- Indígena
- Negra

- Parda
- Nenhuma
- Prefiro não informar
- Outros: _____

24. Nacionalidade dos pais:
24.1. Qual é a nacionalidade da sua mãe?: _____
24.2. Qual é a nacionalidade do seu pai: _____

>>>

- Deseja fazer alguma sugestão sobre a pesquisa ou algum comentário adicional sobre o tema investigado?
  _____

- Aceitaria participar de uma possível segunda etapa da pesquisa, que consistiria em entrevistas online por *Skype*? Em caso afirmativo, escreva aqui o seu e-mail (que será mantido em sigilo pela pesquisadora responsável):

_____

- Deseja receber um resumo com os principais resultados da pesquisa quando esta estiver finalizada (em meados de 2017)? Em caso afirmativo, escreva aqui o seu e-mail (que será mantido em sigilo pela pesquisadora responsável):
  _____

Agradecemos a participação.
Sua colaboração foi essencial para a realização desta pesquisa.

APÊNDICE B – Questionário *online* aplicado no Chile

Estimado(a) estudiante,
En primer lugar, muchas gracias por su disposición a participar en nuestro estudio. Este cuestionario es parte de una investigación de Doctorado en Estudios Culturales vinculada al Instituto de Ciencias Sociales de la UMinho – Braga, Portugal.
Sus respuestas serán confidenciales y se utilizarán, garantizando el anonimato, tan solo para fines científicos y académicos.
Tras responder a cada cuestión, haga clic en "continuar" para avanzar a la página siguiente.
Su participación se confirmará y las respuestas se guardarán sólo cuando, al final del cuestionario, haga clic en "enviar".
Agradecemos su colaboración.

>>>

UNIVERSIDAD DEL MIÑO Y UNIVERSIDAD DE AVEIRO
DOCTORADO EN ESTUDIOS CULTURALES

Término de Consentimiento

La presente investigación tiene por objeto comprender lo que piensan las personas nacidas en países latinoamericanos sobre América Latina. Su participación es voluntaria, no presenta riesgos y podrá ser interrumpida en cualquier momento, en caso de que así lo desee. No hay costes o pagos por aceptar participar. Los datos recogidos servirán solamente para fines de investigación científica y serán divulgados de forma que se garantice el anonimato de todos los participantes. No existen respuestas correctas o incorrectas, solamente nos interesa su opinión. El tiempo medio de respuesta al cuestionario es de 30 a 40 minutos.
Por favor, conteste sólo en caso de haber nacido en Chile (y vivir actualmente en ese país), tener entre 18 y 35 años de edad y ser estudiante universitario (pregrado o postgrado, en instituciones públicas o privadas).
En caso de duda, entre en contacto vía e-mail: juliaalvesbrasil@gmail.com.
Agradecemos su disponibilidad.
¿Desea participar en la investigación?*

- o Sí
- o No

>>>

1. ¿Qué *piensa, siente, imagina* cuando se habla de '**América Latina**'? (Escriba 5 palabras o frases que le vengan a la mente).*

_____

1.1. Indique, para cada expresión que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida la considera como algo positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5)

dispuestos verticalmente corresponden al orden de expresiones/palabras/frases indicadas anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Expresión 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expresión 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expresión 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expresión 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expresión 5	1	2	3	4	5	6	7

1.2. ¿Por qué piensa que América Latina es así?*

_____

>>>

2. ¿Qué *piensa, siente, imagina* cuando se habla de '**latinoamericano**'? (Escriba 5 palabras o frases que le vengan a la mente).*

_____

2.1. Indique, para cada expresión que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida la considera como algo positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5) dispuestos verticalmente corresponden al orden de expresiones/palabras/frases indicadas anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Expresión 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expresión 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expresión 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expresión 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expresión 5	1	2	3	4	5	6	7

2.2. ¿Por qué cree que los latinoamericanos son así?*

_____

2.3. ¿Considera que posee alguna de esas características que mencionó para los latinoamericanos? *

- o Sí.
- o No.

2.4. En caso afirmativo: ¿Qué características de los latinoamericanos considera que posee?

_____

>>>

3. ¿Qué cree que *las personas que no son de América Latina* piensan sobre '**América Latina**'? (Escriba 5 palabras o frases que le vengan a la mente).*

_____

3.1. Indique, para cada expresión que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida la considera como algo positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5) dispuestos verticalmente corresponden al orden de expresiones/palabras/frases indicadas anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Expresión 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expresión 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expresión 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expresión 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expresión 5	1	2	3	4	5	6	7

3.2. ¿Por qué cree que América Latina es vista/percibida así?*

_____

>>>

4. ¿Qué cree que *las personas que no son de América Latina* piensan sobre los '**latinoamericanos**'? (Escriba 5 palabras o frases que le vengan a la mente). *

_____

4.1. Indique, para cada expresión que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida la considera como algo positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5) dispuestos verticalmente corresponden al orden de expresiones/palabras/frases indicadas anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Expresión 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expresión 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expresión 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expresión 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expresión 5	1	2	3	4	5	6	7

4.2. ¿Por qué cree que los latinoamericanos son vistos/percibidos así?*

_____

>>>

5. En su opinión, ¿cuáles son los **<u>05 acontecimientos</u>** más relevantes en la historia de América Latina? (Escriba los 05 principales acontecimientos/eventos que le vengan a la mente).*

   _____

5.1. Indique, para cada acontecimiento que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida lo considera como positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5) dispuestos verticalmente corresponden al orden de acontecimientos indicados anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Acontecimiento 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Acontecimiento 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Acontecimiento 3	1	2	3	4	5	6	7
4 Acontecimiento 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Acontecimiento 5	1	2	3	4	5	6	7

6. En su opinión, ¿cuáles fueron las **05 personas** que tuvieron más impacto en la historia de América Latina? (Escriba las 05 principales personas/figuras que le vengan a la mente).*

_____

6.1. Indique, para cada persona que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida considera que ella tuvo un impacto positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5) dispuestos verticalmente corresponden al orden de personas indicadas anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Persona 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Persona 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Persona 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Persona 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Persona 5	1	2	3	4	5	6	7

>>>

7. Cuando piensa en América Latina, ¿ cuál es el grado de importancia de los siguientes criterios para usted para definir/delimitar la región/categoría? (Señale la opción que corresponda al grado de importancia que usted considera para esos criterios (1 = poco importante; 7 = muy importante).

	Poco Importante						**Muy Importante**
1. Cultura	1	2	3	4	5	6	7
2. Economía	1	2	3	4	5	6	7
3. Geografía	1	2	3	4	5	6	7
4. Historia	1	2	3	4	5	6	7
5. Idioma	1	2	3	4	5	6	7
6. Política	1	2	3	4	5	6	7

7.1. De estos y otros criterios/aspectos que considere más importantes para definir lo que es América Latina, ¿cómo usted delimitaría esa región/categoría? (Por ejemplo, si la geografía es un criterio importante para usted, ¿qué áreas, regiones y/o países considera que pertenecen o no a América Latina; o qué factores culturales/políticos/económicos/históricos/lingüísticos son relevantes para su comprensión de América Latina). _____

8. ¿Hay otros términos o expresiones que prefiera o considere más interesantes para referirse a **América Latina**?*
   - o Sí.
   - o No.

8.1. En caso afirmativo: ¿Qué otros términos prefiere?

_____

9. ¿Hay otros términos o expresiones que considere interesantes para referirse a los **latinoamericanos**?*
   - o Sí.
   - o No.

9.1. En caso afirmativo: ¿Qué otros términos prefiere?

_____

>>>

10. Identificación con diferentes grupos:

10.1. ¿Hasta qué punto se siente usted identificado con los siguientes grupos? Señale la opción que corresponda a su grado de identificación con los grupos en cuestión (1 = nada identificado; 7 = muy identificado)

	Nada Identificado						**Muy Identificado**
1. Chilenos	1	2	3	4	5	6	7
2. Otro(s) grupo(s) nacional (es)/ Otra(s) nacionalidad(es)	1	2	3	4	5	6	7
3. Algún grupo étnico/cultural específico	1	2	3	4	5	6	7
4. Latinoamericanos	1	2	3	4	5	6	7

10.1.1. Si se identifica con otra(s) nacionalidad(es), indique, por favor, cuál (cuáles).

_____

10.1.2. Si se identifica con algún grupo étnico/cultural específico, indique, por favor, cuál (cuáles).

_____

10.1.3. ¿Por qué cree que tiene este grado de identificación con los "latinoamericanos"?

_____

10.2. De las siguientes frases, cuál mejor se aplica a usted?*

- o Soy o me siento chileno(a), pero no latinoamericano(a).
- o Soy o me siento más chileno(a) que latinoamericano(a).
- o Soy o me siento igualmente chileno(a) y latinoamericano(a).
- o Soy o me siento más latinoamericano(a) que chileno(a).
- o Soy o me siento latinoamericano(a), pero no chileno(a).
- o No soy o no me siento ni chileno(a) ni latinoamericano(a).

>>>

11. ¿Posee alguna otra nacionalidad/ciudadanía además de la chilena?*

- o Sí.
- o No.

11.1. En caso afirmativo: ¿cuál (cuáles)?

_____

12. ¿Ha vivido alguna vez en otro país además de Chile?*

- o Sí.
- o No.

12.1. En caso afirmativo: ¿Dónde ha vivido? _____ [direccionar a la cuestión 13.1]

13. ¿Ha tenido alguna vez contacto con personas de otra(s) nacionalidad(es)?*

- o Sí
- o No

>>>

13.1.[En caso de que la respuesta sea afirmativa, direccionar a la cuestión]: En el contacto con personas de otra(s) nacionalidad(es), esas personas le identifican/identificaron como: (Señale todas las opciones que desee).

- o Chileno(a).

- Latinoamericano(a).
- De otro país latinoamericano.
- De otro país no latinoamericano.
- De algún grupo étnico/cultural específico

13.2. En caso de (también) ser identificado como parte de algún grupo étnico/cultural y/o de otro país distinto de donde nació, indique, por favor, cuál (cuáles) _____

>>>

14. .¿Ha pasado alguna vez por alguna situación en la que haya sentido que sufrió discriminación/prejuicio debido a alguna de las siguientes razones?* (Señale todas las opciones que desee).
    - Sí, por ser chileno(a).
    - Sí, por ser latinoamericano(a).
    - Sí, por otros motivos.
    - No, nunca he sufrido discriminación.

14.1. Si usted ha sufrido discriminación/prejuicio por otro(s) motivo(s), ¿por cuál(es) ha(n) sido?_____

>>>

Información sobre el encuestado:

15. Sexo:*
    - Femenino
    - Masculino

16. Edad*: _____

17. Estado civil:*
    - Soltero(a)
    - Casado(a) o en unión estable
    - Divorciado(a) o separado(a)
    - Viudo(a)
    - Otros: _____-

18. ¿Tiene hijo(s)?*
    - Sí
    - No

19. Escolaridad:*

19.1. Máximo nivel educativo cursado:

- Pregrado (Licenciatura u otro)
- Maestría
- Doctorado
- Postdoctorado
- Otro: _____

19.2. ¿Qué disciplina estudia/ha estudiado?

_____

20. Situación laboral: Además de los estudios, ¿ejerce trabajo remunerado?*

- Sí
- No

21. ¿Profesa alguna religión?*

- Sí
- No
- Prefiero no informar

21.1. En caso afirmativo: ¿Cuál es su religión? _____

22. ¿Cuál es su orientación política?*

- Izquierda
- Centro
- Derecha
- Outra:____
- No tengo/Prefiero no informar

23. ¿Con qué tipo de población se identifica? *

- Blanca
- Indígena
- Negra
- Oriental/Amarilla
- Parda
- Otras
- Ninguna
- Prefiero no informar

24. Nacionalidad de los padres

24.1. ¿Cuál es la nacionalidad de su madre?

24.2. ¿Cuál es la nacionalidad de su padre?

>>>

- ¿Desea hacer alguna sugerencia sobre la encuesta o algún comentario adicional sobre el tema investigado?

  _____

- ¿Aceptaría participar en una segunda etapa del estudio, que consistiría en entrevistas online por *Skype*? En caso afirmativo, escriba aquí su e-mail (que será mantenido confidencial por la investigadora responsable):

_____

- ¿Desea recibir un resumen con los principales resultados de la investigación cuando esta esté finalizada (a mediados de 2017)? En caso afirmativo, escriba aquí su e-mail (que será mantenido confidencial por la investigadora responsable):

  _____

Agradecemos su participación.
Su colaboración ha sido esencial para la realización de esta investigación.

APÊNDICE C – Questionário *online* aplicado no México

Estimado(a) estudiante,
En primer lugar, muchas gracias por su disposición a participar en nuestro estudio. Este cuestionario es parte de una investigación de Doctorado en Estudios Culturales vinculada al Instituto de Ciencias Sociales de la UMinho – Braga, Portugal.
Sus respuestas serán confidenciales y se utilizarán, garantizando el anonimato, tan solo para fines científicos y académicos.
Tras responder a cada cuestión, haga clic en "continuar" para avanzar a la página siguiente.
Su participación se confirmará y las respuestas se guardarán sólo cuando, al final del cuestionario, haga clic en "enviar".
Agradecemos su colaboración.

>>>

UNIVERSIDAD DEL MIÑO Y UNIVERSIDAD DE AVEIRO
DOCTORADO EN ESTUDIOS CULTURALES

Término de Consentimiento

La presente investigación tiene por objeto comprender lo que piensan las personas nacidas en países latinoamericanos sobre América Latina. Su participación es voluntaria, no presenta riesgos y podrá ser interrumpida en cualquier momento, en caso de que así lo desee. No hay costes o pagos por aceptar participar. Los datos recogidos servirán solamente para fines de investigación científica y serán divulgados de forma que se garantice el anonimato de todos los participantes. No existen respuestas correctas o incorrectas, solamente nos interesa su opinión. El tiempo medio de respuesta al cuestionario es de 30 a 40 minutos.
Por favor, conteste sólo en caso de haber nacido en México (y vivir actualmente en ese país), tener entre 18 y 35 años de edad y ser estudiante universitario (pregrado o postgrado, en instituciones públicas o privadas).
En caso de duda, entre en contacto vía e-mail: juliaalvesbrasil@gmail.com.
Agradecemos su disponibilidad.
¿Desea participar en la investigación?*

- o Sí
- o No

>>>

1. ¿Qué *piensa, siente, imagina* cuando se habla de '**América Latina**'? (Escriba 5 palabras o frases que le vengan a la mente).*

_____

1.1. Indique, para cada expresión que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida la considera como algo positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5)

dispuestos verticalmente corresponden al orden de expresiones/palabras/frases indicadas anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Expresión 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expresión 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expresión 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expresión 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expresión 5	1	2	3	4	5	6	7

1.2. ¿Por qué piensa que América Latina es así?*

_____

>>>

2. ¿Qué *piensa, siente, imagina* cuando se habla de '**latinoamericano**'? (Escriba 5 palabras o frases que le vengan a la mente).*

_____

2.1. Indique, para cada expresión que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida la considera como algo positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5) dispuestos verticalmente corresponden al orden de expresiones/palabras/frases indicadas anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Expresión 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expresión 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expresión 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expresión 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expresión 5	1	2	3	4	5	6	7

2.2. ¿Por qué cree que los latinoamericanos son así?*

_____

2.3. ¿Considera que posee alguna de esas características que mencionó para los latinoamericanos? *

- o Sí.
- o No.

2.4. En caso afirmativo: ¿Qué características de los latinoamericanos considera que posee?

_____

>>>

3. ¿Qué cree que *las personas que no son de América Latina* piensan sobre '**América Latina**'? (Escriba 5 palabras o frases que le vengan a la mente).*

_____

3.1. Indique, para cada expresión que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida la considera como algo positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5) dispuestos verticalmente corresponden al orden de expresiones/palabras/frases indicadas anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Expresión 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expresión 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expresión 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expresión 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expresión 5	1	2	3	4	5	6	7

3.2. ¿Por qué cree que América Latina es vista/percibida así?*

_____

>>>

4. ¿Qué cree que *las personas que no son de América Latina* piensan sobre los '**latinoamericanos**'? (Escriba 5 palabras o frases que le vengan a la mente). *

_____

4.1. Indique, para cada expresión que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida la considera como algo positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5) dispuestos verticalmente corresponden al orden de expresiones/palabras/frases indicadas anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Expresión 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Expresión 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Expresión 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Expresión 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Expresión 5	1	2	3	4	5	6	7

4.2. ¿Por qué cree que los latinoamericanos son vistos/percibidos así?*

_____

>>>

5. En su opinión, ¿cuáles son los **<u>05 acontecimientos</u>** más relevantes en la historia de América Latina? (Escriba los 05 principales acontecimientos/eventos que le vengan a la mente).*

_____

5.1. Indique, para cada acontecimiento que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida lo considera como positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5) dispuestos verticalmente corresponden al orden de acontecimientos indicados anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Acontecimiento 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Acontecimiento 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Acontecimiento 3	1	2	3	4	5	6	7
4 Acontecimiento 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Acontecimiento 5	1	2	3	4	5	6	7

6. En su opinión, ¿cuáles fueron las **05 personas** que tuvieron más impacto en la historia de América Latina? (Escriba las 05 principales personas/figuras que le vengan a la mente).*

_____

6.1. Indique, para cada persona que ha mencionado en la cuestión anterior, en qué medida considera que ella tuvo un impacto positivo o negativo, señalando la opción que corresponde a su opinión (1 = muy negativo; 7 = muy positivo). Los números (1 a 5) dispuestos verticalmente corresponden al orden de personas indicadas anteriormente.

	muy negativo			**neutro**			**muy positivo**
1. Persona 1	1	2	3	4	5	6	7
2. Persona 2	1	2	3	4	5	6	7
3. Persona 3	1	2	3	4	5	6	7
4. Persona 4	1	2	3	4	5	6	7
5. Persona 5	1	2	3	4	5	6	7

>>>

7. Cuando piensa en América Latina, ¿ cuál es el grado de importancia de los siguientes criterios para usted para definir/delimitar la región/categoría? (Señale la opción que corresponda al grado de importancia que usted considera para esos criterios (1 = poco importante; 7 = muy importante).

	Poco Importante						**Muy Importante**
1. Cultura	1	2	3	4	5	6	7
2. Economía	1	2	3	4	5	6	7
3. Geografía	1	2	3	4	5	6	7
4. Historia	1	2	3	4	5	6	7
5. Idioma	1	2	3	4	5	6	7
6. Política	1	2	3	4	5	6	7

7.1. De estos y otros criterios/aspectos que considere más importantes para definir lo que es América Latina, ¿cómo usted delimitaría esa región/categoría? (Por ejemplo, si la geografía es un criterio importante para usted, ¿qué áreas, regiones y/o países considera que pertenecen o no a América Latina; o qué factores culturales/políticos/económicos/históricos/lingüísticos son relevantes para su comprensión de América Latina). _____

8. ¿Hay otros términos o expresiones que prefiera o considere más interesantes para referirse a **América Latina**?*

- o Sí.
- o No.

8.1. En caso afirmativo: ¿Qué otros términos prefiere?

_____

9. ¿Hay otros términos o expresiones que considere interesantes para referirse a los **latinoamericanos**?*

- o Sí.
- o No.

9.1. En caso afirmativo: ¿Qué otros términos prefiere?

_____

>>>

10. Identificación con diferentes grupos:

10.1. ¿Hasta qué punto se siente usted identificado con los siguientes grupos? Señale la opción que corresponda a su grado de identificación con los grupos en cuestión (1 = nada identificado; 7 = muy identificado)

	Nada Identificado						**Muy Identificado**
1. Mexicanos	1	2	3	4	5	6	7
2. Otro(s) grupo(s) nacional (es)/ Otra(s) nacionalidad(es)	1	2	3	4	5	6	7
3. Algún grupo étnico/cultural específico	1	2	3	4	5	6	7
4. Latinoamericanos	1	2	3	4	5	6	7

10.1.1. Si se identifica con otra(s) nacionalidad(es), indique, por favor, cuál (cuáles).

_____

10.1.2. Si se identifica con algún grupo étnico/cultural específico, indique, por favor, cuál (cuáles).

_____

10.1.3. ¿Por qué cree que tiene este grado de identificación con los "latinoamericanos"?

_____

10.2. De las siguientes frases, cuál mejor se aplica a usted?*

- o Soy o me siento mexicano(a), pero no latinoamericano(a).
- o Soy o me siento más mexicano(a) que latinoamericano(a).
- o Soy o me siento igualmente mexicano(a) y latinoamericano(a).
- o Soy o me siento más latinoamericano(a) que mexicano(a).
- o Soy o me siento latinoamericano(a), pero no mexicano(a).
- o No soy o no me siento ni mexicano(a) ni latinoamericano(a).

>>>

11. ¿Posee alguna otra nacionalidad/ciudadanía además de la mexicana?*

- o Sí.
- o No.

11.1. En caso afirmativo: ¿cuál (cuáles)?

_____

12. ¿Ha vivido alguna vez en otro país además de México?*

- o Sí.
- o No.

12.1. En caso afirmativo: ¿Dónde ha vivido? _____ [direccionar a la cuestión 13.1]

13. ¿Ha tenido alguna vez contacto con personas de otra(s) nacionalidad(es)?*

- o Sí
- o No

>>>

13.1.[En caso de que la respuesta sea afirmativa, direccionar a la cuestión]: En el contacto con personas de otra(s) nacionalidad(es), esas personas le identifican/identificaron como: (Señale todas las opciones que desee).

- o Mexicano(a).

- Latinoamericano(a).
- De otro país latinoamericano.
- De otro país no latinoamericano.
- De algún grupo étnico/cultural específico

13.2. En caso de (también) ser identificado como parte de algún grupo étnico/cultural y/o de otro país distinto de donde nació, indique, por favor, cuál (cuáles) _____

>>>

14. ¿Ha pasado alguna vez por alguna situación en la que haya sentido que sufrió discriminación/prejuicio debido a alguna de las siguientes razones?* (Señale todas las opciones que desee).

- Sí, por ser mexicano(a).
- Sí, por ser latinoamericano(a).
- Sí, por otros motivos.
- No, nunca he sufrido discriminación.

14.1. Si usted ha sufrido discriminación/prejuicio por otro(s) motivo(s), ¿por cuál(es) ha(n) sido?_____

>>>

Información sobre el encuestado:

15. Sexo:*

- Femenino
- Masculino

16. Edad*: _____

17. Estado civil:*

- Soltero(a)
- Casado(a) o en unión estable
- Divorciado(a) o separado(a)
- Viudo(a)
- Otros: _____-

18. ¿Tiene hijo(s)?*

- Sí
- No

19. Escolaridad:*

19.1. Máximo nivel educativo cursado:

- Pregrado (Licenciatura u otro)
- Maestría
- Doctorado
- Postdoctorado
- Otro: _____

19.2. ¿Qué disciplina estudia/ha estudiado?

_____

20. Situación laboral: Además de los estudios, ¿ejerce trabajo remunerado?*

- Sí
- No

21. ¿Profesa alguna religión?*

- Sí
- No
- Prefiero no informar

21.1. En caso afirmativo: ¿Cuál es su religión? _____

22. ¿Cuál es su orientación política?*

- Izquierda
- Centro
- Derecha
- Outra:____
- No tengo/Prefiero no informar

23. ¿Con qué tipo de población se identifica? *

- Blanca
- Indígena
- Negra
- Oriental/Amarilla
- Parda
- Otras
- Ninguna
- Prefiero no informar

24. Nacionalidad de los padres

24.1. ¿Cuál es la nacionalidad de su madre?

24.2. ¿Cuál es la nacionalidad de su padre?

>>>

- ¿Desea hacer alguna sugerencia sobre la encuesta o algún comentario adicional sobre el tema investigado?

  _____

- ¿Aceptaría participar en una segunda etapa del estudio, que consistiría en entrevistas online por *Skype*? En caso afirmativo, escriba aquí su e-mail (que será mantenido confidencial por la investigadora responsable):

_____

- ¿Desea recibir un resumen con los principales resultados de la investigación cuando esta esté finalizada (a mediados de 2017)? En caso afirmativo, escriba aquí su e-mail (que será mantenido confidencial por la investigadora responsable):

  _____

Agradecemos su participación.
Su colaboración ha sido esencial para la realización de esta investigación.

APÊNDICE D – Guião de entrevista com brasileiros em Portugal/Espanha

- Rapport e explicações sobre a pesquisa, permissão para gravar áudio, etc.

Metarrepresentações; identificações e definições de América Latina:

- O que pensa sobre a América Latina e os latino-americanos e porquês (Possui alguma dessas características?);
- O que pensa sobre o país de origem (Brasil) e as pessoas de lá e porquês (Possui alguma dessas características?);
- O que pensa sobre Portugal/Espanha e os portugueses/espanhóis (a depender de onde mora) e porquês (Possui também?);
- Critérios que usa para definir a América Latina;
- Grau de identificação com diferentes grupos (América Latina, país de origem, país de destino, algum grupo étnico/cultural);
- O que se pensa sobre a América Latina e os latino-americanos em Portugal/Espanha?

Motivos/processo de migração e processo de adaptação ao país de destino:

- Razões para a migração (quando, como, com quem, por que, etc);
- Processo de adaptação ao país (fazer amigos, emprego, clima, comida, língua, etc);
- Documentos que possui.

Ser latino-americano em contexto migratório: dificuldades, mudanças e perspectivas futuras:

- Experiências de discriminação;
- Ser latino-americano facilitou ou dificultou a vida no novo país?
- Opinião sobre o que é ser latino-americano mudou depois de migrar? É diferente ser latino-americano lá e aqui?
- Seria diferente se tivesse migrado para Portugal/Espanha?
- Existência de órgãos que lidam com estrangeiros; necessidade de haver alguma organização para latino-americanos;
- Deseja voltar?

Dados sociodemográficos:

- Idade, sexo, religião, estado civil, filhos, orientação política, escolaridade, profissão, nacionalidade dos pais.

APÊNDICE E – Guião de entrevista com chilenos/mexicanos em Portugal/Espanha

- Rapport, explicaciones acerca de la investigación, permiso para grabar audio, etc.

(Meta)representaciones, identificaciones y definiciones de América Latina:

- ¿Qué piensa sobre la América Latina y los latinoamericanos? ¿Por qué? (¿Posee alguna de esas características?);
- ¿Qué piensa sobre Chile/México y los chilenos/mexicanos? ¿Por qué? (¿Posee alguna de esas características?);
- ¿Qué piensa sobre Portugal/España y los portugueses/españoles? ¿Por qué? (¿Posee alguna de esas características?);
- Criterios que utiliza para definir la América Latina;
- Grado de identificación con diferentes grupos (América Latina, país de origen, país de destino, algún grupo étnico/cultural);
- ¿Qué piensan sobre la América Latina y los latinoamericanos en Portugal/España?

Razones/proceso de migración y adaptación al país de destino:

- Razones para la migración (cuándo, cómo, con quién, por qué, etc)
- Proceso de adaptación al país (hacer amigos, empleo, clima, comida, idioma, etc.);
- Documentos que tiene.

Ser latinoamericano en contexto migratorio: dificultades, cambios y perspectivas de futuro:

- Experiencias de discriminación;
- Ser latinoamericano ha hecho su vida más fácil o más difícil en Portugal/España?
- ¿Su opinión acerca de lo que significa ser latinoamericano cambió después de la migración? ¿Es diferente ser latinoamericano allá y acá?
- Sería diferente si hubiera migrado a Portugal/España?
- Existencia de organismos que se ocupan de los extranjeros; necesidad de alguna organización para la América Latina;
- ¿Desea volver?

Datos sociodemográficos:

- Edad, sexo, religión, estado civil, hijos, orientación política, educación, profesión, nacionalidad de los padres.